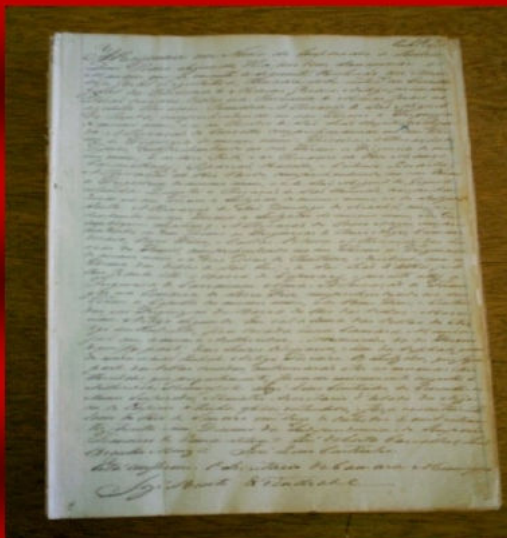




VIOLÊNCIA NO SERTÃO: PRÁTICA NATURAL OU ATENTADO ÀS REGRAS E ÀS LEIS NO NORTE DE MINAS E EM MONTES CLAROS ENTRE 1830 E 1930

Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento
Carla Maria Junho Anastasia (Orientadora)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**VIOLÊNCIA NO SERTÃO: PRÁTICA NATURAL OU ATENTADO ÀS REGRAS E
ÀS LEIS NO NORTE DE MINAS E EM MONTES CLAROS ENTRE 1830 E 1930**

Belo Horizonte - MG,
Agosto de 2013

Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento

**VIOLÊNCIA NO SERTÃO: PRÁTICA NATURAL OU ATENTADO ÀS REGRAS E
ÀS LEIS NO NORTE DE MINAS E EM MONTES CLAROS ENTRE 1830 E 1930**

Tese de Doutorado em História e Cultura Política apresentada por Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento ao programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito para a obtenção do título de doutora.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Maria Junho Anastasia

Belo Horizonte - MG,

Agosto de 2013

BANCA DE DEFESA

Orientadora: Prof. Dra. Carla Maria Junho Anastasia

Profa. Dra. Rejane Meireles Amaral Rodrigues

Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna

Profa. Dra. Betânia Gonçalves Figueiredo

Prof. Dr. Eduardo França Paiva

Á Donizette, Thiago Filipe, Pedro Henrique e Miguel, meus amores.
Á Juliana e Leticia, filhas do coração.

AGRADECIMENTOS

Analisar fontes e escrever uma tese parece fácil depois de nossa primeira experiência como pesquisador. Entretanto, ela não seria possível, se não estivéssemos acercados por órgãos de fomento e pessoas que nos proporcionaram valiosas contribuições e nos impulsionaram para o caminho árduo que trilhamos. Assim, devo agradecimentos a inúmeras pessoas. Contudo, antes de agradecê-las, é preciso lembrar que a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – foi a principal responsável pelo trabalho que realizei, a partir do momento em que celebrou convênio PMCD/FAPEMIG, em 2008 e fez a primeira seletiva entre seus docentes. Sei que mereci estar entre os selecionados, mas tive a oportunidade e agarrei-me a ela. Obedeci à vinculação, aos prazos determinados pelo programa de Pós-Graduação e aos acordos originados desse vínculo. Também sei que, talvez, esta pesquisa não seja fenomenal, mas é a melhor que posso realizar no momento.

Por isso, preciso e devo agradecer a todos(as) que foram solícitos(as) e imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Primeiro a Deus, meus anjos de luz e santos protetores que me protegeram o tempo todo, sem me deixar vencer pelo cansaço, desânimo e angústias deste momento acadêmico.

À Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES que, mediante solicitação, via Departamento de História, liberou-me parcialmente das horas/aulas. À UNIMONTES/PMCD/FAPEMIG/UFGM/FAFICH/PPGHIS, por me oportunizar este curso.

À professora Carla Maria Junho Anastasia, por me acolher, confiar e me aceitar como orientanda, neste trabalho de tese.

À professora Regina Horta Duarte, que foi extremamente solícita, ao me transportar no 2º semestre de 2009, entre a UFGM e a rodoviária.

Às professoras Claudia Maia e Regina Caleiro que leram o meu projeto de pesquisa e deram boas contribuições na sua feitura.

À professora Ramone Maria da Silva Reis Oliveira, pela correção de português no projeto de pesquisa.

À professora Jucilene de Lourdes Vieira, pela correção de Português, o meu mais sincero agradecimento.

À Dayane Ellen Veloso Silva, pelos últimos ajustes da Tese.

Às professoras Adriana Romeiro e Betânia Gonçalves pelas excelentes contribuições na qualificação.

À Banca de Defesa, professor(a) Rejane Meireles AmaralRodrigues, Lincoln de Abreu Penna, Betânia Gonçalves Figueiredo e Eduardo França Paiva.

À professora e amiga Filomena Luciene Cordeiro Reis, pela leitura da tese, sugestões e formatação do trabalho e normas da ABNT.

Ao professor a amigo César Henrique de Queiroz Porto, pelo empréstimo de preciosas anotações relativas às fontes jornalísticas e de Atas da Câmara.

Aos funcionários do DPDOR/UNIMONTES, pela ajuda na busca das fontes.

À Julianne Cristine Dias e Silva, ex-orientanda, pela digitação de parte da tese e correção de dados incompletos surgidos após a leitura.

À Greycara Maria Nascimento de Souza que impecavelmente digitou todos os trabalhos feitos durante os créditos e parte desta tese.

À Maria Fernanda, minha sobrinha, que dedicou parte de seu tempo de estudante à digitação de parte da tese.

À Marilene Caldeira Lima, minha secretária do lar, que em nenhum momento deixou de atender as minhas solicitações, por mais que fossem árduas.

Aos meus filhos Thiago Nascimento e Pedro Nascimento, minhas noras Juliana Cândido e Leticia Prates pela compreensão das ausências e falta de diálogos em momento essenciais na vida deles.

Ao meu neto Miguel Cândido, por não acolhê-lo e me dedicar a ele no momento de seu nascimento em tempo integral.

A minha mãe Alcina Eulália de Souza, meu pai José Gomes da Silva e meu sogro Honorato Luiz do Nascimento, *in memoriam*, pelas intercessões junto ao pai.

Aos irmãos, irmãs, sogra, cunhados, cunhadas, concunhados e concunhadas pelo carinho e compreensão nas ausências.

Ao meu querido e amado esposo, professor Donizette Lima do Nascimento que, em todos os momentos, foi compreensivo, amigo, companheiro e, acima de tudo, um marido exemplar durante todo o tempo necessário para este trabalho.

Enfim, obrigado a todos que, de uma forma ou outra, foram solícitos em um dos momentos mais difíceis da minha vida acadêmica, pesquisa e escrita.

“Tudo, naquele tempo, e de cada banda que eu fosse, eram pessoas matando e morrendo, vivendo numa fúria firme, numa certeza, e eu não pertencia a razão nenhuma, não guardava fé e nem fazia parte.”

(ROSA, João G. Grande Sertão: Veredas. p.195, 1994)

RESUMO

O norte de Minas e Montes Claros, nos séculos XIX e XX (1830-1930), foram descritos pelas crônicas, memórias e relatos de alguns viajantes, como um lugar de barbárie, incivilização e de facínoras. A violência relatada incitou uma análise mais ampla e crítica dessa literatura e a busca por outras fontes (processos criminais) que pudessem justificá-la ou negá-la. Com esse objetivo, a presente tese analisa se a violência ocorrida no sertão norte-mineiro foi uma prática natural ou um atentado às regras e às leis da sociedade nesse espaço no período supracitado. Por meio da história política e sua interface com a cultura, verifica-se que, no sertão, os homens usaram a violência como recurso para o acesso, exercício e permanência no poder. Desenvolveu-se no norte de Minas e em Montes Claros uma cultura política, na qual a violência foi parte integrante e forte do repertório das ações tanto interpessoais, quanto coletivas, quanto institucionais, e, em que, principalmente as questões de natureza política resolviam-se “no tiro”. O sertão passou a ser uma construção social no imaginário, uma terra “onde nunca se conheceu rei nem lei”, e lugar das tocaias, emboscadas, bugres, onde o sertanejo “matava para ver a queda”; portanto desprezível. Entretanto, durante o período estudado (1830-1930) a documentação pode ser vista de outra forma. Nessa outra leitura, percebeu-se que a violência interpessoal e política praticada no sertão norte-mineiro foi resultado tanto da cultura quanto do desejo de ter o poder político, econômico e social. Nessa perspectiva, deve-se entender a violência do norte de Minas e, em especial de Montes Claros com um componente natural da história, da cultura política, da memória e do próprio sertão.

Palavras-chave: Sertão; cultura política; violência, poder.

ABSTRACT

The north of Minas and Montes Claros were described by chronicles, memoirs and reports of some travelers as a place of barbarism, uncivilization and criminals in the nineteenth and twentieth centuries (1830-1930). The reported violence incited a broader and more critical analysis of this literature and the search for other sources (criminal processes) that could justify it or deny it. With this aim this thesis examines whether the violence in the north of Minas Gerais hinterland was a natural practice or a violation of the rules and laws of society in this space during the above mentioned period. Through political history and its interface with culture, it is verified that in the hinterland men used violence as a resource to access, exercise and permanence in power. A political culture was developed in the north of Minas and in Montes Claros where violence was an integral and strong part of the register of interpersonal, collective and institutional actions and where especially political issues were solved with shotguns. The hinterland became a social construction in the imagination, a land "where there was no law or order," and place of ambushes, stakeouts, indians, where the inlander "used to kill to see the fall", that is, despicable. However, during the studied period (1830-1930) the documentation can be seen otherwise. In this alternative reading, we could see that interpersonal violence and the political practice in the North of Minas Gerais hinterland was a result of both the culture and the desire for political, economic and social power. In this perspective, we can understand the violence in the north of Minas Gerais and in particular Montes Claros with a natural component of the history, political culture, memory and the hinterland itself.

Keywords: Hinterland; political culture, violence, power.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Casos institucionalizados no Fórum Gonçalves Chaves em Montes Claros de lesão corporal	73
QUADRO 2: Processos criminais encontrados no século XIX no norte de Minas	74
QUADRO 3: Violência física no norte de Minas na segunda metade do século XIX	80
QUADRO 4: Municípios mais violentos do norte de Minas	81
QUADRO 5: Institucionalização de outros delitos no norte de Minas	86
QUADRO 6: Locais de violência institucionalizada entre 1901 a 1930 no norte de Minas	87
QUADRO 7: Tipos de Violência(briga) no norte de Minas entre 1830 a 1930	124
QUADRO 8: Evolução da violência carnal entre 1901-1930 no norte de Minas	125
QUADRO 9: Presidência da Câmara Municipal de Montes Claros.....	182
QUADRO 10: Eleição para Vereadores da Câmara Municipal e Juiz do Districto de Montes Claros em 15/10/1916.....	231

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I: A Imagem do Sertão	38
Capítulo II: “O Universo da violência no ‘sertão’: O norte de Minas e Montes Claros nos séculos XIX e XX”	112
Capítulo III: Conservadores e Liberais, um duelo permanente: a cultura política no norte de Minas e em Montes Claros nos séculos XIX E XX	150
Capítulo IV: Tocaías/Emboscadas: Violência gratuita ou confrontos do poder econômico e político-social?	245
Considerações Finais	295
Fontes	300
Referências	305
Anexos	311

INTRODUÇÃO

Apesar de todos os esforços que vier a despender para se colocar, pelo pensamento, no lugar de outros, o historiador não deixará de ser ele mesmo; nunca chegará a tornar-se outro, seja qual for o esforço de compreensão que possa fazer. Ele re-pensa, re-constitui em sua mente, a experiência humana coletiva da qual está fazendo a história. Em vez dos pensamentos, sentimentos, emoções e motivos das personagens, humildes ou eminentes, acompanhadas passo a passo em seus documentos, ele expõe seus próprios pensamentos; essa é a maneira como ele se representa o passado. A história é o re-pensamento, a re-ativação, a re-ação, no presente, pelo historiador, de coisas que, outrora, haviam sido pensadas, experimentadas e praticadas por outras pessoas. Faça o que fizer, o historiador não pode deixar de ser ele mesmo.¹

O fragmento de Prost, utilizado na epígrafe, lembra-nos o quanto há de nós historiadores, na compreensão das relações sociais travadas pelos homens no cotidiano. E nos relembra que, mesmo querendo ser indiferentes e imparciais aos acontecimentos, acaba-se por não fugir daquilo que se acredita, enquanto historiadores e seres humanos. Por isso, toda história é um re-pensamento das ações humanas, das lutas e vivências cotidianas. Nelas haverá sempre a marca de quem re-pensou, re-fez e re-contou.

E, se assim for, as inquietudes que movem esta tese nasceram de todos os re-significados mencionados por Antoine Prost no trecho em destaque. Mas, sobretudo da vontade infinita de re-pensar o norte de Minas como um sertão onde a violência, a malevolência e a frivolidade foram destacadas por outros homens que escreveram sobre a região e a representaram como o lugar dos facinoras. Entretanto, a busca para as possíveis respostas de um sertão facinoroso não se resume às descrições feitas pelos memorialistas e cronistas, mas a caminhada feita até o momento, segundo nossa perspectiva de professora e pesquisadora.

Movidos pelas observações e pela curiosidade, engajamo-nos em um curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em História. Portanto, para a obtenção do título de Especialista, era necessário um trabalho de pesquisa. Assim, nascia a nossa primeira oportunidade de maior contato com a historiografia acadêmica e com as fontes. Entretanto, como o tempo cronológico sempre foi e será o vilão das pesquisas acadêmicas, acabamos optando por uma revisão bibliográfica acerca da “Revolução Industrial” nos livros didáticos. Com orientação do professor José Raimundo Lisboa da Costa e co-orientação da professora Betânia

¹ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 150.

Gonçalves Figueiredo a pesquisa obteve o conceito A e nota 100. Apesar do êxito, as dúvidas foram maiores e suscitaram outras inquietações.

O título de Especialista possibilitou a participação no primeiro concurso público para professor assistente na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, em 1994. Com a aprovação, em janeiro do ano seguinte, tomamos posse e, logo após, vieram as demandas e necessidades de obtenção de novos títulos.

Todavia, as circunstâncias alheias à nossa vontade pesavam mais do que o processo de capacitação. Mas, ao final da década de 1990, tornou-se humanamente impossível adiar o processo. A História que, até então, havia sido escrita, principalmente a regional, passou cada vez mais a nos atormentar, exigindo uma releitura das fontes pesquisadas anteriormente.

As exigências da profissão, a necessidade de qualificação, o desejo e o inconformismo foram determinantes para ingressarmos no Mestrado, em 2002. Naquela época, já sabíamos o que pretendíamos e o problema estava bem definido. Diante disso, direcionamos nossa pesquisa para o âmbito da história social com interface na história política, cujo enfoque no “Poder” privilegiou o estudo dos micropoderes presentes na vida cotidiana e o uso político dos sistemas de representações.²

Este estudo teve como eixo central “Tiburtina de Andrade Alves”, figura emblemática que viveu em Montes Claros entre 1902 e 1955.³ Contudo, o nosso marco temporal abrangeu as décadas de 1907 a 1930, período de seu envolvimento na política local e da chamada “Emboscada de Bugres.”⁴ Para tentar compreender as relações de poder, representações sociais e a vida política, elegemos “Tiburtina” e, a partir dela, o seu entorno que, segundo José D’ A. Barros, podem ser tratados “(...) como pequenos fragmentos privilegiados para através deles perceber realidades mais amplas, ou pelo menos para estudar problemas históricos ou sociais específicos.”⁵

Por meio desse objeto e das fontes (processos criminais, memórias, crônicas, revistas e jornais) encontradas, buscamos compreender os micropoderes centrados nas representações sociais que envolviam Tiburtina, a Emboscada de Bugres e a Revolução de 1930.⁶ As leituras empreendidas, principalmente das memórias, crônicas e jornais, antes da pesquisa, apontavam uma sociedade extremante machista, conservadora e “dócil” aos olhos da população, de modo

² Ver em: BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.106-124.

³ Ano do falecimento de Tiburtina de Andrade Alves.

⁴ Cf.: MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de bugres: Tiburtina e a revolução de 30*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Imprensa Oficial, 1986.

⁵ BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.188.

⁶ Cf.: PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Fronteira, 1999. p. 148.

geral. Mas que, em determinadas circunstâncias, emergia em conflitos, principalmente políticos e, deles, o povo tomava partido e dirigia a determinadas pessoas a responsabilidade da violência, como ocorrera com Tiburtina, em 1930.

Essas atribuições e representações sociais construídas em torno da chamada “Emboscada de Bugres” ou “Tocaia Sinistra dos Liberais”, segundo os jornais da época, consolidaram Montes Claros, no imaginário social, como a cidade das tocaias, dos bugres, de facinorosos. E Tiburtina como uma mulher sanguinária, facinora e, acima de tudo, violenta, que mandava “matar para ver a queda”. Da falta de argumentos que sustentassem esse imaginário, surgiu a nossa pesquisa de mestrado. E, na medida em que foram encontrados os processos criminais, especificamente o de 06 de fevereiro de 1930, eles apontaram outros motivos para os acontecimentos da referida data. O imaginário e as representações sociais eram, no nosso entender, resultados de uma cultura política⁷ própria da região.

Dessa forma, a nossa pesquisa desvelou tanto o imaginário quanto as representações sociais dirigidas a Montes Claros e à Tiburtina. Entretanto, apesar do alcance dos objetivos propostos e da sensação de prazer de mais um trabalho realizado, não nos demos por satisfeitos. Abriam-se, a partir dele, grandes lacunas que, certamente, demandariam outras pesquisas e novas análises. O fato de 6 de fevereiro de 1930 ter sido o dia de uma barbárie insana, resultada da cultura política da cidade e da região, bem como do peso que ele representou na memória coletiva⁸, não estaria de tudo “resolvida.”

Chegamos à conclusão de que as representações construídas não se deram meramente a partir dos acontecimentos do dia 06 de fevereiro de 1930 e de seus impactos sobre a cidade e a região. As inquietudes permaneciam latentes desde o século XIX. O fio condutor do passado estava apenas no início do desenrolar do novelo. Era preciso buscar no passado as vozes que, no nosso entender, foram silenciadas.

De maneira muito sutil, nossa dissertação dava conta das representações sociais e do cotidiano político, mas abria janelas para uma questão crucial vivida pela sociedade humana ao longo de sua existência, a violência. Ela estava presente nas fontes (processos criminais, jornais, crônicas) e, de um modo explícito, na memória coletiva. O caminho a ser percorrido estava à nossa frente. E, conforme afirma Maurice Halbwachs,

(...) Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles

⁷ Ver em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. p. 13-37.

⁸ Ver em: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 461-469.

guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial.⁹

O pensamento de Halbwachs foi fundamental para originar o tema “a violência”. Entretanto, apesar de todas as evidências para o desenvolvimento de uma futura pesquisa, a escolha do tema só ficou preeminente, quando se percebeu que, como afirma Paul Ricoer,

(...) o objetivo desta nova etapa de nossa investigação não consiste apenas em ampliar o campo dos procedimentos da representação escriturária, mas também em dar conta das resistências que as configurações narrativas e retóricas opõem à pulsão referencial que orienta a narrativa para o passado.¹⁰

O fato de se ter ficado, na dissertação, no nível das representações sociais, não nos impediu de ver além disso. Pelo contrário, incitou, instigou e contribuiu para que a violência perpetrada pelos discursos não se restringisse apenas às construções sociais, mas às guerras que estes impulsionaram e que tiveram como resultado as chacinas e tocaias, dirigidas, não só aos grupos políticos regionais e locais, mas também à população como um todo e ao imaginário das gerações seguintes.

Buscar, no passado, as origens da violência tornou-se uma necessidade para entendê-la não como prática desta ou daquela sociedade, mas como um meio que o homem sertanejo utilizou para se defender. Meio esse em que não se conheciam regras de “convivência”, e que apresentava baixo grau de institucionalização política, cujo convívio nem sempre era harmonioso entre os moradores.

Por outro lado, o espaço habitado pelo sertanejo, segundo Haruf S. Espíndola, “(...) foi [um] território que expandiu e se contraiu. Ao ser penetrado expandiu-se à área de domínio da lei e da ordem e encurtava-se o espaço do ilegal, da ausência da autoridade.”¹¹ Partindo da premissa de que o sertão era um lugar de violência, supostamente o sertanejo já trazia em si mesmo esse imaginário. Desde os tempos da América Portuguesa, quem nele adentrava, postulava dos moradores clemência e dizia estar a serviço do “Rei.” Portanto, era um território sempre vigiado pelas autoridades reais ou a seu serviço. Segundo Maria Efigênia Lage Resende,

D. Rodrigo da Costa, governador-geral do Estado do Brasil, trabalha durante todo seu governo, iniciado em 1702 e encerrado nos meados do segundo semestre de

⁹ HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990. p. 86.

¹⁰ RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p. 261.

¹¹ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 77-78.

1705, para impedir a comunicação da Bahia e de outras capitanias do Norte com as Minas pelo Caminho do Rio São Francisco.¹²

Essa vigilância observada por Resende, na região do Caminho do Rio São Francisco, vai ocorrer até aproximadamente fins do século XIX. Entretanto, ela não impediu os conflitos locais e muito menos a rivalidade entre seus moradores. Para Espíndola, o “(...) sertão era [um] território mal conhecido, pouco controlado e não apropriado efetivamente.”¹³ Espíndola, analisando Sérgio Buarque de Holanda¹⁴ acerca de fronteira, afirma que,

(...) permite perceber as diferenças que distinguiram paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas e idiomas que se confrontaram, ora se misturando numa nova composição, ora que sobrepondo, ora se impondo pela eliminação dos elementos mais fracos.¹⁵

Mas, como é sabido, conflitos e rivalidades existem em qualquer lugar, independentemente da localidade. Todavia, acreditamos que, com o objetivo de afastar forasteiros e aventureiros, e impedi-los de chegar às minas e burlar o fisco, a Coroa Portuguesa e as autoridades metropolitanas construíram no imaginário da conquista do “sertão” como “(...) espaços, por excelência, da exacerbação da violência (...).”¹⁶

Entretanto, conforme afirma Espíndola, “(...) não se pode perder de vista que o sertão foi um discurso sobre espaços e pessoas, uma construção simbólica com fins determinados.”¹⁷ E, ainda segundo Espíndola, “(...) o fato de ter existido para o Estado e a sociedade luso-brasileira não significa que seja real, pelo menos na perspectiva dos grupos indígenas.”¹⁸ O autor ainda infere que “(...) o olhar dominante não reconheceu nas diversas paisagens sertanejas a existência de uma dinâmica econômica e social; não lhe atribuiu uma história.”¹⁹

Nesta pesquisa, não se pretende atribuir ao “sertão” a característica de um lugar passivo e tranquilo: primeiro, por ter sido considerado fronteira²⁰ e, como tal, entendida numa perspectiva social em que, segundo o geógrafo Carlos Alberto F. da Silva, “É limite e

¹² RESENDE, Maria Efigênia Lago de. Itinerários e Interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lago de; VILLALTA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Cia. do Tempo, 2007. vol. 1. p. 35.

¹³ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 78.

¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteira*. 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 12-13.

¹⁵ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 78..

¹⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 23.

¹⁷ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 78.

¹⁸ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen apud CORRÊA, Dora Shellard. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 78-79.

¹⁹ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005. ESPÍNDOLA. p. 79.

²⁰ Ver em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteira*. 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 9-15.

processo social, simultaneamente.”²¹ E, conforme ele, “(...) pode ser borda de um processo social singular de integração de áreas num modelo de desenvolvimento dominante.”²²

Segundo, porque seria impossível negar, no sertão, as evidências e contradizer as falas de seus atores sociais, ainda que apresentem uma espécie de atributos relativos à violência que, literalmente, há pouca exequibilidade por se tratarem, na sua maioria, de depoimentos, ou seja, de processos-crime. Para Carlos Becellar, “A convocação de testemunhas, sobretudo, nos casos de crime de morte, de agressão física e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado.”²³

E terceiro, por ser inegável que, “(...) a violência que perpassa a sociedade brasileira é uma forma de relação social, fruto de um processo histórico que consumiu alguns séculos e que foi incorporada, (...) ao cotidiano da população, contrariando uma pretensa tradição pacífica de nossa história.”²⁴ Dessa forma, não há como conceber passividade em lugares como o “sertão”, em função da condição social de ser dativamente violenta e também por essa já ser inerente aos sertanejos, desde os primeiros tempos da colonização. Partindo desses princípios e dos objetivos desta pesquisa, encontramos, na historiografia, reflexões que nos permitem analisar o “sertão” como espaço ou não de violência.

Por esse motivo, o sertão sempre provocou e vem provocando debates e reflexões. Foi e é objeto de estudo de inúmeras pesquisas da história, da antropologia e da literatura, pela interface que apresenta seus conceitos e seus desdobramentos. Para Janaína Amado, no “conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões quanto a de sertão.”²⁵

Dentre as categorias, a autora privilegia: espaço, pensamento social, cultura e construção durante a colonização. Remetendo-se à categoria especial, afirma que “(...) entre os nordestinos, é tão crucial, tão preñe de significados, que, sem ele, a própria noção de

²¹ SILVA, Carlos Albert Franco da. *Território e territórios*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 283. (Coleção espaço território e paisagem)

²² SILVA, Carlos Albert Franco da. *Território e territórios*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina., 2007. p. 284. (Coleção espaço território e paisagem)

²³ BECELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Basanezi (Org.) *Fonte histórica*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 37.

²⁴ CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*. 2004. 259 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004. p. 14.

²⁵ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, Brasília, DF: UnB, n. 15. p. 145-151, 1995.

‘nordeste’ se esvazia, carente de um de seus referenciais essenciais.”²⁶ Amado finaliza a referência sobre o espaço dizendo que,

(...) “sertão” é, também uma referência institucionalizada sobre o espaço no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), designa oficialmente uma das subáreas nordestinas, árida e pobre, situada a oeste das duas outras, a saber: “agreste” e “zona da mata.”²⁷

Quanto ao pensamento social brasileiro, Amado nos afirma que “(...) é uma das categorias mais recorrentes (...), especialmente no conjunto de nossa historiografia.”²⁸ E acrescenta “Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descrevem, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil (...)”²⁹ Ainda conforme a autora, incluem nessa categoria autores como: Varnhagem, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Euclides da Cunha, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Holanda, Cassiano Ricardo.

Nos anos 1950, Amado nos informa que o tema sertão foi deixado um pouco de lado pelos historiadores, na perspectiva do pensamento social. Mas muito utilizado por sociólogos como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Douglas Teixeira Monteiro e Maurício Vinhas de Queiroz e antropólogos, como Neide Esterci e Otávio Velho. E, nos anos 1990, segundo a autora, reaparece na historiografia nas obras de Giucci e Monteiro.³⁰

Dentro da categoria cultural, Janaína Amado nos afirma que o “‘Sertão’ ocupa ainda lugar extremamente importante na literatura brasileira, representando tema central na literatura popular, especialmente na oral e de cordel, além de correntes e obras literárias cultas.”³¹ Nessa categoria, a autora destaca vários escritores, dentre os quais citamos: Afrânio Coutinho, Walnice N. Galvão, Afonso Arinos, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Ariano Suassuna e João Ubaldo Ribeiro.³²

Por fim, Janaína Amado nos apresenta a categoria de “sertão” construída durante a colonização. A autora nos informa que “Talvez desde o século XII, com certeza desde o século XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a “sertão” ou “certão”, para

²⁶ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15 p. 145.

²⁷ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15 p. 145.

²⁸ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15. p. 145-146.

²⁹ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 146.

³⁰ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 146.

³¹ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 146

³² AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 146

referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa.”³³ Segundo Amado, “A partir do século XV, usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguas a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam.”³⁴

Conforme Amado, dentro da categoria construída pela colonização, o tema “sertão” ou “certão” foi amplamente utilizado e teve vários significados, entre eles alguns provenientes do latim clássico como *sertanum* (trançado), *desertum* (desertor) e *desertanum* (lugar desconhecido para onde foi o desertor).³⁵ Porém, conforme a autora, “Desde o século XVI, as duas grafias foram empregadas por numerosos viajantes e cronistas do nascente império português na África, Ásia e América, com o sentido já apontado, de grandes espaços interiores, pouco ou nada conhecidos.”³⁶ E acrescenta que,

(...) a descoberta, a partir do século XVII/ início do XVIII, de grande quantidade de ouro, em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás e a conseqüente explosão demográfica, acumulação de fortunas, fundação de núcleos urbanos e implantações de pesada burocracia lusa não foram capazes de modificar substancialmente os significados de ‘sertão’.³⁷

No século XIX, conforme a autora, “‘sertão’ estava de tal modo integrado à língua usada no Brasil, que os viajantes estrangeiros, em visita ao país, registraram a palavra, utilizando-a várias vezes em seus relatos.”³⁸ Amado destaca Johnn Pohl e Saint-Hilaire.³⁹ Entretanto, alerta-nos que

(...) “sertão” foi uma categoria construída primeiramente pelos colonizadores portugueses, ao longo do processo de colonização. Uma categoria carregada de sentido negativo, que absorveu o significado original, conhecido dos lusitanos antes de sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitado.⁴⁰

³³ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 147.

³⁴ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 147.

³⁵ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 147.

³⁶ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 147.

³⁷ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15.p. 147.

³⁸ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15. p. 148.

³⁹ Cf.: FERRI, Mário Guimarães. Apresentação. In: *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda, 2000. Auguste de Saint-Hilaire, naturalista e botânico, nasceu em Orleans (França) a 04 de outubro de 1779 e faleceu em Turpiniere (França) em 30 de setembro de 1853. Escreveu entre outras obras: *Flora Brasiliense* e *Flora Brasiliæ Meridionalis*, (1824 a 1833). *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*; *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*; *Viagens às Nascentes do Rio São Francisco*; *Viagem à província de Goiás*; *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*; *Viagem ao Rio Grande do Sul*; Segunda viagem do RJ a MG e São Paulo. (1822).

⁴⁰ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*. Brasília, DF: UnB, 1995. N. 15. p. 148.

As inferências de Janaína Amado sobre o “sertão”, dentro de uma categoria construída durante a colonização, também estão presentes nas fontes (relatos de viajantes) consultadas sobre o norte de Minas Gerais e Montes Claros. Dentre os viajantes, encontram-se Auguste de Saint-Hilaire (1817)⁴¹ e Johann Emanuel Pohn (1819).⁴² Desses autores, extraímos fragmentos que nos possibilitam delinear um “sertão” “mal conhecido” e “mal entendido” e por isso violento e pérfido.

Considerando tais apontamentos, tornou-se relevante e significativo refletirmos sobre a “violência” que aparece, principalmente, tanto nas representações sociais e políticas das fontes escritas quanto no imaginário social. Entretanto, é salutar lembrarmos que, apesar das interfaces que faremos, segundo Barros, a “História do Imaginário não se ocupa propriamente destas longas durações nos modos de pensar e de sentir, mas sim da articulação das imagens visuais, verbais e mentais com a própria vida que flui em uma determinada realidade.”⁴³

Partindo da reflexão de Barros, analisar a “violência”, tomando por base uma metodologia de longa duração⁴⁴ não é tarefa fácil. Segundo Fernand Braudel,

Entre os diferentes tempos da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem embaraçante, complicado, amiúde e inédito. Admiti-lo no coração de nosso mister não será um simples jogo, a habitual ampliação de estudos e curiosidades. Não se tratará, tampouco, de uma escolha cujo único beneficiário será ele. Para o historiador, ocultá-lo é prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma alteração de pensamento, a uma nova concepção do social.⁴⁵

Para Braudel, “(...) todos os misteres das ciências sociais não cessam de transformar-se em razão de seus movimentos próprios e do vivo movimento do conjunto. A história não faz exceção. Nenhuma quietude está à vista e a hora dos discípulos não soou.”⁴⁶ E, acrescenta que, “(...) a história é a soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de misteres e de ponto de vista, de ontem, de hoje e de amanhã.”⁴⁷ Em uma linha de raciocínio muito próxima, Roger Chartier nos alerta que, “Em cada momento, a “instituição histórica” se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos

⁴¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 327.

⁴² POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo; Universidade de São Paulo, 1976. p. 114-115.

⁴³ BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 94.

⁴⁴ Ver em: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41-78.

⁴⁵ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 52-53.

⁴⁶ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007 p. 53.

⁴⁷ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007 p. 53.

legítimos e os que não o são e, portanto, são excluídos ou censurados.”⁴⁸ Analisando Braudel e Chartier, nota-se que a “violência” foi e é, antes de tudo, resultado das normas de ações que os homens dirimem ou não, dependendo das necessidades de cada momento político-social.

Todavia, após analisar as fontes, entre elas os jornais, percebemos uma interface entre imaginário e representação e a possibilidade de analisar a “violência” nesse conjunto. Assim, buscamos, principalmente, fazer um diálogo em que, segundo Barros,

(...) a História do Imaginário volta-se para objetos mais definidos: um determinado padrão de representações, um repertório de símbolos e imagens com a sua correspondente interação na vida social e política, o papel político ou social de certas cerimônias ou rituais, a recorrência de determinadas temáticas na literatura, a incorporação e interditos sociais nos modos de vestir, a teatralização do poder [consolidada na cultura política].⁴⁹

A análise de Barros nos permite perceber nas fontes – processos-crime, jornais, crônicas, memórias – o papel que têm as representações na vida político-social do sertão e o imaginário que se construiu tomando-o como lugar de violência, barbárie e inospitalidade. E, a partir dessa construção, assenhoreou dele, de modo a não permitir outros olhares. Assim, evidentemente, o “sertão” tornou-se o sinônimo dos homens insolentes, facínoras e bandidos e o lugar, por excelência, da violência.

Com esses aspectos, o objetivo desta tese é compreender como se constituiu uma cultura política no norte de Minas em que a violência foi parte integrante e forte do repertório das ações tanto interpessoais, quanto coletivas, quanto institucionais para sustentar no cotidiano local, regional e nacional o “sertão” como lugar de “fronteira”, “limite” e malignidade. Assim, analisar questões como a “violência” tornou-se um repto e poderá ressignificar nosso passado, com possibilidade de entendê-la e defini-la de acordo com cada momento histórico e conforme o poder que exerce, enquanto elemento de dominação político-social.

Para analisar violência, sertão, imaginário, representação e cultura política foi necessário, em função do trabalho histórico e dos diversos significados que apresentam, delimitarmos o nosso recorte temporal entre os anos de 1830 a 1930, pela incidência da violência político-social no período e pelo número relevante de documentos processuais disponíveis nos arquivos públicos, como no Fórum Gonçalves Chaves.⁵⁰ Apesar de saber que

⁴⁸ Ver em: CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.18.

⁴⁹ BARROS, José D’ Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 95.

⁵⁰ Os processos criminais pesquisados encontram-se sob a custódia da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – DPDOR da Universidade Estadual de Montes Claros, desde 2000.

há a possibilidade de se fazerem críticas acerca da vulnerabilidade da pesquisa, devido ao recorte temporal ser muito extenso, há, em Fernand Braudel a seguinte explicação: “Longa duração, conjuntura, evento se encaixam sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala.”⁵¹ E acrescenta: “participar em espírito de um desses tempos, é participar de todos.”⁵² Para esse autor, “toda ciência vai assim do complicado ao simples.”⁵³

O recorte espacial – norte de Minas – evidenciando, em especial, Montes Claros, deveu-se ao uso da violência como estratégia de acesso, exercício e manutenção do poder político, tanto no século XIX, quanto nas primeiras três décadas do século XX.

Acreditamos que o recurso da violência, observado no jogo político do município, desde o povoamento da região do Norte de Minas, é uma característica da cultura política. E essa se constituiu na região, tendo como objetivo o domínio econômico, social e, principalmente, político, de grupos que se alternavam no poder: Camilistas (Conservadores) e Honoratistas (Liberais).⁵⁴ Tais grupos foram protagonistas de acontecimentos, como “A Tocaia Sinistra dos ‘Liberaes,’”⁵⁵ que colocou a cidade de Montes Claros, assim como o sertão norte-mineiro, no cenário nacional e contribuiu, ao mesmo tempo, para a construção de representações da região como um lugar marcado pela rivalidade e pela violência.

Esse episódio, porém, não foi um fato único e isolado no campo político do município. Para entendermos a violência como forma de instituir as relações de poder no norte de Minas e, em especial, em Montes Claros, basta verificar, dentre outros documentos, os cronistas e memorialistas locais e o arquivo do Fórum Gonçalves Chaves. Assim, perceberemos o grande número de crimes ocorridos na cidade nos séculos XIX e XX, motivados por causas políticas. Vale lembrar que esse fator pode estar relacionado ao processo de povoamento da região, que se deu por volta de 1691, em função do movimento bandeirantista, liderado por Fernão Dias Paes Leme que adentrou o sertão a fim de capturar índios para o trabalho escravo e encontrar as “tão sonhadas esmeraldas”.

Tal fato favoreceu a entrada, saída e permanência de forasteiros, que passaram ou vieram para a cidade, atraídos pela agricultura, pecuária e comércio, originando, dessa forma, um cotidiano bastante hostil. As hostilidades, somadas ao fato de Montes Claros funcionar como entreposto comercial e não como núcleo de povoamento, acarretaram atraso no

⁵¹ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 72.

⁵² BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 72.

⁵³ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 76.

⁵⁴ PORTO, César Henrique de Queiroz. Paternalismo, *Poder Privado e Violência*: O Campo Político Norte-mineiro durante a Primeira República. Montes Claros, MG. p. 88-89. Unimontes, 2007.

⁵⁵ Jornal Gazeta do Norte. 13 de fevereiro de 1930. ANNO XII – Nº 709. p.1.

desenvolvimento urbano e político-social, observado em localidades próximas, como Cruzeiro, conforme nos relatou Urbino Vianna:

Formigas se desenvolveu mui demoradamente, visto o Padre Theotônio Gomes de Azevedo ter procurado o ponto mais conveniente para localizar-se, e que foi à margem da estrada das boiadas, junto a um Cruzeiro por elle erguido e que se tornou ponto centrico do povoado que se formava, sendo ali construídas as casas de residência do referido sacerdote e de seus agregados. (...) O comércio constante que se fazia ali, e que constituía na permuta ou venda de gados, produções do solo, pequenas indústrias, mercadorias vindas da Bahia, etc., deu rápido incremento ao povoado, que prosperou mais que os outros, já pelo motivo da presença do Padre Theotônio, já pela facilidade do comércio, mantido pela passagem nas estradas, dos quaes era ponto de união ou interseção.⁵⁶

Por esse relato, percebemos que houve uma grande circulação de pessoas e mercadorias no arraial de Formigas. Essa presença, tanto de pessoas quanto de mercadorias, possibilitou um desenvolvimento econômico e político-social ao município, mas, ao mesmo tempo, aflorou e desenvolveu as rivalidades políticas que vigoraram em Montes Claros por quase um século: 1831 a 1930.

Dois apontamentos de Viana a esse respeito nos chamaram a atenção:

14 de Abril de 1841:

(...) As oito e meia horas da noite tentaram contra a vida do Coronel José Pinheiro Neves. (...) A pujança do partido liberal nesta cidade era a preocupação constante de seus adversários – os conservadores, que procuravam, (...) diminuir-lhe a importancia, (...). (...) Melhor ocasião não podia apparecer que a revolução libertaria de 42, fracassada mais pela traição que pela fraqueza, em a qual, era voz corrente, estava comprometido o vigario Chaves, e não levaria muito entraria francamente em acção. (...) Os ódios recrudesceram; e, após alguns annos, estando na pasta da guerra Manoel Filizardo de Souza e Mello, conseguiram os Conservadores a vinda do Alferes Joaquim Pinto Paca (1849), que foi autor da mais séria perturbação da ordem nesta cidade, commettendo tropelias e obrigando os liberaes a deixa-la sob pressão de ameaças serias, em breve traduzidas em factos.⁵⁷

No primeiro apontamento, o memorialista relatou um delito cometido contra o Coronel José Pinheiro, homem público, porém comprometido com rixas políticas. No segundo comentário sobre “A Revolução Liberal de 42 e os acontecimentos de 49,”⁵⁸ também abordou rivalidades políticas ocorridas em Montes Claros, no mesmo período, levando-nos a entender que as rixas e rivalidades, em nível político-social, sempre estiveram presentes no

⁵⁶ VIANNA, Urbino de Sousa. *Monographia do Município de Montes Claros*: Breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p.48.

⁵⁷ VIANNA, Urbino de Sousa. *Monographia do Município de Montes Claros*: Breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p.68; 73-74.

⁵⁸ VIANNA, Urbino de Sousa. *Monographia do Município de Montes Claros*: Breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916 p.73.

cotidiano da cidade e que a violência fazia parte do cenário político. Conforme a crônica de Vianna,

Houve quem se propuzesse para o assassinio do Alferes, sendo repellido pelo Conego Chaves, visto o mesmo não se coadunar com seus princípios de horror ao crime. Meios outros foram empregados e o Alferes Pacca se retirou, deixando perpetuamente a fama da sua estadia, época do mais frisante desrespeito á lei e aos direitos individuaes.⁵⁹

No fragmento acima mencionado, Urbino Vianna deixa evidente que a criminalidade e a violência encontraram, na política local, sua identidade propalada até a primeira República, quando a cidade de Montes Claros se tornou uma praça de guerrilha, no período da revolução de 30,⁶⁰ conforme afirma Nelson Viana em sua crônica, *Foiceiros e Vaqueiros*. Isso pode ser verificado em vários momentos da história, no recorte temporal aqui analisado.⁶¹

Todavia, é pertinente lembrar que analisar a “violência” com foco na cultura política, no espaço delimitado, conhecido como “sertão”, não possibilita ao historiador um número bastante significativo de fontes. Nesta pesquisa, pauta-se no registro dos processos criminais que são definidos, segundo Regina Caleiro, como “(...) testemunhos dos momentos que se quebra o senso comum e afloram as tensões entre vítimas e algozes originando diversas formas de violência.”⁶²

No norte de Minas, os processos-crime representam, quase em sua unicidade, o pensamento de Caleiro. E, refletindo sobre eles, podemos dizer que, conforme Caleiro, citando Boris Fausto,⁶³ “(...) apreendida em um nível mais profundo, a criminalidade expressa há um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de representações e valores sociais.”⁶⁴

⁵⁹ VIANNA, Urbino de Sousa. *Monographia do Município de Montes Claros: Breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916 p. 74.

⁶⁰ VIANA, Nelson. Outubro de 30. *Foiceiros e vaqueiros*. Rio de Janeiro: Irmãos Ponguetti editores. 1964. p.395

⁶¹ A título de exemplo, podemos citar os seguintes documentos: “TERMO DA COMARCA DE MONTES CLAROS” Ano: 1918. data: 05/07. Autor: A justiça . Réus: Carlos Catão Prates (professor), Mariano Martins dos Santos (soldado), Theodorico Júlio dos Santos (soldado) vitima a coletividade: Ação: Tirada ou fugida de presos do poder da Justiça e arrombamento das cadeias (art. -32). Processo criminal datado de 05 de maio 1913; Processo criminal datado de 02 de março 1918; Processo criminal datado de 17 de abril 1927 sob N° 150; Processo criminal datado de 27 de junho 1927 sob N° 247; Processo criminal datado de 25 de fevereiro de 1930. Todos esses processos criminais são pertencentes ao fórum Gonçalves Chaves, sob a custódia da divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes/ DPDOR.

⁶² CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004.p. 16.

⁶³ Ver FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade e São Paulo 1880/1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁶⁴ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade e São Paulo 1880/1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984 p. 16.

Analisando o que nos indica Boris Fausto, é oportuno lembrar que os processos criminais trazem como evidência o discurso da violência. Entretanto, esse discurso traz, como matriz de sentido, representações e valores sociais que, em sua maioria, foram construções do delegado e do escrivão. Assim, como denota Arlette Farge,⁶⁵

(...) Desconcertante e colossal, o arquivo [do judiciário] atrai mesmo assim. Abre-se bruta para um mundo desconhecido, em que os rejeitados, os miseráveis e os bandidos fazem a sua parte em uma sociedade vigorosa e instável. Sua leitura provoca de imediato um efeito de real que nenhum impresso, por mais original que seja, pode suscitar.⁶⁶

A análise de Farge corrobora o pensamento de Boris Fausto e nos faz perceber que os processos criminais trazem a subjetividade de quem os escreveu e, muitas das vezes, a forma de relatar os fatos componentes do crime, evidencia-se a violência como cultura política e como mecanismo capaz de construir, no imaginário político-social, o “sertão” como lugar de barbárie, ou seja, são representações sociais que, segundo a análise de Francisco J. Calazans Falcon,

(...) é um conceito chave da teoria do conhecimento (epistemologia), tal como esta se desenvolveu na filosofia ocidental, desde a Grécia até a modernidade, tendo como seu centro o *logos*, ou *consciência racional*. Qualquer que seja a vertente considerada – racionalista (Descartes), empirista (Loke), transcendental (Kant) –, Representar, (...), remete a uma atividade do sujeito do conhecimento e sua capacidade de “conhecer”, isto é, de apreender um “real” verdadeiro para além das aparências de um “real” produzido pelo senso comum.⁶⁷

Tomando como base a análise de Falcon, mergulhou-se nos processos criminais os quais têm a “violência” como principal indício de crime. Entretanto, percebe-se que, na fala dos denunciados, há expressões e sentenças escritas conforme o entendimento do escrivão ou de quem os interrogava. Não eximimos aqui a culpa dos denunciados, mas a forma como os depoimentos foram registrados. Nos registros é notório o tratamento diferenciado dado entre os pobres, os miseráveis e os detentores de poder econômico e político-social. Há um destaque, também, para as falas daqueles que eram possuidores de títulos, principalmente, os coronéis.

Tem-se, assim, um emaranhado de atos que são apontados como “violência”, mas que refletindo sobre “violência” em José Pereira, não passam de agressão. Conforme o autor,

⁶⁵ FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris, França: Éditions du Seuil. Septembre, 1989. p. 11-12.

⁶⁶ FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris, França: Éditions du Seuil. Septembre, 1989. p. 12-13.

⁶⁷ FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flanmarion; MALERBA, (Org.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papius, 2000. p. 46.

Não há pois como confundir agressão – impulso natural do homem, como ser vivo – com *violência* – agressão calculada, programada, consciente, voluntariosa, objetivamente cruel, “viva”, (...), principalmente física, mas que pode ser também psíquica, moral, pela ação, pela palavra, pelo gesto, com todas as suas nuances.⁶⁸

A opção, nesta pesquisa, por uma abordagem metodológica em que as diversas formas de “violência” são mencionadas, principalmente a violência interpessoal, deveu-se ao grande número de registros encontrados no período estudado (1830-1930). Entretanto, vale lembrar que, por suas recorrências, foram pontuados delitos como: ameaça, estupro/violência, homicídio, lesão corporal, rapto, roubo e extorsão no período delimitado nesta pesquisa. Ainda que tais violências sejam explícitas e, portanto, ocorrências cotidianas, na presente pesquisa, optou-se por enfatizar “violências” como: crimes políticos, chacinas e tocais, uma vez que consideramos serem essas violências geradoras de sofrimentos sociais muito mais amplos⁶⁹ pois são as que aparecem em destaque nos diversos veículos de comunicação, a exemplo dos jornais, produzindo uma representação de ‘sertão’ violento e sanguinário.

Por fim, analisar, refletir e interpretar o universo da “violência” por meio do arquivo – principalmente do judiciário – é, como afirma Farge, “Fundos de arquivo cuja definição científica felizmente não esgota nem seus mistérios nem sua profundidade.”⁷⁰ Nesse sentido, Sidney Chalhoub nos apresenta algo complementar ao afirmar que

(...) ler processos criminais não significa partir em busca “do que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.⁷¹

Percorrendo o caminho acima apontado, buscou-se entender a “violência”, ocorrida e denunciada no “sertão” norte mineiro, como prática de uma sociedade que desconhecia leis e normas de convivência institucionalizadas. Com códigos e leis próprias e consuetas, a violência determinava o funcionamento político-social do “sertão” e de quem por ele transitava. Entretanto, conforme Maria Efigênia L. de Rezende, “sobretudo nos primeiros

⁶⁸ PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 28.

⁶⁹ CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004 p. 18 apud CHALHOUB. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 209.

⁷⁰ FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris, França: Éditions du Seuil. Septembre, 1989 p. 12.

⁷¹ CHALHOUB. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 23.

tempos,”⁷² os desmandos ocorriam nas diversas regiões de Minas Gerais. Sobre as “minas”, afirma que:

Retratam realidades geográficas diversas, sendo percebidas mais como um espaço em que imperam os desmandos dos potentados locais que um território em formação. Esse entre-lugar/território pode bem ser definido em duas origens como uma “terra sem lei e sem rei.”⁷³

Essa era a realidade político-social existente no norte de Minas, principalmente no século XIX (1830 – 1900). Com o advento da República,⁷⁴ pouco ou quase nada mudou. Segundo José Murilo Carvalho, “Apesar de existir consenso na literatura sobre o avanço da modernidade no Brasil após 1870, a tradição foi suficientemente forte para manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal, hierárquica.”⁷⁵ Assim, a sociedade norte-mineira era pontualmente cumpridora desses valores e, ainda, apresentava-se literalmente antagônica. Conforme o autor supracitado, “Este era o Brasil sertanejo que agitava e revelava seus valores antagônicos aos das elites modernizantes urbanas.”⁷⁶ Como afirmamos anteriormente, a República não trouxe a modernidade esperada, tampouco a igualdade de direitos e de cidadania. Segundo Carvalho,

Havia ainda o vasto mundo rural que mantinha silencioso, submetido ao poder dos grandes proprietários de terra, inclusive nas áreas de agricultura de exportação. (...) O resto do mundo rural era o reino dos coronéis que dominavam os partidos republicanos estaduais e davam sustentação ao governo federal e estabilidade à república Oligárquica. Este mundo, assim como essa república, da qual estavam excluídos 95% dos cidadãos, nada tinham de moderno. Era um mundo de analfabetismo, de trabalho semi-escravo, de ausência de direitos, de paternalismo.⁷⁷

Nesse mundo descrito por Carvalho, encontrava-se a estrutura agropastoril e político-social no norte de Minas que, lamentavelmente, vivia a mercê da violência imposta pela lei do mais forte e daqueles que detinham o poder econômico e político-social.

⁷² RESENDE, Maria Efigenia Lage de. Itinerários e Interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luis Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 207. p. 32.

⁷³ RESENDE, Maria Efigenia Lage de. Itinerários e Interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luis Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica Companhia do Tempo, 207. p. 32.

⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 107-129.

⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 p. 107.

⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 p. 116.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998 p. 116.

A revisão bibliográfica que se pontuou considerou uma historiografia voltada para a análise dos conflitos, das tensões, das relações e dos comportamentos sociais que violam normas legalmente constituídas ou impostas, porém aceitas em diversas sociedades em diferentes momentos históricos. Yves Michaud, em “A Violência,”⁷⁸ introduziu a obra com a definição do tema e perpassou a história, sociologia, violência contemporânea, gestão e controle, causas sob o ponto de vista antropológico, abordagens sociológicas e filosofias da violência.

No trabalho de Michaud, encontram-se conceitos essenciais de violência para se embasar, teoricamente, a pesquisa, em sua interface com a Sociologia, a Antropologia e a Filosofia. A obra de Yves Michaud também foi de grande valia como paradigma para a organização dos dados quantificadores de quadros que denotam os períodos, os municípios mais violentos, os delitos mais cometidos e os motivos para que pudéssemos analisar numericamente dados como: anos, local, zona mais violenta, tipo de arma usada e outras informações que nos permitissem avaliar o universo da violência ocorrida no norte de Minas no período analisado (1830-1930).

Em “Sobre a Violência,”⁷⁹ de Hannah Arendt, a autora evidencia a forma como o século XX apoiou-se nas novas tecnologias e na violência.⁸⁰ E, a partir do conhecimento dessa revolução tecnológica, passou-se a aplicá-la, amplamente, dentro das ações políticas.⁸¹ Nessa obra, a autora nos afirma também que, na verdade, a violência não cria o poder, mas sim o destrói.⁸² Para essa inferência, observa-se que:

Ela fundamenta essa sua afirmação ao caracterizar a violência como instrumento e ao diferenciá-la do poder (a capacidade de agir em conjunto); do vigor (que é algo no singular, como no caso do vigor físico de um indivíduo); da força (a energia liberada por movimentos físicos ou sociais) e da autoridade (o reconhecimento inquestionado que não requer coerção nem persuasão, e que não é destruído pela violência, mas pelo desprezo).⁸³

A partir da argumentação de Hannah Arendt, foi possível perceber, nos processos criminais, o uso da violência enquanto instrumento. E, a partir desse instrumento, construir uma imagem do norte de Minas, “sem rei e sem lei”, em que o poder econômico fez gerir o poder social e político e fez com que a violência fosse multiplicada, tendo respaldo nos

⁷⁸ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

⁷⁹ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁸⁰ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 p. 10.

⁸¹ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 p. 10.

⁸² ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 p. 11.

⁸³ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 p. 11.

instrumentos fornecidos pela tecnologia,⁸⁴ lógica presente na grande maioria da violência cometida pelos potentados do norte de Minas, principalmente nos anos finais do século XIX.

Essa observação pode ser vista nos delitos de homicídio e lesão corporal e leva a concluir que a violência se afigura como forma extrema de um contra todos. O que surge do cano de uma arma não é o poder, mas a sua negação, e desse “poder de negação” não brota o seu oposto. Assim, o sertão norte-mineiro apresentou uma violência que, aos olhos do imaginário social, era extrema.

José Pereira, em a Violência: uma análise do “*Homo brutalis*,”⁸⁵ vai proporcionar uma riquíssima análise acerca do tema, suas causas, espaço, crédito e criminologia. Ao abordar o tema, lembra-nos que a: “(...) violência está de tal forma integrada no cotidiano, que o homem parece não poder prescindir dela, na rua ou no recesso do lar. Sem nos determos nos vários aspectos da criminalidade, ela está presente nas mais diferentes manifestações humanas.”⁸⁶

Essa reflexão de Pereira elucida o que ocorreu no norte de Minas, no período analisado (1830-1930). A violência aparece nos processos criminais como parte integrante da vida social, tanto regional quanto local. A análise de Pereira, ao refletir sobre o índice desenfreado da criminalidade, alerta-nos que, nos dias atuais, a violência tem melhor aplicabilidade, graças ao contexto social.⁸⁷ E, para elucidar melhor sua linha de raciocínio, o autor cita o exemplo do caçador como sendo um típico caso da natureza selvagem do homem.⁸⁸ Nesse argumento, encontra-se sentido para o número de delitos perpetrados no norte de Minas, no período analisado, sem um motivo aparente.

Conforme Pereira, “a criminologia (...) integrando a ciência do comportamento humano, assume realmente conotações imensas, inter-relacionando-as com outras ciências, buscando estudar e compreender o homem (...).”⁸⁹ E é essa compreensão que se deseja obter para serem entendidas as práticas criminosas que colocam o homem, como afirma Pereira, citando Barrington Moore Jr., dentre os seres vivos como o mais violento pela grande incidência de atos violentos que este impõe à sua própria raça.⁹⁰

Em sua obra: *Trabalho, Lar e Botequim*,⁹¹ Sidney Chalhoub afirma que: “(...) um cotidiano rico e contraditório revelador de entrechoques diversos, dos poderes e das resistências a esses poderes, elege não raramente fontes dialógicas como os inqueritos

⁸⁴ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 p. 11.

⁸⁵ PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “Homo Brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

⁸⁶ PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “Homo Brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 p. 15.

⁸⁷ PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “Homo Brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 p. 108.

⁸⁸ PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “Homo Brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 p. 109.

⁸⁹ PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “Homo Brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 p. 109.

⁹⁰ PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “Homo Brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 p. 108

⁹¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

policiais.”⁹² Nesse trabalho, o autor, utilizando o que Barros define como micro-historiografia, recupera as práticas sociais dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro, no início do século XX (1907), período em que, segundo Chalhoub, figurava nos anais da história como o das reformas urbanísticas que mudaram substancialmente o panorama do Rio de Janeiro,⁹³ em função do trabalho realizado pelo Prefeito Pereira Passos e da associação com o capital estrangeiro.

Nessa obra, o autor também permite perceber como, por meio das diversas versões de um crime, provenientes dos depoimentos do réu e das testemunhas, as fontes são portadoras de representação, expectativas e diferenciações que revelam um cotidiano delineado pelo imaginário, repleto de resquícios peculiares de determinado grupo social, em se evidenciam o *modus vivendi* de tal grupo.⁹⁴ Chalhoub ainda nos permite entender que, como afirma Caleiro, “(...) a violência que depreende dos autos é algo normatizado, e que os indivíduos envolvidos desempenham papéis sociais previstos e aceitos, ou seja, agem de acordo com as regras de conduta preestabelecidas.”⁹⁵ Reflexões como essas estão presentes nas fontes (processos criminais) consultadas nesta pesquisa.

Outra autora também fundamental para a análise da violência e criminalidade, no norte de Minas Gerais, é Carla Maria Junho Anastasia em “Vassallos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII”⁹⁶ e “(...) a Geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas.”⁹⁷ Na primeira obra, a autora discorre sobre vários aspectos relativos à violência no espaço e no tempo delimitado, entre os quais, “Potentados e Bandidos: os motins do Sertão do São Francisco.”

Nessa discussão, Anastasia analisou, entre outros aspectos, “A revolta do Sertão do São Francisco” de 1736 que, segundo a autora, compreendeu uma série de motins os quais constituíram uma verdadeira rebelião, sem precedentes na história de Minas, dentro do período colonial.⁹⁸ Nessa reflexão, a autora informa que “Os motins resultaram do repúdio dos moradores do noroeste de Minas ao estabelecimento, em fevereiro de 1736, da taxa de

⁹² BARROS, José D’Assunção. *O campo da História : especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 168.

⁹³ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9

⁹⁴ BARROS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 175.

⁹⁵ CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004 p.20

⁹⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassallos Rebeldes: violência coletiva e nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

⁹⁷ _____. *A geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

⁹⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassallos Rebeldes: violência coletiva e nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998 apud VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918. p. 98.

capitação no Sertão do São Francisco e se generalizaram a partir dos entendimentos entre a gente miúda e os grandes potentados.”⁹⁹ Dentre esses motins está, conforme Anastasia, o “segundo movimento [que] iniciou-se em princípios de maio no sítio de Montes Claros, junto ao Rio Verde, contra o comissário da capitação, André Moreira.”¹⁰⁰

Segundo a autora, “(...) estes tumultos liderados por André Gonçalves Figueira, foram mais generalizados e mais violentos do que o da Barra do Rio das Velhas.”¹⁰¹ Essa análise foi útil a esta pesquisa por possibilitar uma reflexão acerca da violência empreendida na região, principalmente em Montes Claros, e também para o entendimento de que tanto a população regional, quanto a local tinha consciência da exploração econômica a que estava submetidas.

Na segunda obra, “A Geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas”, Carla Anastasia explora a construção dos espaços de violência propiciados pela (des)organização político-administrativa da Capitania de Minas Gerais; a terra de ninguém, em que os sertões da comarca do Rio das Mortes e do São Francisco são destacados e, por fim rapina, contrabando e “vendetta” no qual apresenta, entre outras reflexões, o bando de Montanha nos sertões do Distrito da Mantiqueira.

Essa obra permite várias reflexões, principalmente por analisar a violência coletiva ou interpessoal, presente nas Gerais, durante todo o século XVIII. Segundo a autora, uma apreciação mais cautelosa das relações da época¹⁰² vão ao encontro do pensamento de Robert Edgerton, de que a humanidade, dentro das organizações sociais, desenvolveu uma grande habilidade de coexistir com a violência.¹⁰³ Nessa análise, há o respaldo para se entender o grande número de delitos cometidos pela população regional e local (norte de Minas e Montes Claros) entre 1830-1930. Na obra “A Geografia do Crime”, Anastasia infere a respeito dos “desmandos das autoridades e de sua submissão aos poderosos.”¹⁰⁴ Segundo a autora, em 1801, José da Silva Magalhães

(...) [ainda] insistia na continuação das desordens e no crescente número de criminosos que freqüentavam a região do São Francisco, ‘de uma, de outra

⁹⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva e nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998 p. 61

¹⁰⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva e nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998 p. 71

¹⁰¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva e nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998 p. 71

¹⁰² ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 13

¹⁰³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005 p.13-14

¹⁰⁴ ANASTASIA, Carla Maria Junho *A geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005 p. 74

margem’, e tinham esconderijo seguro em Carinhanha, Malhada e outras localidades, sem que ele pudesse ‘dar remédio a tantos males por falta de força militar.’ Solicitava ao príncipe que lhe fosse mandado um destacamento dos Dragões.¹⁰⁵

Essa reflexão pode ser percebida na documentação consultada (processos criminais), ainda na primeira metade do século XIX (1832), quando se instalou o primeiro destacamento militar do município, demandado também por motivo de desordens e desassossego da população regional e local. As palavras do ouvidor ainda eram muito pertinentes no ano acima mencionado: “(...) tranquilizar [...] prendendo a toda a casta de delinqüentes [...] pois os ordenanças daqueles distritos são os protetores dos malfeitores para os terem prontos para suas prepotências.”¹⁰⁶ Em Montes Claros, no decorrer da primeira metade do século XIX, esses atos eram comuns e praticados pelas autoridades aqui instaladas.

Em “A Geografia do Crime”, a autora ainda apresenta a análise do trânsito do sertão do São Francisco para a Bahia e a tentativa das autoridades de proibir a passagem pelo Caminho Geral do Sertão para evitar os descaminhos do ouro e qualquer comércio, com exceção do de gado.¹⁰⁷ Um comércio desenvolvido no norte de Minas que possibilitou, entre outros aspectos, o desenvolvimento econômico e político-social, local e regional, e uma quantidade enorme de circulação de pessoas e mercadorias, como atestam os documentos e as memórias. Também permite afirmar que não houve isolamento regional e local no século XIX. Dessa forma, as obras de Carla Anastasia, acima mencionadas, foram essenciais para a reflexão sobre a violência no norte de Minas.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seu clássico “Homens Livres na Ordem Escravocrata,”¹⁰⁸ investigou a criminalidade na zona rural de São Paulo e demonstrou como a violência é elemento constante nas relações comunitárias rurais.¹⁰⁹ Nessa obra, a autora, num trabalho interdisciplinar com a Sociologia, afirma que: “privilegiou os processos-crime para reconstrução histórica das relações comunitárias.”¹¹⁰ E, conforme Franco, “de início pretendi[a] apenas localizar os aspectos sociais que por ventura estivessem registrados,

¹⁰⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005 p. 74

¹⁰⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005 p. 74 Documento citado pela autora encontrado no APM. SC.SG. Caixa 53. Doc. 39, 1801.

¹⁰⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do Crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005 p. 78

¹⁰⁸ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

¹⁰⁹ CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004 p. 21

¹¹⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974 p.17

desprezando as situações propriamente de tensão.”¹¹¹ Entretanto, segundo a autora, “Tal procedimento revelou-se impossível: (...) a violência aparecia por toda parte, como um elemento constitutivo das relações mesmas que se visavam conhecer.”¹¹²

Nesse caso, Maria Sylvia de Carvalho Franco nos informa que o uso da documentação pesquisada (processos-crime) foi em função da incidência de atos violentos, radicados na esfera social.¹¹³ E, partindo desse princípio, a autora analisou, inicialmente, o comportamento de homens e mulheres livres e pobres socialmente aceitos, em que a valentia era o bem mais exaltado na sociedade, e quem a tinha era temido e respeitado, como uma espécie de código. A esse aspecto do sertanejo, Franco denominou de “Código do sertão” e procurou refletir sobre os princípios que norteavam a conduta social.¹¹⁴

Dessa forma, Maria Sylvia de Carvalho Franco, ao refletir as relações amigáveis de vizinhos e parentes, trabalho e lazer, demonstra que, apesar dessa convivência, havia um clima hostil, de insegurança e de muita oposição, em que a coragem pessoal foi, sem dúvida, a arma que fomentou toda a violência, atributo padrão de comportamento naquela região. Assim, é possível notar que há uma semelhança significativa entre o mundo caipira, analisado por Franco, e o mundo rural, analisado nesta pesquisa, no qual a violência aparece como forma de resolver as questões cotidianas entre amigos, parentes e as pessoas que passavam pelo norte de Minas, no período estudado (1830-1930).

Entretanto, é pertinente dizer que as reflexões sobre violência aqui apresentadas também consideraram outras leituras provenientes dos relatos daqueles que aqui viveram, daqueles que por aqui passaram e daqueles que simplesmente ouviram contar as “histórias”. Sabemos que, sendo ponto de passagem para a Bahia, a região norte-mineira, demandava cuidados em relação à segurança. O caminho, por si só, tinha obstáculos e era temido e tenebroso. Assim, quem utilizava o “Caminho Geral do Sertão” vinha sempre prevenido e pronto para matar ou morrer, caso fosse necessário. Nas palavras de Carla Anastasia,

A situação dessas paragens fica explícita em carta enviada, em 1769, ao conde de Valadares por Manoel Jacome Soeiro, que afirmava “no sertão ser tão freqüentes as mortes e insultos que [pareciam esquecer] os homens de sua racional natureza”, executando naquelas terras indômitas “toda a qualidade de delitos sem o menor receio que os obrigue a depor a sua crueldade.”¹¹⁵

¹¹¹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974 p.17

¹¹² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974 p.17

¹¹³ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974 p.17

¹¹⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974 p.17

¹¹⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luis Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. p. 576.

De acordo com a reflexão apresentada pela autora, é possível dizer que o sertão norte-mineiro, desde o início de seu povoamento, fora habitado por régulas e a violência que se seguiu, nos séculos seguintes (XIX e XX), era resultado das práticas sociais de seus atores e, principalmente, da baixa institucionalização política da região. Segundo Anastasia, a riqueza aliada à ausência de autoridades, exceto juiz de órfãos de São Romão e “(...) poucos juizes de vintenas, permitiu a consolidação de território de mando dos potentados e trouxe, conseqüentemente, a dificuldade para controlar o poder desses patronos e a violência, (...)”¹¹⁶

Nos séculos XIX e XX, a documentação consultada – processos-crime – permitiu-nos afirmar que a violência continuava, o que, de certa forma, justifica a “representação” político-social e cultural da sociedade norte-mineira. A vida no “sertão” dependia exclusivamente dos moradores e de suas atitudes culturais, frente às instituições legalmente constituídas. Portanto, o respeito às leis e às pessoas dependia das relações político-sociais e da forma como se viam representadas no espaço (lugar). Os atos de violência eram atitudes “comuns” e “aceitas”, em determinadas regiões, como era o caso do norte de Minas.

Em relação às fontes utilizadas, em especial os processos criminais, foram escolhidas pela forma como representam a vida cotidiana e, muitas vezes, por deixarem transparecer o discurso do delegado e do escrivão. Segundo Caleiro, eles

Têm a capacidade de transmitir aos pesquisadores as práticas cotidianas, os valores, o desejo e o vivido pelos homens e mulheres, personagens das histórias. (...) São testemunhos dos costumes e da constituição do universo físico e mental do período, bem como da ação da justiça institucionalizada com relação aos envolvidos nos processos.¹¹⁷

Dessa forma, os processos criminais analisados propiciaram, entre várias ações, o cotidiano trivial, a violência interpessoal, conforme pondera Carla Anastasia, “(...) permitida pela quebra das formas acomodativas (...)”¹¹⁸ A violência política, fruto de uma cultura política iniciada desde o povoamento da região e as representações sociais que possibilitam, entre outras coisas, muito derramamento de sangue quando, principalmente, as forças políticas entravam em confronto direto e indireto. Maria Helena Pereira Toledo Machado,

¹¹⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luis Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007.p. 577.

¹¹⁷CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004 p. 25.

¹¹⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luis Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007 p. 576.

citada por Regina Caleiro, sobre os processos criminais constituírem fonte de pesquisa, apresenta o seguinte pensamento:

Apesar do caráter institucional desta fonte, ela permite o resgate de aspectos da vida cotidiana, uma vez que, interessada a justiça em reconstituir o evento criminoso, penetra no dia-a-dia dos implicados, desvenda a sua vida íntima, investiga seus laços familiares e afetivos registrando o corriqueiro de suas existências.¹¹⁹

Baseando nesse pensamento, os processos criminais foram eleitos como fontes essenciais desta pesquisa. E, por meio deles, no dizer de José D'Assunção Barros “(...) ver-se-á a espiar por trás dos ombros do delegado, mas munido da consciência de que o próprio delegado é mais uma das vozes contraditórias que se juntam ao processo.”¹²⁰ E, assim, entender que essas fontes, graças ao dialogismo e a todas as contradições, tornam-se reveladoras da essência do ser humano.¹²¹ E ainda, segundo Barros,

A tarefa do historiador, certamente, não será a de julgar um crime, mas avaliar representações, expectativas, motivações produtoras de versões diferenciadas, condições de produção destas versões, além de captar a partir da documentação detalhes que são reveladores do cotidiano do imaginário, das peculiaridades de um grupo social, das resistências, das práticas e modos de vida.¹²²

Nesse sentido, foi possível perceber as indicações de Barros e, certamente, entender os processos criminais analisados como *corpus* documental que possibilita depreender as relações político-sociais, conforme ajuíza Caleiro: “(...) relações de poder, amor, ódio e violência estabelecidas (...) [por seus atores sociais] com aqueles que com elas interagiram, conforme o que foi registrado na documentação.”¹²³ Não se pretende, neste trabalho, reafirmar o “sertão” norte-mineiro como lugar de violência, mas entendê-lo, historicamente, bem como as práticas criminais resultantes da baixa institucionalização política e como características de um determinado período de nossa história e, dessa forma, contribuir historiograficamente com a análise em questão.

¹¹⁹ CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004 p. 25. Apud MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistências nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 23

¹²⁰ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: Especialidades e Abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 173

¹²¹ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: Especialidades e Abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 175.

¹²² BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 175.

¹²³ CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004 p. 25.

Em segundo lugar, os jornais foram eleitos como fontes que, de certa maneira, possibilitaram-nos riquíssimas comparações em função das representações que fizeram dos atores sociais envolvidos, tanto nos crimes como em outras ações de violência. Mas, como afirma Roger Chartier, citado por Barros,

As representações, (...) inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” – em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representação”. Estas lutas geram inúmeras ‘apropriações’ possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano.¹²⁴

Nesse sentido, as representações foram genuinamente construídas por imposições e resistências políticas que, entre 1834-1930, efetuaram verdadeiras guerras entre situação e oposição, tanto verbal quanto por escrito (atas da câmara, jornais e revistas). Dessa forma, essas fontes foram portadoras de “poder” presente na noção de representação de Chartier, visto como um modelo de História Política.¹²⁵

A terceira e última fonte, que se evidenciou muito claramente nesta tese, foram as crônicas, memórias e relatos de viajantes que, desde a nossa pesquisa de mestrado, foram fundamentais para a construção do nosso trabalho. A princípio, devemos dizer que elas foram o motivo de ter se pensado no estudo da violência, não como regra, mas como estratégia de acesso, exercício e manutenção do poder político em Montes Claros e no norte de Minas entre 1830-1930.

Essas abordagens nos possibilitaram, entre outras reflexões, perceber, na escrita das fontes, uma narrativa bem próxima à realidade estudada, em função da não mobilidade político-social e econômica existente até hoje na região. Sobre as práticas coronelísticas, pouco ou quase nada mudou. A forma de dominação continuou usando a violência (física, verbal ou escrita) como recurso para a manutenção dos grupos no poder. Nas cidades do norte de Minas, a política ainda divide acentuadamente a sociedade. Construído em dois grupos, o jogo político determina as ações político-sociais e dirime o destino do município de forma inexplicável.

Além da situação acima exposta, foi possível notar nas crônicas, memórias e nos relatos de viajantes um discurso que possibilita afirmar o não isolamento regional, o comércio

¹²⁴ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 87-88. Apud Roger Chartier, “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *A História Cultural – entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990. p. 17.

¹²⁵ Ver em: BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 88

estabelecido com os grandes centros urbanos e a ativa participação política nos níveis: local, estadual e nacional. Assim, pode-se afirmar que tais fontes possibilitaram uma discussão muito rica e uma interlocução com outras ciências humanas. Fez-nos entender que, segundo Barros, “A riqueza de qualquer texto está no fato de que ele é simultaneamente um objeto de significação e um ‘objeto de comunicação cultural entre sujeitos.’”¹²⁶ Dessa forma, foi possível analisar processos criminais, jornais, crônicas, memórias e relatos de viajantes e deles construir e re-significar o nosso entendimento acerca da violência no norte de Minas e em Montes Claros, no período estudado (1830-1930).

Para a execução da pesquisa, foram delineados, na introdução, três caminhos bem definidos: síntese historiográfica da violência, com vistas aos esclarecimentos bibliográficos; familiarização do leitor com nossa teoria e, por fim, o tipo de fontes utilizadas para a análise.

No primeiro capítulo, apresenta-se “A Imagem do Sertão”, iniciando com o “sertão” na perspectiva dos viajantes e, em seguida, a análise do cotidiano social do norte de Minas e de Montes Claros. Nesse cotidiano, demonstram-se, pela tipologia de quadros, os tipos de crime e de violência mais acentuada no “sertão”. E, para finalizar, evidencia-se a violência entre senhor e escravo ou vice-versa, por considerá-la algo habitual e de relativa ocorrência, principalmente após a segunda metade do século XIX.

No capítulo dois, “O Universo da Violência”, após delimitar o espaço e o tempo, foram utilizados os processos criminais para mostrar o lugar onde a violência foi protagonizada. Entretanto, vale esclarecer que crônicas, relatos de viajantes e memórias locais permitiram uma proximidade com o século XIX, na região em que a violência foi o recurso empregado para dominar o território e determinar o cotidiano político social, principalmente em decorrência da baixa institucionalização política e por ser um lugar em que nunca se reconheceram as leis, mas sim o jogo político ali estabelecido. Para inferir a respeito dessa violência, foi elaborada uma tipologia, por meio de quadros, que demonstram quantitativamente os dados extraídos dos processos criminais, em relação à violência trivial. Da mesma forma, elaboramos quadros que nos permitem verificar os diversos tipos de crimes locais e os anos de maiores incidência da violência. E, por fim, demonstrar como a violência fazia parte do cotidiano político-social do norte mineiro.

No capítulo três, “Conservadores e Liberais, um duelo permanente: a cultura política no norte de Minas e em Montes Claros nos séculos XIX e XX”, privilegia-se a cultura política

¹²⁶ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004 p. 136

construída, desde o povoamento da região, em que a disputa pelo poder foi sempre motivo para a banalização da violência tanto verbal, quanto física, utilizada principalmente como força no jogo político e nos confrontos entre os grupos adversários, fossem períodos eleitorais ou não. Mesmo que para isso tivessem que constituir dois legislativos, como ocorreu em Montes Claros, a exemplo de 1915, e registrar essa violência em atas da Câmara e em outros documentos oficiais.

No quarto e último capítulo, “Tocaia/ Emboscada/ Violência gratuita ou Confronto de poder econômico e político?”, são analisados os processos criminais e os discursos jornalísticos que tiveram como palco as tocaias ou emboscadas, como ocorrido em Montes Claros, no dia 06 de fevereiro de 1930. A partir dessa emboscada, construiu-se uma representação da região e da cidade como espírito maligno do “sertão”, no qual qualquer disputa tornava-se uma guerra de ofensas verbais e de representação escrita, culminando normalmente em homicídio e, em alguns casos, em processos criminais, ou ainda, na personificação de um mito que, geralmente, estava associado ao “mau”, ao “bandido” ou ao “sanguinário”.

CAPÍTULO I

A IMAGEM DO SERTÃO

1.1 Os Viajantes e suas impressões sobre o sertão norte-mineiro

Mandingueiro do inferno! Botaram mandinga na minha arma de fiança! Tiveram medo dos dentes da minha garrucha! Mas vocês hão de conhecer homem, sombras do demônio!¹²⁷

A epígrafe acima, mesmo pertencendo a uma obra fictícia, possibilita entender a imagem do sertão abstraída do imaginário social do sertanejo norte-mineiro e as representações encontradas nos processos-crime analisados. Essas representações estão presentes em relatos de diversos viajantes no período estudado (século XIX e primeiras décadas do século XX) e nos impulsionaram a buscar respostas para tais impressões e para a violência que ceifou vidas e fez do sertão o lugar do “demônio”.

Mas, para essa indagação, faz-se necessário “revisitar”¹²⁸ alguns conceitos que vão permear este capítulo e a tese, de modo geral, entre os quais o conceito de sertão, de representação e imaginário, apesar de já tê-los mencionado anteriormente, dando-lhes sentido pelas exigências do momento.

Sertão e representação são conceitos amplos e, naturalmente, requerem cuidados quanto ao uso. São termos muito utilizados por historiadores, sociólogos e cientistas sociais, que desenvolvem pesquisas voltadas para os estudos regionais em uma escala menor, como afirma Ivo: “(...) que reiteram a atualidade do tema e a necessidade de analisar as especificidades regionais não só no sentido de recuperar as histórias locais, mas também de exercer um ‘continuar’ da história esquecida nas grandes sínteses.”¹²⁹

Neste capítulo, busca-se avaliar as abordagens conceituais acerca do sertão, presentes em análises de historiadores, memorialistas e cronistas, elementos, por vezes interligados, mas

¹²⁷ ARINOS, Affonso. *Pelo sertão*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 35.

¹²⁸ Termo usado por: IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da conquista: Uesb, 2004. p. 27.

¹²⁹ IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da conquista: Uesb, 2004. p. 27

também diferentes do que comumente se vê. Isso permite frisar que o objetivo deste trabalho não é simplesmente adequar o objeto estudado a um conceito do sertão, mas defini-lo, conforme pondera Isnara Pereira Ivo: “(...) à luz da história e de seus métodos, temporal e historicamente”¹³⁰ além dos aspectos regional e local que permitiram a construção social do sertão como um lugar do “demônio” no qual, de acordo com Anastasia, “(...) as serras, as matas, os sertões, além de assombrados por criaturas estranhas e superlativas, eram vistos como lugares da violência, reservatórios de maldades e artimanhas, de caprichos sobrenaturais e forças malévolas (...).”¹³¹

É em função da construção do imaginário e da visão daqueles que por aqui passaram ou se fixaram que se tornou necessário revisitar os conceitos de sertão e de representação. E, a partir deles, estabelecer uma análise regional e local que, certamente, foi fundamental para tornar o “sertão” lugar de representação da violência, hostilidade e de inospitalidade ou, ainda, um lugar comum, como qualquer outro.

De acordo com o pensamento acima descrito e com o recorte temporal do estudo (1830-1930), o termo sertão pode apresentar vários sentidos. Todavia, não de uma dupla ideia – que, segundo Maria Elisa S. Mader, os dicionários da língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX vêm apresentando – “(...) a espacial de interior e a social de deserto, região pouco povoada.”¹³² Entretanto, apesar de não apresentar o significado dos dicionários, é possível encontrá-lo como parte do pensamento euclidiano, que o descreve da seguinte forma: “(...) terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura (...).”¹³³

Nesse sentido, observa-se que o sertão de Euclides da Cunha era representado como o lugar dos desmandos da violência, do bugre que se opõe à “idéia de região colonial” e que, segundo Nísia Trindade, citando Mader, “(...) constitui-se no mundo da ordem, estabelecida por duas instâncias de poder: a Igreja e o Estado.”¹³⁴

A ideia de sertão presente em Cunha e Mader não são antagônicas. Apresenta-se ao termo, segundo Nísia Trindade, “(...) um espaço físico claramente delimitado, desconsiderando sua gênese e a alta carga de valores simbólicos a ela associada.”¹³⁵ Portanto,

¹³⁰ IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o santo Lenho*: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da conquista: Uesb, 2004. p.27

¹³¹ ANASTASIA. C. M.J. *Geografia do crime*: violência nas minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 21.

¹³² LIMA, Nísia Trindade apud MADER, Maria Elisa S. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 57.

¹³³ LIMA, Nísia Trindade apud MADER, Maria Elisa S. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 57.

¹³⁴ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p.57.

¹³⁵ LIMA, Nísia Trindade apud MADER, Maria Elisa. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p.58.

(...) o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização. É, por isso, o mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo. Ao mesmo tempo, se conhecido pode ser ordenado através da ocupação e da colonização, deixando de ser sertão para constituir-se em região colonial.¹³⁶

Esse fragmento de Elisa S. Mader, citado por Nísia Trindade, sugere ser o sertão o lugar social que ainda não foi povoado e, portanto, considerado bárbaro, selvagem e diabólico que tem, em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, o mesmo sentido e, desse modo, as mesmas representações. Análise que, segundo Nísia Trindade, é refutada por Oliveira Viana ao relacionar o alargamento das povoações ao progresso do meio rural, em direção ao interior do país.

Conforme a autora, para Oliveira Viana “(...) a impressão do sertão apreendida em relatos de viajantes estrangeiros é falsa. Aqueles que viram apenas o deserto, desumanizado e a ausência de cultura não perceberam o mundo que pulsa sob a aparência de vazio.”¹³⁷

Na opinião da autora, há outras visões semelhantes à de Oliveira Viana, dentre elas: a de Vicente Licínio Cardoso que defende a tese de que o rio São Francisco é fundamental para a unificação territorial no Brasil; a de Nelson Werneck Sodré para quem a população não consegue acompanhar a dilatação dos rebanhos pelas chapadas e baixas pantaneiras.¹³⁸

Assim, para Nísia Trindade, a “(...) idéia da distância em relação ao poder público e projetos modernizadores enfatizados nos textos de Oliveira Vianna e Nelson Werneck Sodré, entre outros autores, que pode ser apontado como denominador comum dos vários significados atribuídos à palavra sertão.”¹³⁹ Observando a análise de Nísia Trindade, percebe-se que a impressão dos viajantes sobre o norte de Minas assemelha-se à apresentada por ela, principalmente no século XIX, como será demonstrado mais adiante.

Contudo, é prudente ressaltar que a representação de sertão, consolidada no imaginário social no norte de Minas, no período analisado, não foge do eixo litoral x sertão, por se tratar de uma construção feita a partir da perspectiva da conquista, na visão dos viajantes. Nela, está presente a distância em relação ao poder público e aos projetos de modernização do país. Sobre essa herança, Raymundo Faoro, em seu clássico estudo sobre “A obra da centralização colonial”, afirma que

¹³⁶ LIMA, Nísia Trindade apud MADER, Maria Elisa. “*Um sertão chamado Brasil*.” Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 58.

¹³⁷ LIMA, Nísia Trindade. “*Um sertão chamado Brasil*.” Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999 p. 58-59.

¹³⁸ LIMA, Nísia Trindade. “*Um sertão chamado Brasil*.” Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999 p. 58-59.

¹³⁹ LIMA, Nísia Trindade. “*Um sertão chamado Brasil*.” Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. p. 59.

A herança do conquistador – o “coronel” e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão – permanecerá, estável, conservadora, na vida brasileira, não raro atrasando e retardando a onda modernizadora, mais modernizadora do que civilizadora, projetada para o Atlântico.¹⁴⁰

Analisando o Sertão norte-mineiro, na perspectiva dos viajantes e considerando a herança da conquista, nota-se que, na perspectiva de Raymundo Faoro “(...) o conquistador não representou a espontânea manifestação de forças locais e autônomas, independentes e insubmissas em busca do sertão, (...). Ele se pôs em conflito (...)”¹⁴¹ e, a partir desses conflitos, constituiu-se a representação do “sertão” como sendo frívolo, inculto e violento.

Dessa forma, o sertão norte-mineiro apareceu na história, na historiografia do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX como um lugar depreciativo, desprezível e impróprio aos transeuntes. Portanto, desmerecedor de um projeto de modernidade, antes da “civilidade”.

Aliada a esse sertão, veio a representação social que, como pode ser visto, tornou-o inóspito. Representação que significa, nesse contexto, segundo J. Calazans Falcon, a ação do sujeito, por meio da sua capacidade de gerar um sentido de realidade, além da esfera do empirismo¹⁴². O “sertão”, nessa perspectiva, representava um lugar distante do real, afugentando desbravadores e aventureiros “ousados” que desejavam adentrá-lo e percebê-lo como sendo um lugar povoado e de tradições culturais, porém sem lei e fora do alcance dos poderes públicos que controlavam o território brasileiro.

A partir dessa representação, as imagens do “sertão” vão depender de cada momento histórico, da perspectiva de quem o analisa e da forma como o concebe. Feitas essas ponderações, o “sertão”, mais do que um lugar perto ou distante, povoado ou despovoado, culto ou inculto, foi o olhar, a leitura e a percepção de quem nele viveu ou por ele passou e dele construiu seu imaginário. E ainda, de quem nele nunca viveu ou passou, mas o imaginou.

Assim, o imaginário social foi responsável pela construção do conceito de “sertão” que se teve ou se tem. Nesse sentido, Branislaw Baczko afirma: “(...) o imaginário social é, pois, uma peça efectiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele tornou-se o lugar e o objetivo dos

¹⁴⁰ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997. p. 156.

¹⁴¹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997. p. 156.

¹⁴² FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000. p. 46.

conflitos sociais.”¹⁴³ O “sertão”, por ter sido representado como bárbaro, selvagem e inculto, apresentou-se sempre como o lugar dos conflitos sociais e foi portador de diversos significados, como foi visto e como será analisado, daqui por diante.

Para Janaína Amado, “(...) no início do século XIX, [O] ‘sertão’ estava de tal modo integrado à língua usada no Brasil, que os viajantes estrangeiros em visita ao país registraram a palavra utilizando-a várias vezes em seus relatos (...)”¹⁴⁴ Segundo Amado:

Saint-Hilaire (1937:378) usou “sertão” em mais de um livro, sempre designando “as áreas despovoadas do interior do Brasil. Quando digo ‘despovoada’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoado até em excesso...”¹⁴⁵

Nota-se, nesse fragmento do relato de Saint-Hilaire, citado por Janaína Amado, a representação de um “sertão” inculto e selvagem. Essa visão do viajante também apareceu em seus relatos, em 1817, quando visitou o norte de Minas e passou por Vila de Formigas. Ao referir-se, especificamente, à honestidade, afirma que:

Os habitantes de Formigas têm a pior das reputações no tocante à probidade. Antes de eu chegar tinham-me aconselhado por toda a parte a que não deixasse meus animais de carga na proximidade das casas para que não corressem o risco de serem roubados. Quase ao entrar na povoação o meu arrieiro, Silva, disse bem alto que eu viajava com passaporte do Rei, e que, se meus animais fossem roubados, não haveria perdão para os ladrões. Ninguém tocou nos burros; vários pequenos objetos porém, nos foram subtraídos o que até então não nos acontecera em lugar nenhum.¹⁴⁶

O trecho acima corrobora com a análise extraída do recorte de Janaína Amado, mas também denota que Saint-Hilaire já traz consigo uma representação do “sertão”. No imaginário preconcebido pelo viajante, o sertanejo era desonesto e capaz de furtá-lo, caso não usasse o nome do Rei. Nesse sentido, como já se afirmou anteriormente, havia uma baixa institucionalização política na região e as ocorrências eram, supostamente, reflexos da falta de lei.

Entretanto, em outros momentos do relato, Saint-Hilaire demonstra visões que se contrapõem à ideia de “sertão” despovoado, bárbaro e inculto. Sobre a população afirma que:

¹⁴³ BACZKO, Branislaw. Imaginação social. In: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI*. Anthropos - homem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d. p. 310. v. 5.

¹⁴⁴ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. In: *Estudos Históricos*. São Paulo: Cia. Editoria Nacional, n. 15, p. 148, 1995.

¹⁴⁵ AMADO, Janaína apud SAINT-HILAIRE, Auguste. Região, sertão, nação. In: *Estudos Históricos*. São Paulo: Cia. Editoria Nacional, n. 15, p. 148, 1995.

¹⁴⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 327.

A povoação de Formiga, sucursal da paróquia de Itacambira, está situada à entrada de uma planície, a quatro jornadas de Vila do Fanado [Minas Novas], a cinquenta léguas de Tijuco, e a mais de duzentas da Bahia e do Rio de Janeiro. Um dos dois ramais da estrada de Tijuco à Bahia passa por Formigas. Essa povoação, que pode compreender atualmente (1817) duzentas casas e mais de oitocentas almas é certamente uma das mais belas que vi na Província de Minas; mas não adquiriu certa importância senão depois que se começou a fabricar salitre na região, o que por ocasião de minha viagem, não datava de mais de oito anos.¹⁴⁷

O fragmento recortado mostra que tal representação foi, em parte, desfeita pelo viajante. Isso se deu quando ele chegou à Vila de Formigas e encontrou um lugar “diferente” do que havia imaginado, encontrando um “sertão” com características próximas às das vilas ou cidades, por onde já havia passado, na Província de Minas. O trecho ainda nos possibilita um conhecimento muito rico sobre o século XIX, acerca do norte de Minas, e permite uma nova leitura sobre um passado que, até então, era somente “selvagem” e sem “civilidade”.

Analisar o “sertão” norte-mineiro, a partir dos relatos de Hilaire, no começo do século XIX é, antes de tudo, re(descobrir) as potencialidades regionais e percebê-lo como lugar passível de desenvolvimento. Nos relatos de Saint-Hilaire, Formigas aparece como um dos pontos principais da parte oriental do Sertão que faz um importante comércio de gado, salitre e de peles.¹⁴⁸ Segundo o viajante:

O gado bovino e os cavalos vendem-se para a Bahia, o salitre vai para o Rio de Janeiro e para Vila Rica, e, finalmente, parte dos couros se consome em Formigas mesmo, no empacotamento do salitre, e outra parte se envia a Minas Novas, onde se fabricam sacos próprios para levar algodão. Quanto às peles, os próprios arredores de Formigas poucas fornecem atualmente: os mercadores da região, que com elas comerciam, obtêm-nas nos arredores do Rio S. Francisco.¹⁴⁹

Esse recorte nos permite entender o desenvolvimento da região, ainda nas primeiras décadas do século XIX, e perceber a circulação de pessoas e mercadorias num intercomércio regional que, conforme Saint-Hilaire, existia em 1817, período de suas observações. Segundo o viajante,

Os artigos de fabricação européia, os vinhos etc., que vendem em Formigas para o consumo do próprio local e de boa parte do sertão, vem principalmente da Bahia, porque é a essa praça que a região fornece maior quantidade de mercadorias.

¹⁴⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 326.

¹⁴⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 326.

¹⁴⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 326-327.

Importam-se também vários objetos europeus do Rio de Janeiro, em troca do salitre, e de Santa Luzia, lugar de entreposto, em troca de peles.¹⁵⁰

O trecho acima nos possibilita afirmar que o norte de Minas, no período supracitado, estava em sintonia com os grandes centros urbanos, tanto compravam como vendiam os nossos produtos. Portanto, cabe-nos assegurar que, no “sertão” norte-mineiro, a vida era como em qualquer outra região do país. Cotidianamente, os sertanejos tinham atitudes e trabalho iguais aos demais brasileiros. Saint-Hilaire ainda nos relata sobre outros fatos da vida cotidiana, como a cultura dos formiguenses aos domingos. Sobre isso afirma:

É principalmente aos domingos, quando numerosos indivíduos se acham reunidos na povoação, que é fácil observar os trajés. Não achei nada de particular nos habitantes de Formigas. Acrescentarei unicamente ao que já disse alhures a esse respeito, que em geral os mineiros cortam os cabelos quase rentes, e apenas conservam uma mecha bastante comprida, que se passa por cima do supercílio, por trás de uma das orelhas.¹⁵¹

Nesse recorte, o viajante evidencia que a cultura norte-mineira, em relação aos costumes pessoais, não diferia das demais regiões da Província. E que:

Fora recebido em formigas por um jovem que me encheu de gentilezas. Presenteou-me com uma bengala feita de uma madeira belíssima que chamam pereira. Essa madeira é de uma grande árvore que, ao que parece, se encontra principalmente nas florestas; é leve e, simultaneamente, de uma contextura tão delicada que não se percebem nem veios, nem poros. Sua cor é de um branco amarelado, e pode-se tomá-lo por marfim que começa a perder a alvura.¹⁵²

Por essa citação e demais trechos retirados dos relatos de Saint-Hilaire, percebe-se que as representações de “sertão” e as atitudes do sertanejo são próprias de cada observador. Para esse botânico francês, o “sertão”, especificamente o norte de Minas, não representou o imaginário do conquistador e desbravador do século XVIII, que o descreveu como inculto, selvagem e bárbaro. Para ele, o “sertão” era uma região como outra qualquer.

Outro viajante que passou pelo norte de Minas foi o inglês Richard Francis Burton¹⁵³ que, na segunda metade do século XIX (1867), ao regressar de uma viagem pelo Rio São

¹⁵⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 327.

¹⁵¹ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 328.

¹⁵² SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1975. p. 328.

¹⁵³ FERRI, Mário Guimarães. Apresentação. In: *Viagem de Canoa, de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia. São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. “Sir Ricard Francis Burton, explorador e orientalista britânico, nasceu em 19 de março de 1821, em Tarquay, mas seu avô se estabeleceu na

Francisco, escreveu o livro “viagem de Canoa, de Sabará ao Oceano Atlântico,”¹⁵⁴ no qual inferiu sobre os contrastes regionais. Em um dos capítulos,¹⁵⁵ o viajante apresenta observações sobre determinados lugares da região:¹⁵⁶

O primeiro dia das Têmporas (...) apresentou-se com uma manhã nebulosa e quente, com vento norte, sinais contraditórios. Passamos a esquerda, pelo Córrego da Tábua, (...) continuação da Serra da Palma; acerca de dois quilômetros de sua foz, há um arraialzinho. Logo depois, surgiu diante de nós alcantilada Serra do Jenipapo. As margens uniformes do rio seriam chamadas de florestas na Europa; aqui pareciam altamente civilizados, com seus coqueiros, seus ranchos, suas hortas e suas roças, velhas e novas. O rio alargou-se tornou-se um tanto raso; o único obstáculo encontrado foi rochedo submerso, chamado Pau Jaú.¹⁵⁷

De acordo com os apontamentos de Burton, nota-se que Guaicuí, região de seu primeiro desembarque no norte de Minas, poderá ser comparada às florestas europeias, principalmente no que se referia à flora. As comparações do viajante possibilitam entender que nem sempre o sertão era representado como “bárbaro”, “inculto” e “inóspito”. Ainda sobre a chegada ao Porto da Vila de Guaicuí, Burton afirma que

“Limpamo-nos e arrumamo-nos” – literal e não figuradamente – e preparamo-nos para entregar as cartas de apresentação, que, como eram dirigidas a ausentes, se mostraram inteiramente inúteis. Cerca de dez horas da manhã, (...) chegamos ao Porto da Vila de Guaicuí, (...). Logo depois; recebemos a visita do Delegado de Polícia, Sr. Leandro Hermeto da Silva, e de vários amigos; amavelmente, ele, encarregou um sargento de encontrar acomodação para nós no Porto da Manga, a algumas centenas de jardas rio abaixo, e perto da confluência dos dois grandes rios, das Velhas e São Francisco.¹⁵⁸

Na sequência das observações de Burton, percebe-se que os habitantes do “sertão”, pelo menos naquela região, eram amáveis e hospitaleiros. Com relação à hospedaria, Burton

Irlanda como reverendo e seu pai, coronel do 36º Regimento, era irlandês de nascimento e caráter.” Escreveu entre outras obras: *First foot-steps in East-África*, (...) Todavia, desde 1861 começou a pertencer ao serviço diplomático e o Ministério do Exterior da Inglaterra o faz cônsul em Fernando Pó. Depois, o remove para Santos, no Brasil, quando escreve (...) *The Highands of the Brazil* (...) e, em seguida, para Damasco e Friesto, onde vem a falecer em 20 de outubro de 1890.”

¹⁵⁴ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

¹⁵⁵ Ver em: BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 157- 226.

¹⁵⁶ Cf.: BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 157- 226. “A riqueza do Norte de Minas, banhada pelo rio São Francisco era cheia de contrastes que vão desde a navegação pelo rio, portos, vilas, cidades, povoados, habitantes, comportamentos, cultura, hospitalidade, comércio, política até a fauna e a flora. Segundo o autor o rio São Francisco no percurso entre o Guaicuí e Rio Carinhanhas era uma surpresa atrás da outra, desde sua chegada (domingo, 18 de setembro de 1867) até a saída (30 de setembro de 1867) da região.”

¹⁵⁷ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 157.

¹⁵⁸ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 157.

afirma que, “(...) a casa, (...) estava de há muito [tempo] desabitada, acomodava muitos bichos-de-pé, e dois deles resolveram morar comigo.”¹⁵⁹

E acrescenta: “(...) essa praga existe principalmente nos armazéns de café e nas casas desertas”¹⁶⁰. Nessa consideração do autor, nota-se que as acomodações na região eram precárias. Sobre Manga, Burton nos afirma que

(...) é uma povoação miserável, decadente, e segundo tudo indica condenada ao desaparecimento. Fica em cima uma barranca quase vertical de argila amarelo-esbranquiçada, com 9 metros e setenta centímetros de altura, e as paredes das casas mostram a marca das águas a mais de 2 metros de altura, assim o nível das cheias é de 12 metros, com um peso a que nada pode resistir.¹⁶¹

Infere-se da escrita de Burton que essa região do norte de Minas tinha pontos contraditórios. Ele fala da dificuldade de galgar o barranco de Manga, mas nos apresenta um atrativo para isso, ao afirmar: “(...) o único prédio digno de nota, cujo telhado alto, espalhafatoso e inclinado chama logo a atenção do viajante, é a Igreja de Bom Jesus de Matosinho; fica em frente da confluência dos dois rios, (...) hoje, quase que se encontra à beira do precipício.”¹⁶² Esse raciocínio mostra que o sertanejo, apesar de simples, era um homem de fé. Por outro lado, o viajante também nos apresenta a esperteza do sertanejo ao afirmar que

A maior parte das casas tem quintais, verdes de bananeiras, cuitzeiras e laranjeiras, cujas frutas são exportadas para rio abaixo. Há muita mandioca na localidade, e, como não se encontra farinha de trigo, compramos um sortimento de roscas de polvilho ou tapioca e fubá, (...). Como na África, as donas de casa não vendem ovos. Há muitos perus, que custam 2\$000 cada um. Cerca de metade dessa quantia é quanto custam as galinhas e galinhas-de-angola, que são excepcionalmente criadas para ser bom alimento. Os moradores não se mostram muito dispostos a ceder seus mantimentos e são de uma frugalidade perniciososa. Um mês de trabalho com a mandioca lhes fornece pão durante um ano. Além disso, obtêm muito mais artigos por troca que por dinheiro.¹⁶³

Esse trecho do relato de Burton possibilita fazer algumas considerações, primeiro: na segunda metade do século XIX, o “Sertão” do norte de Minas continuava a comercializar

¹⁵⁹ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 158.

¹⁶⁰ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 158.

¹⁶¹ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 159-160.

¹⁶² BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 160.

¹⁶³ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 161.

seus produtos, inclusive por meio de exportação, como atestou Saint- Hilaire, em 1817; segundo: o tipo de mercadorias que eram vendidas e consumidas pelo sertanejo; terceiro: o valor de mercadoria que tinham os produtos no norte de Minas; e quarto: a esperteza do sertanejo em relação ao trabalho. Deduz-se disso o grau de inteligência, apesar do baixo nível de instrução, observado por Burton, quando, num longo relato, comenta sobre as doenças e os hábitos de higiene. Sobre isso, afirma que

Nessa época do ano [setembro], Manga é totalmente salubre, mas, entre janeiro e junho, a estação, o tifo e as febres palustres malignas, chamadas carneiradas, dizimam os habitantes. Muitos são inválidos crônicos, paralíticos ou atacados de oftalmia e do bócio, que, de Guaicuí para baixo, deixa de oferecer aos olhos um espetáculo desagradável. O clima conquistou para si mesmo uma definitiva má reputação; a culpa, contudo, cabe mais aos hábitos pouco higiênicos e dissolutos da população que à malignidade do rio. O esgoto é absolutamente desconhecido, e os sítios menos aconselháveis são preferidos, porque ficam mais à mão. As casas são imundas. Os porcos vivem nas salas e a “sepultura intramuros” ainda persiste. A dieta – peixe e mandioca, mandioca e peixe – ajuda o trabalho da imundície; daí o aspecto doentio e decadente dos habitantes.¹⁶⁴

Pelo relato acima, percebe-se que os moradores do “sertão” norte mineiro eram pouco ou, para não dizer, quase nada, instruídos. As doenças, os hábitos higiênicos, e os maus hábitos (bebedeira) atestavam a falta de conhecimento intelectual. Sobre isso, Burton comenta:

Estes [homens] bebem em excesso cachaça nova, a “mata-homem” do Mediterrâneo. Na noite de domingo, era difícil encontrar uma pessoa que não estivesse embriagada, e dois de meus homens, o Menino e o Agostinho, mal se podiam manter em pé. Havendo pouco que fazer, a libertinagem é extrema. Os homens passam metade da noite conversando e fumando, jogando e cantando. Naturalmente, não conseguiam trabalhar antes de meio-dia do dia seguinte. Isso, naturalmente, concorre também para a miséria, a ignorância e o atraso.¹⁶⁵

No trecho acima, há uma clara evidência de que o sertanejo norte-mineiro, apesar de apresentar um trato comercial bem desenvolvido, era um tanto quanto viciado em libertinagem e despreocupado consigo mesmo. Pela conduta, surgem as representações quanto ao homem que habitava o “sertão”, naquele período. Além dessa conduta, Burton afirma que há diferenciação entre as etnias locais. Sobre essas etnias, ele descreve: “(...) os habitantes são todos mais ou menos escuros, e, (...) aqui o rosto mais claro é sempre indício de uma posição

¹⁶⁴ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 161.

¹⁶⁵ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 161.

social mais elevada.”¹⁶⁶ Nota-se no comentário que, socialmente, a cor da pele fazia a diferença. Para o próprio viajante isso era evidente. Segundo ele,

(...) entre esses respeitáveis mestiços, há os que são invariavelmente, bem educados e prestimosos. A falta de educação aumenta com a pigmentação da pele, e, às vezes, quando essa é muito escura, surge a arrogância peculiar do negro, que a usa de maneira grosseira, bem intencional.¹⁶⁷

Na representação do viajante, há uma nítida intolerância racial. Porém, logo em seguida, comenta que: “(...) quando, contudo, os homens estão sóbrios, não mostram aquela insolência tão comum entre os europeus mal educados.”¹⁶⁸

É interessante observar que, apesar de apontar a má conduta do sertanejo, Burton não nos apresenta indícios de violência nesse comportamento. Explora comentários acerca da conduta feminina e fala da independência que as mulheres possuíam. Entretanto, a representação aparece num tom de desdém e preconceito. Segundo ele,

As mulheres entram sem ser convidadas, de cigarro na boca e se assentam, pela primeira vez, como se fossem velhas amigas. Temos uma bonita vizinha, muito parecida com a “Yaller Gal de New Orleans”. A Sra. Minervina Salgado amava, diziam as más línguas, um soldado, louca e pecaminosamente. Como o resto de seu sexo nesta região, trazia sempre um ombro nu, e pedia tudo, de valor ou sem valor, que lhe caía sob a vista. Agradecia calorosamente a dádiva do objeto mais desvalioso, porque antes pouco do que nada. As mulheres, por aqui, são bem independentes dos homens, muitas vezes as vi atravessar os rios, com os filhos, remando.¹⁶⁹

Esses comentários elucidaram, no mínimo, quatro informações bem interessantes para o período, primeiro: a liberação feminina, conquistada após a Revolução Industrial do século XVIII; segundo: a beleza da mulher como fonte de sedução; terceiro: a promiscuidade sexual como produto de venda e meio para a obtenção de dinheiro; quarto: a independência feminina como condutora da família, contrário ao pensamento social da época, que concebia a mulher como Maria ou Eva¹⁷⁰ e a ela delegava apenas os papéis normativos¹⁷¹ de esposa, mãe e dona-de-casa.

¹⁶⁶ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 161.

¹⁶⁷ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 161.

¹⁶⁸ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 161.

¹⁶⁹ BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 162.

¹⁷⁰ Ver em: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre, 16(2) : 5-22, jul/dez, 1990.

Burton, além de nos informar sobre os lugares pelos quais passava, também falava a respeito da conduta dos moradores, os meios de sobrevivência, os usos e costumes da população norte-mineira. Comentou sobre a flora, o meio ambiente, os contrastes regionais; fez comparação entre um lugar e outro; falou sobre a vida político-social, sobre os meios de comunicação, enfim, falou principalmente sobre o cotidiano do sertanejo durante o tempo em que navegou no rio São Francisco até atingir o Rio Carinhanha, nos limites entre Minas e Bahia. Segundo o viajante:

O Carinhanha constitui o limite ocidental entre as províncias de Minas Gérias e da Bahia, e, no Pontal ou Ponto do Escuro, encontra-se estacionado um guarda e são cobrados impostos sobre as mercadorias. O posto estava abandonado, devido às febres tifóides malignas chamadas “carneiradas”, que matam os homens como carneiros. Desde 1852, a recebedoria foi transferida para a margem direita.¹⁷²

Pelo trecho citado, nota-se que, na segunda metade do século XIX, o fluxo de pessoas e mercadorias no norte de Minas, região banhada pelo rio São Francisco, era grande. Nota-se também que, conforme relatou Burton, um adversário que violentava as mercadorias do “sertão”, sem dúvida, eram as doenças advindas da falta de infraestrutura, como saneamento básico e, sobretudo, da ignorância social e do analfabetismo da população. Em relação à vida política, sequer mencionada nos relatos, conclui-se que esse aspecto não era um dos objetivos do viajante e, tampouco, merecedor de sua atenção.

O terceiro viajante, que também percorreu o sertão norte-mineiro, foi Maurice Gaspar,¹⁷³ um premonstratense que chegou a Montes Claros em 16 de abril de 1906 e ocupou, entre outras funções, a de relator da vinda da Ordem para o norte de Minas. Em sua obra, já mencionada, não é possível perceber representações ou construções sociais que vinculem o “sertão” à barbárie, à violência ou à incultura. Descreve-o de forma magistral e fala principalmente da hospitalidade encontrada no interior brasileiro. Segundo Gaspar:¹⁷⁴

O Brasileiro do interior sabe o que seja hospitalidade, mas exige que estejais em sua casa à vontade e que deixeis à porta todo o ritual daquele mundo de convenções em

¹⁷¹ Ver em: MAIA, Cláudia J. *Entre inocência e corrupção: A construção de gênero e representação de mulheres desquitadas (1917-1936)* Gênero. Niterói: Eduff. V.8, n.2, p. 283-300, 2008.

¹⁷² BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. p. 223.

¹⁷³ GASPAR, Maurice M. *No sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910.

¹⁷⁴ Cf.: GASPAR, Maurice M. *No sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 02-64. “Desenvolveu, além das obras de evangelização com outros padres belgas contemporâneos ou não, função de professor, relator das Missões Norbertinas, do cotidiano das cidades por onde andava, e da situação da região: clima. Recursos e etnografia.”

que o europeu está habituado a viver. De sua parte, o Brasileiro não pretende mudar coisa alguma do seu modo de existência.¹⁷⁵

Nota-se, nas observações de Maurice Gaspar, a hospitalidade do sertanejo norte-mineiro, mas também uma simplicidade nas atitudes e um modo peculiar de viver. Segundo o viajante, “(...) o traço mais saliente de caráter do sertanejo é sem dúvida sua generosa hospitalidade: Esta é tal, que aquele que não pode imaginar sua delicadeza (...)”¹⁷⁶ Essa representação nos permite afirmar que, apesar da distância da Capital¹⁷⁷ da República, o cidadão do interior brasileiro tinha as mesmas atitudes de quem vivia nos grandes centros e no litoral e, ainda, tinha os mesmos anseios.

Segundo Maurice Gaspar, uma correspondência recebida do Reverendo Padre Charles Vincart afirmava que, além das funções sacerdotais, o objetivo da missão Norbertina ocupava-se também de outras tarefas. Conforme Gaspar,

Concordareis, escrevia ele no início de 1904, que nossa vida é verdadeiramente ocupada. E eu nem mesmo vos mencioneis as aulas particulares de francês, esperanto e física que ocupam, ainda, a maior parte de nossas noites. Por cúmulo, foi agora votada uma nova lei eleitoral que obriga a todos os eleitores apresentarem sua certidão de batismo ao se inscreverem. Isso nos causa um trabalho tremendo. Há também os batizados, os casamentos, as exéquias, uma correspondência contínua com a Diocese, o controle dos trabalhos de restauração das igrejas.¹⁷⁸

Observa-se que o sertanejo norte-mineiro pleiteava os direitos civis e políticos. O fato de residir no “sertão” não o privava de conquistar a cidadania, nem o impedia de ter uma cultura letrada. A prova dessa cultura foi a fundação do Colégio São Norberto,¹⁷⁹ em 1905, para rapazes e do colégio Imaculada Conceição,¹⁸⁰ em 1907, para moças e de mais um jornal, “A Verdade.”¹⁸¹ Após um ano de abertura oficial da instrução feminina, Maurice Gaspar afirma que:

¹⁷⁵ GASPAR, Maurice. M. *No sertão de Minas*. Bélgica: Malines. 1910, p. 11.

¹⁷⁶ GASPAR, Maurice. M. *No sertão de Minas*. Bélgica: Malines. 1910. p. 37.

¹⁷⁷ Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

¹⁷⁸ GASPAR, Maurice. M. *No sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 27.

¹⁷⁹ Cf.: GASPAR, Maurice *No sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 43 . “Durante dois anos e meio os missionários levaram avante a administração da paróquia e a assistência ao jovem. Infelizmente, em fase dos encargos esmagadores de seu ministério, que os obrigavam a deslocamentos contínuos por todos os cantos da vasta paróquia, diante da indiferença das famílias em matéria de instrução, do pequeno número de missionários e dos pesados sacrifícios que se impunham não puderam enfrentar tantos trabalhos ao mesmo tempo. Ficou, pois decidido que os cursos seriam suspensos. A partir da abertura desse estabelecimento, uns vinte jovens vieram colocar-se sob a direção dos Premonstratenses.”

¹⁸⁰ GASPAR, Maurice. M. *No Sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p.39.

¹⁸¹ GASPAR, Maurice. M. *No Sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 47.

O ano de 1908 se iniciou, portanto, sob as melhores esperanças. O pequeno colégio da Imaculada Conceição,¹⁸² fundado pelas reverendas irmãs de Berlaer, abriu suas portas a 5 de setembro, três meses apenas depois de sua chegada. (...) A princípio, só tiveram um número restrito de alunas, durante vários meses, mas pouco a pouco este cresceu; e, finalmente, a esplêndida exposição de trabalho das alunas, organizada no fim do ano (a 25 de dezembro e nos dias seguintes) foi uma verdadeira revelação. Durante uns oito dias, o público pode inteirar-se da excelência do ensino que se administrava ali e das aptidões das dedicadas mestras.¹⁸³

É interessante notar que a instrução letrada ocupou espaços e tornou-se um referencial na vida social do norte-mineiro. Pelos relatos de Gaspar, é possível notar que o premonstratense preocupou-se, também, com a geografia do município em relação ao clima, aos recursos naturais e a etnografia. Sobre a etnografia afirma que:

A população do Sertão de Minas é uma verdadeira galeria etnográfica que encerra numerosos representantes das diversas raças. (...) A Europa ali aparece com seus portugueses, a África está largamente representada, ao lado do índio auctótene. Mas quantos nuances entre os negros somente! Quantas misturas entre os mulatos! Toda a gama de cores – desde o branco mais puro – bastante raro – até o negro de ébano dos filhos da Costa do Marfim. (...) Os próprios Europeus do norte não tardam a ficar em cor queimada sob o sol dos trópicos; porém, o rosado das faces e o vermelho vivo dos lábios é completamente ignorado. (...) Toda essa população vive em boa concórdia, sem que tenha a temer, entre raças tão diversas, as rivalidades e os terríveis ódios que ensangüentaram tão frequentemente a América do Norte.¹⁸⁴

As observações de Gaspar revelam que, no “sertão”, apesar da diversidade etnográfica, reinava a paz, contrariando a tese de que o sertanejo era bárbaro, inculto e insolente. Outro argumento, que Gaspar nos fornece acerca dessa contraposição, era o intenso comércio regional. Sobre ele, comenta que:

O comércio é bastante movimentado e a feira hebdomadária do sábado é a mais importante de todo o Norte de Minas. (...) Todos os produtos da região, cereais, frutas, couros, queijo, ali se encontram; porém, sua exportação de toucinho atinge uma proporção considerável em certos anos. O algodão é atualmente cultivado com sucesso e servirá para prover numerosas fábricas de tecidos das quais o Estado de Minas se orgulha com razão.¹⁸⁵

Se havia um excessivo comércio, movimentação de pessoas e mercadorias, certamente havia uma tranquilidade para a circulação e transação. O trânsito, portanto, era algo comum e tranquilo, apesar de Gaspar ter observado o traje e afirmar que “(...) o traje habitual do

¹⁸² Ver em: CARNEIRO, Elizabete Barbosa. *Da Bélgica a Montes Claros: a memória das irmãs do Sagrado Coração de Maria e a construção do espaço feminino na cidade*. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

¹⁸³ GASPAR, Maurice. M. *No Sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910, p. 53-54.

¹⁸⁴ GASPAR, Maurice. M. *No Sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 36.

¹⁸⁵ GASPAR, Maurice. M. *No Sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 36.

sertanejo não está completo, se não vimos a grande faca ou ‘facão’, enfiado numa bainha de couro, e o revólver ou então a pistola em volta da cintura.”¹⁸⁶ Segundo o viajante, o facão servia para tudo, desde os serviços domésticos até o seu uso como instrumento para tirar “bicho de pé”. Gaspar lembra que, “(...) o facão, tão útil ao sertanejo nos diferentes usos da vida, serve também para defendê-la. É por isso uma arma temível, que os antagonistas manejam com ardor, quando se apresenta a ocasião.”¹⁸⁷

De acordo com as observações de Gaspar, as armas eram instrumentos de utilidade e de defesa, logo, um adorno necessário e indispensável ao sertanejo. Em nenhum momento de seus relatos deixou evidências do uso delas para fins de violência. Ato que o viajante não deixou evidente em seus inscrites e nos comentários que fez sobre “Dans Le Sertão de Minas”. Para ele,

A vida dos sertanejos decorre geralmente calma, tranquila, isenta de inquietação e dos conflitos da “*Struggle for Life*”, das regiões civilizadas. A terra generosa de Minas fornece a seus habitantes, com um mínimo de trabalhos todo o necessário para assegurar sua subsistência. E esta terra, eles a amam apaixonadamente, enamorados que são da independência e da liberdade.¹⁸⁸

Nesses comentários, verifica-se que o viajante não presenciou conflitos, nem viu o que se classificou como atos de violência, barbárie e, acima de tudo, o sertão que o conquistador denominou de selvagem, inculto e desprezível.

A quarta imagem que se analisa nesta pesquisa sobre o “sertão” norte-mineiro vem do cronista Mauro de Araújo Moreira¹⁸⁹ que escreveu, 110 anos depois de Saint-Hilaire (1927), uma compilação de representações sociais construídas quando viajava a trabalho pelo Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais. Suas crônicas, intituladas “Quarenta anos de Sertão,”¹⁹⁰ contando os fatos que vivenciou ou as notícias que obteve, no decorrer de suas andanças pela região, formando um conjunto não homogêneo de representações.

¹⁸⁶ GASPAR, Maurice. M. *No Sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 39.

¹⁸⁷ GASPAR, Maurice. M. *No Sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p.39.

¹⁸⁸ GASPAR, Maurice. M. *No Sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p.41.

¹⁸⁹ Cf.: PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 269. v. 2. (Coleção Sesquicentenária) “ Bancário, designado para instalar a agência do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais em Montes Claros, em 1927. e cronista. “Nascido a 13 de fevereiro de 1889 em Ubá (Minas Gerais). Filho de Carlos de Araújo Moreira. Frequentou, em Ubá, o Ginásio São José e em Guaxupé, o Ginásio Diocesano. Funcionário do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S/A desde 12-12-1918, de cuja agência local é o gerente. A 12-1-1927, transferiu-se para esta cidade. Em data de 19-1-1925 casou-se na cidade de Curvelo com D. Cyra Penna de Araújo Moreira, descendente da tradicional família Oliveira Penna. São seus filhos: João Carlos, Marcos Moreira, Yvone e Lygia Pena de Araújo Moreira.”

¹⁹⁰ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007. v. 11. (Coleção Sesquicentenária).

A obra do cronista Mauro Moreira possibilita uma leitura próxima dos relatos de Saint-Hilaire, em 1817, sobre o “Sertão”. Para o cronista, o “sertão” se apresentava como um ambiente de saber e poder que assustava quem por ele passava e tentava mudar o percurso do cotidiano ali existente.

Nas representações de Mauro Moreira é possível fazer uma releitura do “sertão” nordestino e de seus conceitos encontrados, tanto na historiografia como nas ciências sociais. Porém, mais do que isso, as representações construídas pelo cronista trouxeram à tona várias dúvidas e sugestivos questionamentos, a saber: como um conjunto não homogêneo de crônicas pode ajudar a entender o “sertão”? Que elementos constitutivos de discurso foram encontrados para persuadir o leitor e fazê-lo caminhar numa direção que, aparentemente está na contramão da história? Que poder está por trás de uma linguagem simples e literária, capaz de colocar o leitor para repensar conhecimentos epistemológicos consagrados e querer ressignificar a história, a memória e as representações sociais do “sertão”?

A leitura das crônicas, como algo complementar às questões teórico-metodológicas postas pela historiografia, remete à questão do “poder dos livros” de que fala Eliana de Freitas Dutra. Segundo ela, os livros possuem um grande valor instrumental, nos quais há o saber depositado, o registro do conhecimento e da memória. Assim sendo, as crônicas se tornam importantes fontes para se entender determinado contexto social.¹⁹¹

As crônicas, enquanto relato do cotidiano e de um lugar, têm o poder de persuadir o leitor e possibilitar uma interpretação do que se quer “apoderar” ou, melhor, da mensagem que se quer encontrar, pois também são “narrações históricas”¹⁹² da história do cotidiano, entendida no pensamento de Heller¹⁹³ como:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas paixões, ideias, ideologias. (...) Repetimos: a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais. Em todas as épocas, existiram personalidades representativas que viveram uma cotidianidade não-alienada; e, dado que a estruturação científica da sociedade possibilita o final da alienação. Essa possibilidade encontra-se aberta a qualquer ser humano.¹⁹⁴

¹⁹¹ Ver em: DUTRA, Eliana de Freitas apud JACOB, Diogene. *Rebeldes literários da República: história de identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 15.

¹⁹² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 208.

¹⁹³ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹⁹⁴ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes apud HELLER, Agnes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 167.

Percebe-se, pela citação acima, que em foi comum a todas as épocas os traços típicos representativos dentro de um cotidiano não-alienado.¹⁹⁵ Esse foi o caso de Moreira que, mesmo não tendo uma formação de historiador, cientista social, antropólogo ou sociólogo, traz uma grande contribuição para a História e para as Ciências Sociais, de um modo geral.

Quando descreve o sertão, ele o faz com o olhar da simplicidade do viajante que vê, lê, percebe e descreve o cotidiano como forma de registrar as façanhas humanas, sem aparentemente preocupar-se com o que está nas entrelinhas de um discurso ou em distinguir o real do falso.¹⁹⁶ Essa forma de persuasão foi o que nos instigou para a leitura das crônicas e possibilitou a tentativa de interpretá-las e perceber nelas um conjunto não homogêneo de representações sociais sobre o sertão.¹⁹⁷

Essa escrita/literatura¹⁹⁸ nos permitiu analisar um cotidiano presente no sertão que remete a outros olhares e pode ser compreendido a partir da literatura que vem, ao longo do tempo, sofrendo significativas mudanças nas questões interpretativas, tanto do ponto de vista privado, quanto do ponto de vista público. Assim,

(...) a literatura, ao longo dos séculos, socializou incansavelmente o nosso universo interior, transpondo a sua trama secreta para o plano da comunicação e dispondo-se a fazer suas as ressonâncias dos acontecimentos públicos... Modelou a nossa maneira de perceber a realidade, o nosso comportamento e as nossas emoções. Deste ponto de vista, a função cognoscitiva esfuma-se e resolve numa função ética.¹⁹⁹

A citação acima indica-nos que a literatura foi instrumentalizando a sua rede secreta para a questão da comunicação.²⁰⁰ Ao fazer essa transposição, cai em várias formas de narrativas, entre as quais, a crônica.

Esse gênero sempre esteve presente na vida cultural do país e fez e faz parte do cotidiano de brasileiros e brasileiras, consagrados ou anônimos, como Mauro Moreira. O

¹⁹⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 167.

¹⁹⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5 ed. São Paulo: Loyola Brasil, 1996. p. 14.

¹⁹⁷ Cf.: AMADO, Janaina. Região, sertão e nação. *Estudos históricos*, Brasília: UnB, n.15, 1995, p. 145. “Sertão” é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro. Está presente desde o século XVI, nos relatos dos curiosos, cronistas e viajantes que visitaram o país e o descreveram, assim como, a partir do século XVII, aparece nas primeiras tentativas de elaboração de uma história do Brasil, como a realizada por frei Vicente do Salvador (1975). No período compreendido entre 1870 e 1940, “sertão chegou a constituir categoria absolutamente essencial em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira.”

¹⁹⁸ Ver em: ENCICLOPÉDIA EINAUD. *Literatura*. Brasília, DF: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 17, p. 176–197, 1989.

¹⁹⁹ ENCICLOPÉDIA EINAUD. *Literatura*. Brasília, DF: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 17, p. 197, 1989.

²⁰⁰ ENCICLOPÉDIA EINAUD. *Literatura*. Brasília, DF: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 17, p. 197, 1989.

autor agora nos possibilita uma releitura de sua obra e de seu pensamento acerca de uma região ainda pouco ou quase nada estudada, o norte de Minas, seu povo e seus costumes, suas memórias e suas histórias.

Nas crônicas de Moreira, a história, as memórias e representações sociais estão relacionadas ao simples, ao cotidiano e ações “banais” e comuns, pois, “(...) explora a caracterização de seres, descrevendo-os, e, ao mesmo tempo, mostra fatos cotidianos.”²⁰¹ No entanto, é preciso lembrar que o poder desta linguagem simples e literária está justamente no que Eliana Dutra, citando Borges, afirma: “(...) os bons leitores são cisnes ainda mais tenebrosos e singulares que os autores.”²⁰² E segundo a mesma autora:

Esta afirmativa pode levar-nos a pensar em como os escritos escapam ao controle de seus autores, para seguir rumos imprevistos com seus leitores e, ao mesmo tempo, os faz lembrar o banal e o óbvio: a escrita se completa no ato posterior da leitura; por isso, ela nada é sem seus leitores, sejam eles tenebrosos ou não.²⁰³

Dessa forma, a obra de Moreira permite um caminho diferente para a leitura do “sertão”. O sertão construído e amado por Mauro Moreira também havia sido amado por outros homens. Segundo Janaina Amado, “sertão” torna-se sinônimo de interior: “(...). O interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa; O Sertão toma-se por mato longe da costa.”²⁰⁴ E foi, posteriormente, construído conforme o foco de interesse de outros homens, como foi o caso de Mauro Moreira.

Nas representações ou imaginários sociais, Mauro Moreira descreve-o como o “sertão” do “progresso”, da “distância”, do “conhecimento” e do “poder”. Como “progresso” ele inicia por dizer: “(...) com o advento da estrada de ferro, acompanhada da cerca de arame, o sertão vai, a passos largos, civilizando-se, povoando-se e o alarido do progresso afugenta as onças que vão tornando cada vez mais raras.”²⁰⁵ Nessa narrativa, o autor nos permite encontrar uma série de significações e preocupações.

Fala do progresso com o advento de novos meios de locomoção, abertura de novas áreas para a agricultura e criação de gado, crescimento das cidades, aumento da população

²⁰¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 11ª Ed. s/d.

²⁰² DUTRA, Eliana de Freitas apud BORGES, Jorge Luis. *Rebeldes literários da República: história de identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 21.

²⁰³ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história de identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 21.

²⁰⁴ AMADO, Janaina apud SILVA, Antônio de Moraes. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Brasília, DF: UnB, n. 15, 1995.

²⁰⁵ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, v. 11, p. 18. (Coleção Sesquicentenária)

urbana, modernização, modernidade, facilidades de comunicação. Vale ressaltar que esse era o discurso corrente em todo o país.²⁰⁶ Porém, análise como a de Milton Lahuerta lembra que:

No entanto, se é verdade que uma “sociedade civil” em germe se movimenta num sentido mudancista e genericamente renovador, não há, contudo nem uma situação de constrangimento insuportável, nem um projeto que a leve a se articular nacionalmente em torno da perspectiva de um desenvolvimento histórico alternativo. Em comum, há uma demanda genérica de unificação cultural, um espírito de renovação e atualização que pretende ir além da dimensão estritamente literária e uma preocupação difusa de superar a distância entre o erudito e o popular.²⁰⁷

Percebe-se que há uma conscientização maior, mas, apesar desse espírito de mudança, homens como Mauro Moreira denotam preocupações com as questões ambientais, especificamente com a extinção de animais, como as onças; com o desmatamento para levar o progresso e com o fim de determinadas profissões, conforme afirma:

O progresso trouxe para o sertão muita coisa boa e, dentre estas, a eletricidade, a estrada de ferro, o automóvel, o avião e, mais tarde, o telefone, o rádio e a televisão. Pena é que, tornando mais fáceis as comunicações ele tivesse feito desaparecer o “Próprio”, essa classe que tanto serviço representou ao sertão.²⁰⁸

As inquietações de Moreira com o “Próprio”²⁰⁹ e com as demais situações acima mencionadas, são características de uma época de mudanças, mas, ao mesmo tempo, tão atuais que nos causam perplexidade com as permanências e com as leituras que o autor fazia da cotidianidade. Assim, para Norberto Luiz Guarinelo, a “(...) História, como trabalho de remuneração ou de explicação do passado, permitia prever tempos futuros, seja por repetição ou emulação do ocorrido, seja pela projeção causal de um desenvolvimento desejado e possível”²¹⁰ Nesse caso, seria a História também uma lição de vida? Uma escrita de nossa visão e leituras do que se vive e se faz?

Parece que, no caso de Moreira, era tudo isso e mais, era a sensibilidade de perceber o que estava no interstício da vida cotidiana das relações homem/natureza, progresso/riscos, enfim, entender que a vida é composta por diversas tramas. E, nessa percepção, o sertão, para

²⁰⁶ Ver em: PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 207 – 270.

²⁰⁷ LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Vilma Peres da (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 97.

²⁰⁸ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, v. 11, p. 29. (Coleção Sesquicentenária)

²⁰⁹ Cf.: MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11 p. 29. (Coleção Sesquicentenária) De acordo com Mauro Moreira, o carteiro era denominado de “próprio”.

²¹⁰ GUARINELO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. *Revista Brasileira de História*. São Paulo v. 24, n. 48, p. 13.

Moreira, tinha diversos significados, entre os quais, o da distância dos grandes centros como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e outros, que, segundo ele, só conheceu após as “andanças pelo norte de Minas”, como gerente de Banco. “(...) ignorava as deficiências das cidades e povoados do sertão mineiro. Pensava [inclusive] que poderia encontrar hotéis ou pensões nos lugares em que ia visitar.”²¹¹

Nesse discurso, há uma clara evidência de que o progresso dos grandes centros ainda não havia chegado ao “sertão”. Pois, segundo Moreira, “(...) sabiam todos os identificados com o sertão que, ao chegar a uma cidade ou povoado, lá encontrariam somente a ‘república’, denominação dada à casa despida de qualquer mobília, destinada à hospedagem dos que ali passavam.”²¹² Nesse sentido, a distância era, certamente, um empecilho ao progresso do sertão, mas não fator de isolamento, apesar das enormes dificuldades de comunicação com os grandes centros e com as cidades, consideradas pelas vilas e povoados como centro de integração regional.

Contudo, se havia “‘república’, conforme afirma Moreira, certamente havia circulação constante de pessoas e mercadorias e, portanto, um movimento contínuo de troca que, segundo Marina César Boaventura “(...) rompe com a idéia de um sertão isolado da civilização e de um mundo autônomo, (...)”²¹³ que ainda, conforme a mesma autora, pode-se perceber, nos filmes de Glauber [Rocha], segundo a caracterização de Ismail Xavier:

O filme de Glauber radicalizava a idéia de um isolamento do sertão como mundo autônomo, dotado de lógica própria, personagens próprias, forças próprias. Tal endogenia é condição para que tal mundo possa adquirir a qualidade do que, separado do resto e organizado como um cosmo fechado, se torna um espaço alegórico que representa a nação. Trata-se de um mundo ascético, sem nenhum resíduo de urbanidade, habitado por personagens que vivem em condições mínimas, com o fardamento típico de acampamento cangaceiro ou de vaqueiro pobre. O mundo do sertão tem uma dignidade e uma inteireza que dependem desse isolamento e dessa escassez. A falta de conforto como que sanciona tudo, até a violência. O espaço aí segrega, opõe valores. Sertão e litoral revelam seus valores distintos. Não têm nada a ver. O baile perfumado caminha na direção oposta. Não há mais sertão como cosmos fechado, lugar de isolamento. Tudo circula, se insere em circuitos de troca. Sertão e Litoral revelam suas conexões sinalizadas por produtos variados, do perfume à garrafa de uísque no acampamento cangaceiro de Lampião e Maria Bonita, na sala escura do cinema da cidade ao cineasta que filma os cangaceiros em pleno sertão.²¹⁴

²¹¹ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11, p. 21.

²¹² MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11, p. 21.

²¹³ BOAVENTURA, Marina César. Redescobrimo o sertão. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 129.

²¹⁴ BOAVENTURA, Marina César apud XAVIER, Ismail. Redescobrimo o sertão. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 97 - 138.

Se no filme “Baile Perfumado” o sertão é mostrado como lugar de circulação de pessoas e mercancias, numa completa demonstração de que ele não era inóspito o quanto se propagava, a descrição de Mauro Moreira sobre o sertão também corrobora com a mesma ideia, quando se refere ao não isolamento do sertanejo e à circulação de pessoas, ao chegar a estrada de ferro. Sobre isso ressalta:

Pau d’Alho era um povoado situado no Norte de Minas, parece que fadado a completa estagnação. O maior entravo ao seu progresso estava na falta de comunicação, por distar cerca de duzentos quilômetros de qualquer centro civilizado. Mas, como diz com razão o velho ditado: “Não há mal que sempre dure, e nem bem que sempre ature”, de uma hora para outra, tudo mudou para aquele povoado, com a resolução do Governo, de ligar o Norte ao Sul do país por estrada-de-ferro. A locação da via-férrea cortou o arraial pelo meio e, com os trabalhos da construção da estrada, apareceu uma avalanche de forasteiros, que deram vida ao lugar e sacudiram do marasmo em que vivia até então todo aquele sertão mineiro.²¹⁵

Pela citação acima, percebe-se que o sertão muda e, ao mudar, toda imaginação social ou representação construída sobre ele ganha outros significados ou reforça os discursos já existentes, ora da violência, ora do isolamento. Entretanto, a ideia de isolamento se fazia presente, quando se pensava na dicotomia sertão x litoral. Mas novas leituras, entre as quais a de Frederico Pernambuco de Melo,²¹⁶ afirmam que, na realidade, são os habitantes de cada região que originam a diferença. Conforme Liliane Pinheiro da Conceição, baseada em estudos de Melo,

(...) na área litorânea predominava a ação coletivista, decorrente do tipo de produção econômica para a qual estava voltada. Enquanto que no sertão, onde desenvolveu a cultura da pecuária extensiva, moldou-se um homem mais individualista - no requisito trabalho – independente e improvisador, condicionado pelo universo cinzento da caatinga.²¹⁷

Essa visão de Melo, trazida à tona por Conceição, pode também ser inferida das crônicas de Moreira, ao relatar sua primeira viagem ao Barrocão:²¹⁸

Com minha pouca prática de viagens, eu não havia incluído em minha bagagem um lampião, indispensável para a leitura à noite. Aproveitei a ocasião e perguntei: - Seu

²¹⁵ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, V. 11, p. 107. (Coleção Sesquicentenária).

²¹⁶ MELO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 3 ed. São Paulo: A girafa, 2004. p.45-46.

²¹⁷ CONCEIÇÃO, Liliane Pinheiro da. *Sagarana: a história segundo a literatura*. 2009. 53 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2009. p. 17.

²¹⁸ Barrocão: Distrito pertencente ao município de Grão Mogol.

Luís, o senhor tem um lampião para me vender? - É o que não falta em nossa casa, banqueiro. Quantos quer? - Basta um.

Imediatamente ele foi a sub-loja, que ficava junto do seu quarto de dormir, e de lá voltou trazendo uma lamparina de folha. Expliquei-lhe que havia engano: o que eu queria era um lampião de vidro.

-Ora, banqueiro, inadvertidamente isto para nós é lampião mas, você quer é um trem de bojo e só na Serra poderá encontrar. Ele se referia à cidade de Grão Mogol. Perguntei-lhe então se tinha velas.

- Ah, isso tenho. Quantas quer? - Umas três.

Voltando-se para o interior do estabelecimento, ele falou com o seu vozeirão para a mulher: - Ô siá Maria, traz aí três “estéricas” para o banqueiro. - Assustei-me com o estranho pedido e fiquei ainda mais confuso quando ouvi o diálogo do casal. - Não achei não, seu Luís, a mulher gritou lá de dentro. - No meu quarto tem, siá Maria, no meu quarto tem! Afinal siá Maria apareceu trazendo o maço de velas e eu tive a explicação para o que o velho Luís chamava de “estéricas”: estava escrito, no maço, “Companhia de Luz e Velas Esteáricas Brasileiras”. Bastante aliviado, despedi-me e voltei para a minha barraca.²¹⁹

O relato evidencia que o sertanejo, mesmo sendo fraco, era independente e até agressivo, em função da distância entre o urbano e o rural. Nesse sentido, Conceição afirma “(...) ser o sertanejo produto do desfrute do poder privado pouco ou nada atingido pelas restrições da ordem pública.”²²⁰ No sertão, visitado por Mauro Moreira, nos pequenos discursos, como o acima citado, percebe-se, até certo ponto, um clima hostil e favorável à violência. Segundo Conceição, “(...) foi a partir do reabastecimento do poder público no sertão que os processos violentos utilizados pelos sertanejos passaram a ser censurados. Com isso, a violência perdeu seu cunho de legitimidade e pôde ser vista como criminalidade.”²²¹

Para Moreira, os atos e discursos “violentos” do sertanejo eram uma atitude “normal”, defensiva e um código de defesa do sertão, mas não de isolamento, pois, como relata nessa mesma viagem, ao se apresentar ao Luís do Barroço como gerente do Banco, ele responde; - “Pois bem, banqueiro, (...) - você tem o prazer de falar com Luis Rodrigues Pereira, mais conhecido como Luis do Barroço, sempre aqui no meu posto de honra inadvertidamente, inadvertidamente.”²²² Nesse discurso, percebe-se claramente um tom de mando, de posição social e de poder. Assim, confirma-se a visão de Melo, que vai também coadunar com a visão de Alysso Freitas, ao contestar a ideia de isolamento do norte de Minas e afirmar que, já no início do século XIX, havia intensa participação dos sertanejos na vida política local, estadual e federal. Segundo ele,

²¹⁹ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11. p. 20. (Coleção Sesquicentenária)

²²⁰ CONCEIÇÃO, Liliâne Pinheiro da. *Sagarana: a história segundo a literatura*. 2009. 53 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2009. p. 17.

²²¹ CONCEIÇÃO, Liliâne Pinheiro da. *Sagarana: a história segundo a literatura*. 2009. 53 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, 2009. p. 17.

²²² MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11. p. 19-20. (Coleção Sesquicentenária)

(...) Os habitantes participavam ativamente dos movimentos e debates políticos que foram desenvolvidos nos centros do poder. A evolução política da Comarca (São Francisco) parecia muito com os caminhos seguidos por regiões litorâneas e urbanizadas durante a Regência (1831-40). Os homens que dominavam a administração municipal discutiam a natureza do estado brasileiro, a definição de cidadania e a importância de regras legais e judiciais em ofícios dirigidos ao governo provincial e à imprensa além de destacarem a questão e identidade, vista, inicialmente, como brasileiros em oposição a outro português e, depois afiliaram-se com facções e partidos políticos nacionais.²²³

Percebe-se, pela citação mencionada, que o sertanejo não vivia isolado, tampouco deixava a vida política fora de suas pretensões de poder, portanto, a análise de sertão como lugar de barbárie em oposição ao litoral e à “civilização” fica extremamente comprometida. Segundo Freitas, as características imputadas ao sertanejo não são necessariamente específicas dele, a título de exemplo, a violência, que foi, sem dúvida, um meio para resolver os problemas cotidianos e até de luta pela sobrevivência, entretanto, lembra que ela não foi a única. Para Freitas, houve também a negociação e adaptação, assim: “(...) o que muitas vezes foi entendido como desordem no mundo do sertanejo deve ser repensada como uma ordem própria do mundo em que viviam, ordem esta que se estabelecia por alguns comportamentos típicos, fundados em códigos positivos e/ou costumeiros.”²²⁴

Nesse sentido, está uma série de comportamentos, entre os quais, matar para lavar a “honra” e cobrar por uma mercadoria o valor que achasse conveniente. A título de exemplo, Moreira confirma esse comportamento:

O velho Luis do Barrocão era homem bom e pacato que viveu, anos a fio, no povoado que lhe emprestou o nome. Ao passar a cavalo em seu povoado, ali pernoitei e, necessitando meu arrieiro de lápis e uma caderneta, fui adquiri-los em mãos do velho comerciante, que me cobrou mil e quatrocentos réis (moeda da época). Sem que nada eu reclamasse, ele indagou: – Está caro? – Realmente, não é barato, respondi. – Onde compra por menos? – retrucou o velho. Provocado, eu lhe disse que em Montes Claros não pagaria mais de trezentos réis por aquela compra. – Sei disso, mas acontece que estamos a cem quilômetros de lá, e quem tem a mercadoria aqui sou eu e quem precisa dela é o amigo. – O argumento foi convincente. Paguei o exigido, rogando-lhe mentalmente uma praga, e sai.²²⁵

Nota-se que o sertanejo não só era um cidadão consciente, como também sabia viver no seu espaço e dele tirar proveito, tanto social, quanto econômico, podendo-se sustentar. As crônicas de Mauro Moreira também nos relatam outro tipo de representação: o sertão do

²²³ JESUS, Alysso Luis de Freitas de. *No sertão de Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Anablume, 2007. p. 44.

²²⁴ JESUS, Alysso Luis de Freitas de. *No sertão de Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Anablume, 2007. p.44 -45.

²²⁵ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de Sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11. p. 33. (Coleção Sesquicentenária)

“conhecimento”, comumente, ausente na memória das análises historiográficas, mas de fácil percepção, quando se trata de História Regional²²⁶ ou da Micro História.²²⁷ Na análise, ora realizada na fonte supracitada, nosso olhar voltou-se para os detalhes quase imperceptíveis e, assim, percebe-se o quão foi genial, nesse sentido. Seus relatos são ricos em pormenores e nos dão a dimensão da vida cotidiana travada no sertão. A título de exemplo,

Major Quintiliano, quando nos conhecemos, era recém-chegado a Curvelo, procedente de Jatobá, município de Grão Mogol, onde sempre fora fazendeiro. Baixo, franzino e de fala mansa. Muito cedo, compreendemos que o nosso novo amigo, se sentia como um exilado em Curvelo apesar do carinho que lhe dispensavam os filhos em nossas visitas ou em sua entrada no banco, onde trabalhávamos, nunca perdemos a oportunidade de encaminharmos nossos cavacos para assuntos de suas caatingas amadas. Com que entusiasmo falava de sua terra e de seu povo. Nessas ocasiões, dava a expansão à saudade que sentia de tudo e de todos. Nunca nos enganamos com a primeira impressão, boa ou má, que nos deixa qualquer estranho, isto, talvez, pelo tato constante que, desde moço sempre tivemos, nos guichês e gerência de Banco, com o público.²²⁸

Pelo relato, percebe-se que conhecer no sertão é uma obrigação, quase um código, pois as relações são estabelecidas a partir desse conhecimento e dele dependem as regras de convivência e conveniência. Isso é possível observar quando se torna possível conectar história e memória.²²⁹ Isso também é visível, nas crônicas de Moreira, ao narrar sobre as memórias de lugares onde viveu e sobre as relações estabelecidas com João Danilo de Oliveira Penna, seu Jota. Moreira relata que travou longos diálogos com seu Jota acerca, principalmente, de assuntos políticos e que, mesmo com idade já bastante avançada, seu Jota

²²⁶ Cf.: BARROS, José D’Assunção. In: *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Voz, 2004. p.152-154. “Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geógrafo, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro corte proposto pelo historiador e acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial).”

²²⁷ Cf.: BARROS, José D’Assunção. In: *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Voz, 2004. p.152-154. “A Micro-História não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço reduzido, embora isto possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda através da pequena comunidade (não é exemplo a perspectiva da História Local, que busca o estudo da realidade micro-localizada por ela mesma). A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla. Da mesma forma, posso tomar para o estudo uma ‘realidade micro’ com o intuito de compreender certo aspectos de um processo de centralização estatal que, em um exame encaminhado do ponto de vista da macro-história, passariam certamente despercebidos.”

²²⁸ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11, p. 39. (Coleção Sesquicentenária)

²²⁹ AMADO, Janaina. The great liar: tradition veracity and imagination in oral history. *História*. São Paulo, v.14, n. 125-136, p.131,1995.

era lúcido e possuía grande conhecimento de causa, tanto da profissão quanto dos cargos eletivos que ocupara nas primeiras décadas do século XX.

Ainda conforme Moreira, seu Jota ficou conhecido no interior das Gerais, notadamente no sertão norte-mineiro, como aquele que salvava, que conhecia os segredos da profissão e ainda pelos receituários médicos que fazia e dirigia à população. Conhecer seu Jota era um prazer. Assim afirma o cronista,

O cientista Carlos Chagas, quando no sertão, em Lassance, fazia pesquisas para os estudos da moléstia que mais tarde recebeu seu nome, ficou impressionado com o fato de toda pessoa com que ele consultava, ao ser inquirida se alguma vez havia sido examinada por médico, respondia, invariavelmente já o haver sido pelo seu Jota, em Curvelo. Quando se conheceram casualmente, aquele cientista não escondeu a satisfação do encontro e disse do prazer que lhe era proporcionado em abraçar o homem mais conhecido e citado naquele sertão.²³⁰

Percebe-se, pela citação, que o conhecimento também estava ligado à memória, pois o que Moreira conhecia de Carlos Chagas era a narrativa escrita, o recordado, como afirma Janaína Amado:

Parece-me necessário, antes de tudo, distinguir entre o vivido e o recordado, entre experiência e memória, entre o que se passou e o que se recorda daquilo que se passou. Embora relacionadas entre si, vivência e memória possuem naturezas distintas, devendo, assim, ser conceituadas, analisadas e trabalhadas como categorias diferentes, dotadas de especificidade. O vivido remete à ação, à concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. A prática constitui substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da experiência.²³¹

Dessa forma, ao escrever suas crônicas, Moreira relatava o que vivia, recordava o que lhe era narrado e trazia a público o que selecionava em suas memórias. Assim, na perspectiva de Amado, Mauro Moreira escrevia sobre Carlos Chagas o que abstraía do encontro entre o senhor Jota e o sanitarista. Para a autora,

História e memória, (...), mantém tantas relações entre si, que é difícil pensá-las separadamente: 'recordar é viver', como ensinava o antigo samba. A memória torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que projeta o futuro.²³²

²³⁰ Cf.: MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11, p. 63. (Coleção Sesquicentenária). Um graduado farmacêutico, residente na cidade de Curvelo-MG. Vereador e presidente da Câmara Municipal.

²³¹ AMADO, J. The great liar: tradition veracity and imagination in oral history. *História*. São Paulo, v.14, n.125-136, p.131, 1995.

²³² AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. *História*. São Paulo, v. 14, 1995. p. 132.

Analisando as palavras de Amado, percebe-se que, para Moreira, o conhecimento era a evidência de que no sertão tudo se decide a partir dos significados que lhes são conferidos e, nesse sentido, conhecer as pessoas significava um código de convivência próprio do sertanejo. Era também uma forma de estabelecer as relações afetivas, de poder e/ou de desafetos, presentes na vida cotidiana do sertão, na qual a história, a memória e as recordações deixaram marcas quase sempre das permanências e também do simples viver humano, principalmente no estabelecimento das relações de poder.²³³

Por fim, o sertão também foi representado por Mauro Moreira como uma relação de poder, muitas vezes inexplicável para aquele momento da História Regional. Um poder que pode ser explicado como uma relação afetiva que envolve a força, mas não necessariamente a força física e sim uma coerção de cunho emocional, que às vezes pode levar uma pessoa a mudar sua forma de agir. »²³⁴

Nesse caso, essa força tornou-se um poder não coercitivo, é claro, mas um poder que se torna força, à medida que se passa despercebido e ardiloso, de forma a confundir com prudência, como narra Moreira, no trecho:

Muito moço ainda, logo ao assumir a direção política do município de Tremendal, hoje Monte Azul, sem a prudência e a calma que só a idade traz, Levi Silva passou a dirigir aquela comuna com mão férrea. Seus adversários não o perdoavam e as notícias, por todo o sertão, corriam de que a vida naquela cidade se tornara intolerável, a não ser que se submetessem todos ao novo jogo e jovem chefe, Coronel Levi. Barroão, onde residia seu Luís, era pouso forçado para todos os que viajavam do norte em demanda da estrada de ferro. Em uma tarde, dá entrada na casa comercial do velho Luís um mocinho imberbe e, ao atender a indagação daquele, donde vinha, informa estar chegando de Tremendal. Ao ouvi-lo, retruca o velho:

– Como conseguiu sair vivo da terra daquele bandido Coronel Levi Silva? Acontece que o chegante era justamente o dito cujo, que retruca: – Seu Luís, o povo é muito mau e não se deve dar crédito ao que diz. Desde pequeno, ouço dizer que o senhor fez fortuna matando e roubando os incautos que, ao passarem por aqui, arranchavam em sua casa. Eu sou o Levi Silva. Assustado e surpreendido com o que acaba de ouvir, seu Luís fala forte lá para dentro, dirigindo-se a sua mulher: – Ô siá Maria, faça rápido um café, de primeira, para oferecermos ao Coronel Levi Silva que nos dá grande honra de sua visita! Ora já se viu, a casa é sua, Coronel, e é isto mesmo, quem pode com a língua ruim do povo?²³⁵

Percebe-se que, apesar de cada um demonstrar prudência, nada mais era do que mediação de força e evidência de poder, por meio de um discurso que, segundo Michel Foucault, “(...) não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação,

²³³ Ver em: LEBRUN, Gerald. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²³⁴ LEBRUN, Gerald. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 11 - 12.

²³⁵ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11, p. 121 – 122. (Coleção Sesquicentenária).

mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”²³⁶ Um poder que, no sertão do norte de Minas, ficava evidente pelo discurso entre o cronista e o senhor Luís e pela imaginação social.²³⁷ Imaginação que Mauro Moreira enfatizou, em outras narrativas, como no trecho a seguir:

- Conhece, em Montes Claros, o Capitão Enéas Mineiro? – perguntou-nos.
 - Não só o conhecemos, como temos nele um amigo.
 - Tem certeza disto?
 - Absoluta, e nossa amizade data de anos.
 - Conserve-a, porque, quando é amigo, sabe sê-lo: é homem honesto, trabalhador, correto em seus negócios, mas tome nota: só serve para amigo; é bravo!...
- Contou-nos, em seguida, que o nosso Capitão era muito dedicado a um Senador cujo filho era seu afilhado e, por duas vezes, com mais de duzentos homens em armas, cercou, sitiado, sua cidade, e ditou as ordens do Senador que viu, assim, realizadas suas ambições políticas. Apesar da força de que dispunha, jamais cometeu vandalismo. O governo de seu Estado comissionou-o no posto de Capitão, quando comandava, no sertão, coluna que buscava Lampião. Ao regressarmos do Norte, relatamos o que ouvíamos a seu respeito em Caruaru. Riu bastante, comentando:
- Cousas passadas..., Mauro.²³⁸

O cronista construiu seu discurso possibilitando uma análise da imaginação social, entendida aqui como representação, na condição de que estão presentes aspectos que dizem respeito a sua “qualidade” e suas características sensoriais e formais.²³⁹ Dessa forma, Moreira confere a inteligibilidade da representação e foge, conforme Falcon, da

(...) ‘crise da representação’, ou seja, da ideia moderna de representação e de sua substituição pela ideia de que, como ‘representação’, o texto histórico é um ‘artefato’ lingüístico, elaborado segundo princípios literários que remetem às estruturas da ‘narrativa’, sendo sua referencialidade unicamente de ordem intra e intertextual.²⁴⁰

Esse pensamento pode ser percebido em Moreira, ao afirmar que:

Geralmente, aqueles que vivem lá no fundo do sertão tem, por conta própria, fazerem de “um” tudo, nas zonas de sua influência. Mesmo sem querer, são investidos das funções de médicos, enfermeiros, conselheiros, juizes, policiais e tudo mais. Tornam-se, em suas regiões, verdadeiros patriarcas, e são cercados por amigos que os prestigiam, e daí emana todo seu poder de mando. Aceitam, como paga pelo bem que distribuem, a amizade que desfrutam em seu pequeno mundo. Tão mais poderosos se tornam, quando mais serenos e solícitos são para com os que os

²³⁶ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 5 ed. São Paulo: Loyola Brasil, 1996. p. 10.

²³⁷ Ver em: BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Anthropos - homem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, s.d., v. 5. p. 296-331.

²³⁸ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11, p. 75 – 76. (Coleção Sesquicentenária)

²³⁹ FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 47.

²⁴⁰ FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 45.

procuram, aos quais, às vezes, dão prova de tal dedicação, que a gente da cidade não é capaz de compreender.²⁴¹

Analisando a narrativa, é possível compreender que o próprio sertão favorecia esse emaranhando de situações, conferindo aos homens poderes e os tornando senhores de suas próprias decisões, possibilitando, conforme Moreira, que o seu amigo, Major Quintiliano Teixeira de Souza, fosse descrito como um homem bravo, ao afirmar:

– Lá na zona do norte, disseram-nos que o senhor sempre foi homem bravo, é verdade?
 – Qual, meu amigo, nesse ponto fui mal interpretado. Isso é boato!
 O que se dava era que, vivendo a mais de cem léguas da estrada de ferro, de comunicações precárias com os grandes centros, cada um tivesse, lá no sertão, posição definida, tinha que se cercar de amigos, resolver por si situações difíceis, não só as suas, mas também as que surgissem às pessoas de suas relações. Felizmente, se preparado sempre estive para esses movimentos, nunca recorri à força para resolvê-los. Fui sempre respeitado e, hoje, só tenho motivo de satisfação. Os abraços e lembranças que me traz dos amigos, é cousa que conforta a gente e desautoriza a versão. Satisfêz-nos plenamente sua explicação, no entanto, ao terminar a visita, saímos convictos de que as notícias não eram boatos.²⁴²

Pelo trecho, o caráter da representação caracteriza a narrativa de Moreira, marca os vários sertões descritos por ele durante sua trajetória no norte de Minas, mas, acima de tudo, possibilita o entendimento de que o sertanejo sobrevive conforme as circunstâncias e necessidades do lugar, constrói sua história e estabelece memórias para serem lembradas e reverenciadas.

Finalizando as considerações acerca das representações sobre o sertão, vale destacar Augusto de Lima Júnior²⁴³ que, em sua obra *Os descobridores e povoadores*, conceberam o “sertão” norte-mineiro também na visão da conquista. Segundo o autor,

(...) partindo da Bahia, foi realizada desde remotos tempos uma lenta penetração através do sertão de São Francisco, que atingia as proximidades da Barra do Rio das Velhas, onde já se disseminavam fazendas de gado. Eram os sertões do grande rio habitado por tribos de índios que mantinham contacto com os brancos e se misturavam às hordas de aventureiros, estabelecidos com currais de gado, de onde

²⁴¹ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11, p. 55. (Coleção Sesquicentenária).

²⁴² MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11, p. 41. (Coleção Sesquicentenária).

²⁴³ Cf.: LIMA JUNIOR, Augusto de. Orelha da Capa. In: *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: Ed.da Universidade de São Paulo, 1978. Advogado, jornalista e escritor que escreveu, entre outras obras, *A capitania de Minas Gerais*, onde como afirma Luis da Câmara Cascudo, escreveu “(...) as recordações para ressuscitar o passado em linha vertical.”.

partiam em freqüentes excursões de rapinagem, assaltando povoados e fazendas, cometendo toda a sorte de crimes.²⁴⁴

O trecho de Augusto de Lima Júnior, em destaque, traz como matriz de sentido a violência. Segundo o autor, os habitantes do “sertão” juntavam-se aos aventureiros, assaltavam e cometiam todos os tipos de crimes possíveis. Ele afirma que “(...) misturando-se aos índios da região, formara-se desde essas épocas, o tipo característico do homem de São Francisco, geralmente denominado ‘baiano’, e reconhecível ainda hoje onde quer que se encontre.”²⁴⁵

Lima Júnior destaca-o como um homem reconhecível em qualquer lugar pela representação que se fazia dele. Segundo o autor, esse “(...) mameluco audaz, conhecedor sem par do território, quase imune às sezões, era o aliado das tribos de índios que, de várias procedências, acuadas pela penetração dos brancos, iam por ali se concentrando.”²⁴⁶ Para Lima Júnior, essas alianças possibilitavam grandes conjuntos contra qualquer elemento que julgassem inoportuno. Segundo ele, “(...) bandos de negros fugidos dos engenhos do recôncavo para lá se encaminhavam, rivalizando todos esses elementos em terríveis depredações que incomodavam até os povoados próximos da capital.”²⁴⁷

Nota-se, no pensamento de Lima Júnior, que a violência era oriunda da grande mistura etnográfica e da disputa por terra e poder: índios, mamelucos, brancos, negros e aventureiros. De acordo com o autor,

Armou Guedes de Brito em 1681, forte expedição, com a qual desbaratou bandoleiros e índios, limpando o caminho até o Rio das Velhas. Como prêmio de tais feitos, obteve o Coronel Guedes de Brito a concessão de um vasto território abrangendo grande parte da região do Rio das Velhas, onde fundou as fazendas em que mais tarde assentaria a base de sua opulência o bandoleiro Manuel Nunes Viana, agregado de Guedes de Brito.²⁴⁸

Lima Júnior acrescenta que,

O sertanista baiano conquistou o território, amainou o ânimo de algumas tribos de índios, das quais fez aliadas, fundou engenhos e fazendas de criar, estendendo sua

²⁴⁴ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 33.

²⁴⁵ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 33.

²⁴⁶ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 33.

²⁴⁷ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 33.

²⁴⁸ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 33.

ação até o Distrito de Papagaio (Município de Curvelo) onde deixou como administrador de suas propriedades seu agregado, o Capitão de Auxiliares Martinho Afonso de Melo.²⁴⁹

Na visão de Lima Júnior, o conquistador não media esforços para o aumento do poder econômico e político. E salienta que,

Na barra do Rio das Velhas com o São Francisco, deixou ainda Guedes de Brito um posto de gado, fundando ainda outro em Rodeador, do Pega-Bem, em pleno Distrito do Serro Frio, onde cobrou forros dos moradores, conforme se lê na representação que sua filha Isabel de Brito dirigiu ao rei de Portugal em 1720.²⁵⁰

Infere-se do trecho acima, que os sertanistas ocuparam, além do norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e fizeram da região uma terra que se afigura como a descrição feita por Anastasia: “(...) onde nunca se conheceu Rei.”²⁵¹ Ainda conforme Lima Júnior, outro sertanista que também fez riqueza no norte de Minas e adquiriu poder econômico e político foi Matias Cardoso. Segundo ele,

(...) terminada a campanha contra os índios do Ceará e do Rio Grande do Norte, em 1694, retrocedeu Matias Cardoso com suas tropas e se estabeleceu com fazendas nos antigos pousos onde deixara agregados seus, distribuindo terras a seus lugares-tementes, povoando e domando vasta região no norte-mineiro.²⁵²

Para o autor, essa ocupação se explica em função de:

Riqueza extraordinária desses territórios (...) não obstante sua posição remota a grande distância da Bahia e de São Paulo, despertava tanto interesse aos que por ali haviam penetrado, atraindo-os para uma fixação definitiva. Sendo a terra riquíssima em salitre e em fosfatos, tem espantosa uberdade e suas pastagens de grande valor alimentam manadas de gado sadio, que se produz com notável rapidez. O sal gema é também muito disseminado e de fácil extração, favorecendo o comércio de carnes, que, preparadas com ele, devido à porcentagem de salitre que contém adquirem uma coloração rosada, característica do que até nossos dias se chama “carne seca do sertão”.²⁵³ Segundo: “A abundância de peixe no São Francisco e seus afluentes, que, também salgado seria gênero dos demais consumo nas Minas, foi fator de relevo entre os atrativos desse privilegiado sertão.”²⁵⁴

²⁴⁹ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 33.

²⁵⁰ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 33.

²⁵¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Com Arte, 1998. p. 61.

²⁵² LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 34.

²⁵³ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 34.

²⁵⁴ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 34.

Por essas considerações, Lima Júnior nos permitiu o entendimento de que, se por um lado o sertão era temente, por outro possuía riquezas e, por isso, valeria a pena sua ocupação e as lutas travadas em prol do território. Ainda conforme o autor,

Morto Matias Cardoso, caberia a seu filho, o Mestre de Campo Januário Cardoso, prosseguir o desbravamento, secundado por Manuel Pires Maciel e Antônio Gonçalves Figueira, fundadores, respectivamente dos arraiais de Morrinhos, São Romão, Amparo, Brejo Grande, Itai, Olhos de Água, Montes Claros e outras localidades que se converteram em prósperas vilas, assegurando a posse definitiva para civilização desses imensos e riquíssimos sertões.²⁵⁵

As considerações de Lima Júnior nos possibilitaram entender que, entre outras coisas, no norte de Minas existia violência entre conquistador e conquistado; ocupação e povoamento; desigualdade no tamanho das propriedades rurais; riqueza do território; luta para fugir do fisco metropolitano e, principalmente, força e poder econômico e político-social que tiveram os potentados e seus seguidores. E mais, que o autor traz no seu discurso a visão do sertão, bárbaro, inculto e, principalmente, retrógrado.

1.2 O norte de Minas nos séculos XIX e XX

A violência nas Minas não se concentrava apenas na imensidão e no tenebroso das paragens da Mantiqueira. As bocainas da serra de Santo Antônio de Itacambirucú, na comarca do Serro Frio, também escondiam corpos, jamais encontrados. Serras, caminhos, matas gerais, sertões na capitania das Minas apresentavam perigos previsíveis e imprevistos, reais e imaginários.²⁵⁶

Para localizar o lugar do qual se fala, nada melhor que usar o fragmento de Carla Anastasia, no qual aborda a violência em “Geografia do Crime” nas Minas setecentistas e percebê-la em todos os sertões das Gerais, sem nomear esse ou aquele logradouro. Entretanto, a violência em determinadas regiões (norte de Minas) foi, nos séculos XIX e XX, tão presente que, basta uma leitura atenta das relações – políticas, econômicas, sociais – que existiram para perceber que a humanidade desenvolveu habilidade para coexistir com a violência.

²⁵⁵ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. p. 34.

²⁵⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.13.

Nesse sentido, a região do norte de Minas foi, nos séculos citados, como um grande teatro no qual se apresentam diversas tramas que podem ser frutos da própria história da região. Como afirma Anastasia, “(...) salteadores, quilombolas, vadios, contrabandistas e monstros das variadas estirpes povoavam essas áreas.”²⁵⁷ As cidades que as formavam não estavam a salvo de nenhum ato de violência, apesar da distância das áreas mineradoras. Segundo Anastasia, quando Martinho de Mendonça governou interinamente a Capitania teve muita dificuldade para acabar com os violentos motins do São Francisco, entre 1736 e 1737.

²⁵⁸ Conforme a autora:

O primeiro motim eclodiu, em março de 1736, no arraial de Capela das Almas contra o Juiz de Papagaio, responsável por tirar devassas de alguns tumultos que haviam ocorrido em Barra do Rio das Velhas. Os amotinados, após as violências contra o Juiz, ficaram à espera da esquerda do Barreto, alferes da tropa de dragões, para enfrentá-la, atitude a qual, de acordo com o Governador Interino, indicava “*máquina maior fomentada por cabeça grande*”. O segundo movimento iniciou-se em princípios de maio no sítio de Montes Claros, junto ao Rio Verde, contra o comissário da capitação, André Moreira. Estes tumultos, liderados por André Gonçalves Figueira, foram mais generalizados e mais violentos do que o da Barra do Rio das Velhas.²⁵⁹

Anastasia nos atesta que a região do São Francisco era de extrema violência e essa violência advinha, de acordo com ela, da “(...) resistência da gente miúda em pagar a taxa recém-estabelecida [de capitação] e das ameaças ao poder político dos potentados do Sertão.”²⁶⁰ Para a autora, “(...) os motins, movimentos gerados pelo avanço da ordem pública no Sertão, idealizados pelos potentados rurais, apropriados pelas camadas mais baixas da população, foram vigorosos o bastante para tornarem-se conhecidos e apoiados pelos moradores das Gerais.”²⁶¹

A notícia dos motins se espalhou por uma vasta região. De acordo com Anastasia, “(...) a sedição compreendeu movimentos intermitentes, em pontos diversos do [sertão] norte mineiro, que gradativamente integraram-se, resultando na tomada do Arraial de São Romão

²⁵⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 14.

²⁵⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 14.

²⁵⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. p. 71.

²⁶⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. p. 71.

²⁶¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e Bandidos: os motins do São Francisco. *Revista do Departamento de História*, v. , n. 9, p. 77, 1989.

onde eram entregues os bilhetes de capitação.”²⁶² E acrescenta: “(...) a investida contra o arraial explicava-se pelo fato de que em São Romão estavam instaladas as únicas autoridades constituídas em todo norte da capitania.”²⁶³

Para sufocar os motins, as autoridades reais tentaram, desde o início, demonstrar força e desarticular os “desordeiros”. Conforme a autora acima citada:

(...) [na] primeira fase das desordens, o Governador Interino da Capitania, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença (...) mandou prender André Gonçalves Figueira, tirar devassas dos motins da Barra do Rio das Velhas e Rio Verde e reforçar a vigilância da área com a requisição e deslocamento dos dragões de Minas Novas, Ribeirão do Carmo e Catas Altas para São Romão.²⁶⁴

Mas medidas dessa natureza não impediram que outras sedições fossem organizadas e nem que atos de rebeldia continuassem a ocorrer. Para referendar essa afirmativa, basta recorrer à Carta de Martim de Mendonça ao Rei de Portugal, de 13 de dezembro de 1737, na qual afirma, conforme Anastasia, “fizeram escrever um termo sedicioso, e publicar editais de manifesta rebelião.”²⁶⁵ Segundo Carla Anastasia, foram combatidos, mas não se intimidaram, planejaram novos motins com características bem diferentes. Conforme a autora,

A nova expedição, liderada por Pedro Cardoso, um dos grandes proprietários a permanecer na luta, e a quem foi atribuído o cargo de Procurador do Povo, contou com o apoio das camadas mais baixas da população. No caminho para São Romão, os rebeldes cometeram “as mais atroces barbaridades, publicando bandos com pena de morte, confiscação de bens, matando, violentando mulheres, queimando e roubando cazas”²⁶⁶

Percebe-se que a violência era devolvida na mesma proporção de seu combate. Entende-se que essa violência tinha sentido em função da autonomia de que gozavam e da representação que haviam conquistado diante do sertanejo. Sendo assim, era normal a reação dos potentados diante de qualquer motivo que ameaçasse essas conquistas e os “destronassem”.

²⁶² ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e Bandidos: os motins do São Francisco. *Revista do Departamento de História*, v. , n. 9, p. 77, 1989. p. 77.

²⁶³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e Bandidos: os motins do São Francisco. *Revista do Departamento de História*, v. , n. 9, p. 77, 1989. p. 77.

²⁶⁴ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e Bandidos: os motins do São Francisco. *Revista do Departamento de História*, v. , n. 9, p. 77, 1989. p. 77-78.

²⁶⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho apud Carta de Martim de Mendonça ao Rei de Portugal de 13 de dezembro de 1737. Potentados e bandidos: os motins do São Francisco. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: Produção Gráfica Mazza Edição, n. 9, p. 78, 1989.

²⁶⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho apud Carta de Martim de Mendonça ao Rei de Portugal de 13 de dezembro de 1737. Potentados e bandidos: os motins do São Francisco. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: Produção Gráfica Mazza Edição, n. 9, p. 78, 1989.

Para César Henrique Queiroz Porto:

A reação dos potentados locais indica[va] o elevado grau de autonomia em relação às autoridades de que esses poderosos do sertão desfrutavam. Realmente, a autoridade desses poderosos latifundiários ia muito além de seus próprios domínios particulares. Por isso, frente a uma tentativa do poder público de aumentar a sua influência na região mediante a extensão da capitação na área, a classe proprietária local reagiu violentamente na tentativa de resguardar a sua autonomia frente às autoridades.²⁶⁷

Nota-se que a violência utilizada pelos potentados demonstrava o medo de perder a autonomia e o território por eles conquistados. Segundo Anastasia, a “(...) autonomia dos poderosos do sertão ficaria seriamente comprometida com a presença de novas autoridades instituídas para a cobrança do imposto.”²⁶⁸

Além da autonomia dos potentados, o homem do sertão também gozava de privilégios, conquistados desde o início do século XVIII, em relação a não capitação²⁶⁹ de taxa. A esse respeito, Bernardo Novais da Mata-Machado afirma que: “(...) devido à necessidade de suprir o mercado mineiro, foi aberto uma exceção, em 1703, ao comércio de gado; no entanto as restrições aos outros produtos nunca foram respeitadas, pois contrariavam as leis naturais que regem as trocas econômicas.”²⁷⁰ Segundo Mata Machado:

De acordo com o documento anônimo, foram cinco as razões que impossibilitaram o cerco impingido pela Coroa ao sertão: 1) a urgência que os habitantes da região mineradora tinham dos produtos de primeira necessidade (...); 2) as vantagens que os senhores da terra e os comerciantes do sertão auferiam com o comércio das minas (...); 3) a facilidade e a comodidade que o Rio São Francisco trazia ao transporte de mercadorias (...); 4) o poder e o caráter dos moradores do sertão (...); 5) a corrupção que se estabeleceu nos postos fiscais.²⁷¹

Percebe-se que o potentado sempre foi beneficiado e que qualquer ameaça a essas regalias ostentadas seria uma afronta às suas práticas. Além disso, seu caráter era uma espécie de código do sertão, pois ninguém duvidava do que era capaz. Conforme Mata-Machado, com informações obtidas sobre as Minas do Brasil:

²⁶⁷ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte mineiro durante a primeira republica*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 34-35.

²⁶⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 71.

²⁶⁹ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

²⁷⁰ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 38.

²⁷¹ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 38-39.

... todos são absolutos que qualquer vaqueiro, ou paulista metido com sua escopeta pelos matos daqueles sertões, nem todos os exércitos da Europa serão bastante para impedirem que entre, e saia por donde quiser; e é digno de reparo que para evitar os perigos só usam deste refúgio os que eles chamam Vis, e pobres, por quanto os ricos, e que entre eles são grandes, tem pela maior honra arranjam-se as ocasiões de maior temeridade, contendendo, ou descompondo as pessoas de maior esfera sem respeito a leis divinas ou humanas.²⁷²

O potentado agia de acordo com os seus objetivos e, para isso, contava com o apoio das autoridades reais, mesmo à custa de subornos, e com aqueles que deles dependessem, ou seja, das camadas pobres e desprotegidas (negros, escravos forros ou brancos agregados de seus grandes latifúndios). Nesse sentido, Mata-Machado afirma que

Na categoria de “homens absolutos”, podemos citar o português Manuel Nunes Viana e os paulistas Domingos do Prado, Maria da Cruz e Pedro Cardoso; o primeiro foi o chefe da conhecida “Guerra dos Emboabas” e os três últimos, líderes dos motins do sertão, cognominados de “Sedição de 1736” ou “Conjuração do sertão, São Francisco.”²⁷³

Deduz-se que a violência travada no sertão era algo previsível. Os homens, que para cá vinham ou circulavam conheciam os códigos do sertão. E, na maioria das vezes, a violência aqui instituída advinha da baixa institucionalização política que, conforme Anastasia, pode ser considerada como “(...) zona nas quais a arbitrariedade era a regra, em que os direitos costumários e a justiça não eram reconhecidos pelos atores sociais, fossem autoridades, fossem vassalos, escravos ou forros.”²⁷⁴

Nas primeiras décadas do século XIX, a população do norte de Minas era basicamente a mesma que a do século XVIII e as regras de convivência cotidiana igualmente às anteriores, portanto, nada havia mudado em relação à violência. A baixa institucionalização política foi, sem dúvida, um fator preponderante para a omissão das denúncias. Os raríssimos casos denunciados foram de lesão corporal e ficaram restritos a poucos locais. O quadro a seguir mostra essa estatística:

²⁷² MATA-MACHADO, Bernardo Novais da apud Informações sobre as Minas do Brasil. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 39.

²⁷³ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 39.

²⁷⁴ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 23.

QUADRO 1

Casos institucionalizados no Fórum Gonçalves Chaves em Montes Claros de lesão corporal

Anos	Local	Nº de delito	Total de delitos
1845/01/08	Arraial do Bom Fim	01	02
1846/08/17		01	
1840/08/06	Arraial da Senhora Santa Anna dos Olhos d'Água	01	04
1844/12/06		01	
1845/11/11		01	
1846/11/21		01	
1836/04/10	Arraial de Nossa Senhora da Conceição Extrema	01	01
1850/01/26	Arraial de Manga/ Distrito da Barra do Rio das Velhas	01	01
1828/03/17	Arraial da Porteira, julgado da Barra do Rio das Velhas	01	02
1828/12/12		01	
1849/02/21	Arraial de Contendas	01	01
1837/05/15	Santíssimo Sagrado Coração de Jesus	01	04
1842/01/21		01	
1848		02	
1843/02/29	Santo Antônio de Boa Vista	01	02
1849/03/18		01	
1833	Vila de Montes Claros das Formigas	03	24
1834	Vila de Montes Claros das Formigas	04	
1835/06/20		01	
1836		02	
1839/06/20		01	
1841/10/02		01	
1844		03	
1845/07/19		01	
1846		02	
1848		03	
1849/04/15		01	
1850		02	
Total Geral de Delitos			

Fonte: Inventário do Acervo Documental do Fórum Gonçalves Chaves.

Pelo quadro 01, percebe-se que a violência no norte de Minas, na primeira metade do século XIX, aparece pouco denunciada nos processos-crime do Fórum Gonçalves Chaves. Como dito anteriormente, no imaginário do cotidiano político-social, as rixas, lesões, tocaias e homicídios eram comuns na vida do sertanejo, portanto, denunciá-los era desnecessário. Mas, um dos dados que chamou a atenção, nos processos-crime, foi o aumento de denúncias, a partir da organização das localidades. Vale ressaltar que essa organização se deu nos âmbitos institucional e político. A base de entendimento encontra-se na Vila de Montes Claros das Formigas que, ao sair da condição de arraial, eleva-se à categoria de vila (13/10/1831) e

instala a vida administrativa da Câmara em 13/10/1832,²⁷⁵ apresentando um percentual de 58%, entre os casos denunciados na região, contra 42% para as demais localidades.

Esse índice é relativo às lesões corporais ocorridas. Mas, onde estão as outras denúncias, a exemplo dos homicídios, das tocaias, das rixas, das rivalidades políticas, da primeira metade do século XIX? Sabe-se, pelas atas da Câmara, que houve casos, como será analisado mais adiante. Mas, onde estão os processos? Por hora, resta-nos dizer que a documentação forense do século XIX demonstra que a violência era gratuita. Matava-se por quase tudo. Basta verificar que dos trinta e um processos-crime analisados, exceto Montes Claros, da segunda metade do século acima mencionado, vinte e seis deles foram de homicídios, que correspondem a um percentual de 84% contra 16% para outros delitos.

QUADRO 2

Processos criminais encontrados no século XIX no norte de Minas

Ano/mês/dia	Crime	Motivo	Arma usada	Local/zona	Réu	Vítima
1884/02/09	Homicídio	Não aparente	Cacete	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas/ zona rural	Felicíssimo Ferreira dos Santos e Sabina F. dos Santos	Honório Rodrigues Vieira
1885/11/04	agressão física seguida de tiros	inimizade	Arma de fogo	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas/ zona rural	Antônio Alves da Silva	Julião Cardoso de Sales
1884/09/14	Homicídio	ciúmes	garrucha	Vila de Jequitahy/Zona Urbana	Antônio Coveiro	Felisbina Nunes de Macedo
1843/05/06	estupro	violência	força física	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas/ zona rural	Joaquim Lopes Saraiva	Ana Joaquina Ruas
1887/08/03	Homicídio	ignorado	Arma de fogo	Arraial de Contendas /zona urbana	Manoel Alves Teixeira e Antônio de Almeida Queiroz	José Ramos Pereira
1844/09/17	Compra de escravo forro	ignorado	-	Arraial de Santíssimo Coração de Jesus	Manoel Martins Neto e Alberto Dias da Silva	Quintiliano
1884/06/02	Homicídio escravo X escravo	ignorado	Faca	Vila de Jequitahy	Juscelino	Severino

²⁷⁵ VIANNA, Urbino de Sousa. *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 58-59.

1884/10/06	Homicídio	ignorado	Faca	Arraial de Contendas	Chrispiano Ferreira Souza	João Ramos
1885/04/16	Homicídio	briga	Arma de fogo	São João da Ponte/Zona rural	Polycarpo (Capitão do mato)	Leandro Gomes Ferreira
1885/01/25	Homicídio	ignorado	Arma de fogo	Arraial do Santíssimo Coração de Jesus	José Moreira Nisa e Francisco Belacindo Mata	Manoel Pereira Santos
1885/01/20	Homicídio	briga	Faca	Arraial do Sto. Antônio da Boa Vista	Cândido Nunes Muniz	Damásio dos Santos Castro
1885/06/07	Homicídio	Inimizade, briga seguida do crime	Arma de fogo	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas	Francisco Pereira Andrade, Pedro C., Augusto Mota e Ildelfonço Cardoso Vieira	José Joaquim dos Santos
1885/10/18	Homicídio	Briga por dívida	Arma de fogo	Arraial de Santíssimo Coração de Jesus	Januário Joaquim de Oliveira	Antônio Ferreira Cantuário
1886/07/29	Homicídio	ignorado, 2º o réu disparo accidental ao tentar desarmar a vítima	garrucha	Arraial de Santíssimo Coração de Jesus	João Maria Barreto Júnior	Reginaldo Leite
1886/10/13	Homicídio	inimizade, briga e ciúme da ex-esposa	garrucha	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas	Justino Antônio Soares	Ernesto Ribeiro da Silva
1886/13/07	Homicídio	inimizade	Arma de fogo	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas/zona rural	Domingos Alexandrino Corrieiro, Joaquim B. da Mota e Firmino C. dos Santos	Zefino P. Dias
1885/10/03	Homicídio	Inimizade, briga	garrucha	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas/zona rural	Luciano Cardoso	Manoel U. Alves
1886/10/28	Homicídio	injúria, maus tratos de um cão e um cabrito	Arma de Fogo	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas/zona rural	Lourenço Gonsalves e Emigdio Freire de Souza	José Pinto Magalhães
1887/08/13	Homicídio	rixa e agressão física	Arma de Fogo	Arraial de Contendas/ Zona rural	Norberto Gonsalves Pereira	José Ramos Pereira

1887/08/04	Homicídio	Briga por causa de brincadeira	Arma de Fogo	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas/zona rural	Simplicio Pinheiro de Araújo	Antônio Marcos José
1889/08/11	Violência carnal/estupro	sexo	-	Arraial de Contendas/ Zona rural	Antônio Barbosa da Silva	Romana Pereira de Aguiar
1889/10/19	Homicídio premeditado	rixa	arma de fogo	Arraial de Contendas/ Zona rural	Donato Pereira Leão	Manoel Antônio de Carvalho
1889/02/19	Homicídio	ciúmes	Arma de fogo	Arraial de S.Gonçalo do Brejo das Almas/zona rural	João Rodrigues	Prophiro Pereira dos Santos
1889/06/13	Agressão física e homicídio	Briga entre conservadores e liberais	Arma de fogo	Arraial S. Coração de Jesus	José Ezequiel de Oliveira	Manoel José
1888/04/15	Espancamento seguido de morte	briga	Cacete	Arraial de Contendas	Faustino Ferreira de Souza	Evaristo Ribeiro Sobral
1890/04/17	Homicídio	Briga entre boêmios e prostitutas	arma de fogo	Arraial de S. Gonçalo do Brejo das Almas	José Rodrigues de Oliveira	
1891/04/04	homicídio	Briga entre cunhados por causa de relações amorosas com a cunhada	arma de fogo	Arraial de S. Gonçalo do Brejo das Almas/ Zona Rural	João Ferreira dos Santos e Paulino F. dos Santos	Francisco Borges
1891/04/04	Homicídio	Briga entre réu e vítima por praticar violência carnal contra Francisca R. Fonseca	Faca	Arraial de Contendas/zona rural	Gregório P. das Nuvens	Ciryaco José Vieira
1889/07/10	Homicídio	violência carnal não consumada	arma de fogo	Arraial de S. Gonçalo do Brejo das Almas/ Zona Rural	Pedro Ferreira Nopumucena	Josephina Gonçalves Souza
1891/02/04	homicídio	Palavras indecorosas ditas pelo réu a Rufino M. do Amaral	Cacete	Arraial do Coração de Jesus/zona urbana	Floriano Alves Almeida	Vicente Dias do Amaral
1891/02/07	Homicídio através de emboscada	Inimizade por causa de terras entre sogro e genro	arma de fogo	Arraial do Coração de Jesus/zona rural	Paulino Ribeiro dos Santos Simeão	Inocência José Pereira

Fonte: Inventário do Acervo Documental do Fórum Gonçalves Chaves.

Percebe-se que a perversidade era um exercício constante na vida do sertanejo. Para matar ou morrer bastava inimizade. Os arraiais mais violentos foram respectivamente: São Gonçalo do Brejo das Almas, Santíssimo Sagrado Coração de Jesus e Contendas.²⁷⁶

Embora não haja, nesta pesquisa, a pretensão de se trabalhar com sub-categorias como: sexo, faixa etária, posição social, é possível perceber que há, no quadro analisado, uma variação quanto à forma, às armas utilizadas e mesmo em relação ao sexo envolvido no ato de violência.

Dois aspectos chamaram a atenção: primeiro, a inexistência de processos criminais sobre homicídios da primeira metade do século XIX, segundo a maioria dos processos serem datados do último quarto do referido século.²⁷⁷

Por essa lacuna, entende-se primeiro que os próprios habitantes da região ou aqueles que se sentissem ofendidos é que determinavam a lei; segundo que os crimes não eram denunciados; terceiro, imperava a “Lei do Silêncio”; quarto, aquele que fosse menos intolerante abria fogo ou esfaqueava o outro e nenhuma punição lhe era imputada, a não ser uma tocaia para lhe tirar a vida e, por último, havia um índice baixíssimo de institucionalização política. Sobre tais fatos, Anastasia afirma que, “[são] os espaços, por excelência, da exacerbação da violência.”²⁷⁸ Entretanto, verifica-se também que o sertanejo era um homem que vivia constantemente armado, pois dos 31 (trinta e um) processos-crime analisados, 64% utilizaram de arma de fogo para cometer os delitos, conforme apontam os autos, as vítimas não tiveram como se defender.

Assim, a sociedade vivia à mercê de bandidos, facínoras e delatores. Os homicídios acabavam sendo uma forma de resolver ou prosseguir com brigas e desavenças. Entretanto, é preciso ressaltar que, na primeira metade do século XIX, eram pouquíssimos os lugares no mundo onde havia autoridades constituídas, para o que hoje é denominado de manutenção da “ordem pública.” Por conseguinte, analisar “arraia miúda.”²⁷⁹ que promovia a criminalidade no norte de Minas, no período acima mencionado, torna-se uma tarefa um tanto quanto árdua, pois faltam arquivos que nos apontem uma apreciação quantitativa da violência.

²⁷⁶ Respectivamente Francisco Sá com 15 homicídios, Coração de Jesus com 7 e Brasília de Minas com 6.

²⁷⁷ Vale ressaltar que o acervo documental do Fórum Gonçalves Chaves, em custódia da DDI/DPDDR/UNIMONTES, guarda os processos criminais de Montes Claros e região do norte de Minas datados de 1794 a 2000.

²⁷⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 13-25.

²⁷⁹ Ver: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 80. Expressão usada pela autora ao se referir aos menos favorecidos em relação aos potentados.

Yves Michaud²⁸⁰ indica que “(...) antes de qualquer investigação, é preciso sublinharmos obstáculos para um conhecimento histórico ou sociológico da violência.”²⁸¹ E acrescenta que:

1) (...) é preciso levar em consideração a diversidade das normas jurídicas e institucionais (...); 2) Um segundo obstáculo prende-se ao conhecimento que as sociedades têm ou não de si mesmas graças ao registro e à conservação dos dados (...); 3) Um terceiro fator se prende ao fato de que à apreensão, o registro e a avaliação da violência nunca são neutros, mas pelo contrário, o foco de um conflito que desdobra o confronto direto dos adversários. Os que dominam os canais de comunicação ou os procedimentos de arquivamento têm, dependendo do caso, interesses em exagerar ou diminuir a violência de seus adversários ou a deles próprios. Portanto, é preciso contar com as mentiras e as omissões dos documentos: “O próprio documento tende a ocultar os traços do rebelde (...). Por isso mesmo os documentos sustentam as opiniões daqueles que detêm o poder. Todo contestatário que escapa da prisão também escapa da história (...).”²⁸²

Tais considerações remetem à discussão do espaço-tempo (o norte de Minas nos séculos XIX e XX) analisado e permitem entender o que se denominava “lacuna documental” e as referências que o autor faz acerca das mentiras e omissões dos documentos. Porém, é válido lembrar, quando se analisa o século XIX que, em outros locais, também ocorrem problemas semelhantes. Portanto, quantificar a violência numa dada sociedade é uma realidade pouco provável e cheia de mistério pelo segredo que guarda o arquivo.²⁸³ Segundo Yves Michaud,

Se trata de criminalidade, por exemplo, uma estatística como a dos tribunais de Justiça só existe na França a partir de 1825. Podemos seguir a evolução estatística dos crimes e delitos desde essa data, mas para períodos mais distantes é preciso passar pela vasculhagem dos arquivos, com o que isso pode significar de incompleta e imparcial.²⁸⁴

Nessa leitura, percebe-se que a análise do universo da violência no norte de Minas, no século XIX, abarca um estudo quantitativo somente a partir da segunda metade do século. Uma das únicas exceções de processo da primeira metade do referido século é datado de 1844. A escrita traz um tom sutil e não permite conclusão acerca do depoimento. É objetivo e afirma:

²⁸⁰ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

²⁸¹ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 16.

²⁸² MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 16-18.

²⁸³ Cf.: FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Editions Du Seuil, Septembre, 1989. p. 10. “O arquivo não é semelhante nem aos textos nem aos documentos impressos, nem aos “relatórios”, nem às correspondências, nem os Jornais, nem mesmo às auto-biografias. Ele é difícil na materialidade (quem mergulha nele é como se mergulhasse num mar, quase sem saída), porque se divide no fundo em documentos e peças homogêneas ligadas às suas particularidades.”

²⁸⁴ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 17.

(...) chegamos a notícia que José Pinheiro Torres comprou hum criolinho ou mestiço de Alberto Terra e que este Pinheiro vendeu o criolinho a Dona Ana Marceliana que indo procurar o produto da venda que ella não queria pagar por elle, [por] constar ser forro o minino hi é que suavas que por aqui anda e como V.S por se achar no termo da villa de Ruman e o que tenha participara a que Dêos Joan de mesmo o Arraial do Santíssimo Coração de Jesus 17 de setembro de 1844.²⁸⁵

O documento acima foi aqui utilizado no sentido de demonstrar o quanto o arquivo do judiciário é pálido. Nota-se o desinteresse do escrivão em detalhar o ocorrido, a omissão de informações é óbvia, mas isso não impede que se façam, no mínimo, duas observações: primeiro, implicitamente, comprova-se que o “criolinho ou mestiço” era filho bastardo e, segundo, havia por parte da classe proprietária de terra constante apropriação indébita de escravo. Na Vila de Montes Claros das Formigas, ocorrera no ano de 1842, um caso semelhante. Sobre ele, o escrivão assim expõe,

Diz Maria Vivencia Alves que ella mai de Quintiliano criollo pessoa engenua, nascida de ventre livre, como mostra o documento junto, o qual até o presente tem estado de baixo do captiveiro do capitão Antônio Alves Sarmento donde se subtrahio, chegando a esta villa há poucos dias, e como o seo filho não deve mais voltar aquelle injusto captiveiro, requer a supp. A V.S sidigne mdes que estribuida passa mandado para se o mesmo mantido em sua liberdade intimando de tudo o supplente capitão Antonio Alvez Sarmento de quem a supp. protesta haver pelos meios por todo o tempo da injusta captiveiro e pelo defferimento (...).²⁸⁶

Nos dois processos acima citados há clara omissão da justiça. Os depoimentos são evasivos, não deixam possibilidades para as vítimas recorrerem, nem permitem que, mesmo diante da gravidade do problema, elas enfrentem a justiça e façam valer os seus direitos. Diante disso, percebe-se que os confrontos entre réus e vítimas eram poucos e, como dito anteriormente, havia uma baixa institucionalização política. A lei não era uma regra e sim uma exceção.

Durante toda a primeira metade do século XIX, basicamente não há registros de atrocidades cometidas. O judiciário agia à revelia. Os crimes, quando eram denunciados, acabavam sempre sem solução. Em decorrência disso, havia uma incredulidade em relação ao poder judiciário. Portanto, as ações eram desfechadas pelos próprios desafetos. A violência nem sempre era vista como caso de polícia. Os poucos destacamentos existentes tratavam de apurar casos extremos, geralmente cometidos por pessoas de classes sociais opostas.

²⁸⁵ Processo crime: TX/EP 12(71)/CP98/PC228/88/FD001.674. Arraial do Santíssimo Coração de Jesus termo de Montes Claros. Réu: NETO, Manoel Martins e SILVA, Alberto Dias da. Vitima: Quintiliano (escravo). Ação: compra de escravo forro. Sob a custódia do DPDOR/UNIMONTES.

²⁸⁶ Processo crime: TX/EP 12(71)CO98/PC228/XX/FD001.673. Vila de Montes das Formigas 1842/12/20. Réu SARMENTO, Antônio Alvez (Capitão). Vitima: Quintiliano (escravo). Ação: Apropriação: indébita. Sob custódia do DPDOR/UNIMONTES.

Assim, atos menores ficavam à margem dos julgamentos e da sociedade. Nesse caso, para Michaud, com base no pensamento de Y.M. Berce, “(...) esse tipo de violência domina até o final do século XVIII.”²⁸⁷ E ocorre, segundo ele, “(...) em sociedade sem meios de comunicação rápidos, onde a presença policial é reduzida e pouco eficaz (...).”²⁸⁸ Olhando por esse ângulo, justifica-se a baixa quantidade de processos criminais, na primeira metade do século XIX, no norte de Minas.

A partir da segunda metade do século XIX, há um aumento considerável de processos criminais, evidenciando a violência física no Norte de Minas que, normalmente, culminava em homicídios, conforme demonstra o quadro abaixo, relativo aos processos analisados.

QUADRO 3

Violência física no norte de Minas na segunda metade do século XIX

Data	Crime	Arma	Município	Zona
1884	Homicídio	Cacete	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1885	Agressão física seguida de tiros	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1884	Homicídio	Garrucha	Vila de Jequitahy	Urbana
1887	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de Contendas	Urbana
1884	Homicídio	Faca	Vila de Jequitahy	Urbana
1885	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de Santíssimo Coração de Jesus	Rural
1886	Homicídio	Garrucha	Arraial de Santíssimo Coração de Jesus	Rural
1886	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1886	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1885	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1886	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1887	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de Contendas	Rural
1887	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1889	Estupro		Arraial de Contendas	Rural
1889	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de Contendas	Rural
1889	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1889	Agressão física seguida de homicídio	Arma de fogo	Arraial de Santíssimo Coração de Jesus	Urbana
1889	Espancamento seguido de morte	Cacete	Arraial de Contendas	Rural
1889	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Urbana
1891	Homicídio	Faca	Arraial de Contendas	Urbana

²⁸⁷ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 22.

²⁸⁸ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 22.

1891	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1889	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	Rural
1891	Homicídio	Cacete	Arraial de Santíssimo Coração de Jesus	Urbana
1891	Homicídio	Arma de fogo	Arraial de Santíssimo Coração de Jesus	Rural

FONTE: Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves. Século XIX. Sob custódia do DPDOR/UNIMONTES.

Examinando as informações do quadro 3, constatam-se os períodos de maior incidência da violência, os municípios mais violentos, o número de crimes cometidos, o tipo de armas utilizadas e a zona de maior criminalidade.

QUADRO 4

Municípios mais violentos do norte de Minas

Período	Vila/Município	Nº de crimes ocorridos		Nº de armas utilizadas		Zona	
		Homicídios	Outros	Fogo	Outros	Urbana	Rural
1884-1891	Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas	11	-	10	01	01	09
1887-1991	Arraial de Contendas	05	01	03	02	02	04
1885-1891	Arraial do Santíssimo Coração de Jesus	05	-	04	02	02	03
1884	Vila de Jequitahy	02	-	01	02	02	-

FONTE: Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves. Século XIX. Sob custódia do DPDOR/UNIMONTES.

Como se pode observar, por meio do quadro 4, em um período de menos de uma década, há muito mais registros de violência do que se registrou durante meio século, conforme apresentado no quadro 1. Um dado interessante nesses processos é que em 99% desses réus e vítimas são do sexo masculino e os crimes foram por rixas e brigas. Quanto ao local de ocorrência, 70% deles sucederam na zona rural, onde se encontrava a maior parte dos trabalhadores rurais de baixa renda e cujo índice de analfabetismo era basicamente de 100%.

Na zona rural, concentravam-se grandes latifúndios, geralmente, comandados por capatazes, em quem os empregados depositavam toda a sorte, fosse a vida pessoal ou profissional. A polícia, normalmente, não tinha acesso aos capatazes. Portanto, a lei era do lugar.

Os processos estudados contemplam a análise de Maria Sylvia de Carvalho Franco, que afirma: “(...) de uma perspectiva racional, na quase totalidade dos casos examinados era inevitável constatar uma desproporção entre motivos imediatos que configuraram um

determinado contexto de relação e o seu curso violento. Homens matam-se em desavenças....”²⁸⁹ A título de exemplo:

(...) No dia 27 de Janeiro findo no lugar denominado - Mocambo Firme – districto desta cidade, achando-se Altino Soares d’Oliveira em huma caçada de viado, (...) ahi appareceu o denunciado José de Souza, o qual depois de trocar com aquelle algumas palavras, descarregou-lhe huma facada sobre o coração, do qual perecia momentos depois. (...) A origem do crime foi por haver o denunciado furtado umas melancias na roça de Altino e este haver lhe mandado pedir por seu irmão Gyrico para ir roça furtar mais melancias.²⁹⁰

Esse processo evidencia que, no norte de Minas, matava-se por desavenças banais, por qualquer coisa. Na maioria das vezes, os crimes denunciados eram de malquerenças e furtos. Porém, ao lado dos “pequenos” delitos havia crimes de dimensão política que, geralmente, decorriam de lutas pelo poder, tanto para se apoderar deste como para conseguir mantê-lo. Como afirma Hannah Arendt “(...) toda política é uma luta pelo poder; a forma definitiva de poder é a violência.”²⁹¹ Dessa forma, as manifestações políticas no norte de Minas, na maioria das vezes, eram explícitas, força e violência eram ingredientes naturais e as passeatas, a exibição desses comportamentos, como denuncia o promotor público:

O promotor público da comarca abaixo assignado em cumprimento de seu dever, vem perante V.S dar denuncia contra José Ezequiel de Oliveira pelo facto criminoso que passa a expor. Na noite 13 para 14 do p. Passado mês de junho do corrente anno, no Arraial do Santíssimo Coração de Jesus, reunia-se grande numero de pessoas em casa do Profº Miguel da Silva Braga no intuito de festejarem a ascensão do partido liberal e dalli partindo percorria o grupo de pessoas as ruas e o arraial tacando bombas e foguetes. A frente do grupo se poseram Eufrancisco Ribeiro da Mata; Antônio Pereira da Trindade, Jonatha da Silva Braga que antes havia prometido vingar do denunciado apenas se mudasse a situação. Depois de ter percorrido, o grupo de pessoas parte da povoação foi para a porta de Manoel Ignacio de Souza no largo da matriz e como já estivesse proximo a casa de José Ezequiel para a mesma se dirigiu o grupo encarregando se Agostinho Ferreira Coelho e alli queimaram se Bombas que lhe foi fornecido por um menino de nome José, filho de Eufrancisco Ribeiro da Mota. O denunciado parece que já prevendo pelas procedentes promessas callou-se em atitude defesa a qualquer agressão que lhe fosse feita, nesse pressupposto desfêchou um tiro de arma de fogo contra o grupo de onde partio o Bombão na ocasião em que este produzio a explosão, resultando desse a morte do idiota Manoel José e as offensas physicas nas pessoas de Zacharias Pereira dos Santos, Thiago Bispo Valentino e Antonio Ferreira Coelho como tudo consta da autos de corpo de delicto e inquerito policial a que se procede (...).²⁹²

²⁸⁹FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 24.

²⁹⁰ Processo-crime: TX/EP(58) CP 59/XX/FD000.351. Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves. Local: Montes Claros. Reu: SOUZA, José de Vitima: OLIVEIRA, Altino Soares. Data: 1885/27/01. Sob a custódia do DPDOR. Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

²⁹¹ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 51.

²⁹² Processo crime: TX/EP10(58) CP 24/PC67/XX/FD000. 405. Local: Arraial do Santíssimo Coração de Jesus. Réu: Oliveira, José Ezequiel de. Vitima: Manoel José. Data: 1889/06/13. Sob custódia da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES.

Essa denúncia do Ministério Público²⁹³ permite dizer que, em alguns contextos, a violência pode surgir em meio aos próprios valores pelos quais um grupo consegue se diferenciar do outro ou se colocar contra o outro.²⁹⁴ É o caso do Partido Liberal do Arraial do Santíssimo Coração de Jesus, em 1889. Sua ascensão permitiu-lhe cometer atos arbitrários para assegurar-se frente aos conservadores e demonstrar o poder que exercia diante do povo.

²⁹³ De acordo com o *site* do Conselho do Ministério Público que aborda a sua história, no período do Império e da República:

“Império

- Em 1824, a Constituição não se refere ao Ministério Público, mas estabelecia que nos juízos de crimes, cuja acusação não pertencesse à Câmara dos Deputados, a acusação ficaria com sob a responsabilidade do procurador da Coroa e Soberania Nacional.
- Em 1828, a Lei de 18 de setembro de 1828 tratava sobre a competência do Supremo Tribunal de Justiça e determinava o funcionamento de um promotor de Justiça em cada uma das Relações.
- A sistematização das ações do Ministério Público começa em 1832 com o Código de Processo Penal do Império. O Código colocava o promotor de Justiça como órgão defensor da sociedade.
- Em 1871, a Lei do Ventre Livre passou ao promotor de Justiça a função de protetor do fraco e indefeso, ao estabelecer que a ele cabia zelar para que os filhos livres de mulheres escravas fossem devidamente registrados.

República

- Em 1890, o decreto 848, que criava e regulamentava a Justiça Federal, dispôs sobre a estrutura e atribuições do Ministério Público no âmbito federal.
- Em 1934, a Constituição faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo ‘Dos órgãos de cooperação’. Institucionaliza o Ministério Público e prevê lei federal sobre a organização do Ministério Público da União.
- Nos anos seguintes, o processo de codificação do Direito nacional permitiu o crescimento institucional do Ministério Público. Os Códigos Civil de 1917, de Processo Civil de 1939 e de 1973, Penal de 1940 e o de Processo Penal de 1941 passaram a atribuir diversas funções à instituição.
- Em 1937, a Constituição não faz referência expressa ao Ministério Público, mas diz respeito ao Procurador-Geral da República e ao quinto constitucional.
- Em 1946, a Constituição se refere expressamente ao Ministério Público em título próprio, nos artigos 125 a 128, sem vinculação aos poderes.
- Em 1951, a criação do Ministério Público da União (MPU) se consolida com a lei federal nº 1.341. A legislação previa que o MPU estaria vinculado ao Poder Executivo e também dispunha sobre as ramificações em Ministério Público Federal, Militar, Eleitoral e do Trabalho.
- Em 1967, a Constituição faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo destinado ao Poder Judiciário.
- Em 1969, a Emenda constitucional se refere ao Ministério Público no capítulo destinado ao Poder Executivo.
- Em 1981, o estatuto do Ministério Público é formalizado pela Lei Complementar nº 40, que instituiu garantias, atribuições e vedações aos membros do órgão.
- Em 1985, a área de atuação do MP foi ampliada com a lei 7.347 de Ação Civil Pública, que atribuiu a função de defesa dos interesses difusos e coletivos.
- Em 1988, a Constituição faz referência expressa ao Ministério Público no capítulo ‘Das funções essenciais à Justiça’, definindo as funções institucionais, as garantias e as vedações de seus membros.
- Com a Constituição de 88, na área cível, o Ministério Público adquiriu novas funções, destacando a sua atuação na tutela dos interesses difusos e coletivos, como meio ambiente, consumidor, patrimônio histórico, turístico e paisagístico; pessoa portadora de deficiência; criança e adolescente, comunidades indígenas e minorias étnico-sociais. Atribuições que ampliaram a evidência do Ministério Público na sociedade, transformando a instituição num braço da população brasileira. Fontes: CNMP, MPU, artigo Ministério Público: aspectos históricos, de Victor Roberto Corrêa de Souza” (A HISTÓRIA do Ministério Público no Brasil. Disponível em: <<http://www2.cnmp.mp.br/portal/component/content/article/94-institucional/ministerio-publico>>. Acesso em 15 jul. 2013).

²⁹⁴ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 39.

Assim, a violência deixou o terreno das coisas injustificáveis e passou para a sociedade com o dever de revanche de algo perdido nas derrotas políticas, que culturalmente é uma coisa natural. Para Maria Sylvia,

A violência, integrada à cultura no nível de regulamentação normativa da conduta, pode ser observada ainda na atitude de aceitação de situações antagônicas, como se fossem parte da ordem natural das coisas. Tanto isso ocorre que o comportamento dos espectadores de contendas é, na maior parte das vezes, no sentido de não interferir nelas.²⁹⁵

Pela leitura que se faz da denúncia do Ministério Público a população do Arraial do Santíssimo Coração de Jesus assistiu a tudo como se fosse um grande espetáculo ao ar livre e como se a violência fizesse parte dos atos da peça, da cultura e do cotidiano social daquela população. Uma peça digna dos grandes espetáculos nacionais em que tudo não passava de uma encenação normal para os espectadores.

O século XIX apresentou-se, no norte de Minas Gerais, como um tempo em que as contendas eram, o ritmo natural da sociedade e elas traziam à tona a frivolidade dos fatos, sem levar em consideração as devassas ocorridas após cada ato violento. Assim, nessa conjugação de tempo-espaço, a violência teve um lugar assumidamente dinâmico no cotidiano das relações sociais e políticas do sertanejo norte-mineiro.

Pode-se, pela definição, pontuar que a violência aqui assumida era condição normal para o tempo-espaço delimitado. Regionalmente, os conflitos eram quase sempre por motivos “bestiais” e comumente por meio de tocaia que, na calada do dia ou da noite, abatia suas vítimas e se obtinha as desforras.

Nos primeiros trinta anos do século XX, a violência no norte de Minas continuava a fazer parte do cotidiano social e político. Os crimes ainda eram desfechados por motivos banais. Rixas e intrigas vão fomentar a vida rural e urbana. A maioria dos crimes, às vezes, não tinha um veredicto final, o que leva a deduzir que acabavam sempre impunes até mesmo aqueles denunciados pelo Ministério Público, como descrito no trecho a seguir:

No primeiro dia do mês de novembro do anno de mil novcentos e oito. Neste Arraial do Santíssimo Coração de Jesus, município de Montes Claros na rua do Olho d'Água, as duas horas da tarde, tendo o subdelegado de policia deste districto em exercicio, o cidadão Virgilio Nunes de Magalhães, dado voz de prisão ao individuo de nome Pedro Gordo pelo facto de haver este lhe tomado do braço a ébria e desordeira conhecida por Mariquinha de Calexto a qual ia sendo levado pela referida autoridade para a prisão correccional foi a mesma autoridade aggressivamente atacado pelo individuo referido que sustentando tomar-lhe a mulher, digo, a

²⁹⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 52.

mencionada ébrio e resistindo a voz de prisão, desfeichara sobre a autoridade dous tiros de arma de fogo, dos quais um tiro feriu-o mortilmente pelo que a autoridade referida, em defesa da agressão e do desacato recebido e na falta de outros meios de que já se achava impossibilidade pelos ferimentos recebidos, teve de lançar mão do resolver que trazia contra seu agressor resultando mata-lo.²⁹⁶

De acordo com a denúncia do Ministério Público, no Arraial do Santíssimo Coração de Jesus, os homens agiam pela impulsividade do momento sem levar em consideração os fatos e os atores sociais neles envolvidos. Nesse caso, se envolveram “cidadãos comuns” e o subdelegado, uma autoridade que supostamente representava a lei e, portanto, alguém com direito para repreender, autuar e aplicar a justiça. No entanto, nem a posição da patente do subdelegado coibia ações perpetradas contra o representante da “Lei”, como aparece no caso relatado. Por outro lado, vê-se também que “o reconhecimento da obrigatoriedade da violência revela-se muito claramente na seqüência de comportamentos de uma autoridade policial”²⁹⁷ – o subdelegado.

Porém, a violência também era evidente no Arraial no início do século XX em outras situações da vida cotidiana, como se vê no processo abaixo:

No dia vinte de abril de 1901, às oito horas da noite no Arraial do Santíssimo Coração de Jesus, o denunciado [Augusto Muniz Ferreiros dos Santos] espancou barbaramente Francisca Ferreira, vulgo Macaca e Altino Ferreira da Silva. Achava-se a primeiro na hora acima mencionada em sua casa a rua do cemiterio quando ali chegou o denunciado e depois de ligeira troca de palavras deu-lhe diversas pancadas, que lhe produziram os ferimentos descriptos no auto de corpo ate delicto de V.S “nos constando (...) que da mesma tivesse partido alguma provocação”. Altina Ferreira da Silva que era vizinha da offendida, acudindo aos gritos seus e procurando socorrê-la foi nessa ocasião ameaçada pelo denunciado espancado Francisca Ferreira, dirigiu-se à casa de Altina Ferreira da Silva, e sem razão também fes-lhe igual espancamento. Immediatamente pesseguido pela policia foi o criminoso preso, tendo resistido a prisão (...).²⁹⁸

Percebe-se, no processo acima, que a violência era ainda tão rotineira que, após o denunciado espancar uma vítima, saiu à captura da vizinha e fez o mesmo. Nesse caso, conforme pondera Maria Sylvia de Carvalho Franco, há uma inclusão da violência como um paradigma validado socialmente e isso pode ser percebido pela forma como a própria sociedade a recepciona. Ao sair da casa de Francisco Ferreira, foi em público espancar a vizinha Altina Ferreira. Embora uma vizinha tenha saído em socorro da mulher que era

²⁹⁶ Processo Crime: TX/EP11(61)/CP42/CP100/XXFD000619 Sob a custódia do DPDOR-UNIMONTES. Local: Arraial do Santíssimo Coração de Jesus. Autor: Ministério Público; Pedro (Vulgo Gordo) Vitima: MAGALHÃES, Virgílio Nunes de. (Subdelegado). Data 1908/11/01.

²⁹⁷ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 48.

²⁹⁸ Processo crime: TX/EP12(67) CP 77/PC125/XX/FD001.283. Sob a custódia do DPDOR-UNIMONTES. Local: Santíssimo Coração de Jesus, comarca de Montes Claros. Data 1901/04/21. Vitima: FERREIRA, Francisca (Vulgo Macaca) e SILVA, Altina Ferreira; Réu : SANTOS, Augusto Miniz Ferreira dos.

espancada, é possível perceber uma atitude passiva dos demais, já que esses aceitaram o “espetáculo” gratuitamente, confirmando a análise de Franco.

Entre 1901-1930 observa-se que a violência continuou. Embora outros delitos tenham sido denunciados, inclusive aqueles que atingiram moralmente a honra, como o estupro/violência carnal, conforme demonstra o quadro 5:

QUADRO 5
Institucionalização de outros delitos no norte de Minas

PERÍODO	DELITO	Nº DE DELITO OCORRIDO NO PERÍODO
1901-1910	Ameaça	002
	Estupro/ Violência Carnal	018
	Homicídio	166
	Lesão Corporal	317
	Rapto	003
	Roubo e Extorsão	013
1911-1920	Ameaça	007
	Estupro/ Violência Carnal	021
	Homicídio	197
	Lesão Corporal	258
	Rapto	006
	Roubo e Extorsão	011
1921-1930	Estupro/ Violência Carnal	011
	Homicídio	151
	Lesão Corporal	354

Fonte: Inventário do Acervo Documental do Fórum Gonçalves Chaves, sob a custódia do DPDOR/UNIMONTES desde 2000.

Como se pode averiguar, no quadro 5, nos três primeiros decênios do século XX, a violência saiu do que se chamou, nesta pesquisa, de “pequenos” delitos (rixas e brigas) para outras infrações que, no século XIX, não foram sub-notificadas, como demonstram os dados estatísticos do quadro 2.

Diante do exposto, nota-se que a ausência de sub-notificações, no século XIX, no norte de Minas, deveu-se, principalmente, à inacessibilidade jurídica, à falta de conhecimento dos direitos de cidadania e ao analfabetismo da população em geral.

No limiar do século XX, com a ampliação da cidadania a partir da conquista de alguns direitos sociais sob a Constituição da República (1891),²⁹⁹ a sociedade passou a delatar a violência e observa-se, então, um aumento no número de delitos cometidos, como ficou demonstrado.

²⁹⁹ Cf.: Constituição Federal do Brasil de 1891.

Entretanto, é interessante observar que, no norte de Minas, no início do século XX, apesar do aumento do número de notificações sobre violência, percebe-se que elas ficaram restritas a poucos lugares, como pode ser visto no quadro 6:

QUADRO 6

Locais de violência institucionalizada entre 1901 a 1930 no norte de Minas

Período	Delitos mais cometidos	Locais mais violentos	Nº de delitos
1901-1910	Estupro/Violência carnal	Montes Claros	011
		Brejo das Almas*	015
	Homicídio	Coração de Jesus	019
		Montes Claros	098
		Brejo das Almas	016
	Lesão Corporal	Coração de Jesus	042
		Distrito de Morrinhos* (Montes Claros)	010
Montes Claros		267	
1911-1920	Estupro/Violência carnal	Montes Claros	011
		Vila de Inconfidência *	005
	Homicídio	Bella Vista*	008
		Brejo das Almas*	007
		Montes Claros	111
		Vila de Inconfidência	019
	Lesão Corporal	Bella Vista	010
		Brejo das Almas	017
		Distrito de Morrinhos (Montes Claros)	011
		Montes Claros	215
		Vila de Inconfidência	049
Roubo e extorsão	Montes Claros	011	
1921-1930	Estupro/Violência carnal	Montes Claros	016
		Vila de Inconfidência	004
	Homicídio	Bella Vista	013
		Brejo das Almas	130
		Distrito de Morrinhos (Montes Claros)	011
		Montes Claros	119
		Vila de Inconfidência	016
	Lesão Corporal	Bella Vista	010
		Brejo das Almas	015
		Distrito de Morrinhos (Montes Claros)	017
		Montes Claros	183
		Vila de Inconfidência	026
	Roubo e extorsão	Montes Claros	009

Fonte: Inventário do Acervo Documental do Fórum Gonçalves Chaves, sob a custódia do DPDOR/UNIMONTES, desde 2000.

Pelas observações feitas no Inventário do Acervo Documental do Fórum Gonçalves Chaves, que abrange os vários municípios³⁰⁰ do norte de Minas, localizados à margem direita do Vale do Rio São Francisco, dentre os quais, os examinados no quadro 6, percebe-se que a violência delatada concentrou-se basicamente em Montes Claros e que o maior número de denúncias ocorreu na primeira década do século XX.

Entre 1901-1910, dos 50 (cinquenta) processos-crime analisados sobre homicídio e lesão corporal, 70% deles ocorreram em Montes Claros por motivos banais ou, no mínimo, contornáveis (briga, embriaguês, resposta negativa da vítima, dívida, desacato, briga por causa de “jogo de azar”, fumo, dentre outros). Os outros 30% sem motivo aparente, como pode ser observado no processo:

No dia 30 de outubro [1902] próximo passado chegas do Victorio Soares de Medeiros em casa de Osório Soares de Medeiros, no lugar dominado Furado das Muburduras, sem motivos, ou provocação de qualquer ordem, apanhou uma espingarda de 2 canos que estava collocada num canto da sala, e desfechou um tiro sobre Maria Luisa Duarte; fracturando lhe a parte da perna esquerda, conforme o próprio Victorio no auto de perguntas a que foi submetido e consta da declaração da auctoridade policial, perante que foi feito o auto do corpo de delicto e que brevemente enviara.³⁰¹

Depreende-se do depoimento que, além de não ter motivos para o crime, o réu agiu friamente e a violência foi a principal característica do ato, mesmo sendo, como se pode deduzir, cunhado da vítima. Segundo Franco, “(...) a grande maioria dos crimes cometidos entre membros da mesma família refere-se a pessoas aparentadas por afinidades e num grau muito próximo: cunhados, sogros e genros.”³⁰² Nos cinquenta processos examinados da década de 1910, no norte de Minas, os crimes envolviam família e apresentaram como réus e vítimas pessoas com o grau de parentesco mencionado por Franco, como foi o caso acima examinado.

Ainda com referência a esse caso, observa-se a violência como uma conduta normal, pelo fato de o marido presenciar e não agir, segundo os autos. Mas, cabe perguntar, por quê?

³⁰⁰ Cf.: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da Divisão Territorial Administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa do Estado, 1970. p. 147-149. Alguns municípios sofreram alterações em seus nomes e são atualmente:

- Bela Vista – Mirabela
- Brejo da Almas – Francisco Sá
- Distrito de Morrinhos (município de Montes Claros) – Distrito de Miralta
- Vila de Inconfidência – Coração de Jesus.

³⁰¹ TX/EP (60) CP36/PC91/XX/FD. 000541. Lesão Corporal. Local: Montes Claros. Data 1902/10/30. Réu: MEDEIROS, Victorio Soares de. Vítima: DUARTE, Maria Luisa. Processo-crime, sob a custódia do DPDOR/UNIMONTES, desde 2000.

³⁰² FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 41.

A resposta, certamente, não é tão simples, pelo fato de haver outras questões implícitas que os autos não apontam.

Entretanto, é válido lembrar que a grande maioria desse tipo de denúncia deixa os examinadores sem respostas ou conjeturas e, como afirma Franco, basta entender que a família tradicional brasileira, até fins do século XIX, tendeu para um padrão patriarcal de organização, apresentando uma dupla estrutura: um núcleo legal (casal e filhos) e a periferia (servidores e seus dependentes).³⁰³

É interessante observar que, no norte de Minas, especificamente em Montes Claros, as famílias seguiam o mesmo padrão social do restante do país. As denúncias indicam que a violência era constante, mas nem sempre resultava em óbito. Como dito anteriormente e observado nos processos, os crimes ocorriam, quase sempre, por motivações banais e a violência no norte de Minas era a forma corriqueira de se resolverem as desavenças familiares e político-sociais no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Montes Claros, por ser entroncamento e a maior cidade da região, constitui-se, nos séculos acima mencionados, em um lugar de contendas, não só entre seus moradores, mas também entre aqueles que para cá se dirigiram, como viajantes ou negociantes ou, ainda, visitantes. Assim, a cidade tornou-se palco de veementes conflitos, de denúncias por parte do Ministério Público e, principalmente, de violência narrada por atores anônimos, permitindo ler o cotidiano político-social e a vida interiorana do sertanejo do norte de Minas e de sua principal cidade.

Essa leitura é emanada dos crimes considerados “pequenos” delitos, como:

(...) em casa de Galdina de tal, achavam-se Clementino José de Sá e Avelino Mourão a jogar, quando por causa do jogo travaram uma discussão, resultando d’ella, sair Clementino offendido com um tiro que lhe foi desfechado pelo denunciado e que lhe produziu os ferimentos descriptos no auto de corpo de delito (...).”³⁰⁴

Há, também, as chamadas “grandes” chacinas políticas, como: o crime da Fazenda Canoas de 1913, o tiroteio de 1918, a fraude eleitoral de 1927 e a “Tocaia Sinistra dos Liberais” de 06 de fevereiro de 1930, como será demonstrado mais adiante.

Por enquanto, vale lembrar o que afirma Yves Michaud: “embora subsistam explosões de raiva cega e de revolta desesperada, a violência, como muitos aspectos da vida social e

³⁰³ FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 41-42.

³⁰⁴ TX/EP12 (68)/CP80/PC201/XX/FD.001.343. Lesão Corporal. Local: Montes Claros. Data: 1904/05/04. Réu: MONÇÃO, Avelino Rodrigues (Bahianinho). Vítima: Sá, Clementino José de. Processo-crime, sob a custódia de DPDOR/UNIMONTES, desde 2000.

política, está submetida à racionalização e ao cálculo.”³⁰⁵ Essa análise pode ser observada nos processos e nas pesquisas acerca da violência do norte de Minas, na Vila de Formigas, no século XIX e na então Montes Claros de 1901-1930.

1.3 A Vila de Formigas e as suas contendas

É impossível descrever uma totalidade e toda descrição é seletiva; o historiador nunca faz um levantamento do mapa factual, ele pode, no máximo, multiplicar as linhas que atravessam.³⁰⁶

Tomando as palavras de Paul Veyne, utilizadas na epígrafe acima, como um ato reflexivo, percebe-se que ainda se faz necessário elucidar a descrição sobre o povoamento da Vila de Formigas,³⁰⁷ em seus primórdios. E assim, possibilitar um melhor entendimento das contendas e das práticas da violência local como uma cultura que perpassou por todo período, desde “o mito político da fundação,”³⁰⁸ até atingir a cidade de Montes Claros.

Analisando a historiografia existente, especialmente Anastasia, César Porto, Mata Machado (obras já citadas), Caio Prado,³⁰⁹ Taunay,³¹⁰ Urbino Vianna³¹¹ e Maria Efigênia L. de Resende³¹² é possível entender a polêmica do povoamento do Arraial das Formigas, no início do século XVIII, entre baianos e paulistas e, conseqüentemente, do Norte de Minas Gerais. A análise de ocupação do sertão norte-mineiro dividiu os historiadores em três grupos: Carla Anastasia, Maria Efigênia L de Resende e Afonso Taunay defendem ser primazia dos paulistas. Nesse sentido, Anastasia argumenta que “(...) embora a proximidade com a Bahia possa surgir um povoamento derivado das regiões baianas e pernambucanas, as evidências

³⁰⁵ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 55.

³⁰⁶ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*: Foucault revoluciona a história. 3 ed. Brasília: UnB, 1995. p. 29.

³⁰⁷ Atual Montes Claros, cidade situada no norte de Minas Gerais.

³⁰⁸ Expressão usada por: NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A tocaia sinistra dos liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*. 2006, Dissertação (Mestrado em História) .332.f. - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 19-53. A referência foi utilizada com base em GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 11.

³⁰⁹ PRADO JR, Caio. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p.197.

³¹⁰ TAUNAY, Afonso E. de. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Imprensa oficial, 1948. p.329-358.

³¹¹ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p.23-61.

³¹² RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p 25- 53.

documentais³¹³ nos permitem afirmar que toda a área foi originalmente povoada pelos paulistas aos quais se deveu também a sua dinamização.³¹⁴

Maria Efigênia L. de Resende corrobora com Anastasia ao afirmar que,

Nessa fase inicial das minas (...), passados os primeiros anos de livre movimentação de pessoas e mercadorias estimuladas mesmo pela Coroa, começam, progressivamente, a ser impostas medidas restritivas à imigração proveniente tanto do interior da Colônia quanto de Portugal e das ilhas e determina-se a interdição do Caminho do Rio São Francisco. No primeiro caso, trata-se da exigência de passaportes, licenças e ordens especiais para entrar na região das minas e da proibição da permanência de padres regulares, estrangeiros, ourives e mascates. No segundo, trata-se da proibição de todo trânsito de pessoas e de mercadorias pelo caminho do Rio de São Francisco, primeiramente por ordem régia de 1701,³¹⁵ e, a seguir, pelo *Regimento dos Superintendentes Guarda-mores e mais oficiais, deputados para as minas de ouro*³¹⁶ datado de abril de 1702.³¹⁷

No pensamento de Resende, percebe-se ainda o tipo de violência a que estava submetida a população do sertão norte-mineiro e de que forma era tratada em nível institucional. É possível entender que, no limiar do século XVIII (1701), já não se podia circular livremente pelo sertão. Se a circulação era proibida por lei, como as expedições vindas dos caminhos baianos transitavam por aqui?

Caio Prado e Urbino Vianna defendem a primazia dos baianos. Para defender sua posição, Caio Prado afirmou que “(...) o norte e nordeste da Capital [de Minas Gerais] achavam-se povoados pelos baianos desde o século XVII e que a ocupação realizada pelos

³¹³ Cf.: Informações sobre as Minas do Brasil em: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro v.57, 1939. p. 172. Documento anônimo “Das vilas de São Paulo para o Rio de São Francisco descobriram os paulistas antigamente um caminho a que chamavam caminho Geral do Sertão, pelo qual entravam e cortando os vastos desertos que medeiam entre as ditas Vilas e o dito Rio, nele fizeram várias conquistas de Tapuias e passaram a outras para os sertões, de diversas Jurisdições, como foram Maranhão, Pernambuco e Bahia, sendo para todas geral o dito caminho até aquele termo fixo que faziam nesta, ou naquela parte do Rio de São Francisco, em o qual mudavam de rumo conforme a Jurisdição, ou Capitania a que encaminhavam, ou conveniência que se lhe oferecia; e com tão continuada freqüência facilitaram o trânsito daquele caminho que muitos deles transportando por ele suas mulheres e famílias mudaram totalmente seus domicílios de São Paulo par as beiras do dito Rio São Francisco, nas quais hoje se acham mais de cem casais, todos paulistas, e alguns deles com cabedais muito grosso.”

³¹⁴ ANASTASIA, Carla M. J. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Com Arte, 1998. p. 63.

³¹⁵ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 165.

³¹⁶ Cf.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 33.

³¹⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 33.

paulistas não teve continuidade.”³¹⁸ Anastasia refuta essa afirmação, tomando como base duas importantes fontes: Informações sobre as Minas do Brasil e Afonso de Taunay que, segundo a autora, afirma “(...) importantes bandeirantes paulistas fundaram enormes fazendas de criação no Vale do São Francisco, da foz do Rio das Velhas para o norte e nos de seus afluentes como o Verde, o Urucuia, o Carinhanha, o Paracatu.”³¹⁹

Pela citação de Taunay, os responsáveis pelo povoamento do norte de Minas foram, sem dúvida, os paulistas. Sua afirmação vai ao encontro das pesquisas de Anastasia e de Resende e corrobora com a refutação de Anastasia em relação à opinião de Caio Prado. Outro autor que tem posicionamento semelhante ao de Caio Prado é Urbino Vianna, ao afirmar que:

Manifestando o jesuíta Navarro desejos de tomar parte na empresa Espinosa, a pedido do primeiro Governador Geral, que punha empenho particular na realização do *commettimenti*, o Superior da Ordem no Brasil o nomeou capelão, partindo a 13 de junho de 1553, de Porto Seguro, “a primeira expedição que devassou no nosso território”: partida que se effectuou nos últimos dias do governo de Thomé de Sousa, e não em do seu sucessor, como pensam alguns historiadores.³²⁰

De acordo com Vianna, os baianos povoavam o norte de Minas e o Arraial das Formigas e, segundo ele:

Qualquer que seja aceita temos a expedição Espinosa-Navarro primeiro a desvendar o nosso território, arrostando o desconhecido; primeira a devassar a situação em que, no início da colônia, se vieram estabelecer os povoadores das terras conhecidas por “cabeceiras do rio Verde”, lugar onde tem a sua delimitação o município de Montes Claros.³²¹

Analisando esse fragmento, entende-se a classificação que “(...) se ousou” fazer sobre o povoamento norte-mineiro. Esse fragmento de Viana evidencia o posicionamento de Cesar Porto e Mata-Machado. Para Mata-Machado “(...) o que é importante ressaltar é que ambas correntes de povoamento [paulista e baiana] resultaram na instalação de grandes fazendas de criação e que estas já haviam se firmado antes mesmo dos descobrimentos auríferos.”³²²

³¹⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho apud PRADO, Caio. *Vassalos rebeldes: violência nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 63.

³¹⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho apud TAUNAY, Afonso. *Vassalos rebeldes: violência nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 63.

³²⁰ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 24-25.

³²¹ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 34.

³²² MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 36.

Percebe-se na análise de Mata-Machado que a vinda de paulistas e baianos foi essencial para o povoamento da região norte-mineira e, na opinião do autor, esse movimento de territorialidade resultou na fixação de fazendas de gado. Nesse sentido, o autor afirma que:

Não resta dúvida que o rebanho norte-mineiro proveio do baiano e, nas palavras de Taunay, inspiradas em Urbino Vianna, “a lição do sertanista baiano, povoador (fazedor de fazenda), serviu ao paulista mameluco e preador de índios”. De resto, a estrutura política e social originada de ambas as correntes foi a mesma. Tanto o português Manuel Nunes Viana, procurador de D. Isabel Maria Guedes de Brito (Casa da Ponte), e afazendado no Rio Carinhanha, quanto os paulistas Matias Cardoso e seu filho Januário Cardoso, eram mestres de campo e comandantes de guerra contra o gentio; eles estabeleceram na região o predomínio da ordem privada, fundada nas relações de parentesco.³²³

O norte de Minas surge, segundo Mata-Machado, dentro do contexto de “(...) guerra contra o gentio; (...) [e de] domínio da ordem privada, fundada nas relações de parentesco.”.

³²⁴ César Porto também tem uma análise similar, segundo ele, “(...) a ocupação da região Norte do Estado de Minas, (...) se dá dentro de um contexto da expansão dos Bandeirantes em fins do século XVII. Uma dessas bandeiras, a de Matias Cardoso, transitou pela região do rio São Francisco por volta de 1689.”³²⁵ Porto, ainda, nos informa que, no início do século XVIII, tem-se uma “atividade pastoril, marcada pela criação extensiva de gado, [e] uma agricultura de subsistência para o atendimento das necessidades internas (...)”³²⁶

Fica evidenciado pelos autores destacados para a análise do povoamento da região norte de Minas Gerais que, embora estejam divididos em três grupos, todos possibilitam afirmar que o povoamento da região em destaque era de fundamental importância, tanto para a territorialização das gerais quanto para o abastecimento das minas. Anastasia afirma que “(...) a dinamização da área do São Francisco foi gradativa, atendendo ao crescimento da demanda das regiões mineradoras.”³²⁷ Nesse sentido, percebe-se um ato implícito de violência na medida em que se impõe um crescimento gradativo e a isso se acrescenta o Regimento,

³²³ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 36.

³²⁴ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p.36.

³²⁵ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira Republica*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 26.

³²⁶ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira Republica*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 27.

³²⁷ Anastasia, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Com Arte, 1998 p. 65.

datado de abril de 1702, que é denominado por Resende como “a interdição do Rio São Francisco.”³²⁸ Nas palavras de Resende:

Por esse regimento, fica proibida nesse caminho toda a forma de trânsito de pessoas e mercadorias, registrando-se como única exceção o comércio de gado, sujeitando-se os infratores a graves penalidades. Ou seja, toda forma comércio da Bahia com Minas que não fosse de gado não poderia ser feito pelo Caminho do Rio São Francisco ou Caminho Geral do Sertão-, (...).³²⁹

Contudo, segundo Anastasia, “(...) as proibições nunca foram respeitadas, principalmente pelas maiores facilidades oferecidas para o escoamento das mercadorias, seja através da via fluvial do São Francisco, seja das rotas terrestres do sertão.”³³⁰ Segundo A.J.R. Russel Wood, em “Centro e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808,”³³¹ antes mesmo dos descobrimentos auríferos os moradores do sertão não eram atingidos pelo controle fiscal. A esse respeito, o autor afirma:

Dois grupos [poderosos do sertão ³³² e paulistas] não foram atingidos pelas medidas [de controle fiscal] implementadas pela metrópole ou pelo governo colonial no século XVII. O primeiro deles era constituído pelos proprietários de fazendas de gado no sertão, (...) situando-se para além do espaço onde se observa um efetivo cumprimento dos editos reais e das leis portuguesas. (...) Dispunham frequentemente de exército constituídos por homens de confiança, viabilizando assim sua atuação arbitrária. Estes potentados das áreas mais distantes puderam assumir uma posição de ignorar uma sucessão de editos reais da década de 1690, que visavam limitar o tamanho das sesmarias. Auto-suficiência, distância e inacessibilidade faziam deles inalcançáveis pela Coroa. O segundo grupo era formado pelos paulistas que de São Paulo entravam pelo interior adentro, em direção a oeste, norte e sul (...). Sua auto-suficiência engendrava um espírito de independência, concorrendo para que os paulistas rejeitassem ou ignorassem as autoridades reais.³³³

Esse fragmento do texto de Russel-Wood vem corroborar com a análise de Anastasia e Mata-Machado, no que diz respeito ao não cumprimento dos editos reais pelos habitantes do sertão, mesmo divergindo quanto à primazia do povoamento da região. O trecho também

³²⁸ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 32.

³²⁹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 34.

³³⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 66.

³³¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

³³² Denominação dada por: RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p.14.

³³³ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. p. 14.

permite afirmar que a violência era um domínio de ordem privada pelos que detinham o poder no sertão, que se agravava graças à ausência das autoridades, além de haver uma baixa institucionalização política.³³⁴

Foi dentro desse contexto que teve início o povoamento do Arraial das Formigas, fundada pelo bandeirante Antônio Gonçalves Figueira, um dos integrantes da Bandeira de Mathias Cardoso, que partiu de São Paulo, em março de 1694, e se estabeleceu em Brejo Grande.³³⁵

No início do século XVIII, segundo Vianna, Antônio Gonçalves Figueira fundou as fazendas Jahiba, Olhos d'Água e Montes Claros. Ainda, conforme o autor, “Antônio Gonçalves Figueira obteve por Alvará de 12 de abril de 1707, uma sesmaria de uma légua de largo e três de comprido, sob as condições do Foral, não podendo alheiar terras, de não se apoderar das aldeias e terras dos índios, etc.”³³⁶

Vianna atesta que o Arraial das Formigas³³⁷ ficou situado à margem do rio Verde Grande, tornando-se a única propriedade de seu fundador, Antônio Gonçalves Figueira, já que Jahiba e Olhos d'Água³³⁸ foram passadas para Estevão Pinheiro, dono também de Boa Vista.³³⁹ O autor afirma que:

Depois desse estabelecimento se seguiu a introdução de gados para o povoamento das fazendas, assim como a industrialização do solo por meio do braço índio, escravizado, ou do elemento negro adquirido; ao mesmo tempo que as minas de Itacambira, atraindo exploradores, davam lugar a que se formassem os primeiros núcleos regulares de população, dentro dos limites do Rio Verde e São Francisco.³⁴⁰

³³⁴ Cf.: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do crime: violência nas Minas Setecentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 23. “Quanto maior a autonomia e/ou ausência das autoridades e menor o grau de institucionalização política, maior era a possibilidade da generalização de atos de violência nessas áreas, que serão tratadas como zonas de non-droit termo mantido em francês pela dificuldade de se traduzir com eficácia a expressão, ou seja, zonas nas quais a arbitrariedade era a regra, em que os direitos costumários e a justiça não eram reconhecidos pelos atores sociais, fossem autoridades, fossem vassalos, escravos ou forros. Foram essas zonas de non-droit os espaços, por excelência, da exacerbação da violência, não obstante a arbitrariedade pudesse estar presente também nas vilas e arraiais da capitania apesar de se esperar, nessas localidades, um razoável grau de institucionalização política.”

³³⁵ Cf.: VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916 p. 38. “Fazenda localizada entre o rio das velhas e Jequitahy.”

³³⁶ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916 p. 38.

³³⁷ Fazenda dos Montes Claros.

³³⁸ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 43.

³³⁹ Atual São João da Ponte.

³⁴⁰ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 39.

Essas asseverações de Vianna são reforçadas por Porto ao analisar a fundação do Arraial das Formigas e fazer referência às atividades ali desenvolvidas.³⁴¹ Ainda em relação ao trecho destacado, nota-se que houve uma sedentarização na região, que teve como consequência a criação de outros embriões de povoamento e o aumento de circulação de pessoas e mercadorias. A esse respeito, Anastasia pondera que “(...) a produção e a interdição fizeram surgir importantes empórios comerciais na região - Barra do Rio das Velhas, Brejos do Salgado, Morrinhos, São Romão.”³⁴²

Dessa forma, tem-se, por volta do primeiro terço do século XVIII, um quadro econômico da extensa região do norte de Minas Gerais. Segundo Porto, atravessando “(...) essa vasta região, a estrada geral interligava a Bahia a Minas Gerais. Por ela, transitavam em sentido às minas produtos como farinha de mandioca, rapadura, cachaça, além de escravos e produtos importados provenientes do porto de Salvador.”³⁴³ Apesar de existir essa mobilidade interna da região mineradora com as gerais, seu trânsito era dificultado ou impedido. Segundo Resende, citando Afonso Taunay:

(...) o governador-Geral, Luís César de Meneses, tão logo chega ao Brasil, ainda em 1705, incumbe o paulista João Amaro Maciel, Morador em terras de Paraguaçu de “impedir a emigração da gente da Bahia para as terras do ouro, pelas vias do Sertão.” [E acrescenta]: Por essa informação de Taunay, não é difícil concluir que fazer cumprir o interdito do Caminho do Rio São Francisco era parte, senão a principal meta, da missão de Luis César de Meneses no exercício de suas funções de governador-geral.³⁴⁴

Pela análise feita a partir de Taunay e Resende, nota-se que a população, sem dúvida, teve que fixar moradia em função das leis, apesar de a emigração ser uma prática costumeira na vida do sertanejo. Essa sedentarização vai permitir à população consolidar vários aspectos da vida humana, dentre os quais: econômico, social, político e cultural. Na região nortemineira surgirá uma grande classe latifundiária que vai cristalizar-se pelo poder pessoal, econômico e, conseqüentemente, político.

³⁴¹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira Republica*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 27.

³⁴² ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 66.

³⁴³ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira Republica*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 28.

³⁴⁴ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 39.

Haja vista o poder dos potentados, em 1736, ameaçado pelas autoridades em função da cobrança do imposto, “capitação da taxa no Sertão do São Francisco”³⁴⁵, esses reagiram imediatamente. Segundo Anastasia, a “(...) resistência da gente miúda em pagar a taxa recém-estabelecida e as ameaças ao poder político dos potentados do Sertão foram responsáveis pela eclosão e generalização dos motins.”³⁴⁶

Analisado, conforme atestou Anastasia,³⁴⁷ o maior deles foi em Montes Claros. A partir desse momento, a violência torna-se fato habitual na vida do Arraial das Formigas. Segundo Porto, efetivamente, “(...) a violência na região Norte do Estado pode ser observada desde os primórdios da ocupação, quando os bandeirantes exterminaram e escravizaram a maior parte dos nativos.”³⁴⁸ Mas, conforme afirma o autor, “(...) é durante os motins do rio São Francisco, na primeira metade do século XVIII, que os potentados da região vão demonstrar que a violência se incorporou rotineiramente em suas práticas.”³⁴⁹ Para elucidar esse pensamento, basta dizer que, segundo Anastasia,

Nas áreas excluídas do círculo da capital mercantil e naquelas que, embora dedicadas à extração do ouro, se caracterizavam como de fronteira, ou tiveram um povoamento muito peculiar, ficando à margem do controle do poder público, o grau de violência foi extremamente alto. Nelas, foi facultado aos proprietários o exercício pleno da dominação ao nível interno, ao que se somou a ausência de mecanismos eficazes de subordinação externa.³⁵⁰

Assim, entende-se que, em se tratando de povoamento, tudo era permitido aos desbravadores do Sertão: escravidão, extermínio ou qualquer outra prática, desde que a fixação se efetivasse e a emigração estivesse ao alcance dos olhos das autoridades metropolitanas. Vianna nos informa que “(...) Itacambira, por seus descobertos auríferos, atraiu os mineiros de profissão os aventureiros de todos os matizes, originando lutas de interesses às quaes se seguiu a expulsão dos posseiros das minas descobertas e exploradas.”³⁵¹

³⁴⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 70.

³⁴⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 71.

³⁴⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 71.

³⁴⁸ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira Republica*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 29.

³⁴⁹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira Republica*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 29.

³⁵⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 14.

³⁵¹ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 46-47.

Percebe-se que a violência estava na “ordem do dia”. Em qualquer situação, ela encontrava-se presente, independentemente do motivo, sua prática era regra. Dessa forma, vale lembrar que o próprio desenvolvimento do Arraial das Formigas só ocorreu quando dois outros arraiais, Tabúa e Cruzeiro, encontravam-se em decadência, antes mesmo de se desenvolverem. O último entra em decadência justamente no momento em que se sobressaía entre Tabúa e Formigas, no início do século XIX (1809) quando foi assolado por uma violenta epidemia de varíola que dizimou a metade da população de Cruzeiro. Viana nos informa que o “prprio Padre Theotônio [Gomes de Azevedo] era a alma da povoação, [seu fundador], no cumprimento de seus deveres sacerdotaes, foi victima do contagio e faleceu.”³⁵²

Assim, o Arraial das Formigas como afirma o autor supracitado, recebe a “(...) população desanimada, sem recursos para debellar a peste, se deixou invadir pelo terror: abandonou CRUZEIRO e foi procurar FORMIGAS como refugio.”³⁵³ Viana ainda nos informa que:

Era o arraial mais proximo e muito se adeantava, parecendo estar reservado ao seu futuro maior soma de prosperidade que aos outros, que pouco ou nada se desenvolviam, maximé pela existencia de uma capella ali erigida, sob a dupla invocação de Nossa Senhora e S. José.³⁵⁴

Nessa análise é possível encontrar duas informações: primeiro, o arraial cresce ao receber a desolada população de Cruzeiro e, nesse sentido, uma população fugitiva; segundo, essa população encontrará um espaço no qual já se haviam estabelecido regras de convivência, tendo como parâmetro a religião, César que a capela de Nossa Senhora e São José fora construída há mais de meio século (1767).³⁵⁵ Portanto, apesar dos espaços de

³⁵² VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 48-49.

³⁵³ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 49.

³⁵⁴ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 49.

³⁵⁵ Cf.: VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 52-54. “O Alferes José Lopes de Carvalho, pelos alludidos documentos, requereu e lhe foi despachado favoravelmente, pelo “*Vistador Geral do Certão Alto e Minas Novas do Arusuahy, juiz das justificações e dispenças*” à 18 de junho de 1769, a precisa licença para erigir a *capella* sob a condição de construir patrimônio, a que foi feito no dia seguinte (19), constando de : “*Legoa e meia de terra de comprimento e huma legoa de largo na fazenda do Mucanbinho do Riacho chamado Melancias até a estrada que vae de Mucanbinho para a Formiga da parte do Nascente pela Varzea do Cintra abaixo freixando ao Riacho que vem, das Melancias e do Poente extrema o Ribeirão Grande e o ditto Riacho de Melancias ou Lages e da parte do Sul lhe serve de extrema a ditta estrada que vae de Mucambinho para a Formiga a qual terra declarada lhe a de que faço a doação e cincoenta novilhas ferradas para o rendimento da mesma capella*” conforme o próprio original transcrito em notas do tabellião Francisco Miguel da Silva”(…) E acrescenta que “Covencidos de que tudo se passara legalmente, procuramos em velhos documentos do *Julgado da Barra*, vindo depararmos à fls. 134 e 135 do 3º Livro, com o lançamento da quitação dada, em 2 de junho de 1761, ao alferes José Lopes de Carvalho por

contendas crescerem consideravelmente com o aumento populacional, vale lembrar que ali já havia um aparelho regulador da ordem pública, ou seja, a Igreja, que funcionava como um instrumento repressor e limitador dos direitos individuais.

Por outro lado, todos conhecem os “direitos” e as ações de violência³⁵⁶ ostentados pela Igreja, nas pessoas de padres e vigários, interpostas por eles à população e, principalmente das práticas políticas exercidas tanto dentro da Igreja, como fora de sua área de gerenciamento. Anastasia nos informa que:

O vigário colado de Matias Cardoso não permitira a publicação do bando de d. Pedro [de Almeida], o qual determinava que as terras compreendidas entre a serra do Serro Frio até Barra do rio das Velhas, Barra de Paraopeba e a de Pitanguí estavam sujeitas ao governo das Minas, e não ao governo da Bahia, sob pena de excomunhão dos fiéis que se sujeitassem ao governo das Minas. Além da ameaça de excomunhão, padre [Antônio] Curvelo [de Ávila] incitou o povo a matar o coronel [Martim Affonso de Melo] que insistiu na publicação do bando do governador. Apesar de Martim Affonso conseguir escapar da fúria do povo, teve suas casas roubadas e queimadas.³⁵⁷

Na citação, percebe-se que o poder temporal da Igreja era superior ao poder espiritual, constituía-se em atos de violência verbal, moral e física e que as devassas aplicadas por ela eram iguais ou superiores às das autoridades metropolitanas. Portanto, a Igreja agia como um árbitro tanto entre povo/estado, quanto nos espaços de contendas/devassas. Assim sendo, possuir uma ‘Capela’ não significava paz e liberdade para o povo.

No arraial das Formigas até mesmo as terras onde se ergueu a Capela de Nossa Senhora da Conceição e São José foi motivo de alterações para várias gerações do instituidor do Patrimônio, Alferes Jose Lopes de Carvalho. Tendo sido instituído o alvará de construção da capela, em junho de 1769, ela só irá aparecer como terras não herdadas em 1805. Vianna afirma que:

A 11 de setembro de 1805, a mesma senhora [D. Maria Francisca Caetano de Campos] mesmo escriptura de desistência e cessão, entregou a seu genro José Guilherme de Prates Pimentel uma porção de terras na fazenda Mocambinho, sem

Domingos Duarte Pereira e sua mulher d. Maria Ferreira de S. João, dos bens deixados por d. Inacia Pereira Leal, filha destes e mulher daquela, falecida sem descendentes.”

³⁵⁶ Cf.: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 752. “Violência,... qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; força coação.”

³⁵⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinorosos na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; companhia do Tempo, 2007. p. 578.

prejuízo na parte cabível na *fazenda* Vieira, nos limites da meiação do *falecido primeiro marido*.³⁵⁸

Por esse fragmento, subentende-se que as terras onde foi construída a Capela era motivo de contendas. Legalmente deveriam ser resolvidas, com vistas a atender à finalidade, ou seja, nas palavras de Vianna, “acudirem ao Culto Divino,”³⁵⁹ num templo local, por se encontrar José Lopes de Carvalho e seus vizinhos muito distantes de Santo Antonio de Itacambira, distantes também da Capela mais próxima que ficava em *Senhor do Bonfim de Macaúbas*.³⁶⁰

Porém, no Arraial de Formigas, as altercações não estavam restritas a esse ou aquele aspecto. Ali, as relações cotidianas estabeleciam micropoderes e, a partir deles, desencadeavam-se os mais variados tipos de conflitos: econômicos, sociais, religiosos, e, principalmente, político.

No que se refere ao aspecto econômico, a situação do sertanejo não era boa desde a decadência da mineração. Segundo Resende, houve a “(...) proibição de todo trânsito e de pessoas e de mercadorias pelo caminho do Rio de São Francisco, primeiramente, por ordem régia de 1701, e, a seguir pelo *Regimento dos Superintendentes Guarda-mores e mais oficiais, deputados para as minas de ouro*, datado abril de 1702.”³⁶¹ Apesar do desrespeito à Carta, a região foi aos poucos isolando-se, pois, segundo Mata-Machado, “(...) não só incumbiu os paulistas de confiscarem os comboios que vinham do norte, como estabeleceu “contagens” para a cobrança de impostos sobre as mercadorias que seguiam em direção à zona mineradora.”³⁶²

Com esse isolamento, no século XIX, o norte de Minas volta para si próprio, desenvolvendo atividades para o consumo – agricultura e pecuária. Porém, Mata-Machado afirma que:

Em contraponto à situação de isolamento, deve[m]-se colocar alguns fatos observados. A comercialização de gado e peles de animais continua a ser realizada com a Bahia e, em menor escala, para o Rio de Janeiro. Estabeleceu-se um comércio

³⁵⁸ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 55.

³⁵⁹ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 50.

³⁶⁰ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 50.

³⁶¹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 33.

³⁶² MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 59.

inter-regional, nada desprezível, entre as localidades do médio São Francisco e entre estas e as províncias de Goiás e do Nordeste.³⁶³

Nesse tempo, o Arraial das Formigas representava um papel de extrema importância e se sobressaía entre os demais no norte de Minas Gerais. Segundo Porto, por dois motivos: primeiro – “(...) o fato de arraial situar-se num dos ramos da estrada que, do Tejuco, seguia para a Bahia; segundo – a riqueza representada pela exploração do salitre, observada por Saint-Hilaire, apesar de já ser visível o esgotamento dessas jazidas no local, por ocasião de sua estadia por aqui.”³⁶⁴

Nessas circunstâncias, era natural que a Vila de Montes Claros das Formigas tivesse se desenvolvido mais e que chamasse a atenção do botânico e naturalista francês Saint-Hilaire que, em 1817, descreveu-a como:

(...) povoação, que pode compreender atualmente (1817) duzentas casas e mais de oitenta almas, são certamente uma das mais belas que vinha, província de Minas, mas não adquiriu certa importância senão depois que começou a fabricar salitre na região, o que por ocasião da minha viagem não datava de mais de oito anos. A maioria das casas é construída ao redor de uma praça irregular que forma um quadrilátero alongado, e, por sua extensão, seria digna das maiores cidades.³⁶⁵

Pelo fragmento, denota-se que, em 1817, no Arraial das Formigas já havia uma grande população, economicamente afortunada, segundo a descrição que o autor faz das casas. Mas, ao mesmo tempo, essa população estava à mercê da violência, em função do salitre (matéria-prima para a fabricação de pólvora) ter sido, de acordo com Mata-Machado “(...) explorado clandestinamente até o início do século XIX, quando da instalação da fábrica de Lagoa de Freitas, no Rio de Janeiro, e da fábrica de Vila Rica.”³⁶⁶

E ainda, segundo Porto, conforme Saint-Hilaire além “(...) da praça de que acabo de falar, há ainda em Formigas algumas ruas paralelas a dois dos lados da própria praça. (...) Vêm-se na povoação uma hospedaria, varias vendas, e enfim, algumas lojas em que vendem fazendas e quinquilharias.”³⁶⁷

³⁶³ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 62.

³⁶⁴ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 36.

³⁶⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. p. 326-327.

³⁶⁶ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 70.

³⁶⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. p. 326.

Percebe-se, pelo que atesta Saint-Hilaire que, no Arraial das Formigas, havia certo desenvolvimento econômico. Porém, tal fato não impediu que houvesse um alto grau de violência proveniente da circulação de pessoas, em função do comércio inter-regional (citado anteriormente), das famílias ditas tradicionais (Azeredo, Coutinho, Durães, Fernandes Correia, Chaves, Prates, Versiani, Velloso)³⁶⁸ e da “gente miúda”³⁶⁹ que sempre esteve em pé de guerra contra si próprios ou contra aqueles que atravessassem o seu caminho; como era o caso dos fazendeiros.

Saint-Hilaire atesta que existem “nos arredores de Formigas, fazendas importantes pelo número de cabeças de gado que se criam. Vários colonos possuem engenhos e o milho, o feijão, a mandioca se cultivam com vantagem na região, (...) Afirmam que nos arredores de Formigas são muito favoráveis ao cultivo do algodão (...).”³⁷⁰ Por meio da descrição construída por Saint-Hilaire, tudo leva a crer que os moradores de Formigas eram homens de posse, porém as construções edificadas em torno da praça eram bastante modestas. Sobre elas, comentou:

As casas são quase todas pequenas, mais ou menos quadradas, baixas e cobertas de telhas. Três ou quatro têm sobrado; algumas são construídas de adobes, as outras de barro e varas cruzadas. As janelas são pequenas, quadradas, pouco numerosas, fechadas por um simples postigo.³⁷¹

A riqueza ostentada pelos moradores não significava tranquilidade para quem ali chegasse. A prática de atos violentos era constante como se fosse componente cultural do cotidiano da população. Nenhum tipo de violência estava a salvo: ética, física, verbal, étnica.

No tocante às questões políticas, os conflitos vão se avivar quando o Arraial é elevado à condição de Vila de Montes Claros das Formigas,³⁷² e as famílias, anteriormente citadas,

³⁶⁸ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 57.

³⁶⁹ Cf.: ANASTASIA, Carla M. J. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998. p. 76. “(...) expressão utilizada para designar gente simples não proprietária de escravos segundo o governador Martinho de Mendonça.”

³⁷⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. p. 327.

³⁷¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. p. 327.

³⁷² Cf.: VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 58. “(...) por influencia dos dirigentes locais a Regência, em nome do Imperador, em 13 de outubro de 1831, sancionou e mandou executar a Revolução da Assembléia Geral Legislativa, tomada sobre outra do Conselho Geral da Província que elevou a Villa a Povoação de Formigas, comarca do Serro Frio, compreendendo no seu termo a Capella do mesmo nome, a do Bonfim e Contendas e as Freguezias da Barra do Rio das Velhas e Morrinhos.”

passam a disputar as eleições. Segundo Porto, a cidade, na condição de vila, adquire o direito de ter uma câmara, que, ao ser criada, passa a ser o campo dos conflitos políticos locais.³⁷³

Na Vila de Montes Claros das Formigas, essa disputa ficou evidente, desde a composição da primeira Câmara, constituída, respectivamente, por um conservador e um liberal: os coronéis José Pinheiro Neves (Presidente) e Francisco Vaz Mourão (Vice-presidente).

Segundo Vianna, “(...) a primeira sessão de instalação e início da vida administrativa da câmara, se realizou a 16 de outubro de 1832, e com ella se considerou instalada a villa, um ano antes criada.”³⁷⁴ Todavia, nem a elevação do arraial à vila, nem a criação da câmara trouxe paz aos moradores da Vila de Montes Claros das Formigas. Conservadores e liberais fizeram dela um ponto de ferrenhas disputas políticas. E nesse jogo tudo era válido.

Conforme Donizette Lima Nascimento,³⁷⁵ o Coronel José Pinheiro Neves “(...) organizou toda a engrenagem administrativa e legislativa da vila tendo, inclusive, emprestando, do seu próprio erário, volumosa quantia ao município, para os primeiros empreendimentos realizados.”³⁷⁶ Artimanha que lhe valeu uma nova eleição, entre 1838-1839, e uma vice-presidência da Câmara. Mas, segundo o mesmo autor, “(...) um episódio de graves proporções (atentado) provocaria sua mudança para o Tejuco, (Diamantina – MG, no vale do Jequitinhonha).”³⁷⁷

Sobre esse fato, Hermes Augusto de Paula³⁷⁸ afirma que no “(...) fim do primeiro governo [do Coronel Pinheiro]³⁷⁹ e durante o segundo a política se caracterizou pela violência; a princípio com palavras, acabando finalmente com tentativa de assassinio, quando a 14 de abril de 1839, às oito horas da noite, alvejavam de emboscada o Cel. Pinheiro.”³⁸⁰

³⁷³ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 37.

³⁷⁴ VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. p. 59.

³⁷⁵ NASCIMENTO, Donizette Lima do. A “*Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. 2006. (Dissertação em História) 323.f - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

³⁷⁶ NASCIMENTO, Donizette Lima do. A “*Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. 2006. (Dissertação em História) 323.f - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 39.

³⁷⁷ NASCIMENTO, Donizette Lima do. A “*Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. 2006. (Dissertação em História) 323.f - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 39.

³⁷⁸ PAULA, Hermes Augusto de. *Presidentes. Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v.1, Parte1. (Coleção Sesquicentenária)

³⁷⁹ Cf.: PAULA, Hermes Augusto de. *Presidentes. Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v.1, Parte1. p. 151-163. (Coleção Sesquicentenária) O nome do Coronel José Pinheiro Neves, aparece sempre como Cel. Pinheiro.

³⁸⁰ PAULA, Hermes Augusto de. *Presidentes. Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 163, v.1, Parte1. (Coleção Sesquicentenária)

Segundo Nelson Vianna, a “(...) causa do referido atentado seria o acirramento das lutas políticas, na ocasião.”³⁸¹

De fato, os ânimos estavam acirrados. Conforme a documentação consultada,³⁸² as eleições do triênio 1836 a 1839 não se completaram e o distrito de Morrinhos³⁸³ se revoltou. Em nota à Câmara, conforme Hermes de Paula afirmava, “(...) os facinorosos de Morrinhos não permitiram realizar as eleições, a Câmara pediu ao Governo da Província um destacamento policial, vindo em 15 de março de 1837 oito praça, ou ficarão sob as ordens do Juiz de Direito.”³⁸⁴

Pela afirmação da nota, na Vila de Montes Claros das Formigas não havia sequer, em 1836, um destacamento policial. Quando a “Lei” chegou, em março de 1837, na Vila, não significou a “ordem”, pois segundo Hermes de Paula,

A polícia não perdeu tempo: atacou os rebeldes [de Morrinhos], matando o cabeça e deu por terminada a sua tarefa. Convocaram nova eleição somente naquele distrito, mas os facinorosos tinham-se reorganizado e não permitiram que o padre, com quem eles correram pouco tempo antes, entrasse no povoado para presidir as eleições... Ficou assim durante quatro anos o arraial de Morrinhos desgarrado da Vila e sem pagar impostos.³⁸⁵

Essa situação demonstra que a violência era uma prática gratuita, em qualquer instância de poder, fosse ele público ou privado, e que a revolta apresentava também, além do cunho político explícito, um cunho econômico e, afirmava-se, acima de tudo, conforme Anastasia que “via de regra, a arbitrariedade nos núcleos urbanos derivava dos abusos de poder, (...) desrespeito às convenções, direitos e privilégios e do convívio nem sempre harmonioso de seus moradores.”³⁸⁶

Até a primeira metade do século XIX, a Vila de Montes Claros das Formigas apresentava-se, conforme a documentação,³⁸⁷ um baixo grau de institucionalização política.

³⁸¹ VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses, 1707-1962*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 189. v. 1, Parte I. (Coleções Sesquicentenária).

³⁸² Cf.: Ata da Câmara, datada de 12/07/1836.

³⁸³ Atual distrito de Mirabela

³⁸⁴ PAULA, Hermes Augusto de. Presidentes. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 154, v.1, Parte1. (Coleção Sesquicentenária).

³⁸⁵ PAULA, Hermes Augusto de. Presidentes. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 154, v.1, Parte1. (Coleção Sesquicentenária).

³⁸⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 23.

³⁸⁷ Processos criminais do Fórum Gonçalves Chaves, sob a tutela da Diretoria de Documentação de Informação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Na análise de Anastasia, isso ocorre em função da autonomia e/ou ausência das autoridades, decorrendo daí a possibilidade da generalização de atos violentos.³⁸⁸

Na Vila de Montes Claros das Formigas nota-se que esses atos faziam parte do cotidiano das pessoas, aparentemente por falta de segurança pública, pela liberdade de que gozava a classe dirigente e os grandes proprietários de terras e, ainda, pela impunidade da população de um modo geral.

Assim, entre 1801 e 1850, são encontrados poucos ou quase nenhum processo-crime do município da referida vila. E, nos raríssimos casos existentes, não aparecem julgamentos, nem veredicto final. Na Vila de Montes Claros, as normas e a ilicitude eram palavras sinônimas, a arbitrariedade era a regra, tanto para o senhor quanto para o vassalo. Em 1842, uma apropriação indébita de escravo assim foi relatada:

Diz Jeronimo Pereira da Silva que elle hi pai Duma rapariga de nome Anna, liberta por Inacio Francisco de Oliveira, a qual se acha a sofrer mais de quatorse annos, o injusto captiveiro do Capitão Francisco José dos Pereira qui posto seja seu parente a retem como escrava sua e juntamente a uma filha da mesma sem titulo algum que possa legitimar seu dominio, e com a supplicante que reivindica a liberdade da dita sua filha requer a Nossa Senhora qui dignando-se a attender aos documentos juntos, que são as completas titular, se sirva mandar que a autoada e jurada esta, se passe uma Ordem de Habeas Corpus pelo qual seja internado o suppente para dentro de duas horas entregar a paciente ao official de justiça que fiser a diligencia (...) que seja a paciente neste juiso seja volta e empossada de sua liberdade.³⁸⁹

Verifica-se, no relatório acima, que a ilicitude era a regra. Cumprir a “Lei” era a exceção, como atestam os quatorze anos do cativo de Anna. Mais uma prática comum em cidades como Vila de Montes Claros das Formigas onde:

A riqueza desses grandes proprietários, aliada à ausência de autoridades (...) permitiu a consolidação de território de mando dos potentados e trouxe, conseqüentemente, a dificuldade para se controlar o poder desses patronos e a violência derivada da baixa institucionalização política na área.³⁹⁰

A promiscuidade era algo certamente abominável. Delatar a apropriação indébita acima descrita configurava-se mais do que crime, significava assinar uma sentença de morte

³⁸⁸ Ver em: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 13-25.

³⁸⁹ Processo crime-código TX/EP 12(71) CP98/PC 228/ XX/ FD001.672. Apropriação indébita-1842/09/26. Vila de Montes Claros de Formigas. Réu: PEREIRA, Francisco José dos Santos Vítima: PEREIRA, Anna dos Santos (escrava).

³⁹⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 79.

que, seguramente, nada representava nem valia para os facínoras, como era o caso do Capitão Francisco José dos Santos Pereira. A violência nesse espaço-tempo era descomedida.

Vê-se que a morte, no século XIX, primeiro no Arraial das Formigas, depois na Vila e por último na cidade de Montes Claros das Formigas, era maquinal. Seus moradores, independentemente da camada social, matavam por qualquer motivo, haja vista que, dos trinta processos-crime analisados, no século acima mencionado, somente sete não são de homicídio. Esses, geralmente, eram cometidos mediante as emboscadas, como atesta o fragmento:

No dia 23 do p. Passado mês de novembro do corrente anno [1887], no lugar denominado-Veredas-districto desta cidade, ricolhia-se de sua roça para casa Leolino Pereira de Moura quando, ao passar por um caminho que acompanha a cerca de Januário de Meirelles Leite, no ponto em que ella se dividi com Leonino, ah recebe o este um tiro de arma de fogo desfêchado d uma emboscada cuja munição de bala e chumbo empregou-se na victima produsindo-lhe a morte immediatamente. Maria Eugênia de Meirelles que acompanhava a Leonino, ouvindo o estamprido do tiro, apressou os passos e chegou ao logar já o encontro [u] o morto e não avistou o autor do assassinato (...).³⁹¹

Nessa parte do depoimento, explicitam-se a tocaia, a rixa e o aparente motivo do crime, o ciúme. No entanto, o crime se dá em função de disputa de água como indica, mais à frente, o próprio depoimento:

Levantada a questão entre as dons subia ella tanto os pontos que dialogar a que denunciado encommendou-se a Amandio de O o ferimento de quatro balas de cobre, disendo ser uma dellas destinada para a morte de Leolino. Feita a promessa não gastou o denuncia muito tempo para leva-la a effeito e foi assim que no referido dia 25 collocando-se de emboscada n próprio logarda questão da aguada, onde existe a cerca que se divide a roça de quintal das casas do denominado e paciente e ahi desfêchou-se um tiro e fez a morte como já ficou dito (...).³⁹²

Nesse ponto do depoimento, percebe-se a frieza com que a morte era tramada, o clima de violência e crueldade era legitimador de tal prática. Portanto, como afirma Celso Lafer, para Hanna Arendt, a “violência (...) caracteriza pelo seu caráter instrumental, multiplicador da potência individual, graças à manipulação dos implementos da violência.”³⁹³

Assim, no século XIX, têm-se no arraial, na vila e na cidade de Montes Claros, vários espaços de contendas, até o espaço rural, incluindo aí os povoados e distritos. Neles, a

³⁹¹ Códice TX/ep 10(58)/Cp 22/pc 63/xx/fd000. 386-Processo-crime do Fórum Gonçalves Chaves sob a tutela da Diretoria de Documentação e Informação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Réu: LEITE, Januário de Meirelles Vítima: MOURA, Leonino Pereira de.

³⁹² Códice Tx/ep 10(58)/Cp 22/pc 63/xx/fd000. 386-Processo-crime do Fórum Gonçalves Chaves sob a tutela da Diretoria de Documentação e Informação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Réu: LEITE, Januário de Meirelles Vítima: MOURA, Leonino Pereira de.

³⁹³ LAFER, Celso. Hannah Arendt. *Cadernos da UnB - Teoria Política*. Brasília, DF: UnB, 1979. p.185-195.

violência era praticamente uma regra. Dos trinta processos criminais analisados nesse século, 50% ocorreram no meio rural. Essa nivelção não nos permite afirmar que a violência era igual, pois o meio rural era mais populoso e menos assistido.

A ausência da Lei era quase total. No entanto, apresentava-se menos violento, se comparado ao meio urbano, em função da chegada do primeiro destacamento policial, em 1837, à Vila, e também em função da classe social de seus habitantes, da instalação da Câmara, em 1832, e elevação da vila a cidade, em 1957³⁹⁴ e, ainda, no meio rural, a justiça era sempre a dos homens. De acordo com Isnara Ivo, isso significava dizer que as ações e as mentes desses habitantes encontravam-se constantemente ocupadas por querelas e rixas locais.³⁹⁵

Nas três primeiras décadas do século XX (1901-1930), os espaços de contendas, na cidade de Montes Claros, pouco ou quase nada, haviam mudado em relação ao século anterior. Porém, politicamente, os ânimos exasperaram-se muito mais, os crimes por motivos políticos foram de extrema violência e crueldade, ocorreram tanto na zona urbana, quanto na rural. Um dos exemplos sucedidos na zona urbana foi descrito por Donizette Nascimento:

É no desdobrar (...) da cultura política nacional do ano de 1909 que em Montes Claros ocorreu um crime atribuído à disputa política e sindical, por ter tido diretamente a participação de autoridades de órgãos da estrutura do Estado. Nele se envolveram em tiroteio, de um lado, João Pacífico da Silva (38 anos), considerado possuidor de “temperamento forte” e temido por todos e, do outro lado, o Alferes

³⁹⁴ Cf.: VIANNA, Nelson. *Efemérides montes-clarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 319-320, II Parte. (Coleção Sesquicentenária). “Pela lei provincial nº 802, a Vila de Montes Claros de Formigas é elevada à categoria de Cidade, com a denominação de Montes Claros: O Doutor Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Oficial da Ordem da Rosa, Vice-Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos a seus habitantes que a Assembléia Legislativa ‘Provincial Decretou e eu Sanccionei a Lei seguinte: Art. 1º-Fica elevada a cathegoria de Cidade a Villa de Montes Claros de Formigas com denominação de cidade de Montes Claros. Art. 2º-São revogadas as desposições em contrário. Mando, portanto a todas as autoridades à quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais aos tres do mês de julho do anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cinquenta e sete, trizezimo sexto da independência e do Império. (L.S) Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Fortuna Carlos Mirelles a Vez Sellada na Secretaria da Providência da Província de Minas Gerais 8 de Julho de 1857. Manoel da Costa Fonseca. Registrada a f.99vº do Livro 4º de registro de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial. Secretaria da Presidência da Província de Minas Gerais 8 de julho de 1857 Candido Theodoro de Oliveira. Nesta Secretária da Previdência foi publicada a presente Lei aos 27 de julho de 1857 Rodrigo José Ferreira Bretas.

³⁹⁵ IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte e o santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: edições Uesb, 2004, p. 137.

Cesário Maldonado Gama,³⁹⁶ Delegado. A troca de tiros resultou em falecimento de João Pacífico.³⁹⁷

Se a própria Lei entrava em litígio, a tendência da sociedade era acompanhá-la e encorajar homens a se tornarem sanguinolentos e temidos, como era o caso de João Pacífico. Porém, no entrevero, João Pacífico X Alferes Cesário Maldonado, o estopim da ação foi o fato da violência ser reconhecida como uma obrigatoriedade, principalmente na conduta das autoridades policiais.³⁹⁸ Nascimento acrescenta que o “(...) delegado, Alferes Cesário Maldonado, pivô do tiroteio (1908), tinha por missão, restabelecer o princípio da autoridade”³⁹⁹ e, conforme Nelson Vianna, “(...) havia aqui na ocasião uma meia dúzia de valentes que teimavam em promover distúrbios, em desrespeitar as leis e, principalmente, em praça pública desmoralizar os Delegados nomeados para cá.”⁴⁰⁰

Para Vianna, a violência empregada pelo Alferes Cesário Maldonado fazia parte da missão recebida. Segundo Donizette Lima Nascimento, “(...) agiu dessa maneira, o alferes Maldonado por achar-se amparado pelo Chefe de Polícia do Estado, Urias de Melo Botelho, a quem tinha telegrafado e de quem recebeu a seguinte mensagem: ‘Abra rigoroso inquérito contra bandidos.’”⁴⁰¹

Nessa trama em que fortaleza, temor, violência, missão e autoridade eram palavras de uma rede de poder apresentadas de forma quase imperceptível, é possível que, segundo Franco:

A violência integrada à cultura [e à política] no nível de regulamentação normativa da conduta, pode ser observada ainda na atitude de aceitação das situações antagônicas, como se fossem parte da ordem natural das coisas. Tanto isso ocorre que o comportamento dos espectadores de contendas é, na maior parte das vezes, no sentido de não interferir nelas.⁴⁰²

³⁹⁶ Cf.: NASCIMENTO, Donizette Lima do. A “*Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. 2006. (Dissertação em História) 323.f - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 111. “Era o responsável pela 32ª Circunscrição de Montes Claros, tendo aqui chegado em 11 de setembro de 1908.”

³⁹⁷ NASCIMENTO, Donizette Lima do. A “*Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. 2006. (Dissertação em História) 323.f - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 111.

³⁹⁸ FRANCO, Maria Sylvania Carvalho. O código do Sertão. In: *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora Ática, 1974. p. 48.

³⁹⁹ NASCIMENTO, Donizette Lima do. A “*Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. 2006. (Dissertação em História) 323.f - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 111. Vale dizer que a data dita por Nascimento referente ao tiroteio não é 1908, mas 1909, conforme nos relata VIANNA, Nelson. *Serões montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 262-263. (Coleção sesquicentenário)

⁴⁰⁰ VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses: 1707-1962*. Rio de Janeiro: Irmão Pongetti Editores. 1964. p. 267.

⁴⁰¹ NASCIMENTO, Donizette Lima do. A “*Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. 2006. (Dissertação em História) 323.f - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 111.

⁴⁰² FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 52.

Considerando a análise de Franco, as contendas políticas ocorridas em Montes Claros, na República dos Coronéis (1889-1930), apresentavam a violência como matiz de forma tão normal que as rixas entre a sociedade e as autoridades, terminadas em crime, eram, por vezes, um clamor à justiça e à ordem, como foram as rivalidades entre João Pacífico e o Alferes Cesário Maldonado.

Todavia, verifica-se que esse não foi um caso único e isolado. Em Montes Claros, a política era lugar em que as contendas tinham sempre seu desfecho em morte e, na maioria das vezes, de forma animalésca.⁴⁰³ Dentro dessa perspectiva, Milene A.C. Maurício nos informa que o crime da fazenda Canoas (que posteriormente será analisado detalhadamente), ocorrido em maio de 1913, foi uma chacina por motivação política. Segundo a escritora, o Coronel Marciano José Alves era um dos caciques da política local e progenitor do Deputado Honorato Alves e do médico e político João José Alves.⁴⁰⁴ Sobre a natureza do crime, Maurício afirma que

(...) o crime apresentou todas as características de tocaia criminosa, com o único propósito de exterminar o Velho líder político, que, apesar dos seus setenta anos atuava sempre de maneira enérgica e desassombrada. Estas mortes provocaram violenta comoção na comunidade Montesclarenses, fato ainda agravado pelas circunstâncias de os assassinos não terem sido identificados, o que passou a gerar hipóteses sobre possíveis mandantes. Ficou comprovado que o bárbaro acontecimento foi cumprido por mais de uma pessoa e que a finalidade não era de roubo, pois os pertences da casa não foram nem mesmo deslocados.⁴⁰⁵

Pela descrição, evidencia-se que foi um crime político sem motivo aparente. Mas, conforme será demonstrado em outro subtema desta pesquisa, com base no processo criminal,⁴⁰⁶ houve outras motivações, dentre as quais, roubo. Entretanto, há controvérsias sobre esse delito, conforme se verifica em Donizette Nascimento, “(...) consumado, o crime, vasculham a casa verificando o que ali havia de valor. Saem levando consigo grande importância de dinheiro, cerca de 8 contos de réis, que entregaram ao mandante do crime.”⁴⁰⁷ Assim, um

⁴⁰³ Cf.: PEREIRA, José apud PADILHA, Tarcisio Meireles. *Violência: uma análise do “Homo brutallis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 28-29. “Segundo esse analista, praticamos muitas injustiças quando mencionamos uma ação humana e a qualificamos de animalésca, de bestial. O animal irracional-diz-ele-age em função de um determinismo que o sutrai à esfera da eleição consciente e livre, pelo que o homem que se “animaliza” na verdade desce na escala ética. Suplanta o nível meramente animal que traduz a espontaneidade da ação para situar-se no plano da marginalidade.”

⁴⁰⁴ “Pela historiografia local eram conhecidos com os Alves ou Honorálistas”

⁴⁰⁵ MAURICIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres*. Tiburtina e a Revolução de 30. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Imprensa Oficial. 1986. p. 32.

⁴⁰⁶ Processo Crime 7407 de 04/05/1913. DDI/DRDR-UNIMONTES

⁴⁰⁷ NASCIMENTO, Donizette Lima do. A “*Tocaia Sinistra dos Liberais*: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30”. 2006. (Dissertação em História) 323.f - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 32.

homicídio que, além de ter, até então, motivo político, foi também prosseguido de roubo num espaço geográfico (zona rural) no qual os moradores haviam aprendido a conviver com a paz, depois das turbulentas emboscadas do século XIX, como descritas anteriormente.

Outro lugar que continuou sendo espaço de contendas, em Montes Claros, nas primeiras décadas do século XX, foi a Câmara Municipal que, no século anterior havia tirado o sossego daqueles que por ali transitavam. No ano de 1926, as eleições municipais foram marcadas pelas fraudes eleitorais, como sempre ocorrera. Sobre a fraude, na instrução do processo, o advogado responsável, salientou que:

(...) se a egrégia Câmara não puzer um paradeiro à fraude desenfreada que assola Montes Claros, toda vez se realiza uma eleição, é o caso, de se requerer ao juiz da comarca nortista a designação dos cemitérios como secções eleitorais, para evitar o espetáculo macabro de que foi teatro o município por ocasião das últimas eleições municipais, pois, as ruas da cidade e das localidades foram transitadas por esqueletos que demandavam às secções eleitorais afim de exercerem o direito do voto...sobre os vivos.⁴⁰⁸

Esse parecer indica o tipo de subversão a que a sociedade montesclarensense estava exposta, considerada por essa análise como violência, em função do que nos afirma o filósofo Tarcísio Meireles Padilha:

(...) onde quer que se instale a injustiça, onde quer que se frustrem iniciativas salutares, onde quer que restrinjam direitos naturais, onde quer que se invada o recinto das consciências, onde quer que se manipule o poder contra o cidadão e não em benefício da comunidade, onde quer que se inoculem germes ideológicos por processos subliminares ou de ostensiva violência, o homem se desumaniza, o homem se estiola, fenecem as mais puras aspirações da humanidade. Subreptícia ou declarada, a violência é fonte de nossos males, e representa um epílogo pouco brilhante de uma história sem grandeza.⁴⁰⁹

Analisando os atos arbitrários da Câmara, ocorridos em 1927, é possível entendê-los como um prolongamento das ações funestas advindas desde 1832, quando se elegeu, em Montes Claros, o primeiro parlamento e seus representantes. Esses eram divididos em Conservadores e Liberais e utilizavam os mais sórdidos meios para conseguir se eleger e ocupar cargos de mando.

É possível, também, entender os vários tipos de violência cometidos durante os períodos regencial, imperial e limiar da República que tiveram repercussão nacional e levaram

⁴⁰⁸ RECURSO ELEITORAL, Nº247 (42.614) de 27/06/1927. TREMG. DPDOR. Parecer anexado ao processo nº 150 de 1927, fl.130, em que o advogado relata as razões para anulação do pleito eleitoral ocorrido no final de 1926.

⁴⁰⁹ PEREIRA, J. apud PADILHA, Tarcísio Meireles. *A violência: uma análise do "Homo brutallis"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 61.

a cidade de Montes Claros às manchetes das principais páginas policiais de todo o país. Como foi o caso de 06 de fevereiro de 1930, conhecido como “A Tocaia Sinistra dos Liberais” que envolveu a Concentração Conservadora e a Aliança Liberal em um dos mais sangrentos conflitos políticos ocorridos na República Velha no interior do país, conforme demonstrado no último capítulo desta tese.

Dessa forma, percebe-se que as contendas de Vila de Montes Claros das Formigas perpassaram por quase todos os espaços jamais imaginados e tomaram conta da vida do sertanejo como “erva daninha” que dizimou, principalmente, o sonho de paz de seus moradores e vizinhos da região. Constata-se, portanto, que tais contendas políticas tiveram seu acirramento no período regencial, prolongaram-se pelo Império e chegaram à República.

CAPÍTULO II

“O UNIVERSO DA VIOLÊNCIA NO ‘SERTÃO’: O NORTE DE MINAS E MONTES CLAROS NOS SÉCULOS XIX E XX”

2.1 Os Códigos de Convivência: jogo para viver ou morrer no sertão

(...) por esse rumo em roda, para impor justiça”, (...) só havia uma maneira de se obter consentimento, provocar temor ou mesmo conseguir alcançar qualquer grau de cooperação entre pessoas que não pareciam capazes de desfrutar de valores comuns, nem de estabelecer alguma forma de reciprocidade ou de acordo tácito entre si: “Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias, Deus mesmo, quando vier, que venha armado! A bala é um pedacinho de metal ... Na ausência de Deus, (...) “então, agente não tem licença de coisa nenhuma!”, e toda arbitrariedade é permitida.⁴¹⁰

No sertão, a lei era de cada um. Os homens administravam a vida, a família, os bens e a propriedade, cada qual a sua maneira. Para o sertanejo, valores éticos, morais e sociais eram condutas sem nenhuma importância. Para impor sua vontade utilizavam valentia, temor, astúcia e até mesmo à virilidade como forma de demarcação de território. No mundo sertanejo, ter mais de uma família significava respeito e demonstração de poder. As regras eram estabelecidas de acordo com as “habilidades”. Conforme Starling,

Assim, cada um puxava “o mundo para si, para o consertar consertado”, e os homens se conformaram em fazer valer uma espécie de sensação que media o valor de cada indivíduo pela força que possuía. Era quase uma lei, era possível impor-se algum tipo de demarcação estável ao produto das vontades particulares, fixando propriedades, distribuindo sinais de poder e classificando formas de comportamento.⁴¹¹

Dessa forma, o sertanejo se mostra como hábil, principalmente no trato para com as suas vontades, uma vez atrapalhado, impunha a “lei”, estabelecia “direitos” para si mesmo e “deveres” para os menos favorecidos.

⁴¹⁰ STARLING, Heloísa. Maria Murgel. *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999. p. 42-43.

⁴¹¹ STARLING, Heloísa. Maria Murgel. *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999. p. 42-43.

Assim, como afirma Anastasia o “(...) somatório de uma baixa institucionalização política com a quebra de formas acomodativas, propicia, acredita-se, a agudização da violência interpessoal.”⁴¹² Diante disso, para viver ou morrer no “sertão”, criaram-se os códigos de convivência que, obviamente, não tinham como base os direitos costumários e a justiça, mas “a arbitrariedade (...)”, de acordo com Anastasia.⁴¹³

Mas, afinal, o que então se chamou de código de convivência? Como o sertanejo conseguiu estipular um padrão de comportamento, se viver ou morrer fazia parte de um jogo normal e era natural no cotidiano do “sertão”? Como a justiça agia diante das arbitrariedades cometidas por atores sociais que não reconheciam a legalidade do direito nem agiam conforme determinavam as autoridades?

Inicialmente, chamar-se-á de código⁴¹⁴ de convivência aquilo que os moradores do “sertão” tomaram como regra para conviver e agir dentro de limites privados ou públicos que lhes permitiam tomar atitudes. Portanto, código significava “regra”, que numa linguagem aureliana⁴¹⁵ pode-se traduzir em sinais convencionais ou secretos utilizados para a comunicação⁴¹⁶ ou para a ação.

No “sertão” norte-mineiro, o que Anastasia denominou de formas acomodativas⁴¹⁷ não existia. A convivência era pautada a partir de códigos que o sertanejo criava e que, na maioria das vezes, baseavam-se normalmente na violência interpessoal. Entretanto, isso não significava dizer que o sertanejo fosse selvagem, bárbaro ou inculto. Como afirma Anastasia, o que se tinha na região, e já foi dito anteriormente, era um grau ignóbil de institucionalização política e,

⁴¹² ANASTASIA, C.M.J. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos. (Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 569.

⁴¹³ ANASTASIA, C.M.J. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 569.

⁴¹⁴ Cf.: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O minidicionário da língua portuguesa*. 5ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 170. “Código sm. 1 . Coleção de Leis. 2. Conjunto metódico e sistemático de disposição legais relativas a um assunto ou uma forma de direito. 3. Conjunto de sinais convencionais ou secretos utilizados em correspondência e comunicação. 4. Inform. Sistema de símbolos com que se representam dados e instruções de programa para serem processadas pelo computador.”

⁴¹⁵ Nome dado por nós ao minidicionário da língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda.

⁴¹⁶ Cf.: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *O minidicionário da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 170.

⁴¹⁷ Cf.: ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Atlântica; Companhia do Tempo, 2007. p. 570. “As formas acomodativas são um tipo de interação entre dominante e dominador, caracterizada por uma resolução temporária dos conflitos que são por princípio, inerentes a essa mesma interação. E essa possibilidade da acomodação derivou de acordos implícitos firmados com base em obrigações mútuas que existiam entre atores coloniais e metropolitanos e em limites colocados ao poder do rei. A violência coletiva na América Portuguesa resultou sempre do colapso das formas acomodativas, ou reiterando, do rompimento de acordos implícitos delineados no quadro das relações Metrôpole - Colônia valendo-se de limites e obrigações mútuas interpostas entre dominantes e dominados.”

segundo ela, isso facilitava o desrespeito às regras do jogo institucionalizado, antecipadamente, por aqueles que ocupavam o alto escalão administrativo. Consequentemente, segundo a autora, isso incitava as contendas.⁴¹⁸

Anastasia aponta algumas singularidades no “sertão” que possibilitavam agudizar a violência interpessoal, entre as quais estão, ser:

() parte integrante da comarca do rio das Velhas onde nunca havia se conhecido rei; a grande extensão da comarca do rio das Velhas, que abrangia todo o sertão do São Francisco e os caminhos curraleiros por onde transitavam os rudes sertanejos, facilitava as ações dos régulas, dos salteadores, dos quilombolas; a inclusão da comarca do sertão do rio São Francisco, (...) aos limites territoriais da comarca do rio das Velhas, que vai acabar por ficar submetida eclesiasticamente aos Bispados de Olinda e da Bahia; essa área (...) gozava de grande fluidez administrativa e de uma organização socioeconômica bem diferente das regiões mineradoras, o que não impedia vínculos importantes entre elas; a ocupação do sertão do São Francisco não seguiu pressupostos básicos da política metropolitana para as áreas de extração do ouro, ou seja, a montagem de vasto aparato burocrático, tributário e fiscalizador, o que vai ocorrer com a criação do Arcebispado da Bahia, em 1707, que passa a cobrar o imposto, meio civil, meio eclesiástico do dízimo em algumas poucas freguesias no sertão.⁴¹⁹

Pelas singularidades acima apontadas, percebe-se que a região da comarca do “sertão” do rio São Francisco, “localizado nos confins da Capitania”⁴²⁰ que abrange, entre outras regiões, o norte de Minas Gerais, não esteve submetida às regras da Metrópole Portuguesa. Porém, isso não significa dizer que não houve esforços para esse controle. Conforme Anastasia,

A Carta Régia de 20 de Janeiro de 1699 representou o primeiro esforço para introduzir alguma ordem no sertão do rio São Francisco. Foram nomeados juízes, à semelhança dos juízes de vintena, e designados um capitão-mor e cabos de milícias para sustentarem as decisões judiciais. A resistência à tentativa da Metrópole de organizar a área não foi pequena, e o sertão permaneceu nas mãos de régulos e seus prepostos.⁴²¹

Pelo exposto, nota-se que a região, supostamente pela distância em relação às áreas da mineração, onde havia um vigoroso controle burocrático, tributário e fiscalizador, não foi

⁴¹⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 570.

⁴¹⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 572-573.

⁴²⁰ Sobre confins da Capitania ver em: ANASTASIA, C. M. J. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 573.

⁴²¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 574.

fiscalizada com o mesmo empenho. Assim, conseguia-se burlar o fisco e fugir das regras estabelecidas pela Metrópole, o que favoreceu, entre outras coisas, a criação de um intenso comércio entre os moradores do “sertão” com outras regiões, como as Minas, Goiás e Bahia. Segundo Anastasia, no “que se refere ao trânsito do sertão do São Francisco para a Bahia, a tentativa das autoridades para evitar os descaminhos do ouro, foi o de proibir, pelo caminho geral do sertão, todo e qualquer comércio, excetuando-se o do gado.”⁴²²

Com o estabelecimento do trânsito de animais, os moradores do sertão passam a ter uma convivência ora de entendimentos, hospitalidade e generosidade, ora de desconfiança, desentendimento e violência. Isso gerou, em alguns momentos, verdadeiras carnificinas, com base na violência interpessoal, em que a maldade era regra para aqueles que se encontravam nas mãos de malfeitores e dos fora-da-lei.

Examinando os arquivos, Anastasia nos adverte que os moradores do sertão afirmam “que esses sertões se acham contaminados de criminosos e revoltosos e que as mesmas Justiças são causadoras [e] que é pelas facilidades com que dentro em duas até três audiências os livra por agravo de injusta pronúncia.”⁴²³ E ainda continuando o exame, a autora afirma que:

(...) certo é em todas e qualquer matéria de crime e todos os dias há revoluções e desgraças e os que possuem alguns bens sempre se acham precavidos, e acautelados de agregados e aliados para a defesa de seus cabedais e os que saem em viagens sempre o fazem com cautela e precaução levando nestas para suas defesas pistolas, bacamartes e espingardas para se livrarem das revoluções dos transgressores. [...].⁴²⁴

É possível compreender que a manifestação de violência e os crimes cometidos se deviam à falta de regras sociais que demandavam limites mínimos para uma sociedade em gestação e à ausência de valores necessários à convivência coletiva para sociedades desenvolvidas dentro de uma economia competitiva e de mercado.

No norte de Minas, a vida político-social foi estabelecida a partir do poder de grandes potentados locais que desconheciam qualquer força militar para ali enviada. Segundo Anastasia, por volta de 1736, “Martinho de Mendonça, governador interino da Capitania de Minas, viu-se

⁴²² ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 574.

⁴²³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 575.

⁴²⁴ ANASTASIA, Carlo Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 575.

impotente para controlar o sertão do São Francisco....”⁴²⁵ Conforme a autora, o governador afirmava em carta para o secretário de Estado, Antônio Guedes Pereira, de 17 de outubro de 1737, *Motins do Sertão*, que ali era “um país [...] habitado por régulos que não conheciam outra lei que a da força.”⁴²⁶

Dessa forma, na região, a lei e a justiça ficavam à mercê dos chefes locais que determinavam os códigos de convivência à base de suas conveniências. Anastasia nos informa que,

A riqueza de grandes proprietários da região, aliada à ausência de autoridades naquela área, à exceção do juiz de órfãos de São Romão e de alguns poucos juizes de Vintena, permitiu a consolidação de território de mando dos potentados e trouxe, conseqüentemente, a dificuldade para se controlar o poder desses patronos e a violência, derivadas da baixa institucionalização política na área.⁴²⁷

Essa informação evidencia que a lei e a justiça ficavam a cargo dos potentados que controlavam a vida político-social dos moradores do sertão e determinavam as relações em seus territórios de mando. As leis da Metrópole funcionavam apenas como apêndice, quando conveniente. Na maioria das vezes, as regras estabelecidas nas propriedades ocupadas pelo poder dos potentados eram feitas por, segundo Anastasia, “(...) homens poderosos, patronos de bandos armados, que haviam constituído sólidos territórios de mando.”⁴²⁸ Ainda de acordo com a autora, os potentados “no geral, eram protegidos pelas autoridades locais, que os temiam e agiam de acordo com os seus preceitos.”⁴²⁹

Percebe-se assim que, no “sertão”, a “justiça” caminhava na contramão da “lei” e o sertanejo estava à mercê das ações dos potentados que, investidos de autoridade, determinavam a vida político-social e administrativa em conformidade com os próprios interesses. Para dirimir, em parte, o poder construído e representado pelos potentados, em seus sólidos

⁴²⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 577.

⁴²⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. apud Carta de Martinho de Mendonça para o secretário de Estado, Antônio Guedes Pereira, de 17 de outubro de 1737. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 577.

⁴²⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 577.

⁴²⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 577.

⁴²⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos(Org.). *As Minas Setecentistas* Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 577.

territórios de mando, os sertanejos criaram códigos de convivência, entre os quais: matar para lavar a “honra”, tirar desforra quando “afrontado”, matar para vingar a morte de um “parente”, de um “amigo” ou ainda do próprio patrão que, muitas vezes, havia provocado o litígio, brigar por qualquer coisa e ameaçar quando “acuado.”⁴³⁰

Esses sinais norteavam a vida no “sertão” e construíam a representação de um sertanejo que, na maioria das vezes, não correspondia à representação do “real”. Pois suas práticas eram códigos adotados por diversas gerações e faziam parte de comportamentos típicos, fundamentados em ações costumeiras que eram regionalmente naturais e aceitas como um modo de demonstrar o caráter de seus habitantes. Em função da naturalidade das práticas e da baixa institucionalização política do norte de Minas, a violência cotidiana era tão normal quanto nascer e morrer. Para os habitantes do “sertão” era uma necessidade própria do lugar, de seus costumes e de suas tradições.

Dentro da perspectiva da violência como uma prática “natural”, conviver com essa ação no norte de Minas tornou-se uma questão político-social que, dificilmente, encontrava opositores para os delitos cometidos. Ela se apresentava, aos olhos de seus espectadores, segundo Yves Michaud, como uma violência que “(...) é assimilada ao imprevisível, à ausência de forma, ao desregramento absoluto.”⁴³¹

Dessa forma, evidentemente, para conviver com a situação de transgressão das regras e das normas, os sertanejos criaram códigos que, naturalmente, passaram a fazer parte da vida cotidiana. Assim, lentamente, foram desmitificando a ideia do sertão como desumano, inculto e ermo. Características essas presentes na literatura do conquistador, do explorador e daquele que habitava a faixa litorânea e só o conhecia através do olhar do outro, sem adentrar no “agreste” sem conhecer quem o ocupava, fosse ele o vassalo, o potentado, o negro ou o forro.

Dentre os códigos de convivência no “sertão” um deles ocupava papel de destaque entre os moradores: o do “conhecimento.”⁴³² Não um conhecimento de si mesmo e do espaço tempo regional que possibilita lidar com situações de infortúnio e delas saírem ou tirarem proveitos sem serem percebidas ou compreendidas por seus adversários políticos, econômicos, sociais e pessoais.

⁴³⁰ Os termos colocados entre aspas porque não representam, neste contexto, um sentido único, denotativo.

⁴³¹ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática 1989. p. 12.

⁴³² Cf.: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 186 “Conhecimento sm. 1. Ato ou efeito de conhecer. 2- Informação ou noção adquiridas pelo estudo ou pela experiência. 3. Consciência de si mesmo. 4. Com. Nota de despacho de mercadoria entregues para transporte. Conhecimentos sm; pl. Erudição, saber.”

Os códigos de convivência representavam no “sertão” uma maneira de adaptar-se às características regionais e/ou locais. Tais códigos possibilitavam que as relações políticas, econômicas e sociais fossem incorporadas pelo sertanejo de forma a se sentir integrado ao meio e nele interferir quando os desafios aparecessem. Ainda que para isso fosse necessário usar a violência e a força, por serem quase, exclusivamente, os únicos recursos que ele conhecia no “sertão”.

Nessa linha de pensamento, observa-se que os códigos de convivência eram determinantes. Os moradores do “sertão” conheciam as regras ali estabelecidas e a partir delas construía seus territórios de mando. Para isso, tornavam-se homens que diziam saber “tudo”, inclusive, profissionalmente. Segundo Mauro Moreira,

Geralmente aqueles que vivem lá no fundo do sertão têm, por conta própria fazerem de “um” tudo, nas zonas de sua influência. Mesmo sem querer, são investidas das funções de médicos, enfermeiros, conselheiros, juizes, policiais e tudo mais. Tornam-se, em suas regiões, verdadeiros patriarcas, e são cercados por amigos que os prestigiam, e daí emana todo seu poder de mundo. Aceitam como paga[mento] pelo bem que distribuem a amizade que desfrutam em seu pequeno mundo. Tão mais poderosos se tornam, quando mais serenos e solícitos são para os que procuram, aos quais às vezes, dão prova de tal dedicação, que a gente da cidade não é capaz de compreender.⁴³³

Essa situação possibilitava ao sertanejo o aumento de sua área de influência regional e, às vezes, nacional e o investia de autoridade para práticas cotidianas, inclusive, de atos ilícitos, sem ser julgados ou impedidos pela população de praticar tais atos. Assim, dificilmente era julgado pela Lei, tampouco pelos amigos e correligionários políticos. Nesse sentido, os códigos de convivências permitiam ao sertanejo tornarem-se portadores de várias representações que vão de “mau” a “bom” “samaritano”.

Nessa via de mão dupla, o sertanejo alicerçava sua vida e garantia sua sobrevivência no “sertão” sem, contudo, representá-lo como “agreste”, “inóspito” ou “frio”, deixando aos passantes o julgamento do que viam e ouviam. Dessa “forma, ter “conhecimento”, “amizade” e “servir” ao outro sem “receber”, tornavam as relações no “sertão” um tanto representativas, o que significa, nesse caso, segundo Falcon, “(...) uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato (...) uma representação que faz ‘aparecer’ um sentido secreto.”⁴³⁴

Para os moradores do “sertão”, as reciprocidades ali estabelecidas eram determinantes para as relações políticas, sociais e para os casos de confrontos com seus desafetos. As redes

⁴³³ MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 55, v. 11. (Coleção Sesquicentenária)

⁴³⁴ FALCON, Francisco J. Calazans. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. CARDOSO, Ciro Flamarrion; MALERBA, Jurandir (Orgs). Campinas, S. P.: Papyrus, 2000. p. 46.

de micro poderes presentes⁴³⁵ na vida cotidiana possibilitavam-lhes o interesse pelo “poder” e a partir dele construíam as relações que os tornariam poderosos em seus territórios de mando, um poder que se procura entender, conforme Gerald Lebrun, como: “relação amorosa [que] é, antes de mais nada uma relação de força (...), diz força [que] não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que permitiram influir no comportamento de outra pessoa.”⁴³⁶

E era exatamente essa força não coercitiva que se tornava “poder”, à medida que passava despercebida, construíam-se os códigos de convivência. Neles estavam presentes atitudes de violência que, dificilmente, eram tratadas como violência. E, diante de sua aceitação social, seus atores passavam a conviver com imputações que, raramente, acabavam com a punição dos culpados. Um exemplo dessa natureza foram os crimes cometidos através de tocaias. Os autores, quando descobertos, quase nunca eram julgados e condenados. Exemplificando:

Ao escurecer do dia 20 de Abril do ano passado achava-se Manoel Geraldo da Fonseca de sua casa [situada] dita na fazenda [localizada] a margem do rio Verde Conversando [com a] mulher Betholina Maria da Conceição quando recebeu de uma pessoa o que oculta no mato próximo a casa um tiro de arma de fogo cujos projetes impregnados como farão na frente do corpo de Manoel Geraldo. Produzirão lhe a morte quatro ou cinco dias depois diceram as [a]ttas .⁴³⁷

As tocaias ou emboscadas eram práticas socialmente aceitas no “sertão”, provenientes dos desentendimentos entre moradores de uma determinada localidade e, às vezes, até entre parentes sanguíneos ou entre os desafetos políticos local, regional, estadual ou nacional. As tocaias no norte de Minas acabavam sempre sem punição dos autores. Pelo depoimento acima nota-se que a justiça era evasiva e não permitia um sumário de culpa.

Tais práticas constituíam normas que vigoravam no “sertão” desde seus primórdios, representavam algo natural e cultural e codificaram o sertanejo como malévolo. A partir dessa representação, o “sertão” passou a ser construído e imaginado como o lugar dos régulas, onde a justiça nunca se fez presente ou foi negligente quando necessária. Esse imaginário pode ser analisado na perspectiva de François Laplantine e Liana Trindade ao afirmarem que, o “(...) imaginário (...) é a faculdade originária de por ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma

⁴³⁵ Ver em: BARROS, José da Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 106-107.

⁴³⁶ LEBRUN, Gerald. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 11-12.

⁴³⁷ TX/EP (58)/ CP20/ PC59/XX/FD00.343. Local: Cidade de Montes Claros. Réus: OLIVEIRA, José Cardoso de. SILVA, Francisco Alves da. Vítima: FONSECA, Manoel Geraldo da. Data: 1884/06/13. Processo-crime sob custódia DPDOR/UNIMONTES.

coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção.”⁴³⁸

Essa percepção nem sempre era dada por quem visitava e percorria o “sertão”. As impressões e representações, às vezes, eram imaginários e construções feitas por relatos de notícias distantes do mundo real que pulsava no “sertão”, do “ouvir dizer”, da aversão ao sertanejo, do preconceito ao negro, ao índio, ao mestiço, das intransigências do olhar estrangeiro, enfim, de tudo que colocava o sertão como Pierre Denis, citado por Maurice Gaspar, o definiu:

É a região sem casas e sem entradas, onde a circulação não introduziu nenhuma espécie de confronto, onde qualquer encontro é um acontecimento, onde se é conduzido pela bússola e onde se vive de provisões obtidas pela caça e se dorme com a cabeça sobre a sela.⁴³⁹

Para os moradores do “sertão” representá-lo e imaginá-lo sob o prisma da malevolência era, certamente, afugentar-se dele e construí-lo como o “incivilizado”, o “inculto”, o “insociável”. Assim, era inevitável a criação dos códigos de convivência e sua manutenção para não correrem o risco de viverem ausentes e distantes de qualquer contato com o chamado mundo “civilizado”.

Nessa percepção, Maurice Gaspar, citado por Osmar Oliva, nos alerta que a melhor expressão para definir o “sertão”, nesse caso, é “(...) o coração daquelas regiões semi-abertas à civilização.”⁴⁴⁰ E que tinham entre outras características a hospitalidade. Em um trecho do seu relato nos informa que:

Embora tão desprovido de tudo daquilo que nós, Belgas, chamamos de necessário, o sertanejo saberá, não obstante exercer a hospitalidade para o peregrino. Fará tudo para que este siga acolhido no seio da família com todas as atenções devidas à sua condição deixando a sua disposição o melhor compartimento da casa. Apressar-se-á em preparar-lhe um leito adequado sem se esquecer do inevitável banho de assento, tão a propósito depois das longas cavalgadas.⁴⁴¹

A representação de Maurice Gaspar denota que os moradores do “sertão” tinham uma cultura muito semelhante aos moradores do litoral, eram receptivos e hospitaleiros. E que, apesar da distância, os padrões de comportamento eram os mesmos. Portanto, os códigos de

⁴³⁸ LAPLATINE, François; TRINDADE, Viana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 24.

⁴³⁹ GASPAS, Maurice. *Dans le sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 3.

⁴⁴⁰ OLIVA, Osmar Pereira apud GASPAS, Maurício. Esse povo do deserto: os sertões de Minas Gerais nos relatos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, George Gardner, Richard Burton e Maurice Gaspar. In: OLIVA, Osmar Pereira (Org). *Os nortes e os sertões literários*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2009, p. 200.

⁴⁴¹ GASPAS, Maurice. *Dans le sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910. p. 37.

convivência decorriam das necessidades que cada comunidade tinha para a defesa de seus moradores e para a falta de manutenção da “ordem pública”. A violência ali ocorrida apresentava, aos olhos de seus moradores, uma defesa própria, “normal” e “natural” da região.

Já na representação de Augusto de Lima Junior, o sertão do norte de Minas apresentava-se violento, desde o início de seu desbravamento, característica de seus nativos habitantes e dos aventureiros brancos que para lá se dirigiam e estabeleciam moradia. Segundo ele, quando:

Foi realizada desde primórdios tempos uma lenta penetração através do sertão de São Francisco que atingia as proximidades da barra do Rio das Velhas, onde já se disseminavam fazendas de gado. Eram os sertões do grande rio habitados por tribos de índios que mantinham contato com os brancos e se misturavam às bordas de aventureiros, estabelecidos com currais de gado, de onde partiam de frequentes excursões de rapinagem, assaltando povoados e fazendas, cometendo toda sorte de crimes.⁴⁴²

Pela representação de Lima Junior, nota-se que no norte de Minas a violência interpessoal fazia parte do cotidiano das relações político-sociais e era prática costumeira da região que, ao longo do tempo, tornou-se um código de convivência no “sertão” e se integrou à rotina de seus moradores.

Portanto, uma prática que não afugentava os aventureiros, nem aqueles que desejavam incursionar pelo “sertão” em busca de terras, de riquezas ou de informação sobre o interior do Brasil a exemplo dos viajantes franceses, belgas e ingleses. Como o inglês Richard Burton que viajou de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico e fez várias observações, dentre as quais, sobre os trabalhadores das barrancas do rio São Francisco. Conforme Burton,

Em geral, os piores trabalhadores são os que oferecem seus serviços aos forasteiros e estes podem ver-se assim, em apuros (...) O barqueiro de verdade é um tipo tão característico como o barqueiro dos velhos dias na Inglaterra; é também um homem que nasceu livre; poucos viajantes gostam de empregar escravos (...) e capaz de construir sua casa ou seu abrigo e de fazer telhas ou sua roupa antes que, entre os civilizados, exigem a divisão do trabalho (...) ele é, em geral, inferior aos de sua própria classe nas terras mais adiantadas, onde a sociedade dividiu-se em camadas mais estreitas.(...) O barqueiro exemplar é sossegado, inteligente, razoavelmente forte, (...) Os piores são os viciados incuráveis em cachaça e mulheres, no samba e pagode noturno, as “orgias” da terra. (..)
 Todos são cabeçudos, um tipo de “autônomos”, que seguem seu próprio caminho e não gostam de ser dirigidos ou contrariados. Fui aconselhado a levar comigo bastante cachaça e fumo, para impedir que os homens desembarcassem diante de

⁴⁴² LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: USP, 1978. p. 33.

cada casa que avistassem. Têm um apetite enorme, que vem, dizem eles, do balanço do barco.⁴⁴³

Percebe-se, nas observações de Burton, que o viajante construiu uma representação dúbia e contraditória acerca do sertanejo. Falava de suas habilidades profissionais, mas o inferiorizava socialmente, tratando-o como o pior trabalhador. Retratava-o de forma pejorativa ao falar da bebida, da aparência física e do apetite. Era irônico e suas comparações eram extremamente maldosas. Afirmava ainda que, “(...) uma característica do barqueiro é sua aptidão para a zombaria leve e a caçoada, o que repugna, em geral, ao brasileiro”. “O senhor é muito caçoador” quer dizer: “O senhor não é muito simpático.”⁴⁴⁴

Dessa forma, as representações de Burton apresentavam-se intolerantes, e eram um convite às divergências entre os sertanejos e os aventureiros que dificilmente não acabavam em violência interpessoal e crimes com características de atrocidades.

Por essas representações apreende-se que as relações entre os sertanejos e aventureiros que passavam ou estabeleciam moradia também eram marcadas pelas rixas, rivalidades e, notadamente, por acirramento de ânimo entre ambos, fazendo do “sertão” um lugar onde “nunca” se conheceu lei, qualificando-o como “terra de ninguém”.

Partindo desse pressuposto, o sertanejo foi classificado como homem que desconhecia qualquer forma de convivência pacífica a não ser a lei do mais forte e do mais intransigente. Tal representação qualificou o “sertão” como o lugar da “barbárie” e o sertanejo como ignaro. Também possibilitou que se construísse a imagem de um mundo marcado, em especial, pela violência que, aparentemente, não havia em outros lugares, principalmente no litoral brasileiro e na Europa.

Assim, para sobreviver nesse mundo denominado “bárbaro”, o sertanejo criou regras de conduta que, ao longo do tempo, transformaram-se em código de convivência e determinaram as relações político-sociais na vida sertaneja.

2.2 Tipos de crimes e violência ocorridos no sertão

⁴⁴³ BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1977. p. 173.

⁴⁴⁴ BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1977. p. 173.

Qualificar crimes e violência não é tarefa fácil pela polissemia que apresentam, pois dependem da razão e do momento de sua ocorrência. No primeiro capítulo deste trabalho, tomando como referencial teórico Yves Michaud e Hanna Arendt, várias inferências sobre violência já foram apresentadas, portanto, aqui, será tratado, mais especificamente, sobre os crimes que ocorriam no “sertão”, cujas deduções se darão a partir de seus respectivos processos.

Sabe-se que os crimes ocorrem supostamente após o uso da violência, mas também podem ocorrer sem esse antecedente ou apresentarem-se numa mesma conjugação. Nesses casos, fala-se, respectivamente, das tocaias e chacinas muito comuns no “sertão” norte-mineiro, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX fomentadas, principalmente, por motivações do cotidiano (aqui denominadas de sociais), políticas e econômicas, embora os crimes sem motivo aparente fossem predominantes.

Entretanto, antes de se abordar os delitos de que trata a pesquisa, é prudente apresentar o conceito utilizado para análise das tabelas que serão apresentadas. Segundo Ferreira crime é “(...) violação da lei pessoal; delito. Ato de desobediência à lei ou aos costumes de uma sociedade. Ofensa ou desrespeito ao que é lei ou aos costumes de uma sociedade. Ofensa ou desrespeito ao que é considerado direito; ação sujeita a castigo. Ato moralmente condenável, ou de conseqüências fenestras, desagradáveis (...).”⁴⁴⁵ Nesses seis significados apontados por Ferreira, encontram-se pontuados os crimes que foram perpetrados no “sertão” norte mineiro entre 1830-1930.

Com vistas às definições de crimes, apresentadas acima, é interessante frisar que a violência geradora dessa infração é a manifestação física da própria agressão.⁴⁴⁶ Segundo Pereira, a “violência não é idêntica à agressão.”⁴⁴⁷ Para Pereira, Niko Timberg foi o primeiro etnólogo a apelidar o homem de “assassino sem freios.”⁴⁴⁸ Segundo Pereira, Timberg queria dizer que “ao homem faltam os instintos natos inibitivos que impedem os animais de matar os de sua espécie.”⁴⁴⁹ Ainda de acordo com Pereira, Alexander Misterlich “considera a agressão como faculdade vital essencial.”⁴⁵⁰ Na interpretação de Pereira, Misterlich afirma que “ela é tão inerente à existência humana como os órgãos que as constituem.”⁴⁵¹

⁴⁴⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 p. 206. Col. 01.

⁴⁴⁶ PEREIRA, J. apud HACKER, Friedrich. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 27.

⁴⁴⁷ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 27.

⁴⁴⁸ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p.27.

⁴⁴⁹ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p.27.

⁴⁵⁰ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p.27.

⁴⁵¹ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 27.

E para completar esse raciocínio, Pereira afirma que:

(...) realmente não há que confundir agressão com violência. Aquela é inata no ser vivo. Existe na face da terra antes mesmo do aparecimento do homem no globo. Não é condição exclusiva do ser humano, à vista de sua racionalidade, é a violência, não agressão, que é a própria, biologicamente, de todo ser vivente. Assim, pois toda violência é agressão, mas nem toda agressão é violência.⁴⁵²

Assim, para esse autor, violência e agressão não há que se confundir facilmente. Mas, segundo ele, no pensamento de Hacker “(...) a violência pretende ser a única forma eficaz de agressão.”⁴⁵³ Conforme Pereira, contudo, “impõe-se uma diferenciação rigorosa entre as duas. Realmente, todas as formas de agressão podem afinal levar à violência. A forma manifesta, crua, desenfreada, calculada, consciente de agressão é que passa a ser violência.”⁴⁵⁴

Seguindo essa linha de raciocínio, essa análise pontua-se com o pensamento de Pereira. E toma emprestada a definição dos léxicos empregada por ele, ao afirmar que a violência “(...) é o ato contrário à razão, à justiça, ato veemente, resultante do emprego da força para a solução de qualquer conflito humano, seja individual, seja coletivo.”⁴⁵⁵

Tendo como parâmetro essa definição e as diferenciações de agressão e violência, anteriormente mencionadas, no norte de Minas, no espaço-tempo 1830-1930, um número considerável de delitos foi cometido e teve como motivações principais – briga, inimizade, rixa. A primeira foi responsável pela maioria dos processos-crime, pelo fato de causar lesão corporal ou homicídio, como demonstra o quadro 7:

QUADRO 7

Tipos de Violência (briga) no norte de Minas entre 1830 a 1930

Período	Delito	Nº de processo	Total
1830-1900	Homicídio	184	789
	Lesão corporal	605	
1901-1910	Homicídio	151	505
	Lesão corporal	354	
1911-1920	Homicídio	166	483

⁴⁵² PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 27.

⁴⁵³ PEREIRA, J. apud HACHER, Friedrich. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 27.

⁴⁵⁴ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p.27.

⁴⁵⁵ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 26.

	Lesão corporal	317	
1921-1930	Homicídio	197	455
	Lesão corporal	258	
Total Geral			2232

Fonte: inventário de Acervo Documental do Fórum Gonçalves Chaves sob a custódia do DPDOR/UNIMONTES, desde 2000.

O quadro 7 assinala que, no norte de Minas, num período de 100 anos, ocorreu um total de 2.232 processos-crime, nos quais as brigas foram unanimidades. Aparentemente, parece um número pequeno, mas considerando que a população era de 74.444⁴⁵⁶ habitantes, apresenta-se relativamente grande. Nesse sentido, Pereira, citando Hacker, diz que “a violência (...) é condenável por motivos de ordem moral.”⁴⁵⁷ Ainda segundo o autor,

Ameaça, maltrata e destrói o nosso próximo, que apresenta características semelhantes à nossa e possui, portanto em princípio, os mesmos direitos. Privamos a nós mesmos do nosso direito à solidariedade humana quando ultrapomos esse direito em relação ao nosso semelhante. A violência transforma-o em objetivo e meio, ofende-o, rebaixa-o e sustenta-o a todas as formas de desumanidade, acabando finalmente por conduzir ao seu aniquilamento irremediável. Transforma-o numa palavra, nesse objeto cadáver.⁴⁵⁸

Na análise de Hacker, a violência é entre as formas de desumanidade a que leva à morte, portanto, uma estratégia medíocre e insensata do ser humano. Já para Pereira, entre outras definições, é: “(...) produto de preguiça espiritual, de pobreza de sentimentos e de falta de imaginação.”⁴⁵⁹ O norte de Minas, entre 1901-1930, foi um exemplo dessa natureza. O quadro 8 mostra essa estatística.

QUADRO 8

Evolução da violência carnal entre 1901-1930 no norte de Minas

Período	Delito	Nº de Delito
1901-1910	Estupro/ violência carnal	11

⁴⁵⁶ *Anuário da Diretoria Geral de Estatística: População do Brasil por Município e Estados. (1907- 1912)* IBGE. p. 330.

⁴⁵⁷ PEREIRA, J. apud HACKER, Friedrich. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 61.

⁴⁵⁸ PEREIRA, J. apud HACKER, Friedrich. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 61-62.

⁴⁵⁹ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 62.

1911-1920	Estupro/ violência carnal	18
1921-1930	Estupro/ violência carnal	21
Total Geral		50

Fonte: inventário de Acervo Documental do Fórum Gonçalves Chaves sob a custódia do DPDOR/UNIMONTES, desde 2000.

Percebe-se que, no norte de Minas, ocorreu uma crescente evolução de estupro/violência carnal entre 1901-1930. Assim sendo, o quadro 8 corrobora com a definição de Pereira, anteriormente mencionada. A tabela demonstra o delito como uma “pobreza de sentimentos” que coloca a vítima num estado deplorável de imobilidade diante do réu e permite que a ação seja executada de forma animalisca, sem qualquer reação ou atitude de defesa. E, ainda, possibilita entender o ato como uma agressividade que culmina em violência. Para Pereira,

se a agressividade natural do homem é integrante do contexto fisiológico de todo animal superior (...), o mesmo não ocorre em relação à violência, que é inerente ao ser humano, dada a sua racionalidade, porquanto cerebral, elaborada, concebida, calculada, planejada, objetivando oprimir, submeter, vencer, conquistar, humilhar, matar por matar ou para obter alguma vantagem do semelhante.⁴⁶⁰

Nesse entendimento, considera-se o estupro/violência carnal uma violência planejada, que humilha, oprime, submete, vence e, às vezes, mata. Morte que pode vir a ocorrer em detrimento das cicatrizes deixadas pelo ato que, nem sempre, adveio da briga entre vítima e réu, mas da força física a que foi submetida. Todavia, como se afirmou anteriormente, a violência na região ora mencionada, teve outras origens, como as inimizades e rixas, que eram muito pontuais no “sertão” e acabavam por ocupar um número significativo de páginas do judiciário. Um exemplo dessa natureza ocorreu em Montes Claros em 1902 que, conforme os autos, foram descritos:

Em a noite de 12 para 13 de junho, de 1 para 2 horas da madrugada Theodomiro com José Maria n, quando sahia da venda de Dhemetrio, n’esta cidade entravão-se de varões, por já existir antiga richa entre ambos, resultando sahir José Maria ferido por uma facada que lhes dera Theodomiro fazendo os ferimentos constantes do auto do corpo de delito (...).⁴⁶¹

⁴⁶⁰ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 p. 64-65.

⁴⁶¹ Processo crime: X/EP 12 (6)/ CP77/ PC 196/ XXFD.001.303 Local: Montes Claros. Data 1902/07/12. Réu: SÁ, Theodomiro Nunes de . Vítima: FERNANDES, José, Maria.

Pelo depoimento, o motivo da violência foi a antiga rixa que havia entre réu e vítima, mas, certamente também foi pelo consumo de bebida alcoólica, já que os dois encontravam-se em comércio do gênero e era a noite em que, no “sertão”, comemorava-se o dia de um dos santos católicos, “Santo Antônio”. Nessas noites de festejos, os sertanejos normalmente se reuniam, bebiam e comiam muito. Segundo Johann Emanuel Pohl,⁴⁶² ao viajar por Minas Gerais e chegar em Santana de Pirapama⁴⁶³ assistiu a várias solenidades religiosas, entre as quais a chamada festa do Espírito Santo, de Santa Ifigênia, de São João do Coração de Jesus. Sobre a festa do Coração de Jesus, Pohl afirma que:

Outro dia de festa celebrada em Portugal e no Brasil é o do Coração de Jesus. Deve-se fazer jejum e abstinência na véspera, mas os descendentes dos portugueses não gostam de obedecer a esta regra. Dizem que estão desobrigados dessa obediência sob a alegação de que os instituidores da festa, a Rainha Maria I, que objetivara a confirmação do Papa, comera carne exatamente no dia em que chegara a ordem. Justamente durante a minha estada em Traíras, planejavam fazer guerra às tribos selvagens vizinhas, por terem elas assassinado há pouco tempo um morador do arraial. O motivo do crime, entretanto, não era conhecido. Aqui veio um capitão de Amaro Leite, povoação distante dezoito léguas a Noroeste de Traíras, para conhecer a opinião dos habitantes, devendo o comando da guerra ser confiado a outro comandante.⁴⁶⁴

Pelo relato de Johann E. Pohl, percebe-se que a religião, apesar de muito presente na vida do sertanejo, caminhava lado a lado com a violência. Em vários momentos de seus escritos Pohl deixou evidências desse comportamento sertanejo. Sobre isso afirma que, durante os festejos de Santa Ifigênia, presenciou atos dessa natureza. Segundo ele,

Ao terminar a dança, levantou-se o monarca negro e ordenou em voz alta que se começasse, com cantos e danças, a festa de Santa Ifigênia. Neste momento surgiu um negro que representava o papel do general, e gritou, com muita ênfase e com olhar feroz, que observava a distância um estrangeiro suspeito, ao que o imperador ordenou que marchassem contra o inimigo e o enfrentassem, e para tanto pedia a proteção de Santa Ifigênia nesse combate. Então com o cetro, concedeu a sua benção ao general ajoelhado à sua frente. Este desembainhou a espada e, com gestos belicosos, passou por entre os negros presentes. Foi aí que chegou o anunciado forasteiro. Todos os negros se precipitaram sobre ele ameaçaram matá-lo. Entrementes, ele ajoelha-se diante do trono e pede audiência. Tranquilo, declara ser o embaixador de um reino longínquo, e que aqui não viera com más intenções ou para excitar rebeliões e hostilidades; mas que o senhor seu rei soubera que neste país

⁴⁶² POHL, Johann Emanuel. Estado em Traíras e Algumas Exceções nos Arredores. Continuação da viagem, Passando por São Félix e São João da Palma, Através de sertões, até Porto real- 99 ½ Léguas. In: *Viagens no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ad, USP. 1976.p. 193-206

⁴⁶³ Cf.: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*: Com estudo histórico da divisão territorial administrativa. Belo Horizonte: imprensa oficial, 1970. p. 361. “ Cur. De. Traíras, m. de. Curvelo, elev. A parág. Por lei no 148 de 1-VI-1850. Incorp. Ao. M. de. Cordisburgo por dec. Lei nº 148 de 1-XII-193. Toma o nome de Pirapama por dec. Lei. n ° 1058 de 31-XII-1943. Mun. E cid, com o nome at, por lei nº 336 de 27-XII-1948. Adq. Em. 1962 o dist. de Fechados (Conceição de Mato Dentro).

⁴⁶⁴ POHL, Johann Manuel. *Viagens no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976. p. 205.

se celebrava a festa de Santa Ifigênia e por isso o enviara para participar da solenidade. O pedido é deferido.⁴⁶⁵

Nesse longo relato, nota-se que, mesmo nas horas dedicadas aos santos protetores, caso fosse necessário, o sertanejo utilizava a violência como meio de afugentar o semelhante considerado indesejado e cumprir os ritos herdados de seus antepassados ou de seus conquistadores. A festa de Santa Ifigênia⁴⁶⁶ significava para os negros a liberdade e superação em relação ao homem branco. Pelo que escreveu Pohl, essa festa representava, para o africano, júbilo da liberdade e incorporação das tradições brancas, pois, segundo o autor,

(...) vários negros, vestidos de uniformes portugueses, a cavalo (ornados os animais de campainhas e fitas), primeiramente galoparam um pouco pelas ruas e depois dirigiram-se à igreja. Lá receberam uma bandeira com a imagem da sua Santa, e içaram-na num alto mastro diante da igreja como sinal da celebração da festa.⁴⁶⁷

Entende-se que essas manifestações eram uma demonstração da força e influência da cultura afro-portuguesa, como a festa do Coração de Jesus, anteriormente citada. Porém, se ameaçadas, era necessário defendê-las e punir os culpados. Os atos e atitudes usados, nem sempre, eram bem vistos pelos próprios sertanejos ou por estrangeiros que ali se faziam presentes, como ocorreu na festa de Santa Ifigênia e foi relatado por Johann Pohl.⁴⁶⁸

Após essas argumentações, é possível perceber que os tipos de crimes no “sertão” variavam muito, dependendo das ações praticadas e do interesse do sertanejo por elas. Dessa forma, essas ações iam desde uma simples querela até os processos-crime, caracterizadas pela violência, a exemplo das citadas por Johann Pohl, nas festas religiosas de Santana do Pirapama e de outras descritas ao longo desta pesquisa.

É pertinente lembrar que a violência ocorrida no sertão norte-mineiro também era resultante da cultura indígena, africana e portuguesa, como foi demonstrado nos relatos de Johann Pohl. E que, em um número significativo de processos, ela ocorria sem fundamento

⁴⁶⁵ POHL, Johann Emanuel. *Viagens no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP. 1976. p. 205.

⁴⁶⁶ Cf.: POHL, Johann Emanuel. *Viagens no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP. 1976. p. 203. “Outra festa, [Santa Ifigênia] com que se alegram o ano inteiro, celebram os negros livres em homenagem a uma santa negra africana de nome Ifigênia. Nessa ocasião fazem tudo o que podem para abrilhantarem a festa e superarem os brancos em suas iniciativas semelhantes.”

⁴⁶⁷ POHL, Johann Emanuel. *Viagens no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP. 1976. p. 203.

⁴⁶⁸ FERRI, Mário Guimarães. Apresentação. In: *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo 1976. Johann Emanuel Pohl. “Nascido no dia 22 de fevereiro de 1782 na cidade de Kamnitz (Bohemia), (...) estidpi ma vimoversodade de Praga. Doutor em Medicina, dedicou-se também, intensamente ao estudo de vegetação de Bohemia (...) como permaneceu no Brasil durante mais de quatro anos (1817 – 1821), teve ocasião de visitar inúmeras regiões” entre as quais, segundo o autor: Angra dos Reis, São João Del Rei, Brabacena, Paracatu, Araial de Pilões, Vila do Fonado. Escreveu entre outras obras: *Viagem no interior do Brasil*.

aparente. Um exemplo dessa natureza ocorreu no município de Coração de Jesus, no ano de 1901. Sobre ele, o escrivão registrou,

No dia 20 de Abril de 1901, às 8 horas da noite no Arraial do Coração de Jesus, o denunciado espancou barbaramente Francisca Ferreira, vulgo Macaca e Altina Ferreira da Silva. Achava-se a primeira na hora acima mencionada em sua casa a rua do cemitério quando ali chegou o denunciado e depois de ligeira troca de palavras deu-lhe diversas pancadas, que lhe produziram os ferimentos descriptos no auto de corpo de delicto de V.S “nos constando que da mesma tivesse partido alguma provocação.” Altina Ferreira da Silva que era vizinha da offendida acudindo aos gritos seus e procurando socorrer-a foi nessa ocasião ameaçada pelo denunciado, retirando-se imediatamente. Logo depois de ter o denunciado espancado Francisca Ferreira, derigiu-se à casa de Altina Ferreira da Silva, e sem nenhuma razão também fez-lhe igual espancamento. Immediatamente perseguido pela polícia foi o criminoso preso, tendo resistido a prisão (...).⁴⁶⁹

De acordo com o registro do escrivão nota-se que para a violência descrita não havia sequer uma justificativa. Apenas o que se pode dizer dessa ação é que, como afirma José Pereira, a “(...) violência tem duas conotações primordiais: física e moral. Ela pode ser ostentativa ou secreta. Ser praticada fisicamente, através da agressão material, mas também evidenciada por meio de gestos, atitudes, palavras, orais ou escritas, e até mesmo pelo simples olhar.”⁴⁷⁰ Na descrição do escrivão, encontram-se as duas conotações citadas por Pereira, portanto, uma violência que no “sertão” fazia parte do cotidiano político-social e era praticada sem temor por parte dos agressores, como demonstrou o próprio escrivão no relatório de denúncia dos fatos.

Falar sobre os crimes no “sertão” significa, portanto, ir além da descrição de suas ocorrências. Pois o arquivo do judiciário regional é uma síntese, na maioria dos processos, da fala de réus e vítimas que, geralmente, “após as perguntas seguem as respostas, cada queixa, cada processo verbal é uma cena na qual se formula o que habitualmente não vale a pena dizer. Menos ainda ser escritos.”⁴⁷¹ Segundo Arlette Farge, isso ocorre porque para o judiciário “(...) os pobres não escrevem [sua História], nem mesmo sua biografia.”⁴⁷² Conforme a historiadora, “o arquivo judiciário, é âmbito do campo do pequeno delito, (...) e fala em cada folha a vida dos pobres.”⁴⁷³

⁴⁶⁹ Processo-crime: TX/EP/2 (67) CP77/PC 195/ XX/ FD, 001. 283. Local: Santíssimo Coração de Jesus, comarca de Montes Claros. Data:/901/04/21. Vítimas: FERREIRA, Francisca. Vulgo Macaca. SILVA, Altina Ferreira da. Réu: SANTOS, Augusto Muniz Ferreira dos.

⁴⁷⁰ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 61.

⁴⁷¹ FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. La Librairie du XX è Siècle. France. Paris: Éditions du Seuil, September, 1989. p. 14.

⁴⁷² FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. La librairie du XX è siècle. France. Paris: Éditions du Seuil, September, 1989. p. 14.

⁴⁷³ FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. La Librairie du XX è Siècle. France. Paris: Éditions du Seuil, September, 1989. p. 14.

Para Israel Drapkin,⁴⁷⁴ citado por Pereira, uma das dificuldades do estudo da Criminologia é principalmente, por ser “o material de análise constituído pelos delinquentes inferiores.”⁴⁷⁵ E que, segundo José D’Assunção Barros, são os anônimos da História, “indivíduos pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados do ponto de vista político e econômico.”⁴⁷⁶ E ainda, segundo o autor, só após cometerem um crime ou serem acusado de um e que irão adquirir uma identidade para a História.⁴⁷⁷

Nesse entendimento, os crimes ocorridos no “sertão” norte mineiro, apesar de configurar a “análise de delinquentes inferiores,” vão possibilitar a criação de uma identidade histórica e o conhecimento do cotidiano político-social nele estabelecido. Entretanto, segundo Sidney Chalhoub, o “fundamental em cada história abordada não é descobrir o que realmente se passa (...), e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso.”⁴⁷⁸ No pensamento de Chalhoub, é “na análise de cada versão no contexto de cada processo, (...) que podemos desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições sociais que se expressam e, na verdade, se produzem nessas versões ou notícias.”⁴⁷⁹

Nota-se que, apesar do falseamento da realidade, na interpretação de Chalhoub “(...) cada história recuperada através dos jornais e, principalmente dos processos criminais é uma encruzilhada de muitas lutas; das lutas de classes na sociedade (...).⁴⁸⁰ Portanto, é a história do cotidiano que homens e mulheres travaram para entrar na História e que, segundo Chalhoub, só “(...) resta ao historiador a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho ao sentido dos atos e das representações que expressam, ao mesmo tempo em que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais.”⁴⁸¹

Nesse sentido, os crimes cometidos no “sertão” norte-mineiro contam a história de uma massa anônima e permitem entender a afirmação de Alysson Freitas: “(...) processos criminais e cíveis revelam uma tentativa central da justiça em revelar, conhecer, dissecar os

⁴⁷⁴ Cf.: PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975 p. 98-99. “O professor Israel Drapkin, do Instituto de Criminologia da Universidade Hebraica de Jerusalém, reafirmou, em palestras realizadas no Brasil (...) que a massa dos criminosos encarcerados “(...) é formada por delinquentes menores (...)”, pois “(...) os grandes criminosos estão fora das penitenciárias e essa é uma das dificuldades para o estudo da criminologia: o material de análise é constituído pelos delinquentes inferiores, que não mostram um bom panorama da situação geral.”

⁴⁷⁵ PEREIRA, J. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa- Omega, 1975. p. 99.

⁴⁷⁶ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 121.

⁴⁷⁷ BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 121.

⁴⁷⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 22.

⁴⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 23.

⁴⁸⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 23.

⁴⁸¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 24.

aspectos mais recônditos da vida cotidiana, e (...) as visões de mundo, as práticas, as representações, as trocas culturais, o contato e a construção da vida (que) se dão num processo diário, (...).”⁴⁸² O depoimento abaixo atesta essa afirmação:

No dia 4 de novembro do anno passado no lugar denominado Arraial do distrito supra dito recebeo Julião Cardoso de Sales a falsa fê traiçoeiramente um tiro de arma de fogo disparado pelo denunciado Antonio Alves da Silva, vulgo Matto cuja numição composta de bala empregada como foi no paciente. Produzio-lhe as ofensas physicas constante do auto do corpo de delito. O denunciado a muitas pessoas declarara ter sido, quem havia atirado em Julião Cardoso de Salles do que é inimiga sendo inimizado a origem do crime.⁴⁸³

O testemunho é revelador da análise de Freitas e nos possibilita ainda entender que, segundo o raciocínio do autor “(...) os processos-crime privilegiam versões do cotidiano em seus momentos de conflitos e soluções violentas.”⁴⁸⁴ A maioria dos processos-crime analisados nesta pesquisa apresentam essa característica. Assim, é evidente que a violência contida em cada testemunho é tão clara e natural que se compreende, prontamente o universo do cotidiano sertanejo, as ações diante do que se acreditava, as práticas costumeiras e os códigos que o regia.

A justiça, na região norte mineira, apesar de já ter um efetivo de policiamento em 1837, como já foi dito no capítulo anterior, era ainda frágil, incipiente e, muitas vezes, advogava sem nenhuma transparência. O processo, quase na sua totalidade, encerrava-se sem um desfecho nos autos. Os depoimentos, na maioria das vezes, eram muito evasivos e o silêncio era o tom de suas amareladas páginas.

Entretanto, pode-se dizer que, nos processos, está efetivamente a História daqueles que viviam “à margem”⁴⁸⁵ de uma sociedade dependente (1889-1930), sem a participação de cidadãos que buscavam a conquista de direitos políticos, sociais e individuais. Segundo José

⁴⁸² JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) . 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 36.

⁴⁸³ Processo-crime: TX/EP 10(58)/ CP20/ PC 60/ XX/ FD0001.351. Data: 1885/01/28 . Local: Cidade de Montes Claros. Termo do Arraial de São Gonçalo, Brejo das Almas- Réu: SILVA. Antonio Alves da. (vulgo de Matto). Vítima: SALLES. Julião Cardoso de.

⁴⁸⁴ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) . 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 37.

⁴⁸⁵ Ver em: SCHIMITT, Jean Claude; LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Rogere; REVEL, Jacques (Org.). *A nova história*. Coimbra. Portugal: Livraria Almedina, 1978. p. 394-423.

Murilo de Carvalho,⁴⁸⁶ “(...) da Colônia para o país independente, a mudança não foi grande. Como era tratado o escravo e o agregado, assim foi tratado o cidadão.”⁴⁸⁷

Mas, apesar da exclusão dessa cidadania, percebe-se, pelo aumento do número de processos-crime que, na segunda metade do século XIX a justiça começou a legislar, pelo menos, com certo cuidado em relação à sua aplicação. Essa leitura pode ser entendida segundo Freitas, “(...) entendendo a lei como um espaço de conflito social.”⁴⁸⁸ Conforme o autor,⁴⁸⁹

(...) visualizados a justiça, nesse cotidiano como campo de mediação das relações estabelecidas entre os atores sociais, em um processo onde o lócus judiciário permitia o contato entre as pessoas e, mais ainda, funcionava como um meio de expressão social daqueles que muitas vezes não tinham muitos recursos para se manifestar, como é o caso dos escravos, dos forros e dos homens livres pobres.⁴⁹⁰

No norte de Minas, essa análise é evidenciada na terceira década da segunda metade do século XIX pela documentação consultada e pelo aumento de processos-crime a partir de 1880. Somam-se ainda, a isso, em alguns casos, os detalhes dos depoimentos. A título de exemplo,

(...) No dia 5 de outubro do anno passado no districto supra dito e casa de Felipe Rodrigues Chaves foi morto com onze facadas dada pelo denunciado Chrispiano de tal, o infeliz João Ramos da Silva Magro. Na casa referida estava o denunciado Maria Fiúza de Brito, e o assassinado quando entre este e o denunciado appareceu uma altercação e troca de palavras motivando essa altercação a fazer o denunciado com huma faca que estava armado, feito em hum dos dedos de Maria Fiúza mai de João Ramos, um pequeno ferimento na ocasião em que aquela procurasse tomar deste a faca referida. As ofensas phisicas recebidas produzirão a morte de João Magro um dia depois.

Testemunha... Manoel Rodrigues

Achava-se a testemunha nos Angico onde morava Chrispiano, o denunciado e sua mulher Maria Fiúza quando appareceu entre esta dúvida na qual Chrispiano cortou os dedos de sua mulher Maria Fiúza no acto que esta esforçava para tomar-lhe uma faca. Cinco dias depois chegou na casa João Ramos, filho de Maria Fiúza e enteado

⁴⁸⁶ Ver em: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 307-309.

⁴⁸⁷ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 308.

⁴⁸⁸ Cf.: SCHMIITT, Jean Claude; LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Rogere; REVEL, Jacques (Orgs.). *A nova história*. Coimbra. Portugal: Livraria Almedina, 1978. p. 419. “O historiador dos marginais utiliza, na maior parte dos casos, arquivos e documentos dimanados do “centro” e não das “margens” tais como registros inquisitoriais, arquivos de tribunais e de prisões, obras polêmicas que atacam toda a espécie de marginalidade, etc. foi esta problemática, justamente, que veio suscitar um novo interesse por aqueles documentos, o que permitiu dar-lhes um tratamento inédito.”

⁴⁸⁹ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) . 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 39.

⁴⁹⁰ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) . 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 39.

de Chrispiano e como mostrasse sua mãe com os dedos gotejantes perguntou pelo motivo e tendo em resposta que os ferimentos foram feitos por Chrispiano indignou-se contra o procedimento deste e prometeu tirar uma desforra e o testemunha estando presente aconselhava a João Ramos que não fizesse aquilo em consideração pois que a dúvida entre a mãe dele e o padrasto (...)

Testemunha: Felipe Rodrigues Chaves

Chrispiano reprovou-lhe o procedimento do enteadado na sua reprovação, dava mostras de querer entrar com ela a luta, o que deu lugar a instrução da testemunha e outras pessoas para evitar o conflito, mas apesar disso continuou a altercação entre João Ramos e o denunciado resultando disso a altercação entre este e assim acabou aquele com uma faca e dar-lhe onze facadas por uma das quais saíram os intestinos do ofendido, vindo ele a falecer no dia seguinte em consequência das facadas (...).⁴⁹¹

O depoimento atesta uma série de pormenores que nos possibilitam, principalmente, entender as relações matrimoniais no Império (1884), os conflitos domésticos, as desforras, e as relações materiais, entre outras. É interessante ressaltar ainda, que o depoimento é bastante incisivo querendo mostrar a arma do crime. Entende-se, nessa representação, os tipos de armas mais usadas no período e a brutalidade⁴⁹² com que as ações eram praticadas.

Entretanto, é pertinente lembrar que o espaço doméstico sempre foi locus de violência. Ela começa inicialmente na família e depois dizima para a sociedade. E, apesar de ser um tipo de crime comum no Brasil, sempre se buscaram meios para evitá-los ou combatê-los. Contudo, na maioria das vezes, nunca eram denunciados e tampouco comentados fora do ambiente doméstico.

A violência no grupo familiar era entendida como caso de desobediência à autoridade paterna. Por isso, os crimes nesse ambiente eram normais e aceitos como necessários para a imposição da autoridade. Ronaldo Vainfas destaca que, na Bíblia, São Paulo, na Epístola aos Efésios (V, 22; VI, 1,5), afirma: “vós, mulheres sujeitai-vos a vossos maridos”; “vós, filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor”; “vós, servos, obedecêi a vossos senhores.”⁴⁹³ Para o historiador, citando Flandrin, “desde a origem do cristianismo a família era considerada uma monarquia de direito divino.”⁴⁹⁴

Para Vainfas, os “(...) protestantes ou católicos não fizeram mais que difundir antigos preceitos sobre a moral familiar (...).”⁴⁹⁵ Segundo o autor, nos “países fiéis à Igreja a propaganda da família, inerente à pastoral tridentina, desenvolveu-se por meio do esforço ao

⁴⁹¹ Processo-crime: TX/EP10(58)/CP20/PC56/XX/FD000.346. Montes Claros, Réu: MAGRO, João Ramos da Silva, Vítima: CHAVE, Felipe Rodrigues, Data: 1884/10/05.

⁴⁹² Ver: PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 37-57.

⁴⁹³ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 111-112.

⁴⁹⁴ VAINFAS, Ronaldo. apud FLANDRIN, Jean-Louis. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 112.

⁴⁹⁵ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 112.

direito canônico-romano, do sermão de padres e moralistas e, sobretudo, de sumas e manuais de confissão.”⁴⁹⁶ Ainda conforme o autor,

O rastrear das culpas organizados nesses textos implicava, sem dúvida, certa hierarquia e uma ordem familiar que, de um lado, “isolava” os núcleos conjugais da coletividade (...), e de outro estabelecia direitos e deveres recíprocos para todos os familiares, inclusive criados, sob o governo absoluto do pai, simulacro do rei. Todos lhe deveriam obedecer, respeitar e honrar, cabendo-lhe, em contrapartida, zelar pela educação dos filhos, pela subsistência da casa, pelo bem-viver da esposa e pela austeridade moral de quantos vissem sob seu bastão.⁴⁹⁷

Considerando as análises de Vainfas, nota-se que, na família, a autoridade paterna era, de certa forma, inquestionável. Nessa linha de pensamento, atribuía-lhe tudo ou quase tudo, inclusive a prática de atos violentos, como: clausura doméstica, celibato perpétuo ou recolhimento provisório.⁴⁹⁸ Segundo Vainfas, “(...) com muita freqüência, as mulheres rompiam esse cerco familiar ou institucional, expondo-se a violências, agressões e homicídios consagrados pelos costumes e até por leis.”⁴⁹⁹

Portanto, a violência familiar era algo costumeiro nos lares brasileiros e no norte de Minas essa prática não era diferente, nem exceção nas demais regiões do país. Segundo Vainfas, “(...) tudo nos indica que boa parte dos casais vivia às turras, e muitos maridos faziam da pancada o principal meio de resolver as querelas domésticas. Se bebiam demais, se perdiam no jogo, se amavam a concubina, por qualquer razão batiam nas mulheres, e às vezes por questiúnculas de menos importância.”⁵⁰⁰

Essa leitura pode ser inferida dos processos criminais do norte de Minas, no período de 1830–1930. Um exemplo típico dessa violência doméstica foi:

No dia 19 do mês de fevereiro do corrente ano no lugar denominado-terra do guicho - do districto do Brejo das Almas, o denunciado José Rodrigues Crus desfechou um tiro de arma de fogo contra Porphirio Pereira dos Santos que produziu-lhe a morte dois dias depois. Além do tiro desfechado contra Porphirio ainda o denunciado feriu com uma faca sua própria mulher de nome Anna Philinta que a razão ou motivo que levou o delicto, foi ter encontrado Porphirio conversando com Anna Philinta e formar mal juízo q respeito da conduta entre os dois; quando é certo que nessa conferencia nada haveria de maldade a falta de respeito, pois que nela se limitou o

⁴⁹⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 112.

⁴⁹⁷ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 112.

⁴⁹⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 130.

⁴⁹⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 130.

⁵⁰⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 130.

paciente Porphirio a dar conselho a Anna Phillinta naturalmente poe carecer delles (...).⁵⁰¹

O depoimento acerca desse delito confirma a análise de Ronaldo Vainfas e a não exceção de crimes dessa natureza ocorridos no nosso espaço-tempo da pesquisa. Assim, pode-se concluir que os tipos de crimes e de violência ocorridos no “sertão” não fugiam à regra dos ocorridos nas demais regiões do Brasil e os litigantes tinham basicamente, as mesmas causas e características: briga, inimizade, rixa e desavenças domésticas. Desse modo, pode-se dizer que, no “sertão”, jorrava o mesmo sangue que jorrava em outros lugares do Brasil e do mundo.

2.3 A violência no sertão norte-mineiro: crimes – senhores *versus* escravos e escravos *versus* senhores

No recorte espacial delimitado (1830 – 1930) a violência entre senhor e escravo ou vice-versa, ocorria com relativa frequência. Entretanto, como nos lembra Alysson Freitas, “(...) senhores e escravos (...) trabalhavam juntos nas roças: situação assim contribuía para desgastar a tradicional imagem senhorial.”⁵⁰² Conforme o autor, “(...) a pobreza das regiões rurais e pouco urbanizadas do Brasil, aliada a uma simplicidade no modo de vida, possibilitou uma proximidade entre os “mundos” que compunham esse universo cultural.”⁵⁰³

Conforme Freitas, essas brechas existentes entre livres e cativos “(...) não foram capazes de diminuir o desejo de liberdade dos escravos.”⁵⁰⁴ As desigualdades, principalmente, a “própria capacidade de ser dono de si mesmo(...)”,⁵⁰⁵ possibilitam esse desejo. Segundo Tarcísio R. Botelho, “embora os escravos tenham conseguido acumular pecúlios, trabalhar

⁵⁰¹ Processo-crime: TX/ EP10 (58) CP24/ PC24/PC67/XX/FD000.399. Local: Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas do Município de Montes Claros. Réu: CRUS, João Rodrigues. Vítima: SANTOS, Porphiro Pereira dos. DATA: 1889/ 02/19.

⁵⁰²JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f. – Universidade Fderal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 14.

⁵⁰³JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f– Universidade Fderal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 14.

⁵⁰⁴JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005.. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Fderal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 15.

⁵⁰⁵ BOTELHO, Tarcísio R. Introdução. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 405.

com expressivo grau de autonomia e circular com bastante desenvoltura por várias dimensões do mundo dos livres, (...) [a] desigualdade fundante permanecia.”⁵⁰⁶

Na opinião de Botelho, a reiteração do escravo era fundamental para a manutenção do sistema escravista e, segundo o autor, isso “gerava tensões permanentes nas relações entre senhores e cativos, mas também entre brancos e não brancos?”⁵⁰⁷ Entende-se, assim, que o cotidiano escravo por si só era de violência. Conforme Botelho, “a violência, por sua vez, era a condição primordial para a existência do escravo, por produto da violência (...).”⁵⁰⁸

Com base na análise de Botelho, encontra-se no arquivo do judiciário do Fórum Gonçalves Chaves o seguinte depoimento,

Diz Jeronimo Pereira da Silva que elle hi pai Duma rapariga de nome Anna, liberta por Ignacio Francisco de Oliveira, a qual se acha a sofrer mais quatorse annos, o injusto captiveiro do Capitão Francisco José dos Santos Pereira qui posto seja seu parente a retem como escrava sua e juntamente a uma filha da mesma, sem titulo algum que possa legitimar seu domínio, e com a supplicante que reivindicar a liberdade da dita sua filha requer a Nossa Senhoria qui dignando-se a attender aos documentos juntos, que são as competes titular, se sirva mandar que a autoada e jurada esta, se passe uma Ordem de Habeas Corpus pelo qual seja internado o supplente para dentro de duas horas entregar a paciente ao official de justiça que fiser a diligencia (...) e vir dentro de duas horas dar a Nossa Senhoria as razões do seu procedimento, procedendo se a competente busca em sua casa caso o supplente se oculte para a que se inclua na ordem em mando neste sentido e apresentado que seja a paciente neste juiso seja solta e empossada de sua liberdade.⁵⁰⁹

A partir do depoimento, entende-se que não bastava ser bastardo, branco e livre. A própria condição de nascimento indicava a situação social em que o indivíduo se encontrava na sociedade. A denúncia presente nesse depoimento atesta a indiferença do judiciário na defesa da escravidão. A condição da liberdade não significava viver fora do cativo. Também é latente que, juridicamente, as leis estavam abaixo da autoridade do Senhor. A violência, nesse caso, está contida desde a declaração do pai até o pedido de liberdade.

Nesse sentido, segundo Freitas, citando Ivan de Andrade Vallesco, “(...) escravos e livres, homens e mulheres, pobres ou de camadas intermediárias recorriam à justiça para a

⁵⁰⁶ BOTELHO, Tarcísio R. Introdução. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 405.

⁵⁰⁷ BOTELHO, Tarcísio R. Introdução. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 405.

⁵⁰⁸ BOTELHO, Tarcísio R. Introdução. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 405.

⁵⁰⁹ Processo- crime: TX/ EP/12(71)/CP98/PC228/XX/FD001.672.Apropriação indébita 1842/09/26 Villa de Montes Claros de Formigas, réu: PEREIRA, Francisco José dos Santos, Vítima: PEREIRA, Anna dos Santos (escrava).

solução de conflitos.”⁵¹⁰ E, segundo o autor, “(...) mais que isso, (...) eles enxergavam ‘no recurso à justiça e na ativação das letras da lei uma forma de participar da ordem.’”⁵¹¹ Entende-se com isso que, apesar da escravidão ser fruto da violência, os escravos desejavam a justiça, é o que se verifica no depoimento acima, bem como na ordem social indicada por Vallesco, citado por Freitas.

Contudo, isso não implica dizer que essa era a ordem vigente. Pois Botelho, citando Liana Maria Reis, informa que a criminalidade ocorria em diversas circunstâncias. Segundo ele, conforme a autora, os escravos cometiam vários tipos de crimes, contra: o Estado, a ordem pública, a pessoa, a propriedade.⁵¹² Portanto, para o autor, a instabilidade marcava o cotidiano das minas e pode-se dizer que também o do “sertão”, como evidencia o depoimento acima.

Botelho, ainda com base na análise de Reis, informa que: “(...) os crimes cometidos por escravos e libertos, não se diferenciavam daqueles cometidos por brancos livres; entretanto, tinham um conteúdo político, uma vez que desgastavam o sistema escravista e ameaçavam continuamente a paz social.”⁵¹³ Sabe-se que, de ambos os lados, os desafios eram muitos.

Conforme Liana Reis, “(...) pelas picadas, e mesmo pelas estradas oficiais ocorriam extravios de ouro e diamantes, contrabando de mercadorias e, muito provavelmente, de armas proibidas pela legislação em vigor.”⁵¹⁴ A autora afirma que “(...) atravessar os sertões, as montanhas e as matas para atingir a região das Minas centralizada nos núcleos urbanos era a primeira e grande aventura a enfrentar.”⁵¹⁵

Se no século XVIII, passar pelos “sertões” e chegar às Minas era um desafio para brancos e negros, no século seguinte, a preocupação para ambos eram os confrontos entre

⁵¹⁰ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 51.

⁵¹¹ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 51.

⁵¹² BOTELHO, Tarcísio R. apud REIS, Liana Maria. Introdução. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 405. p. 405.

⁵¹³ BOTELHO, Tarcísio R. apud REIS, Liana Maria. Introdução. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 405. p. 405.

⁵¹⁴ REIS, Liana Maria. *Criminalidade escrava nas Minas Gerais Setecentista*. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 479.

⁵¹⁵ REIS, Liana Maria. *Criminalidade escrava nas Minas Gerais Setecentista*. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 479.

grupos da mesma etnia ou de etnias diferentes. A violência no sertão tomou outras dimensões e foi, principalmente, contra as pessoas e propriedades. Os crimes, como: homicídios, tentativas de homicídios, agressão, estupro, lesões corporais, furtos, arrombamentos e roubos tornaram-se cada vez mais habituais. Um exemplo típico dessa violência ocorreu em São Gonçalo de Brejo das Almas contra Maria Joaquina Ruas, como descreve o Ministério Público:

(...) Diz Valeriano Ribeiro da Silva que no dia 6 do corrente mês estando sua mulher D. Maria Joaquina Ruas na fazenda da caxoeira deste distrito e hindo a fonte, pouco abaixo do terreiro da casa a lavar roupa da família em companhia de dois filhos pequenos e de uma escrava, sucedeu que Joaquim Lopez Saraiva, homem desalmado e perverso a accomettesse querendo violentala a um adulterio e como a mesma a isso appusera-se com todas as forças de que era capaz o malvado, embrutecido por seu desejo monstruoso, a molestou com as mãos infames de tal maneira que todo o corpo ficou assas pirado e contuso continuando nesta horrível contenda até que a referida escrava ajudada por outras que accudirão aos gritos repetidos que se voltavão, livraram a sua senhora das garras daquelle ferroz assassino e o conseguirão, fazendo com que elle não consumas seu iníquo intento. (...).⁵¹⁶

A denúncia acima revela que, no sertão norte-mineiro, os delitos eram cometidos contra qualquer vítima e à luz do dia, não importando a condição social e a cor da pele. Se para os brancos isso não constituía um diferencial, para os negros era a marca, sem dúvida, de suas contravenções. Entretanto, sabe-se que recorriam à justiça para resolver seus intentos. Tanto no que se refere à escravidão quanto no que se refere à liberdade. Segundo Freitas, “(...) os cativos norte-mineiros se inseriam em um jogo de conquistas e fracassos, avanços e recuos, demonstrando a importância que eles tiveram na construção de suas próprias vidas.”⁵¹⁷

Com o objetivo de obter a liberdade, segundo Freitas, os escravos utilizavam os meios disponíveis para isso, inclusive, o uso de muita violência.⁵¹⁸ Conforme o autor, “(...) o fato de serem escravos não foi suficiente para apagar-lhes o desejo da liberdade e, mais ainda, não limitou suas ações individuais. Estratégias como negociações, acordos, adaptações e conflitos judiciais acabaram funcionando como importantes mediadores das relações entre senhores escravos.”⁵¹⁹

⁵¹⁶ Processo-crime TX/EP12(70)/ CP96/PC223/XX/FD001.616. Arraial de São Gonçalo, distrito Brejo das Almas. Réu: SARAIVA, Joaquim Lopez.

⁵¹⁷ p. 55.

⁵¹⁸ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 55.

⁵¹⁹ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 55.

Todavia, nem sempre essas acomodações eram possíveis. Nesses momentos eclodiam os conflitos que podiam ser ou não entre os próprios escravos, como ocorreu em Vila de Jequitahy, no ano de 1884, como denuncia o Ministério Público:

(...) a dois de julho de 1884 Juscelino escravo de Coronel Alemão, aqui residente, tendo uma breve objetivação com um seo parceiro escravo do mesmo senhor, e de nome Severiano, déo, neste com uma faca de ponta uma estocada abaixo da clavícula, de que resultou a morte estantanea do paciente.⁵²⁰

A partir da denúncia, percebe-se que bastava uma agressão para acabar, na maioria das vezes, em morte. As ações individuais ocorriam com frequência nos processos-crime consultados. Para Freitas, “(...) em alguns momentos o recurso ao diálogo não foi possível, ou, mesmo mostrou-se ineficaz, sendo necessário assim, que livres, libertos e cativos lançassem mão de estratégias outras que contribuíram para transformar o dia-a-dia da escravidão norte-mineira em jogo ainda mais complexo.”⁵²¹ E que, muitas vezes, era favorecido pela justiça ao denunciar os crimes como mero delito, como foi o caso dos escravos anteriormente descritos.

Nessa linha de raciocínio, o caso dos escravos Juscelino e Severiano nos possibilita entender a violência como algo reconhecidamente legitimado pela própria condição social de seus atores. Entretanto, é pertinente lembrar que, segundo Freitas, “(...) pensar a violência de acordo com suas manifestações específicas em determinados grupos, nos levaria à idéia de que as sociedades têm suas próprias noções de violência, estabelecidas por critérios de aceitação ou não das práticas.”⁵²²

Diante do exposto, para o autor, citando Michaud, “(...) não se pode comparar ingenuamente a violência na sociedade inglesa do século XIII com a do século XX porque muitas normas mudaram.”⁵²³ Completando o pensamento, Freitas afirma que,

A violência praticada no sertão norte-mineiro também tinha suas peculiaridades. Fazer uso dela nas relações cotidianas não significa [va] que seus praticantes lançassem mão da melhor estratégia possível, mas que ela poderia ser a única

⁵²⁰ Processo-crime: TX/EP (58)/ CP20/PC 59/XX/FDOO.340. Local: Vila de Jequitahy, réu: Juscelino (escravo). Vítima: Severino (escravo). Data 1884/06/02.

⁵²¹ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 55.

⁵²² JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 57.

⁵²³ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 57.

estratégia eficaz para a resolução das questões que se apresentavam [naquele momento].⁵²⁴

E, de acordo com Michaud, “(...) é precioso estar consciente de que as definições objetivas [de violência], ainda que as mais úteis, não são isentas de pressupostos e também não apreendem o conjunto dos fenômenos.”⁵²⁵ Assim, entende-se que a violência escrava colocada em prática na região norte mineira foi definida, por seus atores sociais, para atender aquele momento histórico. Portanto, as estratégias utilizadas foram as únicas possíveis para a resolução das peijas. Lembrando ainda que, conforme Michaud, “(...) há na apreensão da violência um componente subjetivo que depende dos critérios utilizados: critérios jurídicos, institucionais, valores do grupo ou subgrupo e até mesmo disposições pessoais.”⁵²⁶

Considerando a análise de Yves Michaud, os processos-crime analisados nesta pesquisa apresentam características relativas a eles e possibilitam outras leituras que nos dão a dimensão do cotidiano escravo vivido no “sertão” norte-mineiro. Um exemplo clássico desse cotidiano foi o delito cometido contra Francisco de Tal, na cidade de Montes Claros, no ano de 1885, conforme relatam os autos:

No dia 22 do corrente mês de novembro, na chácara de José bento d’ Andrade, distante desta cidade meio legua achavão-se brincando o denunciado com o menor Francisco de tal, quem disia, pretender castra-lo e como este caresse, o denunciado lançando mão de uma arma de fogo que ba casa havia e que estabelecia carregada dirigindo-se aaquelle disse: não cõrra negro que tu morres” proferidas que forão de Francisco, produzio-lhe a morte instantaneamente.

Quando o denunciado lançou mão da espingarda foi por Antonio Pereira da Costa pedido para entrega-lhe a arma, mas, o mesmo denunciado a esse pedido não accedendo. Respondeo saver muito bem lidar com arma de fogo (...).⁵²⁷

De acordo com a descrição dos autos, nota-se que a vida de um escravo, relativamente, nada representava no universo cultural dos brancos. Em tom sarcástico, cometia-se um fato delituoso, descrito pelo judiciário com muita naturalidade e sem nenhuma aparente preocupação com a apuração dos fatos. Entende-se pela narração do delito que a violência integrada, neste caso, era algo comum e banal no cotidiano escravo. As palavras do réu ao se aproximar da vítima, cometer o crime e sair de cena, demonstravam a frieza do autor e, certamente, a impunidade desse tipo de delito.

⁵²⁴ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 57.

⁵²⁵ MICHAUD. Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.

⁵²⁶ MICHAUD. Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.

⁵²⁷ Processo-crime: TX/EP10 (58) CP21/PC61/XX/FDOOO. 365. Local: Cidade de Montes Claros. Réu: COSTA, Ricardo Rodrigues da. Vítima: Francisco. Data:1 885/11/22. HOMICÍDIO.

No processo citado, a violência apresenta-se como complemento das ações cotidianas. Os atos de atrocidade parecem não chamar a atenção para a violência ocorrida no seio da escravidão. Segundo Caleiro, citando Tânia Quintaneiro,

(...) [o] tratamento desumano que algumas proprietárias dispensavam aos escravos, chegando por vezes, às raias do sadismo, era notório para os viajantes. Casos de escravas desfiguradas por toda a vida e outras tantas mortas em consequência da crueldade das senhoras brancas foram anotados pelos viajantes sem que, contudo, houvesse notícia de que alguma delas tivessem sido punidas.⁵²⁸

Essa constatação de crueldade e de impunidade não era exclusividade do universo feminino, como atesta o fragmento citado. No cotidiano masculino, o tratamento desumano, as práticas do sadismo e tantas outras, como a morte, eram lições demonstradas pelos senhores brancos aos seus escravos. Entretanto, isso não significa que os negros aceitassem o tratamento e as práticas de seus senhores. Pelo contrário, quando encontravam oportunidade tiravam suas desforras e devolviam aos senhores os mesmos atos desumanos. Conforme Freitas, “(...) a violência sempre se constituiu em prática comum nas relações humanas e, em alguns casos, teve suas manifestações moldadas por situações variadas.”⁵²⁹

No caso dos escravos, considera-se que se aplica à situação, por se tratar de espaços, como os analisados nesta pesquisa - o norte de Minas -, ou seja, um espaço que, por natureza, favorecia a violência. Segundo Ivana Parrela,

Com o auxílio de conhecimentos geográficos é possível redimensionar o fazer histórico e pensar a história regional, incorporando as dimensões sociais e temporais daquele espaço, recuperando os diferenciais característicos daquele ambiente natural e, no mesmo tempo, destacando aquilo que enquadra esses espaços remotos do sertão. (...).⁵³⁰

Pensar o espaço no qual se encontravam os atores sociais analisados é também entender a violência como recurso para enfrentar as adversidades locais. As distâncias, o perigo, a precariedade das estradas, um pequeno contingente de policiamento e a desumanidade dos proprietários foram alguns fatores facilitadores dos embates entre senhores e escravos, escravos e senhores. Mas, também havia ainda fatores como: falta de administração local comprometida com as causas sociais, bandidos que se juntavam tanto aos

⁵²⁸ CALEIRO, Regina Célia Lima apud QUINTANEIRO, Tânia. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata a violência que se adivinha*. 2004. Tese (Doutorado em História) 259. f. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 191-192.

⁵²⁹ JESUS, Alysso Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais - 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 70.

⁵³⁰ PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino 1768-1800*. São Paulo: Annablume; 2009; Belo Horizonte: Fapemig, 2009. p. 27.

senhores quanto aos escravos e o fato de ser o “sertão” o caminho comercial que levava às minas e delas à capital da Colônia e posteriormente do Império. O próprio meio influenciava a ocorrência de práticas delituosas.

Quanto aos “bandidos”, Eric Hobsbawm informa que se deve tomar cuidados em relação às variações existentes para o desenvolvimento do banditismo social. Sobre essas variações, o autor afirma,

Existem, decerto, notáveis variações de região para região. Tais variações se devem em parte à geografia, em parte à tecnologia e a administração, e em parte à estrutura social econômica. O banditismo floresce quase invariavelmente em áreas remotas e inacessíveis, tais como montanhas, planícies não cortadas por estradas, áreas pantanosas, florestas, ou estuárias, como labirintos de ribeirões, e é atraído por rotas comerciais ou estradas de grande importância, nas quais a locomoção dos viajantes, (...) é lenta e difícil.⁵³¹

Tratando-se do “sertão” norte mineiro deve-se pensá-lo como acesso para as minas, aliado à distância dos poderes administrativos e à falta de uma rigorosa vigilância. A somatória de tudo isso vai facilitar todo tipo de violência encontrada nos processos-crime analisados. Lembrando, segundo Hobsbawm, que:

As condições ideais para o banditismo são aquelas em que os homens que exercem a autoridade são cidadãos naturais do lugarejo, operando em complexas situações locais, e em que uma viagem de alguns poucos quilômetros onde colocar o bandido além da jurisdição ou mesmo do conhecimento de um conjunto de autoridades e no território de outros, que não se importam com o que acontece no exterior.⁵³²

Esses “bandidos”, geralmente no norte de Minas, aliavam-se aos proprietários de terra e cometiam um número relativamente grande de crimes, principalmente, contra os escravos, os escravos alforriados e homens livres. Esse cotidiano de violência, de acordo com Freitas, revela “algumas características do universo oitocentista sertanejo, onde o recurso à violência teve um papel significativo nas relações sociais.”⁵³³

Mas, é pertinente lembrar que, no século seguinte, no “sertão”, em relação às práticas de violências entre forros e homens livres, basicamente nada havia mudado. A violência continuava sendo o recurso principal para resolver as pendências no universo dos coronéis. A título de exemplo, as práticas dos irmãos “Caetanos,”⁵³⁴ conforme consta no capítulo seguinte.

⁵³¹ HOBBSAWM, Eric. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1976. p. 14.

⁵³² HOBBSAWM, Eric. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1976. p. 15.

⁵³³ JESUS, Alysso Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 68 – 69.

⁵³⁴ Ver em: SOARES, Fernanda Mendes. *Célebres Caetanos: um bandido em Montes Claros (1884-1922)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, 2004.

Assim, as ações violentas sempre se tornaram parte integrante da vida do sertanejo norte mineiro, na medida em que, como afirma Freitas, “passa a ser um recurso viável, ou uma ação socialmente aceita em determinados grupos sociais ou situações específicas.”⁵³⁵

Entretanto, deve-se lembrar que, conforme Freitas,

A violência sempre se constitui em prática comum nas relações humanas e em, alguns casos, teve suas manifestações moldadas por situações variadas. A própria formação geográfica e estruturas administrativas de uma determinada região como é o caso do sertão das Minas - poderia contribuir para a disseminação de delitos, diretamente ligado à certeza de impunidade, (...).⁵³⁶

A violência escrava no norte de Minas foi, portanto, uma prática “normal” ou “comum”, como em outras regiões do país, para resolver situações cotidianas no universo cultural dos negros, libertos e homens livres. Todavia, apresentava-se com um grau maior de intensidade pelos motivos já expostos, ou seja, a estrutura administrativa, a distância das autoridades judiciais, localizações geográficas da região, entre outros aspectos.

Como o conceito de violência aqui utilizado está intimamente ligado às “ações socialmente aceitas” na região norte-mineira, é interessante, segundo Freitas, “(...) pensar no papel que as relações violentas tiveram na formação da identidade dos homens do sertão, sejam eles escravos, forros ou homens livres.”⁵³⁷ Nesse sentido, desde a fase da conquista, era possível visualizar um homem facínora, bandido, sanguinário e violento. Entretanto, cabe-nos lembrar que essas ações foram facilitadas pelos aspectos acima mencionados e pela aceitação pública. Mas houve casos de denúncias e apelações para as leis. Um exemplo dessa natureza foi o processo-crime abaixo descrito:

Diz Pedro Malaquias dos Santos morador no Districto desta Villa de Montes Claros que Pedro Antonio Machado deste mesmo distrito no dia 25 do corrente mez de maio em o terreiro das casas de Manoel Gonçalves Figueira tinha huma escrava do supplente de nome Vicência sem que esta lhe tivesse faltado o respeito ou qualquer comprimento político, antes portava-se com todo acalamento; mas o supplente querendo satisfazer paixões de seu irmão Justino Machado que se diz havia prometido espancar aos [escravos] do supplente valeu-se do lugar em que se achava,

⁵³⁵ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 70.

⁵³⁶ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 70.

⁵³⁷ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais - 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 70 - 71.

e da superioridades de forças para commeter tal delicto, o qual sendo punível pelo artigo 201 do código civil.⁵³⁸

Percebe-se que, pelo depoimento da testemunha, apesar de ser um tipo de violência amiúde, repetida entre senhores e escravos, delatou o que presenciou e a representação que havia construído acerca do comportamento moral da escrava. Freitas nos informa que “a pobreza e a simplicidade, aspectos importantes do cotidiano escravista norte-mineiro, propiciaram certos tipos de sociabilidade entre os indivíduos.”⁵³⁹

Acredita-se que esse seria um caso típico em função de ser o denunciante um homem livre e a violência aqui delatada ser algo frequentemente praticada no mundo da escravidão. E, por ser quase “natural”, nunca era delatada ou difundida pelos senhores, pelos forros ou, ainda, pelos homens livres.

Como já se afirmou anteriormente, com base nos estudos da historiadora Liana Maria Reis, a violência em Minas Gerais ocorria com frequência, em função dos inúmeros casos de crimes contra (o Estado, a ordem Pública, a Pessoa e a Propriedade) e, principalmente contra a vida. Segundo Liana Reis, “os crimes contra a ordem pública foram os mais constantes e difíceis de serem combatidos pelas autoridades da Capitania (...)”⁵⁴⁰ Prosseguindo, ela afirma que, “(...) não só por envolver todos os indivíduos, de qualquer qualidade ou condição, mas particularmente por ter a efetiva participação dos escravos que circulavam dia e noite pelos arraiais e vilas, tanto a trabalho ou a mando de seus senhores, como por conta própria.”⁵⁴¹

No norte de Minas Gerais não foi diferente, tanto no meio urbano, quanto rural. A denúncia abaixo atesta um crime dessa natureza,

Denuncia contra Manoel polycarpo - vulgo capitão do mato residente no descrito de Santo Antonio da Boa Vista pelo factio criminoso, que passa a espor... Na noite de 16 de Abril do corrente ano no comércio de São João da ponte e casa de Bertholino Meira de Souza do districto acima mencionado achando ahi reunida diversas pessoas e seo numero destas o denunciado Manoel Polycarpo aconteece apparecer entre este e de Leandro Gomes Ferreira hum colloquio, que tornou-se um forte altercação, e dessa altercação resultou este mortalmente offendido por um tiro desfechado pelo

⁵³⁸ Processo-crime: TX/EP11(63)/CP51/PC129/XX/FD000. Cidade de Montes Claros. Data: 25/05. Lesão Corporal. Réu: FIGUEIRA, Manoel Gonçalves. Vítima: Vicencia.

⁵³⁹JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 71.

⁵⁴⁰ REIS, Liana Maria. Criminalidade escrava nas Minas Gerais Setecentista. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 485.

⁵⁴¹ REIS, Liana Maria. Criminalidade escrava nas Minas Gerais Setecentista. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 485.

denunciado já referido, o qual levou a falecer o mesmo em consequência do tiro que recebeu cinco dias depois.⁵⁴²

Essa denúncia justifica a análise de Liana Reis, e ajuda-nos a entender a violência como um único recurso possível na região, pois, conforme a autora,

As desordens e os crimes contra a ordem pública [e contra a vida] cometidos por homens e mulheres livres, libertos e escravos no meio urbano não poderiam, de fato, ser exterminados, uma vez que envolviam complexa rede de interesses construído pelas vivências cotidianas dos vários atores sociais.⁵⁴³

Na região do norte de Minas, a desordem, o crime e a violência cotidiana dos vários atores sociais ficaram nítidos na denúncia do processo-crime anteriormente citado. Assim, entende-se o uso da violência nas questões simples da vida cotidiana no mundo dos escravos e dos homens livres. Conforme Jonice dos Reis Procópio até palavras geravam inimizade e violência. Segundo a autora, “(...) a inimizade provocada por palavras consideradas ofensivas ou injuriosas podia gerar também situação de atrito, que vinham à tona em momentos de lazer ou de distração.”⁵⁴⁴

E, conforme a autora, “(...) o costume, (...) de reunirem os homens para comprar e beber cachaça ao fim do dia, em casas de residências ou em vendas, podiam propiciar encontros que reacendiam querelas antigas.”⁵⁴⁵ Por essas considerações de Procópio, verifica-se que bastava um motivo qualquer para que as práticas de violência aflorassem. E, ainda, conforme Procópio,

Antagonismos antigos, não resolvidos através dos mecanismos coercitivos comuns como o temor da ação da justiça ou da prisão, reavivam-se transformando em conflito depois que os homens bebiam. Nesses momentos de valentia, a força e o destino afirmavam-se e eram estimulados pela presença de pessoas que consideravam esses atritos altamente valiosos e provavelmente concordavam com os acertos de contas pessoais.⁵⁴⁶

⁵⁴² Processo-crime: TX/EP(58)/CP20/PC59/XX/FD000.360; Réu: Polycarpo (vulgo capitão do mato)Vítima: FERREIRA, Leandro Gomes. Local: Comércio de São João da Ponte.

⁵⁴³ REIS, Liana Maria. Criminalidade escrava nas Minas Gerais Setecentista. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1. p. 487.

⁵⁴⁴ PROCÓPIO, Jonice dos Reis. *Escravos e crimes* - Fragmentos do cotidiano de Montes Claros de Formigas no século XXI. (Dissertação Mestrado em História) 164. f - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p. 15.

⁵⁴⁵ PROCÓPIO, Jonice dos Reis. *Escravos e crimes* - Fragmentos do cotidiano de Montes Claros de Formigas no século XXI. (Dissertação Mestrado em História) 164. f - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p. 15.

⁵⁴⁶ PROCÓPIO, Jonice dos Reis. *Escravos e crimes* - Fragmentos do cotidiano de Montes Claros de Formigas no século XXI. (Dissertação Mestrado em História) 164. f - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p. 15.

No “sertão” norte-mineiro entre homens livres, escravos ou forros esse tipo de atrito era comum. Segundo a autora,

Nessas reuniões muitas vezes se encontravam escravos, homens livres e libertos. A facilidade de movimentação espacial dos escravos permitia-lhes estabelecer vários laços de amizade e de solidariedade, mas também de antagonismo e antipatias que geralmente tinham que ser resolvidos pelos próprios cativos.⁵⁴⁷

Nesse sentido, percebe-se que a região do norte de Minas não diferenciava das demais regiões do país. Maria Sylva de Carvalho Franco, em “Código do Sertão”, capítulo inicial de seu clássico: “Homens Livres na Ordem Escravocrata,”⁵⁴⁸ introduz sua análise acerca do tema com um depoimento no qual os atores sociais nos apresentam a vida do sertanejo, seus comportamentos e sua relação com a mata.

Ao analisar a vida do sertanejo no século XIX, iniciando com esse depoimento, a autora afirma que: “objetivam-se comportamentos que refletem o medo típico de viver das populações rurais brasileiras.”⁵⁴⁹ Sua afirmação nos permite dizer que, apesar das distâncias – interior paulista e sertão norte-mineiro – a relação estabelecida, conforme aponta Alysson Luiz de Freitas Jesus: “(...) apresenta [va] a violência como um comportamento inerente à sociedade interior da época, (...)”⁵⁵⁰

A região aqui delimitada, no século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, apresentava sistematicamente características semelhantes ao mundo caipira paulista. Relações de antagonismo - amor, solidariedade e cumplicidade - vão conviver com – ódio, violência e valentia. E, apresentar uma sociedade em que a violência era “(...) um modelo de conduta socialmente válido (...),”⁵⁵¹ para resolver qualquer querela que aparecesse, desde que valores, como: força moral, intrepidez e impetuosidade fossem resguardados. Para se entender valores como esses, Franco finaliza “Código do Sertão” afirmando que,

Em seu mundo vazio de coisas e falta de regulamentação, a capacidade de preservar a própria pessoa contra qualquer violência aparece como a única de ser: conservar

⁵⁴⁷ PROCÓPIO, Jonice dos Reis. *Escravos e Crimes - Fragmentos do cotidiano de Montes Claros de Formigas no século XXI*. (Dissertação Mestrado em História) 164. f - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. p. 15.

⁵⁴⁸ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 20-59.

⁵⁴⁹ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 21.

⁵⁵⁰ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 58.

⁵⁵¹ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 58.

intocada a independência e ter a coragem necessária para defendê-la são condições que o caipira não pode abrir mão, sob pena de perder-se. A valentia constitui-se, pois, como valor maior de suas vidas.⁵⁵²

Assim, como afirma Freitas, “(...) os homens da região [norte mineira] viam na valentia uma forma de resolver suas ‘pelejas’ ou mesmo de conservarem sua honra e sua independência pessoal.”⁵⁵³ Nesse sentido, usaram e abusaram das práticas violentas como demonstração das características de seu mundo e das relações sociais nele estabelecidas. Matar, roubar, vender e violar as leis eram atitudes corriqueiras na região, como demonstra o processo-crime abaixo descrito:

Chegamos à notícia que José Pinheiro Torres comprou hum criolinho ou mestiço de Alberto terra e que este Pinheiro vendeu o criollinho a Donna Anna Marceliana que indo procurar o produto da venda que ella não queria pagar por elle constar ser forro o minimo e hi é que saivas que por aqui ainda e como V.S por se achar no termo da villa de Ruman e o que tinha particoipar... a que Dêos Joan de mesmo o Arraial do Santíssimo Coração de Jesus 17 de setembro de 1844.⁵⁵⁴

Violar as leis, comprar, vender e não pagar fazia parte do cotidiano sertanejo norte-mineiro, como demonstra esse processo-crime. Entretanto, é conveniente lembrar que esses procedimentos eram típicos do mundo rural brasileiro no período analisado, 1830-1930. Portanto, a região norte-mineira não constituía uma excepcionalidade. Mas, demonstrava a falta de controle que havia nas regiões brasileiras, quanto à aplicação das leis e das normas de conduta social. E, ainda, demonstrava o mundo de tensões e fragilidades entre senhores e escravos.

Esse ambiente inóspito foi durante todo o século XIX e primeiras décadas do século XX descrito pela historiografia como o local da violência e das práticas maquiavélicas. Entretanto, é salutar lembrar que a ocorrência de tais atos foi extremamente favorecida pela aplicação das leis, pela não integração das riquezas no Brasil e, principalmente, pelo descaso das autoridades governamentais pelas regiões do interior, vistas como lugar de bugres, de insolentes e de marginais.

As representações acima descritas acabaram construindo um discurso presente tanto nas narrativas, quanto na oralidade do “sertão” como o lugar da violência e das práticas

⁵⁵² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 59.

⁵⁵³ JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. (Dissertação Mestrado em História) 229. f – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005. p. 58.

⁵⁵⁴ Processo-crime: TX12 (71) CP98/PC228/XX/FD001.674. Data: 1844/09/1. Local: Arraial do Santíssimo Coração de Jesus termo de Montes Claros. Réu: NETO, Manoel Martins e SILVA, Alberto Dias da. Vítima: Quintiliano (escravo).

mortíferas que, no entendimento de Anastasia, se dava em função de os criminosos, “insidiosos” não agirem sozinhos. Conforme a autora,⁵⁵⁵ “redes de solidariedade estabeleciam-se entre eles, congregando negros cativos, forros, mestiços, homens brancos pobres, e potentados, no geral ricos fazendeiros e, muitas vezes, prepostos do rei de Portugal.”⁵⁵⁶

Assim, conforme Anastasia, “(...) a violência se fazia todo o tempo presente em especial, (...) no sertão, nas matas gerais e nas serras, paragens distantes dos centros administrativos aonde quase sempre, não chegava o poder da Coroa.”⁵⁵⁷ Dessa forma, entende-se que toda e qualquer forma de violência ocorrida no “sertão” se dava mais em função da falta de controle por parte das autoridades judiciais do que pelo espírito de malevolência da sociedade.

Isso porque os atores sociais envolvidos nas querelas, quase sempre, não agiam sozinhos, nem estavam desassistidos de alguém que acobertava seus crimes e atrocidades. Normalmente, nos crimes políticos em que a violência se explicitava de forma mais evidente, os mandantes nunca eram conhecidos pela lei. Os executores desse tipo de crime, geralmente, ficavam um tempo na prisão, depois saíam e continuavam praticando suas tocaias ou emboscadas.

No norte de Minas, portanto, tanto no século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX, a violência era muito mais uma questão de falta de justiça vigente do que uma característica dos atores sociais nela envolvidos. Assim, pensa-se que “o sertão” descrito como violento foi, sem dúvida, um lugar de disputas como qualquer outro no Brasil e que seus moradores agiam dentro das possibilidades e permissões da cultura política estabelecida desde o povoamento até a primeira república, momento da ação dos “coronéis” e de seus comparsas.

Os crimes analisados nos capítulos III e IV foram frutos do desrespeito e destemor à Justiça. Porém, sabe-se que, em todos os momentos, a Justiça também foi benevolente e permitiu as ações cometidas, muitas vezes, incentivadas socialmente, pelos moradores urbanos e, principalmente pela política. Assim, é importante lembrar que, segundo Hobsbawm, citando Molfese (1964-31) “somos tristes, é verdade, mas porque somos sempre

⁵⁵⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 19.

⁵⁵⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 19.

⁵⁵⁷ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 20.

perseguidos. Os nobres usam a pena; nós a carabina. Eles mandam na planície; nós nas montanhas.”⁵⁵⁸

⁵⁵⁸ HOBBSAWM. Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1976. p. 10.

III CAPÍTULO

CONSERVADORES E LIBERAIS, UM DUELO PERMANENTE: A CULTURA POLÍTICA NO NORTE DE MINAS E EM MONTES CLAROS NOS SÉCULOS XIX E XX

Para [os] conservadores liberais (...), a liberdade era ameaçada não só pelo Estado como também pelos particulares. (...) O aumento do poder das assembleias provinciais tinha permitido o fortalecimento das facções locais, germe das revoltas. Isto ameaçava, é certo, a unidade do País, (...). Mas ameaçava também a liberdade do cidadão. A vitória de uma facção local significava o fim da liberdade dos partidários da outra, significava o reino do arbítrio, o fim do governo civilizado.⁵⁵⁹

3.1 Conservadores e liberais no período regencial

Refletir acerca da elite política brasileira após a abdicação de Pedro I em 1831 é, sem sombra de dúvida, uma tarefa árdua, pela postura que os grupos dominantes apresentavam naquele momento. Na opinião de José Murilo de Carvalho, “(...) agora a audácia dos reformistas era maior, pois o País conseguira, manter a unidade e evitar a guerra civil generalizada.”⁵⁶⁰ Entretanto, conforme o autor, “D. Pedro II tinha apenas 5 anos de idade, e o governante estava a cargo de uma regência eleita com muito menor força simbólica do que a figura real.”⁵⁶¹

Nesse sentido, os conflitos eram bastante acentuados e as divergências extremamente visíveis. Segundo Carvalho, “As correntes conflitantes manifestaram-se com maior nitidez: havia conservadores partidários da volta de Pedro I, monarquistas liberais e republicanos radicais. Mais do que em 1822, era agora o momento para escolher os caminhos da nação.”⁵⁶²

⁵⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 175-176.

⁵⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 164.

⁵⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 164.

⁵⁶² CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 164.

No entanto, conforme afirma Nelson Werneck Sodré, “(...) a Regência recebeu de D. Pedro I uma das missões mais difíceis que se poderia confiar a algum homem de governo: dirigir os destinos de um país conflagrado, onde ninguém se entendia e os motins rebentavam, todos os meses, numa confusão terrível e ameaçadora.”⁵⁶³

A violência era mais do que em qualquer outro momento expressão maior de norte a sul do país. Segundo Nelson Werneck, “(...) o vírus da rebeldia havia invadido de tal forma o Império que era impossível reprimi-lo e era impossível analisá-lo e compreendê-lo.”⁵⁶⁴ Para o autor, “(...) parece que todas as diferenças, todas as mágoas, todos os desequilíbrios raciais, econômicos, políticos, haviam encontrado um meio único de evasão: somavam-se para os distúrbios e para os levantamentos.”⁵⁶⁵ A violência nas diversas províncias atestou o caos vivido pela política nacional. Segundo Nelson Werneck,

(...) os movimentos provinciais, quando não eram nitidamente separatistas, abriam mão de qualquer auxílio vizinho e não se preocupavam mesmo da possibilidade de sua extensão. Daí a maior diversidade nos princípios invocados. Iam desde a república e a separação até a monarquia constitucional ou a criação de um algum governo diferente para a espera da maioria de D. Pedro.⁵⁶⁶

Entretanto, sabe-se que a Regência foi a possibilidade encontrada, apesar dos inúmeros levantes travados basicamente em quase todas as províncias, inclusive na capital do Império.⁵⁶⁷ Segundo Nelson Werneck “(...) fundavam-se e desenvolviam-se as sociedades, os clubes, as agremiações que reuniam os interessados e se desdobravam numa proliferação de conspirações sem contas.”⁵⁶⁸ Na opinião do autor,

Jogando diante dessas ameaças contraditórias e dispersivas, a ordem e a unidade nacional, a Regência atravessava momentos de sobressalto e de inquietação, sentindo-se capaz de coordenar as forças divididas, de reprimi-las definitivamente, ou de reuni-las para uma resultante única.⁵⁶⁹

Nota-se que a Regência não era o governo que a nação brasileira esperava e desejava, apesar de saber que se tratava de um período transitório. Politicamente, a situação era bastante preocupante e exaustiva. A primeira constituição (1824), com apenas sete anos, já estava

⁵⁶³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 243.

⁵⁶⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 243.

⁵⁶⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 243.

⁵⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 243.

⁵⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 244.

⁵⁶⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 244.

⁵⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 244.

sendo reformada. Segundo Sodré, “(...) dominava todos os espíritos a idéia federalista.”⁵⁷⁰ Para os deputados da época, segundo o autor apoiado no pensamento de Alfredo Valladão,⁵⁷¹ “(...) as províncias deviam ser autônomas.”⁵⁷² Para Valladão, citado por Sodré, a autonomia provincial, “(...) era a ardente aspiração nacional.”⁵⁷³

Percebe-se por essas análises que a Regência estava longe de representar os anseios da política nacional. Os desencontrados eram enormes. No interior da vida pública, Câmara e Senado Federal estavam de lados opostos. Nelson W. Sodré nos informa que,

O projeto vencedor na Câmara continha o artigo fundamental: “o Governo do Império será uma monarquia federativa”. O Senado rejeitou o projeto. Deu-se o choque. Para chegar à vitória era preciso derrubar o governo. Tramou-se o golpe de estado. A luta contra o parlamento enfraquecera e aborrecera o Regente. Feijó preferiu desistir da missão. Houve conciliação. A constituição ficou como estava.⁵⁷⁴

Por essa discussão, entende-se claramente que, mais do que a não aceitação do regime regencial, havia uma cisão não só entre conservadores e liberais, mas também entre Câmara e Senado Federal. Mas, apesar disso, a idéia de mudança na constituição era permanente. Segundo Sodré, em 1833, a discussão foi retomada.⁵⁷⁵ Conforme o autor,

As eleições haviam dado maioria aos liberais. Evaristo da Veiga, (...) aderiu à idéia. Escreveu mesmo que “por toda parte se deseja a federação e a reforma, todos a querem e seria uma imprudência não ceder”. Estava com princípio napoleônico de que é prudente e é político ir onde nos leva a ordem natural das coisas. A pressão dos exaltados arrancaria o resultado final. Os moderados cediam. O Senado apoiava. Justificaria a mudança aceitando-a para ⁵⁷⁶ “satisfazer as necessidades locais na grande extensão do Império.”⁵⁷⁷

Assim, conseguiu os liberais, a emenda constitucional que criou o Ato Adicional de 1834. Entretanto, segundo Nelson W. Sodré:

Dando um brinquedo perigoso às províncias, para diversão de seus filhos, o regime negava-lhe, entretanto, o essencial, aquela liberdade e, portanto, administrativa que lhes entrava o desenvolvimento, agravado, nesse período da Regência, pela situação

⁵⁷⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 244.

⁵⁷¹ SODRÉ, Nelson Werneck. apud VALLADÃO, Alfredo. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.p.245.

⁵⁷² SODRÉ, Nelson Werneck. apud VALLADÃO, Alfredo. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.p. 245.

⁵⁷³ SODRÉ, Nelson Werneck apud VALLADÃO, Alfredo. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.p. 245.

⁵⁷⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998 p.245.

⁵⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998 p.245.

⁵⁷⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998 p. 245-245.

⁵⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. apud LEAL, Aurelicino. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998, p. 245-246.

geral do país, de depauperamento, de enfraquecimento na sua capacidade aquisitiva e produtora.⁵⁷⁸

Entende-se que o Ato Adicional foi, portanto, desastroso e possibilitou ainda, focos de mal estar social e caos. Sodré nos afirma que “(...) só constituem focos de mal estar social e rebeldia as sociedades empobrecidas ou aquelas que sendo ricas, vêem-se ameaçadas de espoliação.”⁵⁷⁹ E acrescenta que, “(...) o mal estar econômico sempre se refletiu em desordem administrativa e agitação política.”⁵⁸⁰ Portanto, o Brasil não representava uma exceção no Período Regencial. Segundo Azevedo Amaral, citado por Nelson Werneck Sodré: “O erro mais grave e, diríamos mesmo, imperdoável da monarquia, cuja expressão máxima se concretizou no ato adicional de 1834, foi a ordem lógica do desenvolvimento nacional tocante ao duplo problema da autonomia administrativa e da centralização política.”⁵⁸¹

No pensamento de Nelson Werneck Sodré, Azevedo Amaral sintetiza a situação subsequente no Ato Adicional e mostra o erro que cometeram ao fazer à emenda. Na opinião do autor com emenda constitucional, “(...) os poderes entravam em conflito. Atos do federal e dos provinciais se contradiziam ou ficavam no mais completo antagonismo.”⁵⁸²

Para José Murilo de Carvalho as cinco grandes revoltas ocorridas após a introdução do Ato Adicional, “(...) começaram todas como conflitos entre elites locais em disputa pelo poder provincial.”⁵⁸³ Nesse caso, o autor enumera as revoltas de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul (1842).⁵⁸⁴ Entretanto, segundo Carvalho, “(...) onde tal domínio ora precário, e menor a presença da escravidão, a luta escapou do controle da elite e transformou-se em guerra popular.”⁵⁸⁵ Tem-se aí, conforme o autor, a Cabanagem (1835-40) no Pará; a Sabinada (1837-1838) na Bahia; e a Balaiada (1838-1841) no Maranhão.

Em nossa análise/opinião, todas as revoltas, a violência foi extrema de ambos os lados. Segundo Carvalho, calcula-se que, na Cabanagem, morreu 30 mil pessoas, 21% da população da província; (ente índios, camponeses e escravos); na Sabinada morreu umas 1700 pessoas, (entre população urbana e tropa do governo) e na Balaiada, onde chegaram a mobilizar 11 mil

⁵⁷⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998 p. 248.

⁵⁷⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998 p. 248.

⁵⁸⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998 p. 248.

⁵⁸¹ SODRÉ, Nelson Werneck. apud AZEVEDO, Amaral. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998 p. 248.

⁵⁸² SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 250.

⁵⁸³ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.166.

⁵⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.166.

⁵⁸⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.166.

homens armados, (entre pequenos proprietários, camponeses e escravos) os revoltosos foram derrotados.⁵⁸⁶

Sabe-se, no entanto, que essas revoltas, mesmo sendo de cunho popular e local, não deixaram de influenciar as revoltas elitistas. Esse é o caso da Cabanagem que, segundo Hélio Viana, “(...) teve caráter eminentemente popular e local, refletindo, como ocorreria na Revolução Farroupilha, a reação das Províncias contra as presidências que lhes eram impostas pelos governos regenciais.”⁵⁸⁷ Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “(...) ao sentimento popular aliara-se a convicção política da elite sobre o papel da monarquia. A revolta de 1842 em São Paulo e Minas Gerais contra o Regresso em nenhum momento colocou em questão o regime político.”⁵⁸⁸

Para Isabel Andrade, Isabel Marson com base nos estudos de Justiniano José da Rocha,⁵⁸⁹

(...) o período de “luta entre a ação democrática e a reação monárquica” (1822-1831), caracterizou-se menos por “inspirações interesseiras” ou pela de “falta de patriotismo”, e mais pela “inexperiência” política “e pela falta de conhecimentos práticos” da oposição que, por diversas razões, entre as quais se destacou o ódio aos portugueses e o receio da recolonização, antagonizaram radicalmente o governo.⁵⁹⁰

Nos estudos da autora, o período entre 1822 a 1831 foi, sem dúvida, democrático, mas faltaram experiência e conhecimento na política. Marson afirma que:

O “poder”, entretanto, contornou esse despreparo reagindo ponderada e habilmente pela mão do Imperador, salvando o Império da desagregação em 1823, dissolvendo a Constituinte em 1824, outorgando uma Constituição afinada com as mais avançadas proposições liberais e com o progresso; e em 1831, abdicando e evitando uma guerra civil e o “precipício da sua dinastia, e da monarquia brasileira.”⁵⁹¹

Entende-se que o “poder” citado por Isabel Marson foi fundamental, principalmente, “(...) pela inclusão do Poder Moderador, privativo do chefe do Estado.”⁵⁹² Hélio Vianna,

⁵⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.166.

⁵⁸⁷ VIANNA, Hélio. Regências do Padre Feijó e Araújo Lima. In: *História do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Melhoramentos, 194. p.461.

⁵⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.168.

⁵⁸⁹ Ver em: MARSON, Isabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: Edufo, 2008. p.35-41.

⁵⁹⁰ MARSON, Isabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: Edufo, 2008. p.37-38.

⁵⁹¹ MARSON, Isabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Uberlândia: Edufo, 2008 p.38.

⁵⁹² VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994. p.431.

citando o artigo 98 da Constituição de 1824, afirma que esse poder foi “(...) a chave de toda a organização política”, destinado a velar pela “(...) manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes.”⁵⁹³ Ainda, segundo o autor,

Era uma Constituição unitária, de Poder Executivo fortemente centralizado, tendo em vista manter bem firme a união entre os mais longínquos núcleos da população brasileira. Concedendo, por esse motivo, amplas atribuições ao governo, sujeitava-o porém, à fiscalização permanente do Imperador, assistido pelo conselho de Estado, e temporário, da Assembléia Geral.⁵⁹⁴

Pelas palavras de Hélio Vianna, a Constituição de 1824 concentrou onipotentemente o poder na pessoa do Imperador. Essa unicidade possibilitou, entre outras coisas, em 7 de abril de 1831, uma revolução. Para Isabel Marson, essa “infalível” revolução

(...) marcou o início do triunfo da ação democrática que perduraria até 1836 pois “estava senhora do governo a democracia” o traço característico desse momento foi o extravasamento das paixões reprimidas desde o primeiro reinado e a violência, pois a conciliação da ordem com a democracia só foi possível pela “compressão da anarquia [...] o governo democrático [...] recorre mais à violência da ação, aos meios excepcionais, do que à prudência política.”⁵⁹⁵

Essa violência dar-se-á, principalmente, nas ações político-sociais e ocorrerá nas diversas regiões do país. Nos municípios e cidades interioranas, as rivalidades eram marcadas, não só pela violência física, mas pelos acentuados e inflamados discursos entre liberais e conservadores que dividiam as cidades, alteravam os ânimos e colocavam-nas em uma guerra interminável. Em Montes Claros, esse estado de tensão era evidente entre os dois grupos (conservadores e liberais) liderados por Justino Câmara e o Cônego Antônio Gonçalves Chaves, famílias que vão formar no final do século XIX duas grandes parentelas: os Alves e os Prates e liderar durante toda a chamada “República Velha”, a política, a sociedade e a economia regional.

A política no norte de Minas, especificamente em Montes Claros, teve desde o início da criação da vida administrativa,⁵⁹⁶ grupos que se articulavam e dominavam a política e a sociedade, tanto a nível local quanto regional. O coronelismo, apesar da inexistência do termo em 1832, já fazia parte da cultura política nas referidas instâncias. As artimanhas utilizadas

⁵⁹³ VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994. p.431.

⁵⁹⁴ VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994. p.431.

⁵⁹⁵ MARSON, Isabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: Edufo, 2008 p.38.

⁵⁹⁶ Ver em: VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007 (Coleção Sesquicentenária) p.58-59.

para a manutenção no poder dos primeiros presidentes de Câmara,⁵⁹⁷ eram as mesmas do período coronelístico, basta observar, nas atas da Câmara Municipal de Montes Claros, as disputas entre os liberais e os conservadores no subtema subsequente.

3.2 As disputas políticas entre Liberais e Conservadores na Vila das Formigas: Lobo ou Cordeiro

Para analisar as disputas políticas na Vila das Formigas e entendê-las como um espaço de violência, Vitor Fonseca Figueiredo⁵⁹⁸ afirma ser necessário: primeiro, tecer algumas considerações acerca do início de sua vida político-administrativa que não permitiu, a partir de 1831, a ruptura da cultura política⁵⁹⁹ construída e lograda, desde a fundação do Arraial, pelos seus primeiros moradores; segundo, mostrá-las como um lugar de poder e privilégio que determinados homens almejavam disputar para obterem *status* político-social e serem “reconhecidos” pela história por suas trajetórias de vidas, mesmo não sabendo que, “(...) cada vida pode ser vista como sendo, ao mesmo tempo, singular e universal, expressão da história pessoal e social, representativa de seu tempo, seu lugar, seu grupo, síntese da tensão entre liberdade individual e o conhecimento dos conteúdos estruturais (...)”⁶⁰⁰

Certamente, os primeiros moradores não tinham esse conhecimento, mas postulavam-no. A cultura política abarcada pelos homens do início da vida política e administrativa local era demonstrada desde os tempos de Arraial, a começar pela disposição geográfica de moradia da população. Porto informa que, “As famílias mais tradicionais da antiga Montes Claros, construíram suas casas ou sobrados [na praça] da cidade.”⁶⁰¹ Para ele, “A praça (...)

⁵⁹⁷ Ver em: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*-Parte I . Montes Claros: Unimontes, 2007 (Coleção Sesquicentenária) v. 1 p.163-171.

⁵⁹⁸ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁵⁹⁹ Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. Apresentado na mesa redonda “*A discussão sobre cultura política na historiografia*.”Ouro Preto – MG: X Encontro Regional de História da ANPUH/MG. 23/07/1996. p. 86. O conceito de cultura política pode ser caracterizado como o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhado por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos.

⁶⁰⁰ FERRAROTTI, Franco apud GOLDEMBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997. p.57

⁶⁰¹ PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007 p.37

significa[va] o coração da povoação de Formigas.”⁶⁰² E conforme Baczko, “(...) estes imaginários empregam facilmente as linguagens mais diversas: religiosas e filosófica, política e arquitetônica etc.”⁶⁰³

No caso da praça da Vila das Formigas, entende-se que traduzia o imaginário político administrativo. E, ainda, conforme Baczko:

(...) todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro opõe-se à periferia, o “acima” opõe ao “abaixo”, etc.) A arquitetura traduz eficazmente, na linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder (...).⁶⁰⁴

O formiguense, conforme afirma Vitor Fonseca Figueiredo,⁶⁰⁵ que ocupava essa disposição espacial era, sem dúvida, membro da classe dominante e reflexo da riqueza e do prestígio social e político que se delineava desde a fundação da antiga fazenda dos Montes Claros. E que, paulatinamente, construirá uma cultura política, evidente na elevação do Arraial à Vila, quando se formaram os grupos para, efetivamente, governá-la e deles originou-se. Para Conservadores e Liberais, que passaram a disputar seus espaços, a própria praça tornou-se um lugar não só do poder, mas também de ferrenhas disputas entre esses grupos.

No entanto, é interessante ressaltar que, na Vila das Formigas, Conservadores e Liberais estavam diretamente ligados às famílias, que se alinhavam, conforme interesses políticos e econômicos. E dependendo do momento, migrava-se de um lado para o outro, objetivando atender a seus interesses, sem preocupação ideológica.

Nesse sentido, nota-se que, aqui, a força partidária dependia dos chefes locais que, geralmente, estavam alinhados ao poder estadual e nacional. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz,

Os partidos imperiais foram o manto sob o qual se escondeu a força dos chefes locais, sua realidade como “partido político”, no sentido de argumentação de pessoas em torno de um programa ou de um ideal de seus membros não apresentavam diversidade palpável.⁶⁰⁶

⁶⁰² PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p.36

⁶⁰³ BACZKO, Bronislaw. *Imaginário social*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. p. 312-313. (Enciclopédia Einaudi Antrophos-Homem).

⁶⁰⁴ BACZKO, Bronislaw. *Imaginário social*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.). p. 313 (Enciclopédia Einaudi Antrophos-Homem)

⁶⁰⁵ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Contes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶⁰⁶ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1976. P. 15.

Esse argumento de Queiroz aplica-se à Vila das Formigas. Para Porto, esse poder fica evidente, quando a povoação:

(...) foi elevada à categoria de vila, (...) a comunidade passava a ter o direito de possuir uma Câmara. E esta passa [va] a ser o palco das disputas políticas locais. Os potentados vão procurar exercer o seu controle sobre essa instância de poder. Vão acabar modelando conforme os seus valores o espaço urbano local, tendo os principais serviços urbanos sob sua influência e controle.⁶⁰⁷

Percebe-se, pela afirmação de Porto, confirmada por Vitor Fonseca Figueiredo,⁶⁰⁸ que, o importante, na Vila das Formigas, era o exercício do poder, independentemente da corrente ideológica. Dentro dessa ótica, Donizette Lima Nascimento afirma que “(...) a partir de meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, as elites políticas montesclarenses tiveram entre suas principais preocupações a consolidação de uma estrutura política e administrativa local hegemônica.”⁶⁰⁹ E, ainda segundo o autor, “No campo político, durante o Império, a cidade, após experimentar o crescimento, contava com a existência de dois partidos, o Liberal e o Conservador, que disputavam constantemente a hegemonia política não apenas nacional, mas também local.”⁶¹⁰

Assim, conforme o pensamento de César Henrique de Queiroz Porto⁶¹¹ reafirmado por Vitor Fonseca Figueiredo,⁶¹² entende-se a formação da elite dirigente e o revezamento no poder. Dentre esses se destacam para o Cônego Antônio Gonçalves Chaves, Dr. Carlos José Versiani, Dr. Joaquim Onofre Pereira, Justino de Andrade Câmara, Camilo Filinto Prates, Dr. Antônio Gonçalves Chaves Júnior, Ezequias Teixeira de Carvalho, Celestino Soares da Cruz. O primeiro, foi presidente do executivo por doze anos consecutivos e o último, também representou o Executivo em diversas legislaturas no Império e no limiar da República.

⁶⁰⁷ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p.37.

⁶⁰⁸ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶⁰⁹ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”.. (Dissertação de Mestrado em História) 323. f. Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006, p. 37.

⁶¹⁰ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”.. (Dissertação de Mestrado em História) 323.f. Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006, p. 37.

⁶¹¹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: O campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Ed. Unimontes. 194 p. 2007.

⁶¹² FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

Todavia, segundo Vianna, a primeira Câmara Municipal do Arraial das Formigas, foi autorizada pela resolução da Assembleia Geral Legislativa de 13 de outubro de 1831. Mas, só em outubro do ano seguinte, 1832, com a autorização do Conselho Geral da Província, passou à condição de Vila, pertencente à Comarca do Serro Frio, que imediatamente constituiu a primeira câmara. Foi formada por José Pinheiro Neves, Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho, Luís de Araújo Abreu, Antônio Xavier Mendonça e Francisco Vaz Mourão.⁶¹³

Conforme o autor, após a construção da Câmara, alguns vereadores se negaram a tornar assento,⁶¹⁴ pelo grau de parentesco que havia entre eles. Entretanto, após as substituições, Conservadores e Liberais revezavam-se no poder e fizeram da Câmara o lugar das disputas políticas, seguindo o contexto político do país na época. Assim, a primeira presidência da Câmara ficou com o Partido Conservador na pessoa do Coronel José Pinheiro Neves, que exerceu o cargo no triênio 1831-1834, concomitantemente ao cargo de administrador do município. A vice-presidência ficou com o liberal Coronel Francisco Vaz Mourão, obstinado e impiedoso opositor do Presidente.

Segundo Vitor Fonseca Figueiredo, “(...) por volta dos anos de 1834-35, o líder da agremiação liberal de Formigas, Coronel Francisco Vaz de Mourão, se mudou para Diamantina, em função dos atritos e decepções que havia sofrido com a oposição a ele, imposta pelo chefe conservador, Cel. José Pinheiro Neves.”⁶¹⁵ Mas, essa falta de direção do Partido Liberal não durou muito tempo, pois, conforme Hermes de Paula,

Em fins de 1836, houve a segunda eleição, Vaz Mourão não se candidatara a nenhum cargo, aborrecido que estava com os acontecimentos desagradáveis, tendo deixado a política local definitivamente. Foi eleito para presidente o Padre Felipe Pereira de Carvalho, conservador sem paixão, e Vice-Presidente o Cel. José Pinheiro Neves [também conservador]. Em compensação um novo chefe liberal surgiu na arena - o Vigário Antônio Gonçalves Chaves destinado a modificar os métodos políticos, empregando a brandura, a inteligência e a... astúcia.⁶¹⁶

⁶¹³VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007 (Coleção Sesquicentenária) p. 58.

⁶¹⁴ Cf.: VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 58. (Coleção Sesquicentenária). Os vereadores foram José Fernandes Pereira Correia e João Antônio Maria Versiane: Substituídos, respectivamente, por Joaquim José Antônio de Almeida Saraiva. O 1º substituído assumiu o cargo de Juiz de Paz do Curato. Ainda ficaram como suplentes: Carlos de Almeida Leite, Padre Joaquim Honorato de Azevedo Pereira, Padre Ambrósio Caldeira Brant, Pedro da Fonseca Cunha, Padre Feliciano Fernandes de Aguiar e Domingos Fernandes Pereira Correia.

⁶¹⁵ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a Norma e a Ilícitude: Sociedade Religião e Política na Trajetória do Cônego Antônio Gonçalves na Montes Claros do século XIX*. Monografia (Defendida pelo Departamento de História). 135.f – UNIMONTES. Dezembro de 2006). p.72.

⁶¹⁶ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007 p. 153-154.

Entretanto, é importante ressaltar que, apesar do surgimento do novo líder do Partido Liberal, Paula afirma que o “Interessante é que essas eleições não se completaram, um distrito se revoltou.”⁶¹⁷ Conforme o autor, a Câmara afirma que: “Como os facinorosos de Morrinhos⁶¹⁸ não permitiram realizar as eleições, a Câmara pediu ao Governo da Província um destacamento policial, vindo em 15 de março de 1837 oito praças, que ficaram sob as ordens do Juiz de Direito.”⁶¹⁹

Presencia-se, nesse fato, um ato de “protesto” político? Ou uma demonstração de força política do Partido Liberal? Nesse caso, as duas coisas simultaneamente, mas conforme Paula,

A política não perdeu tempo: atacou os rebeldes, matando o cabeça e deu por terminada a sua tarefa. Convocaram nova eleição somente naquele distrito, mas os facinorosos tinham-se reorganizado e não permitiram que o padre, com quem eles correram pouco tempo antes entrasse no povoado para presidir as eleições... Ficou assim durante quatro anos, o arraial de morrinhos desgarrado da vila e sem pagar impostos.⁶²⁰

Nota-se que, de acordo com Vitor Fonseca Figueiredo,⁶²¹ além de “protesto” político, demonstração de força e organizações dos Liberais, havia também a demonstração de influência e de poder. Os conservadores utilizavam a violência como prova de força e controle da situação. Já os liberais, aplicavam a “brandura”, a “inteligência” e a “astúcia”, ou seja, não votavam, não se submetiam às leis da vila e não pagavam impostos.

Entende-se aí que havia uma baixa institucionalização política e que as autoridades regenciais não tinham controle sobre essas zonas. Controle esse que parece nunca ter existido nos sertões. Segundo Carla Anastasia:

Em 1802, nas suas memórias, o sargento de milícias, Romão Fagundes da Amaral, descrevia o comportamento dos moradores dos sertões do Rio das Mortes que, “pela deserção da paragem e natureza do País”, eram “incivilizados, sem obediência às leis, e à justiça, não querendo eles outra lei mais que a sua vontade”, fazendo-se despóticos.⁶²²

⁶¹⁷ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 153-154.

⁶¹⁸ Morrinhos, atual distrito de Miralta.

⁶¹⁹ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

⁶²⁰ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

⁶²¹ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de História) 135 f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶²² ANASTASIA, M.C.J. *A Geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 58-59.

Verifica-se que, assim como no início do século, na Vila de Formigas, no período regencial, as leis refletiam o poder econômico, político e social. A primeira e a segunda eleição não fugiram à regra dos demais conselhos legislativos brasileiros durante o Império. A segunda eleição na Vila das Formigas, assim como a primeira, está representada claramente pela análise de F.J.de Oliveira Vianna⁶²³ citado por Isnara P. Ivo, ao afirmar que:

[As formações das Câmaras]: não eram expressões representativas do povo - massa e, sim, do povo elite, da nobreza da terra. Nunca foram organizações de tipo democrático; na realidade, e eram instituições de tipo oligárquico e aristocrático, em que a população em geral não tinha participação ou influência (...).⁶²⁴

Pelo pensamento de Oliveira Vianna, consegue-se ainda fazer outra leitura sobre o impedimento de novas eleições na Vila das Formigas para a segunda Câmara no distrito de Morrinhos e como a população do referido distrito conseguiu isolar-se durante quatro anos das leis municipais.

Segundo Isnara P. Ivo, pelo “Código de Processo Criminal de 29/11/1832, (...) ao “juiz de paz” (...) estava destinada a função de controle e esquadramento da população.”⁶²⁵ E, ainda, segundo ela, “(...) além da competência de “julgar as contravenções das posturas das Câmaras, os crimes, a que não esteja imposta pena maior, que multa até cem mil réis, prisão, degredo, ou desterro até seis meses”, (...) [as] autoridades distritais eram portadores de um imenso poder de polícia.”⁶²⁶

Entretanto, percebe-se que, na Vila das Formigas, essas autoridades acabavam esbarrando em algo mais forte e violento: o poder dos potentados locais. Mas segundo Ivo: “A ação patrocinada pela própria estrutura política administrativa e judiciária do Estado Imperial subordinou o mandato das autoridades judiciárias as elites locais.”⁶²⁷

Assim, pode-se entender o poder das Câmaras e a cultura política alicerçada na dominação e na subordinação que proporcionava a “nobreza” da terra, além do poder econômico através dos meios de produção, o controle social e político do povo, tanto urbano

⁶²³ IVO, Isnara Pereira. Apud VIANNA, F. J. de Oliveira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano o sertão da Bahia*. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2004. p. 69.

⁶²⁴ IVO, Isnara Pereira. Apud VIANNA, F. J. de Oliveira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano o sertão da Bahia*. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2004. p. 69.

⁶²⁵ IVO, Isnara Pereira. Apud VIANNA, F. J. de Oliveira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano o sertão da Bahia*. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2004. p. 69.

⁶²⁶ IVO, Isnara Pereira. Apud VIANNA, F. J. de Oliveira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano o sertão da Bahia*. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2004. p. 69.

⁶²⁷ IVO, Isnara Pereira. Apud VIANNA, F. J. de Oliveira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano o sertão da Bahia*. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2004. p. 69.

quanto rural.⁶²⁸ Isnara P. Ivo nos informa que “As estruturas dos centros urbanos refletiam o imaginário político desde o período colonial, reforçadas pela forma como se deu a ocupação da terra, que forjou em larga escala a propriedade privada.”⁶²⁹ E ainda, segundo Ivo,

É interessante perceber que todo aquele padrão que orientou as estruturas administrativas e políticas dos centros urbanos não encontrou qualquer resistência para sua implementação e desenvolvimento. As elites locais apropriaram-se dessas estruturas como arcabouço perfeito para sua política de potentados.⁶³⁰

Dessa forma, entendem-se os motivos pelos quais, conforme Paula, os vereadores nos primeiros tempos da Câmara Municipal da Vila das Formigas dirigiram seus esforços em prol da edilidade. Mas sabe-se que essa função durou muito pouco tempo. As rivalidades se exacerbaram e ganharam a forma de facções políticas que, construídas por grupos familiares, as parentelas, tornaram as eleições municipais e a vida política da Vila das Formigas um palco de guerra declarada. Sobre a parentela, Maria Isaura P. de Queiroz nos informa que,

A parentela brasileira, internamente estratificada, (...) faz parte integrante de um complexo sócio-econômico em que a cidade sempre foi elemento fundamental, e isto desde a época colonial, a cidade (ou pelo mesmo a vila) era a sede do poder político, era o lugar onde se encontrava a Câmara, e por isso mesmo se tornava objeto de árdua disputa nas lutas de famílias.⁶³¹

Na Vila das Formigas, Vitor Fonseca Figueiredo⁶³² afirma que essa visibilidade era explícita. Às parentelas, num delineamento político em lados opostos, seguiram, respectivamente, os Conservadores ou Liberais. Contudo, não se pode afirmar que houvesse uma permanência fidedigna nessas parentelas. Conforme Maria Isaura, “(...) apesar da solidariedade e como um reverso necessário desta, as quebras internas eram frequentes e violentas, formando-se pela fragmentação novos grupos de parentelas.”⁶³³

⁶²⁸ IVO, Isnara Pereira Apud VIANNA, F. J. de Oliveira.. *O Anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano o sertão da Bahia*. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2004. p. 69.

⁶²⁹ IVO, Isnara Pereira. Apud VIANNA, F. J. de Oliveira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano o sertão da Bahia*. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2004.

⁶³⁰ IVO, Isnara Pereira. Apud VIANNA, F. J. de Oliveira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano o sertão da Bahia*. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb, 2004. p. 69.

⁶³¹ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 166.

⁶³² FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de História). 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶³³ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.. p. 169.

Na Vila das Formigas, isso ficou evidenciado, quando, conforme Paula, “A luta se tornou violenta, [entre Conservadores e Liberais], a politicagem dominou os dois partidos, de maneira a gerar desconfiança e intolerância, (...)”⁶³⁴ Um exemplo típico dessa natureza foi um atentado à vida do Coronel José Pinheiro Neves, às oito horas da noite, do dia 14 de abril de 1839, que havia tomado posse como chefe da Legião do Município em 4 de dezembro de 1838.⁶³⁵

Demonstra-se, com isso, segundo Vitor Fonseca Figueiredo,⁶³⁶ que os acordos nas parentelas eram frágeis e a fragmentação na maioria das vezes, traziam intranquilidade para a população. Segundo Paula, passados quatro dias da emboscada, a Câmara se reuniu extraordinariamente para ler um ofício do Promotor Público, João dos Santos Pereira, em que se declarava que a segurança pública se achava ameaçada depois do tiro dado na pessoa do cidadão senhor Pinheiro.⁶³⁷

Com esse ofício, pode-se afirmar que, no interior das parentelas na Vila das Formigas, novos grupos haviam se formado. A violência demonstrada no tiro dado no Cel. Pinheiro era prova cabal de que no Partido Liberal havia dissensão. Tanto o Padre Felipe quanto o Coronel Pinheiro declaravam-se, até então, conservadores. Para Maria Isaura, “O conflito entre as parentelas surge então como importante fator de continuidade delas; o conflito as perpetua, pela exigência de lealdade e apoio unânime que todos devem a todos em seu interior, tornando-se assim o determinante da continuidade das parentelas no tempo.”⁶³⁸

Esse argumento confere o apelo que, de acordo com Vitor Fonseca Figueiredo⁶³⁹ segundo Paula, o presidente Padre Felipe fazia ainda à Câmara naquela sessão extraordinária, “(...) que o melhor meio de combater as dissidências era a cooperação dos cidadãos influentes com exemplo os quais seriam seguidos por seus correligionários.”⁶⁴⁰

⁶³⁴PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 151.

⁶³⁵PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

⁶³⁶ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de História). 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶³⁷PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

⁶³⁸ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 169-170.

⁶³⁹ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de História). 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶⁴⁰ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

A proposta confirma que havia conflitos na parentela, mas nas necessidades se uniam, pois “(...) em outra sessão o Padre Felipe pediu que se oficiasse ao Governo, pedindo uma força de polícia para manter a ordem alterada e dar segurança de vida aos habitantes.”⁶⁴¹ Nota-se a intencionalidade da continuação no poder e as formas como eram solucionados os problemas no grupo, com o objetivo de permanecer unido. Essa união fica selada, quando, segundo Paula,

Secundando as deliberações do Padre Felipe, o Dr. Jerônimo Máximo de Oliveira e Castro, Juiz de Direito interno, amigo íntimo do Cel. Pinheiro, pediu ao Governo “um destacamento policial para a tranquilidade pública e requereu [que] à Câmara lhe informasse sobre as ocorrências mais notáveis por ocasião do tiro dado no Cel. Pinheiro Neves, manifestando a maneira por que se deve encarar um tal atentado isto é, se ele teria um fim político, ou se sua base devia se ajustar em odiosidade particulares.”⁶⁴²

Tanto no pedido que fez ao Governo quanto no requerimento enviado à Câmara, o Juiz apresenta argumentos que demonstraram a união, no caso de ataques aos grupos dominantes, nesse caso, a parentela ligada aos conservadores. Assim, entende-se porque, mesmo o Padre Felipe não sendo conservador fervoroso, no momento do conflito, exigiu lealdade e apoio à sua parentela e teve, quando a autoridade competente exigiu força para obter segurança e explicação da Câmara para dar um veredicto a respeito do atentado.

Outro dado comprobatório, conforme Vitor Fonseca Figueiredo,⁶⁴³ da necessidade dessa união entre as parentelas foi a rápida resposta, através de ofício do Presidente da Província à Câmara Municipal de Vila das Formigas, com menos de quatro meses do atentado, em 08 de agosto de 1839. Segundo o ofício:

O Presidente da Província acusa a recepção do Officio, que com a data de 12 de julho proximo passado lhe dirigiu a Câmara Municipal da Vila de Formigas, e em resposta teve a declarar-lhe que, tomando na devida consideração os motivos, que, a fazem reccar da tranquilidade do seu município resolve o nesta mesma data expedir as convenientes Ordens não só ao Najo Comandante do Corpo Policial para que faça imediatamente seguir para esse Villa um destacamento de oito praças como também ao chefe da Guarda Nacional desse Município [o Coronel José Pinheiro Naves], a fim de coadjuvante com, esta à ação das autoridades, não sendo possível ao governo prestar ao presente maior focça policial, em consequência do mui diminuido número de Praça ora existente na Capital. O presidente, da Província confia que os Srs Presidente, e mais vereadores da Câmara Municipal de Formigas procurarão por todos os meios a seu alcance manter a tranquilidade do seu Município solicitando

⁶⁴¹ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

⁶⁴² PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

⁶⁴³ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006.. Monografia. (Curso de História).135. f – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

deste Governo quaisquer outras providências que por ventura julgue ainda necessárias.

Ouro Preto, Palácio do Governo, em 8 de agosto de 1839.
Bernardo Jacinto da Veiga⁶⁴⁴

Esse ofício evidencia, entre outras coisas, a preocupação do Presidente da Província de Minas com a violência na Vila das Formigas. Entretanto, é interessante lembrar que “Solidariedade, conflito, violências foram fatores de conservação da estrutura brasileira de parentelas, e uma das bases do sistema coronelística.”⁶⁴⁵ É esse sistema que vai sustentar conservadores e liberais no poder na vila de Formigas até as três primeiras décadas do século XX e transformar a cidade e a região do Norte de Minas num sertão, onde a violência era, sem sombra de dúvidas, o meio para chegar ao poder e nele se manter, mesmo que, para isso, tivesse que derrubar o inimigo através de tocaias, como será visto em outras partes desta pesquisa.

A Vila das Formigas sempre testemunhou situações de violência no cotidiano da vida política. O tiro dado no Coronel Pinheiro Neves é apenas um dos exemplos, dentre tantos. Os coronéis não tinham limites. As desavenças foram sempre o tom típico do cenário político local, evidentes entre Conservadores e Liberais, e explícitas, principalmente em período eleitoral. Nesse sentido, o próprio Coronel Pinheiro Neves também fez parte dessas tramas. Um delas foi contra o liberal, vereador Cel. Francisco Vaz Mourão. Segundo Paula,

A coisa começou em maio de 1835, quando, dia 25, “após apurar a lista dos Jurados, o Sr^o Mourão pediu a palavra e disse que não ouvira fazer menção do seu nome na presente apuração.”

O presidente, Sr. Pinheiro, responder-lhe que seu nome foi riscado por haver sido ele escandalosamente no tribunal dos jurados do ano passado representado dois papéis, sendo juiz de Fato foi igualmente muito empenhado advogado a favor de um réu que ia ser acusado, rogando a todos Juizes de Fato que o não acusassem iludindo-os a relatar-lhe virtudes do Réu, e que por este modo fez com que os mesmos Juizes de Fato o não acusassem saindo livre do crime de reduzir a escravidão pessoa livre, e no dia seguinte os mesmos Juizes de Fato iludidos, arrependidos de se deixarem convencer levantaram-se na sala das sessões e declararam seus votos o que se não conseguiu por serem terminantes as decisões dos Jurados. Pondo em seguida em votação, venceu-se pela maioria que fosse eliminado como dispõe o artigo 26 do código de processo.”⁶⁴⁶

⁶⁴⁴ Ofício do Conselheiro Bernardo Jacinto da Veiga enviado à Câmara Municipal de Vila de Formigas. Presidente da Província entre 21/03/1843. Doc. 000156.PCT03. Cx 01. Acervo da Prefeitura de Montes Claros sob a custódia da DPDOR/UNIMONTES

⁶⁴⁵ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 171.

⁶⁴⁶ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 151.

Pela longa explicação do Cel. Pinheiro Neves, percebe-se a animosidade existente entre os grupos, mas sabe-se, também, que “Disposto à luta, Vaz Mourão protestou e disse que ‘procuraria recurso, pois estava no gozo de seus direitos políticos.’”⁶⁴⁷ Nota-se, com as palavras do Cel. Vaz Mourão, um conhecimento sobre as leis e a disposição que os coronéis tinham, quando se tratava da luta pelo poder. Segundo Paula, as divergências estavam apenas no começo. Conforme o autor, “Na sessão de 20 de julho de 1835, Vaz Mourão, não tendo comparecido o Sr. Presidente, propôs que o mesmo ‘fosse multado em 2\$000 por sessão que faltasse sem justificativa e que e que no fim da sessão fossem as multas entregues ao procurador de acordo com a lei.’”⁶⁴⁸

Estava declarada a guerra entre os coronéis José Pinheiro (conservador ferrenho) e Francisco Vaz de Mourão (liberal convicto), demonstrada nas atitudes venenosas do Cel. Pinheiro Neves. Internamente, os dois grupos procuravam amenizar as divergências. Esse sinal vinha do apoio que seus representantes recebiam no voto.

A explicação para isso, segundo Maria Isaura, seria “A luta contra o “outro grupo” fez com que muitas vezes as divergências socioeconômicas internas da parentela permanecessem latentes e não operassem.”⁶⁴⁹ Entretanto, nota-se que, com o desenrolar dos fatos

Através do tempo, a solidariedade da parentela, os conflitos e as violências reforçaram a estrutura das parentelas, fazendo-as acomodar-se com as diversas formas políticas que sucessivamente se instalaram-se no país-Colônia, Império, República. E traduziram-se em ditados como este: “Para os amigos, tudo; para os inimigos, o rigor da lei.”⁶⁵⁰

A análise de Maria Isaura reforça o esclarecimento do que, certamente, ocorria em Vila das Formigas nos primeiros tempos da Câmara Municipal, entre Conservadores e Liberais, e o que continuou ocorrendo, explicitamente, até as três primeiras décadas do século XX. Dessa forma, nas observações de Rubens do Amaral,⁶⁵¹ citado por Victor Nuvens Leal:

⁶⁴⁷PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 151.

⁶⁴⁸PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 151.

⁶⁴⁹QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 171.

⁶⁵⁰QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 171.

⁶⁵¹AMARAL, Rubens do - “O Chefe Político” - *Política*, 2ª fase, nº1, p.55 (agosto, 1944).

O chefe político, parecendo o dono de tudo..., assumia responsabilidades perante o partido, obrigando-se a conduzi-lo ao êxito, em quaisquer circunstâncias... Arriscado a ver-se acusado de moleza, se não era suficientemente teso na direção; de pressão, se impunha a necessária disciplina (...).⁶⁵²

Dessa forma, entendem-se os papéis desempenhados por conservadores e liberais na Vila de Formigas, até pelo menos 1836, e os motivos que levaram a chamada “Junta Revisão”, composta de Juizes da Paz, Párocos e pelo Presidente da Câmara, julgar o recurso do Coronel Francisco Vaz Mourão improcedente e lhe dizer que não possuía os “requisitos da Lei para o honroso cargo de Juiz de Fato, visto que...não...goza [va] conceito publico por integridade.”⁶⁵³

Entretanto, sabe-se de acordo com ditado popular, que “Rei morto, rei posto” Em 1840, conforme Vitor Fonseca Figueiredo,⁶⁵⁴ como já havia construído uma numerosa parentela, o liberal Cônego Antônio Gonçalves elegeu-se para o legislativo com a preocupação de fazer da política um espaço menos hostil e divergente, apesar de uma certa tranquilidade vivenciada pela Câmara no final do mandato do Padre Felipe Pereira. Segundo o cronista Hermes de Paula:

Não há mal que dure muito... e as eleições de 1840 se realizaram com moderação e em um ambiente de relativa calma. Ganharam os liberais, sob o comando do Cônego Chaves, que foi eleito Presidente da Câmara, tendo vice-presidente o Cel. José Rodrigues Prates [seu sobrinho]; também a maioria absoluta dos vereadores era liberal. Vitórias como essa se repetiram duas vezes e os liberais dirigiram os destinos de Vila de Formigas, durante doze anos, sempre com o Cônego Chaves na presidência, da Câmara e o Cel. Prates na vice-presidência.”⁶⁵⁵

Nas afirmações do cronista, percebe-se que essa parentela dominou com relativa facilidade a vida política de Vila de Formigas. Segundo o cronista, o Cel. Prates trabalhava muito e exercia sempre a função de presidente da Câmara, devido às constantes ausências do Cônego, que havia sido eleito Deputado Provincial e tomado posse da cadeira em janeiro de

⁶⁵² LEAL, Victor Nunes. Notas - Capítulo Primeiro - Indicação sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: *Coronelismo, enxada e voto*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 302.

⁶⁵³ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p.153.

⁶⁵⁴ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶⁵⁵ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

1846. Ainda segundo o cronista, “(...) em 1849 os liberais dominavam no Brasil de ponto a ponto.”⁶⁵⁶

Sabe-se também que, segundo Vitor Fonseca Figueiredo,⁶⁵⁷ a parentela do Cônego Antônio Gonçalves Chaves, exercia funções em outras esferas do poder, entre as quais, estadual e federal. Dentre seus parentes, o Coronel Carlos Sá ocupou o cargo de Senador Estadual e o Dr. Alfredo Sá, diversas funções como chefe de Polícia, vice-presidente do Estado de Minas Gerais, Senador Estadual, interventor no Estado do Amazonas e Deputado por Minas Gerais.

Esses apoios permitiram ao Cônego uma dimensão política sem precedentes e a construção de uma reciprocidade que tinha, segundo Victor Nunes, “(...) de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, (...) de outro lado, a situação política dominante no Estado, (...)”⁶⁵⁸ E, ainda, segundo o autor, a reciprocidade era a base de todo sistema coronelista. Para ele,

Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos ou pelo simples acaso das circunstâncias, a posição de chefes de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal. Mas em todos esses graus da escala política impera como não podia deixar de ser, o sistema de reciprocidade.⁶⁵⁹

Dentro dessa perspectiva, Vitor Fonseca Figueiredo⁶⁶⁰ afirma que, o Cônego Chaves construía sua rede de poder, dava continuidade à cultura política já existente e criava representações que o colocavam como elemento essencialmente necessário à política e à religião. Uma das artimanhas usadas por ele para conquistar politicamente o povo foi a pretensão de “renunciar” à vereança em nome dos afazeres sacerdotais. Certo e arteiro como sempre fora, saiu-se bem. A Câmara recusou o pedido por unanimidade e enviou-lhe como despacho ao requerimento:

A Câmara não pode aceitar sua demissão, antes, por tudo que vem expor, espera que o ilustre colega, por suas virtudes cívicas, a ajude a levar avante a tarefa incetada - a

⁶⁵⁶ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 154.

⁶⁵⁷ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶⁵⁸ LEAL, Victor Nunes. Notas - Capítulo Primeiro - Indicação sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: *Coronelismo, enxada e voto*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997. p. 63-64

⁶⁵⁹ LEAL, Victor Nunes. Notas - Capítulo Primeiro - Indicação sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: *Coronelismo, enxada e voto*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997p. 64

⁶⁶⁰ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

felicidade pública, única glória que aspiramos, em que os nossos conterrâneos têm depositado esperança.⁶⁶¹

Por esse despacho, mede-se a dimensão da imagem que o Cônego construiu e verifica-se, ainda, o quanto a hipocrisia saciava a política na sociedade e a tornava uma possibilidade de poucos. Vendia-se ainda a ilusão do homem carismático, inteligente e astuto, imagem que inegavelmente possibilitou a condução dos liberais acéfalos ao poder desde o afastamento de Cel. Vaz Mourão⁶⁶² e que, também, o Cônego fosse eleito por doze anos consecutivos, como fizeram outros contemporâneos, por exemplo, o Dr. Carlos José Versiani, líder do Partido Conservador, que dirigiu a Câmara Municipal por 16 anos consecutivos.⁶⁶³

Conservadores e Liberais na Vila das Formigas seguiram o mesmo ritmo da política nacional, conforme Vitor Fonseca Figueiredo.⁶⁶⁴ Seus altos e baixos repercutiam aqui como em qualquer outro lugar. Em 1842,⁶⁶⁵ quando eclodiu a Revolução Liberal, o Cônego Antônio Gonçalves Chaves, apesar de liberal convicto, manteve-se ausente dos acontecimentos e foi omissos como chefe da agremiação. Donizette Nascimento destaca a importância política da Resolução para a Vila de Formigas e classifica-a em três momentos distintos:

primeiramente, em função da própria situação política local, que acabou por envolver Liberais e Conservadores - as duas principais forças político - partidárias do país; num segundo momento, teve-se Teófilo Ottoni, um dos seus principais líderes liberais, como seu habitante algum tempo; em terceiro lugar, o fato de a vila construir-se no pólo urbano mais distante do centro dos acontecimentos de 1842 e de ter, nessa época, à frente de sua administração um Liberal, o Cônego Chaves, que, discordando dos seus companheiros de partido, opta por uma posição favorável à legalidade, frente aos eventos ocorridos, permitindo, inclusive, que Liberais fossem perseguidos e presos, diferentemente de outras cidades próximas que apoiaram integralmente o movimento de 1842.⁶⁶⁶

Nessa classificação, o que chama a atenção é a permissão de perseguições e prisões de liberais na Vila das Formigas, por dois motivos: primeiro, pelo fato de um dos líderes do

⁶⁶¹ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 164.

⁶⁶² PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 164.

⁶⁶³ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a Norma e a Ilicitude: Sociedade Religião e Política na Trajetória do Cônego Antônio Gonçalves na Montes Claros do século XIX*. (Monografia defendida pelo Departamento de História). 135.f- UNIMONTES. Dezembro de 2006). p.77.

⁶⁶⁴ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) .135. f – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶⁶⁵ ANEXO 01. Ver em: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Resolução Liberal de 1842*. In: *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. 3º Vol. p.573-596..

⁶⁶⁶ NASCIMENTO, Donizette Lima. *“A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30”*. (Dissertação de Mestrado em História).323. f-Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras - Rio de Janeiro: 2006, p. 47

movimento ser ex-morador da vila e, certamente conhecedor dos liberais locais, e segundo: o Cônego ter-se-ia omitido participar da revolução, posicionar-se pela legalidade e permitir tais atitudes.

Diante disso, percebe-se que a cultura política local era, antes de qualquer coisa, baseada na astúcia, qualidade que havia levado o Cônego ao poder, e que a ideologia não era parte integrante de nenhum partido no Império.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz,

Os partidos imperiais foram o manto sob o qual se escondem a força dos chefes locais, sua realidade como partido político, no sentido de agremiação de pessoas em torno de um programa ou de um ideal, não existem; liberais, conservadores, as idéias de seus membros não apresentam diversidade palpável.⁶⁶⁷

Assim, o Cônego sentiu-se à vontade para não tomar partido e permitir o uso da violência como recurso. Observa Donizette Nascimento que “A vitória dos Conservadores e dos Legalistas se fizera fracassada.”⁶⁶⁸ Segundo Urbino Viana, “Mais pela traição que pela fraqueza, em a qual, era voz corrente, estava comprometido o Vigário Chaves, e não levaria muito entraria francamente em ação.”⁶⁶⁹

Politicamente, sabe-se que, nesse período, “A superioridade da monarquia, a qualidade de árbitro dos partidos e das facções, sua independência do parlamento estavam em causa, para manter o imperador liberto das lutas políticas era necessário guardá-lo com o muro da oligarquia.”⁶⁷⁰ Nesse caso, a posição do Cônego era circunstancial, pois o apoio da legalidade permitia-lhe a continuidade no poder aos olhos das oligarquias. Fazer o jogo da situação era uma questão de sobrevivência política.

Nas observações de Hermes de Paula, ele nos afirma que, após consultar minuciosamente as atas da Câmara, era possível constatar que,

O Cônego estivesse realmente a par da trama rebelde e aguardasse o momento exato para entrar em ação; pois o juiz de Barra do Guaiçuí oficiou a Câmara em Agosto “acusando o povo desta vila de faccioso e republicano.” Três elementos conservadores de grande prestígio estavam alertas (cel. Pedro José Versiani, chefe

⁶⁶⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo, 1969. p.15.

⁶⁶⁸ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História) .323 f-Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006 p.47.

⁶⁶⁹ VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 73. (Coleção Sesquicentenária)

⁶⁷⁰ FAORO, Raymundo. *A Reação Centralizadora e Monárquica*. In: *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. São Paulo: globo, 1997. p.332.

da guarda Nacional; Dr. Jerônimo Máximo de Oliveira e Castro, Juiz Municipal) e o Pe. Chaves na presidência da Câmara era vigiado de perto.⁶⁷¹

Numa situação velada, Vitor Fonseca Figueiredo,⁶⁷² diz que a posição não podia ser outra. Sutil, esperto e engenhoso, o Cônego Chaves deixou a Vila das Formigas à mercê da situação que, certamente, possibilitou a ocorrência de desafetos e o acirramento das rivalidades entre Conservadores e Liberais em 1842.⁶⁷³ Segundo Urbino Viana, a situação era tão grave que “Na fazenda Brejo de Santo André se foram acoitar muitos implicados nos factos políticos dessa época, entre eles Antônio Felício, Vaz Mourão e outros, o que motivou a ida de um Alferes, comandando um troço de soldados, nada, porém conseguindo.”⁶⁷⁴

Diante do fracasso da investida policial, segundo Vianna,

Os ódios recrudesceram, e, após alguns anos, estando na pasta da Guerra Manoel Filizardo de Souza e Melo, conseguiram os Conservadores a vinda do Alferes Joaquim Pinto Pacca (1849), que foi autor da mais seria perturbação da ordem nesta cidade, cometendo tropelias e obrigando os liberais a deixá-la sob pressão de ameaças serias, em breve traduzidos em factos.⁶⁷⁵

O autor ainda nos informa que “Absurdos foram ordenados, autorizados e aplaudidos.”⁶⁷⁶ E acrescenta: “(...) invadiram-se os lares, desrespeitadas foram as famílias; espancamentos, e até mortes, se registraram.”⁶⁷⁷ Pelas informações de Vianna, percebe-se que a violência foi intensificada. Nesse sentido, Yves Michaud observa que “Trata-se da violência acionada para estabelecer o poder político, mantê-lo e fazê-lo funcionar.”⁶⁷⁸

A omissão do Cônego Chaves diante dos acontecimentos acima descritos, a posição contrária ao movimento de 1842 e o enfraquecimento dos liberais permitiram-lhe continuar no

⁶⁷¹ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p.16.

⁶⁷² FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história). 135 f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶⁷³ Cf.: FAORO. Op. cit. p332 -333. “A Revolução de 1842 deu o primeiro alarma sem fruto como inócuos seriam os protestos dos próximos cinquenta anos. Juntamente com o senado vitalício, o Conselho de Estado comandará, sob a autoridade do imperador, a política e a administração do país. A comunidade política – o estamento – ocupará o palco iluminado, enquanto a plateia às escuras, assiste ao espetáculo, sem que possa vaiar os atores principais. Um país constitucional e legal, destilando de suas entranhas todas teias do poder representará o outro país, o rural, desperso, amorfo, manieta”

⁶⁷⁴ VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 73. (Coleção Sesquicentenária)

⁶⁷⁵ VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 73-74. (Coleção Sesquicentenária)

⁶⁷⁶ VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007. P. 74. (Coleção Sesquicentenária)

⁶⁷⁷ VIANNA, Urbino de Souza. *Montes Claros: breves apontamentos históricos geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007. P. 74. (Coleção Sesquicentenária)

⁶⁷⁸ MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989 p. 26.

mando da Vila e permanecer no poder, de acordo com Vitor Fonseca Figueiredo.⁶⁷⁹ Hermes de Paula aponta que sua conduta foi essencial para essa permanência. Conforme o autor, o relatório da Câmara datado de 04 de novembro de 1842, enviado ao Presidente da Província, Sr. Feliciano Pinto Coelho, já atestava a pujança que o vigário gozava frente aos poderes públicos (local, estadual e federal), à igreja e ao povo. Num fragmento retirado desse relatório, Paula comenta que:

A Câmara Municipal de Formigas, tendo de cumprir com o dever de informar ao Exmo. Governador quais os serviços prestados no seu município, faltaria à justiça se não declarasse que todas as autoridades e corporações da Vila foram assíduos em promover a continuação da paz e ordem, empregando toda a prudência com as armas do Conselho: Mas seria uma falta imperdoável se deixasse de enunciar os seguintes nomes:[entre eles] O reverendo Vigário desta Vila Pe. Antônio Gonçalves Chaves, prestou relevantes serviços, já na qualidade de Presidente da Câmara, proclamando em geral aos habitantes do município, em especial dirigido aos influentes do mesmo, apresentando-lhes o horror de uma revolução, a convivência de manter a tranqüilidade pública, exata obediência às leis e autoridades constituídas cujas doutrinas corroborou com palavras e exemplo na qualidade de pároco.⁶⁸⁰

Nesse fragmento, nota-se que, entre as autoridades mencionadas pela Câmara, estava explícita a presença do Cônego Chaves. Nota-se ainda que sua trajetória política qualificava-o para as decisões que tomava, inclusive, algumas não apropriadas a um político e pároco, como o uso de mecanismos ilegais para reeleições. É notório, também, na documentação consultada,⁶⁸¹ que o Cônego era, politicamente, como diz um ditado, “um lobo em pele de cordeiro”.

Observa-se que, segundo Vitor Fonseca Figueiredo,⁶⁸² o liberal, Cel. Francisco Vaz Mourão, principal aliado e braço direito do Cônego, participante ativo do movimento de 1842 e mentor da oposição do Cônego ao movimento, foi acusado pelo próprio Cônego de tocar em 1839 o Coronel José Pinheiro Neves, conservador e adversário confesso do Padre. Estrategicamente, o Cônego afastou um liberal e um conservador do seu caminho. Desse modo, Cel. Francisco Vaz Mourão e Cel. José Pinheiro Neves foram obrigados, pelas ferrenhas perseguições do Alferes Pinto Pacca, a abandonar a Vila de Formigas e a política.

⁶⁷⁹ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história). 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

⁶⁸⁰ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 16-17. (Coleção Sesquicentenária).

⁶⁸¹ Atas de Câmara.

⁶⁸² FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história). 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

Com essas artimanhas conseguiu, como foi mencionado, manter-se na presidência da Câmara por doze anos consecutivos.

Entretanto, em janeiro de 1853, os conservadores voltaram ao poder na Vila de Formigas com a eleição do Dr. Carlos José Versiani⁶⁸³ que, também, governou o município por quinze anos consecutivos (1853-1868). Na primeira eleição, apesar de ter sido o segundo mais votado, assumiu a presidência da Câmara, com a distância de José Antônio de Almeida Saraiva – conservador e primeiro colocado em número de votos nas urnas.⁶⁸⁴

Verifica-se, nas observações de Hermes de Paula, que Dr. Carlos Versiani era tão astuto quanto o Cônego Antônio Gonçalves Chaves. Em 1857, conseguiu elevar a Vila das Formigas à condição de cidade, passando a denominar-se Montes Claros.⁶⁸⁵ Entre os correligionários de apoio estavam: Alferes Antônio José Domingos, Francisco Durães Coutinho e Justino de Andrade Câmara - implacável adversário do Cônego Chaves e responsável pela retomada da violência acirrada entre conservadores e liberais.

Percebe-se, pela ata de 1864, que, para os vereadores municipais e os juizes de paz os ânimos recrudesceram-se, a violência tornou-se explícita e as agremiações não se respeitavam mutuamente.⁶⁸⁶ Como se diz popularmente: “os ânimos se esquentaram”. Conforme trechos da ata,

(...) declarou o Presidente da Assembléia Parochial em alta e intelligivel voz – Está instalada a Assembléia Parochial. Feito o que se declarou que ia proceder a chamada dos votantes qualificados no corrente anno de por quarteirões, e que a proporção della cada votante devia entregar duas listas, uma com rotulo – Vereadores da Câmara Municipal de Montes Claros, outra com o rotulo juizes de Paz do Districto de Montes Claros. Procedendo-se a chamada, e já tendo entrado para urna algumas listas, observarão alguns membros da Meza que o official de justiça Eugênio Honorato de Oliveira a ordem do subdelegado de polícia notificava votantes e os tirava do recinto da Igreja chegando ao ponto de puchar a um pelo braço. Extranhando este procedimento, a Meza resolveu dirigir-se ao subdelegado pedindo

⁶⁸³ Of. PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 16-17. (Coleção Sesquicentenária). p. 165 – “Foi reeleito sucessivamente até 1868, (...). Em 1868 empatou em primeiro lugar com seu correligionário Justino Câmara, cabendo a este por sorte, a presidência da Câmara. Na primeira eleição republicana novamente se candidata ao posto máximo do município, apenas para, com o seu prestígio, assegurar a vitória do partido. Governou pouco tempo passando o governo ao vice-presidente - Celestino Soares da Cruz. Chefe político durante muitos anos, (...). Foi eleito Deputado Provincial e Geral em várias legislaturas. Com o auxílio de Justino Câmara, fundou e construiu a Santa Casa de Montes Claros, sendo seu primeiro provedor, (...). Foi professor de História Natural da Escola Normal, da qual foi o segundo diretor”.

⁶⁸⁴ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 164-165.

⁶⁸⁵ Cf.: NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 177.f. Dissertação de Mestrado definida pela Universidade Severino Sombra em 2004. P. 48. “Através da Lei nº 802, de 03 de julho de 1857.” Ver ainda, p. 46-48.

⁶⁸⁶ MONTES CLAROS –APCM. Ata Eleição da Assembléia Paroquial da Câmara Municipal de Montes Claros, 07 a 10 de setembro de 1864.f 12v- 44.

correção do referido oficial a fim de poder continuar na eleição, mas isso quando tinha certeza de já estarem muitos votantes que não haviam sido chamados montando a guarda da cadeia de ordem do mesmo subdelegado.

E como até as quatro da tarde nenhuma resposta a isso, tendo se o espaço de quase um hora, e esta interseção desse lugar a recriminações por parte do partido governista e opositor reciprocamente resolveu a Meza adiar para as nove horas da manhã seguinte os seus trabalhos, tendo interrompido hoje a chamada no fim do Quarteirão número dezesseis da lista geral, tendo eu Secretário tomado em um rol os nomes de todos os votantes que não acoderão a chamada.⁶⁸⁷

O fragmento acima mostra que o confronto entre conservadores e liberais seria inevitável. A rede de micropoderes⁶⁸⁸ estabelecida no seio dessas agremiações foi um dos fatores preponderantes nos atritos. Mas, também, outros motivos pesaram na luta pelo poder, entre os quais: a formação e organização das parentelas,⁶⁸⁹ a força política local, regional, estadual e federal das agremiações, o peso das lideranças nas instâncias anteriormente citadas e, principalmente a habilidade nos “(...) artifícios empregados para parar, desfalcar ou inviabilizar os pleitos eleitorais.”⁶⁹⁰

Nesse sentido, entende-se o motivo pelo qual, segundo Hanna Arendt “(;) existe um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação de poder. Toda política é uma luta pelo poder; a forma definitiva do poder é a violência.”⁶⁹¹ Nessa perspectiva, a eleição de 1864, em Montes Claros foi, sem dúvida, um exemplo vivo da violência existente na política entre conservadores e os liberais, atestada pelo requerimento do mesário Ezequias Teixeira de

⁶⁸⁷ MONTES CLAROS – APCM, Ata da Instalação da Assembléia Paroquial de Montes Claros, 07 de setembro de 1864. f. 14v e 15

⁶⁸⁸ Ver em: BARROS, José D’Assunção História Política e História Social. In: O Campo da História: especialidades e abordagens. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. P. 106 – 109.

⁶⁸⁹ Cf.: FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história) .135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006. 77 – 78. “Para entendermos essa parentela e a ata “torna-se necessário identificarmos quem são as autoridades policiais do período, os opositoristas e também os governistas”. Para o autor, as autoridades policiais eram: o subdelegados – (...) Joaquim Teixeira de Queiroza, esposo de Maria Antoniana Gonçalves Chaves, filha do Cônego Chaves; (...) o delegado era coronel José Rodrigues Prates, político liberal (...) e também sobrinho do referido vigário, (...) o Promotor de justiça em 1864, era, (...) o Dr Antônio Gonçalves Chaves Júnior, primogênito varão do Padre Chaves;

- Os ditos opositoristas eram os conservadores, liberados por Dr. Carlos José Versiani (...) que “em virtude da predominância conservadora na política local, naquele momento os discursos da Câmara são mais exaltados quando dissertam sobre os atritos surgidos nas eleições; há uma tentativa de evidenciar os atos praticados pela facção rival, ou seja, pelos governistas assim chamados, em virtude da direção de um gabinete liberal, a nível nacional.

- Já os governistas eram os liberais, em virtude da direção de um gabinete liberal, a nível nacional.”

⁶⁹⁰ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a Norma e a Ilicidade: Sociedade Religião e Política na Trajetória do Cônego Antônio Gonçalves na Montes Claros do século XIX*. (Monografia defendida pelo Departamento de História.135.f -UNIMONTES. Dezembro de 2006). p. 78.

⁶⁹¹ ARENDT, Hanna. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 51.

Carvalho, exigindo que a mesa acrescentasse na ata que “(...) a expressão puchar pelo braço – não significava violência (...).”⁶⁹²

A ação do mesário já denotava violência, mas como era uma questão política, “(...) a maioria da mesa resolvendo que se inscrevesse na ata este requerimento, não vota[va] todavia por ella, por está persuadida de que o votante puchado pelo braço, não se retirou por própria declaração e vontade.”⁶⁹³

Todavia, entende-se que, tanto a atitude do oficial de justiça quanto a tentativa do mesário em não qualificar o ato como violência, eram práticas recorrentes na política e rotineiras no cotidiano político-social montesclarenses. Por essas razões, a omissão de ambos na atitude e no requerimento.

Mas, como nem tudo é justificável, principalmente as questões e a luta pelo poder, resolveram as partes prosseguirem as ações. Observa a ata⁶⁹⁴ seguinte que o subdelegado Joaquim Teixeira de Queiroga explicava o motivo de sua atitude, ao escrever:

Nesse momento acabo de receber e Ler o officio que vossas senhorias me dirigirão; respondendo-o tenho a significar a vossas senhorias que pelo fato de ter eu mandado notificar pessoas de confianças para guarnecerem a cadêa desta cidade não quero e nem posso coartar a liberdade de voto. Teve para tal notificação muito fundamento de fortalecer o pequeno destacamento que existe. (...) Não se coage a liberdade do voto pelo contrário, se a garante (...).⁶⁹⁵

Por esses trechos, o subdelegado Queiroga eximia-se da violência praticada contra os eleitos e reforçava o imaginário⁶⁹⁶ das práticas existentes em Montes Claros na agremiação que sempre lhes garantia a vitória nas urnas e a permanência no poder, ora um, ora outro. Nesse momento, vale lembrar que, de um lado, estavam os conservadores na Câmara e também, majoritariamente, na Mesa Eleitoral e, do outro, os liberais à frente da força policial.⁶⁹⁷

⁶⁹² MONTES CLAROS. APCM. Ata de Instalação da Assembleia Paroquial de Montes Claros, 07 de setembro de 1864. f. 15v.

⁶⁹³ MONTES CLAROS. APCM. Ata de Instalação da Assembleia Paroquial de Montes Claros, 07 de setembro de 1864. f. 15v.

⁶⁹⁴ MONTES CLAROS- APCM, Ata – Ata de conclusão da Primeira e Segunda chamadas da Eleição da Assembléia Paroquial de Montes Claros, 08 de setembro de 1864. f. 16. 16v. 17.

⁶⁹⁵ MONTES CLAROS- APCM, Ata – Ata de conclusão da Primeira e Segunda chamadas da Eleição da Assembléia Paroquial de Montes Claros, 08 de setembro de 1864 p. f. 16.

⁶⁹⁶ Cf.: BACZKO. Op. cit. p. 310. “O imaginário social é, pois uma peça efectiva e eficaz da autoridade e do poder . Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais.”

⁶⁹⁷ FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Entre a Norma e a Ilícitude: Sociedade Religião e Política na Trajetória do Cônego Antônio Gonçalves na Montes Claros do século XIX.* (Monografia defendida pelo Departamento de História.135.f – UNIMONTES. Dezembro de 2006). P.80.

A disputa, nesse quadro, caracterizava-se pela veemente luta pelo poder que, segundo Arendt, “(...) corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto.”⁶⁹⁸ E, ainda, segundo a autora, “O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência enquanto se conserva unido.”⁶⁹⁹ Essa postura foi evidente nos Conservadores e Liberais em Montes Claros, durante a existência de ambos. A prova dessa união era demonstrada desde a formação das agremiações, principalmente nos períodos eleitorais, como em 1864 e nos períodos posteriores até 1930.

Na eleição de 1864, o que chamou a atenção é a nitidez das arbitrariedades cometidas tanto pelos conservadores (Câmara e mesa eleitoral) quanto pelos liberais (autoridades policiais). Na ocasião, houve desde a violência física até a escrita (ata), demonstrada pelos requerimentos impetrados por ambos. Deferidos ou indeferidos, os requerimentos representavam, no momento, a exacerbação da violência. Para constatar essas afirmações basta ler os discursos do conservador, Justino de Andrade Câmara⁷⁰⁰ e do liberal, Cônego Antônio Gonçalves Chaves,⁷⁰¹ contidos na Ata especial da Assembleia Paroquial de Montes Claros, Terceira e Última Chamada Contagem e Recebimento das Cédulas.⁷⁰²

Pelos discursos de Justino Câmara e do Cônego Antônio Gonçalves Chaves, percebe-se que, em Montes Claros, na política, como se diz popularmente, “tudo era válido”, desde que não se perdesse o poder, principalmente o uso da violência, como forma de demonstrar força, poder e habilidade na “arte de ganhar e governar”. Nas narrativas dos dois políticos, estão presentes os fatos, os atos e a sordidez das práticas políticas cometidas por eles e socialmente “aceitas”.

O discurso de ambos traz o tom da rivalidade. Palavras, como armas, armado, espancado, manda, cruel, ameaças, ofensa, balas, conflito, falsidade, armas de fogo, terror, agressão estão presentes no cotidiano político-social desses líderes, sem preocupação alguma com sua representação, com a lei ou, ainda, com a justiça. Observa-se, nas palavras de Justino Câmara, a intencionalidade do discurso, a provocação aos adversários, um convite ao confronto político, um protesto contra os liberais, entre outras leituras.

Nas palavras do Cônego, estão, dentre outras coisas, o contra-ataque do protesto de Justino Câmara, ofensas declaradas ao partido Saquarema e ao próprio Justino, a arrogância

⁶⁹⁸ ARENDT, Hanna. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p 60.

⁶⁹⁹ ARENDT, Hanna. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 60.

⁷⁰⁰ ANEXO n° 02 Cf. MONTES CLAROS. APCM – Ata – Ata Especial da Assembléia Paroquial de Montes Claros, Terceira e Última chamada, Contagem e Recebimento das Cédulas, 09 de setembro de 1864. f. 19v-23

⁷⁰¹ ANEXO n° 03; Cf.: MONTES CLAROS, APCM – Ata – Ata Especial da Assembleia Paroquial de Montes Claros, Terceira e última chamada, Contagem e Recebimento das Cédulas. 09 de setembro de 1864. f. 24-29v.

⁷⁰² MONTES CLAROS. APCM. Ata – Ata Especial da Assembléia Paroquial de Montes Claros, Terceira e Última Chamada, Contagem e Recebimento das Cédulas. 09 de setembro de 1864.

de pertencer ao Partido Liberal e ter sob seu controle as autoridades policiais (desde o subdelegado, delegado e o promotor público), além de defender ponto a ponto as acusações imputadas ao Partido Liberal.

No final do processo eleitoral de 1864, os ânimos pareciam ainda mais acirrados. Conservadores e liberais se entendiam cada vez menos e se acusavam mutuamente pelas atrocidades ocorridas desde o início do processo. Os protestos, contraprotostos e a eleição do subdelegado Queiroga para o cargo de Juiz de Paz geraram críticas e não foram esclarecidas. A Câmara, apesar de continuar nas mãos dos conservadores – já governistas – não se conformava com o autoritarismo dos liberais, principalmente do líder, Cônego Antônio Gonçalves Chaves e das autoridades policiais, genuinamente liberais. E, protestava afirmando que,

Não responde ao contra-protesto, ou discurso fúnebre recitado pelo Reverendo Cônego Chaves, desde que vê negar-se vida ao Partido Conservador quando elle se mostra mais vigoroso, reunindo considerável número de votantes, à despeito dos maiores esforços em contrário, o contra-protesto é, nesta parte, uma repercussão dos Morras – dados aos conservadores em ruas desta cidade. Nesse contra-protesto vê a maioria da Mesa negados com mais força os factos mais públicos, e conhecidos, vê finalmente repetirem-se como se reais fossem, já desmentidos muito antes das eleições, e que parecião de propósito espalhados para justificarem as medidas da policia. Se mais alto a maioria da Mesa não falla, se mesmo muitas particularidades – calla, é para não provocar acintosos desafios à combates de qualquer gênero (...).⁷⁰³

Esse protesto apresenta, no mínimo, duas leituras. Em uma delas, revela o nível de rivalidade a que chegavam conservadores e liberais; a indignação com as atitudes do Cônego Chaves com relação ao Partido Conservador; os insensatos meios empregados pela política para “manter a ordem” e possibilitar início, meio e fim do processo eleitoral e, ainda, o silêncio da Câmara para “evitar” o confronto direto. Em outra leitura, é uma declaração de que a política em Montes Claros era, desde o início da vida administrativa, um cotejo entre as forças opositoras; a demonstração dos meios empregados pelas facções políticas para a manutenção no poder e no controle da vida político-social e, por fim, é uma declaração de como se obtinham os resultados nas urnas.

Mas, mais do que essas análises, o protesto possibilita entender a cultura política presente nas atitudes dos homens que governaram o sertão norte mineiro na primeira metade do século XIX, em especial, a Vila de Formigas e a partir de 1857, Montes Claros. Vale lembrar que o conceito de cultura política nesse estudo é tratado é definido por Jean-François

⁷⁰³ MONTES CLAROS, APCM, Ata – Ata da Assembléia Paroquial de Montes Claros, Terceira e Última Chamada, Contagem e Recebimento das Cédula, 09 de setembro de 1864. f. 31V.

Sirinelli como “(...) uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política.”⁷⁰⁴

Entende-se que esse fosse o caso das práticas encontradas em conservadores e liberais em Montes Claros no ano de 1864 e, posteriormente, como evidenciado ao longo do texto. Entretanto, depois de decorridos quatro anos desses fatos, em 1868, houve outro pleito eleitoral e, conforme nos informa Figueiredo, “Mais uma vez o clima de disputa tomou a cidade, porém acrescido por um espírito de revanche que gerou nova onda de boatos e hostilidades.”⁷⁰⁵

Nota-se, pelas informações de Figueiredo, que, nessas eleições, os conservadores, estrategicamente, não comentariam acerca do comportamento dos liberais durante a realização do processo eleitoral, evitando, assim, protestos e contraprotestos.

Pela leitura da ata, nota-se que os liberais não tiveram tempo nem oportunidade de protestar sobre os registros da Mesa Eleitoral. Observa-se nela uma única versão, conforme foi descrita:

O Delegado de Polícia requisitou é verdade um distacamento da Guarda Nacional, mas sendo-lhe a penas fornecidas vinte praças, virão ellas desarmadas, entretanto que o Commandante Superior que é da parcialidade política do mesmo Tenente Coronel Joaquim Teixeira de Queiroga, tem em seu poder vinte espingardas pertencentes ao Governo, e apesar de serem estas requisitadas não as quis entregar ao Delegado de Polícia. He também de notar-se que, o Juiz Municipal substituto em exercício Capitão Domingos José Santos, requisitou e distacou vinte praças da Guarda Nacional como opposição ao distacamento as ordens do Delegado de Polícia. He mais ainda para notar-se que o mesmo Tenente Coronel Queiroga, sahindo acompanhado de quatro Guardas Nacionais armados, percorrer a Freguesia com o fim de Caballar, mandava notificar as Guardas que eses votantes por um de seus companheiros para se virem aquartellar. Ao do seu partido acoroçoava, aos contrários promettia dispensal-os do serviço com condição de não virem votar. Voltando dessa excursão conhecer que lhe faltava apoio popular para vencer a eleição. Já não tinha em seu favor as baionetas do Tenente Philomeno e o cargo de Subdelegado de Polícia com ordens de recrutamento de que tanto sôbe abusar em mil oitocentos e sessenta e quatro, para se fazer primeiro Juiz de Paz, como tudo consta de protestos e documentos que forão transcriptos nas actas da respectiva eleição (...).⁷⁰⁶

⁷⁰⁴ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX & SIRINELLI (Org.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363. p. 350. Apud. SIRINELLI, Jean-François. *Histoire des droits*. T. 2, Cultures, Paris, Gallimard, 1992, pp III-V.

⁷⁰⁵ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a Norma e a Ilícitude: Sociedade Religião e Política na Trajetória do Cônego Antônio Gonçalves na Montes Claros do século XIX*. Monografia (Defendida pelo Departamento de História.135.f-UNIMONTES. Dezembro de 2006). p. 93.

⁷⁰⁶ MONTES CLAROS, APCM. Ata, Ata Especial da Assembléia Paroquial de Montes Claros, Ata Especial de Apuração, 09 de setembro de 1868, f.56V e 57.

Observam-se, nessa ata, as características da anterior. Todavia, os fatos registrados denotam frivolidades próprias da política local, destacam a violência cometida pelos liberais, como recurso para impedir a vitória conservadora e denunciam o arsenal bélico em poder dos liberais. O trecho recortado indica, como dizem, “nada mais, nada menos” do que o clima de hostilidades existente entre conservadores e liberais e a forma de seus enfrentamentos políticos, como observa o trecho:

Não quis o supp e fallar nos grupos que nas vésperas e nos dias da presente eleição, consta que armados entravão para a casa do Vigário Antônio Gonçalves Chaves, chefe do partido da opposição e sogro do mesmo Tenente Coronel Queiroga. Não quis fallar nas ameaças que ainda se fizerão a votantes Conservadores pelos officiaes da Guarda Nacional da parcialidade política do Tenente Coronel Queiroga, de designações para a guerra. Nem tão pouco fallará d’essas frequentes reuniões de chamados progressistas que se davão e dão constantemente em casa do chefe da opposição, onde tam bem mora e se acha seu filho o Bacharel Antônio Gonçalves Chaves Junior, juiz de Direito interino da Commarca e ostensivamente em casa do Commandante Superior Coronel José Rodrigues Prates que é da mesma família, onde os accionados do mesmo Bacharel davão provas de sua indignação e raiva elevada ao mais alto ponto, vendo que as suas promessas feitas na Assembléia Provincial de vencer a presente eleição, se não realisavão. Tinha vendido a pelle do Urso antes de achar morto. Não pode porém deixar de coisignar um facto bem sigbificativo da falta de apoio popular aos alcunhados-progressistas.⁷⁰⁷

Nesse fragmento da ata, observam-se, num primeiro momento, as acusações dirigidas ao Cônego Chaves, às autoridades policiais (subdelegado, delegado) e, especialmente ao Juiz de Direito, Dr. Antônio Gonçalves Chaves Júnior,⁷⁰⁸ homem que tinha como objetivo conquistar a vitória dos liberais, para quebrar o predomínio conservador, no poder desde 1853, compromisso que, certamente, havia assumido na Assembléia Provincial como Deputado, representante das elites locais e líder dos liberais mineiros.

Num segundo momento, observam-se as atitudes da Guarda Nacional e do Tenente Coronel Queiroga que, segundo os registros, ameaçavam os votantes conservadores e os designavam para o exército brasileiro que ia lutar na Guerra do Paraguai. Atitudes que não diferenciava, em nada, do restante do país.

Para Fábio F. Mendes, “O recrutamento e os destacamentos da Guarda Nacional seriam conduzidos sob o signo das divisões partidárias. As eleições que se realizaram durante a guerra seriam acompanhadas de intensa manipulação do recrutamento e dos destacamentos

⁷⁰⁷ MONTES CLAROS, APCM. Ata, Ata Especial da Assembléia Paroquial de Montes Claros, Ata Especial de Apuração, 09 de setembro de 1868, f. 57 e 57V.

⁷⁰⁸ ANEXO nº 04 Ver em: PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente e seus costumes*. I parte Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 182.. (Coleção Sesquicentenária).

com fins partidários.”⁷⁰⁹ O fragmento da ata acima citado confirma a análise de Fábio F. Mendes⁷¹⁰ e faz eco com o fragmento da sátira de Nelson Vianna. Segundo ele,

Montes Claros, como as suas irmãs de Minas, respondeu ao apêlo da Pátria, chamando pelos seus filhos. Já muitos haviam seguido e, como se renunciava para o fim da guerra, era pensamento geral que ninguém mais seria sacrificado e a calma ia voltando aos poucos ao coração assustado das mães extremosas. Mas, não! Com pouco, chegaram ordens severas da Corte para o envio de novas remessas – e as autoridades locais providenciaram para cumpri-las à risca.

Os conservadores por essa época haviam caído, estando os liberais no poder. Aqui em Montes Claros o chefe dos primeiros era o dr. Carlos e dos últimos o cônego Chaves.⁷¹¹

Vianna escreve essa sátira mostrando a aflição de uma família ao receber a notícia do recrutamento de um filho para a guerra. Nela, ele nos conta que os pais recorriam aos chefes políticos, para interferir nesse recrutamento. Também conta o que aconteceu com o filho de José do Alvino. Segundo o autor, após recorrer ao conservador Dr. Carlos José Versiani – já oposicionista –, foi aconselhado pelo próprio, a procurar o Cônego e “Depois de agradecer ao bom médico, lá se foi o pobre velho acabrunhado, mais cheio de temor que de esperança, à procura do chefe liberal.”⁷¹²

A sátira de Vianna confirma a pesquisa de Fábio Farias Mendes e mostra que o recrutamento ou a dispensa eram decisões partidárias. Conforme Vianna, “(...) o cônego Chaves, efetivamente trançou os pauzinhos, interveio na questão e conseguiu a liberdade do moço, enchendo de imensa alegria o lar humilde.”⁷¹³

Após as eleições de 1868, os desentendimentos entre conservadores e liberais continuaram em clima de muita hostilidade. E como se observa na ata dessa eleição, os progressistas⁷¹⁴ – denominação dada aos liberais no período – acompanhavam a estruturação político-partidária do Império brasileiro, e isso mantinha a política montesclarensense com o mesmo ímpeto das transformações que ocorriam em nível nacional. Esse alinhamento acabou,

⁷⁰⁹ MENDES, Fábio Farias. *O Tributo do sangue: recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro;1997, p. 212. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Sociais, 366.f- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

⁷¹⁰ ANEXO nº05. Ver em: VIANNA, Nelson. A Careta. In: *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Claros: Unimontes, 2007. 16 v. il p. 198-202.

⁷¹¹ VIANNA, Nelson. A Careta. In: *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 199.

⁷¹² VIANNA, Nelson. A Careta. In: *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 201.

⁷¹³ VIANNA, Nelson. A Careta. In: *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 202.

⁷¹⁴ Cf.: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 205. “O Partido Progressista da Liga Progressista, em torno de 1864, sendo (...) produto do movimento de conciliação iniciado em 1853 pelos conservadores. Compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos. O partido dissolveu-se em 1868 com a queda de Zacarias [de Góis e Vasconcelos]. Parte dos progressistas formou o novo Partido Liberal, parte ingressou no Partido Republicano fundado em 1870.”

de certa forma, por demonstrar que as agremiações locais, mais próximas de facções do que de partidos,⁷¹⁵ tinham vencido esse estágio.

Todavia, com isso, não se pode afirmar que as parentelas locais passaram a ter o mesmo discurso e a trocar afagos. Pelo contrário, as contendas continuaram entre conservadores e liberais e esse clima de hostilidade entre ambos possibilitou ao poder municipal destaque em nível provincial e nacional. Segundo Edneila R. Chaves, houve município que se valeu desses confrontos e

(...) ocupou espaço importante na estrutura do sistema político, a despeito da proposta política de esvaziá-lo de autoridade em favor das províncias. Ainda que o poder público local estivesse subordinado aos outros níveis de poder; os municípios tiveram participação ativa na construção da política provincial e nacional como foi o caso de Montes Claros.⁷¹⁶

Essa análise de Edneila Chaves está presente na documentação da Câmara Municipal, principalmente durante a presidência do liberal, Cônego Antônio Gonçalves Chaves (1840-1853) e do conservador, Justino de Andrade Câmara (1869-1873) que, nesse quadriênio, segundo Paula, “(...) fora eleito Deputado Provincial, e era obrigado a se ausentar por muito tempo, (...)”⁷¹⁷ E, segundo o autor, “(...) o seu mandato de deputado foi desempenhado com brilho; [que] em pouco tempo impôs-se a seus colegas tendo sido Presidente da Assembléia Provincial.”⁷¹⁸

Portanto, infere-se que as rivalidades locais não impediram a participação na política provincial e também nacional, ora de conservadores, ora de liberais, como foi o caso de Dr. Antônio Gonçalves Chaves Junior (1879-1911), conforme Vitor Fonseca Figueiredo.⁷¹⁹ Dentro dessa perspectiva, a política local, ainda no império, após as eleições de 1868, teve na presidência da Câmara, conservadores e liberais, conforme demonstra-se no quadro,

⁷¹⁵ Ver em: BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 57-98.

⁷¹⁶ CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentista*. Belo Horizonte, 2004 (Dissertação defendida pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). p. 65.

⁷¹⁷ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 165.

⁷¹⁸ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 165.

⁷¹⁹ FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Entre a norma e a ilicitude: sociedade, religião e política na trajetória do Cônego Antônio Gonçalves Chaves na Montes Claros do século XIX*. 2006. Monografia. (Curso de história). 135. f. – Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Humanas. Montes Claros, 2006.

QUADRO 09
Presidência da Câmara Municipal de Montes Claros

Ano	Partido	Presidente da Câmara	Outras Funções
1869-1872	Conservador	Justino de Andrade Câmara	Deputado Provincial
1873-1876	Conservador	Francisco Durães Coutinho	-
1877/01/01 a 1877/05/14	Conservador	Alferes Antônio José Domingos	-
1877/05/15 a 1879/12/31	Conservador	Justino de Andrade Câmara	Promotor Público
1880 a 1833	Liberal	Sílvia Teixeira de Carvalho	-
1844 a 1886	Liberal	Tenente Joaquim Alves Sarmiento	-
1887-1888	Conservador	Major Pedro de Araújo Abreu	Diplomata do Império
1889-1890	Conservador	Vitor Quirino de Souza	-

FONTE: PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 165-170.

Como demonstra o quadro 09, alguns presidentes da Câmara de Montes Claros ocuparam outros cargos na política durante o Império. Vale lembrar que, conforme Paula,⁷²⁰ Dr. Antônio Gonçalves Chaves Júnior, mesmo não sendo presidente da Câmara, foi vereador e no período foi nomeado a Governador da Província de Minas (1879),⁷²¹ da Província de Santa Catarina (1882) e ocupou, ainda, cargos de Juiz de Direito de Mariana (1890),

⁷²⁰ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história sua gente seus costumes*. Montes Claros: UNIMONTES, 2007. p. 182.

⁷²¹ Cf.: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979, 3º V. Formação Histórica, p. 677. p. 644. “Dr. Antônio Gonçalves Chaves: de 7 de março de 1883 a 22 de maio de 1884. Segundo exercício: de 8 de junho de 1884 a 4 de setembro do mesmo.” O autor não cita quem governou a província entre 27 de novembro de 1878 a 21/01/1880.

Deputado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados (1891), Deputado e Senador Federal (1893); Senador Estadual e Presidente do Senado (1906-1911).

Apesar da impetuosidade entre conservadores e liberais, do uso inescrupuloso de recursos em desrespeito às leis e, principalmente, do uso da violência como instrumento para atingir o poder, o município de Montes Claros, desde a instalação da primeira Câmara em 1832, sempre teve uma considerável representação política nas esferas estadual e nacional, como foi demonstrado anteriormente.

Mas, vale lembrar que as práticas usadas na política local também se faziam presentes em outros municípios do estado e do país pela ação de seus coronéis. Conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz,

Existiram, então, no Brasil coronéis de vários graus, desde o pequeno coronel não dominando senão 200 eleitores, até o grande coronel, o mandão nacional com outros níveis de coronéis abaixo dele. A quantidade de graus da estrutura coronelística variava de região, de zona para zona. Esta forma, que Jean Blondel chamou de “dominação direta” – teria sido a regra no país; (...).⁷²²

Essa análise de Queiroz permite-nos entender o poder de alguns coronéis que dominaram a política local, estadual e nacional “a dominação indireta” e o uso de quaisquer recursos, inclusive da violência, para manter-se no poder, como foi o caso do Cônego Antônio Gonçalves Chaves e de seu filho, Dr. Antônio Gonçalves Chaves Júnior.

Todavia, além do papel do mandonismo coronelístico, observado por Maria Isaura Pereira de Queiroz e presente na política montes-clarense, observam-se outros papéis desempenhados pela política de coalizão⁷²³ e pela formação dos clãs de família extensos nas relações interestaduais. Sobre a formação dos clãs no Norte de Minas, John Wirt afirma que,

(...) os mineiros estabelecidos no Espírito Santo e em Goiás se uniram, pelo casamento, às elites desses Estados. Os coronéis do Norte de Minas estavam ligados por elos aos coronéis baianos, assim como os mineiros do Sul foram atraídos, por laços de família, para a órbita paulista (...).⁷²⁴

Na perspectiva de John Wirt, enquadra-se Montes Claros que se utilizou tanto da política de coalizão quanto da formação clânica para obter apoio e construir os redutos de

⁷²² QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 159.

⁷²³ ANEXO nº 06. Ver em: WIRT, John. Minas e a Nação um Estudo de Poder e Dependência Regional (1889-1937). In: *O Brasil Republicano*, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 91.

⁷²⁴ WIRT, John. Minas e a Nação um Estudo de Poder e Dependência Regional (1889-1937). In: *O Brasil Republicano*, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 91

poder local, estadual e federal. Entretanto, sabe-se que esse poder foi proveniente das representações construídas, da cultura política estabelecida, da trajetória dos grupos de mandos, das artimanhas usadas e determinadas. Enfim, da violência presente no cotidiano político-social da cidade e da região que tiveram início, quando aqui, ainda, como diz Anastasia, era “terra de ninguém,”⁷²⁵ tinha baixa institucionalização política e um sertão “onde nunca se conheceu Rei.”⁷²⁶

3.3 A exacerbação da cultura política em Montes Claros nas duas primeiras décadas do século XX

Na primeira década do século XX, Montes Claros ainda era uma cidade pouco desenvolvida e provinciana, contudo, já tinha uma cultura política definida e uma classe de trabalhadores urbanos organizados em associações que, se posicionavam politicamente e, participavam das facções políticas aqui existentes – Conservadores (Camillistas/Eutrepes) e Liberais (Honoratistas/Pelados). Estes se alternavam no poder e, em determinados momentos agiam com um nível de violência bastante elevado para uma cidade de interior.

A cultura política cristalizada não permitia, nem apresentava espaço para rupturas. As forças minoritárias não conseguiam se impor social e politicamente. Entretanto, segundo Donizette Nascimento,

Em diversos momentos a cultura política de Montes Claros caracterizou-se por uma violência exacerbada e levada a níveis jamais imaginados. Em outros momentos, porém, o que prevaleceu foi uma atitude de conciliação entre as facções das elites locais, numa relação de sobrevivência às esferas superiores do poder político instituído, seja ele estadual ou federal.⁷²⁷

Tomando como base a análise do autor supracitado, verifica-se que, apesar de uma cultura política baseada na imposição do poder pela força/violência, o que ocorria em Montes Claros era procedente de um nivelamento com as forças governistas e do contexto histórico

⁷²⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. Terra de Ninguém. In: *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 53.

⁷²⁶ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Potentados e bandidos: Os Motins do Sertão do São Francisco*. In: *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/autó, 1998. p. 61.

⁷²⁷ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História).323.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006 p. 105.

vivido naquele momento. Dessa forma, é comum pensar que os alinhamentos político-sociais sempre fizeram parte da cultura política local e regional, determinaram a violência física, verbal e porque não dizer simbólica. Segundo, Pierre Bourdier “(...) se define numa relação determinada [e por meio dessa] entre os exercem o poder e os que lhes estão sujeitos, na própria estrutura do campo em que produz a reproduz a crença.”⁷²⁸

Assim, observa-se que a violência praticada pelos grupos político-sociais em Montes Claros não divergia dos demais perpetrada em todo o país e vinculava-se à acontecimentos de ocorrência nacional. Um exemplo desses acontecimentos foi o de “06 de Fevereiro de 1930”, que será analisado no último capítulo desta pesquisa. Entretanto, vale lembrar que, fatos de natureza política foram os que não faltaram ocorrer nos meses subseqüentes do referido ano, em outros estados, como foi o caso do assassinato do então governador da Paraíba e candidato a vice-presidência da república, João Pessoa, que teve motivação tanto política como particular.⁷²⁹

Os anos iniciais da República foram de muita conturbação política. Os acontecimentos se deram em todos os níveis. Segundo José Murilo de Carvalho,⁷³⁰

A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, foi tarefa que perseguiu a geração intelectual da Primeira República (1889-1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo, porque foi geral o desencanto com a obra de 1889.⁷³¹

Se nacionalmente, o descontentamento com a República era fato, igualmente era o abandono dos propagandistas e dos principais participantes do movimento republicano. Conforme Carvalho, quando Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902) exercia a Presidência da República, em 1901, “(...) seu irmão Alberto Sales publicou um ataque virulento contra o novo regime, que considerava corrupto e mais despótico do que o governo monárquico.”⁷³²

Percebe-se pela análise do autor que, mesmo com o advento da República no início do século XX, politicamente nada havia mudado. Segundo Carvalho, muitos intelectuais “(...) abandonaram a preocupação com a política, com a organização do poder, com as instituições,

⁷²⁸ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro. Difel /Bertand Brasil, 1989. p. 11.

⁷²⁹ Ver em: VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994. p. 573.

⁷³⁰ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos da história e política*. Belo Horizonte, Ed: UFMG, 1999. p. 83-107.

⁷³¹ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos da história e política*. Belo Horizonte, Ed: UFMG, 1999. p. 101-102.

⁷³² CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos da história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 102.

que se mostravam incapazes de, por si só, criar a República.”⁷³³ E acrescenta, foram “(...) buscar em níveis mais profundos o segredo dos fracassos políticos. O primeiro marco nesta busca foi provocado ironicamente por uma reação popular à República, pela Revolta de Canudos.”⁷³⁴

Dessa forma, verifica-se que os problemas políticos nacionais repercutiam imediatamente nos Estados, como foi o caso de Canudos na Bahia. Sabe-se que o movimento canudense foi altamente reprimido e seus líderes mortos com os mais graves níveis de crueldade - a degola. Entretanto, fatos dessa natureza, não foi exemplo para uma mudança na cultura política dos estados. Por anos seguintes, as forças políticas estaduais buscaram formas e revisaram as agremiações com o objetivo de ajudar na manutenção da “ordem”⁷³⁵ e de marcar posição frente ao poder central. Um exemplo, dessa política foi a que ocorreu em Minas Gerais, no período de Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902). Segundo Maria Efigênia L. Resende,

O compromisso político selado entre Silviano Brandão e Campos Sales resultou basicamente de três fatores: 1º) a necessidade de superar a grave crise econômico-financeira de caráter nacional e que por condições peculiares ao Estado se fizera sentir duramente em Minas; 2º) as pretensões de Minas de ocupar no cenário político nacional a posição de relevância a que se julgava com direito, fato ao qual se aliava a permanente preocupação com a predominância paulista; 3º) a concepção de que o apoio de Minas ao presidente da república contribuiria para a estabilização das instituições republicanas, sobretudo para realização efetiva do que se considerava governo federativo.⁷³⁶

Pela análise da autora, percebe-se que Minas Gerais era extremamente favorável a República e que o estado deveria ser um dos guardiões do governo federativo. No entanto, sabe-se que, se por um lado os governos mineiros apóiam a União para obter vantagens e receber reconhecimentos desse apoio, por outro ceceavam contra as municipalidades. Conforme Resende,

Definida a política silvianista, unificar a bancada mineira no Congresso Federal como força de sustentação dos interesses de Minas e do Governo Federal, inicia-se a

⁷³³ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos da história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.102.

⁷³⁴ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos da história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p.102.

⁷³⁵ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982. p.159-189.

⁷³⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 171.

montagem dos mecanismos necessários para garantir, ao governo, o apoio total dos municípios e a formação das bancadas submissas.⁷³⁷

Essa forma de cerceamento de Silviano Brandão foi segundo Resende, um dos principais instrumentos de dominação a que a política estava submetida.⁷³⁸ A autora nos informa que, “(...) envolvendo um intrincado de relações entre força policial, organização judiciária, eleitoral e municipal, promovia-se uma ampla reformulação visando a cercear as forças locais de oposição e garantir o apoio coronelista.”⁷³⁹

Contudo, verifica-se que as atitudes silvianistas acima mencionadas, não foram únicas. Os governos que lhe sucedeu (Joaquim Cândido da Costa Sena, Francisco Antônio Sales e João Pinheiro da Silva) continuaram com a mesma postura política em relação às municipalidades. Após a morte de João Pinheiro (25/10/1908), conforme Donizette Lima, “(...) as principais correntes políticas achavam-se divididas, o que facilitou a rejeição do nome de David Campista, por ele não representar os interesses do PRM,⁷⁴⁰ mas do Governo Federal.⁷⁴¹ E, segundo o autor, “Minas Gerais tornou-se o fiel da balança política: para onde o PRM tendesse era sinal de vitória certa.”⁷⁴² Fato que se explicava por ser o estado mais populoso da federação e, conseqüentemente, contar com o maior eleitorado do país.

Em fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira,⁷⁴³ John Wirth nos afirma que, “Minas Gerais foi o estado mais populoso da federação até a década de 1930, quando São Paulo o ultrapassou.”⁷⁴⁴ Assim, para Donizette L. Nascimento, quando o PRM, juntava com o Partido Republicano Paulista (PRP) definia a eleição para presidente da República antes do pleito.⁷⁴⁵ Para o autor, “(...) a eleição ‘a bico de pena’ simplesmente homologava os

⁷³⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 172-173.

⁷³⁸ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p.173.

⁷³⁹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 173.

⁷⁴⁰ Partido Republicano Mineiro.

⁷⁴¹ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História) 323.f -Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006. p.109.

⁷⁴² NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História) 323.f . -Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006. p.109.

⁷⁴³ WIRTH, John D. *O Fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1982

⁷⁴⁴ WIRTH, John D. *O Fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1982 p. 50.

⁷⁴⁵ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História) 323.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006. p. 109.

interesses das oligarquias estaduais, controladas pelas máquinas eleitorais regionais e municipais (coronéis).”⁷⁴⁶

O controle das máquinas eleitorais pelas elites agrárias (regional e municipal) foi resultado das fissuras políticas entre os estados de Minas Gerais e São Paulo em termo da candidatura à Presidente do mineiro David Campista, representante dos coronéis. Claudia M. R. Viscardi⁷⁴⁷ nos informa que,

A falência do acordo entre os dois estados [MG e SP] em termo do nome de David Campista se deu em função da associação de dois acontecimentos. O primeiro, esteve relacionado às divisões internas mineiras o nome indicado não unificava as facções de Minas Gerais. (...) o segundo acontecimento relacionou-se á força política dos demais estados que compunham a Coligação (...) contra a candidatura de Campista se colocaram os estados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, além do Exército.⁷⁴⁸

Com base na análise da Cláudia Viscardi, verifica-se que os dois acontecimentos políticos acima citados, colocaram Minas Gerais e São Paulo em uma situação de escolha. Segundo a autora,

Com a divisão do situacionismo mineiro em dois grupos, um ligado a candidatura de Campista e outro de oposição, São Paulo optou pelo primeiro e foi derrotado. As dependências de São Paulo em relação ao endosso federal ao empréstimo de 15 milhões de libras e à continuidade da Caixa de conversão tornaram-no refém da candidatura indicada por Afonso Pena. Diante da falência da candidatura Campista, restou a São Paulo apostar em um nome de oposição, o que fez de forma reticente, (...).⁷⁴⁹

Diante desse quadro, a eleição para a sucessão de Afonso Pena, conforme Renato M. Perizinotto, apresentou características que demonstravam as primeiras fendas na cultura política praticada pelas oligarquias dominantes por apresentar no seu interior projetos políticos e econômicos opostos.⁷⁵⁰ Essas divergências repercutiram imediatamente na cultura política dos municípios e esquentou os ânimos entre as facções políticas.

⁷⁴⁶ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História) 323.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006. p.109.

⁷⁴⁷ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café-com-leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

⁷⁴⁸ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café-com-leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p. 176.

⁷⁴⁹ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café-com-leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p. 177.

⁷⁵⁰ PERIZINOTTO, Renato M. *Classes Dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1994. Capítulo I.

3.3.1 Delegado Cesário Maldonado Gama *versus* o líder da Liga Operária Beneficente João Pacífico

É nesse clima de hostilidade política e de acirradas disputas que, no início de 1909, em Montes Claros, ocorreu segundo Nelson Vianna,⁷⁵¹ discussões entre João Pacífico (sindicalista) e Alferes Cesário Maldonado Gama (delegado de polícia), primeiro em um circo, depois em uma tocaia; atribuídas, conforme o autor, á disputa política, por envolver diretamente uma autoridade de órgão governamental do estado e um líder sindical. Na tocaia planejada pelo delegado, encontra-se outros associados da Liga Operária Beneficente,⁷⁵² além de João Pacífico que após ser interpelado pelo delegado “em termos ásperos”, iniciaram conforme o autor, uma “violenta discussão seguida de tiroteio.”⁷⁵³

Dessa troca de tiros, resultou a morte de João Pacífico e de Secundo de Carvalho. Segundo Donizette Lima, João Pacífico além de ser “(...) um dos líderes da classe operária, fazia parte do quadro dos exaltados, uma das alas da Liga Operária Beneficente surgida da divergência de alguns sócios com os dirigentes da União Operária de Montes Claros.”⁷⁵⁴

Considerando as análises de Vianna e Nascimento, verifica-se que havia um ambiente bastante hostil e propício a violência. Esse clima decorria das divergências entre os membros da União Operária que, após dois anos da morte de seu presidente (Eusébio Alves Sarmento) em 03 de agosto de 1904 começaram a se desentenderem por motivos políticos em Agosto de 1906 e fundaram a Liga Operária Beneficente. A partir de então, as hostilidades tornaram-se proeminentes e as paixões políticas ganharam o tom de embates, que culminavam sempre em lesões corporais ou homicídios por existir no interior da agremiação associados de diferentes classes sociais e de postura política divergente.⁷⁵⁵

Nelson Vianna nos informa que “(...) naquela altura, a sociedade já seguia uma diretriz decidida, declaradamente política e de oposição ao Governo do Estado [João Pinheiro da

⁷⁵¹ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 259-268.

⁷⁵² VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 260.

⁷⁵³ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 265.

⁷⁵⁴ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História) 323.f -Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras - Rio de Janeiro: 2006 p.110

⁷⁵⁵ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 261.

Silva].⁷⁵⁶ Isso significa dizer que, embora as elites políticas locais estivessem quase sempre aliados aos governos situacionistas, em Montes Claros contava com um grupo bastante expressivo de opositores. Segundo Vianna,

Tendo a Liga, entre os seus associados, pessoas pertencentes a tôdas as classes, é claro que, em meio tão heterogêneo, tanto exaltado como moderados. Nos da primeira categoria destacava-se João Pacífico da Silva, mocetão de seus 38 anos de idade, considerado por todos como de “temperamento forte” e, por este motivo, justamente temido.⁷⁵⁷

As informações de Vianna corroboram com a análise de Donizette Nascimento acerca de João Pacífico e da divisão interna da Liga Operária Beneficente. Acerca de João Pacífico, Vianna nos acrescenta que, “(...) bastante conhecido, granjeara fama de homem violento e desabusado.”⁷⁵⁸ Percebe-se pelas palavras do autor que o ambiente interno da Liga era excessivamente acalorado e os ânimos se exaltava com pouca discussão. Vianna nos informa também que, João Pacífico era “(...) enteado do Capitão Camilo Cândido de Lélis que, tempos atrás, fora delegado de polícia de Montes Claros e, Comandante do destacamento local,”⁷⁵⁹ de onde se conclui que João Pacífico, tinha como se afirma no mundo sertanejo, “as costas quentes”.

E, é nesse ambiente encolerizado que, segundo Nelson Vianna, o alferes Cesário Maldonado Gama assumia, a 11 de Setembro de 1908, “(...) o cargo de delegado de polícia especial da 32ª circunscrição, com sede na cidade de Montes Claros.”⁷⁶⁰ Vianna afirma que:

Constava – e ainda é convicção geral – que ele para aqui viera comissionado pelo governo do estado para neutralizar, de qualquer forma, a ação oposicionista traçada e executada pela Liga Operária Beneficente, podendo, para alcançar tal finalidade, chegar à sua destruição, pelos meios que o citado militar julgasse mais viáveis.⁷⁶¹

Denota-se dessa afirmação que o delegado Cesário Maldonado tinha como objetivo principal em Montes Claros destruir a Liga Operária Beneficente e, ainda segundo o autor,

⁷⁵⁶ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 261.

⁷⁵⁷ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 261.

⁷⁵⁸ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 261.

⁷⁵⁹ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 261.

⁷⁶⁰ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 261.

⁷⁶¹ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 261.

“(…) outra incumbência de vulto, atribuída ao novo delegado, seria a de restabelecer, na cidade, o princípio da autoridade.”⁷⁶² Afirma Vianna que, “(…) realmente havia por aqui, na ocasião uma meia dúzia de valentes que teimavam em promover distúrbios, em desrespeitar as leis e, principalmente, em praça pública, desmoralizar os delegados nomeados para cá.”⁷⁶³

Com o atributo de manter a ordem, segundo narra Nelson Vianna, na noite de 02 de Fevereiro de 1902, o alferes Maldonado fazia o policiamento com dois ou três soldados do Circo Pavilhão Moreno quando “(…) irritou-se com a gritaria excessiva de Antônio Tavares. Dirigiu-se a ele, ordenando-lhe que se calasse do contrário seria preso ou expulso do recinto.”⁷⁶⁴ Esse incidente foi conforme Vianna, “(…) um pretexto pelo qual esperavam os rapazes para uma ‘prova dos nove’, da tão apregoada coragem do alferes Maldonado.”⁷⁶⁵ Nesse instante, segundo o autor,

João pacífico levantou-se imediatamente e, à frente de vários amigos, se dirigiu ao delegado, protestando, com veemência contra aquela sua atitude, que ele qualificava de “ato arbitrário” da autoridade. Surpreendido, mas com ar desassombrado, Maldonado retrucou, interpelando-o, querendo saber por que estava imiscuindo-se em coisas que só competiam à polícia.⁷⁶⁶

Pela narrativa de Vianna percebe-se que o diálogo entre o delegado e o sindicalista era em tom bastante hostil e uma maneira de demonstração de “força” e de “poder” perante a sociedade. Vianna nos informa que,

João pacífico procurou justificar o comportamento de Antônio Tavares, afirmando que, se êle assim procedia, era a pedido do próprio dono do Circo que lhe recomendara [que] fizesse grande bulha, afim de animar as pessoas que se encontrassem do lado de fora, para que entrassem, aumentando a fêria da noite.⁷⁶⁷

Verifica-se, nessa resposta, além de uma provocação, um confronto público de dois cidadãos que procuravam ocupar espaço e obter na sociedade uma representação do poder. Segundo Hannah Arendt, se “(…) nos voltamos para as discussões do fenômeno do poder,

⁷⁶² VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 261.

⁷⁶³ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 262.

⁷⁶⁴ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 263.

⁷⁶⁵ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 263.

⁷⁶⁶ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 263.

⁷⁶⁷ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 263.

rapidamente percebemos existir um consumo entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão - somente a mais flagrante manifestação de poder.”⁷⁶⁸ Assim, percebe-se que a guerra de palavras entre o delegado Maldonado e João Pacífico era sem dúvida, uma briga pelo poder. A demonstração de poder decorria do comportamento de ambos. Vianna nos afirma que,

A altercação subia de tom de parte a parte. As famílias, temerosas de um tumulto iminente, começaram a retirar-se. Procurando tranquilizá-las, afirmando que garantiria a ordem, Maldonado afastou-se dos agressivos rapazes, querendo impedir aquela debandada geral.⁷⁶⁹

Pela narrativa de Vianna deduz-se que delegado e sindicalista utilizava das mesmas armas – o discurso – para demonstrar serem portadores de representatividade, componente essencial no jogo político e na manutenção da ordem político-social, defendida, desde a implantação do regime republicano. Porém, verifica-se que a violência simbólica não expressava e visualizava totalmente o poder. Para Vianna,

Maldonado, naquele primeiro embate, decididamente não havia levado a melhor. Agastado, retirou-se com os seus comandados, enquanto João Pacífico, em companhia de Secundo de Carvalho e de José Gravetinho, se dirigia para a casa de Domingos Ferreiro, ali mesmo no largo da Matriz, para um ligeiro repasto.⁷⁷⁰

Pelas afirmações do autor percebe-se que o incidente do Circo entre o delegado e o sindicalista não foi resolvido com a troca de palavras ásperas, tampouco com a interrupção do espetáculo. Outros acontecimentos estavam por vir, ainda naquela noite. Vianna destaca que, “(...) assentados em tórno de uma mesa, estavam os três amigos palestrando (...), a tecer comentários sobre o caso verificado há pouco, quando ali Veríssimo Pagode.”⁷⁷¹ e (...) ouvindo determinada frase de João Pacífico, (...) cortou-lhe a palavra numa expressão de desafio.⁷⁷² E em seguida segundo o autor Veríssimo disse: - “(...) você não é capaz o que está dizendo na frente do alferes Maldonado... - (...) como não?! – respondeu-lhe João Pacífico

⁷⁶⁸ ARENDT, Hanna. *Sobre a violência*. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 p. 51

⁷⁶⁹ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 263.

⁷⁷⁰ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 264.

⁷⁷¹ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 264.

⁷⁷² VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 264.

acrescentado: não estou mais do que a comentar o que lhe disse lá dentro do circo, há pouco.”⁷⁷³

O diálogo entre João Pacífico e Veríssimo Pagode nos indica que, os acontecimentos daquela noite tinham tomado dimensões de supremacia e destemor. O envolvimento de Pagode era prova cabal. Nessa revanche além de afirmação de poder político, estava em jogo o reconhecimento de valentia e destemor de João Pacífico e a imposição da “ordem pública” do alferes Maldonado. Em “o código do sertão”, Maria Sylvia de C. Franco nos afirma que, “(...) os ambientes de lazer (...) [são] propícios para reacender antigas disputas ou deflagrar antagonismos, (...)”⁷⁷⁴ Nesse caso, estava explícito ambos.

Observa-se pela documentação consultada que, no Norte de Minas, os ambientes festivos eram lugares propícios para os confrontos. Conforme Franco, “(...) os divertimentos giravam em torno das oportunidades oferecidas pela convivência. Nas cidades, além do convívio nas casas de família, nas praças, boticas e armazéns, podia-se contar, (...) com jornais e livros e com a aparição esporádica de teatros e circos.”⁷⁷⁵

Em Montes Claros, nota-se que as diversões eram basicamente nas casas de família (que será abordada no quarto capítulo), nas praças, nas boticas e armazéns trivialmente. Mas, os circos sempre apareciam e, como afirma Nelson Vianna, era “(...) um centro de atração para a população local que ali ocorreria ao toque da primeira marcha, executada pela banda de música, prelibando os trabalhos de malabarismos, as piadas já bastante conhecidas e as chamadas ‘pantomimas’, mesmo mal representadas.”⁷⁷⁶

Foi nesse centro de atração que o delegado Maldonado e João Pacífico escolher para dar andamento em suas contendas, (como já foram descritas anteriormente) por ser como afirma Franco “(...) cenário conveniente às afirmações de supremacia e destemor: (...) oportunidade para a realização de façanhas perante audiência numerosa e que tem em alta conta o valor pessoal.”⁷⁷⁷ A demonstração dessas atitudes foram a saúda estratégica do alferes Maldonado do Circo, a vinda de João Pacífico para a botica na praça e envio a mando do delegado de Veríssimo Pagode à praça para escutar a conversa de João pacífico. Segundo Vianna, após o diálogo acima mencionado,

⁷⁷³ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 264.

⁷⁷⁴ FRANCO, Maria Sylva de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 38.

⁷⁷⁵ FRANCO, Maria Sylva de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 39.

⁷⁷⁶ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 262.

⁷⁷⁷ FRANCO, Maria Sylva de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. p. 38.

Pagode não tugi nem mugiu. Retirou-se imediatamente, dirigindo-se direto para a casa do delegado, também situada no largo da Matriz. Ali mentiu, inventou, caluniou, instigou e a reação de Maldonado não se fez esperar. Armou-se e saiu com um bando de soldados, também armados para uma desforra.⁷⁷⁸

As afirmações do autor corroboram com a análise de Franco ao dizer que os lugares de divertimentos eram cenários convenientes às afirmações de superioridade e de valentia.⁷⁷⁹ Conforme Vianna, a revanche ocorrera imediatamente. Segundo o autor, foi uma tocaia, descrita por ele com propriedade teatral,

(...) havia uma reentrância; [anos depois do Palácio Episcopal] nela se ocultou Maldonado com os seus soldados, aguardando a saída de João pacífico com os companheiros da casa de Domingos ferreiro. Quando isto se verificou, Maldonado a êle se dirigiu e o interpelou em termos ásperos, iniciando-se violenta discussão seguida de tiroteio. João pacífico caiu logo, baleado, enquanto seus companheiros fugiam em desabalada correria.⁷⁸⁰

Pela descrição de Vianna, nota-se que, além de um crime planejado, foi também um ato de demonstração de superioridade, de abuso de “poder” e de autoridade, mas acima de tudo, de covardia com requinte de crueldade. Essa análise tem como referência a descrição anterior do crime e a seqüência narrada por Vianna, “(...) naquele momento, vinda de lados da Matriz, uma voz vibrou dentro da noite, aplaudindo calorosamente a ação do delegado: - Muito bem! Bravos aos alferes Maldonado!”⁷⁸¹

Esses aplausos significavam que já se tinha a certeza daquela desforra e desfecho do objetivo da vinda do alferes Maldonado para Montes Claros. Os acontecimentos da noite era o cumprimento de uma tarefa, que teve como resultado, segundo Vianna, os dois óbitos a seguir,

Secundo de Carvalho, na sua fuga, foi ainda atingido por uma bala, em conseqüência do que falecia, tempos depois, em Belo Horizonte. João Pacífico, prostrado no solo, impossibilitado de locomover-se, foi transportado por ordem de Maldonado para a cadeia local, situada na praça Dr. Chaves, na esquina da atual Rua Simeão Ribeiro.⁷⁸²

⁷⁷⁸ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 264.

⁷⁷⁹ FRANCO, Maria Sylva de Carvalho. *O código do Sertão*. In: Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática, 1974. p. 38.

⁷⁸⁰ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 265.

⁷⁸¹ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 265.

⁷⁸² VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 265.

Entretanto, esse desfecho não encerrava a missão do alferes Maldonado. Primeiro, por ser um acerto de contas entre conservadores e liberais e segundo, por ser João Pacífico destacado membro da Liga Operária Beneficente e enteado do Capitão Camilo Cândido de Lélis.⁷⁸³ Conforme Vianna, o padraço veio socorrer João Pacífico, assim que a notícia chegou à cidade de cima. O autor afirma que,

Quando a notícia do lamentável incidente chegou à parte alta da cidade, levada por José Gravetinho, desceu um grupo constituído pelo juiz de direito da Comarca, José Bessone de Oliveira Andrade, Cap. Camilo Cândido de Lélis e um seu hóspede, alferes Félix Rodrigues da Silva, mais conhecido por “felão”, que, na ocasião se encontrava em trânsito na cidade, com destino a Rio Pardo de Minas, onde ia assumir a delegacia de polícia. Ao se aproximarem do largo da Matriz, mas ainda distantes, observaram a atitude hostil e de vigilância do alferes Maldonado que, à frente dos seus soldados, policiava a cadeia e toda a área da praça, pronto para o que desse e viesse, esperando a qualquer hora um ataque por parte dos associados Liga.⁷⁸⁴

Pelas informações de Vianna, nota-se que os acontecimentos de 02 de fevereiro de 1909 haviam tomado proporções maiores do que esperava o alferes Maldonado e das ordens que cumpria como agente da Lei. É notório nas afirmações do autor, que João Pacífico gozava de prestígio político junto as demais autoridades locais, haja vista que, ao tomarem conhecimento dos fatos, saíram imediatamente em busca de notícias e em defesa da vítima. Nelson Vianna relata que,

A certa altura os componentes do grupo se detiveram. Foi o Felão quem, de onde se encontrava, resolveu dirigir a palavra ao Maldonado.
 - Que é isso colega? Que propósitos são os seus? Aqui estamos, pessoas de responsabilidade, e desejamos aproximar-nos, pacificamente, para falar-lhe ...
 - Alto lá! – Bradeou, decidido, Maldonado. Aqui ninguém chega! Quem se aproxima, morre.
 O capitão Camilo procurou parlamentar.
 - Eu combati na Guerra do Paraguai e tenho o posto de capitão. Sou padraço do ferido e quero prestar-lhe a devida assistência.
 - Era capitão, lá no Paraguai- retrucou Maldonado.
 Quanto ao ferido, mandarei chamar um médico para vê-lo, é já estão prevenidos: sem o meu consentimento, aqui ninguém chega.⁷⁸⁵

No diálogo descrito pelo autor, percebe-se que o alferes Maldonado era um delegado um tanto quanto intransigente e estava no momento disposto a tudo para não perder o poder

⁷⁸³ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 260.

⁷⁸⁴ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 265-266.

⁷⁸⁵ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 266.

que havia constituído e recebido para tal façanha. Nas palavras de Vianna para detê-lo foi preciso:

Naquela hora, então, a êle se dirigiu o Dr. Bessone com energia e decisão:
 - Quem fala aqui é o juiz de direito, a primeira autoridade da Comarca. Exijo que me seja franqueada a porta da cadeia. Quero ver a vítima e estar a par do que se passa na área da minha jurisdição. Vamo-nos aproximar e, fique advertido de que, se alguma coisa nos acontecer, será responsabilizado.⁷⁸⁶

É prudente observar que a narrativa do autor traz como matriz de sentido possibilidades do discurso das autoridades ali constituídas. Analisar as falas nos transporta para dois mundos: o primeiro das representações construídas por Vianna e o segundo para um “real” que ocorre em acontecimentos dessa natureza. Entretanto, percebe-se que nas informações do autor, uma verossimilhança presente na documentação forense em incidentes dessa natureza. Na sequência da narrativa Vianna afirma que:

Houve um minuto de silêncio, findo o qual, acatando a determinação do juiz, Maldonado, acompanhado do sargento Alkimim, guiou os três companheiros onde jazia estendido João pacífico, sobre a tarimba, alagado de sangue. Ao ver Maldonado, apontou-o com o indicador e, dirigindo-se aos presentes, acusou-o.
 - Foi esse galinha quem atirou em mim!⁷⁸⁷

Por essas afirmações nota-se que, o autor fez conjectura da reação do Delegado ou as retirou de fontes como artigos jornalísticos. A realidade dos fatos é impressionante. No entanto, é preciso lembrar que, certamente, parte das informações foram coletada da memória coletiva e da memória histórica.⁷⁸⁸ Assim, ganharam um tom verossímil e possibilitaram essa análise, já que se conta, nesse momento, somente com elas.

Vianna continuando os relatos do acontecimento de 02 de Fevereiro de 1909 nos informa que a acusação de João Pacífico foi contestada pelo exame do projétil. Segundo o autor,

Não passava de simples engano a afirmativa de João Pacífico. (...), após o seu falecimento, ocorrido na manhã de 4 de Fevereiro, o promotor de justiça, nomeado ad-Hoc, João dos Anjos Fróis, requereu o exame do projétil que lhe ocasionou a morte. Verificou-se, então, que era uma bala de garrucha comum, de calibre 380 e não de armas usadas pela polícia. E, é claro, Maldonado, prevendo um encontro que

⁷⁸⁶ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 266.

⁷⁸⁷ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 266-267.

⁷⁸⁸ HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 053-89.

teria conseqüências gravíssimas, como realmente aconteceu, não iria utilizar-se de uma arma inferior que, caso falhasse, lhe poderia ser fatal.⁷⁸⁹

Pelos argumentos de Nelson Vianna, verifica-se que o autor teve como fonte de consulta o processo crime. No entanto, o mesmo não se encontra entre outros que estão no arquivo do Fórum Gonçalves Chaves.⁷⁹⁰ Conjectura-se que deve encontrá-lo em outros arquivos ou foi sumariamente destruído. Mas, é pertinente lembrar que os relatos de Nelson Vianna foram fundamentais nesse crime, pelas riquezas de informações e detalhes que nos ajudaram nessa análise. Segundo o autor,

O certo é que Maldonado, agindo como agiu tinha plena certeza de que se achava muito bem amparado, e que nada de mal lhe adviria do malfadado conflito. Telegrafando, no dia imediato, ao chefe de polícia do estado, Urias de Melo Botelho, narrando a seu modo o acontecido, recebeu do referido titular, no mesmo dia, a seguinte resposta: Abra rigoroso inquérito contra bandidos.⁷⁹¹

No trecho em destaque, verifica-se pelas informações de Vianna que o alferes Maldonado tinha como propósito a execução de João Pacífico, haja vista, a resposta que recebeu do chefe de Polícia do estado e que no entendimento do autor, “(...) tinha ciência da carta branca que o alferes Maldonado trouxe para agir em Montes Claros, fornecida pelo major Vieira Cristo, ajudante de Ordens do Presidente do Estado.”⁷⁹²

É interessante ressaltar que Vianna traz como contribuição a essa análise a informação dos fatos e, ao mesmo tempo, sua interpretação nos possibilita entender a violência como poder político e controle da “ordem pública”. Segundo Vianna, “(...) com o falecimento de João Pacífico - um dos membros mais destacados da Liga Operária Beneficente - esta se dissolveu.”⁷⁹³

Verifica-se na análise de Vianna que, o objetivo do crime era o fim da Liga. Conclui o autor que, admitindo-se a hipótese de que,

Entre as incumbências atribuídas a Maldonado, em Montes Claros, figurava aquela de liquidar de vez a Liga, pode-se afirmar que sua execução foi coroada de êxito.

⁷⁸⁹ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 267.

⁷⁹⁰ Sob custódia do DPDOR da UNIMONTES

⁷⁹¹ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 267

⁷⁹² VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 268.

⁷⁹³ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 268.

Mas, para alcançar tal finalidade, não titubeou o delegado especial de lançar mão de calculadas violências que culminaram com o sacrifício de duas existências.⁷⁹⁴

Nesta conclusão percebe-se que, na política do estado de Minas Gerais, no período inicial da República, não se admitia adversários, principalmente em região como o norte do estado, onde os coronéis determinavam o poder e garantia a seus apadrinhados o futuro político. Conforme Vianna, “(...) o devido processo relativo aos acontecimentos ora narrados, seria instaurado - mas não passou de uma farsa. Ocorreram os tempos e foi, afinal, julgado prescrito, sem que alguém respondesse pelos crimes cometidos.”⁷⁹⁵

Diante da análise que se fez das narrativas de Nelson Vianna, pode-se compará-las com outras fontes (processo-crime ou outros escritos) e concluir que a cultura política, especificamente em Montes Claros, no limiar da República Velha, dava continuidade às práticas de violência admitidas desde a formação do povoado, como forma de acesso, exercício e manutenção, principalmente no poder político, mas, também econômico e social que mantinha o “sertão” como lugar de representação da barbárie, das tocaias e de bugres.

3.3.2 O Crime de Canoas

O segundo decênio do século XX entrou para a história regional e local do Norte de Minas como uma década de agravamento das relações político-sociais e coronelísticas. A violência, principalmente entre os grupos políticos e os inter-coronéis foi a prova cabal desse recrudescimento. Em Montes Claros, o crime da Fazenda Canoas foi um exemplo típico dessa situação. Nele se envolveu políticos, coronéis e homens poderosos (que não faziam parte de um grupo, nem de outro), mas atuavam para qualquer um dos lados, desde que fosse necessário, para aumentar seu “poder” e o patrimônio econômico. Agiam a revelia da lei e cometiam qualquer tipo de atrocidade.

O crime da Fazenda Canoas⁷⁹⁶ enquadra-se nas características acima descritas e foi uma demonstração do enrijecimento entre Liberais e Conservadores por serem as vítimas, os

⁷⁹⁴ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 268.

⁷⁹⁵ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Vol. 13. p. 268.

⁷⁹⁶ Fazenda localizada a 06 (seis) Km na parte norte do município de Montes Claros, pertence ao coronel Marciano Alves.

pais dos irmãos Alves (Honorato Alves e Dr. João José Alves) líderes do Partido Liberal local e homens de influência política regional, estadual e federal.

Além do coronel Marciano José Alves e D, Antônia Josephina Alves foi assassinada a criada Rita Maria do Espírito Santo. O triplo homicídio ocorrido a 03 de maio de 1913 provocou na sociedade montesclarenses uma “violenta comoção,”⁷⁹⁷ segundo a documentação⁷⁹⁸ consultada. Primeiro, pelo requinte da crueldade apresentada, morte a golpe de facão e segundo, por não terem descoberto os autores logo após o crime e, essa não identificação gerar várias “hipóteses” sobre os possíveis mandantes.⁷⁹⁹ Entretanto, sabe-se pelo processo-crime⁸⁰⁰ que os assassinos eram homens que cometiam crimes por qualquer motivo, entre os quais, político, como verá a frente.

O crime da Fazenda Canoas ou “massacre” ou ainda, assassinato, como foi denominado pela literatura e pela historiografia, sempre narrado ou descrito ao longo desses cem anos pela barbárie que se apresentou à época. Para Milene A.C. Maurício, o crime teve como objetivo principal o extermínio do velho líder político e coronel Marciano Alves.

No pensamento da escritora foi uma “tocha criminosa” que pôs fim a vida de um dos políticos mais firme e corajoso da região.⁸⁰¹ Analisando o pensamento de Maurício é possível afirmar que, entre outras motivações do crime, estava a política, a coragem e o destemor da vítima. Segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, a “(...) importância desse conjunto de valores é revelada na preocupação em construir e conservar uma reputação de valentia. A existência de rivalidades daí decorrentes vem expressar nas razões aventadas para mortes e ferimentos (...).”⁸⁰²

As memórias de Nelson Vianna corroboram com o espírito de valentia apresentado por Franco. Conforme o autor, em junho de 1920, quando estava a caminho de Montes Claros, foi aconselhado a tomar outro rumo.⁸⁰³ Um dos motivos seria a violência cometida nessas bandas. Segundo Vianna lhe apresentado dois argumentos:

⁷⁹⁷ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 30*. Belo Horizonte: secretaria de Estado da Cultura/ Imprensa oficial, 1986. p. 32-33

⁷⁹⁸ Crônicas, memórias e processo-crime.

⁷⁹⁹ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 30*. Belo Horizonte: secretaria de Estado da Cultura/ Imprensa oficial, 1986. p.32

⁸⁰⁰ Processo-crime 7407 der 04/05/1913. sob custódia da DDI/DPDOR-UNIMONTES

⁸⁰¹ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 30*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Imprensa oficial, 1986. p. 32.

⁸⁰² FRANCO, Maria Sylva de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974, p. 52

⁸⁰³ Ver em: VIANNA, Nelson. *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Caros: Unimontes, 2007 (Coleção sesquicentenária. V. 7) p. 17-20.

- Ainda que mal pergunte, para onde vai, moço?
- A Montes Claros.
- O senhor é de lá?
- Não. Vou ver se consigo trabalhar naquela zona.
- Será que perdeu o juízo moço?! - ajuntou o meu interlocutor, bastante admirado. Nem para ficar cobertinho de ouro em pó, no espaço de um mês, eu não iria para aquela terra doida (...).⁸⁰⁴

Nesse primeiro argumento, percebe-se que a violência e, certamente, a valentia foi, sem dúvida, o motivo do conselho do interlocutor. Relata para Vianna sobre o tiroteio de 1918 e compara Montes Claros ao Paraguai.⁸⁰⁵ Conforme Vianna, quando o interlocutor finaliza o relato, faz-se um longo silêncio. Logo em seguida foi interrompido por um fazendeiro,

Morador naqueles arredores que, com voz pausada, passou a descrever, em seus mínimos detalhes, o pavoroso crime da Fazenda Canoas, quando foram assassinados os pais do deputado Honorato Alves e mais uma empregada dos mesmos. Acabada a sombria narração virou-se para o meu lado aconselhando-me com voz arrastada: - não vá para lá moço. Volte para sua terra. É conselho de amigo e conselho da prudência.⁸⁰⁶

Observa-se nos dois argumentos apresentados a Vianna, que Montes Claros era um espaço de exacerbada violência e valentia. As disputas políticas e desavenças desfechavam sempre em mortes. Os interlocutores colocavam, de forma explícita para Vianna, Montes Claros como lugar de barbárie, comparavam os crimes narrados aos horrores de uma guerra e, de forma incisiva e aconselhava ao pretense morador não vir para a região.

Nas interlocuções percebe-se o pavor causado pela violência e as imaginações e imaginários construídos após as chacinas (1913 e 1918). Francisco Falcon nos informa, com base nos estudos de C. Castoriades que, “(...) a imaginação é a capacidade de ‘criar’ uma nova forma; o imaginário compreende todos os produtos criados pela imaginação e socialmente instituídos.”⁸⁰⁷ Disso se conclui que, mesmo os crimes sendo reais, os interlocutores foram responsáveis pela imaginação e imaginários construídos acerca deles.

⁸⁰⁴ Ver em: VIANNA, Nelson. *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Caros: Unimontes, 2007 (Coleção sesquicentenária. V. 7) p. 18

⁸⁰⁵ Ver em: VIANNA, Nelson. *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Caros: Unimontes, 2007 (Coleção sesquicentenária. V. 7) p.19

⁸⁰⁶ Ver em: VIANNA, Nelson. *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Claros: Unimontes, 2007 (Coleção sesquicentenária. V. 7) p.19-20

⁸⁰⁷ FALCON, Francisco J. Calazans; CARDOSO, Ciro Flamarion. MALERBA, Jurandir (Orgs). *Representação: contribuição a um debate transdisciplinar*. São Paulo: Papirus, 2000. p. 53.

Entretanto, a respeito do crime da Fazenda Canoas, outros autores, a exemplo de Geraldo Tito da Silveira,⁸⁰⁸ narra a chacina como um crime comum, sem conotação política. Sobre o ocorrido, o cronista escreve:

A cidade de Montes claros dormitava serena (...) quando o tropel de um cavalo (...) fez ouvir do solar do Dr. João Alves, (...) fagulhas, (...) [do] calçamento (...) da rua. Chegando em frente da casa, o cavaleiro parou (...). subindo os degraus da calçada , bateu à porta , chamando pelo Dr. João Alves. Daí a instantes, (...) o médico (...) assomou à porta (...).

_ que deseja o senhor? – perguntou ao desconhecido.

_ eu sou Antônio Ramiro - respondeu ele. Vim trazer uma triste notícia, pois seu pai, o coronel Marciano foi assassinado em sua fazenda das Canoas juntamente coma sinhá. Eu ia passando por lá ouvi a gritaria, entrei na casa e os corpos já tinham sido jogados no chiqueiro. O Dr. João Alves, ouvindo isso, estranhou que aquele homem estivesse passando pelas Canoas e uma hora daqueles, desconfiado que pudesse trata-se do próprio assassino, o que acabou sendo descoberto pela polícia.⁸⁰⁹

Na narrativa de Geraldo Tito, o crime da Fazenda Canoas apresenta-se como uma história alheia aos acontecimentos políticos e sociais daquele momento. Desconsiderava a barbárie praticada pelos réus, a mando dos acusados (Antônio Ramiro e Pedro Caetano), seus antecedentes e os inúmeros processos-crime atribuídos a eles.⁸¹⁰ Narra os fatos como um mero assassinato, típico de qualquer região do Brasil, onde cenas dessa natureza eram triviais, por apresentar as cidades com baixo grau de institucionalização política.⁸¹¹ Mas, ao mesmo tempo, possibilita ao leitor entender a chacina como uma prática em que o mandante denuncia o crime, conforme pode ser observado nas narrativas do autor e em depoimento que confirmam a autoria e co-autoria dos homicídios, entre os quais, o do Sr. Augusto Durães Coutinho.⁸¹²

Contudo, vale lembrar que, o processo-crime⁸¹³ da Fazenda Canoas foi composto por diversos depoimentos. Os depoentes pertenciam a diferentes classes sociais e descreviam o crime, cada um a sua maneira. Pelos autos, constata-se que em vários depoimentos, os depoentes citam os mesmos acusados e mandantes. Mas, não aparece em suas falas o motivo dos crimes. Segundo Augusto Durães Coutinho,

⁸⁰⁸ SILVEIRA, Geraldo Tito. *Tocaia de Bugres*. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1985

⁸⁰⁹ SILVEIRA, Geraldo Tito. *Tocaia de Bugres*. Montes Claros: Gráfica Polígono, 1985 p. 17

⁸¹⁰ Ver em: SOARES, Fernanda Mendes. *Celebres Caetanos*: um bando em Montes Claros. Monografia. Departamento de História. Unimontes. Montes Claros: 2004. p. 24.

⁸¹¹ Ver em: ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime*: violência nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2005 p. 23

⁸¹² Depoimento constante do processo-crime 7407 de 04/05/1913. Sob custódia do DDI/DPDOR/UNIMONTES.

⁸¹³ Processo-crime nº 7407 de 04/05/1913. sob custódia do DDI/DPDOR/UNIMONTES.

João Cabeceira antes de morar nesta cidade confessou ter sido ele juntamente com Luis Branco e Joaquim Leite os autores dos crimes de Canoas, e roubados 8:000\$00.oito contos, oitocentos e tantos reis que entregaram a Antônio Ramires, mandante do crime. Que sabe que cabeceira era cunhado de Pedro Caetano e de Luis Branco e tem ouvido dizer que era padrinho de Joaquim Leite.⁸¹⁴

No depoimento de Augusto Durães Coutinho constata-se segurança quanto à acusação, conhecimento pessoal dos réus, certeza da participação de Antônio Ramiro Prates e Pedro Caetano Prates. Demonstra também que, a quadrilha havia planejado a chacina, pela alta quantia que subtraíram do local do crime. Pelas palavras do depoente pode-se afirmar que autores e co-autores tinham convicção da impunidade. E, certamente essa não era a primeira participação deles em emboscadas ou tocaias, planos muito comuns na região do Norte de Minas na República Velha, mas, também uma das características da cultura política local.

As emboscadas, tocaias ou ciladas foram práticas triviais no período analisado (1830-1930) para resolver questões pessoais, desavenças e atritos políticos, principalmente quando envolviam participantes de ambos os lados: conservadores e liberais. O crime da fazenda Canoas, dentre outras características, apresentou também aspectos do mandonismo que, conforme Victor Nunes leal, “(...) se manifesta na perseguição aos adversários (...).”⁸¹⁵ Para o autor as “(...) relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade.”⁸¹⁶

Considerando essa análise de Nunes Leal pode-se afirmar que os crimes da fazenda Canoas foi uma perseguição aos adversários políticos e que os enrijecimentos nas relações provocaram hostilidades de dimensões imensuráveis como foi a chacina. Para o autor,

Hostilidades manifestam-se na ausência de relações sociais, em gestos de acinte ou picardia; em atos de provocação, em preterições nos serviços públicos; no rigor fiscal; na severidade policial; em atos de sabotagem; e por muitas outras formas, chegando mesmo à violência física e crimes mais graves, raramente na pessoa dos chefes contrários, mas freqüentemente na de seus aderentes mais modestos.⁸¹⁷

Na maioria das características apontadas por Nunes Leal encontra-se explicação para o crime da Fazenda Canoas, principalmente se for considerado que os denunciados como mandantes eram proprietários de terras situadas às margens do rio Pacuí, adversários políticos dos Alves e denunciados por centenas de outros homicídios, entre os quais, roubo. Aliam-se a

⁸¹⁴ Processo-crime nº 7407 de 04/05/1913. sob custódia do DDI/DPDOR/UNIMONTES.

⁸¹⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3º Ed. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1997. p. 61.

⁸¹⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3º Ed. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1997. p. 61.

⁸¹⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3º Ed. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1997. p. 300.

essas questões, segundo Donizette L. Nascimento, o fato de serem as principais vítimas, um rico coronel, próspero fazendeiro e sua esposa.⁸¹⁸

O coronel Marciano Alves, segundo Nascimento, era “(...) o empresário nas obras de expansão da ferrovia de Belo Horizonte até Montes Claros, onde respondia pela preparação do terreno no qual seriam assentados trilhos da via férrea que passaria pelas terras do rio Pacuhy, que pertenciam em grande à família dos Caetanos.”⁸¹⁹ Continuando, Nascimento nos informa que, “(...) o coronel Marciano Alves (...) havia sido comerciante de escravos e (...) de gado, após a abolição da escravidão. Na política, ao tempo do Império, tinha sido conselheiro do partido Conservador local.”⁸²⁰ Deduz-se das análises de Nunes Leal e das informações de Donizette Lima Nascimento que “motivos” não faltavam para a violência praticada contra os Alves.

Verifica-se pela leitura do processo-crime,⁸²¹ que o andamento das investigações foram rápidas. Um dos juízes no caso, apesar de substituto, era o médico Dr. João José Alves. Entretanto, percebe-se, pelos depoimentos, que assuntos de natureza político-social eram sempre citados.

A cultura política observada nos depoimentos tinha por base o contexto de uma estrutura coronelística,⁸²² que estava em mutação, obrigada pelas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, observadas em todo país, ou seja, ceder lugar para outros segmentos sociais participarem das decisões políticas. Apesar de ainda “(...) manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal, hierárquica.”⁸²³

Nessa conjuntura era perceptível as disputas políticas no interior das elites, a essa altura composta por outros coronéis (comerciantes, médicos, advogados, padres) que, “(...)

⁸¹⁸ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes claros de sua origem a década de 30.* (Dissertação de Mestrado em História). 323.f- Defendida pela Universidade de Severino Sombra- Vassouras- Rio de Janeiro, 2006. p. 120-121.

⁸¹⁹ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes claros de sua origem a década de 30.* (Dissertação de Mestrado em História) 323.f- Defendida pela Universidade de Severino Sombra- Vassouras- Rio de Janeiro, 2006. p.121.

⁸²⁰ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes claros de sua origem a década de 30.* (Dissertação de Mestrado em História) 323.f- Defendida pela Universidade de Severino Sombra- Vassouras- Rio de Janeiro, 2006. p.121.

⁸²¹ Processo-crime 7407 de 04/05/1913

⁸²² Ver em: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 130-153.

⁸²³ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.107.

controlava o poder público e orientava suas decisões, no sentido de afastarem as demais classes do poder e de manter seus privilégios.”⁸²⁴

Em função dessas leituras, verificam-se nos autos, que os crimes ocorridos na fazenda Canoas, apresentam inicialmente, vários indícios para a chacina. Entretanto, por não serem esses crimes, o foco principal dessa pesquisa, optou-se por quatro variáveis para analisá-los. A primeira recai sobre o mandonismo e cultura política, conforme visto no depoimento do Dr. Augusto Durães Coutinho, anteriormente mencionado. A segunda se encontra, no inquérito sobre Maria Ferreira dos Santos, 22 anos, doméstica. Residente na própria fazenda Canoas, “amante” do coronel. A terceira, sobre vizinhos e agregados e; a quarta, sobre trabalhadores/jagunços que, normalmente eram tratados pelos coronéis para fazer serviços extras, como matar desafetos, como fez João Rodrigues, vulgo João Cabeceira e, logo em seguida, eliminado como queima de arquivo.

No depoimento de Maria Ferreira dos Santos, verifica-se na redação do depoimento o desdém que o escrivão tratou a depoente e as palavras inadequadas que utilizou para registrar as averiguações do crime. Exemplo, dessa atitude foi o uso do termo: “parece cretina”. Um discurso pejorativo que, por si só, já apresentava à depoente como mulher, amante, pobre, meretriz e indigna. Nas palavras do escrivão, inquirida pelo juiz se havia visto ou estado com o coronel Marciano José Alves, respondeu que, “(...) acerca das cinco horas do Sábado o finado coronel Marciano José Alves, passou em casa e ali deixou 6 peixes e um pouco de sal, um vestido preto. Estava insatisfeito e lhe disse que ia fazer uma viagem a Bocaiúva, dizendo que ela se tornasse caseira.”⁸²⁵

Na escrita do depoimento percebe-se que a depoente fora tratada como libertina, pecadora, interesseira, mulher que vivia só fora de casa, ligando-a a imagem de “Eva”, descrita por Joan Scott como: “Eva e Maria como símbolo da mulher, (...) dentro da tradição cristã do ocidente, mas, também os mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção.”⁸²⁶ Infere-se ainda no depoimento que, no momento do estado do coronel em casa de Maria Ferreira, nada o perturbava, situação demonstrada pela expressão “estava satisfeito”, dita pela depoente.

Sem esclarecimento acusatório no depoimento de Maria Ferreira dos Santos, a justiça deu continuidade às investigações, a partir de nomes citados no processo, como foi o caso de

⁸²⁴ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes claros de sua origem a década de 30.* (Dissertação de Mestrado em História) 323.f- Defendida pela Universidade de Severino Sombra- Vassouras- Rio de Janeiro, 2006. p.122.

⁸²⁵ Processo-crime 7407 de 17 de Maio de 1913. f.14 e 15

⁸²⁶ SCOTT, Joan Gênero: Uma categoria útil de análise história. *Revista Educação e realidade.* Porto alegre. 16(2): 5-22, Jul/Dez, 1990. p. 14

Maria Abreu Magalhães, baiana de Imburana, doméstica, com idade aparente de 30 e poucos anos. Segundo seu depoimento,

Sexta-feira levantou-se escuro e saiu para o engenho de Ponte Alta, onde dormira na véspera o seu marido Camilo. No caminho, em distância equidistante de sua casa de Ponte Alta notou três vultos que vinham em direção contrária isto é, para a cidade. A depoente aterrorizada ao vê-los afastou-se pouco do caminho, dando-lhes passagem e nesse instante observou que o da frente era mais alto do que os outros, e era preto; levavam as costas um saco e não reparou se levavam facão nem espingarda. Não reparou se apresentavam manchas de sangue. Os outros levavam sacos também.⁸²⁷

O depoimento de Maria Abreu Magalhães, conforme leitura inferida dos autos contribuiu em parte, para elucidar as investigações dos crimes da Fazenda Canoas. Suas declarações foram confirmadas por outros depoentes e, muitos foram ouvidos mais de uma vez, em função das contradições que apresentavam seus depoimentos. Marina de Abreu Magalhães evidenciou em seu depoimento cor e altura dos vultos que, segundo ela, vinham em sua direção. Pelo tom da fala, a depoente demonstrava indiferença aos negros e sugeria mais averiguações, por afirmar que os três carregavam sacos nas costas, não saber o conteúdo ali contido, nem reparar se levavam armas. Fatos que para a justiça confirmavam a autoria dos homicídios e afirmavam serem os autores⁸²⁸ João Cabeceira, Luiz branco e Joaquim Leite, citados também pelo Sr. Augusto Durães Coutinho.

Analisando os autos, percebe-se que, se por um lado o juiz da comarca e o promotor público⁸²⁹ tinham dúvidas quanto aos acusados, pelas contradições apresentadas nos depoimentos e serem os mandantes os “celebres caetanos;”⁸³⁰ por outro esforçavam para elucidar os crimes da fazenda Canoas e dar uma resposta a sociedade, pela violência apresentada na chacina e por outros delitos cometidos por esses coronéis, vulgo João Cabeceira.

Consta nos autos que 24 (vinte e quatro) testemunhas⁸³¹ foram ouvidas. Entretanto, como já mencionado anteriormente para facilitar a análise, esses depoimentos foram agrupados por categorias, entre as quais, está a do fazendeiro. Nesse grupo dois depoimentos nos chamaram bastante atenção, primeiro, pela forma como denunciaram autores e co-autores,

⁸²⁷ Processo-crime 7407 de 19 de maio de 1913. f. 21-21 V.

⁸²⁸ Cf.: processo - crime 7407 de 04/05/1913 os autores do crime de Canoas chamavam respectivamente João José Rodrigues, Luís José Soares e Joaquim Ribeiro Leite.

⁸²⁹ Cf.: processo-crime 1707 era juiz da comarca de Montes Claros Dr. José Besson de Oliveira Andrade e promotor público Dr. Herculino Pereira de Souza.

⁸³⁰ Cf.: processo-crime 7407, p. 577. Nome dado aos irmãos Antônio Ramiro Prates e Pedro Caetano Prates pelo juiz da Comarca de Montes Claros Dr. José Besson de Oliveira Andrade, pelos inúmeros crimes e práticas delituosas cometidas por eles, conforme constava em outros processos.

⁸³¹ Cf.: processo-crime 7407, 19 de maio de 1913 f. 573

segundo, por citar o nome do outro no corpo da denuncia. O primeiro deles a ser interrogado foi Firmino Gonçalves Pereira (vulgo Firmino Polycarpo), 42 anos, casado, fazendeiro, que ao ser inquirido, respondeu:

Tendo estado aqui na cidade no dia de sábado regressou a sua fazenda no Domingo, ali chegando as dez horas da noite mais ou menos, teve notícias que ali tinha estado João Cabeceiras, Luis Branco e Joaquim Leite, no referido dia de Domingo, sem que ficasse sabendo a hora; que na segunda-feira os três comparara, em sua mão, em função de um trabalho que tinha contratado com o depoente que era a construção de uma cerca, que não pode afirmar se os contratantes começaram o serviço logo na segunda-feira: sabe que os mesmos tiveram diversas falhas [faltas] na sua saída ausentando-se de lá; que pode garantir que quinta, sexta e sábado véspera dos crimes Canoas, João Cabeceira, Luis Branco e Joaquim leite não trabalharam para ele, nem foram vistos na vizinhança, não tendo os visto durante toda a semana do mês de Abril e princípio de Maio deste ano [1913]; que soube por ouvir dizer, a quem não se lembra, e isto antes de João Cabeceira receber o tiro de que faleceu, de que este dissera que, se fosse preso não ficaria na cadeia, por que havia de por os podres de Antonio Ramiro para fora; que nunca ouviu dizer que João Cabeceira fosse inimigo de Antonio Ramiro, antes pelo contrário sabe que eram amigos e que Cabeceira mantinha negócios com Antonio Ramiro Prates, que cabeceira contou a ele que tinha sido contratado por Ramiro para matar Aureliano Flávio, chegando a ficar de emboscada juntamente com Renério de tal, procurando tirar sua vida; que na ocasião cabeceira lhe disse que Antonio Ramiro ter encomendado alguém para lhe matar, e queria o mesmo ganhar muito dinheiro com ele, tendo encomendado sua morte a João cabeceira, para que desse um tiro à traição e que fosse dito que o autor desse tiro era Juca Virginio, já que eram inimigos, (...); que cabeceira lhe disse que a empreitada que recebia era para matar a ele- Aureliano- e estendia também a Chico do retiro, cunhado dele Antônio Ramiro; (...); que sabe de diversas pessoas que se queixam de furtos por parte de Antônio Ramiro e sua família e entre estes outros mencionou Luis Feliciano, Joaquim Velho, que chegou a perder todo o gado de trabalho e a Antonio Joaquim e Marcelino de tal que se queixava de ter perdido uns cavalos.⁸³²

O segundo foi Aureliano Flávio, 62 anos, casado, fazendeiro que na crônica de Nelson Vianna⁸³³ aparece como um homem modesto, mas independente, de gênio retraído, de índole bondosa, inteligente, conhecedor da história,⁸³⁴ em particular, a história de Montes Claros, de justa simpatia, que lhe possibilitava possuir, “(...) largo círculo de amigos que tinham por êle grande consideração.”⁸³⁵ Ao ser interrogado, respondeu que,

⁸³² Processo-crime 7407 17 de Maio 1913 f. 243-244

⁸³³ VIANNA, Nelson. *Foiceiros e vaqueiros*. Montes Claros: Unimontes, 2007 (Coleção Sesquicentenária.) v. 7 p.286

⁸³⁴ VIANNA, Nelson. *Foiceiros e vaqueiros*. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Coleção Sesquicentenária.) v. 7 p. 286 “conhecia muita e muita coisa interessante e, em particular, a história de Montes Claros de quase um século atrás como testemunha pessoal em tão dilatado espaço de tempo, de todos os fatos aqui desenrolados - e de cerca de mais cem anos, por ter ‘ouvido dizer’, quando ainda criança, graças à sua prodigiosa memória que sempre gozou de boa fama e era em geral por todos respeitados. Como fôsse homem simples e verás, as datas que assinalava, os episódios que relatava eram acatados por toda a gente sob o ditado de historiador honesto que, por simples capricho, ali mandasse registrar com límpida clareza, a exata descrição daqueles acontecimentos há tantos e tantos anos desenrolados”.

⁸³⁵ VIANNA, Nelson. *Foiceiros e Vaqueiros*. Montes Caros: Unimontes, 2007 (Coleção sesquicentenária. V. 7) p.286

Que primeiro lhe dissera ter o João Cabeceira confessado o crime (...), foi o próprio Alferes Francisco José da Costa Guedes, na manhã de 09 de Junho deste ano na fazenda dele depoente, ouviu também de outras pessoas não se lembrando de quem ter Luís Branco e Joaquim Leite confessado ter auxiliado a João Cabeceira na prática dos crimes, que a quantia roubada segundo declarou João Cabeceira foi entregue a Antônio Ramiro Prates, que também soube ter Cabeceira trabalhado para Firmino Policarpo na beira do Pacuhy na colheita de arroz antes dos crimes de Canoas, bem como sabe que no dia 4 de Maio, andaram João Cabeceira em casa de Firmino Policarpo, à noite conforme lhe contou Dona Tiburtina Alves.⁸³⁶

O depoimento de Firmino Gonçalves Pereira e de Aureliano Flávio permite-nos, além de não haver dúvidas sobre quantos acusados e mandantes do crime de Canoas, uma leitura da violência, principalmente, utilizada pelos coronéis, no período do crime e pós-crime (1913-1916)⁸³⁷ para instituir fortunas, consolidar territórios de mando e liderança político-sociais. O acusado de mandante pelos depoimentos e réu, conforme os autos, Antônio Ramires Prates, era um homem endinheirado, fazendeiro e proprietário, possuidor de muitas cabeças de gado.⁸³⁸

Este pertencia ainda, a uma grande parentela - a dos Caetanos e dos Prates. Formada “(...) por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio), ou de alianças (uniões matrimoniais).”⁸³⁹ Parentela constituída de indivíduos de diversos níveis sócio-econômicos, - proprietários de terras (sitiantes), fazendeiros e profissionais liberais - (que normalmente ocupava cargos eletivos). Tinha no advogado e deputado federal, Dr. Camillo Philinto Prates seu maior representante que, no período do julgamento do crime de Canoas, foi citado inúmeras vezes nos autos.

Uma delas a de ser o pai de Dr. Lincoln Prates, cunhado de um dos advogados de defesa, o Dr. Octávio Martins e por supor a justiça, que o deputado Camillo Philinto Prates era portador de informações do referido advogado aos réus. Em uma das atas do adiamento do julgamento dos réus, datada de 22 de junho de 1915, o escrivão relata que,

As perguntas do juiz, disseram os reos Luiz José Soares (...) sem defensor por ser miserável e, Antônio Ramiro Prates (...) e ter o defensor ausente, visto ainda não ter comparecido o Dr. Octávio Martins, a quem escreveu por mais de uma vez sobre o julgamento nesta sessão, segundo informou ontem. A ordem do juiz informei eu, escrivão, ao tribunal que o deputado Camillo Philinto Prates, apenas pode dizer-me, apesar de ser o Dr. Octávio Martins irmão da senhora do Dr. Lincoln Prates,

⁸³⁶ Processo-crime 7407, 19 de Maio de 1913 f.244-245

⁸³⁷ Cf.: processo-crime 7407 o crime de Canoas começa a ser investigado em 1913 tão logo é cometido e tem seu sumário de culpa em 1916 quando finalmente acusados e mandantes foram julgados e condenados definitivamente.

⁸³⁸ Processo-crime 7407, 19 de Maio de 1913 f. 576.

⁸³⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Brasil Republicano*, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). (org.) CARDOSO, Fernando Henrique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 p. 164.

filho d'elle deputado, que não esteve com o advogado, não recebeu incumbência ou carta do mesmo e nem ouviu fallar em sua vinda a esta cidade para tratar da defesa do reo Antônio Ramiro Prates.⁸⁴⁰

Pelo relato do escrivão, Leopoldo Laborne Valle, compreende-se que o deputado Camillo Philinto Prates mantinha com o réu Antônio Ramiro Prates estreita ligação. Percebe-se ainda, certo grau de cumplicidade entre ambos. Essa parentela apresentava, “(...) três aspectos interligados – o político, o econômico, o do parentesco.”⁸⁴¹ Uma prova cabal dessa interligação, está no adiamento do julgamento pela segunda vez, ao afirmar o juiz que,

Usando de recurso que a lei lhes garante os réus Antônio Ramiro Prates e Luiz Branco protestaram por um novo jury, (...) tendo o réu Joaquim apellado, (...) preparado ainda uma vez o processo (...), vieram à baila as mesmíssimas allegações, tendo o juiz adiado ainda o julgamento para se esperar o deputado Camillo Prates que chegava da capital e podia dar notícias do advogado Dr. Octávio Martins (...).
- Ouvido este deputado e não dando elle noticia alguma do Dr. Octávio Martins (...), declararam os reus submeterem-se à decisão do presidente do tribunal, agravando o réu Antônio Ramiro da decisão que submeteu a julgamento contra a sua vontade.⁸⁴²

Assim, verifica-se que a ligação entre o econômico, o parentesco e, principalmente o político, teve uma forte influência no julgamento do crime de Canoas. Outro exemplo dessa natureza refere-se ao depoimento de Dr. João José Alves. Ao ser interrogado disse que Joaquim Leite e João Cabeceira confirmaram que “(...) estiveram em Canoas, escondendo-lhe dentro das fornalhas do engenho perto de casa, tendo sido cabeceira o primeiro a sair da emboscada e agredir o Cel. Marciano José Alves, traiçoeiramente.”⁸⁴³ O depoente Joaquim Leite, afirmou “(...) ter visto Antônio Ramiro a conversar com cabeceira e dizer que teria de fazer outro serviço aqui na cidade.”⁸⁴⁴ Conforme o depoente, cabeceira, tenha dito que, “já estava cansado de praticar tais atos e não gostava de os criticar aqui na cidade; (...)”⁸⁴⁵

Prosseguindo o depoimento, Dr. João Alves disse que, Joaquim Leite afirmara-lhe que continuou a ouvir a conversa entre Antônio Ramiro e João Cabeceira. Antônio Ramiro havia resolvido não matar um tal de Dr. Honorato Alves e assassinar um tal João Alves. Segundo o que o depoente Joaquim Leite ouvira, Antônio Ramiro Prates (...) “lhe disse ser este plano

⁸⁴⁰ Processo- crime de 22 de Junho de 1915 p, 564 v e 565

⁸⁴¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Brasil Republicano*, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). (org) CARDOSO, Fernando Henrique. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1997 p.167

⁸⁴² Processo 7407, datado de Junho de 1915. p. 574v e 575

⁸⁴³ Processo 7407, folha 251.

⁸⁴⁴ Processo 7407, folha 252.

⁸⁴⁵ Processo 7407, folha 253.

motivado mais pelo temor que o mesmo tinha de ser perseguido pelo depoente se [este] descobrisse os mandantes do crime.”⁸⁴⁶

Pelo depoimento do Dr. João Alves, percebe-se que o crime de Canoas apresentava-se várias versões, entre elas: a econômica, subtendida por ser o coronel Marciano José Alves, homem rico e de muitas posses; está à frente da desapropriação de terras às margens do rio Pacuhy por onde passaria a estrada de ferro que ligava a região norte à capital mineira e ainda, ser Antônio Ramiro Prates um dos grandes proprietários de terras localizadas na região de desapropriação.

A versão política apresenta-se, por querer os meliantes eliminar o então deputado Alves, liderança de oposição ao deputado Camillo Philinto Prates. E ainda, a violência, verificada pela crueldade praticada na emboscada; por tramar o assassinato de Dr. João Alves, motivado por, no mínimo duas razões: a primeira política (opositor da parentela dos Caetanos e dos Prates) e o segundo temor (medo de ser descoberto como mandante do crime de Canoas) e por fim, mandar assassinar João José Rodrigues, vulgo cabeceira, após o réu denunciá-lo como mandante da barbárie de 03 de maio de 1913, conhecido como crime de Canoas.

Entretanto, a violência perpetrada pelos “caetanos”, particularmente por Antônio Ramiro Prates e Pedro Caetano Prates, já era conhecida regionalmente, desde 1907, quando foram acusados por 113 fazendeiros de comandar bando armado e formar a quadrilha dos “caetanos”. Em correspondência de 15 de abril de 1907, enviada ao chefe de polícia do estado de Minas Gerais pediam providências contra o bando. Em resumo, dizia:

Nós abaixo assinados, fazendeiros e criadores de São Lamberto, Pacuí e Serra dos Fonseca, uma das zonas mais opulentas do distrito de Montes Claros e município do mesmo nome, pedimos a V. Exa. (...) para dirigir diretamente à primeira autoridade policial do estado com o intuito de suplicarmos prontas e enérgicas medidas, capazes de extinguirem um grande mal, que desde muitos anos, e cada vez com acentuado crescimento, tem comprometido a fortuna e até mesmo a própria vida, (...) Exmo Sr. Há muitos anos já que uma quadrilha de ladrões de animais, a princípio pouco numerosa e operando a medo e cautelosamente, mas crescendo em número e atrevimento, põe em constante sobressalto os moradores do largo âmbito de sua ação; (...) Acresce ainda, Exmo. Sr., que três ou quatro fazendeiros prestam mão forte aos quadrilheiros, protegendo-lhes todos os latrocínios, dominados que estão pela indigna cobiça de se completarem com o fruto de tão nefandos crimes. (...) pedimos, (...) que a V. Ex. se amercie de nós ordenando ao distrito oficial que serve, as suas ordens como delegado de polícia em comissão, as providências que parecem a V. Exa., necessárias e proficuas e nós, confidentes na justiça de nossa suplica, nos oferecemos a auxiliar a digna autoridade no que for mister, e cobrimos de benção a V. Exa., de quem somos, com alto apreço patrícos e admiradores. Fazendeiros do Pacuí São Lamberto e Serra dos Fonseca, Santo Elias, 25 de Março

⁸⁴⁶ Processo 7407, 13 de maio de 1913, f. 254

de 1907. Martinho Rodrigues da Fonseca (1º signatário). Seguem-se outras 113 assinaturas e reconhecimento de todas as formas.⁸⁴⁷

Pelos autos de denúncia, nota-se a gravidade dos crimes, a apelação dos fazendeiros e a violência praticada na época pelos “caetanos”. E ainda, o posicionamento dos coronéis locais pela disputa do poder econômico-social e, principalmente político. Essa era a cultura política adotada pelos homens de posses desde a Vila de Monte Claros de Formigas que perpetuava por mais de 75 anos e possibilitava a classe proprietária comandar e controlar a política regional e local.

Fato evidente no crime de Canoas, perpetrado a mando dos “caetanos” que, segundo o promotor do caso – Dr. Herculino Pereira de Souza - desde “(...) os seus antepassados que a população do Pacuhy districto desta cidade conhece os celebres caetanos que bem merecem uma biographia extensa e documentada.”⁸⁴⁸ Confere-se pela fala do promotor que a região do Pacuí era a zona mais opulenta do município, datada pelos fazendeiros desde 1907, conforme foi mencionada na correspondência enviada ao chefe de polícia do estado de Minas Gerais em abril do mesmo ano.

Contudo, sabe-se que a violência foi o mecanismo utilizado pelos coronéis para resolver seus litígios, disputas, desavenças, malquerenças que, normalmente, acabavam quase sempre “na bola”. As disputas pelo poder político-social era exemplo dessa natureza e demonstração de que o uso da violência era o recurso para o acesso, exercício e manutenção no poder. Prática verificada em todos os sentidos da vida cotidiana, inclusive, no exercício dos direitos políticos e das mais variadas formas, dentre as quais a barganha. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, a barganha ocorria desde o Império, apesar de o voto ser um direito de poucos e constituir, nesse período, favores, como diz Maria Isaura Pereira de Queiroz: “(...) um bem cujo valor era conhecido e que lhes permitia ‘barganhá-lo’ contra favores e benefícios.”⁸⁴⁹

Na análise da autora, “(...) uma vez estendido o voto à maioria dos cidadãos, o modelo persistiu, tanto entre os chefes políticos maiores, de um lado, e os chefes políticos menores, de

⁸⁴⁷ Processo-crime: furto . réus: Antônio Ramiro Prates e Pedro Caetano Prates. Datado de 02 de Junho de 1907 p. 5. Sob custódia do DDI|DPDOR|UNIMONTES.

⁸⁴⁸ Processo-crime 7407. f. 577 datado de 15 de julho de 1915

⁸⁴⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Brasil Republicano*, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). (org.) CARDOSO, Fernando Henrique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 p. 160

outro, quanto entre os chefes políticos menores e os próprios eleitores.”⁸⁵⁰ No nosso entender, uma espécie de negócio, que conforme Queiroz,

Cumpra não esquecer que a obtenção dos votos nem sempre se exprimia pela maneira benigna da barganha, uma vez que se encontrava inserido numa estrutura de dominantes e dominados, em que os dominantes detinha várias formas de poder em suas mãos, inclusive e principalmente o econômico. A opressão, a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregados e tão usuais quanto os favores e os benefício.⁸⁵¹

Verifica-se na análise da autora que, para chegar ao poder, tudo se justificava inclusive, “comprar o voto”. Mas, para isso, sabe-se que era necessária estrutura econômica, mesmo que viesse da prática de crime, violência e crueldade. Na documentação consultada (processos-crime) nota-se que as formas utilizadas para obtenção do poder econômico foi o furto, atestado anteriormente, como foi o caso dos irmãos caetanos em 1907 e, posteriormente em 1913, no crime de Canoas.

Nesse crime, acrescenta-se ainda, o fato de serem os irmãos Caetanos (Antônio Ramiro Prates e Pedro Caetano Prates) opositores políticos do coronel Marciano José Alves de seus filhos Honorato Alves e João José Alves. O primeiro deputado estadual de 1902 a 1906 e federal de 1906 a 1929 por indicação do PRM pelo distrito de Montes Claros.⁸⁵² O segundo renomado médico regional. E, conforme César Henrique de Queiroz Porto, durante o período em que o irmão era deputado federal “(...) cuidou da política da cidade em nome da família.”⁸⁵³

Assim, observa-se que o crime de Canoas fundamentou-se, principalmente, em duas vertentes: a política e a econômica. Politicamente, a chacina de Canoas teve repercussão nos meios de comunicação. Camillo Philinto Prates, chefe camillista⁸⁵⁴ e principal opositor dos Alves utilizou, o jornal local, “A verdade”⁸⁵⁵ para divulgar um grande manifesto⁸⁵⁶ em defesa

⁸⁵⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Brasil Republicano*, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). (org.) CARDOSO, Fernando Henrique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 p.160.

⁸⁵¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *O Brasil Republicano*, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). (org.) CARDOSO, Fernando Henrique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 p. 160 -161

⁸⁵² PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira república*, Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 75

⁸⁵³ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira república*, Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 75.

⁸⁵⁴ Cf.: “denominação dada aos correligionários de Camilo Prates.

⁸⁵⁵ A verdade. Semanário religioso, literário e noticioso. Ano IX nº 31: 31 de Julho de 1915. Montes Claros, Minas Gerais.

⁸⁵⁶ ANEXO nº: 07. Cf: A verdade. Semanário religioso, literário e noticioso. Ano IX nº 31: 31 de Julho de 1915. Montes Claros, Minas Gerais p. 1 e 2.

de Antônio Ramiro Prates, acusado de ser mandante da chacina que, nesse momento, também contava com o apoio do agente executivo e presidente da câmara, o coronel Joaquim José da Costa.

Pelo manifesto nota-se, principalmente, como a política estava intimamente ligada a cultura política e a mercê da estrutura coronelística. Basta verificar os trechos sublinhados e entre parênteses. Neles, Camillo Philinto Prates usou o direito, com exímia maestria para, entre outras coisas, defender os réus, colocar a opinião pública contra o juiz, expor sua opinião político-social perante a população, atacar os Alves e seus correligionários, louvar sua atitude frente aos camillistas e seus eleitores e, visivelmente, através das brechas que a lei permite contestar o julgamento de seu cliente, Pedro Caetano Prates e do cliente de Dr. Octávio Martins, Antônio Ramiro Prates.

O manifesto ainda nos permite entender a que nível era tratado a coisa pública, de que forma ela era utilizada em benefício próprio e, a que ponto chegava o mandonismo local. É interessante lembrar que o julgamento da chacina de Canoas foi adiado por inúmeras vezes, conforme consta dos autos,⁸⁵⁷ em função das constantes ausências dos advogados de defesa e, só foi iniciado quando a revelia, Dr. José Bessoni de Oliveira Andrade, juiz do tribunal, nomeou publicamente, segundo ele “a bem da causa pública”, conforme processo-crime,⁸⁵⁸ Dr. Urbino de Souza Vianna, curador dos réus e Antônio de Oliveira (farmacêutico) auxiliar de defesa. Ambos recusados pela defesa do réu Antônio Ramiro Prates.

Denota-se daí que, o manifesto redigido e dirigido à sociedade montesclarensense pelo deputado Dr. Camillo Philinto Prates, foi, sem dúvida, um protesto para ser aplaudido pelos correligionários e eleitores, conquistar votos, sensibilizar a população pelo conhecimento do Direito e das Leis, apelar pela comoção pública em favor dos réus, colocar em confronto o juiz do tribunal e o povo, demonstrar poder econômico e político-social e, ainda, firmar-se como homem de mérito não igualável em favor da “moralidade” pública.

Contudo, apesar dos apelos dos referido deputado, o Tribunal do Júri pronunciou-se pela condenação dos réus. Logo após a leitura das sentenças foi solicitado pelo curador⁸⁵⁹ dos mesmos, novo julgamento, conforme consta dos autos⁸⁶⁰ e, obteve como resposta, na nossa

⁸⁵⁷ Processo-crime 7407-data de junho de 1915 f. 575 sob custódia do DDI|DPDOR|UNIMONTES.

⁸⁵⁸ Processo-crime 7407-data 22 de junho de 1915. f. 565.

⁸⁵⁹ Dr. Urbino de Souza Vianna

⁸⁶⁰ Cf.: processo-crime 7407- datado de 11 de junho de 1915 f. 570-571

Tenho na qualidade de curador dos réus Antônio Ramiro Prates e Luiz Jose Soares de levar a alta consideração dos ilustres e respeitáveis membros dessa egrégia câmara criminal as razões adduzidas em favor meus tutelados, que muito estimaria eu fossem defendidos por outro não eu, livrando-me desse dever que para mim é assaz pesado atendendo que tem de roubar a serviço de importância horas no estudo da questão para mim,

análise, o envio do relatório pelo Promotor Público,⁸⁶¹ à Egrégia Câmara Criminal do Tribunal da Relação do Estado:

Egrégia Câmara Criminal.

Por motivos vinculados pela imprensa a Egrégia Câmara esta informada do facto que é o objeto desse processo: trata-se de um medonho crime hoje conhecido por crime de Canoas, isto é o assassinato do velho pai e da velha mãe do nosso representante da Câmara Federal, Dr. Honorato Alves, além do assassinato de uma criada dos mesmos e do roubo de quantia superior a oito contos de réis, crimes cometidos como intervenção do braço do jagunço e a mandato de Antônio Ramiro Prates, já celebre como assassino e ladrão. É o crime mais importante desta comarca e que profundamente impressionou a nossa população, dando hoje graças a Deus por ter conseguido, em grande parte, com esforços meus manter os criminosos em custódia e perfeitamente garantidos, e levar a cabo um feito de tal importância sem nenhum incidente deplorável, para o que muito contribuíram os meus honrados colegas do fórum, sem exceção de um só. Como se pode ver nos autos, ação começou pela polícia entregue então a honradez illibada do Dr. Alcides Avellar, hoje delegado de polícia e São Paulo, tendo eu tomado parte nas diligências, ao lado do delegado desde os primeiros instantes (...) e acompanhando-os sem cessar até o final, com toda a dedicação e isenção de ânimo de que toda população dessa comarca da testemunho. Não foi pequeno o esforço por mim empregado e o trabalho com que tive de arcar para atingir o resultado final (...) estou satisfeito e recompensado, pois obtive o que desejava, isto é, tenho a certeza de haver colaborado numa Cruzada S., tenho minha consciência perfeitamente tranqüila por haver cumprido o meu dever, esforçando-me pela punição dos culpados.⁸⁶²

Verifica-se no trecho, em destaque, que houve por parte da promotoria, uma resposta ao manifesto divulgado pelo jornal “A verdade”, a exposição do fato que resultou no crime de Canoas, a defesa da justiça enquanto lei, a exaltação do papel do promotor e o significado do seu trabalho a bem da causa pública, ou seja, defendeu a justiça das acusações imputadas a ela através do manifesto. E, para contrapor, fez “(...) um ligeiro histórico do processo,”⁸⁶³ dividido, no nosso entender, em quatro partes. Na primeira, apresentou uma retrospectiva do crime até o sumário da culpa, conforme o trecho,

horível!(...). hoje faço em nome do reo-mandante Antônio Ramiro e seu Co-reo Luiz José Soares, vulgo Luiz branco. Este declarou não ter advogado e alegou não poder pagar pessoa que o defendesse, protestando, no entanto, por falta de testemunha a seu favor, que diz ter, q de cuja importância o tribunal julgara: Antonio Ramiro, em tempo, nas sessões de jury a que tenho sido obrigado a comparecer, há lançado afirmação de que tem sido violentada, que tenha advogado, etc...; do que Exmo. Dr. Juiz de direito e aconselhou a gravar, esperando dos Meretíssimos senhores juizes despacho a seu agravo. Por mais discutidas tem sido as diversas peripécias desse processado, e esperam os RR a mais soberana justiça mandado V, Exmos. Submetellos a novo julgamento depois de apresentar seu advogado o primeiri réu, e as testemunhas do 2°. Além disso, as razões de apelação de folhas 452 ocorreu comcumitantemente em favor da presente apelação o que vossa V. EXcia. Tomarem em devido reparo.

E por isso, confiando, esperam os RR.

Pelos RR; como curadores.

URbinio de Souza Vianna

⁸⁶¹ Dr. Herculino Pereira de Souza

⁸⁶² Processo-crime 7407, 15 de Julho de 1915 f.572-572v

⁸⁶³ Processo-crime 7407 datado de 15 de julho de 1915 f. 572V.

O crime se deu a três de maio de 1913, as longas pesquisas policiais terminaram a 20 de Junho do mesmo ano. O sumário de culpa terminou a 1 de Dezembro de 1913. Do inquérito consta: o auto de exame no edifício da fazenda os móveis das vítimas, também por pessoas habilitadas, as folhas 09, os depoimentos em número de 43, diversas buscas, confrontos, verificações, exames de instrumentos, etc.

No inquérito o que há de mais importância para a prova do crime vem as folhas 87 ate 99 a saber, as confissões espontâneas e uniformes dos co-reos mandatários, confissões ouvidas por pessoas de alta colocação social entre nós, como o Srs. Coronel José Rodrigues Prates e o Major Antonio Francelino Lafetá, confissões feitas diante do grande público então reinante, curiosidade e publicidade que acompanharam o processo até o final do julgamento.

No sumário foram ouvidas 24 testemunhas, continuando co-réus de Antônio Ramiro a sustentar sua confissão (vide o final dos 1º depoimentos tomados). No sumário tudo correu regularmente, sendo o réu menor assistido por curador.

As provas continuaram sempre a se submeter cada vez mais contra os réus. Somente depois que se reuniram os três réus na mesma prisão, começaram e persistiu Luis e Joaquim a negar que tenham praticado a mandado de Antônio Ramiro, o que prova, cada vez mais, a decisiva influência deste sobre aqueles. Assim foram os réus pronunciados a folha 211, sendo a pronuncia sustentada a folha 280 v. oferecendo-se contra eles o libello de fls.305, encerrando-se, portanto o sumário a 12 de Janeiro de 1914.⁸⁶⁴

Na parte destacada, verifica-se o conhecimento do processo-crime, a capacidade de síntese dos fatos, a constatação apurada dos confrontos nas buscas, verificação e exames periciais, a importância das confissões espontâneas diante da curiosidade e publicidade do caso, o mérito de provar a culpa dos réus e co-réus, enfim, a afirmação de que o crime foi encomendado e tinha como mandante o acusado Antônio Ramiro Prates, pelo poder que exercia sobre seu bando.

Na segunda, sintetizou o julgamento,

O julgamento

A primeira vez que preparou o processo foi a 17 de março de 1914. Comparecendo os réus a julgamento, allegou o réu Antônio Ramiro ter advogado contratado, o Dr. Octávio Martins, o qual não podendo comparecer, por motivos que o réu não soube explicar, pedia adiamento do julgamento, tendo os co-réus igualmente pedido adiamento por terem testemunhas de defasa a apresentar. Attentando-lhe a que o presidente do tribunal concedeu o adiamento, advertindo aos réus que se preparassem para que na próxima sessão do jury não se repetisse a falta. (...) Foi assim adiado o julgamento, apesar da Promotoria estar convencida de que no próximo julgamento a mesma chicana se repetiria.⁸⁶⁵

Nessa síntese, o promotor evidenciou as inúmeras vezes que os réus pediram o adiamento do julgamento. Petição que, segundo ele, tinham como intuito “(...) mero recurso protelatório.”⁸⁶⁶ E afirma que, “(...) depois de um trabalho insano, conseguiu afinal a justiça

⁸⁶⁴ Processo-crime 7407 datado de 15 de julho de 1915, f. 572V-573.

⁸⁶⁵ Processo-crime 7407- datado de 15 de julho de 1915, f. 573V 575V.

⁸⁶⁶ Processo-crime 7407. datado de 15 de julho de 1915, f. 574.

punir em junho de 1915 o bárbaro crime de maio de 1913.”⁸⁶⁷ Para finalizar a síntese do julgamento acrescenta que,

Tenho, como promotor minha consciência tranquilla, porque, apesar das veementes acusações feitas aos réus, é commigo que eles ainda se achavam quando querem reclamar qualquer providencia legal, tendo sido eu que lhes mandei fazer as petições de protesto e appellação, a seu pedido, como, provo com cartas dos mesmos; tendo sido eu quem lhes aconselhou a escrever e registrar cartas para o advogado em Belo Horizonte, tendo enfim aconselhado por muitas vezes a contratar outro advogado, porque é coisa sabida aqui que o dr. Martins não voltaria.⁸⁶⁸

Pelo discurso apresentado no final da síntese, nota-se a segurança da promotoria em relação às acusações imputadas a justiça pelos réus e afirmava ser ele o único a aconselhá-los a fazer petições e apelação aos advogados pelas suas constantes ausências e contratar outros. Deduz-se, ainda de sua escrita, que a justiça tinha convicção da lisura dos serviços prestados a bem da causa pública.

Na terceira parte, agradeceu a Deus pelo *veredicto* final e evidenciou os motivos, conforme consta dos autos,

Tendo chegado ao termo final da causa, dou graças a Deus por todos estes motivos: 1º - por não ter havido nenhum incidente desagradável, apesar da grande exaltação a princípio; 2º - por não ter a família das victimas enveredados pelos caminhos da vindicta privada, tendo, pelo contrário descansado absolutamente confiante na acção da justiça pública; 3º - por não terem os réus apesar de endinheirados, um delles, conseguido evadir-se das nossas prisões que nenhuma garantia ofereceu, (notando-se que, com o dinheiro delles, dos caetanos, já se conseguiu evasão de dezoito presos de uma só vez da nossa cadeia); 4º- por ver que a condenação foi um desafogo para a consciência da quase totalidade de nossa população , só incomodando a meia dúzia de suspeitos e despeitados; 5º - por ver que apesar das dificuldades do meio ambiente, o processo não apresenta nulidade alguma tendo assegurado ao réu todas as regalias de direito. Verdade é que os réus falam em violência no julgamento; violência não longanimidade, condescendência é que houve da parte da justiça pública como se vae ver.

O réu Antônio Ramiro é homem endinheirado; poderia trazer aqui se o quisesse até advogado nomeado e mais de um. É fazendeiro e proprietário, tendo poucas cabeças de gado. Teve tempo de sobra para providenciar; ainda mesmo que quizesse trazer *Labori*⁸⁶⁹ de paris poderia tel’o feito.

Mas não o fez só por este motivo: porque sabia que seu julgamento importava inevitavelmente sua condenação. Planejou então a chicana: ter advogado e não comparecer a este jury, protelando-se assim indefinidamente o julgamento, luzindo-lhe assim alguma esperança de fuga, prescrição ou cambalacho político local [grifo nosso]. Eis o ‘x’ dos pedidos de adiamento.

⁸⁶⁷ Processo-crime 7407. datado de 15 de julho de 1915, f.575.

⁸⁶⁸ Processo-crime 7407. Datado de 15 de julho de 1915, f. 575-575 v.

⁸⁶⁹ Processo-crime 7407. Datado de 15 de julho de 1915, f. 575 v. Fernand-Gustave-Labori. Nascido em 18 de Abril de 1860, em Reims, França e falecido a 14 de março de 1917, em Paris. Advogado Francês. Assitente de defesa do capitão Alfred Dreyfus no processo em que este foi acudaso de traição. Após a condenação de Dreyfus, prosseguiu as investigações até conseguir a revisão do processo. Defendeu também Émile Zola. Educado em Reims e Paris, Labori passou vários anos na Inglaterra a Alemanha. Ele se iniciou como advogado em 1884 e rapidamente construiu uma brilhante reputação ao defender casos políticos importantes.

A defesa é um direito incontestável, o réu pode ter advogado que quiser, ninguém o nega nem aqui ninguém negará porém, a todo direito corresponde um dever: se o réu tem o direito de escolher advogado, tem *ipso facto*, o dever de trazel'o ao jury. Se assim não fosse, nunca se applicaria a pena de revelia em tantos casos, em casos tão importantes.

Dahi decorre que o réu pobre não pode recusar o advogado que o juiz lhe der salvo allegando razões procedentes contra o referido advogado; o réu não miserável é obrigado a trazer seu advogado ou defensor ao jury. Pois se assim não fosse nunca julgaria um réu que não quizesse ser julgado. Não mais vingaria acção alguma de prescrição em pequeno lapso de tempo. Um réu que conseguisse ser preso já com a prescrição adiantada, protelaria o processo, digo, o julgamento escaparia.⁸⁷⁰

No trecho, em destaque, verifica-se na pronúncia da promotoria sensação de cumprir a lei; conseguir julgar e finalizar o processo, mas, ao mesmo tempo, pondera que a justiça foi morosa e condescendente nos adiamentos do julgamento, ao destacar, é verdade, que, “(...) os réus fallam em violência no julgamento; violência, não. Longanimidade, condescendência é que houve da parte da justiça pública como vai ver.”⁸⁷¹ Observa-se ainda que, em seguida, apresenta as justificativas para a lentidão no julgamento e os recursos utilizados, inclusive o político. Denota-se daí que, apesar de não afirmar o carácter político do crime, deixa-o mais estrelinhas da pronúncia.

Na quarta parte, concluiu o relatório, narrando sucintamente a ficha criminal dos caetanos. Nela evidenciou Antônio Ramiro Prates, Pedro Caetano Prates. Segundo Dr. Herculino Pereira de Souza,

Foi fundado nisto e ainda com a consciência nítida da gravidade excepcional do caso que cooperei para que Antonio Ramiro Prates, o mais perigoso dos Caetanos, fosse submettido a julgamento, para que tenha a mesma sorte do irmão e conselheiro já, felizmente recolhido a prisão em Diamantina e definitivamente condenado, pelo nosso jury.

A sorte de Antônio Ramiro será a mesma. E se assim não for, prevejo que muito terrível será a sorte do réu si se escapar das prisões e quizer residir entre nós ... (...)

Antônio Ramiro figuraria, como vantagem, entre os personagens das celebres galerias de Lombroso.

Desde os seus antepassados que a população de Pacuhy districto desta cidade conhece os celebres caetanos que bem merecem uma biografia extensa e documentada.

Hoje reina o socego nos campos de criar d'aquellas vizinhanças; o campanato não precisa illudir esperas; ninguém olha desconfiado para os matagaes; já a noite os Paes de família se sentam à frente de suas portas e janelas; já cada qual pode contar o que sabe dos caetanos e o que delles soffreu; a sua história sinistra vae se recompondo; os dos seus sequazes- João cabeceira, Manoel Preto das Covancas, José Tatarana, Manoel Tatu, José Medeiros, Marcos, Pedro.

Tenda, Agostinho Tatu. Gregório, Herculano Vermelho, Francisco Cantador e outros que vão adquirindo a sua celebridade triste.

Hoje é que se sabe dos testemunhos falsos trazidos ao jury para absolvições de crimes nefandos!

⁸⁷⁰ Processo-crime 7407 datado de 15 de julho de 1915, f.575v - 576v.

⁸⁷¹ Processo-crime 7407 datado de 15 de julho de 1915, f. 576.

Hoje é que se vê como o dinheiro, mesmo em migalhas, é capaz de mover o braço do jagunço na loucura de crimes horríveis!...
 Egrégia Câmara, como já disse, tenho a minha consciência tranqüila. Trabalhei muito no processo e o jury também esteve a altura de sua missão. Resta agora a Egrégia Câmara faça por sua vez.
 Montes Claros, 15 de julho de 1915.⁸⁷²

Percebe-se neste trecho de conclusão do relatório que, Antonio Ramiro Prates, era uma figura de extrema crueldade. Os dados fornecidos pela promotoria permite-nos chegar a tal conclusão. Como afirmava o promotor figurar, “(...) como vantagem, entre os personagens das galerias de Lombroso.”⁸⁷³ O requinte de violência e covardia apresentado no crime de Canoas são evidências a tal comparação e de comungar com o promotor.

Constata-se ainda, no fragmento destacado que, os Caetanos Antônio Ramiro Prates e Pedro Caetano Prates eram processados por diversos crimes cometidos na região. Pedro Caetano estava preso por já ter sido julgado e condenado pelo tribunal criminal. Ambos eram acusados, conforme consta dos autos, de formar bando armado. Entretanto, pelas práticas delituosas cometidas não se tratavam de bandidos sociais,⁸⁷⁴ mas de “fora da lei” que, segundo Donizette Lima Nascimento: “(...) aproveitava das circunstâncias para aterrorizar quem cruzasse seus caminhos. Tinha (...) formado um bando, cuja finalidade principal era roubar, matar, extorquir.”⁸⁷⁵ Portanto, eram bandidos comuns que, segundo Carlos Alberto Dória “(...) é aquele tipo de criminoso que própria comunidade se esforça por entregar à polícia.”⁸⁷⁶

Com a República, essa violência intensificou em função da reformulação gradativa das relações entre as pessoas e as instituições. As lutas, principalmente, pelo poder político tornaram cada vez mais comuns, envolvendo os coronéis e suas famílias. Para Carlos Alberto Dória,

⁸⁷² Processo-crime 7407 de 15 de julho de 1915, f. 576v; 577v.

⁸⁷³ Cf.: NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30.* (dissertação de mestrado em História) 323.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra .Vassouras - Rio de Janeiro, 2006 p.136.”Lombroso, Césare. Nascido a 06 de Novembro de 1835, em Verona, Itália e falecido a 19 de Outubro de 1909, em Turim. Estudos nas Universidades de Pádua, Viena e Paris. De 1862 a 1876 foi professor de psiquiatria nestas Universidades. Era criminalista, propôs uma teoria científica ela qual afirma que o criminoso apresenta certos traços físicos específicos. Teoria desacreditada nos dias de hoje. Uma de suas obras mais importantes é ‘o homem delinquente’, de 1876. para ele, anomalias hereditárias, neurológicas ou psicóticas desempenharam papel preponderante na formação da personalidade do delinquente. A partir dessa ideia, formulou a teoria do ‘criminoso nato’, conforme as características físicas”.

⁸⁷⁴ Ver em: HOBBSAWM, Eric. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária 1976. p. 10-23.

⁸⁷⁵ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30.*(dissertação de mestrado em História) 323.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra.Vassouras - Rio de Janeiro, 2006, p.137.

⁸⁷⁶ DORIA, Carlos Alberto. *O cangaço*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 12

Nestas lutas de família, autoridade dos coronéis fundava-se, basicamente, na capacidade de fazer cumprir suas decisões e impô-las, ainda que pela força, às demais facções ou parentelas. Tratava-se de um poder emanado da força militar, da capacidade de manter um certo número de homens em armas, mobilizando sua clientela.⁸⁷⁷

Deduz-se da análise de Dória, que na República, a violência continuou a fazer parte dos processos utilizados pelos coronéis para o acesso, exercício e manutenção no poder. Para Donizette Lima Nascimento, “(...) a manutenção dessas situações resultaram na formação não apenas de um banditismo social, mas de milícias privadas para garantia de um poder, e também da formação de bandos armados.”⁸⁷⁸ Conforme Dória, para formar as milícias, os coronéis,

Além dos parentes, reuniam dois tipos de elementos, o jagunço, uma espécie de guarda-costas do senhor, que em geral era um pistoleiro profissional, que vivia sob a proteção do coronel em troca de serviços de natureza militar. Em segundo lugar, o cabra ou cangaceiro manso um morador comum que trabalhava na terra ou na lida com o gado, cujo contrato de trabalho implicava na defesa incondicional do senhor. Na verdade, a formação dessas milícias nos dão a dimensão das relações de dependência do homem livre e pobre em relação à sociedade patriarcal dominante: o compromisso do jagunço ou cangaceiro manso com a violência desencadeada pelo coronel, em contendas que visavam fins pessoais, tinha, como contrapartida, a certeza da impunidade e a proteção contra inimigos e as autoridades públicas.⁸⁷⁹

Com base na análise de Dória, observa-se que o bando dos Caetanos agia na quase certeza da impunidade. Entretanto, como foi dito anteriormente, Pedro Caetano já havia sido julgado e condenado por outros crimes. Antônio Ramiro Prates, Luis Branco e Joaquim Leite após o julgamento do crime de Canoas foram condenados, a saber: Luiz José Soares a 30 anos de prisão, mais multa de 20% sobre o valor furtado, conforme o artigo 359 e 393 do código penal e parágrafo 4 do artigo 18 do mesmo código; Antônio Ramiro Prates, e apenas de 30 anos e 20% de multa, mais parágrafo 2 do artigo 18 Joaquim Ribeiro Leite a 12 anos e 10 meses na cadeia de Montes Claros ou 11 anos na cadeia de Ouro Preto, mais 5 ³/₄ de multa sobre o objeto do furto. Conforme artigo 359 e 363 combinados com o parágrafo 18 a 65 do código penal. Antônio Ramiro Prates e Joaquim Ribeiro Leite cumpririam pena em Ouro Preto.⁸⁸⁰

⁸⁷⁷ DORIA, Carlos Alberto. *O cangaço*. São Paulo: Brasiliense, 1982 p. 22

⁸⁷⁸ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30.* (Dissertação de mestrado em História) 323.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras- Rio de Janeiro, 2006, p. 137

⁸⁷⁹ DORIA, Carlos Alberto. *O cangaço*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 22-23.

⁸⁸⁰ Processo-crime 7407- de 15 de julho de 1915, 494v.

Dessa forma, verifica-se que os crimes ocorridos no sertão norte-mineiro nas primeiras décadas do século XX, quando denunciados, eram punidos em conformidade com a lei. Contudo, compete-se afirmar que, os coronéis buscavam todos os recursos possíveis para a prescrição dos delitos, haja vista, os pedidos de adiamento do crime de Canoas, conforme consta dos autos, mas que, nem sempre eram atendidos, como ocorreu no referido crime, ponderado pela falta do promotor no encerramento do relatório, ao afirmar que, “(...) trabalhei muito no processo e o jury também esteve a altura de sua missão. Resta agora que a Egrégia Câmara faça por sua vez.”⁸⁸¹ Assim, desfechou-se o crime de Canoas, mas, outras chacinas vieram logo em seguida, envolvendo os deputados Camillo Philinto Prates e Dr. Honorato Alves.

3.3.3 Um confronto de forças políticas: honoratistas *versus* camillistas

Ao finalizar o processo crime nº 7407, de 03 de maio de 1913, conhecido publicamente como Crime de Canoas, os ânimos políticos em Montes Claros recrudesceram. Os confrontos políticos⁸⁸² entre Honoratistas e Camillistas passaram a ser um palco de guerra e um dos aspectos da cultura política – confronto armado – tornou-se o desfecho de qualquer provocação que, normalmente, resultava em mortes e muitos feridos. Para John Wirth, a violência era uma das características da política local. Sobre pensamentos acima:

Montes Claros durante anos esteve dividida em 2 campos de batalha. Um deles, o “Partido do Alto”, situado na praça mais alta da cidade, era liderada pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada “baratas”, herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro o chamado “Partido de Baixo” (por de outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1895-1940), professor da escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como os “molotros”. Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. As crianças cujas famílias pertenciam a um partido não ousavam brincar com os filhos de membros do outro. Inevitavelmente, os 2 lados, em suas cores republicanas, receberam novos apelidos: os “carecas” e os “metidos”. Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar à guerra aberta. Montes Claros, uma cidade

⁸⁸¹ Processo-crime 7407- de 15 de julho de 1915, f. 577v.

⁸⁸²Ver em: NASCIMENTO, M. de Fátima G. L. do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2004. P. 74-84.

de estação de ferro e mercado regional de gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiroteios de Winchester e as explosões de bombas de dinamite.⁸⁸³

Na análise de John Wirth, nota-se que a continuação da divisão política em Montes Claros na República tornou-se ainda mais acirrada. A violência perpetrada pelas duas facções (conservadores e liberais), não deixava dúvidas de que, haviam construído territórios de mando, verificado na política local, desde a Regência, quando aqui governavam/mandavam seus antecessores, Justino Câmara (conservador) e Cônego Antônio Gonçalves Chaves (liberal).

Entretanto, sabe-se que essas facções para manterem-se no poder, além da violência praticada por eles, como aponta John Wirth, utilizaram variadas estratégias entre elas, profissão casamento, amizades.⁸⁸⁴ Contudo, ressalta-se que, os momentos de tréguas entre as duas facções eram raros e que prejudicaram à cidade como um todo. Segundo o autor, embora “Montes Claros durante anos tivesse dois deputados federais, a contendo pouco oferecer à cidade no que se tratava de obras públicas e pistolões.”⁸⁸⁵ Mas, como afirma John Wirth a “(...) violência em Montes Claros não era nova, mas essa violência particular quase provocar a intervenção federal [em 1930].”⁸⁸⁶

Denota-se da afirmação do autor que, em Montes Claros, a violência na política exteriorizava questões individuais e da vida cotidiana, interferia nas ações de ordem pública e, ao mesmo tempo, era um apelo para mudar a cultura política até então praticada, ou pelo menos, incorporar a ela outros elementos. A sociedade gestada a partir da República exigia mudanças nos aspectos políticos e econômico-sociais. O processo de desenvolvimento capitalista, em andamento, possibilitava o nascimento e a participação de novos setores,

⁸⁸³WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 224.

⁸⁸⁴Cf.: WIRTH, John D. *O Fiel da Balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 224-245. “Os Alves e Camilo abarcaram 2 mundos: o da sociedade respeitável da elite e o da crua política interior. Todos fizeram das carreiras um exemplo magnífico de como o sistema funcionava nas zonas mais remotas de Minas. Nascidos em Diamantina, os irmãos Alves frequentaram escolas secundárias de modo em Ouro Preto e o Caraça antes de formarem-se médicos no Rio. O casamento de Honorato com a filha do Senador Virgílio de Melo Franco ligou-o ao círculo dos fundadores da Escola de Direito de Ouro Preto e aos clãs do Oeste e Norte. Afrânio de Melo Franco era seu cunhado e o jovem Virgílio, sobrinho por parte da mulher. Na Caraça, João José foi colega de Bernardes, Melo Viana e Raul Soares todos futuros governadores. Camilo também era do Norte (de Grão Mogol) e estudara em Ouro Preto, como muitos homens da primeira geração escolheu não cursar o nível universitário e mudou-se para Montes Claros, onde, lecionou física e matemática. Lá, casou-se com Amélia, irmã de Antônio Gonçalves Chaves (1840-1911), o chefe do Partido Liberal do Norte e logo se tornaria um dos fundadores da Escola de Direito. Camilo foi deputado provinciano pelos liberais e, em 1891, Alvim, outro ex-liberal, nomeou-o o primeiro prefeito republicano de Montes Claros, logo quando Honorato Alves chegou do Rio para praticar a medicina”.

⁸⁸⁵Antônio Gonçalves Chaves era filho do Cônego Antônio Gonçalves Chaves.

⁸⁸⁶Cf.: WIRTH, John D. *O Fiel da Balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 226.

dentre eles, de grupos médios e urbanos, de movimentos sociais, de trabalhadores rurais e urbanos na vida política do país.

3.3.3.1 Eleições de 1915, Dualidade de Câmara e o “Acordo Político”

Em Montes Claros, embora a cidade fosse dividida em duas facções no limiar do século XX e a violência marcasse essa divisão, segundo César Porto, “(...) vários acordos foram entabulados pelos grupos ao longo período.”⁸⁸⁷ Na análise do autor, as relações entre essas facções nem sempre se deram de forma violenta.⁸⁸⁸ Entretanto, como já foi exposta anteriormente, a partir da segunda década do século XX, a região foi palco de várias disputas políticas e econômico-sociais. Os grupos que dominavam, local e regionalmente, utilizavam todos os recursos possíveis para ocupar cargos políticos, a exemplo, do crime de Canoas e de seu desfecho, em 1915.

Contudo, paralelo ao clima de violência e tensão vivido pela população de Montes Claros no período de 1913-1915, a administração local realizava, sob a presidência do Coronel Joaquim José da Costa algumas obras necessárias para o conforto e melhorias da cidade. Entre elas, “(...) assentamento de vários poços tubulares, com bombas acionadas a vento para os chafarizes públicos, entendimento com o Cel. Francisco Ribeiro para dotar a cidade de luz elétrica, inauguração dos serviços telefônicos na cidade, patrocinou uma edição de uma ‘Monografia Histórica de Montes Claros’, trabalho executado, (...) por Urbino Viana.”⁸⁸⁹ Entretanto, para acabar com irregularidades na administração, demitir funcionários⁸⁹⁰ a bem do serviço público, amigos do deputado Honorato Alves, anulou um empréstimo oneroso ao município.⁸⁹¹

As atitudes do Coronel Joaquim José da Costa despertaram as paixões políticas adormecidas e, segundo Hermes A. de Paula, esse fato era um “(...) ato de energia jamais

⁸⁸⁷ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 70.

⁸⁸⁸ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 70.

⁸⁸⁹ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007. Parte 1. p. 173.

⁸⁹⁰ Clemente Moreira da Silva e Joaquim Soares de Faria, respectivamente oficial da Secretaria e porteiro da Câmara.

⁸⁹¹ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007. Parte 1. p. 173.

observado em Montes Claros, provocando dias agitados para nossos pais e avós.”⁸⁹² E, ainda o rompimento da aliança que mantinha com o Partido de Cima.⁸⁹³

Em meio a essa sucessão de fatos, as disputas políticas locais de 1915 foram marcadas por muita violência e trouxeram de volta a intranquilidade, após um longo período de trégua. Após a apuração dos votos para vereadores, o Partido de Cima, “Pelados” e o Partido de Baixo, “Estrepes”, julgavam-se vencedores. Em função dessa situação, criada, conforme demonstração abaixo, pelas juntas apuradoras, instauram-se duas Câmaras Municipais.

Apesar dessa situação constrangedora e belicosa, verifica-se que as duas facções tiveram seus interesses políticos apoiados pelas esferas estadual e nacional. Segundo Donizette L. Nascimento, “(...) o espaço político era o mecanismo e, ao mesmo tempo, o instrumento pelo qual a ‘vontade geral’ se manifestava no seio da sociedade, reacendendo antigos ódios familiares, agora respaldado pela disputa política.”⁸⁹⁴

Em Montes Claros, como em todo país, as disputas políticas eram marcadas pela fraude. Victor Nunes Leal afirma que a legislação de 1916, “(...) não consegui pôr termo às inveteradas fraudes eleitorais.”⁸⁹⁵ Portanto, era uma prática independente da vontade popular. Para conseguir seus objetivos políticos os coronéis usavam segundo Leal dois recursos: “– o bico de pena e degola ou depuração.”⁸⁹⁶ O primeiro praticado pelas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: mortos votaram, ausentes estavam presentes, nomes eram inventados e; na hora de escrever as atas, os mesários faziam prodigiosos feitos.

O segundo, representava o passo dado após as eleições. Ao compor a Câmara de reconhecimento e verificação, a eleição estava garantida e referendada e, em seguida, diplomavam-se vereadores, deputados estaduais, federais e senadores eleitos, vinculados aos coronéis locais, regionais ou ainda nacionais.

Eleger um candidato adversário era basicamente impossível. O coronel montava uma estrutura eleitoral que ia desde a indicação, reconhecimento até a posse. Conforme Victor Nunes, “(...) o número de votos depositados nas urnas era de pouca significação no

⁸⁹² PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007. Parte 1. p. 173.

⁸⁹³ Ver em: PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória em Montes Claros, MG – 1980 a 2012*. 321 f. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, 2013.

⁸⁹⁴ NASCIMENTO, Donizette Lima do. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História). 322.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2006. p. 140.

⁸⁹⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 255.

⁸⁹⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 255.

reconhecimento, desde que visse interesse político em conservar ou afastar um representante.”⁸⁹⁷ E acrescenta que, mesmo “(...) porque os processos de que usavam governo e oposição, na formação das mesas eleitorais e na apuração dos votos, eram muito semelhantes.”⁸⁹⁸

Os recursos apontados por Leal sempre foram empregados pela elite dominante ou pelos coronéis em Montes Claros, desde o início da vida administrativa e, normalmente, apimentado com “boa” dose de violência física e/ou psicológica. Mas, em determinados momentos, eram obrigados a baixarem a guarda e, fazer acordos, como ponderou Porto anteriormente. Segundo o autor, “(...) os acordos só funcionavam quando (...) [hora] a partilha das vantagens, dos cargos, enfim, dos benefícios.”⁸⁹⁹ Em Montes Claros, a historiografia registra apenas dois acordos políticos na República Velha entre honoratistas e camillistas.

Em 1915, após a divulgação do empate para a eleição de vereadores dado pelas juntas apuradoras, honoratistas e camillistas rompem o longo período de trégua nas disputas políticas, o clima de honestidade foi retomado com veemência e estupidez. Diante das circunstâncias, conforme Donizette Lima Nascimento,

(...) o governo do Estado, através do decreto 4.518, de 8/2/1916, Art. 16 Parágrafo Único do regimento 3.331, prorrogou o mandato da Câmara (...) por mais um ano, mantendo o Cel. Joaquim José da Costa na liderança (...), até que fosse fechado um acordo entre as partes em disputas: Os Alvistas e os Camilistas.⁹⁰⁰

A partir dos resultados formaram-se duas câmaras que passaram a funcionar paralelamente. Segundo Porto, “(...) o primeiro acordo foi levado a efeito para solucionar o problema da existência de duas Câmaras na cidade,”⁹⁰¹ em 1915. Na análise do autor:

Uma das câmaras que se julgava eleita chegou a se reunir para tomar algumas deliberações, fato que constou em ato. Na primeira reunião da referida câmara, ficou perceptível o estado de confusão e dualidade de legislativos municipais em

⁸⁹⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 255.

⁸⁹⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 255.

⁸⁹⁹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 76.

⁹⁰⁰ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*. (Dissertação de Mestrado em História). 322.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2006. p. 142.

⁹⁰¹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 76.

Montes Claros, com esta câmara procurando se justificar com ares de legalidade e acusando a câmara antagonista de ser ilegal.⁹⁰²

Verifica-se, pelas afirmações de Porto que o clima na cidade era hostil e tenso. Segundo o autor, “(...) em torno da sala principal do prédio da Câmara municipal era travada pelas duas câmaras, uma intensa disputa.”⁹⁰³ Nesse trecho, verifica-se que a dualidade de Câmara acirrou os ânimos. Afirmação que pode ser comprovada segundo Porto, “no trecho de final de ata”, em que a Câmara proclama, “(...) que as sessões preparatórias não se realizaram na sala das sessões do Paço municipal, mas sim, em sala contígua e pública do mesmo prédio, por se achar aquela ocupada pela Câmara diplomada pela junta ilegal.”⁹⁰⁴

Verifica-se pelo trecho destacado por Porto que a Câmara que se considerava legal, denunciava em ata, até o local onde ocorriam as sessões para reuniões preparatórias. Nesse sentido, percebe-se que a duplicidade da Câmara dava “pano pra manga” e que a situação era delatada publicamente. Essas ponderações estão implícitas na escrita de Porto ao afirmar que, “(...) para o grupo que lavrou a ata acima citada, todos os seus atos eram revestidos de um ar de legalidade, pois se julgavam ‘diplomados pela junta legal.’”⁹⁰⁵

Analisando Porto e a ata da Câmara, percebe-se uma violência explícita. Os grupos instituídos com a dualidade de câmara enfrentavam situações atípicas no exercício de suas funções e na defesa dos atos arbitrários do Coronel Joaquim José da Costa,⁹⁰⁶ Agente do Executivo.⁹⁰⁷ Sobre essas situações, numa matéria intitulada “Política do Município”, o jornal “Montes Claros,”⁹⁰⁸ afirma que:

Alguns vereadores da Câmara Municipal, inclusive o seu vice-presidente, em dias do mez de março ultimo, tiveram necessidade de recorrer ao poder judiciário para poderem exercer as suas fonações, em vista dos embaraços creados pela obstinação e

⁹⁰²PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 76.

⁹⁰³PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 76.

⁹⁰⁴PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 76. apud Arquivo da Câmara Municipal, Cx. 4,1915.

⁹⁰⁵PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 77.

⁹⁰⁶Cf.: NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*. (Dissertação de Mestrado em História). 322.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2006. p. 142. “Joaquim José da Costa que, tendo rompido com o Partido de Cima aderiu ao do deputado Camilo Prates, ao tomar, como Agente do Executivo, uma atitude ditatorial que levou, em 10 de março de 1916, os demais vereadores a “imperar ao dr. Juiz de Direito um pedido de habeas-corpus para entrar e saírem livremente e exercerem as funções de seus cargos no edifício da Câmara e nas repartições e prédios do município”.

⁹⁰⁷Equipe atualmente ao cargo de prefeito municipal.

⁹⁰⁸Órgão pertencente ao Partido de Cima (“Pelados”).

pela ilegalidade, representadas nos actos do presidente da mesma Câmara o qual parece, de boa fé ou não querer implantar neste município um regime dictatorial. Chamada a exercício a Câmara do triênio findo “tal qual se achava constituída na ocasião”, conforme palavras textuais do exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado em telegrama ao dr. Marciano Alves Maurício vice-presidente, ella, representada por cinco vereadores, requereu ao presidente, cel. Joaquim José da Costa, a convocação de uma sessão para fins de se tomar conhecimento do Decr. 4.518 de 8 de fevereiro, que prorrogava o seu mandato, de acordo com o art. 161. § único do Reg. 3.331.⁹⁰⁹

Compreende-se pelo manifesto que os vereadores ao serem impedidos, entre outras coisas, de exercerem suas funções no legislativo recorrerem à justiça. Após receber o Juiz de Direito o veredicto, Dr. Marciano Alves Maurício (honoratistas), vice-presidente, assumiu interinamente o Executivo, apoiado pelos vereadores que impetraram o *habeas-corpus*, até que as esferas estaduais encontrassem solução para a dualidade de Câmara. Entretanto, apesar do exercício legal de funções, o Agente do Executivo, as atas da Câmara e o jornal “Montes Claros” demonstram que Dr. Marciano Alves Maurício era inquirido sistematicamente por seus adversários políticos. Os embates e confrontos ficaram evidentes na reportagem:

É forçoso declarar que si de um lado havia aplausos à ação proveitosa do vice-presidente na sua administração, curta que infelizmente foi, de outro lado não se continham as manifestações do despeito mal sopitado que antepõe sempre ao interesse geral as pequeninas ambições pessoais. O elemento que aqui hostiliza a maioria da Câmara Municipal, a qual apóia a política e a administração do vice-presidente, não sabendo de outro meio, lembrou-se de espalhar aos quatro ventos o boato de que eram nullos todos os actos praticados pela Câmara e pelo vice-presidente em exercício das funções de agente executivo.

E porque?

Pela razão, diziam os paladinos do governo da ditadura municipal, partidários da oposição, os adeptos da lucta estéril com que se procura perturbar a vida do município, pela razão de ter sido dado provimento ao recurso ex-offício interposto da decisão que concedeu a ordem de *habeas-corpus* ao vice-presidente e aos vereadores para exercerem seus cargos [...]. Está claro que quem assim procede não o faz de boa fé. Vejamos:

[...].

Todos os outros vereadores que tomaram parte nas sessões extraordinária e primeira ordinária d’este anno, sob a presidência do dr. Marciano A. Maurício eram os mesmos que foram eleitos para o triênio último e entre elles figura o sr. Deputado Camillo Prates que é o chefe do partido adversário e que reconhecia a legitimidade do exercício do referido vice-presidente. E nem podia ser de outra forma, pois não há outra Câmara no município, nem podia haver, diversa da que exerceu o governo do triênio findo e foi chamada a continuar o seu exercício até que o poder competente decida qual das duas que se julgam eleitas para este triênio é a legítima.⁹¹⁰

O discurso acima mostra claramente os embates entre situação (honoratistas) e oposição (camillistas). Enfatiza o jogo político praticado pela oposição fora da Câmara.

⁹⁰⁹Jornal Montes Claros, de 18 de Maio de 1916. p. 16.

⁹¹⁰JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 18 de Maio 1916. p. 16.

Objetiva os motivos que levaram a saída do Coronel Joaquim José da Costa e o direito do Dr. Marciano Alves Maurício e dos vereadores exercerem seus cargos. Dar conta da legitimidade da Câmara e do reconhecimento dessa por parte do Deputado Camillo Prates, líder do Partido Baixo e principal opositor do Agente do Executivo. E ainda, reconhece que Câmara continue o mandato até que o poder competente pronuncie sobre a dualidade de Câmara e decida qual das duas é legitimada para assumir o próximo triênio.

Todavia, analisando os jornais e atas da Câmara da época (1916), verifica-se que a administração do Dr. Marciano Alves Maurício foi politicamente um período muito conturbado, notadamente, marcado por denúncias de atos arbitrários cometido durante a administração do Coronel Joaquim José da Costa, a exemplo das demissões, sem motivo aparente, do Capitão Clemente Moreira da Silva e de Joaquim Soares de Faria, respectivamente, Oficial da Secretaria e Porteiro da Câmara, conforme foi denunciado por artigos⁹¹¹ do jornal “Montes Claros”. E, no ano de 1917, readmitidos por não ter sido comprovado, nenhuma prática ilícita por parte de ambos, tendo, os cofres públicos, inclusive, que ressarcir todos os pagamentos suspenso e em atraso, conforme demonstra o documento destacado na Lei nº 302, de 13 de abril de 1917, referente aos vencimentos de Joaquim Soares de Farias.

LEI Nº 301, DE ABRIL DE 1917

[...]

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes decretou e eu em seu nome sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. – Fica aberto ao agente Executivo Municipal o crédito necessário para o pagamento ao oficial da secretaria da Câmara, Clemente Moreira da Silva. Dos seus vencimentos integres durante o tempo em que esteve suspenso do cargo, conforme requereu, na importância que for liquidada, podendo para isso o dito Agente Executivo fazer as operações convenientes.

Art. 2º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente lei competir, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretário da Câmara a faça imprimir, publicar e correr. Dada e passada na sala das sessões da Câmara Municipal, em Montes Claros, aos 13 de Abril de 1917.

Dr. João Alves

Antônio Ferreira de Oliveira

Registrada nesta Secretaria e publicada pela imprensa, aos 20 de Abril de 1917.

Clemente Moreira da Silva

Official da Secretaria.⁹¹²

Conhece-se assim que, apesar das arbitrariedades cometidas, os poderes públicos procuravam cumprir seu papel e tornar público os desmandos políticos. Contudo, nem sempre

⁹¹¹ ANEXO nº 08, Cf.: JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 18 mar. 1916. p. 3-4 e 01/06/1916. p. 3.

⁹¹² Lei Nº 301 e 302 de 13 de Abril de 1917

era possível exercer cargos eletivos ou indicados, pois, sempre a interferência acirrada da oposição, conforme foram descritos anteriormente, evitava os confrontos diretos e fraudes eleitorais como ocorrera em Montes Claros em 1915 e ainda persistia frente ao impasse da dualidade de Câmara em 1916.

Fato que em Montes Claros, certamente, não mudaria nos próximos pleitos, em função da cultura política – manutenção das elites políticas no poder e que as brechas eleitorais permitiam. Sobre fraudes eleitorais, Victor Nunes Leal afirma que “(...) a legislação de 1916 tinha grandes méritos, mas não conseguiu pôr termo às inveteradas fraudes eleitorais, concorrendo para esse resultado as deficiências de nossa organização judiciária.”⁹¹³

Em Montes Claros, a fraude eleitoral no pleito de 1915 era fato consumado. O judiciário, especialmente, tinha sua parcela de construção na “desordem” – dualidade de Câmara – e nos confrontos diretos entre honoratistas e camillistas, uma vez que, não se pronunciava pelo acordo. Para chamar atenção e tentar uma resolução “pacífica” a facção honoratistas levou ao conhecimento o manifesto:

DUALIDADE DE CAMARAS

Aguarda-se brevemente a decisão do nosso caso de dualidade de Câmaras Municipaes e não obstante não ter ainda se reunido a Comissão de recursos para tomar conhecimento desse facto, já os boateiros falsos, encorajados com alguns goles de aguardente procuram embahir a opinião pública com fuchicos, conversinhas e mentiras, espalhando aos quatro ventos que o parecer da comissão já está lavrado contra o partido do dr. Honorato, faltando apenas ser lido, tendo a maioria da junta já se manifestado favoravelmente à s pretensões do Cel. Camillo Prates. Não se iludam com essas balelas, pois a comissão de recursos, composta de políticos importantes e de responsabilidades definidas e do procurador do Estado, não vae se manifestando assim, não podendo mesmo ser ainda conhecida a sua opinião, porque ella ainda não se reuniu, não está funcionando, pois estão ausentes da Capital alguns de seus membros. Além disso sabemos de forma segura que o Cel. Camillo Prates, presentemente fora deste meio de ódios e de paixões partidárias oriundas de interesses contrariados, está agindo no sentido de obter um accordo que, si for avante, será certamente mal recebido, pois os grupos que se congregam contra a política situacionista chefiada pelo illustre deputado federal dr. Honorato Alves aspiram a louca e absurda pretensão de destruir um partido potente constituído de sólidos elementos e sob a ponderada orientação de um político eminente e leal. O partido honoratista que sempre agiu com toda moderação e prudência neste município, promovendo o seu engrandecimento e defendendo com lealdade os interesses do PRM e apoiando intransigentemente, produziu um trabalho importante na defesa de seus direitos, instruindo o seu recurso com numerosos e valiosísimos documentos, de maneira que não será para nós surpresa alguma, e ao contrário esperamos uma decisão favorável. Aguardemos pois com confiança a resolução da junta de recursos e não liguemos importância a boatos infundados. Como o nosso partido tem agido sempre dentro da órbita do direito e da justiça, acatando respeitosamente os julgamentos superiores, receberemos submissos a deliberação da junta, na qual muito confiamos pela justiça de nossa causa.

Montes Claros, 14 – 7 – 1916

⁹¹³LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p.255.

José Cainca.⁹¹⁴

O discurso textual confirma entre outras coisas, a negligência das autoridades superiores, por ainda não terem pronunciado, o cotidiano político social, o clima de tensão entre honoratistas e camillistas, a “imparcialidade” do Coronel Camillo Prates e do Deputado Federal Honorato Alves, as provas documentais para o acordo, a esperança em um acordo “pacífico” e a confiança na Justiça. Entretanto, é interessante ressaltar que a crise política local, afetava a região do norte de Minas como um todo, prova cabal são os fragmentos extraídos do manifesto, enviados ao jornal Montes Claros da cidade de Inconfidência.⁹¹⁵

Soubemos, por pessoa fidedigna, que em Montes Claros cogita-se duma conciliação honrosa entre os dois partidos políticos militantes naquella prospera cidade.

[...]

Prezo a Deus que essa cidade Vizinha, e de que dependemos juridicamente, além de circunstâncias de ordem particular que nos unem, entre o facto em uma phase de tranqüilidade e cante harmoniosamente em seu seio o hymno glorioso d’uma paz perenne e proficua.

[...]. Entretanto, escapam-me algumas considerações ácerca do porvir de Montes Claros, dessa cidade que, com honroso merecimento, ocupa lugar de destaque entre as suas irmãs sertanejas.

[...]

Precisamos esquecer, nesta phase de luctas em que se acha o Brasil e neste momento em que a vida política vae absorvendo a atividade dos brasileiros mais responsáveis pelo nosso bem commum, precisamos, repetimos, esquecer os ressentimentos, submeter-nos ao jugo das contrariedades e perdoar as offensas políticas por amor da nossa Pátria, por amor do interesse geral e particular dos nossos municípios, pondo-nos acima dessas dissensões, afim de enveredarmos pelo caminho do bem, da paz e do progresso. Precisamos obedecer nossas leis e fezel-as respeitadas na pessoa dos seus representantes.

E como fazer, sem união?

[...]

Montes Claros continuará a ser a “Montes Claros” culta e sempre na linha do progresso, si seus elementos, isto é si os homens do seu escol social, os próceres de sua política esqueceram o passado de luctas improficuas e se unirem perenemente, voltando sua atividade intellectual e material para proveito dessa terra que lhes deu o berço e lhes dará o tumulo. Se a idéia dessa conciliação se tornar effectiva, antecipo a minha satisfação effusiva e antecipo meus sinceros parabéns a essa collectividade montesclarensense, digna d’um nome glorioso na história política e econômica do Norte Mineiro.

Inconfidência, 20 de Setembro de 1916.

B.P..⁹¹⁶

Em Inconfidência, as querelas políticas envolviam liberais e conservadores, grupos que apoiavam em Montes Claros, honoratistas ou camillistas. Qualquer conflito político aqui

⁹¹⁴JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 20 jul. 1916, n. 22. Ano I.

⁹¹⁵Cf.: COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*: como estudo histórico da divisão territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado: 1970. p. 209-210. Atualmente é o município de Coração de Jesus “Pertencente ao m. de Montes Claros, foi a êle novamente incorp. Por lei nº 556 de 30 – VIII – 1911, compr. Os dist. da sede, Extrema e Jequitaiá: Nome at. Por lei nº 1035 de 20 – IX – 1928.

⁹¹⁶JORNAL MONTES CLAROS Montes Claros, 05 out. 1916, n. 22.

refletia desastrosamente nas vilas e cidades circunvizinhas, mais ainda, nas vilas pertencentes ao município de Montes Claros. Uma boa parte da parentela dos Prates residia à época em Inconfidência e eram portadores dos mesmos anseios e desejos. Portanto, os confrontos, evidentemente, afloravam os ânimos e atingiam as facções ou a parentela naquela localidade.

Em meio, a tumultuada espera pelo acordo, honoratistas e camillistas, aproveitavam-se para disputar a hegemonia local e regional, como demonstrou o artigo do jornal Montes Claros, “Política do Município”:

Passado o 1º de novembro e com ele a nuvem que toldava o céu das esperanças de cada chefe, passado o dia 21 de novembro e com ele a atmosfera de terror que pairava sobre a cidade, dando-lhe um aspecto belicioso e levando o sobressalto ao interior dos lares, surgiu o 1º de janeiro e com elle a estupenda instalação de duas Câmaras – symptoma clarividente da confusão em que, daquelle dia em diante iria ficar o município. Os ânimos, ainda acirrados e sob uma pressão de despeito e de orgulho incontido, recolheram-se um pouco; meditaram e só enxergaram a solução do caso no recurso que lhe faculta a lei. Formou-se, então, a papelada: Os documentos appareceram de toda espécie; cada qual julgou-se melhor estribado no direito, e lá se foi a barquinha da sorte conduzindo as doiradas esperanças de uma é de outra facção. Os dias, porém, foram passando – as esperanças recrudesceram de parte a parte, amainaram, tiveram crise, os mexericos entraram de permeio e a situação complicou-se para os dois grupos: a sorte bafejou a um e outro ... Sim, a um e outro porque anulou parte da eleição, chamando assim novamente ao campo de lucta os dois partidos. Quando corriam os recursos os tramites necessários e quando a ansiedade era enorme de lado a lado, dizendo-se cada um senhor da situação sob este ou aquelle fundamento, o máximo esforço foi enviado por elementos conciliadores, no sentido de se fazer um acordo ou cousa que arremedasse. Nada, porém, consideração de ordem alguma, demoveu a isto um dos chefes, embora o outro pedisse a cada passo uma solução amigável ou que revestisse as apparencias de amigável ... O propósito continuou firme, inabalável, sem ceder uma linha. Não porque quem assim procedia fosse, ou seja, um ambicionero, um cavador de posições ou intransigente ferrenho e sem elevação de pensamento; mas porque assim o exigiam as condições do momento, afim de que o prestígio e o valor de quem parecia obstinado, ficassem bem patente aos olhos do seu contendor. Provado isto (o que ficou sobejamente, pois os rogos de conciliação continuaram), não se fez mais questão de que essa ou aquella formula fosse combinada. Elementos daqui, pacifistas e conservadores, pertencentes aos respectivos diretórios, estes se entenderam com seus chefes e no fim de alguns dias, era auctorizado por aquelles o desejado beneplácito. Eis como foi resolvida, no Rio, essa pendência tão espinhosa e da qual foram figuras proeminentes – o brilhante parlamentar dr. Afrânio de Mello Franco, o emérito administrador dr. Francisco Sá e o moderado político de priscas eras, cel. Manoel Fulgêncio Alves Pereira.⁹¹⁷

Verifica-se por esse fragmento do artigo que, tanto Alves quanto Prates, tinham apoio nas esferas estadual e nacional e, eram essenciais para a política nos dois níveis. Portanto, decidir por uma facção ou outra seria desastroso e improcedente. Mas, astutamente, ambas as facções eram apoiadas por “figuras” de renome político nacional e hábeis conciliadores como o Dr. Afrânio de Mello Franco, Dr. Francisco Sá e Coronel Manoel Fulgêncio Alves Pereira. Ao juntar-se com o Dr. Delfim Moreira, à época Presidente do Estado de Minas, conseguiram

⁹¹⁷JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 12 out. 1916, n. 23. Ano I.

resultado satisfatório⁹¹⁸ para os deputados federais: Honorato Alves e Camillo Prates. Denota-se ainda que, segundo o artigo, “(...) esta [va], (...) iniciada, e sob os auspícios e proteção de três grandes homens, a paz de que só podem resultar e promanar benefícios para o município, para o povo, para a família montesclarenses.”⁹¹⁹ Entende-se por essa conclusão que, a partir de então, os interesses públicos sobreporia os interesses individuais, privados ou das facções. Entretanto, isso não ocorre, conforme será possível observar no decorrer da pesquisa. O acordo foi sancionado, conforme publica o jornal Montes Claros,

ACCORDO, POLÍTICO

Acta do acordo político celebrado entre os partidos militantes neste Município de Montes Claros, que obedecem á orientação política dos Exmos. Srs. Drs. Honorato Alves e Camilo Prates. Aos dous dias do mez de Outubro do anno de mil e novecentos e dezesseis, nesta cidade de Montes Claros, em casa do Advogado Antônio Augusto Spyer compareceram os srs. Coronéis Francisco Ribeiro dos Santos e José Rodrigues Prates, delegados respectivamente dos partidos chefiados pelos deputados Dr. Honorato Alves e Camillo Prates, e ahí presentes, assentaram sobre a fórmula pratica de realizar e levar a effeito o acordo político celebrado entre os dous chefes, relativo ás próximas eleições de cinco vereadores gerês e seus supplentes e de um Juiz de Paz deste districto, conforme telegrammas transmittidos do Rio de Janeiro, aos dous partidos, pelos respectivos chefes, dos quaes consta haver elles acordados o seguinte: “O partido chefiado pelo dr. Honorato Alves elegerá três vereadores e o partido chefiado pelo Deputado Camillo Prates elegerá dous vereadores e o Juiz de Paz da cidade; O presidente da Câmara, dado empate na votação, será designado pela sorte. Como testemunhas assignaram este acordo o Senador Dr. Francisco Sá e os deputados Dr. Afrânio de Mello Franco e o Coronel Manoel Fulgêncio Alves Pereira. E porque estejam os dous partidos resolvidos a observar sem restrições, o accordo realizado entre os seus respectivos chefes, tendo para isso delegado amplos poderes aos Srs. Coronéis Francisco Ribeiro e José Rodrigues Prates afim de formularem os termos em que deva ser realizado esse convenio político, estes senhores deliberaram em nome dos respectivos partidos o seguinte:

1º - São candidatos aos três logares de vereadores do partido honoratista os senhores: Dr. João José Alves, Dr. Marciano Alves Mauricio e Padre Augusto Prudêncio da Silva.

2º - São candidatos aos três logares de vereadores do particocamillista os senhores: João Cattoni Pereira da Costa e João Chaves; e para o cargo de Juiz de paz do districto da cidade o Sr. José Rodrigues Prates Junior.

3º - A votação será distribuída de tal modo que os suplentes fiquem classificados na seguinte ordem: 1º - Honor Sarmiento; 2º - Joaquim Pereira Souto; 3º - José F. Barbosa Netto; 4º - Carlos dos Anjos; 5º - José Rodrigues Froes; 9º - Manoel Lopes da Silva; 10º - José Soares de Miranda; podendo dar-se substituição desses nomes por outros, do respectivo partido, uma vez que não altere a ordem de classificação.

4º - O presidente da Câmara sendo de um partido, o vice-presidente será do outro;

5º - Também será designado pela sorte o secretário da mesa da Câmara se em sua eleição houver empate.

6º - No caso de vaga, na Câmara durante o triênio, será preenchida por um candidato do partido em cujo seio se der a vaga.

7º - A vaga será preenchida por um candidato residente no districto onde ele se der.

Os partidos se comprometem a fazer com que qualquer que seja o resultado da eleição, não se altere, de forma alguma, a substancia do accordo nem as clausulas do

⁹¹⁸ ANEXO nº 09. Cf.: JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 12 out. 1916, n. 23. Ano I. p. 2.

⁹¹⁹ Cf.: JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 12 out. 1916, n. 23. Ano I. p. 2.

presentepacto. E porque assim tenham accordado, lavrou-se em duplicata a presente acta, a qual, depois de assignada pelos dois delegados, será publicada pela imprensa local, ficando em exemplar em poder de cada partido. Do presente convenio será dada sciencia aos chefes dos partidos locais e ás testemunhas que assignaram o accordo, por telegramma múltiplo assignado pelos delegados”.

Montes Claros, 2 de Outubro de 1916

(a) Francisco Ribeiro dos Santos
Jose Rodrigues Prates.⁹²⁰

Após o acordo, nota-se que a eleição municipal realizada em Montes Claros no mesmo mês passou de uma mera satisfação à sociedade. Segundo Porto, “(...) o pleito não passava de uma encenação, de uma farsa.”⁹²¹ O autor acrescenta que, “(...) o curioso é que os cinco vereadores receberam a mesma soma de votos: 570, corroborando o fato que essas eleições não passavam de uma mera formalidade indispensável para dar um caráter de lisura e honestidade ao pleito.”⁹²² O quadro 10 mostra essa cena:

QUADRO 10

Eleição para vereadores da Câmara Municipal e de Juiz do districto de Montes Claros em
15/10/1916

Para vereadores Geraes	
Dr. João Alves.....	570
Pe. Augusto P. da Silva.....	570
Dr. Marciano A. Maurício	570
Capm. João Cattoni.....	570
João Chaves.....	570
HonorSarmiento.....	178
Joaquim Pereira Neto.....	142
José Barbosa Netto.....	132
Capm. Carlos V. dos Anjos	130
Capm. Jose R. Frões.....	87
Te. Ulysses P. da Silva Leal	77
Te. Olympio D. de Abreu.....	63

⁹²⁰ Cf.: JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 12 out. 1916, n. 23. Ano I. p. 2.

⁹²¹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 79.

⁹²² PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 79.

Alfredo Durães Coutinho.....	53
Manoel Lopes da Silva.....	44
José Soares de Miranda.....	34
Para 1º Juiz de Paz	
Te. José Rodrigues Prates Junior.....	765
Te. Ulysses Leal.....	3

FONTE: Jornal Montes Claros de 26/10/1916.

O resultado apresentado no quadro demonstra as afirmações de Porto. Entretanto, apesar de ser o resultado esperado pelos deputados Honorato Alves e Camillo Prates, o xis da questão, nesse caso, seria escolher o presidente da Câmara. Segundo o memorialista Nelson Vianna, contemporâneo dos fatos, “(...) após as formalidades regulamentares, procedem-se à eleição para a formação da Mesa, dando votos, cap. João Cattoni Pereira da Costa, cinco votos. Havendo empate, resolveu-se pela sorte.”⁹²³ Segundo o autor:

Por proposta de dr. Marciano Alves Maurício, ao invés de se colocarem na urna somente duas cédulas com os nomes dos votados, se colocassem dez cédulas, sendo oito em branco e duas com os respectivos nomes dos votados. Aprovada a proposta, foi chamada uma criança – Joaquim Mendes – que por acaso passava na hora pela rua a fim de tirar a sorte. Esta favoreceu ao dr. João José Alves, havendo protesto imediato do vereador João Chaves que alegava ter havido fraude: os dois nomes escritos e deitados na urna seriam só do dr. João Alves. Houve trocas de palavras ásperas entre dr. João Alves e Marciano Alves Maurício e o autor do protesto. Depois de soarem os tímpanos e serenados os ânimos procedeu-se a eleição para vice-presidente da Câmara, tendo sido eleito o Cap. João Cattoni Pereira da Costa por nove votos.⁹²⁴

O relato de Vianna corrobora a análise de Porto e permite afirmar que “Acordo Político” entre honoratistas e camillistas foi, sem sombra de dúvida, “(...) uma trégua na luta política entre os dois grupos políticos locais (Pelados e Estrepes).”⁹²⁵ Diante dessa análise, é possível afirmar que os coronéis e os deputados Honorato Alves e Camillo Prates detinham o

⁹²³ VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes; 2007. Parte I. Coleção Sesquicentenária. v. 4. p. 13.

⁹²⁴ VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes; 2007. Parte I. Coleção Sesquicentenária. v. 4. p. 13.

⁹²⁵ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*. (Dissertação de Mestrado em História). 2006. 323.f. Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2006. p. 155.

controle da política local e regional e, se necessário fosse, fariam acordos para resolver impasses, desde que tivessem o acesso, o exercício e a manutenção no poder. Haja vista que, acordado o problema da dualidade da Câmara Municipal, no ano seguinte, os partidos disputaram votos para seus respectivos chefes políticos nas eleições para deputados, senadores e presidente.⁹²⁶

Para concluir acerca do “Acordo Político” realizado em Montes Claros em outubro de 1916, basta afirmar que, segundo Francisco Venceslau dos Santos,

No campo da ideologia e das práticas políticas, a existência da conciliação como sentido de acordo temporário entre grupos partidários dominantes constitui um fato histórico. Os líderes das classes dominantes utilizam o arranjo como acomodação de seus interesses, excluindo a massa da população do pacto. Procuram, no entanto, formar uma opinião pública favorável às cúpulas, dando a entender que a grande massa marginalizada participa do pacto. A tática objetiva ao mesmo tempo evitar tumulto, defender a ordem social e administrar pacificamente as divergências internas, sem a necessidade de apelar para a violência generalizada.⁹²⁷

Verifica-se pela análise de Santos que a conjuntura política de Montes Claros no período acima citado exigia tais práticas e eram necessárias para a concretização dos próximos pleitos tanto a nível municipal quanto estadual e federal. Entretanto, essa “paz” não foi duradoura o quanto previa, principalmente, a população. Logo, em seguida, na próxima eleição, para os cargos acima mencionados, as divergências afloraram-se e a cidade tornou-se um palco de guerra.

3.3.3.2 A tocaia facinorosa de 1918

Como foi dito anteriormente, a “paz” durou pouco. Ao iniciar 1917 e o Dr. João José Alves assumir o cargo de agente do executivo, por sorteio, após empate nas eleições, começaram os protestos por parte dos camillistas, por entender que o sorteio foi fraudado. Entretanto, segundo Milene Maurício, “(...) de nada valeram os protestos; o Governo do Estado concordou com a presidência do Dr. João Alves, ficando na vice-presidência João

⁹²⁶NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*. (Dissertação de Mestrado em História). 322.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2006. p. 156.

⁹²⁷SANTOS, Francisco Venceslau dos. *Autoritarismo e solidão: roteiro de conciliação: esboço crítico para uma teoria do mandonismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1959. p. 18.

Cattoni Pereira da Costa.⁹²⁸ O “Acordo Político”, celebrado anteriormente, sem dúvida havia previsto ocorrência de tal natureza e, como afirma Porto, tinha como testemunhos e “avaliadores do mesmo” o deputado federal Afrânio de Melo Franco e o senador Francisco Sá, políticos de grande projeção nacional,⁹²⁹ ligados respectivamente ao Dr. Honorato Alves e Camillo Prates.

Deduz-se disso que os protestos locais não mudariam os rumos do poder político e dos acontecimentos. Nascimento afirma que, “(...) na última hora, ocorreu a deserção de cargos por parte de vereadores Camillistas.”⁹³⁰ Maurício corrobora com esse pensamento. Segundo a autora “(...) encolheu-se a gente contraria na compreensão exata de sua imensa minoria e encostaram-se as carabinas adquiridas por ocasião do pleito municipal.”⁹³¹ O relato de Maurício é sarcástico. Por essas afirmações, confere-se que, os correligionários camillistas estavam sempre preparados para o confronto, mesmo quando haviam pactuada a “paz”. As incitações apresentavam-se nas mínimas ações.

Nos anos que antecediam as eleições, as divergências norteavam a política, a cidade mais do que em qualquer outro momento apresenta-se dividida entre honoratistas e camillistas. Esses momentos podem ser observados nos momentos que antecederam 1918, nas eleições para deputado, senador e presidente, quando o jornal “Montes Claros” publicou o artigo: “O Dr. Honorato Alves e sua política no 7º districto federal”. Desse mesmo jornal extraiu-se:

Os elementos infensos ao dr. Honorato Alves e sympathicos ao Deputado Camillo Prates, procuraram com insistência e por todos os meios ao seu alcance, insinuar no espirito dos de longe e daquelles que não entram na indagação lógica aos factos, que aquelle honrado político e chefe acatado nas rodas mais elevadas, não mais goza das sympathias e dedicação de seus amigos neste e noutros municípios que compõem o 7º districto federal do Estado. É uma mentira, é um meio falso e desleal de se fazer cabala em torno de um nome. Sem a preocupação de animo e paixão partidária que cegam os homens não os deixando apreciar lisamente as circunstâncias que cercam esse ou aquelle chefe, reconhecemosque o Deputado Camillo Prates também goza de estima e também possui a sua parcella de prestígio. Agora sob a mesma atmosphaera de acção, o que não acreditamos nem podemos consentir que acreditem os correligionários do Deputado Honorato Alves aqui e nos municípios de um torno, é que seu prestígio seja inferior ao do Deputado Camillo Prates.⁹³²

⁹²⁸MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de bugres: Tiburtina e a revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretária da Cultura/ Imprensa Oficial, 1986. p. 35.

⁹²⁹PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 80.

⁹³⁰NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*. (Dissertação de Mestrado em História) 322.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2006. p. 159.

⁹³¹MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de bugres: Tiburtina e a revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretária da Cultura/ Imprensa Oficial, 1986. p. 35.

⁹³²Jornal Montes Claros, 05/10/1916.

Pelo fragmento constata-se que havia um temor em relação ao prestígio do deputado Honorato Alves, não só local, mas regionalmente. O 7º districto federal⁹³³ abrangia municípios do norte de Minas e do vale do Jequitinhonha, onde o referido deputado vinha conduzindo a política do PRM⁹³⁴ com grande chance eleitoral. Entretanto, pelo artigo verifica-se medo com relação às eleições de 1918 e o apoio que Camillo Prates vinha recebendo do povo de Montes Claros e região. Para “minar” o crescimento do referido político, o jornal “Montes Claros”, divulgou um telegrama publicado pelo jornal “Da Cidade de São Francisco” em que a Câmara do município votou moção de apoio ao deputado Honorato Alves e Coronel Joaquim Oliveira, ao pronunciar:

São Francisco, 25 – A Câmara Municipal desta cidade em sessão ordinária, realizada hontem, votou uma moção de apoio ao patriótico governo de Minas e aos ilustres amigos dr. Honorato Alves, delegado do nosso partido e coronel Joaquim Oliveira, presidente do diretório do Partido Republicano Mineiro, neste município – Sancho Ribas.⁹³⁵

Ao fazer essa noção, entende-se que o município de São Francisco através de seus representantes, honra e declara publicamente o apoio ao Dr. Honorato Alves e ao PRM, apesar do jornal “Da Cidade de São Francisco”, afirmar ser, “Esta folha [Montes Claros é] órgão do Partido do dr. Honorato Alves.”⁹³⁶ Percebe-se assim, que havia começado uma “guerra de nervos”. Para isso, os jornais ocupavam páginas inteiras num bate e rebate de acusações e ofensas. A título de exemplo, o jornal “Montes Claros”, rebate o jornal “Da Cidade de São Francisco”, ao publicar:

Municípios há ainda como Bocayuva e Grão Mogol, onde o entusiasmo pela causa do dr. Honorato é francamente manifestado e onde amigos da tempera do cel. Pedro Caldeira, cel. Leolino de Sousa e o cel. João Alcântara de Oliveira quebram lanças pela política honesta, tolerante e ordeira do Deputado Honorato Alves, quer se tracte de próprio nome deste distincto chefe, quer se tracte de outro por ele patrocinado.

[...]

Refletindo-se, pois, nas considerações deste ligeiro artigo, vê-se, ou vêem os espíritos calmos e analystas que o que propalam acerca do desprestígio do nosso brilhante chefe, não passa de uma insinuação especiosa e sem razão de ser. Si não for assim, si não for esta a expressão da verdade, que nos contestem pelos seus representantes, os municípios que tomamos a liberdade de citar no correr da

⁹³³Cf.: NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30.* (Dissertação de Mestrado em História). 322.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2006. p. 159. “O 7º districto federal abrangia os municípios de: Bocaiúva, Coração de Jesus, São Francisco, Grão Mogol, Brasília de Minas, Januária e Itamarandiba”.

⁹³⁴Partido Republicano Mineiro.

⁹³⁵JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 5 out. 1916. p. 2.

⁹³⁶JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 5 out.1916. p. 2.

narração. Não deixem, pois, nobres e altivos eleitores, levar pelos cantos da seria... Acreditem e acreditem cada vez mais na sã orientação do dr. Honorato, no seu prestígio sólido e na elevação de vistas com que elle encara as questões do 7º districto e sobretudo desta cidade que lhe é berço.⁹³⁷

O fragmento evidencia que a “batalha” política havia iniciado entre Honorato Alves e Camillo Prates em busca de apoio político e na disputa por votos. Nas edições seguintes, o jornal “Montes Claros” passa a publicar “feitos” do deputado Honorato Alves e manifestações de apoio recebidas. Dentre elas, destacam-se a inauguração na cidade de Inconfidência⁹³⁸ do “Grupo Escolar Honorato Alves,”⁹³⁹ iluminação pública em Montes Claros em 1917,⁹⁴⁰ recepção que os correligionários políticos fizeram para o referido deputado, quando esteve em Montes Claros em 11-04-1917;⁹⁴¹ o número de amigos ilustres que mais participaram dessas manifestações, o apoio do povo e da banda “Operária.”⁹⁴² E, por fim, para provocar ainda mais, Camillo Prates e seus correligionários publicaram a “grande” reunião festiva do dia 11 de abril de 1917. Sobre ela, afirma que contou com a participação da sociedade e, conforme publicou-se no jornal, “(...) concorreu para dar maior realce e grande brilho a uma reunião em que as famílias d’esta terra tiveram o ensejo de, mais uma vez, consagrar o amigo generoso e leal, o médico caritativo, o homem público, leal e honesto e dedicado à causa do povo.”⁹⁴³

Como se não bastasse esse discurso apologético, o Major Honor Sarmiento, em nome dos demais correligionários proferiu para finalizar a reunião festiva uma mensagem com um discurso ainda mais fervoroso, publicada também pelo jornal Montes Claros, na edição de nº 50:

[...]

Vossa visita a Montes Claros, com ser tão desejada e tão rara, é sempre um acontecimento de vulto: Os companheiros políticos aneiam por ouvir de vossos lábios os conselhos da prudência e da tenacidade, do patriotismo e do respeito ao poder constituído, da firmeza e da constancia nas idéas, da dedicação aos princípios que formam a bandeira do partido e da preocupação diuturna do progresso e do engrandecimento de nossa terra. Os admiradores, sem distincção de política ou a ella extranhos, abrem-vos os braços, certos de encontrar em vossa pessoa o amigo dedicado e leal de sempre, attencioso e prestante, altivo sem arrogâncias, nobre sem empáfias, bondoso e acolhedor, mas sem condescendências para com as pequenas paixões e enredos que dividem os homens.

[...]

Homenagendo-vos também, embora acima de pequenos interesses, temos o intuito de fazer resaltar os vossos belos predicados pessoais e os vossos serviços. Aqui o homem, o cavalheiro, o concidadão, o clínico, sempre igual a sí mesmo, como garantia segura de que o mesmo sereis pelo futuro. Por toda estas faces vossa

⁹³⁷JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 5 out.1916. p. 2.

⁹³⁸Atual Coração de Jesus.

⁹³⁹JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 18 out.1916, p. 2.

⁹⁴⁰JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 25 jan. 1917, n 37.

⁹⁴¹JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 12 abr. 1917, n. 39, p.3.

⁹⁴²JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 19 abr. 1917, n. 49.

⁹⁴³JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 19 abr. 1917, n. 49.

personalidade tem se mostrada fecunda. Vossa existência não é como a desses terrenos sáfaros onde somente vegetam os cardos e as urzes. Não. Os fructos medram á margem do vosso caminho. Sempre abraçado às idéas generosas, apontaes continuamente para diante; o pessimismo praguejante, estiolador com as seccas do norte, nunca crestou vossos nobiliantes impulsos, nunca assolou vossa alma bem formada. Vae para nove annos que “A Opinião do Norte”, discorrendo sobre a vossa visita e esta plagas, dizia que aquellas homenagens que estão recebieis “eram o prêmio que recebem aquelles que batem por princípios, aquelles que, cheios de serviços e deprestígios, não podem ser olhados com indiferença por quem quer que saiba aquilatar os verdadeiros sentimentos de gratidão e amizade” e acrescentava que a manifestação havia sido solemne, expressiva e imponente. Como aquelles amigos de 1908, aqui também deixamos vasada a nossa opinião. Pelos mesmos motivos é que aqui estamos. Nunca vos daríamos o direito de nos dizer, como Péricles aos Athenienses, na segunda invasão do Peloponeso: “Eu, de mim, sou mesmo homem que era, e estou onde estava. Vós é que mudastes.”⁹⁴⁴

Pela mensagem entende-se que a “guerra” estava apenas no começo. O apoio, as manifestações e o tratamento eram provas cabais da força que o grupo honoratista tinha perante a sociedade e os desafios que a facção adversária (camillista) enfrentaria no pleito de 1918. Denota-se ainda, o momento em que os honoratistas representava ao povo o candidato do Partido de Cima à reeleição. Homem que, segundo eles, desde o século XIX, liderava a política local e tinha forte influência política no PRM, local e regional. Como atestou a moção de apoio anteriormente descrita.

Contudo, vale lembrar que a violência verbal via imprensa recrudesciu, principalmente, após as eleições de 1915 e a duplicidade da câmara, agravando a disputa eleitoral existente desde o início do século XX, acerca do angariamento de pessoas para o alistamento eleitoral. Essa prática levava honoratistas e camilistas a duelos que, na maioria das vezes, terminavam em uma barbárie insana, como ocorreu em 1818 e 1930. A disputa para o recrutamento era acirrada. Cada facção utilizava as mais variadas formas para o alistamento de pessoas.

Na análise de Victor Nunes Leal a legislação de 1916 – Senadores Bruno de Paiva – continha duas leis. “(...) a primeira – nº 3.139, de 2 de agosto - reconheceu a competência dos Estados para regularem o alistamento estadual e municipal, (...)”⁹⁴⁵ e a “(...) segunda – nº 3.208 de 27 de dezembro manteve o anterior sistema de votação: distritos de cinco deputados, lista incompleta, voto cumulativo. A apuração geral era feita nas capitais (não mais nas sedes dos distritos) por uma apuradora, (...)”⁹⁴⁶ Entretanto, conforme o autor, isso não impedia as “inveteradas fraudes” que eram praticadas, primeiro pelas mesas eleitorais e, segundo pelas

⁹⁴⁴ JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 5 mar. 1917, n. 50.

⁹⁴⁵ LEAL, Victor Nunes: *coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 p. 254

⁹⁴⁶ LEAL, Victor Nunes: *coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 p. 255.

“câmaras legislativas no reconhecimento de poderes, pois, muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na provação final.”⁹⁴⁷ Para o autor, candidatos que não fossem de interesse político (situação de oposição) dificilmente receberiam reconhecimento.⁹⁴⁸ Deduz-se dessa análise que as fraudes eleitorais eram práticas costumeiras na vida política brasileira, Montes Claros não constituía uma exceção. Sobre as fraudes, o jornal Montes Claros comentou:

A prática havia demonstrado à evidência que os manipuladores de eleitores conseguiram burlar os intuitos desta lei e fabricaram um eleitorado phantástico e fraudulento, que quase por toda a parte suffocava pelo formidável peso do numero, capazes de compreenderem os interesses supremos do paiz e portanto de tomarem parte na escolha dos administradores e dos representantes do poder legislativo da República. Era preciso pôr um dique à onda avassaladora da politicagem nefasta, que campeava orgulhosa por toda a parte, encontrando campo livre, para forjar e improvisar eleitores, no domínio da lei Rosa e Silva. (...) Eis as principaes inovações da vigente lei eleitoral, todas tendentes a tornar uma realidade, uma cousa séria e respeitável o eleitorado da República.⁹⁴⁹

Apesar da existência da Lei 3.139, de 2 de agosto de 1916 e da regulamentação pelo decreto nº 12.193, de 6 de setembro de 1917, modificando a Lei Rosa e Silva, que alterava o alistamento em vigor, pouca coisa havia mudado nos municípios, estados e no país. Haja vista, o artigo do Jornal “Montes Claros”, chamando à atenção para a situação.

Nas eleições de 1918, o clima eleitoral colocou Montes Claros em “pé-de-guerra” buscavam-se votos para deputados, presidente do Estado e presidente da República. Honoratistas e Camillistas disputavam o voto de candidatos a eleitores. Conforme o jornal “Montes Claros”

(...) o jornal “A Noite”, já publicava em 23 de fevereiro a fotografia de um grupo de pessoas que se diz[ia] serem candidatos a eleitores e que não puderam alistar-se pela degradação de funcionários do foro e sob este título_ “A justiça de braço dado a politicagem”(…).⁹⁵⁰

Verifica-se, nesse fragmento, além da disputa de candidatos a eleição, acusações a funcionários públicos e a própria justiça. Mede-se ainda, através dessas informações do jornal, a dimensão da violência que teria o pleito de 1918. Em primeiro de março desse ano, após a divulgação dos resultados, Honorato Alves, saiu-se vencedor. O clima, que já era hostil,

⁹⁴⁷ LEAL, Victor Nunes: *coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 p. 255-256.

⁹⁴⁸ LEAL, Victor Nunes: *coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 p.256.

⁹⁴⁹ JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 18 jul. 1918.

⁹⁵⁰ O JORNAL MONTES CLAROS, 18 Julho 1918

tornou-se ainda mais abrasador. E, chegou-se à “guerra” com as comemorações da vitória. Sobre ela, vários autores escreveram crônicas, memórias e textos históricos. Dentre os quais, destacam-se: Cesar Henrique de Queiroz Porto, Donizette Lima Nascimento, Hermes Augusto de Paula, Nelson Vianna. Além deles, verifica-se comentários em atos da Câmara e artigos jornalísticos.

Porto afirma que, no começo de 1918, “(...) um tiroteio de grandes proporções acabou inaugurando um período de competição violenta por parte das duas facções. A trégua só funcionou no intervalo eleitoral.”⁹⁵¹ Segundo o autor, “(...) após o pleito, que definiu as eleições para deputados federais, ocorreu um embate (...), resultando em vários mortos e feridos.”⁹⁵² Verifica-se nas afirmações de Porto que, “o início de 1918”, foi o recomeço de um período de luta política entre honoratistas e camillistas com uma violência jamais imaginada, que marcou a imagem da cidade diante do Estado. Segundo o autor, “(...) Os “acontecimentos do dia primeiro de março trouxeram implicações negativas para a imagem da cidade perante o Estado.”⁹⁵³ Ainda conforme Porto,

O que tornou “os acontecimentos da noite de primeiro de março” tão “bárbaros” e inomináveis foi a grande violência do fato. Não que a violência fosse inteiramente nova na cidade. Entretanto, nas disputas políticas envolvendo os dois grupos, era a primeira vez que pessoas envolvidas perdiam a vida.⁹⁵⁴

Partindo da análise de Porto, considera-se que, “os acontecimentos da noite de primeiro de março” de 1918 foram abomináveis e o primeiro que envolviam honoratistas e camillistas por deixar mortos e feridos. Entretanto, não pode desconsiderar que o crime da fazenda Canoas foi “bárbaro” e “inominável” pelo grau de violência cometido e, principalmente, por envolver membros das facções: de um lado, o velho Marciano José Alves, como foi dito, líder no Império do Partido Conservador local e pai do deputado federal Honorato Alves e do chefe local João José Alves; do outro, Antônio Ramiro Prates, pertencente a parentela dos Prates, amigo e correligionário de Camillo Prates. Portanto, um crime de cunho político, de perda de vidas humanas e de confronto de forças políticas.

⁹⁵¹ PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p.81.

⁹⁵² PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p.81.

⁹⁵³ PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p.81.

⁹⁵⁴ PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p.82.

Para Donizette Lima Nascimento os “(...) acontecimentos de 01 de março de 1918 foram brutais: primeiro pela violência praticada, segundo pela dimensão dos fatos.”⁹⁵⁵ Conforme o autor, Honorato Alves e Camillo Prates tiveram que manifestar publicamente, perante seus partidos políticos. E, assim, os acontecimentos ganharam, através dos meios de comunicação, uma conotação de “guerra” entre as duas facções.

Hermes A. Paula ao descrever sobre os confrontos de 01 de março de 1918, ressalta que, para dar a dimensão do que foram esses acontecimentos, basta ler os telegramas enviados por Honorato Alves e Camillo Prates aos partidos a que pertenciam. Conforme os escritores, assim pronunciaram respectivamente:

Montes Claros, 2 de março de 1918. ontem à noite, um grupo de eleitores festejavam pacificamente, em despreocupada passeata a minha vitória eleitoral sobre o partido do deputado Camillo Prates, quando ao passar pela casa deste, sem que tivesse nenhuma provocação, em resposta aos vivas ao Sr. Rodrigues Alves, foram disparadas cerradas cargas de carabina sobre as pessoas que iam à frente do grupo e, como consequência faleceram quatro delas, inclusive uma criança de doze anos, outros feridos gravemente. Por ocasião da última eleição municipal, o Sr. Camillo Prates comprou muitas dezenas de carabinas armando assim os seus jagunços afim de dominar pelo terror. Graças à prudência de meus amigos, conseguimos afastar a desgraça que a fúria sanguinária do referido deputado inesperadamente acabava de provocar, fuzilando o povo. Consegui de meus amigos que não tomassem um desforro imediato do contrário aumentaria a proporção incalculável o horrível morticínio.

a) Honorato Alves⁹⁵⁶

Montes Claros, 2 de março de 1918. logo depois das eleições federais, os partidários do deputado Honorato Alves em número superior a duzentos homens, ébrios e aos gritos de morra Camillo Prates, atacaram a casa de minha residência, fizeram fogo sobre o meu filho Carlos, ameaçando invadir o prédio. Os amigos que se achavam comigo reagiram, travando-se um tiroteio forte. Consta que morreram alguns dos atacantes. Pedi garantias ao governo do estado de Minas gerais e estou sob ameaça dos adversários verdadeiramente ferozes. Tudo isto é consequência da desenfreada politicagem que infelicita esta terra há mais de três anos

a) Camillo Prates, deputado federal.⁹⁵⁷

E, realmente, pela mensagem do telegrama como afirma Paula, percebe-se que tanto Honorato Alves quanto Camillo Prates defendiam-se perante o partido e a sociedade. Procurava um atirar “pedra” no outro. Entretanto, uma coisa é notória nos diversos discursos, os confrontos políticos de 1918, mais uma vez, chegava-se ao extremo da selvageria e

⁹⁵⁵ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes claros de sua origem a década de 30.* (Dissertação de Mestrado em História) 323.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras- Rio de Janeiro, 2006 p.167

⁹⁵⁶ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente seus costumes.* Montes Claros: Unimontes, 2007. Parte 1.p. 158

⁹⁵⁷ PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente seus costumes.* Montes Claros: Unimontes, 2007. Parte 1.p. 158

colocava a política local como forma de resolver as querelas individuais, político-sociais e, principalmente de demonstrar poder e força perante a sociedade local, estadual e federal.

Nelson Vianna, ao escrever sobre “1º de março de 1918” afirma que,

Desceram os honoratistas pela rua Direita, hoje Dr. Velloso, e penetraram na praça Dr. Chaves, onde residiam o Deputado Camilo Prates, adversário de Dr. Honorato. Ali a banda de música iniciou a execução da peça Dormes Carmélia. Talvez por desafio, mas certamente por imprudência, resolveram os da passeata passar em frente à casa do chefe do partido contrário. Se até então vinham fazendo uso imoderado dos explosivos, ali redobram de atividades e mais ruidosas se tornaram as aclamações. Aumentava o espoucar dos fogos à medida que avançavam, quando, ao passarem em frente à casa de Camillo Prates e ai ser atirada uma bomba de grande poder explosivo à sua porta, ouviu-se, vindo de lá de dentro uma voz irritada que repelia:

- Não Insultem meu pai!!

A estas palavras seguiram-se disparos de armas de fogo que dispersaram os manifestantes pela praça dando em resultado, entre esses, quatro mortos e sete feridos, dos quais três gravemente.⁹⁵⁸

Pelos relatos de Nelson Vianna deduz-se que, as comemorações da vitória do deputado federal Dr. Honorato Alves sobre o partido contrário foi, além do prazer de “vencer”, uma forma de demonstrar capacidade de articulação, poder, força, astúcia e, acima de tudo, um duelo entre dois grupos que não mediam consequências para a “conquista” do exercício, manutenção e permanência no poder. Nesse sentido, para honoratistas e camillistas, pode-se dizer que a política era “(...) a atividade que se relaciona[va] com a conquista, o exercício, e a prática do poder,”⁹⁵⁹ mesmo que, para a obtenção desse poder, o único recurso fosse a violência.

Uma violência que, em parte, não permite uma análise processual mais apurada dos fatos, em função do processo-crime inicial não encontrar-se na documentação consultada. Entretanto, há uma segunda parte do processo-crime em que são réus, Carlos Catão Prates, irmão do deputado Camillo Prates, e os soldados Mariano Martins dos Santos e Theodorico Júlio dos Santos, acusados, segundo os autos, de deixar fugir um dos autores da chacina, Carlos Catão Prates Filho, já que alguns autores da chacina como Sezefredo Prates, Armírio Duque de Oliveira, Manoel Balbino Lopes (vulgo Orelha), encontravam-se foragidos. Conforme Donizette, escondidos, “(...) em fazendas de propriedade de seus familiares.”⁹⁶⁰ Esconderijo muito comum nos processos-crime analisados nesse estudo.

⁹⁵⁸ VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. Coleção sesquicentenária. Parte I, p. 118

⁹⁵⁹ RÉMOND, Rene. *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora URJR, 1996 p. 444.

⁹⁶⁰ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes claros de sua origem a década de 30*. (Dissertação de Mestrado em História) 323.f- Defendida pela Universidade de Severino Sombra. Vassouras- Rio de Janeiro, 2006. p.166.

Analisando os autos percebe-se que o processo sobre a “fuga” foi instaurada a 05 de julho de 1918, após a conclusão de que os autores dos homicídios constituíram os acusadores supracitados. Nota-se também que, os primeiros a serem interrogados foram os soldados. No interrogatório Theodorico Júlio dos Santos afirmou que, em 26 de junho de 1918 ao,

Saíram de montes Claros no dia 16/06 e cercaram a casa de Carlos Catão Prates no dia 19/06 as 03:00 para buscar Sezefredo Prates. Este entrou em seu quarto as 9:00 alegando que ia mudar de roupa para viajar. Porém mais tarde apareceu o professor Carlos Catão dizendo que este tinha fugido e que ele era o responsável por ter dado sua palavra de honra, oferecendo logo após telegramas e cartas em favor de Mariano Martins dos Santos, dizendo ele Catão nada valia, porém sei irmão o deputado Camillo Prates valeria, isso ele dizia era para salvar a responsabilidade do soldado Mariano, pois que o responsável direto pela fuga do seu filho era ele seu pai.⁹⁶¹

Mariano Martins dos Santos declara que,

Entrando na casa procederam busca, tendo visto quando entraram num quadro onde se achavam deitadas as filhas de Carlos Catão, um vulto completamente rebuçado, perguntando a Carlos que vulto era aquele que se achava rebuçado, ao que este respondeu: é minha cumadre; não tiveram a curiosidade, nem seu companheiro João Gomes, de verificar se o vulto era realmente da mulher de Carlos Catão, sabendo mais tarde, ele e seus companheiros que o vulto que se achava rebuçado na cama era de um outro filho de Carlos Catão Prates a quem se dá o nome de Catãozinho.⁹⁶²

Pelos fragmentos dos depoimentos acima citados, deduz-se que, o objetivo da polícia não era a prisão dos criminosos. Foram à casa de Carlos Catão Prates para cumprir um mandato de prisão que, já havia sido decretado conforme consta dos autos,⁹⁶³ mas até o momento, não cumprido. Nos depoimentos ficou evidente que o cerco a casa era uma formalidade que a lei exigia, mas não necessariamente, a prisão dos acusados. Observa-se que, os criminosos tinham a certeza da cobertura de fuga, a forma como a casa foi revistada, segundo os depoimentos, confere essa afirmação. Análise essa, comprovada pelo depoimento de Carlos Catão Prates no dia 28 de junho de 1918, confirmando que,

(...) seu filho fugiu receando perseguição de que há muito vem sendo ameaçado e mesmo pelo mandato de prisão que foi lido por ocasião de se efetuar a prisão de seu filho, se vê que o mesmo juiz está apaixonado, e que ele, depois que chegou a esta cidade foi que viu que seu filho tinha feito muito bem fugir, a não ser que quisesse morrer na prisão.⁹⁶⁴

⁹⁶¹ Processo-crime, réu Carlos Catão Prates, 05/07/1918.

⁹⁶² Processo-crime, réu Carlos Catão Prates, 05/07/1918

⁹⁶³ Cf.: processo-crime, réu Carlos Catão Prates, 05/07/1918. Conforme consta nos autos os réus tiveram seus pedidos de prisão expedidos pelo juiz João Caetano da Costa incurso 4 vezes a sanção do art. 294, parágrafo 2º, 2 vezes sanção do art. 303, todos combinados com o art. 18 parágrafo 1º e 4º, do código penal.

⁹⁶⁴ Processo-crime, réu Carlos Catão Prates, 05/07/1918

O depoimento do referido réu denunciatório, ou seja, o crime de acobertar a fuga que lhe era imputado justificava-se pela resposta que consta dos autos. Entretanto, também era notório no processo crime a demora a qualquer movimentação a esse respeito e protelou-se até 1920. Carlos Catão e demais réus responderam pelo crime de facilitação à fuga em liberdade. Conforme os autos, mesmo em liberdade, Carlos Catão Prates não deixava de acusar o judiciário. Em suas acusações afirmava que o promotor Dr. Herculino Pereira de Souza estava a serviço do Deputado Federal Honorato Alves e do partido dele.

Contudo, vale lembrar que, Dr. Herculino Pereira de Souza era o mesmo promotor que atuou no crime da fazenda Canoas e conseguiu uma sentença condenatória a um membro da parentela dos Prates, Antônio Ramiro Prates, de trinta anos de reclusão em regime fechado, numa penitenciária à época considerada de segurança-máxima.

A ação impetrada contra Carlos Catão Prates e demais acusados em facilitar a fuga dos condenados pelos homicídios da noite de 1º de março de 1918 foi prescrita. Todavia, o promotor Dr. Herculino de Souza produziu as denúncias constantes do processo, ao observar que,

Opino pela pronúncia dos réos nos termos da denúncia. Quanto as declarações caluniosas de um dos réos, nada direi: o fígado de cada um espelle o que tem; a serenidade e a calma não podem mesmo acompanhar certos espíritos envolvidos em horrorosas façanhas delituosas. Montes Claros, 14 de Abril de 1919.⁹⁶⁵

Verifica-se pela observação do promotor, que pedia a pronúncia dos réus na denúncia, e não comentava as declarações do acusado por julgá-la improcedente e tê-las na conta de homens envolvidos em crimes delituosos. Nota-se ainda, na leitura e análise da “segunda parte” do processo-crime⁹⁶⁶ que o processo da noite de 1º de março de 1918 foi arquivado e que ninguém foi preso. Certamente, por interesses políticos interferência daqueles que gozavam desses direitos e principalmente por não interessar o desfecho nem a honoratistas ou camillistas.

Dessa forma, percebe-se que, em Montes Claros, quando se tratava de política, tudo se justificava: homicídios, facilitação de fuga, violência de qualquer natureza e, principalmente, as chacinas consideradas involuntárias e sem premeditação dos fatos. Assim, os acontecimentos da noite de 1º de março de 1918, passaram para o imaginário da cidade como

⁹⁶⁵ Processo-crime, réu Carlos Catão Prates, 05/07/1918.

⁹⁶⁶ Processo-crime, réu Carlos Catão Prates, 05/07/1918.

algo que, no dizer de Nascimento, “(...) mesmo contando com uma justiça ‘atenta’, sobraram apenas mortos e feridos.”⁹⁶⁷

⁹⁶⁷ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes claros de sua origem a década de 30*. (Dissertação de Mestrado em História). 2006. 323.f- Defendida pela Universidade de Severino Sombra. Vassouras- Rio de Janeiro, 2006, p.170.

CAPÍTULO IV

TOCAIAS/ EMBOSCADAS: VIOLÊNCIA GRATUITA OU CONFRONTOS DO PODER ECONÔMICO E POLÍTICO-SOCIAL?

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial.⁹⁶⁸

4.1 O prenúncio de uma violência exacerbada

A cultura desenvolvida em Montes Claros, desde a elevação do povoado de Formigas à condição de Vila, em 1832, foi notadamente a de resolver os assuntos políticos de forma violenta. Essa cultura perpassou por todo o império e chegou às três primeiras décadas do século XX, no período conhecido como República Velha. Analisando tanto a violência trivial ou cotidiana quanto a política, nota-se que para “(...) compreender melhor as representações políticas construídas pelas elites (...),”⁹⁶⁹ faz-se necessário, “(...) usar a tipologia de Fernand Braudel (...),”⁹⁷⁰ a longa duração, pelo tempo que as práticas de violência são reincidentes.

Nesse sentido, verifica-se que a cultura construída, em Montes Claros, pode ser conceituada como uma “(...) cultura política, que permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder.”⁹⁷¹ Nessa linha de pensamento, percebe-se que as elites políticas locais não mediam esforços para chegar, manter e permanecer no poder. A persistência, métodos, recursos/meios (violência) utilizados para alcançar os objetivos políticos tornaram culturais, a isso denomina-se, obviamente, de cultura política.

Nas primeiras décadas do século XX, a cultura política montesclareense estendeu seus métodos e recursos/meios, tornando, assim, a luta pelo poder mais exacerbada. Um dos

⁹⁶⁸ ARENT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010. P. 23.

⁹⁶⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009. p. 32.

⁹⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009. p. 22.

⁹⁷¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009, p.14.

métodos utilizados no período foram as provocações, tanto verbais quanto físicas. Segundo Porto, “(...) os atos de provocação fazem parte [da] tradição do coronelismo e evidenciam uma face desse sistema: a face mandonista.”⁹⁷² Para o autor, “(...) provocar a facção do chefe contrário nos períodos eleitorais é uma das marcas do coronelismo.”⁹⁷³

Em Montes Claros, esse tipo de atitude era cultural e aumentava a cada eleição. Um exemplo dessa natureza foi o tiroteio de 1918, anteriormente analisado. As provocações entre honoratistas e camillistas haviam deixado um saldo de quatro homicídios e muitos feridos gravemente. Observe-se ainda que as provocações começavam, quase sempre, pelos discursos jornalísticos. As ofensas morais eram o centro das atenções de ambas as facções. Essa afirmativa pode ser comprovada em um telegrama enviado à imprensa por Camillo Prates, referente aos fatos da noite de 1º de Março de 1918, quando afirma:

Logo após a eleição, os partidários do Dr. Honorato Alves, (...) ébrios, aos gritos de morra Camillo Prates, atacaram a casa de minha residência, fizeram fogo sobre meu filho Carlos, ameaçando de invadir minha casa. Os amigos que se achavam commigo reagiram, travando tiroteio forte. Peço garantias ao governo do Estado e da União, estou sob ameaças de adversários ferozes, tudo isso em consequência da desenfreada politicagem que infelicitiza esta terra, há mais de três annos. Camillo Prates, deputado federal.⁹⁷⁴

Pelo tom das palavras, a mensagem foi um ato extremamente provocativo, além de dizer que agia em legítima defesa, acusava o adversário do crime de ameaça, pedia proteção e afirmava ainda que, há três anos, a cidade havia transformado num campo de “guerra”. Sugeriria-se também que a política em Montes Claros havia transformado em politicagem. Denota-se de tudo isso que, certamente, haveria mais sangue derramado. Esse tipo de discurso era sempre revidado, como mostra na mesma edição, o discurso do Dr. Honorato Alves:

Hontem, à noite, um grupo de eleitores festejava pacificamente, em despreocupada passeata a minha Victória eleitoral sobre o partido do deputado Camillo Prates, quando ao passar por casa deste, sem que tivesse havido nenhuma provocação, em resposta a vivas ao Dr. Rodrigues Alves, foram disparadas cerradas descargas de carabina sobre as pessoas que iam na frente do grupo. Em consequência, falleceram quatro, sendo uma creança de doze annos e outras foram feridas gravemente. Por ocasião da ultima eleição municipal, Camillo Prates comprou muitas dezenas de carabinas, armando jagunços, com fim de dominar pelo terror. Graças a prudência de meus amigos conseguimos afastar a desgraça, que a fúria sanguinária do referido deputado inesperadamente acaba de provocar, fusilando o povo. Consegui que os

⁹⁷² PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 86.

⁹⁷³ PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 86.

⁹⁷⁴ JORNAL MONTES CLAROS, 18 Jul. 1918

meus amigos não tomassem o disforço imediato. Pedimos o apoio da imprensa para que a justiça completa seja feita. Saudações, Deputado Honorato Alves.⁹⁷⁵

Igualmente provocativa era a mensagem do deputado Honorato Alves. Além das denúncias, sua mensagem era reveladora de uma cultura política que havia consolidado na política local e fazia parte do “show” que a sociedade esperava dos grupos, ao final de cada pleito eleitoral. Portanto, a violência explícita ou implícita era a base do jogo político local. Conforme Porto, “(...) a violência também é um componente característico do coronelismo. A primeira República foi o palco de disputas políticas que tiveram na violência o seu aspecto mais marcante.”⁹⁷⁶

Pela análise desenvolvida, percebe-se que, em Montes Claros, os dois grupos que alternavam-se no poder, ora como situação, ora como oposição, estrategicamente, utilizavam a violência como uma forma de garantir uma representação, como foi visto no episódio de 1918. Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, “(...) dentro de uma dualidade estrutural como esta, disputas e violência eram mais intensas.”⁹⁷⁷ Assim, entende-se os motivos pelos quais a violência sempre esteve presente na cultura política local e construiu-se, no imaginário popular, a cidade como lugar de tocaia/emboscada, barbárie, principalmente, de um lugar em que mandavam matar para ver a “queda”.

4.2 A segunda dualidade de câmara

Pensar a dualidade na Câmara Municipal de Montes Claros é bastante intrigante, pois revela as disputas e embates de poder, sobretudo político na cidade. Nesse sentido, compreender como esse fato ocorreu é relevante para entender a cultura política local, em especial, porque esse acontecimento se manifesta pela segunda vez.

4.2.1 Antecedentes

⁹⁷⁵ JORNAL MONTES CLAROS, 18 Jul. 1918.

⁹⁷⁶ PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 86.

⁹⁷⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação Sociológica. In: *O Brasil Republicano*, Tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930) org. CARDOSO, Fernando Henrique. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 164.

Como se analisou anteriormente, a primeira vez que ocorreu, em Montes Claros, dualidade de Câmara foi por ocasião das eleições para vereadores e juiz de paz de 1915, na qual houve “empate” e a cidade só retomou o clima de paz após o “Acordo Político”⁹⁷⁸ em 1916, selado pela ciência dada aos líderes das duas facções/partidos locais, Dr. Honorato Alves e Dr. Camillo Prates. Verifica-se que, “(...) a partir (...) [da 1ª] dualidade de câmara, a efervescência política tomou uma dimensão assustadora e as disputas políticas tornaram-se cada vez maiores e mais violentas em cada eleição.”⁹⁷⁹ Um clima de hostilidade costurada passou a fazer parte do cotidiano da cidade. O “acordo” só funcionou no entremeio das eleições. A prova cabal dessa não funcionalidade foram os acontecimentos da noite de 1º de Março de 1918, já discutido em subtema anterior.

À discussão dos acontecimentos de 1918, vale acrescentar que “(...) o pós-eleição de 01 de Março de 1918 mostrou tanto força política entre as duas facções quanto violência fomentadas por elas na sociedade.”⁹⁸⁰ Essa violência pode ser observada nas comemorações do pleito que na “(...) euforia da vitória em uma passeata levaram o confronto Honoratistas (liberais) e Camillistas (conservadores) que deixaram no chão do largo da Matriz, onde morava Camillo Prates, quatro mortos e sete feridos.”⁹⁸¹ Portanto, uma barbárie insana que teve grande repercussão na imprensa local, como foi dito antes, e também estadual e nacional. A esse respeito, o jornal “O Imparcial”, publicou uma carta⁹⁸² de Dr. Honorato Alves, dando sua versão dos fatos, na edição do dia 23/06/1918.⁹⁸³

Entretanto, verifica-se que o tempo decorrido entre a instauração do inquérito policial e o julgamento dos acusados foi muito rápido, tendo em vista que filho e sobrinho⁹⁸⁴ do deputado Camillo Prates eram réus denunciados como mandantes e participantes, junto com

⁹⁷⁸ Ver anexo nº 10 “Acordo político” – “O jornal Montes Claros”, 26/10/1916 p.2.

⁹⁷⁹ NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira década do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, 2004. p. 66.

⁹⁸⁰ NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira década do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, 2004. p. 66-67.

⁹⁸¹ Cf.: NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira década do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, 2004 *Apud* Processo Criminal do Ministério Público, 02 de Março de 1918.

⁹⁸² Ver anexo nº 11. MAURÍCIO, Milene. A. .C. *Emboscada de Bugres. Tiburtina e a Revolução de 1930*. 1986, p.42-43.

⁹⁸³ NASCIMENTO, Maria de Fátima Gomes Lima do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira década do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, 2004 p. 67.

⁹⁸⁴ Cf.: Processo-Criminal do Ministério Público, 02 de Março de 1918, Carlos Ruy Prates e Sezefredo Prates.

os demais,⁹⁸⁵ dos homicídios e das lesões corporais de 1º de Março de 1918 e enquadrados como assassinos.⁹⁸⁶ Após esses desdobramentos, “(...) o clima e efervescência eleitoral sempre terminavam em homicídios e lesões corporais.”⁹⁸⁷ Honoratistas e Camillistas se enfrentavam quase que diariamente, “(...) fosse ou não ano eleitoral.”⁹⁸⁸

Contudo, verifica-se pelos autos que, acerca dos acontecimentos de 1918, os ânimos esquentaram-se acentuadamente em 1920, “(...) quando foi dado o veredicto final (...) e o júri da câmara realizado em Grão Mogol(...) ⁹⁸⁹ [absorveu] todos os acusados indiciados no (...) processo. A partir de então, a cidade passou a ser ‘terra sem lei e salve quem puder’: de um lado, Alves e, do outro, Prates.”⁹⁹⁰ Defesa e acusação passaram a ser feitas de ambos os lados, basta verificar os jornais da época, entre os quais, o “Gazeta do Norte” de 07/08/1920,⁹⁹¹ para ter-se a dimensão da violência física ou verbal desfechada.

Em meio a essa turbulência, a sociedade montesclarenses procurava sobreviver. Havia sido assolada também, naquele ano (1918), pela “gripe Espanhola.”⁹⁹² E, em decorrência dessa pandemia, eleito novamente para agente do executivo, o Liberal Dr. João José Alves, pelo apoio e trabalho prestado aos milhares de enfermos,⁹⁹³ já que outros médicos, os conservadores, Marciano Alves Maurício e Antônio Teixeira de Carvalho haviam abandonado a cidade.⁹⁹⁴ Contudo, sabe-se que, na década de 1920, o trabalho em Montes Claros era árduo,

⁹⁸⁵ Cf.: Processo-Criminal do Ministério Público, 02 de Março de 1918, Carlos Ruy Prates e Sezefredo Prates: Manoel Balbino Lopes, Francisco de Paula Sellam, Armírio Duque de Oliveira, Sady Lopes, Francisco Soares Evangelista e José de Maria Soares.

⁹⁸⁶ Nos artigos: 224; parágrafo 2º, 304 1ª parte, 303 combinados com 189 1º, 661 e artigo 4º do código penal.

⁹⁸⁷ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves*: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira década do século XX) (Dissertação de Mestrado em História). 177.f -Defendida pela Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, 2004 p. 67.

⁹⁸⁸ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do.. *Tiburtina de Andrade Alves*: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira década do século XX) (Dissertação de Mestrado em História). 177.f -Defendida pela Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, 2004 p. 67.

⁹⁸⁹ Cf.: Processo-crime do Ministério Público, 02 de Março de 1918. “o processo foi levado para a comarca de Grão Mogol.”

⁹⁹⁰ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do.. *Tiburtina de Andrade Alves*: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira década do século XX)(Dissertação de Mestrado em História). 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, 2004 p. 67-68.

⁹⁹¹ Ver anexo nº 12. Ver Gazeta do Norte 07/08/1920, nº 109.

⁹⁹² Cf.: gripe espanhola: epidemia que assolou o mundo, inclusive o Brasil, no pós-primeira guerra. DAMACENO NETO, Leandro Carvalho. Artigo publicado na edição nº 29 de janeiro de 2008. Revista Histórica.

⁹⁹³ Cf.: o jornal “Gazeta do Norte”. Montes Claros, 23 de Novembro de 1918. “Montes Claros paga a seu tributo a ‘epidemia terrível, insidiosa e mortífera que assola o nosso país, enchendo de dor e luto a maior parte dos lares. Na primeira, só na cidade, mais de mil pessoas foram atacadas. As duas fábricas de tecidos, daqui e do Cedro, estão fechadas por falta de pessoal.”

⁹⁹⁴ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres*: Tiburtina e a Revolução de 1930. Belo Horizonte: secretaria de Estado da Cultura / Imprensa Oficial, 1986. p. 47.

em função da necessidade de melhoria de qualidade de vida e colocar a cidade a caminho da modernidade e do desenvolvimento⁹⁹⁵ pensado para todo o país.

A década de 1920 apresentou-se, para Montes Claros, de acordo com a historiografia, jornais e memórias, como um tempo de progresso e desenvolvimento. Para César H. Q. Porto, “(...) foi bastante significativa (...), pois uma das maiores reivindicações dos grupos dominavam a política local foi consumada nesse período, com o advento da ferrovia.”⁹⁹⁶ O autor acrescenta que a “(...) chegada dos trilhos da férrea vem incrementar o crescimento comercial da cidade e inaugurar a entrada do município na era do progresso e do desenvolvimento.”⁹⁹⁷ Para Donizette Lima Nascimento, a “(...) administração do coronel Antônio Pereira dos Anjos foi marcada pelo prolongamento da estrada de ferro da central do Brasil, inaugurada em 1926, tarefa da qual não descansou até sua realização.”⁹⁹⁸ Já para Gy. R. Brito, a “(...) idéia de conquista, de unidade, de rapidez, de civilização se difundia em cada canto da cidade. Era o momento de imaginar e sonhar com uma surpreendente descobertas surpreendentes e inovações.”⁹⁹⁹ E, acrescenta: “era difícil a convivência com esses novos valores, mas a imagem de progresso vendida pela classe dominante, levava à prosperidade.”¹⁰⁰⁰

Na perspectiva dos autores acima mencionados, a ideia de progresso e desenvolvimento está inteiramente ligada ao atendimento das demandas exigidas, no momento, não só para obter acesso, manutenção e permanência no poder, como também para mudar o imaginário de Montes Claros, como lugar de barbárie, violência e incivilidade. Essa imagem é evidente nas palavras de Brito. Segundo ele, nada era melhor do que “(...) imaginar uma cidade civilizada com educação para todos (...) iluminada, com água em suas portas, a comunicação ao alcance de todos com ruas calçadas, novos ‘lâmpioes’, novas construções.

⁹⁹⁵ Ver em: LORENCO, Helma Carvalho de. COSTA, Wilma Peres da. (org.) A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: editora da UNESP, 1997.

⁹⁹⁶ PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 92

⁹⁹⁷ PORTO, César Henrique de Queiróz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007. p. 92.

⁹⁹⁸ NASCIMENTO, Donizette Lima. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem a década de 30*”. (Dissertação de Mestrado em História). 323.f -Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras - Rio de Janeiro: 2006. p. 170.

⁹⁹⁹ BRITO, Gy Reis. *Montes Claros: da construção ao progresso 1917-1926*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006, p. 94.

¹⁰⁰⁰ BRITO, Gy Reis. *Montes Claros: da construção ao progresso 1917-1926*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006, p. 94.

Carros ao invés de burro e, por fim, chegar ao ápice do progresso que seria ouvir o apito do trem....”¹⁰⁰¹

No fragmento acima, além de Brito evidenciar o imaginário de uma cidade civilizada, referenciou também o pensamento da época (1920) relativa à ideia de progresso. Entretanto, segundo o autor:

Todas essas mudanças em Montes Claros eram inseridas nos diferentes níveis de percepção e representação dos indivíduos, que, aos poucos, se adaptavam ou não às novas práticas introduzidas pelas transformações que estavam ocorrendo no processo de urbanização. As ruas e praças já não tinham mais nomes de santos e da flora do sertão. Ao invés de Rua Nossa Senhora Aparecida, Rua do Pequizeiro, do Jenipapeiro, do Tamarineiro foram substituídas por rua coronel Fulano de Tal, pra ‘Dr. Sicrano’. Implantar uma cidade progressista significava destruir o que estava construído nos moldes naturais do homem.¹⁰⁰²

Pela análise de Brito, percebe-se que o progresso e o desenvolvimento faziam parte do imaginário social, já que, segundo Branislau Baczko, citando Michelet, o imaginário social pode ser definido “(...) como sendo o lugar de expressão das expectativas e aspirações populares latentes, (...)”.¹⁰⁰³ O progresso e o desenvolvimento representava, na década de 1920, para os montesclarenses “expectativas” e “aspirações”. Contudo, é pertinente lembrar que ambos trariam benefícios, principalmente para os chefes políticos, porque, além de serem proprietários, era uma forma de acesso, exercício, manutenção e permanência no poder. A modernidade, naquele momento, significava para a sociedade local “zelo” com a “coisa pública”, além de trabalho pela coletividade. Porto destaca que:

Em 1926, [quando] foi inaugurada a Estação da Central do Brasil, (...) para maioria dos comerciantes e proprietários locais, (...) [representou] romper [com] o isolamento econômico da região e [com] o abandono desta por parte das esferas governamentais. Em função disso, a chegada dos trilhos foi aguardada com muita ansiedade e expectativa.¹⁰⁰⁴

Denota-se das afirmações do autor que o progresso chegava para cumprir dois objetivos muito esperados: primeiro, tirar a região do norte de Minas do isolamento econômico; segundo, provar que ela não se encontra abandonada por parte dos órgãos

¹⁰⁰¹ BRITO, Gy Reis. *Montes Claros: da construção ao progresso 1917 – 1926*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006, p.94.

¹⁰⁰² BRITO, Gy Reis. *Montes Claros: da construção ao progresso 1917 – 1926*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006, p.94.

¹⁰⁰³ BACZKO, Branislau. *Imaginação Social. Enciclopédia Einaudi*, Anthropolos – Homem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, s/d, V. 5. p. 303.

¹⁰⁰⁴ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 92

governamentais. O autor afirma ainda que, a “(...) cidade, logo após a entrada em cena da locomotiva, caminhou rapidamente para tornar o principal centro de convergência do comércio de produtos agropecuários da imensa porção do estado de Minas Gerais.”¹⁰⁰⁵ Dessa forma, compreendem-se os motivos pelos quais a modernidade era tão aguardada pelos mineiros e sua representatividade no imaginário social.

Entre os memorialistas, Milene A. C. Maurício e Nelson Vianna referiram-se à década de 1920 como um tempo de progresso e desenvolvimento. Contudo, vale lembrar que seus escritos são representações sociais construídas, a partir da cultura política. Para Milene Maurício, o progresso chegou a Montes Claros com a estrada de ferro Central do Brasil, em 1º de Setembro de 1926, quando promoveu a cidade “por ponto de linha, em porto da terra para o mar do sertão.”¹⁰⁰⁶ Segundo a autora esta, “(...) condição ofereceu à cidade, de uma maneira intempestiva e violenta, o progresso, que veio atropelando os moderados e tradicionais costumes da família mineira.”¹⁰⁰⁷

Nota-se, nos escritos de Maurício, que o progresso chegou a Montes Claros passando por cima do que, até então, havia sido construído. Mas, conforme ela, a “(...) caldeira da locomotiva, (...) ofereceu, a esse povo, perspectivas de largas passadas para o desenvolvimento.”¹⁰⁰⁸ Na opinião da autora, o progresso apresentou três lados bem distintos: primeiro, “(...) por cima das tradições, surgiram vaidosas lojas, (...) bares e depósitos de mercadorias a serem enviadas para além de Montes Claros. Surgiram muitas (...) famílias, vindas de longe, para exercerem as diversas atividades.”¹⁰⁰⁹ Segundo a autora, “(...) surgiu também, de maneira violenta, a prática do jogo e a vida noturna, (...) cabarés, onde (...) os fazendeiros chucros (...) na euforia das bebidas importadas que, muitas vezes, a acontecimentos, acendiam as violências primitivas, sacudindo o no espoucar das armas de fogo.”¹⁰¹⁰ E, terceiro, “(...) dentro deste[s] (...) acontecimentos, no entrecchoque de pessoas diversas e costumes e em vontade, permanecia a liderança das famílias sertanejas, carregando,

¹⁰⁰⁵ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 92.

¹⁰⁰⁶ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres; Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado e Cultura / Imprensa Oficial, 1986. p. 49.

¹⁰⁰⁷ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres; Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado e Cultura / Imprensa Oficial, 1986. p.49.

¹⁰⁰⁸ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres; Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado e Cultura / Imprensa Oficial, 1986 p. 50.

¹⁰⁰⁹ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres; Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado e Cultura / Imprensa Oficial, 1986 p. 50.

¹⁰¹⁰ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres; Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado e Cultura / Imprensa Oficial, 1986 p. 50.

(...) as velhas turras políticas marcadas, (...) de grandes e pequenos fatos, (...) que rumava para a competição eleitoral na qual os meios eram usados.”¹⁰¹¹

Nessa perspectiva, junto ao progresso e ao desenvolvimento, apresentava-se o velho ditado popular, os dois “lados de uma moeda”: progresso *versus* violência, principalmente se considerar a cultura política aqui existente que, na opinião de Maurício, “(...) o grande erro na política é perder a eleição.”¹⁰¹² Dessa forma, verifica-se que a modernidade não significava o rompimento com práticas aqui existentes, nem com as forças políticas atuantes. A prova cabal dessa continuidade são os escritos de Nelson Vianna.

Para o autor, a inauguração da estrada de ferro Central do Brasil representava um momento festivo e contava com a presença das mais diversas autoridades governamentais, dentre as quais: o Ministro da Viação Francisco Sá, Dr. Urbino Vianna, deputado Camillo Prates e o Deputado Honorato Alves.¹⁰¹³ Segundo Nelson Vianna, no dia da inauguração (1º de Setembro de 1926), “Às 21 horas, teve início o banquete de 150 talheres, em que, além das pessoas gradas da cidade e da comitiva ministerial, tomaram parte as representações de todas as Municipalidades norte-mineiras.”¹⁰¹⁴

Pela escrita de Nelson Vianna, a inauguração da estrada de ferro era obra e graça meramente da atuação política. César, a referência que faz as municipalidades norte-mineiras. Para o escritor, a estrada de ferro era mérito dos então citados políticos, numa articulação com o Presidente do Estado e com o Presidente da República. Conforme suas memórias, na noite de 1º de Setembro de 1926, o Deputado Honorato Alves após discursar para finalizar o evento, “(...) levantou um brinde de honra ao Presidente da República, Dr. Artur da Silva Bernardes, e ao Presidente do Estado Dr. Fernando de Melo Vianna.”¹⁰¹⁵ Verifica-se, na escrita de Nelson Vianna, a continuidade da cultura política existente, a defesa de um grupo que sempre teve poderes políticos e manipulou o controle econômico para manter e permanecer no poder, com aprovação da sociedade local e regional.

¹⁰¹¹ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres; Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado e Cultura / Imprensa Oficial, 1986 p. 50.

¹⁰¹² MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres; Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte, Secretaria de Estado e Cultura / Imprensa Oficial, 1986 p. 50.

¹⁰¹³ Ver em: VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Parte II, V.5 p. 429-430.

¹⁰¹⁴ Ver em: VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Parte II, V.5 p.430.

¹⁰¹⁵ Ver em: VIANNA, Nelson. *Efemérides Montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. Coleção Sesquicentenária. Parte II, V.5 p.47.

Contudo, vale lembrar que o progresso e o desenvolvimento, na década de 1920, faziam parte da “modernidade”¹⁰¹⁶ proposta para o país. Montes Claros caminhava no sentido de fazer parte do todo. A estrada de ferro Central do Brasil era a demonstração desse alinhamento. Sobre o desenvolvimento alcançado com a estrada de ferro, o jornal “Gazeta do Norte”, comentou:

Para nós, montesclarenses, é motivo de orgulho, contatar diariamente o grande incremento que vai tomando, neste município o comércio de gado. Centro exportador de toda esta vasta região, como ponto terminal da linha férrea, estamos diariamente a presenciar o espetáculo das grandes boiadas que chegam para embarcar, rumo às grandes xarqueadas de Curvelo(...) os que desacreditam [n]as grandes possibilidades econômicas deste norte, por tanto tempo relegado a condição humilhante de abandono, vão tendo, com o movimento excepcional de nossa estação ferroviária a mais exuberante prova de que somos um povo que trabalha e um grande centro exportador.¹⁰¹⁷

O fragmento acima atesta os resultados que a região norte-mineira alcançou com a vinda da ferrovia e a satisfação dos montesclarenses com o empreendimento. Afirma ainda que, com a ferrovia, desapareceu a face oculta do norte de Minas, relativa à economia e às possibilidades da região tornar-se um grande centro comercial e exportador e , por fim, fala da descrença e do abandono da região por parte dos órgãos governamentais. Entretanto, esquece de mencionar que os grupos políticos locais e regionais eram os mesmos que comandavam a política desde o século anterior.

Dessa forma, compreende-se que o “progresso” e o “desenvolvimento”, iniciado na década de 1920, em Montes Claros, representavam a continuação das facções no poder econômico, social e político local e regional. Enfim, era uma “modernidade”, para poucos, em “(...) que não se baseava na força individual da tradição anglo-saxônica, nem tinha lugar para o exercício da fraternidade da tradição popular brasileira.”¹⁰¹⁸

Se por um lado a região e a cidade de Montes Claros tendiam a caminhar para um processo de “modernidade”, por outro, principalmente a cidade, ainda se encontrava politicamente distanciada desse “processo”. Os dois grupos que detinham o poder político usavam das mais variadas estratégias para não perdê-la nem dividi-la com outros cidadãos fora de suas parentelas. Para tanto, quando necessário, uniam-se de modo a não permitir que

¹⁰¹⁶ Ver em: CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998, p. 107-129.

¹⁰¹⁷ JORNAL GAZETA DO NORTE, 04 DE SETEMBRO DE 1929. p. 01.

¹⁰¹⁸ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998, p.126-127.

outras forças viessem ameaçar a cultura política consolidada desde o Império, nem formar outros grupos contrários às ideologias existentes.

Em 1922, conforme Porto, quando aproximava a chegada da estrada de ferro, “(...) as duas correntes políticas que se debatiam na cidade iniciaram negociações no sentido de promoverem um acordo, um congraçamento político.”¹⁰¹⁹ O autor afirma que, as “(...) negociações foram iniciadas ao longo de 1922 e culminaram em mais um acordo político, patrocinado pelo executivo estadual.”¹⁰²⁰ Nota-se, pelas afirmações do autor, que a política caminhava numa direção que, essencialmente, beneficiava-se os grupos, apesar de seus constantes embates verbais por meio da imprensa (jornais: “Montes Claros” e “Gazeta do Norte”) e dos confrontos armados que acabavam sempre em homicídios e tinham repercussão no estado e no país. Segundo Porto, “(...) alvo principal do acordo se deu na política das vagas da composição do novo diretório do PRM local, resultante da fusão das duas facções locais, ou seja, os camillistas e os honoratistas.”¹⁰²¹

O espírito conciliatório na política, segundo Porto, teve início sutilmente, desde 1921, quando as duas facções de uniram para apoiar a candidatura de Artur da Silva Bernardes (mineiro) à presidente do país.¹⁰²² Assim, no ano seguinte, permaneceram unidos em torno da candidatura do coronel Antônio dos Anjos e da composição partidária do PRM local. Conforme Porto,

quando, no início de 1922, o periódico “A Liga” lançou a candidatura do coronel Antônio dos Anjos à presidência da Câmara municipal para o próximo quadriênio, surgiu a idéia de, em torno de sua candidatura, efetivar a conciliação entre os dois grupos políticos locais.¹⁰²³

Verifica-se, pela análise do autor, que era importante para a política local demonstrar apoio à representação nacional e está alinhada partidariamente, mesmo que, para isso, tivessem que colocar as divergências à parte. O tom conciliatório demonstrava que, no jogo político, tudo era válido, inclusive a união em torno de uma candidatura única, como era o caso da candidatura do coronel Antônio Pereira dos Anjos. Porto afirma que a “ (...) idéia de

¹⁰¹⁹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência*: o campo político nortemineiro durante a Primeira República. Montes Claros: Unimontes, 2007, p.92-93.

¹⁰²⁰ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência*: o campo político nortemineiro durante a Primeira República. Montes Claros: Unimontes, 2007 p. 93.

¹⁰²¹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência*: o campo político nortemineiro durante a Primeira República. Montes Claros: Unimontes, 2007 p.93.

¹⁰²² PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência*: o campo político nortemineiro durante a Primeira República. Montes Claros : Unimontes, 2007 p. 93.

¹⁰²³ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência*: o campo político nortemineiro durante a Primeira República. Montes Claros: Unimontes, 2007 p.94.

um novo acordo vingou e os grupos políticos locais se movimentaram em torno da conciliação.”¹⁰²⁴ Os jornais locais (A Liga e o Gazeta do Norte), que apoiavam as facções, deram ampla cobertura a esse “acordo político”. Sobre ele, o jornal “Gazeta do Norte” relatou que “(...) felizmente, vão em ótimo caminho as combinações para um acordo político, há muito desejado, que venha trazer a paz à família montesclareense, impulsionando o nosso progresso pelo concurso unânime de todos.”¹⁰²⁵

O discurso trazia um tom conciliatório e um pedido de “paz política”. Mas, ao mesmo tempo, advertia, dissimuladamente, sobre a necessidade do progresso para o bem de todos. Naquele momento, era fundamental essa união e o “acordo político”. Tanto que, vinte e cinco anos após, os jornais ainda comentavam sobre a atuação do coronel Antônio Pereira dos Anjos. Sobre isso, a Revista “Montes Claros em foco” afirma que:

Durante quase oitenta anos, aquele coração bateu em Montes Claros. Ninguém serviu a sua terra com mais dedicação e ternura do que ele. O seu nome está ligado a todas as etapas do progresso de Montes Claros. Sonhou com a energia elétrica, com as casas de ensino, com a água, a estrada de ferro. Mas não sonhou, apenas. Foi uma força atuante e decisiva para o êxito das iniciativas em benefício de Montes Claros. Também de larga influência moral conquistada através de uma vida de batalha ele sabia agir com inteligência e energia. Tinha a alma cheia de entusiasmo- que transmitia a todos. Era assim o coronel Antônio dos Anjos.¹⁰²⁶

Por essa reportagem, compreendem-se os motivos pelos quais, em 1922, o coronel Antônio Pereira dos Anjos, era um nome de consenso e, aparentemente, o “conciliador” das divergências políticas. Entretanto, vale lembrar que, conforme Porto, as, “(...) bases desse novo acordo, também foram acertadas sob a tutela do governo estadual, na pessoa do presidente do estado de Minas Gerais, Raul Soares.”¹⁰²⁷ É interessante notar que os “acordos políticos” eram resultado da política extra-localidade, sempre costurados pelos deputados Honorato Alves e Camillo Prates sem uma aparente participação de outros políticos locais. A partir de então, Montes Claros, entre 1923-1926 foi administrada pelo coronel Antônio Pereira dos Anjos com os “méritos” que a revista “Montes Claros em Foco” nos apresentou anteriormente.

¹⁰²⁴ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007 p.95.

¹⁰²⁵ JORNAL GAZETA DO NORTE, 16 ag, 1922, p. 01.

¹⁰²⁶ REVISTA MONTES CLAROS EM FOCO, JULHO DE 1957, Nº 4.

¹⁰²⁷ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p.96.

4.2.2 O recurso eleitoral de 27/06/1927: efeitos e confrontos políticos – Honoratistas versus Camillistas

A “paz” proposta por honoratistas e camillistas, no período de 1922, em Montes Claros, não durou muito tempo. Após o quadriênio administrado pelo coronel Antônio Pereira dos Anjos, vieram as eleições para o mandato de 1927–1930, período marcado por grande turbulência na política local, estadual e nacional.

Em 1927, quando ocorreu o processo eleitoral e o Partido Conservador/Camillistas elegeu a maioria dos vereadores e o presidente da câmara (Dr. José Corrêa Machado), o clima de hostilidade abateu sobre Montes Claros. O número de telegramas enviados às autoridades estaduais atesta essa situação. E essa violência advinda, conforme consta, por ter sido uma eleição contaminada pelos atos irregulares, em todos os seus aspectos – desde a secção e mesas de votação.¹⁰²⁸ Prática muito comum, pois, de acordo com Nascimento, “(...) em Minas onde o voto fraudento forçado fora regra durante a República Velha, as eleições tinham papel de destaque na política.”¹⁰²⁹

Em Montes Claros, desde o começo da vida administrativa, nos anos eleitorais, as facções buscavam apoio e preparavam para as fraudes, caso fossem interessante para um dos lados ou apelavam-se para as denúncias feitas por meio de recursos ou pedidos de intervenção via partido estadual ou nacional. Apelos assim podem ser observados em vários documentos, entre os quais, o telegrama:

Câmara que se compõe [de] onze vereadores, reuniu-se hoje [para] posse [da] mesa. Um vereador retirou-se [no] começo [dos] trabalhos; um absteve votar; outro votou branco. Fui eleito presidente por sete votos. Dr. Pedro Velloso, vice por igual número. Dr. Coutinho eleito secretário. Vereadores eleitos julgando impossível attender accordo entabolado [na] última hora, assim resolveram. Hypothecando a V. Excia. minha solidariedade, cumprirei com prazer suas ordens. Respeitosas saudações. Corrêa Machado.¹⁰³⁰

¹⁰²⁸ NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A Tocaia Sinistra dos Liberais: A cultura política em Montes Claros – de sua origem à década de 30.* (Dissertação de Mestrado) .322. f -Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2006, p. 170-171.

¹⁰²⁹ WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 192.

¹⁰³⁰ Telegrama dirigido ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada pelo presidente da Câmara. 17/05/1927. Observa-se que no mesmo dia mais dois telegramas foram enviados: um para o deputado Camillo Prates e outro para o deputado José Bonifácio. Cx. 25, 1927/1959

Nota-se no telegrama: primeiro, o clima de tensão que existia, nesse período, na Câmara; segundo, como Dr. José Corrêa Machado chegou à presidência do legislativo; terceiro, o alinhamento que havia entre a política local e o presidente do Estado. Entretanto, apesar da costura política, os honoratistas não se sentiram intimidados. E, antes de serem divulgados os resultados, entraram com recurso, “(...) alegando fraudes por parte dos Camillistas.”¹⁰³¹ Nas considerações que fazia sobre as fraudes, o advogado afirmava que

Se a egrégia câmara não puzer um paradeiro à fraude desenfreada que assola Montes Claros, toda vez que se realiza uma eleição, é o caso de se requerer ao juiz da comarca nortista a designação dos cemitérios como secções eleitorais, para evitar o espetáculo macabro de que foi teatro o município por ocasião das ultimas eleições municipais, pois, as ruas da cidade e das localidades foram transitadas por esqueletos que demandavam às secções eleitorais afim de exercerem o direitos de voto ... sobre os vivos.¹⁰³²

As ponderações do advogado apresentavam uma prática habitual de quase todas as regiões brasileiras. Como afirmou John Wirth, a política tinha um papel fundamental. No Norte de Minas e no Nordeste do Brasil essa prática era notadamente visível, em função do poder coronelístico e, principalmente, porque sendo os coronéis e sua parentela dominadores da máquina burocrática, por meio dela, conseguiam o acesso, manutenção e permanência no poder. O voto fraudento constituía um desses mecanismos. Nesse sentido, o voto dos mortos era imprescindível.

Além desse mandonismo exercido pelos coronéis que, certamente, elegia seus indicados, em Montes Claros, na década de 1920, denota-se da documentação consultada (telegrama e cartas) uma ligação bastante estreita entre o poder local e estadual que, consequentemente, estendia ao nacional. Essa relação facilitava as barganhas e mantinha um eleitorado relativamente “fiel”. Verifica-se, nesse tipo de vinculação que os pedidos eram basicamente ordens. A exemplo disso: “peço nomeação Alvino Pereira de Souza, subdelegado [de] polícia do districto [de] Bella Vista. Cordeais saudações Corrêa Machado, presidente [da] Câmara.”¹⁰³³ Mais do que um pedido, entende-se que era uma ordem. Contudo, nota-se também uma contrapartida, como atestou a carta:

¹⁰³¹ NASCIMENTO, Donizette Lima do. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: A cultura política em Montes Claros – de sua origem à década de 30*”. (Dissertação de Mestrado) 322 f. -Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2006, p. 171.

¹⁰³² Cf.: Recurso Eleitoral N° 247 (42.614) de 27/06/ 1927. TREMG. Parecer anexado ao processo n° 150, folha 130, onde o advogado aponta os motivos pelos quais pede a anulação das eleições de 1926.

¹⁰³³ Telegrama dirigido ao Dr. Secretário de Segurança pública. Belo Horizonte 15 de Junho de 1927. Arquivo da Câmara. Cx. N° 225- livro de correspondência expedidas e recebidas 1927-1959

Achando-se vagas as escolas mistas 1º e 2º anexas à Escola Normal “Mello Vianna” e mista da Fazenda das Canôas e Ponte do Ribeirão, rogo-lhe o obséquio de indicarme normalistas para eu preencher-as ou, na falta absoluta, pessoas idoneas que poderão ser contractadas para reger-as interinamente. O governo, vivamente empenhado em dar, quanto antes, funcionamento a todas as cadeiras vagas, conta para isso com a solícita colaboração do presado amigo em cujo interesse pela causa do ensino no município muito confia. Espero, pois, que se esforce por atender-me com as indicações, evitando assim a transferência daquellas escolas para outras localidades. Amº Affe e adm:os F: Campos.¹⁰³⁴

Verifica-se, tanto no telegrama quanto na carta, uma relação recíproca de poderes políticos no que se refere às interferências de ambos os lados. Denota-se ainda que esse poder era igualmente, uma forma de “se apresentar na arma da política com um certo grau de igualdade.”¹⁰³⁵ Essa costura, por outro lado, era estabelecida nas alianças “entre as oligarquias intra-estaduais e (...) entre os estados por afinidades políticas, mas também pelos laços de parentesco¹⁰³⁶ meticulosamente construídas.¹⁰³⁷ Essa estrutura não só permitiu às oligarquias os meios para o acesso ao exercício do poder, como também contribuiu para viabilizar recursos que favoreceram o interesse dos grupos dominantes.

Para Nascimento “(...) alianças eram fundamentais para a conquista e manutenção do poder político, onde quer que ele fosse exercido.”¹⁰³⁸ E, nesse contexto, nota-se que pelo apoio dado às lideranças estaduais e nacionais, os líderes locais, sua parentela ou os afilhados recebiam, em Montes Claros, aquilo que era necessário tanto para o desenvolvimento da região como para a conservação das esferas de poder, como cargos políticos e apoio para a

¹⁰³⁴ Carta recebida do Dr. Francisco Campos Secretário do interior. Belo Horizonte 22/07/ 1927 Arquivo da Câmara. Cx. Nº 225- livro de correspondência expedidas e recebidas 1927-1959

¹⁰³⁵ NASCIMENTO, Donizette Lima do. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: A cultura política em Montes Claros – de sua origem à década de 30*”. (Dissertação de Mestrado) 322 f.- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2006, p. 172.

¹⁰³⁶ NASCIMENTO, Donizette Lima do. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: A cultura política em Montes Claros – de sua origem à década de 30*”. (Dissertação de Mestrado) 322 f.-Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2006, p. 172.

“Honorato Alves, como já frisamos era casado com a filha do senador Virgílio de Mello Franco, Afrânio de Mello Franco era seu cunhado, e o jovem Virgílio Sobrinho por parte da mulher. Seu irmão, o Dr. João José Alves, casou-se com Tiburtina de Andrade Alves, cujo pai e os tios haviam pertencido a Guarda Nacional, além de terem sido, em suas respectivas regiões, políticos proeminentes, chegando a ocupar os cargos de gentes do executivo ou prefeitos, de São João Batista hoje Itamarandiba, MG, nessa época uma região muito desenvolvida por causa da mineração ao longo da Serra Geral. Seu tio avô, Justino de Andrade Câmara, administrou Montes Claros por duas vezes. Do lado de Camillo Filinto Prates, as coisas não foram diferentes, sua esposa era parente da família dos Acioly, grande oligarquia coronelística do estado do Ceará e de Francisco Sá, político proeminente no cenário político da República.

¹⁰³⁷ NASCIMENTO, Donizette Lima do. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: A cultura política em Montes Claros – de sua origem à década de 30*”. (Dissertação de Mestrado) 322 f.- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2006, p. 172.

¹⁰³⁸ NASCIMENTO, Donizette Lima do. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: A cultura política em Montes Claros – de sua origem à década de 30*”. (Dissertação de Mestrado) 322 f.- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2006, p. 172.

administração municipal.¹⁰³⁹ Nesse sentido, nota-se que foram usadas diversas artimanhas, entre elas principalmente, a fraude. O processo eleitoral vigente possibilitava tal procedimento, em função de ser a eleição apenas uma “legalização” de “nomes” escolhidos pelos coronéis.

Em Minas Gerais, quando Antônio Carlos Ribeiro de Andrada assumiu a presidência do Estado (1926), as primeiras eleições, ocorridas sob sua administração, foram realizadas nos moldes da legislação antiga.¹⁰⁴⁰ A primeira em 24/02/1927 para a Câmara dos deputados e renovação de um terço do senado federal e a segunda em 17/04 para deputado Estadual e terço do senado mineiro.¹⁰⁴¹ Após essas eleições, segundo Lígia M. L. Pereira e Maria A. de Faria, o presidente Antônio Carlos iniciou uma campanha em prol do voto secreto, em sua primeira mensagem enviada ao legislativo mineiro.¹⁰⁴²

Para as autoras, “(...) as articulações políticas foram rápidas. Em julho de 1927, o deputado Carlos Campos apresentou à consideração de seus pares projeto de lei remodelando o mecanismo eleitoral.”¹⁰⁴³ E em Agosto de 1927, Antônio Carlos enviou à Câmara o projeto de lei nº 7,¹⁰⁴⁴ instituindo, pela primeira vez no Brasil, o voto secreto e cumulativo.¹⁰⁴⁵ Pereira e Faria afirmam que “(...) antes de ser votada pelo Congresso e sancionada pelo presidente, a lei que reformava o sistema eleitoral em Minas ‘deu muito pano para manga.’”¹⁰⁴⁶ Afirmação que pode ser observada no longo discurso sobre voto secreto e cumulativo do senador e Cônego João Pio de Souza Reis. Para ele, “(...) nenhuma lei, é mais favorável à corrupção e

¹⁰³⁹ NASCIMENTO, Donizette Lima do. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: A cultura política em Montes Claros – de sua origem à década de 30*”. (Dissertação de Mestrado) .322 f. -Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2006, p. 172.

¹⁰⁴⁰ PEREIRA, Lígia Maria leite. FARIA , Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República: o arquiteto da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 292.

¹⁰⁴¹ PEREIRA, Lígia Maria leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República: o arquiteto da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 292.

¹⁰⁴² PEREIRA, Lígia Maria leite. FARIA , Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República: o arquiteto da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.293.

¹⁰⁴³ PEREIRA, Lígia Maria leite. FARIA , Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República: o arquiteto da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.294.

¹⁰⁴⁴ NASCIMENTO, Donizette Lima do. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: A cultura política em Montes Claros – de sua origem à década de 30*”. (Dissertação de Mestrado) .322 f.- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2006, p. 173.

¹⁰⁴⁵ Cf.: Anais da Câmara dos deputados, 1927. p. 420. o congresso legislativo do estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º as eleições de presidente e vice-presidente do estado, deputados e senadores, vereadores às Câmaras Municipais, membros dos Conselhos Deliberativos, juizes de paz se efectuarão segundo a legislação vigente com as modificações contidas na presente lei . Art. 2º Fica instituído o voto secreto e cumulativo. Do Art 3º ao 32 são especificados os diversos procedimentos que nortearão as eleições, 29 de Agosto de 1927.(Projeto enviado ao Senado pela Câmara dos deputados recebeu emendas posteriormente aprovado como Lei 995 de 26/09/1927.

¹⁰⁴⁶ PEREIRA, Lígia Maria leite. FARIA , Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República: o arquiteto da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.295.

má fé do que aquella que attrae as trevas sobre as operações eleitorais e estende um véo sobre a ação de corruptores e corrompidos.”¹⁰⁴⁷ O senador, prosseguindo o discurso, salienta:

Entretanto reconheço que o sigilo tem suas vantagens, como a de subtrair o eleitor à influência dos chefes de aldeia, dar-lhe a faculdade de emitir o seu voto livre das injunções da amizade, das influências as vezes legítimas, de chefes locais a que o prendem sentimentos de gratidão, sentimentos muito respeitáveis, é certo, mas que devem ceder deante do interesse publico. Como vê, pois, o senado, não é doutrina nova nem cousa a que possamos attribuir a miraculosa virtude de sanar por completo o nosso meio eleitoral, da fraude.¹⁰⁴⁸

O discurso do senador João Pio de Souza Reis era uma justificativa persuasiva para discordar de algo que, até então, parecia bem distante do pensamento social brasileiro, o voto secreto. Entretanto, afirmava que “(...) eleitor mineiro, pelo voto secreto fará o que quer; mas saberá elle o que faz?”¹⁰⁴⁹ Nesse questionamento colocava em dúvida a capacidade de escolher do eleitor mineiro. Em seguida, ponderava: “Essa é a interrogação. Ella ahi fica, porque, sejam quaes forem as reformas eleitoraes adoptadas, enquanto não reformarmos os costumes, enquanto não educarmos o povo de modo a formar-se-lhe a consciêcia política, a fraude há viciar as eleições.”¹⁰⁵⁰

Nesses argumentos, verifica-se que o discurso do senador era elucidativo. Porém, prosseguia demonstrado ao senado que a fraude surgia também em decorrência de vários outros motivos. Para ele:

Se o nosso eleitor não é servido de uma mentalidade assás adeantada para saber o que faz, todavia tem o voto secreto a vantagem de pol-o ao abrigo de influências extranhas à sua própria consciêcia no momento de dar o seu suffrágio, de modo que elle poderá fazer então o que quizer, ou dal-o a quem aprouver.¹⁰⁵¹

Compreende-se, a partir dessas afirmações que, se por um lado, o senador tentava conquistar o apoio desfavorável ao voto secreto, por outro lado, comentava sutilmente sobre suas vantagens. Mas, seus argumentos principais eram, exclusivamente, para o “não”. Quanto ao voto cumulativo, afirmava que ele constituía “(...) um entrave à formação e à vida dos partidos.”¹⁰⁵² E acrescentava que “(...) o voto cumulativo tem ainda o defeito de, por causa delle, não se poder aquilatar a força dos partidos que entrarem em lucta.”¹⁰⁵³ Para o senador

¹⁰⁴⁷ Anais da Câmara dos deputados 1927, p. 420

¹⁰⁴⁸ Anais da Câmara dos deputados 1927, p. 420.

¹⁰⁴⁹ Anais da Câmara dos deputados 1927, p. 421.

¹⁰⁵⁰ Anais da Câmara dos deputados, 1927, p. 421.

¹⁰⁵¹ Anais da Câmara dos deputados, 1927, p. 421

¹⁰⁵² Anais da Câmara dos deputados, 1927, p. 421

¹⁰⁵³ Anais da Câmara dos deputados, 1927, p. 421

João Rio de Souza Reis, o voto cumulativo representava um atraso na vida dos partidos políticos. Segundo ele:

Si um determinado candidato tem prestígio bastante para em seu districto fazer eleger-se, é claro que não vae filiar-se a nenhum partido. Se elle pode fiar-se no eleitorado de três ou quatro municípios, onde mantém relações políticas ligações de família ou de amizade, é evidente que não vae alistar-se sob a bandeira de nenhum partido, porque, graças ao voto cumulativo, poderá fazer-se eleger com facilidade, sem necessidade de prender-se por uma disciplina partidária.¹⁰⁵⁴

Verifica-se no pensamento do senador e cônego João Pio de Souza Reis, a marca do processo eleitoral brasileiro que, sem dúvida, possibilitava aos grupos dominantes o acesso e a permanência na vida política do país. Mas que, segundo Pereira e Faria, estava em vias de modificação, por encontrar no presidente do estado de Minas, Antônio Carlos, um defensor do voto secreto e cumulativo. Conforme as autoras, Antônio Carlos, ao defender o voto secreto, no jornal oficial do PRM, Diário de Minas, “(...) não estava sozinho nessa empreitada. Vários órgãos da imprensa se uniram a seguimentos da sociedade civil de Minas e do Brasil em prol da instituição do voto secreto.”¹⁰⁵⁵

Diante do contexto estadual e nacional, os honoratistas encontravam argumentos para não escutar o resultado eleitoral ocorrido em Montes Claros, no ano de 1927, por considerá-lo uma mera formalidade e vê-lo como consequência ainda do acordo de 1922, em que o próprio PRM dividiu os cargos para compor seu diretório local e distribuiu “vagas para a câmara municipal.”¹⁰⁵⁶ Fato questionado, inclusive, no meio político e, principalmente, pela imprensa. Em 1927, ela argumentava que Montes Claros

Formou-se, evoluiu, e desenvolveu-se sempre, à sombra de uma política, orientada por partidos que se digladiavam, que se fiscalizavam, que procuravam construir. Agora que não se vota mais, agora que os accordos substituem o voto das urnas, não acreditamos que elle possa desenvolver-se como é de se esperar; estacionará, até que uma nova orientação seja dada a sua política e a sua administração. Oxalá, nos enganemos.¹⁰⁵⁷

Nota-se pela reportagem que ainda havia resquícios da farsa eleitoral de 1922, cujas mágoas não haviam sido esquecidas. Acusavam e tinham razão, as eleições, nesse período,

¹⁰⁵⁴ Anais da Câmara dos deputados, 1927, p. 421

¹⁰⁵⁵ PEREIRA, Lígia Maria leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República: o arquiteto da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 295

¹⁰⁵⁶ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p.101.

¹⁰⁵⁷ JORNAL GAZETA DO NORTE, 16 abr. 1927, nº 525, p.01.

cumpriam formalidades em função de ser a “bico de pena” e a “degola ou depuração.”¹⁰⁵⁸ Em Montes Claros, ambos os lados – Honoratistas e Camillistas – conheciam e sabiam bem esse caminho. Como os camillistas haviam, no último pleito (1927), eleito, como já foi dito anteriormente, a maioria dos vereadores, honoratistas sentiam-se no direito de questionar o resultado e impetrar recurso contra ele.

Assim, em 27 de Junho de 1927, Leônidas de Andrade Câmara, Dr. João José Alves e outros entraram com o recurso eleitoral nº 247 no Tribunal de Relação do Estado contra a câmara municipal de Montes Claros que diplomou, em 14 de Maio do mesmo ano, vereadores gerais,¹⁰⁵⁹ antes de analisar o recurso acima citado. Entretanto, segundo Porto, “(...) essa eleição assumiria a mesma feição do pleito anterior, ou seja, serviria de encenação para encobrir a partilha das vagas da câmara feita sob o manto do acordo.”¹⁰⁶⁰ Assim, diante do recurso e das afirmações do autor, nota-se que, em tese, não concordavam com as decisões do PRM local. Dessa forma, verifica-se na documentação que o desembargador Dr. Moreira dos Santos requereu

O exame pericial nos livros a fim de provar que as eleições no distrito de Bela Vista foram feitas a bico de pena, isto é, que as atas foram lavradas sem o comparecimento dos eleitores mencionados nelas. Para isso requer a V.Excia. citar todos os recorridos acima o presidente da Câmara, os presidentes das mesas eleitorais para em dia que V. Excia. Designar audiência em que fora acusada o ultimo dos cidadãos, para se proceder aos exames e justificações requeridos tomando nos termos das mesmas.¹⁰⁶¹

O requerimento do desembargador denota explicitamente as fraudes e evidencia o que Nunes Leal chamava de eleição a “bico de pena” e a “degola”. Crimes que foram confirmados não só pelas atas, mas também pelos depoimentos das testemunhas, dentre os quais, um funcionário público¹⁰⁶² e um negociante.¹⁰⁶³ Para Porto, a fraude no processo eleitoral de 1927, em Montes Claros, foi “gritante”. Segundo o autor, “(...) João Alves, que resolveu retornar a vida política, foi indicado pelo diretório do PRM local para uma cadeira de vereador pelo município de Montes Claros. Obteve apenas um voto.”¹⁰⁶⁴ Para Porto, parece

¹⁰⁵⁸ Ver em: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 255-257.

¹⁰⁵⁹ Cf.: Recurso Eleitoral nº 247 de 27/06/1927, p.1. os vereadores gerais diplomados eram: Antônio Augusto Teixeira, Etelvino Teixeira de Carvalho, Luis Onofre Lafeté e João Nobre Oliveira.

¹⁰⁶⁰ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 102.

¹⁰⁶¹ Recurso eleitoral nº 247 de 27/06/ 1927. TREMG, p.1

¹⁰⁶² ANEXO 13 – RECURSO ELEITORAL Nº247 (42.614) DE 27/06/1927 TER/DPDOR. P. 45-45v 46

¹⁰⁶³ ANEXO 14 – RECURSO ELEITORAL Nº247(42.614) DE 27/06/1927 TER/DPDOR. P. 45-45v 46

¹⁰⁶⁴ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, P. 102

muito estranho, pois conforme a documentação analisada por ele, Dr. João Alves, “(...) desfrutava de grande prestígio na cidade e contava com a ajuda de sua expressiva parentela – além de importante capital político advindo do exercício da medicina.”¹⁰⁶⁵

A fraude verificada por Porto é confirmada pelos desembargadores¹⁰⁶⁶ que, após ouvir testemunhas, periciar locais de funcionamento das secções eleitorais, examinar atas de votação, certidões, depoimentos, ainda, apurar procedimentos durante as eleições, comprovaram a fraude, relatada no parecer juntado aos autores. Após o veredicto, verifica-se que foi juntado aos autos um parecer relativo aos autores do recurso. Dele destacou-se o fragmento:

Por accordam unanimo (vide a certidão que ora oferecemos) já declarou a egrégia Câmara que a fraude imperou desabridamente nas eleições que se realizaram em 17 de Abril de 1927. e incluem o seguinte trecho do accordam: “presos e defuntos só contam entre os eleitores, falsas as assignaturas feitas muitas por uma só pessoa, como constatou o exame pericial de modo que a fraude é manifesta e prejudicial.”¹⁰⁶⁷

Percebe-se que, depois de juntadas as provas da fraude aos autos, os denunciados (vereadores gerais)¹⁰⁶⁸ foram intimados a se defenderem das acusações a eles imputadas, munidos de documentação comprobatória. Entretanto, conforme os autos, só Antônio Augusto Teixeira apresentou-se para contrapor o recurso, sem, contudo oferecer prova de sua contestação. Sem libelo por parte dos acusados e provas incontestáveis, apuradas dos autos os desembargadores anularam a eleição no dia 2 de Abril de 1927 dos “recorridos” e, em seguida, convocaram novo pleito eleitoral para preencher tais vagas.

Conforme o processo foi anulada a eleição de três vereadores do Partido Conservador/Camillista. Em função dessa invalidação, os camillistas perderam a supremacia e, conseqüentemente, a possibilidade de ter a presidência da câmara. A partir de então, a violência e as hostilidades voltaram com veemência. Para Porto, “(...), o clima de conciliação

¹⁰⁶⁵ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, P. 102

¹⁰⁶⁶ Cf.: Recurso eleitoral nº 247 de 27 de Junho de 1927 “de Leandro Moreira Costa, Dr. Ribeiro de Castro e Major Ferreira Carvalho.

¹⁰⁶⁷ Recurso eleitoral de 27 de Junho de 1927. TREMG

¹⁰⁶⁸ Cf.: Recurso eleitoral de 27 de Junho de 1927. TREMG p.27 e seq. Após a totalização dos votos os sete vereadores mais votados foram reconhecidos como vereadores gerais e os outros como vereadores especiais: Antônio Augusto Teixeira – Farmacêutico – 1.323 votos, Alfredo de Sousa Coutinho – médico – 1.226 votos, Luiz Onofre Lafeté – 1.223 votos, Carlos Versiani dos Anjos – 1217, João Nobre Oliveira – 1.204 votos, Cel. Etelvino Teixeira de Carvalho – Fazendeiro – 1200 votos, Carlos Pereira Dos Santos – 1184 votos, Jasom Gero de Souza Lima – 349 votos, Antônio Ferreira de Oliveira – 321 votos, Olympio Dias de Abreu – 319 votos, Josefino de Mello – 318 votos, Joaquim Pereira Souto – 312 votos, Francisco Caldeira – 306 votos, Jayme Rabello e Mário Versiani Velloso – 1 voto. Para vereadores especiais Distrito de Morrinhos: João Lopes Martins – 324 votos, Conrado Pereira da Silva – 109 votos.

existente na política local se dissipou. Os boatos e as acusações retornaram ao cotidiano político da cidade.”¹⁰⁶⁹ As afirmações do autor podem ser também observadas em outros documentos do período. A título de exemplo, em uma reportagem do jornal “Gazeta do Norte”, intitulada “Política do Município”, em que o redator escreve nos seguintes termos:

Aos nossos amigos

Tendo sido annullada a eleição do nosso companheiro Etelvino Teixeira de Carvalho para vereador à câmara municipal, lançamos sua candidatura aquella cadeira.

Nossos adversários lançaram depois a candidatura do Sr. Philomeno Ribeiro dos Santos.

Attendo o que o Sr. Philomeno Ribeiro pela conducta política que sempre teve, autorizamos a esperar que na cadeira que pleiteia S.S visará tão somente o interesse público, collocando-se acima das estreitas conveniências partidárias e superior as desprezíveis competições pessoais. E dessa maneira preenche o candidato adversário nosso próprio objetivo, que é a realização de uma política elevada, por cujos princípios luctamos. Tendo ainda em vista que o Sr. Philomeno Ribeiro está ligado por estreitos laços de parentesco e amizade ao nosso querido companheiro Luiz Maia. E que, em tal situação nos impõe poupar ao companheiro o constrangimento íntimo de bater-se contra seu cunhado e amigo.

Considerando finalmente que o afastamento da candidatura do nosso companheiro Etelvinbo Teixeira não lhe traz prejuízo na posição política a que tem direito, porquanto, vai se vagar a cadeira de vereador geral pertencente ao nosso amigo Onofre Lafeté, que deverá renunciar aquelle logar em virtude das funções que actualmente exerce pelo que teremos apporunamente uma cadeira para o nosso referido amigo Etelvino Teixeira, resolvemos retirar a candidatura deste pleito de 15 de Julho deixando livre a do Sr. Philomeno Ribeiro, a qual não adherimos, não mas hostilizamos!¹⁰⁷⁰

O “texto” acima, além de corroborar com as afirmações de Porto, traz explicitamente as características da cultura política praticada em Montes Claros, desde 1832: cidade dividida em dois grupos; acusações aos adversários, incitação ao ódio, violência, hostilidade e, principalmente, ataque aos adversários políticos. Além de apresentar essas características, também destacou procedimentos adotados quando perdiam um companheiro de partido e os escolhidos para a vacância eram homens pertencentes a parentelas próximas ou amigos de correligionários políticos.

Contudo, é pertinente lembrar que anular eleições, substituir vereadores, ganhar a hegemonia não significava, no contexto da política coronelística, vitória sobre os adversários políticos. Os ânimos, nesses momentos, acirravam-se mais ainda e apontavam-se para outros embates, em função da representatividade adquirida pelos coronéis, em todos os níveis: local, estadual e federal, ao longo da República Velha. Raimundo Faoro afirma que: “Sempre que um chefe se desprestigiava, prejudicando as eleições ou “desgostando” o governador, perdia o

¹⁰⁶⁹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 102.

¹⁰⁷⁰ JORNAL GAZETA DO NORTE, 09 abr. 1928, nº 632.

lugar, para outro, em geral ávido de elevar-se, em impiedosa concorrência, muitas vezes estimuladas pelas rivalidades familiares.”¹⁰⁷¹

Pela análise do autor, percebem-se os motivos pelos quais os coronéis empreendiam “guerras” intermináveis e usavam todos os meios possíveis, principalmente, a violência, para o acesso, manutenção e permanência no poder, “(...) um poder de homem a homem, não racional, pré-burocrático, de índole tradicional.”¹⁰⁷² Em Montes Claros, camillistas/conservadores e honoratistas/liberais representavam esse duelo e agiam como elucida Faoro, “(...) o homem do sertão, da mata e do pampa sabe que o chefe manda e ao seu mando se conforma,”¹⁰⁷³ legítima, age e faz. Assim, o quadriênio de 1927-1930 foi marcado por acirradas disputas político-sociais e econômicas que desencadearam na chamada “Tocaia sinistra dos Liberais”, ou seja, a “Emboscada” de 6 de Fevereiro de 1930.

Nesse contexto de tensão, após serem anuladas as eleições de 1927, “(...) os Liberais (honoratistas) reassumiram o poder. (...) reafirmaram suas fiéis posições ao Partido Liberal e passaram a contestar qualquer posição do Partido Conservador (camillistas), que era apoiado por grupos menores como cellestinistas.”¹⁰⁷⁴

Num clima de excessivas divergências e disputas locais, “(...) Montes Claros passou a ser vista como um reduto dos Liberais, por ter conseguido voltar à presidência da Câmara o Dr. Alfredo de Souza Coutinho, uma das figuras de (...) destaque do Partido Liberal local, e amigo pessoal do Dr. João Alves.”¹⁰⁷⁵

Dessa forma, caminhar alinhado ao Partido Liberal estadual e nacional era compromisso e dever dos chefes locais. Portanto, qualquer decisão que o partido tomasse em seus diversos níveis, seria atacado pelos liberais montesclarenses. Assim, os acontecimentos nacionais, também respingaram em Montes Claros. No final do quadriênio 1927-1930, os

¹⁰⁷¹ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 12º Ed. São Paulo: Globo, 1997 p. 630-631.

¹⁰⁷² FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 12º Ed. São Paulo: Globo, 1997 p. 633

¹⁰⁷³ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 12º Ed. São Paulo: Globo, 1997 p.633

¹⁰⁷⁴ NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História) . 177.f -Defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004 p. 79

¹⁰⁷⁵ NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História) . 177.f -defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004 p. 79

ânimos acalorados provocaram inquietação em todo o Brasil, principalmente com a agitação da Revolução de 1930.¹⁰⁷⁶

Mas, notadamente, os comentários que tinham maior expressividade entre os montesclarenses era a formação da Aliança Liberal, por se tratar de um movimento nacional e alcançar adeptos em todos os níveis sociais. Sobre a Aliança Liberal Pereira e Faria afirmam que:

Originário de motivações, o movimento que antecedeu a deposição de Washington Luís da presidência da República e culminou com a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas adquiriu conotações mais amplas nos campos social e econômico, e se constituiu em marco decisivo do processo histórico brasileiro, fartamente analisado pela historiografia.¹⁰⁷⁷

O movimento aliancista ganhou notoriedade, em Montes Claros, por existir aqui, um grupo liberal forte e contar a época com representantes como: Dr. Honorato Alves e Dr. João Alves. E, “(...) como não poderia deixar de ser, logo o grupo liberal passou a ser a Aliança Liberal.”¹⁰⁷⁸ Essa mudança pode ser atribuída ao que se chegou graças à divergência entre os grupos das oligarquias que dominavam, formada, quase que totalmente pelo fim da aliança entre São Paulo e Minas Gerais.¹⁰⁷⁹

Em Montes Claros, no final da década de 1920, os liberais locais tinham um forte apreço por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada,¹⁰⁸⁰ apontado por Pereira e Faria como “(...) articulador da Aliança e líder do movimento que antecedeu a chegada de Getúlio Vargas ao poder, (...).”¹⁰⁸¹ Essa afeição unia os Alves a Antônio Carlos, desde Setembro de 1915, quando apoiou incondicionalmente o senador da república à presidência de Minas pelo PRM.¹⁰⁸² Assim, quando mineiros e paulistas romperam politicamente,¹⁰⁸³ surge uma nova

¹⁰⁷⁶ NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f -Defendida pela Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, 2004, p. 79

¹⁰⁷⁷ PEREIRA, Ligia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.337.

¹⁰⁷⁸ NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História) . 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004, p. 80.

¹⁰⁷⁹ PEREIRA, Ligia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 337.

¹⁰⁸⁰ NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004, p. 80.

¹⁰⁸¹ PEREIRA, Ligia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 339.

¹⁰⁸² NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f -Defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004, p. 80.

aliança, formada por Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba que lançam um candidato à presidência da República, gerando uma atmosfera hostil para com aquele que, no entendimento deles, eram traidores.¹⁰⁸⁴

Dessa forma, Fernando de Mello Vianna – conforme salienta Lígia Maria Leite Pereira “(...) teve que arrancar a máscara e romper definitivamente com ambos [PRM e Antônio Carlos], cindindo pela primeira vez o bloco monolítico do partido dos mineiros.”¹⁰⁸⁵ A partir de então, Conservadores e Liberais deflagraram uma movimentada campanha publicitária para o êxito de seus candidatos à presidência da República. Em Minas, a imprensa nacional conservadora¹⁰⁸⁶ procurava atingir, principalmente, o presidente do estado Antônio Carlos e seus correligionários.

No final de 1929, as campanhas políticas intensificaram-se. Contudo, em publicação no Diário de Minas, afirmam que “(...) havia boatos que Aliança Liberal começava a retroagir. A imprensa fiel a ela, como o ‘Diário de Minas’¹⁰⁸⁷ desmentia.”¹⁰⁸⁸ Mas se sabe que havia certa inflexibilidade no governo de Washington Luis, principalmente em relação à Aliança Liberal e a Antônio Carlos. Assim, Minas sofria com a política opositora.¹⁰⁸⁹ Em Montes Claros, essa oposição atingiu os dois grupos políticos. Segundo Cesar Henrique Q. Porto, as disputas ocorreram, especialmente, em função do nome da candidatura pelo PRM a presidente do Estado de Minas.¹⁰⁹⁰ Para Porto:

O grupo do deputado federal Camillo Prates declarou franco apoio ao vice presidente Melo Viana, que apoiava Washington Luis que aspirava ao governo de Minas. Os honoratistas permaneceram fiéis ao presidente do Estado de Minas,

¹⁰⁸³ Cf.: NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004 p. 82 “ (...) devido a indicação de Julio Prestes à presidência da República por Washington Luis e a candidatura de Fernando de Mello Vianna pelos conservadores mineiros, (...)”

¹⁰⁸⁴ NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004 p. 82.

¹⁰⁸⁵ PEREIRA, Lígia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 361.

¹⁰⁸⁶ “O Malho”. Rio de Janeiro, 09 de Novembro de 1929.

¹⁰⁸⁷ “DIÁRIO DE MINAS”. Belo Horizonte, 14 dez. 1929, p. 02.

¹⁰⁸⁸ NASCIMENTO, M. de Fátima. G. L.do *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004, p. 83.

¹⁰⁸⁹ NASCIMENTO, M. de Fátima. G. L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra- Vassouras- RJ, 2004 p. 84.

¹⁰⁹⁰ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 104.

Antônio Carlos, que, apoiava Getúlio Vargas para a presidência da República e Olegário Maciel para o governo do estado de Minas Gerais.¹⁰⁹¹

Verifica-se na análise do autor que os grupos políticos locais continuavam divididos. E essa cisão, como sempre, era portadora de um clima hostil e muito tenso. Em Minas Gerais como um todo, a situação não era diferente. E para demonstrar o clima de violência política, houve uma organização dos conservadores de Minas para um ataque. Tentando alçar o progresso, tanto de Minas quanto do Brasil como um todo, foram reativados os congressos cunhados desde 1928 pelos empresários.¹⁰⁹² Dessa forma, evidenciavam, explicitamente, a oposição à Aliança Liberal.

Com a intenção de demonstrar essa oposição, os empresários mineiros (conservadores) organizaram novos congressos, sob a chefia do Sr. Manoel Thomaz de Carvalho Brito,¹⁰⁹³ dentre os quais, o do algodão em Montes Claros. Contudo, sabe-se que, antes, conforme Ligia Pereira e Maria Auxiliadora de Faria a “(...) serviço de Catete, Carvalho Brito tinha ampla liberdade para agir. Instalou-se de ‘mala e cuia’ em Belo Horizonte, e abriu verdadeiro leilão de cargos e verbas federais em troca de apoio às candidaturas oficiais.”¹⁰⁹⁴ Denota-se dessa afirmação que o objetivo maior dos congressos era conseguir apoio e desarticular a Aliança Liberal.

E foi dentro desse contexto político que ocorreu, em Montes Claros, um dos mais sangrentos episódios políticos de sua história, o 06 de Fevereiro de 1930, denominado pela imprensa como Tocaia Sinistra dos liberais,¹⁰⁹⁵ que ocupou páginas inteiras de comentários e análises como pode ser observado adiante.

4.3 06/02/1930: A Tocaia/Violência Física/Real – Um confronto de Liberais e Conservadores

¹⁰⁹¹ PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político nortemineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p.104

¹⁰⁹² NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras – RJ, 2004, p. 84.

¹⁰⁹³ Cf.: PEREIRA, Ligia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. P. 368. “Carvalho Brito, influente empresário que participara do governo de João Pinheiro,[1906-1908] e que à época dirigia a Carteira Comercial do Banco do Brasil”.

¹⁰⁹⁴ PEREIRA, Ligia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.369.

¹⁰⁹⁵ JORNAL GAZETA DO NORTE. 13 de Fevereiro de 1930, Anno XII, N. 709, p. 01.

“Da casa do Sr. João José Alves – o conhecido protector de bandidos – sicários emboscados alvejaram Mello Vianna e Carvalho Britto.”¹⁰⁹⁶

Analisar historicamente a violência, como já foi dito, não é uma tarefa fácil. Entretanto, a epígrafe acima indica uma das dimensões da natureza do tema. Mas, para isso, fazem-se necessários alguns comentários anteriores à tocaia de fevereiro de 1930 – um confronto de liberais e conservadores, entre os quais, o congresso do “algodão”, em Montes Claros. Conforme Pereira e Faria:

Na tentativa de conquistar a simpatia dos membros das classes conservadoras, Carvalho Brito e Melo Vianna planejaram congressos nas diversas regiões geoeconômicas do Estado. Em Muriaé, Zona da Mata, o “Congresso de Café”, em Itabira o da “Siderurgia”, em Montes Claros o do “Algodão” que acabou por transformar aquela cidade em palco de trágicos acontecimentos.¹⁰⁹⁷

Na análise de Lígia Pereira e Maria Auxiliadora de Faria, verifica-se um dos componentes que, quase sempre, transformou Montes Claros, a maior cidade do Norte de Minas, em um palco de “guerra – violência física (confronto entre liberais e conservadores) que constitui um dos objetivos dessa pesquisa – violência no sertão: prática natural ou atentado às regras e às leis no norte de Minas e em Montes Claros, entre 1831-1930 – por mostrar os confrontos políticos entre os grupos que detinham o poder econômico-social. De acordo com os apontamentos de Lígia Maria Leite Pereira:

(...) nos dias 06,07 e 08 de fevereiro de 1930, na cidade de Montes Claros, o congresso do Algodão (...) foi planejado (...) pelos Srs. Dr. Fernando de Melo Vianna¹⁰⁹⁸ e Dr. Manoel Thomaz Carvalho Britto,¹⁰⁹⁹ (...) sob a organização dos conservadores locais.¹¹⁰⁰ Entretanto, não ocorreu “(...) ao invés do evento [houve] confronto violento entre partidários das duas facções políticas.”¹¹⁰¹

Para Pereira e Faria, citando Aurino Morais e outros contemporâneos, “o objetivo de Carvalho Brito era forçar, criar um fato novo que provocasse a intervenção federal, em Minas

¹⁰⁹⁶ JORNAL GAZETA DO NORTE, 13 de Fevereiro de 1930, Anno XII, N. 709, p.01.

¹⁰⁹⁷ PEREIRA, Lígia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 370.

¹⁰⁹⁸ Vice-presidente da república.

¹⁰⁹⁹ Diretor do Banco do Brasil e iminente chefe da Concentração Conservadora.

¹¹⁰⁰ NASCIMENTO, Maria de Fátima. G. L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado em História). 177.f- Defendida pela Universidade Severino Sombra . Vassouras – RJ, 2004. p.85-86.

¹¹⁰¹ PEREIRA, Lígia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.370 apud MORAIS, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Ed. Pindorama. 1933.

Gerais.”¹¹⁰² E, de acordo com as autoras, ainda citando Aurino Morais: “O Sr. Carvalho Brito entendeu de tirar do trágico acontecimento os melhores resultados para sua causa. Simulou o plano de uma emboscada, um ataque premeditado à pessoa do vice-presidente da República pelos liberais. Um crime político.”¹¹⁰³

Nota-se, nas afirmativas do autor, citado por Lígia Pereira e Maria Auxiliadora de Faria, que houve um planejamento anterior ao acontecimento e, nesse sentido, uma violência física, assumidamente programada. Uma prática utilizada pelos grupos políticos, desde o Império, em todo o país, para o acesso, exercício e permanência no poder. No norte de Minas, especificamente em Montes Claros, violência dessa natureza era habitual entre as facções políticas. Portanto, uma violência que poderia ser praticada, sem levantar dúvidas de sua autoria, no calor dos acontecimentos.

No limiar de 1930, após definir as zonas onde ocorriam os “congressos”, a Concentração Conservadora tratou de fazer todo o trabalho de divulgação. Em Montes Claros, sob a justificativa de favorecer produtores de algodão, cereais, cana-de-açúcar e tabaco, reuniram-se importantes chefes políticos da região e de outros estados,¹¹⁰⁴ onde o assunto principal deveria ser a candidatura do Dr. Júlio Prestes à presidência da República. Com um forte trabalho de propaganda, inscreveram-se para participar do “Congresso de Montes Claros” 46 cidades.

Na cidade, os meios de comunicação, em especial, os jornais anunciavam o “congresso”, sistematicamente, em edições extraordinárias, reeditavam o regulamento, temas e discussões a serem debatidas. O Jornal “*Gazeta do Norte*”, na edição extraordinária, intitulada: “os Congressos Econômicos da Concentração Conservadora”, além de reafirmar a “instalação de um deles, sobre: algodão, cereais, tabaco e seus derivados, produtos da cana-de-açúcar e pecuária, iniciar-se-á hoje, nesta cidade,¹¹⁰⁵ publicava a manchete “A utilidade dos Congressos” transcrita a seguir:

Geralmente são encaradas por muitos com um certo setecismo estas reuniões em que os interessados na solução de problemas que afetam uma das variedades da atividade humana se encontram no estudo destes problemas.

¹¹⁰² PEREIRA, Lígia Maria Leite. FÁRIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andradista da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.370 apud MORAIS, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Ed. Pindorama. 1933, p.197-198.

¹¹⁰³ PEREIRA, Lígia Maria Leite. FÁRIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andradista da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.370.

¹¹⁰⁴ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f. Definida pela Universidade Severino Sombra. Vassoras: RJ, 2004, p.86.

¹¹⁰⁵ Jornal *Gazeta do Norte*, Edição Extraordinária, 06 de fevereiro de 1930, p. 01.

Não tendo uma autoridade oficial, raciocinam muitos, não tendo a qualidade de legisladores que torne obrigatória suas resoluções, que utilidade podem estas ter?

Não é assim; quando outras vantagens elas não tivessem, os seus resultados indiretos seriam bastantes para lhes dar uma grande utilidade.

O simples fato do encontro de indivíduos interessados em um mesmo ramo de atividade, a troca particular de idéias entre eles, levando a uns o conhecimento da experiência por outros adquirida, de novos métodos por eles adotados, a observação *de visu* de demonstrações de caracter tecnico, constituem um conjunto de resultados dos mais beneficos.

Não são menos valiosas suas consequencias diretas, embora nem sempre sejam imediatas.

Uma realização, antes de ser um fato, é uma idéia, da mesma forma que um vegetal, antes de ser arvore, é uma semente.

Esta, para sua germinação, exige tempo, o estudadas, um trabalho molecular intenso, e adventos da estação propria.

Da mesma forma a idéia. A transformação exige um trabalho mental, muitas vezes longo, a época propria para que se possa realizar: que chegue emfim “a sua hora”.

Os Congressos são sementeiras de idéias. Ali elas são estudadas, discutidas, examinadas em todas as suas faces e, si as suas conclusões não têm caracter obrigatório, elas ali ficam, como a semente, em terreno perfeitamente labrado, onde insensivelmente vão evoluindo até a eclosão final.

Mas, dirão, para que uma ideia apareça e seja estudada, não é necessário que se avistem os interessados nelas. Temos a imprensa, que constitue um magnifico meio de vulgarização.

Sim, mas é um meio lento e incerto. Nem todos lêem o que publica um jornal; a maior parte dos que o lêem, não escreve, não dá a conhecer as objeções, os fatores que sua experiência lhe indica como modificadores da ideia e ela se perde, ou por não terem sido conciderados estes fatores.

Isto não se dá quando, em contato direto varias intelligencias interessadas em um mesmo estudo.

A uma como ecitação de cada uma por influencia das outras, o que as faz entrar em franca atividade.

Para a cidade em que o congresso se reúne, há ainda inestimáveis vantagens imediatas e diretas.

Ela é posta em foco, é visitada torna-se mais conhecida, colhendo esta circunstancia resultados de grande e real valor.

Assim eu, que sou dos mais ardentes amigos de Montes Claros; eu, que tenho para com este culto e principalmente hospitaleiro povo uma grande, uma imorredoura dívida de gratidão, eu que pelo coração me sinto também um montesclarensense, rejubilo-me, com os filhos desta santa e boa terra, pela escolha em boa hora feita de seu recinto abençoado para a reunião do Congresso de Algodão e Cereaes.¹¹⁰⁶

Verificam-se, na escrita do Ministro Pires e Albuquerque,¹¹⁰⁷ claramente, os objetivos dos “Congressos”, uma provocação ao homem sertanejo e, principalmente, a incitação à violência explícita na divisão social de leitores e não leitores. Contudo, vale ressaltar que, o ‘congresso’ planejado para Montes Claros, deveria provocar, como afirmou, anteriormente, Aurino Moraes, tumultos e crime político, objetivo maior da Concentração Conservadora para a intervenção federal, em Minas Gerais.

¹¹⁰⁶ JORNAL GAZETA DO NORTE, Edição Extraordinária 06 de fevereiro de 1930. p. 01.

¹¹⁰⁷ Procurador geral da república

Assim, observa-se que o “congresso”, trazia, em si, o princípio da violência, “ao ter sido estrategicamente planejado”¹¹⁰⁸ para reunir “congressistas”/ conservadores, cuja cultura política sempre fora de hostilidade e que, certamente, partiriam para um ataque armado, caso acontecesse alguma confusão.¹¹⁰⁹ Principalmente por saber que “(...) a intenção da Concentração Conservadora era a de provocar o presidente do Estado, Antônio Carlos, e fazer minar a grande vantagem que a Aliança Liberal vinha conquistando em Minas, (...) nas cidades, onde seus governantes eram aliancistas ou simpáticos ao partido.”¹¹¹⁰

Em Montes Claros, a Aliança Liberal, sob a chefia dos irmãos Alves, tinha uma forte atuação e, certamente, sairia vencedora nas eleições de outubro de 1930. Assim, era necessário, “cortar” os galhos da árvore, como dizem no dito popular. Washington Luis e Carvalho Britto demonstravam essa atitude nos mais variados órgãos e setores. Segundo Waldemar A. Barbosa:

O presidente da República fez tudo para destruir a Aliança Liberal, com perseguição e violência, sobretudo em Minas e na Paraíba. Todas as repartições federais, o Banco do Brasil, correios e telégrafos, as estradas de ferro, as repartições fazendárias, tropas do Exército, tudo foi transformado em instrumento de opressão.¹¹¹¹

As afirmações de Waldemar A Barbosa não deixam dúvidas do que Washington Luis e Carvalho Britto eram capazes para eliminar a Aliança Liberal e colocar seus defensores em desvantagem. Dessa forma, o “congresso do algodão” em Montes Claros, certamente, fazia parte do plano para intervir no estado, caso a simulação de tocaia/emboscada saísse conforme planejado. E ainda segundo autor, com base nos estudos de Laurita Pessoa Raja Gabaglia¹¹¹²

Depois de narrar os acontecimentos de Montes Claros e a ida para aquela cidade do norte de Minas do procurador da república, Luis Galloti, acrescenta: “ Realizava assim o presidente da república no grande estado montesino, uma forma de

¹¹⁰⁸ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f-Definida pela Universidade Severino Sombra em 2004, p. 88.

¹¹⁰⁹ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f- Definida pela Universidade Severino Sombra em 2004, p. 88.

¹¹¹⁰ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f- Definida pela Universidade Severino Sombra em 2004, p. 88 e 89.

¹¹¹¹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979, 3º V. Formação Histórica, p. 677.

¹¹¹² Ver em: GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. *Biografia de Epiptácio Pessoa*. Belo Horizonte: Livraria José Olympio, s/d, 2º V, p. 823.

intervenção, ou pelo menos, de intimidação militar, humilhante ainda que disfarçado.¹¹¹³

A observação de Waldemar A. Barbosa, com base dos estudos de Laurita P. Raja Gabaglia, corrobora com a análise anterior do próprio autor e permite afirmar que os acontecimentos ocorridos em Montes Claros haviam sido minuciosamente planejados. Um plano que considerava, principalmente, as hostilidades políticas desfechadas entre liberais (honoratistas) e conservadores (camillistas) e a representação construída acerca do sertão como lugar do inculto, bárbaro e incivilizado, ou seja, da fascinação.

Imaginário este que possibilitou à cidade de Montes Claros, no ano de 1930, tornar-se um “(...) patético teatro armado pelos adversários políticos da Aliança Liberal ou do conhecido grupo local chamado de honoratistas, como era conhecido nacionalmente.”¹¹¹⁴ Ponderações que também versam nas análises de Lígia Pereira e Maria Auxiliadora de Faria. Segundo as autoras, “(...) a partir dos acontecimentos ocorridos em Montes Claros, a voz corrente nos meios políticos e na imprensa era a de que, mais dia, menos dia, Minas estaria sob a intervenção federal.”¹¹¹⁵ E ainda, segundo elas, “(...) para além dos boatos, o governo federal cuidou da transferência de boa parte do 10º regimento de infantaria da 4ª região militar de Juiz de Fora para Montes Claros, sob o pretexto de garantir, naquela cidade, a presença da procuradora da república, Luiz Galoti.”¹¹¹⁶

As análises pontuadas, até o momento, não deixam dúvidas de que a violência perpetrada na noite de 06 de fevereiro de 1930, em Montes Claros, era objetivada pelos Conservadores nas três esferas do poder (federal, estadual, local) para culpar a Aliança Liberal nas mesmas instâncias do poder e intervir no estado de Minas Gerais. Assim, “(...) o Congresso de Algodão e cereais pode ser perfeitamente definido como um encontro de conservadores, disfarçados de congressistas e promotores de progresso nas regiões longínquas do estado e do país.”¹¹¹⁷ Ou seja, o teatro que faltava para Washington Luis e Carvalho Britto envenenar, combater opositores e garantir o acesso e manutenção no poder.

¹¹¹³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979, 3º V. Formação Histórica p.677.

¹¹¹⁴ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f- Definida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ:2004, p. 90.

¹¹¹⁵ PEREIRA, Ligia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andradista da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 371.

¹¹¹⁶ PEREIRA, Ligia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos: um Andradista da República o arquiteto da Revolução* 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 371.

¹¹¹⁷ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f- Definida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2004, p. 90.

4.3.1 O 06 de fevereiro de 1930 em Montes Claros: Uma violência premeditada

Com vistas a fazer a sociedade local acreditar na “boa” intenção do “congresso de algodão e cereais”, seus articuladores tentaram divulgá-lo, amplamente, nos meios de comunicação, principalmente, nos jornais, com bastante antecedência. E, em Montes Claros, “seu maior divulgador e, ao mesmo tempo, formador de opinião pública”¹¹¹⁸ foi o “jornal Gazeta do Norte”¹¹¹⁹ que com uma linguagem fria e calculista destilava veneno quando veiculava notícias como “os liberais dizem que E. Normal será uma das [escolas] fechadas por A. Carlos, por falta de dinheiro. Dele não se espera outra coisa...,”¹¹²⁰ apesar de seus editores saberem que, nesse período, a maioria da população era analfabeta e, muito menos, lia jornal. Mas, naquele momento, era fundamental fomentar a discórdia e colocar em confronto liberais e conservadores, nos diversos níveis do poder e, em especial, as facções locais. Para isso, o mencionado jornal ia além e zombava das candidaturas, com uma escrita maldizente. Trazia, em primeira página, textos como:

O nosso cemitério tem dois candidatos a coveiro – naturalmente o Sr. Olegário será escolhido como “o de conciliação”, “a farandula do rancho liberal”; “o liberalismo-estado de sítio em Minas Gerais”; Bernardo estrillou porque a sua casa foi vigiada. Pensava mesmo, que pimenta só arde em boca alheia!?; “quem foi que disse Prestes não prestava”; brada o Getúlio, empós a “ponto por onde passará com a bagagem...”. “Quem ameaça a Gazeta sabe demais, que assim como não fomos ovelhas liberais, não nos deixamos matar como carneiros.”¹¹²¹

A matéria permite afirmar que, em Janeiro de 1930, os conservadores plantavam e fomentavam o confronto com os liberais, em Montes Claros. O discurso inflamatório denotava o acirramento dos ânimos, nas instâncias estadual e federal. As questões locais eram apresentadas secundariamente com a finalidade de incitar a violência. Portanto, prevista e planejada. É oportuno lembrar que, em Montes Claros, “(...) nos meses antecedentes ao Congresso, a vida político-social apresentava tranquila, com exceção das notícias que

¹¹¹⁸ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f- Definida pela Universidade Severino Sombra.Vassouras,RJ: 2004 p.90 e 91.

¹¹¹⁹ Jornal pertencente a Ari de Oliveira, um dos líderes da Concentração Conservadora local.

¹¹²⁰ JORNAL GAZETA DO NORTE, [?], jan. 1930, s.p.

¹¹²¹ JORNAL GAZETA DO NORTE, Montes Claros, [?] jan de 1930 s.p.

veiculavam,¹¹²² e incomodavam aqueles que liam jornais e percebiam neles divergências implícitas.

Portanto, uma cidade “(...) longe de qualquer suspeita, que levassem ao clima de intolerância e violência, ocorrido na noite de 06 de fevereiro de 1930 e, muito menos, as de um intervenção do estado de Minas Gerais, em consequência, dos acontecimentos aqui desencadeados.”¹¹²³ Mas, como já se afirmou anteriormente, o jornal Gazeta do Norte sempre procurava colocar em evidência conservadores (camillistas) e liberais (honoratistas), principalmente, quando as questões de ordem nacional atingiam as questões de ordem local e incitava a opinião pública, como “continua o aviso da collectoria estadual: ainda não chegou dinheiro. Espere o professorado pela vinda de Melo Vianna.”¹¹²⁴ A manchete sutilmente instigava as divergências e plantava a discórdia.

Na literatura consultada nota-se que, ideologicamente, a sociedade montesclareense, daquele momento, não diferia muito do restante do país. É interessante lembrar que os Camillistas e Honoratistas só sentiram o “peso” das facções “quando os objetivos do ‘Congresso’ tornaram-se evidentes e aproximava-se a data de sua realização.”¹¹²⁵ Os convites foram feitos “não a industriais, mas a funcionários federais e a imprensa governista.”¹¹²⁶ Para Milene A. C. Maurício:

Chega-se, sem muito esforço, à conclusão de o congresso de algodão e cereais, não passaria de um congresso político que teria um único fim- dar demonstração de força eleitoral numa terra onde a Concentração Conservadora não contava talvez, nem mesmo com os votos dos membros do seu comitê da propaganda. Fins econômicos e reunião de Montes Claros teria. Mesmo porque ninguém de boa fé poderia admitir que os Srs. Mello Vianna e Carvalho Brito fossem fornecer elementos para o desenvolvimento de uma indústria que, embora incipiente (fábrica de algodão Santa Helena) estava nas mãos de seus adversários.¹¹²⁷

As ponderações deixam evidente que a política montesclareense seguia um direcionamento ideológico nacional. Portanto, executava-se, aqui, o que era determinado pelo

¹¹²² NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f -Definida pela Universidade Severino Sombra.Vassouras-RJ:2004, p.91.

¹¹²³ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado). 177.f - Definida pela Universidade Severino Sombra.Vassouras-RJ: 2004, p.91.

¹¹²⁴ JORNAL GAZETA DO NORTE. Montes Claros 04/01/1930, p. 01.

¹¹²⁵ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)* (Dissertação de Mestrado) 177.f - Definida pela Universidade Severino Sombra.Vassouras-RJ: 2004, p.92.

¹¹²⁶ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, p.58.

¹¹²⁷ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, p. 58.

poder central, lembrando que, como afirmou Michael Lowy, “(...) ideologia é o conjunto das concepções, idéias, representações, teorias, que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida.”¹¹²⁸ Em Montes Claros, a concentração conservadora obedecia e legitimava essa ordem.

Verifica-se, na documentação analisada, que, na véspera do congresso, o Sr. Moacir Dolabella Portella,¹¹²⁹ ao procurar o presidente da câmara, Dr. Alfredo de Souza Coutinho, para receber a comitiva dos Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto, “(...) seu convite [foi] rejeitado por todas as pessoas de representação social e política da cidade.”¹¹³⁰ Notam-se, nessa rejeição, os sinais das divergências políticas, que tornaram mais evidentes ainda, conforme as memórias, quando “(...) no dia da chegada do Sr. Mello Vianna, a cidade foi invadida pela jagunçada de Granjas Reunidas.”¹¹³¹ Demonstração de que a política também se fazia a base de armas e de susto na oposição.

Afirma-se que essa “(...) invasão de gente na cidade, encheu de justo temor os situacionistas.”¹¹³² Percebe-se, nessas afirmações, o impacto causado pelas provocações e a representação do medo que, sem dúvida, colocou os liberais em alerta e preparou-lhes para a violência perpetrada por ambas as facções na noite de 06 de Fevereiro de 1930, em Montes Claros. Entretanto, é pertinente lembrar que essa violência foi minuciosamente planejada:

Ao sair de Belo Horizonte, a comitiva dos Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto parou nas principais estações de linha férrea: Santa Luzia, Sete Lagoas e Corinto para encontrar correligionários e fechar acordos. Depois seguiram para Granjas Reunidas para um almoço e encontro com a segurança, que posteriormente foi reconhecida como jagunços,¹¹³³ disfarçados de acompanhantes da comitiva.¹¹³⁴

Verifica-se, nessa análise, a finalidade do “congresso” e a execução de um plano. Portanto, uma violência prevista que teve início às 23:30 minutos do referido dia, “(...) na

¹¹²⁸ LOWY, Michel. *Ideologia e Ciência Social: elemento para uma análise marxista*. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 1988, p. 13.

¹¹²⁹ Cf.: MAURÍCIO, Milene. Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, P. 59. “era o principal empresário da ‘tourneé’ política de Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto.”

¹¹³⁰ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, p.58

¹¹³¹ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, p. 59

¹¹³² MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, p.59

¹¹³³ Ver em: FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e luta*. 2º Ed. Rio de Janeiro; Ed: Civilização Brasileira, S/a, 1965, p.59-76

¹¹³⁴ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. *In: Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ: 2004. p. 93.

Praça da Estação, onde a Concentração Conservadora encontrou, além de correligionários, a “segurança” e curiosos que esperavam pela passeata e o desfile da comitiva.”¹¹³⁵ Planejada para descer pela Avenida Francisco Sá, foi desviada intencionalmente para a rua D. João Pimenta, sentido à Praça onde residia Dr. João José Alves, principal líder local da Aliança Liberal.

Conta Avilmar Rosa,¹¹³⁶ testemunha ocular dos acontecimentos que, “(...) o desvio foi intencional, por trás do objetivo de saudar o Dr. João José Alves, havia por parte da comitiva um ar de provocação e a demonstração de força [política].”¹¹³⁷ Hermes de Paula relata que “naturalmente, no ardor de uma campanha violenta, os boatos fervilhavam; entre esses, um de gravidade excepcional: os trabalhadores das Granjas vieram armados e estariam intencionados a atacar a residência do Dr. João Alves.”¹¹³⁸ O relato do autor, reafirmado pelas memórias de Avilmar Rosa, permite dizer que o “congresso” foi uma tocaia/emboscada armada com a finalidade de demonstrar força política.

Dessa forma, “vivas “e “morras” gritados pelas duas facções, permitiram João Cândido Dias¹¹³⁹ atirar uma bomba que “(...) explodiu em meio à multidão, (...) acertar justamente o Dr. João Alves que se encontrava na porta de sua casa, saudando a comitiva.”¹¹⁴⁰ A partir dessa explosão, “(...) começou um tiroteio de ambas as partes, que atingiu tanto conservadores quanto liberais, num clima de violência sem precedentes. Cessado o fogo cruzado, havia um saldo de seis mortos e dezenas de feridos.”¹¹⁴¹ Sem, contudo, atingir ou ferir gravemente seus idealizadores.

Assim, os objetivos da Concentração Conservadora haviam sido concretizados. Violência, pânico, e confronto de Conservadores e Liberais era o resultado do “bom” trabalho desenvolvido pelo vice-presidente da República, Mello Vianna, e pelo chefe da Concentração

¹¹³⁵ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher* (Montes Claros na primeira metade do século XX).177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras,RJ: 2004. p.95

¹¹³⁶ Entrevista com Avilmar (Mario) Rosa realizada em 17 de Julho de 2004.

¹¹³⁷ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L.do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher* (Montes Claros na primeira metade do século XX) .177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras -RJ: 2004, p.95.

¹¹³⁸ PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros sua história e sua gente e seus costumes*. Parte I. Montes Claros : Unimontes, 2007, p. 160 v. 01 (Coleção sesquicentenária).

¹¹³⁹ Cf.: MAURÍCIO, Milene. P. 69. Adversário político de Dr. João Alves.

¹¹⁴⁰ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher* (Montes Claros na primeira metade do século XX) .177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras- RJ: 2004, p. 96.

¹¹⁴¹ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher* (Montes Claros na primeira metade do século XX) .177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras-RJ:2004, p. 96.

Conservadora, Carvalho Britto e razões essenciais para a intervenção federal no estado de Minas Gerais, como almejava o presidente da República, Washington Luis. Sobre os acontecimentos John D. Wirth afirma que:

Tiros soaram em Montes Claros, a capital do Norte de Minas, antes que Manuel Tomás de Carvalho Britto pudesse emitir um comício político na noite de 6 de fevereiro de 1930. O vice-presidente Melo Viana, que estava perto dele, ficou ferido e três homens morreram. Não que a violência fosse imprevista nessa cidade de estação de ferrovia. Os homens de Brito trouxeram de Belo Horizonte dois vagões cheios de simpatizantes, que se embriagaram, provocaram brigas e circularam com prostitutas antes de marcharem atrás de Brito e do Vice-presidente dando vivas, explodindo foguetes e tocando banda. Depois veio o tiroteio, seguido de notícias de que a guarnição do exército de Juiz de Fora poderia vir ao Norte para “restaurar a ordem”. Enquanto isso, impediram o acesso da força pública estadual ao telégrafo e a estrada de ferro federal. Assim passou-se o incidente, provavelmente para provocar a intervenção. O governador não foi deposto, mas até Minas esteve vulnerável a uma intervenção federal por ousar opor-se a um presidente na eleição que mostrou-se a última e mais controversa da República Velha.¹¹⁴²

A análise de John Wirth enumera fatos que ocorreram na noite de 06 de fevereiro de 1930, em Montes Claros, e dá, em parte, a dimensão do cotidiano vivido pela sociedade montesclarenses, a partir dos acontecimentos, da representação construída e de sua repercussão oral e nos meios de comunicação, como a imprensa. A análise do autor valida as afirmações anteriores, acerca do plano e possibilita reafirmar que a violência física/real, praticada na referida noite, e as consequências dela advindas, foram cuidadosamente planejadas e previstas.

Portanto, uma situação criada para uma série de pretextos, como mencionou John Wirth e, principalmente, para impedir que Minas apoiasse Getúlio Vargas à candidatura de presidente da República, com votação maciça dos liberais no estado e região estratégicas, como o norte de Minas.

Dessa forma, pode-se afirmar que a violência perpetrada no dia 06 de fevereiro de 1930, em Montes Claros, foi ainda resultado de uma cultura política que utilizava desse mecanismo para o acesso, exercício e permanência no poder, nos diversos níveis: local, estadual e federal. Montes Claros e o norte de Minas eram regiões que foram escolhidas para os “congressos” porque pesavam politicamente no “fiel da balança” e eram representadas pela oralidade e pelo imaginário como lugar de homens incultos, bárbaros e violentos.

¹¹⁴² WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 153.

Por conseguinte, atribuir a esses homens uma simulação de tocaia/emboscada era tarefa fácil e simples para a Concentração Conservadora, já que aqui se imaginava que matavam para verem a queda e o sertanejo era um facínora em potencial. Uma representação social para pleitos eleitorais e necessária para as facções manterem seus domínios políticos, econômico e social. Logo, um lugar ideal para o confronto das forças políticas de 1930.

4.3.2 “Tocaia sinistra dos liberais” nos relatos

Extraír de relatos ou de depoimentos versões de um acontecimento significa, na maioria das vezes, segundo afirma Arlette Farge, que o “(...) essencial nunca surge de imediato, a não ser em uma descoberta excepcional; é preciso portanto ler, ler de novo, afundado em um pântano que nenhuma rajada venha distrair a menos que o vento se levante.”¹¹⁴³ Nesse sentido, os depoimentos de 06 de fevereiro de 1930, relativo aos acontecimentos de Montes Claros são, em sua materialidade, excepcionais, trazem explícitos na escrita a violência, mas é preciso lê-los, várias vezes, e minuciosamente. Há momentos em que a violência esta sutilmente subentendida nos relatórios. E, sendo assim, é pertinente lembrar que a “(...) história não é o relato equilibrado da resultante de movimento opostos, mas se encarrega das asperezas do real percebidas por lógicas díspares em choque com as outras.”¹¹⁴⁴

Dessa forma, os depoimentos apresentados, nessa pesquisa, mostram que a tocaia/emboscada produziu, socialmente,¹¹⁴⁵ forma e caminhos não imaginados pelas lideranças políticas, a violência protagonizada confirmou uma cultura política existente e o planejamento de um confronto de forças políticas, sem, contudo, atribuir a violência perpetrada, exclusivamente, aos chefes políticos locais ou a ação de bandidos e facínoras, como preconizara o presidente da República Washington Luis e as demais lideranças da Concentração Conservadora para intervirem no Estado de Minas Gerais.

O inquérito policial foi instaurado pelo Ministério Público, logo em seguida aos acontecimentos, em 25 de fevereiro de 1930, sob a presidência do delegado militar Tenente Wanderlin Amâncio Paschoal e, posteriormente, por autoridades estaduais nomeadas,

¹¹⁴³ FARGE, Arlette. *O saber do Arquivo*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 64.

¹¹⁴⁴ FARGE, Arlette. *O saber do Arquivo*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009, p.85.

¹¹⁴⁵ Ver em: BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*, 4º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 178-179.

especificamente, para o caso (doutores: Rogério Machado, João Pinheiro Filho e Coronel João Procópio Duarte) sob a supervisão do Dr. Luis Galloti, 2º procurador da República. Inicialmente, foram indiciados vários homens, pelos crimes de homicídio e lesão corporal, como: Dr. João José Alves, Antônio Câmara, José Arruas, Manoel Antônio Fernandes, Jurandyr Freire, Exupério José Muniz, Benjamim Marques, Manoel Canuto de Souza, Mário Celestino Reis, Francisco Rocha dos Santos, João de Oliveira e José Dias da Silva.¹¹⁴⁶

Ao analisar depoimentos de Conservadores, liberais e daqueles que denominavam-se “apartidários”, verifica-se que existiam inúmeras divergências quanto à versão dos fatos. Entretanto, é interessante lembrar que não se busca, aqui, desvendar o crime de 06 de fevereiro de 1930, nem atribuir a essa ou aquela facção sua autoria. Mas sim, discutir a violência praticada na referida data, em Montes Claros.

Portanto, é prudente afirmar que, tendo a violência ocupado um lugar central nos depoimentos dados à imprensa, optou-se, nessa pesquisa, por análise de fragmentos, sem a preocupação com espaço ocupado pelos depoentes na comitiva ou nas facções, mas obedecendo a uma sequência que se apresentou como lógica. O primeiro relatório aqui destacado foi dado por Dr. Fortunato Bulcão – Diretor da Associação Comercial do Brasil e amigo pessoal do Dr. Carvalho Britto, que chegou a Montes Claros no dia 04 de fevereiro, convidado para organizar e realizar o Congresso e o primeiro a voltar ao Rio de Janeiro, seis dias após a chacina (12/02/1930). Num trecho desse depoimento,¹¹⁴⁷ dado ao jornal “O Paiz” Dr. Fortunato Bulcão afirmou que:

Ao passar em frente a casa do Dr. João Alves, que estivera em festa e profusamente iluminada, antes daquela hora, então se achava completamente às escuras, surgiram nas janelas e portas inúmeras “bocas de fogo”, que, em descarga cerrada, despejaram durante cerca de trinta segundos, uma cortina de balas sobre a parte da multidão onde se achavam Mello Vianna, Carvalho Britto, Alfredo Moacir Dolabella e outras pessoas (...) que os acompanhavam.¹¹⁴⁸

Denota-se, do trecho acima, que Dr. Fortunato Bulcão fez várias acusações relativas aos acontecimentos. Dentre as quais, destacou, principalmente, a violência desfechada, a autoria e as vítimas. Afirmou incisivamente que os tiros partiram de uma emboscada destinada à comitiva. Nas palavras do depoente, as vítimas não tiveram tempo para a defesa, pela quantidade de tiros e pela direção dos disparos. É interessante observar que o depoimento

¹¹⁴⁶ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher*(Montes Claros na primeira metade do século XX) .177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História.Vassouras- RJ: 2004, p. 110.

¹¹⁴⁷ ANEXO nº15. Jornal “O Paiz”, Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1930 p.01.

¹¹⁴⁸ Jornal “O Paiz”. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro, 1930, p. 01.

do diretor comercial traz, em essência, contradições. O “congresso do algodão e cereais”, além de cumprir seus objetivos e as pretensões de Washington Luis, deveria ser um teatro onde, primeiro: seus protagonistas fossem vítimas e, segundo: norte de Minas e Montes Claros algozes. Dessa forma, o imaginário social desses locais, como lugar de bandidos, facínoras e cangaceiros, permaneceria durante várias gerações, como ocorreu até pouco tempo atrás.

Para Barbosa de Melo, do jornal “A Noite” de Recife, a “emboscada” teve como autores Dr. João José Alves e sua esposa Tiburtina de Andrade Alves, com o apoio indireto do governo do Estado de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, pelo requinte de crueldade que os fatos apresentaram. Segundo Barbosa de Melo:¹¹⁴⁹

Tudo indica[va] a cumplicidade indirecta do Governo de Minas, porque não é crível que um chefe político do interior , e que, aliás , é irmão de um obscuríssimo deputado federal, que esta ligado por laços de família a um dos “leaders” do liberalismo, de fancaria, tivesse o topete de urdir um plano para eliminar a segunda autoridade da República, e um político prestigioso, diretor do Banco do Brasil e chefe de um partido que conta com mais de cem mil adeptos, no estado mediterrâneo, se não contasse com impunidade.¹¹⁵⁰

As declarações de Barbosa de Melo evidenciam um crime premeditado, com vítimas predeterminadas. Entretanto, suas denúncias não foram confirmadas pelos autos, nem pelas vítimas. Mas foram lacônicas para construir representações sociais e reafirmar o imaginário social de violência atribuída ao norte de Minas e a Montes Claros, em especial, “no atribuir a responsabilidade do crime” a um membro da grande parentela dos Alves e a sua esposa, discurso evidente em toda declaração.

O vice-presidente da República e principal membro da comitiva – Dr. Fernando de Mello Vianna, que chegou a Belo Horizonte em 13 de fevereiro de 1930, ao prestar sua versão¹¹⁵¹ sobre os fatos, foi frio e evasivo nas declarações. Relatou sobre a lesão corporal sofrida e apontou, indiretamente, o autor. Segundo Mello Vianna, “(...) depois de passar pela casa de Dr. João Alves, (...) tendo o cumprimentado, (...) sem ser correspondido, (...), senti ligeiro ardor no pescoço (...) tendo então levado a mão (...) verifiquei que saía sangue, (...) estava ferido, e que se tratava de forte tiroteio.”¹¹⁵²

¹¹⁴⁹ ANEXO nº16. Cf.: MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, p. 103-106.

¹¹⁵⁰ MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, p. 103-104.

¹¹⁵¹ ANEXO nº 17. Cf.: MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986. P. 129-130

¹¹⁵² MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres: Tiburtina e a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Imprensa oficial, 1986, p. 129-130.

A versão de Mello Vianna pontuou uma violência de ambos os lados. Segundo ele “(...) agrediram-se mutuamente, sem visar esse ou aquele participante.”¹¹⁵³ Apesar dessas afirmações, não seria coincidência demais atingir logo o seu secretário particular, Dr. Raphael da Rocha e sobrar-lhe estilhaços de ossos? Estariam os aliancistas preparados para um confronto de forças políticas, caso fosse necessário? Ou ainda, a violência deveria ser a marca dos “congressos”? Perguntas como essas, certamente, foram feitas à época do acontecimento. Atualmente, com obras publicadas¹¹⁵⁴ acerca dos referidos “congressos” programados para o estado de Minas Gerais, pode-se afirmar que houve uma intencionalidade para o acontecimento de Montes Claros, os aliancistas mineiros seriam os responsáveis pela interdição do Estado e não o presidente da República, Washington Luís, como divulgava a imprensa oposicionista.

Para Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto, líder da Concentração Conservadora, idealizador dos “congressos” e principal articulador da campanha eleitoral de 1930, o acontecimento de Montes Claros foi uma façanha dos aliancistas e uma violência desfechada de surpresa. Em trechos de seu depoimento,¹¹⁵⁵ ao “O Jornal”, afirma que:

Ouviam-se durante todo o trajeto vivas e espoucar de foguetes. Quando já à caminhado cerca de trinta ou quarenta passos além da tal vivenda, rompeu um tiroteio contra o grupo em que achava. Vi que os tiros partiram de traz. (...) fui informado então de que as descargas haviam partido da casa do Sr. João Alves. Uma agressão a tiros inopinado e sem qualquer justificação (...), a polícia não fez prevenir ou evitar a agressão.¹¹⁵⁶

Verificam-se, nos trechos destacados, do depoimento de Carvalho Britto, inúmeras contradições: vivas e tiros; tiros que partiram de trás e partido da casa do Sr. João Alves; agressão sem qualquer justificativa. Deduz-se, dessas contradições, que o depoente fazia meras conjecturas do acontecimento. Não sabia precisar os fatos, nem afirmar autor e vítimas. Lendo na íntegra seu depoimento, é possível observar que, “(...) ele foi incisivo em três pontos: réu – o Dr. João Alves; a falta de proteção policial, ao vice-presidente – Dr. Mello

¹¹⁵³ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras-RJ: 2004, p. 114.

¹¹⁵⁴ Ver em: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Comunicação. 1979; PEREIRA, Ligia Maria Leite. FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antônio Carlos*. Um Andrada da República o arquiteto da Revolução de 30. Nova Fronteira, 1998; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias: Uma revisão da “política café com leite”*. C/Arte, 2001; WIRTH, John D. *Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. O Fiel da Balança. Paz e Terra. 1982.

¹¹⁵⁵ ANEXO nº 18. Cf: “O Jornal”. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1930 p. 01.

¹¹⁵⁶ “O JORNAL”, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1930, p. 01.

Vianna e a defesa da comitiva.”¹¹⁵⁷ Sem, contudo, evidenciar uma ação articulada e programada que teve como desfecho final e esperado: a violência.

Observam-se, nos depoimentos dos principais membros da Concentração Conservadora – Fortunato Bulcão, Fernando de Mello Vianna e Manoel Thomaz Carvalho Britto, declarações com um discurso firme e semelhante, o que autoriza afirmar que, “(...) os objetivos do Congresso tinham sido alcançados pela repercussão que teve o incidente no meio político e na imprensa tanto local quanto nacional e que a Concentração Conservadora fora apenas uma vítima no cumprimento do dever e do progresso econômico.”¹¹⁵⁸ Representações sociais que ajudaram a conquistar simpatia e votos nas urnas, em outubro de 1930, inclusive, no norte de Minas e em Montes Claros.

No grupo da Aliança Liberal, vários aliancistas depuseram. No entanto, quatro declarações nos chamaram muito a atenção, pelas características apresentadas e por meramente defenderem-se “das acusações a eles imputadas”. O primeiro aliancista a dar a sua versão dos fatos¹¹⁵⁹ foi o deputado federal Dr. Honorato Alves, testemunha não presente nos acontecimentos que, ao declarar ao “O jornal”, edição 11/02/1930, afirmou em trechos que:

Os acontecimentos de Montes Claros produziram no meu espírito a maior consternação. Até a manhã do dia oito estivemos sem nenhuma comunicação com a minha terra natal, fechado como foi para nós o telégrafo nacional, por certo com intuito de criar um ambiente desfavorável aos nossos amigos um ambiente desfavorável aos nossos amigos, colocando-os em situação de não poder contraditar as aleivosias que lhes eram assacadas (...) segundo (...) testemunha de vista, os fatos assim se passaram : (...) numa ensurdecadora gritaria de vivas e morras ao espoucar de foguetes e bombas (...) defronte à casa, [de Dr. João Alves], responderam com vivas à Aliança Liberal e morras ao Dr. Mello Vianna, até que dessa grande exaltação resultou um primeiro tiro que abateu um menino bem perto à porta. A esse, outro se sucederam rapidamente estabelecendo-se uma confusão infernal (...). A opinião corrente em Montes Claros é a de que muitos projéteis que atingiram membros da comitiva da Concentração Conservadora foram disparados pelos seus próprios companheiros (...).¹¹⁶⁰

O discurso do deputado Federal Dr. Honorato Alves apresentou-se bastante defensivo e preciso para quem não testemunhou ocularmente os fatos. Entretanto, como é sabido, o deputado fundamentou suas declarações no relatório recebido de um emissário que enviou à

¹¹⁵⁷ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras-RJ:2004, p.115.

¹¹⁵⁸ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História; Rio de Janeiro, Vassouras, 2004, p. 115-116.

¹¹⁵⁹ ANEXO nº 19. Declaração prestada pelo deputado Honorato Alves ao “O Jornal”, Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1930, p. 01.

¹¹⁶⁰ “O JORNAL”. Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1930, p. 01.

cidade para acompanhar e lhe informar sobre o “Congresso de Algodão e Cereais”. A fala do deputado foi, basicamente, a mesma de outros depoentes inquiridos nos autos. Contudo, apesar do Dr. Honorato Alves expor a violência desfechada nos acontecimentos, foi ponderado e evasivo nas declarações prestadas, por tratar-se de um adversário político da Concentração Conservadora, mesmo sendo um homem público e ético, como afirmava seus concidadãos. Suas declarações, como podem ser observadas não foram combatíveis, nem contestadas, conforme a documentação consultada (jornais e processo criminal) ou, ainda, sequer comentadas.

A segunda declaração foi o depoimento de Dr. João José Alves, líder aliancista regional e local, acusado pela Concentração Conservadora de ser “um dos autores intelectuais do crime, organizador da ‘emboscada’, fornecedor de armas e instrutor para a prática do mesmo [crime].”¹¹⁶¹ Homem que, ainda conforme a Concentração Conservadora, comandou a ação, apoiado pela polícia local, na pessoa do delegado especial Wanderlim Paschoal.

Apoio esse demonstrado, segundo Donizette Lima Nascimento, “quando do início do cortejo, ali tinha estado com apenas dois praças, deixando a passeata seguir sozinha pela rua D. João Pimenta, no momento em que ocorreram os tiros, só tendo chegado a praça após o ocorrido (...)”¹¹⁶² Conforme o autor, essa atitude do delegado era extremamente questionada pelos conservadores, em especial, pelo chefe Antônio Augusto Spayer. Contudo, o depoimento¹¹⁶³ do Dr. João José Alves não deixou transparecer esse apoio. Dele, retiraram-se os trechos:

No dia 06 último, cerca de 23 horas mais ou menos, achava-se em sua residência , (...) momento em que um dos manifestantes, que seguia junto do cortejo insultaram-se as demais pessoas que ali se achavam, proferindo “morras” ao presidente Antônio Carlos ao declarante, enquanto que um outro exaltado (...) alvejava o declarante que se achava à calçada da porta de sua residência em companhia de amigos (...) inclusive [o] menos vulgarmente conhecido por fifi (...) que o projectil naturalmente destinado ao declarante foi atingir de cheio a tempora direita do referido menor, morrendo instantaneamente, (...) mas no curso do qual várias pessoas saíram mortas e outras tantas feridas; (...) que o declarante ouviu centenas de tiros, impossível de fazer apreciação exata, porquanto foi um tiroteio cerrado, mas muito rápido(...).¹¹⁶⁴

¹¹⁶¹ NASCIMENTO, Maria de Fátima G. L. do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma Mulher (Montes Claros na primeira metade do Século XX)*. 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras-RJ: 2004. p. 119.

¹¹⁶² NASCIMENTO, Donizette. “*A Tocaia Sinistra dos Liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30*”. 2006, Dissertação (Mestrado em História). 332. f. - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006. p. 19-53. A referência foi utilizada com base em GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.p.258.

¹¹⁶³ ANEXO Nº 20 - Depoimento prestado por Dr. João Alves no dia 13 de Fevereiro de 1930 no processo-criminal de 25/02/1930.

¹¹⁶⁴ Processo-crime 25/02/1930. V. 01.

Os trechos destacados do depoimento de Dr. João Alves demonstram a violência desfechada no tiroteio de 06/02/1930 e as rivalidades e hostilidades entre as duas facções (Aliança Liberal e Concentração Conservadora) nos níveis: federal, estadual e local, bem como as atrocidades que cometiam para o acesso, exercício e manutenção do poder. Mesmo que, para isso, tivessem que travar guerras e tirar vidas humanas, como ocorreu na chamada “Emboscada de Bugres” ou “Tocaia Sinistra dos Liberais”.

Os trechos denotam, ainda, a versão do declarante sobre os acontecimentos, a incerteza de onde partiram os primeiros tiros, o que, no nosso entender, reforça a tese de que houve um planejamento, em função do imaginário de violência e ambas as facções existentes na cidade esperavam por um confronto direto entre elas, já que foi um tiroteio com muitas mortes e vítimas lesionadas, além da interdição dos meios de comunicação em Montes Claros e a montagem de um forte esquema de segurança e aparelho repressivo.

Outro depoimento que demonstrou a violência praticada, em Montes Claros, no dia 06/02/1930, foi o de Tiburtina de Andrade Alves, acusada nas representações de jornais pertencentes e/ou aliados da Concentração Conservadora de ser a autora e mandante da execução da “tocaia”. Mas que, em nenhum momento dos autos, apareceu como ré. Por isso, entende-se que foi ouvida com o intuito de esclarecer o que ocorreu, em sua residência, naquela noite. Em trechos de seu depoimento¹¹⁶⁵ afirmou que:

no dia em que se desenrolaram, nesta cidade, os lutosos acontecimentos que deram causa a este inquérito, o tenente Wanderlin Ihe havia pedido por intermédio do sargento Anthero, por empréstimo, algumas camas para os investigadores vindos de Belo Horizonte, (...) que terminados os arranjos das camas, (...) que ao ouvir os achos da manifestação, a saber: foguetes e bombas, disse a declarante as filhas e pessoas que achavam na sala que convinham sahissem dalli pois algum embriagado poderia atirar bombas (...) ou mesmo algum foguete, alli estourar fora do tempo, que attendendo a advertência suas filhas e companheiras sahiram para o passeio; (...) que ao sair da sala de jantar, para o corredor viu a declarante seu marido em pé a porta (...) dando “vivas” a Aliança Liberal, e bem assim ouviu outras vozes, inclusive de moças respondendo; que neste instante exatamente estourou uma bomba ao pé da porta, onde se achava seu marido e João Português, empurrando a porta dizendo “entra meu padrinho que ahi vem bala”; que (...) chegando elle a cancela da sala de jantar golpeou sangue pela boca, que desesperada, ao mesmo tempo que pedia que chamassem médicos, entrando sempre pessoas alarmadas annunciando mais tiros e ataques à casa; que nesse meio tempo alguém chegou junto ao seu marido dizendo ‘ Dr. João Alves, mataram Fifi’, entrando, logo depois, Jurandyr Freire, (...) carregando o rapazinho; que embora passando mal o seu marido veio ver Fifi e reparando no lugar do ferimento disse “é um caso sem efeito” (...) que ao chegar Dr. Plínio e logo depois Dr. Santos e um outro disse que tinham sido atacados e que verificassem elles se alli havia algum arranjo que provocasse tais factos; que; (...) ali também estavam suas filhas, uma das quaes grávida (...) não sendo possível que seu

¹¹⁶⁵ ANEXO nº 21. Depoimento prestado por Tiburtina de Andrade Alves no dia 13 de fevereiro de 1930 no Processo Criminal de 25/02/1930.

marido expusesse todas as conseqüências de um ato de violência praticado contra uma multidão.¹¹⁶⁶

Analisando os trechos do depoimento supracitado, verifica-se que a depoente defendeu o marido, Dr. João Alves, especificamente, no que se referia à violência desfechada contra a multidão que acompanhava a passeata, autoria e execução da “emboscada” contra a comitiva do vice-presidente da República Dr. Fernando de Mello Vianna e Dr. Manoel Thomaz Carvalho Britto. Verifica-se, ainda, ao longo do depoimento, a afirmação veemente da declarante de que, caso fosse atentar contra a vida dos senhores supracitados, não faria na porta de sua residência, em função de ter outros locais mais apropriados para tal atitude.

Mas, por outro lado, revelou sobre o ódio que existia entre o marido da declarante e seus adversários políticos, possibilitando, assim, uma interpretação de que esperavam para um confronto armado e muita violência, hábito bastante usual nos confrontos políticos locais, entre conservadores e liberais, desde o início da vida administrativa do município. Portanto, uma prática cultural, esperada pelos habitantes de Montes Claros, em períodos eleitorais, confirmando, dessa maneira, a cultura política já existente.

O terceiro e último depoimento dos chamados aliancistas foi o do acadêmico Mozart Brant, que veio para Montes Claros realizar Comícios no norte de Minas, em prol das candidaturas majoritárias federais a convite do jornalista Jurandyr Freire, conforme o declarante. Em trechos de seu depoimento,¹¹⁶⁷ afirmou que:

Há mais de 15 dias, foi ter a Montes Claros, (...) para realizar ali alguns comícios, em favor das candidaturas da Aliança Liberal a presidente e vice-presidente da República: que assim, o depoente como algumas pessoas realizaram ali dois comícios. (...) nos primeiros dias do corrente mês, foi informado de que chegariam aquela cidade os Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto (...) para o efeito de realizar ali um Congresso Econômico (...) no dia seis do corrente, os dirigentes do partido [aliancista] (...), distribuíram pela cidade, boletins em que apelavam para os correligionários (...) não comparecerem à recepção, abstendo-se (...) de qualquer atitude hostil aos adversários que chegavam (...). O depoente e alguns companheiros se retiraram das estação, dirigindo-se para a cidade, (...). Depois de algum tempo o depoente (...) encontrando a comitiva em frente à casa de Dr. João Alves, (...) as pessoas que vinham à frente com o srs. Mello Vianna e Carvalho Britto, davam vivas a esses dois políticos. O depoente estacionou nas proximidades de um cruzeiro observando se a manifestação se movimentava. Logo em seguida vinha um segundo grupo formado de muitas pessoas que davam morras a Aliança Liberal, ao Sr, Antônio Bernades. (...) Neste exato momento, um rapazinho de 13 anos, (...) que se achava na calçada da referida casa, proferiu um “viva” a Aliança Liberal e “morra” ao Sr. Mello Vianna. Nesse momento, do referido grupo prestita surgiu um tiro, desferido por pessoas que o depoente não viu, mas que prostou imediatamente o referido rapazinho seguindo-se vários disparos de armas de fogo, desfechados por

¹¹⁶⁶ Processo-crime 25/02/1930. V. 01.

¹¹⁶⁷ ANEXO nº 22- Depoimento do acadêmico Mozart Brant ao “O JORNAL”. Rio de janeiro, 22 de Fev. de 1930, p. 01.

peças que compunham o já mencionado grupo, tiros esses, desfechados contra a casa de Dr. João Alves e alguns outros para o ar. Houve, então, tumulto (...) o depoente deitou-se ao solo, observando que as pessoas(...) fugiram da frente da casa do Dr. João.¹¹⁶⁸

Pelo depoimento do acadêmico Mozart Brant, verifica-se que o acontecimento, ocorrido, em Montes Claros, no dia 06 de Fevereiro de 1930, “apresentou as mesmas características descritas por outros depoentes.”¹¹⁶⁹ A violência apresentada por ele, em seu depoimento, foi igualmente a de outros depoentes.

Entretanto, é interessante observar que, apesar de não ter identificado o autor do primeiro disparo, Mozart Brant foi categórico ao afirmar que o tiro que feriu mortalmente um rapazinho, partiu do grupo dos conservadores. E que, após acertá-lo, vários disparos foram feitos contra a casa do líder aliancista e sem direção.

Nesse sentido, observa-se ainda que, na versão do depoente, havia um grande arsenal no local do incidente, o que provocou tumulto, correria e muita violência e uma retirada geral da população que se encontrava ali, no momento do tiroteio. Contudo, é pertinente lembrar que, apesar de ser o depoimento de um aliancista, sua opinião acerca do pânico está presente nos vários depoimentos prestados, inclusive, por conservadores, como foi observado, anteriormente, na documentação.

Para finalizar os relatos sobre a chamada “Tocaia Sinistra dos Liberaes”, é prudente apresentar depoimentos de homens conhecidos pela “neutralidade” ou “apartidarismo” lembrando que, conforme a documentação, “narraram os acontecimentos sem levar em consideração o seu pertencimento, enquanto membro dessa ou daquela facção política.”¹¹⁷⁰ Entre os depoentes, estava o presidente da câmara, à época, Dr. Alfredo de Sousa Coutinho. De seu depoimento,¹¹⁷¹ retirou-se:

Não estava no local dos acontecimentos, que foram absolutamente inesperados. A impressão que tinha dos fatos é a de eles foram o produto da explosão da incoercível loucura momentânea. (...) Não acredito na hipótese de premeditação por parte de João Alves e dos seus amigos que se achavam em sua residência no momento do conflito (...) como se deu o conflito? (...), na noite da recepção do Sr. Mello Vianna e sua comitiva, a casa do Dr. João Alves, encheu-se de amigos seus, (...) e seus fiéis

¹¹⁶⁸ “O JORNAL”, Rio de Janeiro, 22 de Fev. de 1930. p. 01.

¹¹⁶⁹ NASCIMENTO, Maria de Fátima G. L. do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma Mulher (Montes Claros na primeira metade do Século XX)*.177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras- RJ:2004, p. 123.

¹¹⁷⁰ NASCIMENTO, Maria de Fátima G. L. do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma Mulher (Montes Claros na primeira metade do Século XX)*.177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras-RJ: 2004,p. 124.

¹¹⁷¹ ANEXO nº 23 - Relato do Presidente de Câmara Dr. Alfredo de Sousa Coutinho.

partidários (...). Gente inculta, de um faciosismo extremo, facilmente passaria da curiosidade à reação, bastando para isso um “viva” que não fosse favorável a seu chefe! (...) Os foguetes festivos, a música em marcha, os vivas entusiásticos aos chefes manifestados, (...). Como repulsa, surgiram os “vivas” à Aliança e aos seus próceres, seguidos do conflito que se desenrolou com todas as suas tristes conseqüências. Não foram visadas pessoas. A fatilidade colheu as que sombrancearam os projéteis no pânico da fuga.¹¹⁷²

Nas declarações de Dr. Alfredo de Sousa Coutinho percebem-se três pontos de vista, até certo ponto contraditórios: primeiro, plano de “emboscada” ao Dr. Mello Vianna e a sua comitiva, por parte de Dr. João Alves, de seus amigos e correligionários; segundo, ataque à multidão pela gente do referido aliancista, por serem pessoas humildes, incultas e incapazes de aceitarem provocação a seu líder e, terceiro, posição de neutralidade, por afirmar que os acontecimentos foram frutos de uma exploração momentânea de pessoas simples que não pensaram nas conseqüências de seus atos de violência para si e para a população, em geral. Além disso, foi categórico ao afirmar que as mortes foram conseqüências do pânico da fuga, pelo número de projéteis desfechados contra a multidão.

O segundo e último depoimento do grupo considerado, nesta tese, de “apartidários”, foi prestado por um dos membros da comitiva do vice-presidente da República, Dr. Mello Vianna, o Sr. José Vianna Romanelli. Em suas declarações, o depoente afirmou que não houve “emboscada”; atentado contra a vida do vice-presidente e que não foi o Dr. João Alves o mandante da chacina. Em trechos de seu depoimento¹¹⁷³ consta que

(...) o Sr. José Vianna Romanelli; (...) afasta por completo, a hipótese de atentado (...) diz (...) que não pode precisar o número de pessoas que atiravam, mas que elas o faziam, disparando para o chão e para o alto; (...) que (...) não visavam esta ou aquela pessoa, (...) declarou haver presenciado toda a fusilaria colado à parede da casa do Dr. João Alves, sua importância quando afirma que os tiros não visavam esta ou aquela pessoa.¹¹⁷⁴

O mérito do depoimento do Sr. José Vianna Romanelli está em ter sido ele uma testemunha ocular dos fatos e presenciá-lo apoiado em uma das paredes da casa do líder aliancista, Dr. João Alves. Apesar de ser apontado como um elemento imparcial, o seu depoimento ainda permanece como incógnita. Suscita várias dúvidas e questionamentos, dentre os quais: seria um liberal? Por que acusou somente pessoas humildes? Que relação tinha com os nomes apontados por ele no depoimento, se essas pessoas eram amigas e

¹¹⁷² MAURÍCIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de bugres: Tiburtina e a revolução de 30*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Imprensa Oficial, 1986, p. 99-101.

¹¹⁷³ ANEXO nº 24 – Jornal “O Globo”, Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1930.

¹¹⁷⁴ “O GLOBO”, Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1930, p. 01.

correligionárias do Dr. João Alves? Por que um carioca sabia tanto sobre a Aliança Liberal e local e seus membros?

De seu depoimento denota-se que era profundo conhecedor do grupo aliancista, desfaz outras versões dos fatos, põe de lado o seu papel na Concentração Conservadora e permite afirmar que o seu depoimento foi fundamental para o veredicto judicial apontar os culpados; sem, contudo, levá-los a júri popular.

Analisado os depoimentos dos grupos: conservador, aliancista e “apartidários”, verifica-se que, como se construiu uma cultura política de violência em Montes Claros, em todos os períodos eleitorais, o que prevalecia era a vontade de conservadores e liberais, mas, principalmente, do grupo que tivesse um alinhamento em nível estadual e federal. Assim, os conservadores organizaram um encontro regional do grupo, que denominaram de “Congresso de Algodão e Cereais”, mas prepararam-se, principalmente, para o ataque, caso fosse necessário.

Dessa forma, denota-se que, aparentemente, o arsenal que deveria ser usado para a segurança do então vice-presidente da República Dr. Fernando de Mello Vianna e sua comitiva, foi utilizado para transformar a cidade de Montes Claros em um palco de guerra, como foi apontado pelos depoimentos e que levou o dia 06 de Fevereiro de 1930 a entrar para a história da cidade como um dos mais violentos e sangrentos de sua história política. No imaginário popular ficou conhecido como “emboscada de bugres” ou “Tocaia Sinistra dos Liberais”. Para o Ministério Público Federal um “crime político,”¹¹⁷⁵ resultado de um processo criminal de 1920 páginas, 42 depoimentos, exames cadavéricos das vítimas, planta do local do crime, exames dos pontos atingidos pelos projéteis.¹¹⁷⁶

Assim, verifica-se que, para a cultura política aqui construída, o resultado do processo foi o esperado pelos grupos e, principalmente, pelas lideranças conservadoras. Para esta pesquisa, o essencial foi compreender as relações de poder que se estabeleceram nas facções políticas e possibilitaram a essas, principalmente por meio de práticas violentas, o acesso, o exercício e a permanência no poder político, durante o período analisado: 1830-1930.

¹¹⁷⁵ Lei 4381 e Decreto 4780- artigo 107-108, utilizado por Pedro Lessa “do poder do judiciário –parágrafo 51” para embasar o crime político.

¹¹⁷⁶Ver em: NASCIMENTO, Maria de Fátima G. L. do. *Tiburtina de Andrade Alves: Entre as Relações de Poder e as Representações Sociais de uma Mulher (Montes Claros na primeira metade do Século XX)*. 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras,RJ:2004, p. 126.

4.4 06 de fevereiro de 1930: como representação de violência e de cultura política

Analisar a violência, como já foi dito anteriormente, não é tarefa fácil, principalmente, quando se trata de percebê-la e analisá-la como representação e cultura política. Re-apresentar fatos imaginados, na maioria das vezes, por atores sociais que não estavam presentes no acontecimento, nesse caso o 06 de Fevereiro de 1930, foi “(...) fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, mesmo uma idéia, por intermédio da presença de um objeto.”¹¹⁷⁷ Nesse sentido, “representação”, teve um significado fundamental para reforçar, no imaginário social, o norte de Minas e, em especial, Montes Claros como lugares de barbárie, cangaço e bandido.

Representação que foi construída para ser “(...) uma força reguladora da vida coletiva que, ao definir lugares e hierarquias, direitos e deveres, constitui[u] um elemento decisivo de controle dessa mesma vida coletiva, aí incluído o exercício do poder.”¹¹⁷⁸ Assim, cessado o fogo cruzado da noite de 06 de Fevereiro de 1930, “(...) os meios de comunicação, principalmente os jornais locais, estaduais e nacionais, aliados à Concentração Conservadora, iniciaram uma verdadeira ‘guerra’ de palavras contra Montes Claros.”¹¹⁷⁹ Uma postura constante, principalmente dos jornais locais.

Jornais como: “Gazeta do Norte”, local e os cariocas “O Jornal” e “O Paiz” estamparam, nas primeiras páginas, manchetes, apontando Montes Claros como lugar de gângsteres que, na calada da noite, praticavam emboscadas, sem direito à defesa, como fora “A Tocaia Sinistra dos Liberaes.”¹¹⁸⁰ Essa manchete, por si só, já remete à violência. Uma violência que demonstrava, dentre outras coisas, a iracúndia de ter ido à “guerra” e não ter vencido o inimigo.

O confronto entre Concentração Conservadora e Aliança Liberal, em Montes Claros, tomou dimensões não imaginadas pelos aliancistas. Uma delas foi a violência velada no discurso da Concentração Conservadora. Para Eni Orlandi, “(...) os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são

¹¹⁷⁷ FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: *Rerepresentações: contrição a um debate transdisciplinar*. CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (Orgs.). Campinas/ São Paulo: Papirus, 2000. p.45.

¹¹⁷⁸ FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: *Rerepresentações: contrição a um debate transdisciplinar*. CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (Orgs.). Campinas/ São Paulo: Papirus, 2000, p.53 apud ELIAS, Nobert. *La Sociéle de Cour*. Paris: Flamarion, p. 1944 e 1944b.

¹¹⁷⁹ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras-RJ:2004, p. 127.

¹¹⁸⁰ JORNAL GAZETA DO NORTE. Montes Claros, 13 de Fevereiro de 1930, ANNO XII, nº 709, edição extra.

produzidos e que não dependem só das intenções do sujeito.”¹¹⁸¹ Essa análise pode ser encontrada nos trechos do telegrama de Fortunato Bulcão ao jornal da capital “O Paiz”:

“A **Emboscada**”, a **traição**, a **chacina**, deixavam-nos a certeza do que estaria reservado aos nossos companheiros e amigos, se mais tempo ousassem permanecer. (...) Pudéssemos reforçar o ânimo de nossa gente, arriscado de abater-se diante do **terrorismo cangaceiro**, (...) não evitou a passagem em frente da casa do Dr. João Alves, ponto escolhido e preparado com todos os requintes do banditismo, para a miserável “**emboscada**”. São bastantes conhecidos os famosos antecedentes de Dr. João Alves e da **fera humana que é a sua mulher Tiburtina** para não ousarem sequer correr o risco de qualquer provocação (...).¹¹⁸²

Nas palavras do conservador Dr. Fortunato Bulcão, Montes Claros era uma cidade “violenta, traidora e assassina” que abatia suas vítimas mediante a ‘emboscada’ sentido que, “(...) incitaram a sociedade a condenar os acontecimentos ocorridos em 06 de fevereiro e (...) relembra o ‘perigo’ que a cidade representava, tomando a palavra ‘terrorismo cangaceiro’ forma de exclusão e aversão aos aliancistas e suas práticas políticas.”¹¹⁸³ Ao apontar o acontecimento como “emboscada” e atribuí-la ao chefe aliancista, a Concentração Conservadora reafirmava, no imaginário social, que a violência sempre foi um meio para acesso, exercício e permanência no poder, dos grupos políticos.

E, nesse sentido, a imprensa local sempre teve lugar ativo, desde que foi criado na cidade, o primeiro jornal,¹¹⁸⁴ em 1884, “Correio do Norte”, pertencente ao Partido Conservador. E outros como “Gazeta do Norte” (1918), também pertencente ao referido partido que, após 06 de fevereiro de 1930, publicou-o como representação de violência e de cultura política.

Na edição extraordinária de 13 de fevereiro, o jornal “gazeta do norte”¹¹⁸⁵ trouxe como manchete principal “A tocaia sinistra dos liberaes”. Nas reportagens desse número, a representação do tema traz como matriz de sentido violência e cultura política, conforme pode ser verificado nos trechos em destaque:

Montes Claros, na data de 06 decorrente, até a hora em que a desgraça desencadeada sobre Ella, sobre o estado e sobre o Paiz, pelo Sr. João Alves, cuja chronica de

¹¹⁸¹ ORLANDI, Eni. *Análise do Discurso*: princípio e procedimentos. 4º Ed. São Paulo: Pontes, 2002, p. 30.

¹¹⁸² Jornal “O Paiz”, Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1930.

¹¹⁸³ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves*: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX). 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras- RJ:2004, p. 128.

¹¹⁸⁴ Ver em: PAULA, Hermes Augusto. *Montes Claros sua história, sua gente, seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 201, parte I. Coleção Sesquicentenária.

¹¹⁸⁵ Jornal “Gazeta do Norte”. Montes Claros, 13 de Fevereiro de 1930, Anno XII, nº 709.

sangue humano é, de muito tempo, fértil e conhecida nestas paragens norte mineiras, viveu horas de um entusiasmo vibrante e de um contentamento contagiante (...).

João Soares da Silva- meu amigo- das existências ceifadas no açougue de carne humana mais conceituado do norte de minas, a tua morte foi, para mim, depois de minha infeliz, irmãzinha, (...) o golpe mais profundo que rasgou, impiedosamente, o meu coração de irmão e de amigo(...).

O Exmo. Snr. Dr. Vive-presidente da República, dr. Fernando de Mello Vianna recebeu vários tiros, partidos da tocaia sinistra da casa do Snr. João Alves, (...).

O Dr. Carvalho Britto escapou, illeso, da miserável emboscada. Apenas um projectil, de raspão, furou-lhe o chapéu (...).¹¹⁸⁶

Observa-se, nos quatro fragmentos, que o autor Ary de Oliveira explorou excessivamente a violência e, ao atribuir o acontecimento, exclusivamente, ao grupo aliancista, afirmava que a violência era uma prática dos Alves, há muito tempo. Portanto, uma prática repetitiva que, aos olhos do público, ocorria sempre em períodos eleitorais e que, certamente, pode ser identificada como cultura política, por apresentar, conforme Serge Berstein, “(...) um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significados, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.”¹¹⁸⁷

O discurso conservador, posto por Ary de Oliveira, lembrava outros momentos da política local, estadual e nacional, em que as candidaturas majoritárias, de ambos os lados, desfechavam antes, durante e depois uma “guerra” de palavras com o intuito de reforçar, no imaginário popular, a força política que tinham, tanto conservadores quanto liberais. Para isso, basta consultar os jornais, desde que eles foram criados, no norte de Minas, em Montes Claros, no século XIX. Mas, sobre 06 de Fevereiro de 1930, as representações de violência vieram, sobretudo, dos jornais que apoiavam a Concentração Conservadora, como já foram citados anteriormente. Em Montes Claros, essas representações foram extensivamente publicadas diariamente pelo jornal “Gazeta do Norte”, em manchetes que impactavam a sociedade pelo discurso usado como: “o acto de votar com os candidatos da ‘Aliança Lombrosiana’ é demonstração de solidariedade à chacina de João Alves.”¹¹⁸⁸

Observa-se, nas palavras utilizadas para intitular a matéria que, em especial, “lombrosiana” e “chacina” representavam, no imaginário popular, violência, por terem sido usadas pelo Ministério Público, quando ocorreu a chacina da Fazenda Canoas, em 1913, para denominar réu e crime. Portanto, um vocabulário conhecido na região do norte de Minas e, em especial, na cidade de Montes Claros.

¹¹⁸⁶ Jornal “Gazeta do Norte”. Montes Claros, 13 de Fevereiro de 1930, Anno XII, nº 709, p. 01.

¹¹⁸⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: *Para uma história cultural*. (orgs) RIOUX E SIRINELLI. Lisboa, 1998. p. 351.

¹¹⁸⁸ Jornal “Gazeta do Norte”. Montes Claros, 1 de Março de 1930, ANNO XII, nº 712, p. 01

Dessa forma, o jornal “Gazeta do Norte” trazia a público representações que sempre tiveram significados e marcaram a História Política da região e de Montes Claros, utilizadas com o objetivo de materializar o sertanejo como incivilizado, bárbaro e violento. Um homem que atacava sem dar a suas vítimas o direito de defesa.

Representações que, ao longo de quase um século (1831-1930), foram portadoras de significados pejorativos e construíram, no imaginário popular, o norte de Minas e Montes Claros como lugares onde nunca se conheceu “nem rei, nem lei”. Portanto, lugares de bandidos, facínoras e cangaceiros que deveriam ser esquecidos e abominados. Um sertão em que a violência era prática natural para o acesso, exercício e a permanência e não um atentado às regras e às leis.

Considerações Finais

A escrita desta tese surgiu primordialmente da necessidade de re-significar e re-pensar o sertão norte-mineiro como lugar de violência, malevolência e frivolidade. As escritas anteriores, em quase sua totalidade, apontaram tais adjetivos como componente da vida cotidiana. Entretanto, concebermos esse imaginário como “real”, trazia angústia e negação do passado materializado desde o povoamento da região e desfeito em parte, quando iniciamos a nossa pesquisa “Tiburtina de Andrade Alves: entre as representações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)”¹¹⁸⁹ para obtenção do título de mestre em 2003.

Ao finalizarmos a pesquisa de mestrado em 2004, constatamos que o imaginário da região como lugar de violência era, possivelmente, fruto de construções sociais provenientes dos relatos de viajantes, crônicas, memórias e da cultura política construída ao longo de sua história.

Tomando como ponto de partida esse imaginário social e a cultura política acerca da violência no norte de Minas, quando iniciamos esta pesquisa, além das fontes acima mencionadas, os processos criminais de 1830-1930 tornaram-se reveladores de signos de uma imagem do sertão, até então, tido como bárbaro, inculto e frívolo.

Entretanto, apesar das representações anteriores serem postuladas sem considerações teóricas, são portadoras de indícios e trazem consigo uma carga de significados merecedores de um estudo mais amplo e denso das “certezas” ali contidas. Partindo dessa premissa nasceu esta pesquisa.

No entanto, é pertinente lembrar que, quando analisamos processos criminais, segundo Barros, “vale-se dos indícios, dos detalhes, das ocorrências secundárias em conexão com o crime. Os depoimentos são utilizados não para desvendar um crime, conforme teria feito um delegado, mas para desvendar um cotidiano, uma comunidade, as suas relações sociais.”¹¹⁹⁰ Dessa forma, entendemos os processos-criminais como resultado da vivência cotidiana do sertanejo e das relações sociais travadas por ele nas comunidades em que nunca se conheceu lei, nem rei.

¹¹⁸⁹ NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. In: *Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX)*. 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras- RJ:2004.

¹¹⁹⁰ BARROS, José D’Assunção História Política e História Social. In: *O Campo da História: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 179.

Assim, em função da baixa institucionalização política existente no norte de Minas, o sertanejo criou códigos de convivência, estabeleceu relações sociais que permitiram a circulação de pessoas e mercadorias na região. Isso possibilitou que a região se tornasse atrativa para estrangeiros como franceses, ingleses e belgas, interessados principalmente, em conhecer a fauna e a flora do interior do Brasil. Assim sendo, no primeiro quarto do século XIX (1832) o município de Montes Claros das Formigas já tinha um destacamento policial que impusesse a ordem e assegurasse a tranquilidade dos moradores e de seus visitantes.

Entretanto, sabe-se que somente a lei não impedia atos de violência ou a violência em si mesma no “sertão” norte-mineiro, pois nascer e morrer sempre foram atos comuns e cotidianos do próprio meio no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Deste modo, a violência, na maioria das vezes, não era uma prática ilícita, nem um atentado à vida. Na documentação consultada, ela (a violência) aparece basicamente em sua forma física, mas, isso não significa dizer que, não apareça em suas formas tênues e quase imperceptíveis. Assim, como afirma Valmir de Souza a “barbárie esta[va] inserida no mundo interior assim como esta[va] articulada nos interstícios da cultura.”¹¹⁹¹

É relevante frisar que o “sertão” não simboliza para o sertanejo a barbárie. Para ele, as ações ali praticadas eram resultado do poder que cada um exercia em seu território de mando, fossem autoridades, vassallos, escravos ou forros. Dessa forma, a violência era uma prática das ações cotidianas resultante de brigas, rixas, lesões corporais, homicídios, estupro/violência carnal e tantas outras, próprias da convivência humana e do poder que cada homem ostentava na região em que atuava.

Nos relatos de viajantes, crônicas, memórias e principalmente, nos processos criminais pesquisados as informações existentes são bastante sucintas. Infere-se disso que, na maioria das vezes, a fala ali contida foi o pensamento daquele que relatou ou do que foi entendido. Contudo, apesar das poucas informações ficou evidente que nos séculos XIX e nas primeiras décadas do século XX (1830-1930) no norte de Minas, a violência ocorrida não diferia das demais regiões do estado e do país. Seus habitantes agiam de acordo com cada momento histórico e com seus interesses. A lei pouco ou quase nada interferia na justiça privada.

Observa-se que, na segunda metade do século XIX, as relações sociais entre senhor e escravo e vice-versa apresentavam-se no norte de Minas igualmente como em todo o Império. A vida no “sertão” valia-se da cultura política construída desde os primórdios. Portanto, as

¹¹⁹¹ SOUZA, Valmir. Violência e resistência na literatura brasileira. In: ANDRADE, Everaldo de Oliveira e Souza, Luiz Eduardo Simões de. (orgs). *Os sentidos da violência na História*. São Paulo: LCTE Editora, 2007. p. 47.

arbitrariedades perpetradas entre senhor e escravo e vice-versa tinham na região delimitada o mesmo requinte de crueldade que nas demais regiões do país.

Nota-se que, aos olhos da população, a violência entre os segmentos acima citados parecia brutal e mais visível. Entretanto, essa visibilidade dava-se em função da falta de institucionalização política e de ser uma região na qual a lei nunca era executada, nem cumprida. Valia o poder econômico e político social.

Contudo a violência política, tanto no Império quanto na República, (1830-1930) foi utilizada pelos conservadores e liberais como recurso para o acesso, exercício e permanência no poder. No norte de Minas, em Santíssimo Sagrado Coração de Jesus e em Montes Claros das Formigas a exacerbação da violência política se tornou no imaginário popular uma demonstração de “forças”.

Em períodos eleitorais, eram regras os ataques pessoais nos jornais e as comemorações da vitória com passeatas que acabavam sempre com mortes. Aos olhos do público, o número de homicídios, desses momentos, pareciam não incomodar. Durante a pesquisa não se encontrou nem uma nota sequer a esse respeito. Entretanto, teve-se um número de processos-crime significativos acerca da violência ocorrida nas comemorações eleitorais em que grupos políticos locais, se enfrentavam mutuamente.

Exemplos dessa natureza foi a violência ocorrida em Santíssimo Sagrado Coração de Jesus, em 1889, e em Montes Claros, em 1918, anos em que conservadores e liberais, ao comemorarem suas vitórias eleitorais, transformaram essas cidades em campos de “guerra” e deixaram como saldos mortos, feridos e a certeza do não julgamento social de seus autores.

Hábitos e atitudes já incorporados no imaginário popular, desde o início da vida administrativa dos referidos municípios. Portanto, uma cultura política cristalizada e típica de região onde o coronelismo dominava. E tinha a convicção de que seus atos jamais seriam julgados, apresentava na região norte-mineira a impunidade de quem não obedecia às regras sociais de convivência humana.

A violência trivial, política, social ou econômica foi durante o período analisado (1930-1930) regra estabelecida na vida cotidiana para demonstrar o poder individual de atores sociais envolvidos. Portanto, atos costumeiros, sem nenhuma preocupação, com a repercussão social de tais atitudes. A vida pouco valia diante do desejo pelo poder. E, para obtê-lo não importava os meios. As tocaias, emboscadas, brigas e rixas foram atitudes comuns e “normais” na vida do sertanejo norte-mineiro.

Nas primeiras décadas do século XX (1901-1930), pela documentação consultada (memórias, crônicas e processos-crime) verificou-se que, especialmente, em Montes Claros a

violência era o recurso principal para o acesso, exercício e permanência no poder. A prática de atos arbitrários eram tão naturais que, mais pareciam o palco de um teatro, onde os homicídios eram a cenas principais, os autores os produtores do espetáculo e o público “meros” espectadores. A violência praticada pelos órgãos repressores (polícia e órgãos governamentais) também não foi diferente.

Conta Nelson Vianna que, em setembro de 1909, quando o alferes Cesário Maldonado Gama chegou ao norte de Minas para assumir o cargo de delegado de polícia especial da 32ª circunscrição com sede em Montes Claros, tinha como objetivo principal “(...) neutralizar, de qualquer forma, a ação oposicionista traçada e executada pela Liga Beneficente (...)”¹¹⁹² Segundo o cronista “(...) podendo, para alcançar tal finalidade, chegar à sua destruição, pelos meios que o citado militar julgasse mais viáveis.”¹¹⁹³

Do relato do autor, infere-se que as práticas de violência eram utilizadas, inclusive, pela lei, para neutralizar opositores políticos. Práticas que contavam à época com o apoio quase irrestrito da sociedade. E acabavam por não configurar crime. A impunidade e a falta de uma oposição quanto a essa violência levava os grupos dominantes a prática constante de delitos, principalmente, políticos.

Os anos iniciais do século XX (1901-1930), em Montes Claros, foram marcados por grandes tragédias, qualificadas, segundo o Ministério Público, como crime político: o crime da Fazenda Canoas em 1913, o confronto entre Camillistas e Honoratistas em 1918, a Tocaia Sinistra dos Liberais em 1930. Violência que, apesar da grande repercussão na imprensa, principalmente, escrita, acabava por demonstrar apenas o cotidiano vivido pelas cidades interioranas no Brasil e uma prática usada pelas classes dominantes- os coronéis- para o acesso, exercício e manutenção no poder.

Em Fevereiro de 1930, a “Tocaia Sinistra dos Liberais”, em Montes Claros, foi uma demonstração de que usar a violência como recurso nas questões políticas era prática natural. Essa observação deve-se ao fato de que, apesar dos seus homicídios ocorridos nessa chacina, o principal acusado pelo Ministério Público, Dr. João José Alves, jamais foi preso. O inquérito foi arquivado por falta, segundo a justiça, de provas cabais e reabertas só em 1942, quando o referido autor já havia morrido.

Entretanto, é prudente lembrar, mais uma vez, que o foco principal desta pesquisa foi a violência, enquanto recurso para permanência no poder, e não a busca de culpados e inocentes

¹¹⁹² VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 261 V. 13. Coleção Sesquicentenária

¹¹⁹³ VIANNA, Nelson. *Serões Montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 261 V. 13. Coleção Sesquicentenária

para as emboscadas, chacinas ou tocaias. Verificação que, certamente, foi possível devido à quantidade de exemplos citados sobre a violência e a naturalidade com a qual essa prática, foi desfechada. Portanto, um recurso que, no período analisado (1830-1930) foi regra e, conseqüentemente, algo natural e cultural.

Dessa forma, conclui-se que o “sertão” era um lugar como qualquer outro. A violência aqui cometida não diferenciava das demais regiões do país, nem em gênero, nem em grau. Portanto, o imaginário social construído acerca do “sertão” norte-mineiro se desfaz na medida em que as fontes consultadas não apontam um passado frívolo, malévolos e violento, como descrito pela literatura durante muitos anos, fazendo do “sertão” o lugar das tocaias, das emboscadas, das espreitas e dos bugres.

Assim, esperamos que, de nossa contestação, abrolhe outros signos e que o “sertão” nunca morra para aqueles que, como nós, desejamos desvendá-lo e percebê-lo como lugar de memória e de história e, conseqüentemente, re-inventado e re-escrito.

FONTES

a) Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro v.57, 1939.

b) Câmara Municipal de Montes Claros

Atas da Câmara Municipal de Montes Claros datadas de 12/07/1836

c) Constituição

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891.

d) Cronistas/Memorialistas

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da Divisão Territorial Administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa do Estado, 1970.

MAURICIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres*. Tiburtina e a Revolução de 30. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Imprensa Oficial. 1986.

MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão*. Montes Claros: Unimontes, 2007. v. 11. (Coleção Sesquicentenária)

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente seus costumes*. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 2. (Coleção Sesquicentenária)

VIANNA, Nelson. *Efemérides montesclarenses, 1707-1962*. Montes Claros: Unimontes, 2007, p. 188-189, v. 1, Parte I e Parte II. (Coleções Sesquicentenaria)

VIANNA, Nelson. *Serões montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. (Coleção sesquicentenário)

VIANNA, Urbino de Sousa, *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

VIANNA, Urbino de Souza. *Monografia de Município de Montes Claros*. Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

e) Divisão de Pesquisa e Documentação Regional/Unimontes

Processo crime: X/EP 12 (6)/ CP77/ PC 196/ XXFD.001.303 Local: Montes Claros. Data 1902/07/12. Réu: SÁ, Theodomiro Nunes de . Vítima: FERNANDES, José, Maria.

Processo-crime: TX/EP/2 (67) CP77/PC 195/ XX/ FD, 001. 283. Local: Santíssimo Coração de Jesus, comarca de Montes Claros. Data:/901/04/21. Vítimas: FERREIRA, Francisca. Vulgo Macaca. SILVA, Altina Ferreira da. Réu: SANTOS, Augusto Muniz Ferreira dos.

Processo-crime: TX/EP 10(58)/ CP20/ PC 60/ XX/ FD0001.351. Data: 1885/01/28 . Local: Cidade de Montes Claros. Termo do Arraial de São Gonçalo, Brejo das Almas- Réu: SILVA, Antonio Alves da. (vulgo de Matto). Vítima: SALLES. Julião Cardoso de.

Processo-crime: TX/EP10(58)/CP20/PC56/XX/FD000.346. Montes Claros, Réu: MAGRO, João Ramos da Silva, Vítima: CHAVE, Felipe Rodrigues, Data: 1884/10/05.

Processo-crime: TX/ EP10 (58) CP24/ PC24/PC67/XX/FD000.399. Local: Arraial de São Gonçalo do Brejo das Almas do Município de Montes Claros. Réu: CRUS, João Rodrigues. Vítima: SANTOS, Porphiro Pereira dos. DATA: 1889/ 02/19.

Processo- crime: TX/ EP/12(71)/CP98/PC228/XX/FD001.672. Apropriação indébita 1842/09/26 Villa de Montes Claros de Formigas, réu: PEREIRA, Francisco José dos Santos, Vítima: PEREIRA, Anna dos Santos (escrava).

Processo-crime: TX/EP (58)/ CP20/PC 59/XX/FDOO.340. Local: Vita de Jequitahy, réu: Jucelino (escravo). Vítima: Severino (escravo). Data 1884/06/02.

Processo-crime: TX/EP10 (58) CP21/PC61/XX/FDOOO. 365. Local: Cidade de Montes Claros. Réu: COSTA, Ricardo Rodrigues da. Vítima: Francisco. Data: 1885/11/22. HOMICÍDIO.

Processo-crime: TX12 (71) CP98/PC228/XX/FD001.674. Data: 1844/09/1. Local: Arraial do Santíssimo Coração de Jesus termo de Montes Claros. Réu: NETO, Manoel Martins e SILVA, Alberto Dias da. Vítima: Quintiliano (escravo).

Processo crime: TX/EP 12(71)/CP98/PC228/88/FD001.674. Arraial do Santíssimo Coração de Jesus termo de Montes Claros. Réu: NETO, Manoel Martins e SILVA, Alberto Dias da. Vítima: Quintiliano (escravo). Ação: compra de escravo forro. Sob a custódia do DPDOR/UNIMONTES.

Processo crime: TX/EP 12(71)CO98/PC228/XX/FD001.673. Vila de Montes das Formigas 1842/12/20. Réu SARMENTO, Antônio Alvez (Capitão). Vítima: Quintiliano (escravo). Ação: Apropriação: indébita. Sob custódia do DPDOR/UNIMONTES.

Processo-crimes: TX/EP(58) CP 59/XX/FD000.351. Arquivo do forum Gonçalves Chaves. Local: Montes Claros. Reu: SOUZA, José de Vítima: OLIVEIRA, Altino Soares. Data: 1885/27/01. Sob a custódia do DPDOR. Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

Processo crime: TX/EP10(58) CP 24/PC67/XX/FD000. 405. Local: Arraial do Santíssimo Coração de Jesus. Réu: Oliveira, José Ezequiel de. Vítima: Manoel José. Data: 1889/06/13. Sob custódia da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

Processo Crime: TX/EP11(61)/CP42/CP100/XXFD000619 Sob a custodia do DPDOR-UNIMONTES. Local: Arraial do Santissimo Coração de Jesus. Autor: Ministério Público;

Pedro (Vulgo Gordo) Vitima: MAGALHÃES, Virgílio Nunes de. (Subdelegado). Data 1908/11/01.

Processo crime: TX/EP12(67) CP 77/PC125/XX/FD001.283. Sob a custódia do DPDOR-UNIMONTES. Local: Santíssimo Coração de Jesus, comarca de Montes Claros. Data 1901/04/21. Vítima: FERREIRA, Francisca (Vulgo Macaca) e SILVA, Altina Ferreira; Réu : SANTOS, Augusto Miniz Ferreira dos.

Processo crime-código TX/EP 12(71) CP98/PC 228/ XX/ FD001.672. Apropriação indébita-1842/09/26. Vila de Montes Claros de Formigas. Réu: PEREIRA, Francisco José dos Santos Vítima: PEREIRA, Anna dos Santos (escrava). Código TX/ep 10(58)/Cp 22/pc 63/xx/fd000. 386 - Processo-crime do Fórum Gonçalves Chaves sob a tutela da Diretoria de Documentação e Informação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Réu: LEITE, Januário de Meirelles Vítima: MOURA, Leonino Pereira de.

Processo-crime: “TERMO DA COMARCA DE MONTES CLAROS” Ano: 1918. data: 05/07. Autor: A justiça . Réus: Carlos Catão Prates (professor), Mariano Martins dos Santos (soldado), Theodorico Júlio dos Santos (soldado) vitima a coletividade: Ação: Tirada ou fugida de presos do poder da Justiça e arrombamento das cadeias (art. -32). Processo criminal datado de 05 de maio 1913.

Processo-crime do Fórum Gonçalves Chaves sob a tutela da Diretoria de Documentação e Informação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES. Réu: LEITE, Januário de Meirelles Vítima: MOURA, Leonino Pereira de. Código: Tx/ep 10(58)/Cp 22/pc 63/xx/fd000. 386-

Processo criminal datado de 02 de março 1918;

Processo criminal datado de 17 de abril 1927 sob Nº 150;

Processo criminal datado de 27 de junho 1927 sob Nº 247;

Processo criminal datado de 25 de fevereiro de 1930.

Processo Crime 7407 de 04/05/1913. DDI/DPDR-UNIMONTES TX/EP (60) CP36/PC91/XX/FD. 000541. Lesão Corporal. Local: Montes Claros. Data 1902/10/30. Réu: MEDEIROS, Victorio Soares de. Vítima: DUARTE, Maria Luisa. Processo-crime, sob a custódia do DPDOR/UNIMONTES, desde 2000.

TX/EP12 (68)/CP80/PC201/XX/FD.001.343. Lesão Corporal. Local: Montes Claros. Data: 1904/05/04. Réu: MONÇÃO, Avelino Rodrigues (Bahianinho). Vítima: Sá, Clementino José de. Processo-crime, sob a custódia de DPDOR/UNIMONTES, desde 2000.

TX/EP (58)/ CP20/ PC59/XX/FD00.343. Local: Cidade de Montes Claros. Réus: OLIVEIRA, José Cardoso de. SILVA, Francisco Alves da. Vítima: FONSECA, Manoel Geraldo da. Data: 1884/06/13. Processo-crime sob custódia DPDOR/UNIMONTES.

RECURSO ELEITORAL, Nº247 (42.614) de 27/06/1927. TREMG. DPDOR. Parecer anexado ao processo nº 150 de 1927, fl.130.

f) Documentos diversos

ANASTASIA, Carla Maria Junho apud Carta de Martim de Mendonça ao Rei de Portugal de 13 de dezembro de 1737. Potentados e bandidos: os motins do São Francisco. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: Produção Gráfica Mazza Edição, n. 9, p. 78, 1989.

g) Jornais

A VERDADE. Semanário religioso, literário e noticioso. Ano IX nº 31: 31 de Julho de 1915. Montes Claros, Minas Gerais.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 14 dez. 1929.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1930.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1930.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 1930.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 22 de Fev. de 1930.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1930.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 18 de Maio 1916. p. 16.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 18 mar. 1916 e 01/06/1916.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 05 out. 1916, n. 22.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 20 jul. 1916, n. 22. Ano I.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 12 out. 1916, n. 23. Ano I.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 26 de outubro de 1916.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 05 outubro de 1916.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 18 outubro de 1916.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 25 janeiro 1917, n 37.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 12 abril 1917, n. 39, p.3.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 19 abril 1917, n. 49.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 19 abr. 1917, n. 49.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 5 mar. 1917, n. 50.

JORNAL MONTES CLAROS. Montes Claros, 18 jul. 1918.

JORNAL GAZETA DO NORTE. Montes Claros, 07 agosto de 1920, nº 109.

JORNAL GAZETA DO NORTE, 04 DE SETEMBRO DE 1929.

JORNAL GAZETA DO NORTE. Montes Claros, 13 de fevereiro de 1930. ANNO XII – Nº 709.

JORNAL GAZETA DO NORTE. 16 abr. 1927, nº 525.

JORNAL GAZETA DO NORTE. 09 abr. 1928, nº 632.

JORNAL GAZETA DO NORTE. 13 de Fevereiro de 1930, Anno XII, N. 709.

JORNAL GAZETA DO NORTE, 13 de Fevereiro de 1930, Anno XII, N. 709.

JORNAL GAZETA DO NORTE. Edição Extraordinária, 06 de fevereiro de 1930.

JORNAL GAZETA DO NORTE. Montes Claros, [?] jan de 1930 s.p.

JORNAL GAZETA DO NORTE. Montes Claros, 04 de janeiro de 1930.

JORNAL “GAZETA DO NORTE”. Montes Claros, 13 de Fevereiro de 1930, Anno XII, nº 709.

JORNAL “GAZETA DO NORTE”. Montes Claros, 1 de Março de 1930, ANNO XII, nº 712.

JORNAL “O PAIZ”. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1930.

JORNAL “O GLOBO”. Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1930.

JORNAL “O PAIZ”. Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1930.

O MALHO. Rio de Janeiro, 09 de Novembro de 1929.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina apud SILVA, Antônio de Moraes. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Brasília, DF: UnB, n. 15, 1995.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- _____. Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes facínoras na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luis Carlos (Org.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007.
- _____. Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva e nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998 p. 61
- ARENDRT, Hannah. *Sobre a violência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ARINOS, Affonso. *Pelo sertão*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- BACZKO, Branislaw. Imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Anthropos - homem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d. p. 310. v. 5.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979,
- BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BCELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Basanezi (Org.) *Fonte histórica*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BERSTEIN, Sergi. Os partidos. REMOND, Renê (org). In: *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora, UFRJ, 1996.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes apud HELLER, Agnes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BOAVENTURA, Marina César. Redescobrimo o sertão. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BOBBIO, Norberto. Política. In BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gian Franco (orgs). *Dicionário de Política*. 13º ed. Brasília, DF: editora UnB, 2008. v.1.
- BOTELHO, Tarcísio R. Introdução. RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRITO, Gy Reis. *Montes Claros: da construção ao progresso 1917-1926*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006.

BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa, de Sabará ao oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

CALEIRO, Regina Célia Lima. *Mulheres e cotidiano na ordem escravocrata: a violência que adivinha*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Constituição Federal do Brasil de 1891.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da Divisão Territorial Administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa do Estado, 1970.

CRÔNICAS. Disponível em: <<http://PT.wikipedia.Org/Wiki/Crônicas#origem>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história de identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997.

FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris, França: Éditions du Seuil. Septembre, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade e São Paulo 1880/1924*. São Paulo: Brasiliense, 1984

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000..

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5 ed. São Paulo: Loyola Brasil, 1996.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

GASPAR, Maurice M. *No sertão de Minas*. Bélgica: Malines, 1910.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GUARINEILO, Norberto Luiz. História científica, história contemporânea e história cotidiana. Revista de Brasileira de História, São Paulo v. 24, n. 48,

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva. São Paulo: Vértice, *Revista dos Tribunais*, 1990.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteira*. 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da conquista: Uesb*, 2004.

IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia. Vitória da Conquista – Bahia: Edições Uesb*, 2004.

JESUS, Alysson Luiz de Freitas. *O sertão oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais- 1830-1888*. 2005. 229. Dissertação Mestrado em História – Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, Belo Horizonte, dez. 2005.

_____. *No sertão de Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)*. São Paulo: Anablume, 2007.

LAFER, Celso. Hannah Arendt. *Cadernos da UnB - Teoria Política*. Brasília, DF: UnB, 1979.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho De; COSTA, Vilma Peres da (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEBRUN, Gerald. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

- LIMA, Nísia Trindade apud MADER, Maria Elisa S. “*Um sertão chamado Brasil.*” Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistências nas lavouras paulistas 1830-1888.* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAIA, Claudia J. *Entre inocência e corrupção: A construção de gênero e de representação seriais sobre mulheres desquitadas no início do século XX.*
- MARSON, Isabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão.* Uberlândia: EDUFU, 2008.
- MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MAURICIO, Milene Antonieta Coutinho. *Emboscada de Bugres. Tiburtina e a Revolução de 30.* Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Imprensa Oficial. 1986.
- MELO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil.* 3 ed. São Paulo: A girafa, 2004.
- MICHAUD, Yves. *A violência.* São Paulo: Ática, 1989.
- MOREIRA, Mauro. *Quarenta anos de sertão.* Montes Claros: Unimontes, 2007, v. 11,
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.* In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos.* Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- NASCIMENTO, Donizette Lima do. *A “tocaia sinistra dos liberais: a cultura política em Montes Claros de sua origem à década de 30”.* 2006. 323. (Dissertação em História) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.
- NASCIMENTO, Maria de Fátima G.L. do. *In: Tiburtina de Andrade Alves: entre as relações de poder e as representações sociais de uma mulher (Montes Claros na primeira metade do século XX).* 177.f-Defendida pela Universidade Severino Sombra/Programa de Mestrado em História. Vassouras- RJ: 2004.
- OLIVA, Osmar Pereira (Org). *Os nortes e os sertões literários.* Montes Claros, MG: Unimontes, 2009.
- PADILHA, Tarcísio Meireles. *A violência: uma análise do “Homo brutallis”.* São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino 1768-1800.* São Paulo: Annablume; 2009; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.
- PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros sua história, sua gente seus costumes.* Montes Claros:

- PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Fronteira, 1999.
- _____. *Política e História: lugares e fazeres*. Vassouras, RJ: Universidade Severino Sombra, 2000.
- PEREIRA, José. *Violência: uma análise do “homo brutalis”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- POHL, Johnn Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo; Universidade de São Paulo, 1976..
- PORTO, Cesar Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte mineiro durante a primeira republica*. Montes Claros: Unimontes, 2007.
- PROCÓPIO, Jonice dos Reis. *Escravos e crimes - Fragmentos do cotidiano de Montes Claros de Formigas no século XXI*. (Dissertação Mestrado em História) 164. f - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- REIS, Filomena Luciene Cordeiro. *Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória em Montes Claros, MG – 1980 a 2012*. 321 f. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, 2013.
- REIS, Liana Maria. *Criminalidade escrava nas Minas Gerais Setecentista*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1.
- REMOND, Renê. *Do político*. In: REMOND, Renê (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Itinerários e interditos na territorialização das Geraes*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLATA, Luis Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Cia do Tempo, 2007. v. 1.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- ROSA, João Guimarães. *Grandes Sertão: Veredas*. Biblioteca Luso-brasileira. 1994.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Região, sertão, nação*. In: *Estudos Históricos*. São Paulo: Cia. Editoria Nacional, n. 15, p. 148, 1995.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

SANI, Giacomo. Cultura política: In BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gian Franco (orgs). Dicionario de Política. 13º ed. Brasília, DF: editora UnB, 2008. v. 1.

SCHIMITT, Jean Claude; LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Rogere; REVEL, Jacques (Org.). *A nova história*. Coimbra. Portugal: Livraria Almedina, 1978.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre, 16(2) : 5-22, jul/dez, 1990.

SILVA, Carlos Albert Franco da. *Território e territórios*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.. (Coleção espaço território e paisagem)

SOUZA, Valmir. Violência e resistência na literatura brasileira. In: ANDRADE, Everaldo de Oliveira e Souza, Luiz Eduardo Simões de. (orgs). Os sentidos da violência na História. São Paulo: LCTE Editora, 2007.

STARLING, Heloísa. Maria Murgel. *Lembranças do Brasil: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1999.

TAUNAY, Afonso E. de. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Imprensa oficial, 1948.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VEYNE, Paul Marie. In: *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 3 ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1995.

VIANA, Nelson. Outubro de 30. *Foiceiros e vaqueiros*. Rio de Janeiro: Irmãos Ponguetti editores. 1964.

VIANNA, Nelson. *Serões montesclarenses*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 262-263. (Coleção sesquicentenário)

VIANNA, Urbino de Sousa, *Montes Claros: breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos*. Montes Claros: Unimontes, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

ANEXOS

Anexo nº 01

Cf. o autor. “Ninguém melhor do que Rocha Pombo pintou a situação criada pela regência, nos seus últimos anos: “Há pelas esferas da alta política como um desânimo geral. Aquele regime fatigava a todo mundo. A instabilidade dos ministérios; a apresentação aparatosa dos programas, que logo eram esquecidos; o esforço com que se formavam os Gabinetes, ainda assim sempre incompletos; a inquietação do espírito público, à vista do que se passava no país; a discórdia em que viviam os homens mais eminentes dos dois partidos – tudo isso parece desenganar os fiéis de que a nação venha a vencer aquela fase dolorosa. Sente-se que alguma coisa falta naquele aparelho, tanto mais trôpego e ronco, quanto mais afanosos querem todos reformá-lo. Notava-se uma decepção geral, com relação aos conservadores que mantinham o poder. Assim, a proclamação da maior idade do príncipe surgiu como reação legítima contra os homens que pretendiam perpetuar-se no poder, com o sacrifício da nação inteira.”

Ver ainda. VIANA, Helio, Fases do Segundo Reinado: A Maioridade e conseqüências Política, até 1850. In: História do Brasil. 15ª ed. ver. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1994. p. 467-474 – Cf o Autor “*Revolta dos liberais em 1842*” “Já em 1842, alegando as fraudes registradas nas eleições do *cacete*, pediu o Ministério ao Imperador que fosse previamente dissolvida a Câmara dos Deputados, que em maio deveria iniciar os seus trabalhos, e já se encontrava em reuniões preliminares. Acedeu D. Pedro II e, em sinal de protesto, resolveram os políticos prejudicados, de São Paulo de Minas Gerais, lançar-se à revolta, contra o governo dos conservadores, que acusavam de reacionário. Apoiavam o movimento alguns chefes de prestígio, como o ex-Regente Padre Diogo Antônio Feijó, o Senhor Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Deputado Teófilo Benedito Ottoni. A 17 de maio em Sorocaba e a 10 de junho em Barcelona realizaram-se os pronunciamentos dos liberais das duas Províncias, que obtiveram o apoio de várias Câmara Municipais e aclamaram Presidentes revolucionários, em São Paulo o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, em Minas Gerais José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, depois Barão de Cocais. Não dispunham, porém, de adequados recursos militares, nem conseguiram chegar às respectivas capitais, porque o governo contra eles mandou forças do Exército e da Guarda Nacional, tomando providências para que se não alastrasse a revolta. Para combatê-la partiu imediatamente para São Paulo o Brigadeiro Luis Alves de Lima, intitulado Barão de Caxias. E antes de encontrar-se com os revoltosos, soube da derrota de coluna que tencionava ocupar Campinas e que fora vencida em Venda Grande pelas tropas legais, comandadas pelo Tenente-Coronel Amorim Bezerra. Esse fato fez com que debandasse o grosso dos revolucionários, entrando Caixas em Sorocaba e dando por terminado o movimento paulista, com a prisão de alguns de seus principais chefes, inclusive o Padre Feijó.

Em Minas Gerais, apesar de vitoriosos em Queluz e Sabará, os insurgentes não se animaram a atacar Ouro Preto, a capital da Província, onde pouco depois de vencida a revolta de São Paulo chegou o Barão de Caixas, Comandante das forças legalistas. Marchando ao encontro dos revoltosos, aproximou-se de Santa Luiza do Rio das Velhas, a 20 de agosto, sendo por

eles vantajosamente atacado. Prosseguindo a batalha, decidiu-se o seu resultado pela oportuna chegada da coluna do irmão de Caixas, Coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, depois Conde de Tocantins, retirando-se e dispersando-se os rebeldes, menos os seus chefes, presos no arraial.

Processados, como os de São Paulo, foram todos anistiados em 1844, quando novamente subiram ao poder os liberais.”

Anexo nº 02

Cf. MONTES CLAROS. APCM – Ata - Ata Especial da Assembléia Paroquial de Montes Claros, Terceira e Última chamada, Contagem e Recebimento das Cédulas, 09 de setembro de 1864. f. 19v-23

Mais de um mez antes das eleições espalhão-se boatos de vinda de força publica para espancar e prender votantes da opposição. Espalhava-se mais que o recrutamento se faria na occasião das mesmas eleições e que só não soffreirão em si ou em seus filhos aquelles votantes que votassem com o governo. Chegada a força publica nesta cidade depois do dia 12 de agosto próximo passado pessoas do partido governista daqui partirão para as roças em grupos, e de algumas vezes até acompanhados de soldado, e por onde passarão confirmarão e argumentarão os boatos, que já corrião. A força foi duas vezes mandada para o Boriti a fazer diligencias, uma vez para Morrinhos, e Mocambo Firme; uma vez para Juramento, onde prendeu um homem casado e pai de três filhos para recruta; uma vez para o Caiçara, donde seguiu para o Juramento, e uma vez para cima da Serra: logares estes habitados por grande numero de votantes da opposição. No dia quatro do corrente mez, foi no Caicara espancado pelos soldados um escravo do cidadão Francisco Freire da Fonseca de nome Raimundo. Na tarde do dia cinco forão tomadas por sentinellas de soldados e paizanos notificados por ordem da policia todas as estradas que vem ter á esta cidade. No dia seis, seria meio dia, foi ostensivamente reunido em um sobrado com frente para á praça desta Matriz, grande número de pessoas e armas por ordem da Policia. Na tarde deste mesmo dia ao entrar nesta cidade o Doutor Carlos José Versiani com um grupo de cerca de oitenta homens votantes dos quarteirões numero vinte e dous e vinte tres, e alguns de outros, foi detido pela sentinella portada de ordem da Policia alem da ponte ao leste da cidade. Apenas annunciada sua estada naquelle logar, pessoas do partido do Governo correrão para ali armadas com tanta pressa como se já houvesse um conflito começado. O delegado de Policia, o subdelegado, e o Doutor Promotor Publico apresentarão-se ali, e reservado apenas o mesmo Doutor Carlos (que na noite do dia antecedente entrando pela estrada do Norte da cidade a avisar o Delegado da entrada de votantes no dia seguinte soffrera busca) passarão todos os mais por ella. Nesta mesma occasião foi preso para recruta de ordem do subdelegado, o votante de nome José Pereira dos Santos que vinha no grupo filho único de Gonçalo Pereira dos Santos homem doente e quase cego. Os votantes assim examinados vierão aquartelar-se. A policia porem demorou-se em dar buscas em umas cargas pertencentes a uma mulher durante o tempo de detenção dos votantes alem da ponte ali os alcançara. Aparecendo nas mesmas cargas um jogo de pistolas velhas criticarão a Policia e o Dr Promotor Publico, que havia traição, e que fossem todos os votantes presos, porque a oppsição tendo promettido entrar desarmada trazia armamento em canastras!!! A instancia então dos Actuas Mesarios Fernandes e Camara, aos quaes isto se lançava em rosto, e em altas vozes, o Delegado capitão Jose Rodrigues Prates examinou com mais calma o facto, e reconheceu que o grupo de votantes não tivera a menor parte na entrada de tão insignificantes armas, e suspendeu-se por isso a ordem de prisão. Immediatamente as duas autoridades policiaes já mencionadas, partirão, com a força ou parte

della, e a galope, a dar busca em cerca de noventa votantes da opposição, que entravão com cidadão Manuel Freire de Figueiredo Fonseca e que erão detidos por outra sentinella no logar chamado-Cinto-a meio quarto de legoa, e a leste desta cidade. Forão todos ali examinados passando por minunciosa busca. Ainda na tarde deste dia entrando para a cidade Daniel Pereira da Costa Filho, cujo pae do mesmo nome eleito, soffreu busca pela sentinella portada na estrada do Jatubá ao Sul da cidade, e depois dessa busca, mandando os soldados, que elle passasse sob a barriga de um cavallo, não o fazendo elle, foi espancado ate cumprir a ordem primeira e segundo vez. Esta mesma sentinella deteve de ordem da policia um grupo de cincoenta votantes da opposição que vinhão com o Coronel João Antonio Maria Versiani, e dep. da chegada do subdelegado e do Dr Promotor Publico com gente armada passarão todos por minunciosa busca, e nessa mesma occasião forão presos para recrutas os votantes Martinho Ribeiro dos Santos, Celestino Ribeiro dos Santos, e Jose Ribeiro dos Santos, filhos de uma honesta viúva que vive do trralhalho dos mesmos. O votante Matheus Jose d'Oliveira foi depois da busca espancado por um soldado, acontecendo o mesmo a Jose Benicio de Oliveira Junior e á um menino q' tacava uma carga. Alen destas buscas votantes da opposição que entravão aos dous e aos três ou sós erão examinados. E ao passo que este se dava os do governista entravão sem axame algum e ate armados.

Na noite do mesmo dia seis notificações appareceram de ordem do subdelegado para que estas e determinadas pessoas do partido da opposição fossem montar a guarda a cadêa, entre ellas os cidadãos Honorato Nogueira Martins e José Gonçalves Rego, o primeiro eleitor geral, e o segundo especial. Obtendo aquelle escusa por uma petição este esteve de guarda por mais de vinte e quatro horas. No dia 7 continuarão as notificações á votantes que se achavão já dentro da Igreja e quando já se procedia a primeira chamada, muitos dos quaes tiverão de estar de sentinella negando-se-lhes por mais de vinte e quatro horas permissão de se sentarem e até para outras necessidades. Alem destes factos a força publica logo que se começarão os trabalhos no dia sete as nove horas, ao som da corneta marchou para o recinto da Matriz onde depois da competente manobra ficou portada à cerca de quatro passos distante da Mesa, e tem até este momento assistido à todo o processo da eleição. Nas primeiras chamadas a Igreja só tinha duas portas abertas: por uma dellas (a principal) que fica distante da Mesa só era permittido ao votante entrar ou sahir (com poucas exepções); pela outra que fica próxima a Mesa era permitida a sahida somente.

Os votantes obrigados a estar de guarda na cadea, ficavão a uma distancia de mais de duzentos passos da Matriz. Delles foi preso Jose Pereira de Carvalho, que depois de solto montou guarda. O votante Manuel Malaquias dos Santos, homem de M de 40 annos, e filho único do nonagenario Pedro Malaquias dos Santos, foi tirado da Igreja, e de perto da Mesa e conduzido para a cadea como recruta, onde ainda se acha. Leonardo de Fonseca Penedo e Joaquim Jose da Silva Junior, quando se chamavão votantes do seu quartirão, puchados por um meirinho a titulo de montar guarda na cadêa, forão ali mettidos na enxovia como recrutas. Montarão mais guarda no dia 7 até 8 deste (...) Dentre elles foi também recolhido a enxovia como recruta o Theotonio Gonçalves Rego, viúvo com tres filhos menores!!! E alem disto ainda continuão as notificações de votantes. Todos estes factos impressionando sobre modo a mais de tresentos votantes que se achavão nesta cidade, occasionou a retirada de muitos, e o desanimo de outros; assim como a que alguns dos que votarão, não o fizessem, não com plena "liberdade".

Cf. MONTES CLAROS, APCM-Ata- Ata Especial da Assembleia Paroquial de Montes Claros, Terceira e ultima chamada, Contagem e Recebimento das Cédulas. 09 de setembro de 1864. f. 24-29v.

Que o protesto do Mesario Justino d'Andrade Camara não contem o fundo de seu coração é antes o fruto de uma imaginação irquentada, se não da raiva, e da saudade, e triste recordação de outros tempos gloriosos, em que Montes Claros, era pobre e misera gleba de uma familia prepotente que tomou em seus braços o mesmo Câmara para ser o usufrutario de todo o seu mando: é finalmente o ultimo arronco de um morinbundo, é o lucto, o dó, e o crepe lançado sobre a lousa do finado partido saquarema que Deos o tenha para sempre no logar do descanso para mais não incomodar a paiz com a severidade e exclusivismo que forão sempre as leis de sua existência. Que foi debaixo de tão cruel impressão que o mesmo Mesario fallou em boatos aterradores espalhados pelo partido governista pretendendo que com a noticia de força enviada á esta cidade, tenha o fim de apartar da urna os votos da opposição sem lembrar-se que á esses boatos de força espalhados adrede pela mesma opposição erão secundários pela ameaça dessa opposição de que se essa força fosse de quarenta praças voltaria do logar dos Morrinhos, sem jamais entrar neste – Ceio de Abralhão, neste reino feudal. Q' a opposição de á muito se previne fazendo qualificações em massa nesses cantos da freguesia entregues a direção de algum prepotente, q'ali as dirigia e conservava com o látego do seu orgulho, á ponto tal que já alguns se consideravão senhores, tomando por grande offensa que entrassem ali as ordens da autoridade sem previa licença. Foi assim que se pretendeu arrancar as barbas a um homem, q' servia de guiã á força publica em diligencias da policia; foi assim que offereceu chicote e esposas ao Commandante da força; foi assim que um outro personagem indo passar revista aos seus subditos em outro cantão onde para sivan (...) a policia e o destacamento disse “que constava elle de quatro soldados pellados, que os liberais nada valião, erão uma canalha, e que os saquaremas contavão com tudo; a saber – Juiz de Direito da Commarca, Juiz Municipal, Juiz de Paz e com a Mesa eleitoral, e assim não havia nada de que recuar, porque elle e seus amigos, a qualquer a um da autoridade ou força, elle e seus amigos farião tudo espalhar. E com effeito que o recrutamento foi suspenso por um edital pelo Doutor Juiz de Direito sem lhe competir, sem ter autoridade. A opposição fez balas e cartuxam e (...) fez lançar alguns cartuxos á frente das casas de liberaes; os boatos erão os mais aterradores positivos, e meia hora ainda antes da entrada dos votantes inda corria que um grande grupo entraria armado. Estas noticias, junto a levesa de alguns homens que em verdade lá por essas roças ameaçaram horrivelmente, determinavão, que a policia não cruzasse os braços, que a força publica fosse exacta em cumprir o seu dever e tomou-se na verdade a medida de que nenhum votante de um ou outro credo entrasse na cidade armados para assim evitar-se um conflicto que poderia coartar a liberdade do voto, a vista do grande numero de votantes com que contava a opposição, sem se lembrar que as maiorias nascem e morrem com as epocas. Foi pois este grande engano esta inexperiência que tanto onerou a opposição, e que passando finalmente recruta ás suas tropas, e achando-se em uma invésivel minoria, lançou mão da tangente de fazer dispersar os seus votantes por motivo de oppressão que não existia. Inda é para acobertar esse grande desfalque que surpreendeu horrivelmente a opposição, que apparece com a mais amarga ingratidão o desrespeito ao character probo e pacifico do capitão Jose Rodrigues Prates digno delegado de Policia desta cidade, aquelle homem que é capaz de expor a sua vida para que vida para que ninguém soffra uma injustiça e assim se lhe paga os serviços, a cortezia e a bonhomia com que trata a todos. Sendo por tanto falso que em sua casa se depositassem homens e armas para aggressão, e nem pode o contraprotestante suppor como o senr Justino de Andrade Camara, sem que lhe tremesse a mão escreveu uma horrivel falsidade que lhe levarão contra o delegado de policia, quando alias ao mesmo Camara e em geral a todos os membros da opposição deveria elle merecer outro conceito. Por um tal motivo o contra-prottestante perante Deos e os homens

repelle a falsidade de que infelizmente foi no honrado senhor Camara. Que os recrutados que se fizeram estavam todos comprometidos nas instruções, e que se algum teve escusa foi solto ainda em tempo de vir prestar o seu voto logo que justificou sua escusa. Que os filhos de uma senhora de nome Julia não tem escusa aproveitável porque ainda lhe ficam outros, para servirem de seu arrimo. Que Manuel Malaquias não é filho único; por tanto ainda o protesto pecca pelas expressões de oppressão e ilegalidade desse recrutamento. Que o Senr Doutor Carlos Jose Versiani, pessoa de muito merecimento, já estava combinado com as autoridades para assistir elle por parte do povo da opposição as buscas com o Mesario Senr Alferes Jose Fernandes Pereira Corrêa, pessoa insuspeita a mesma opposição, por isso não é de extranhar que ali esperasse um pouco em quanto chegava a autoridade para dar as buscas já travtadas e esperadas, tanto assim que se achou um par de pistolas que se diz de uma mulher sem nome, e que a policia obrou com tanta moderação que a policia dando buscas em caxas de pessoas accusadas de pretenderem armar-se contra a mesma policia, achou armas de fogo, não só nas mesmas caixas como em broacas, mas com tudo não procedeu contra essas pessoas, nem apprehendeu as mesmas armas, ficando tudo em silencio, e que em vista de documentos escriptos e de denuncias por palavras, que recebeu não tinha remedio se não proceder as buscas porque de outra sorte seria atraiçoar os seus deveres e falsear as Leis. Que o recruta Jose Pereira dos Santos já era indigitado para isso por ser um rapaz desordeiro e accessivel de irar-se constantemente. Que dos recrutados presos já forão soltos tres, que mostrarão izenção, ainda tempo de prestarem os seus votos. Que as notificações feitas indistinctamente aos votantes não tiverão por fim evitar que viessem prestar seus votos; por quando tendo de fortalecer a cadêa, onde se achão presos importantes, erão feitos sob protesto de apenas chegasse ao quartirão respectivo um official de justiça posto aqui a disposição da Mesa pelo subdelegado, ir avisar aos mesmos votantes para virem prestar seus votos. Mas esta notificações foi logo exaggerada pelos homens da opposição, que iaô visitar os guardas e lamentar a triste sorte, a que se achavão reduzidos, como se servir ao paiz como guarda seja um acto avultante, mas são estas e outras tricos, de que se serve a opposição na carencia de factos para acusar á policia ao atual governo. São estes echos a signal da exasperação em que se acha a opposição vendo-se privada do seu domineo de desesseis annos o tempo em que só se hia por uma só cartilha, e desgraçado dáquelle que tivesse outra religião. Que finalmente não quer o contraprotestante se não mostrar que o Mesario Camara foi victima de falsidade, que lhe insistirão, fazendo accusação aos actos praticados pelo subdelegado e mais autoridade, bem como pela força publica, que assistirão a eleição, accrescentando que em tempo algum appareceu nesta cidade um destacamento tão moralizado e disciplinado. Que finalmente essas buscas, e esses terrores, e tudo mais quanto quer o protestante Camara que tenham existido são factos (...) tão insignificantes, que por elles não se pode culpar, nem a autoridade nem a força publica. Que existe disposição para castigarse o offensor logo que appareça uma denuncia provada e em regra. E tanto não houve terror que muito membros da opposição votarão na primeira, segunda e terceira chamada, sem que lhes obstasse a força publica, ou qualquer autoridade, e mal cabido foi o protesto já porque carece de fundamentos, já porque feita a comparação de outras epocas, pode-se dizer que é esta a única eleição livre que se fez em Montes Claros, e concludo Contraprotestando por negação a qualquer ponto do protesto a que não attingisse sua memória.

Anexo nº 04

Cf. PAULA. Op. cit. p. 182. “Dr. Antônio Gonçalves Chaves [Junior] nasceu em Montes Claros a 16 de setembro de 1840, filho de Antônio Gonçalves Chaves e D. Celina

Soares.Primeiras letras em Montes Claros, continuando os estudos em Diamantina. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1863, assumindo a nossa promotoria no ano seguinte.Ingressando na política, em pouco tempo o Dr. Gonçalves Chaves passou a liderar os liberais de Montes Claros, sendo eleito Deputado Provincial em mais de uma legislatura, cargo que desempenhou com destaque, pois em 1868 era o líder dos liberais mineiros. Em maio de 1879 foi nomeado Governador da Província de Minas, época em que exercia o mandato de vereador de nossa Câmara. Na presidência da Província prestou grandes benefícios ao norte de Minas: iniciou a linha telegráfica, construiu estradas, escolas, cadeias, e por fim preparou a instalação da nossa primitiva Escola Normal, sendo o seu primeiro diretor.Como Governador de Minas, sua principal atenção incidiu no setor educacional, melhorando a Escola de Minas em Ouro Preto e reformando o ensino primário.Em 1.882 assumiu a Governadoria da Província de Sta. Catarina, fazendo ali excelente governo. Ali lançou a semente do movimento pela nacionalização das colônias germânicas.

Em 1.890 foi nomeado Juiz de Direito de Mariana; em 1.891 foi eleito Deputado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados, tendo contribuído grandemente para a elaboração da Constituinte de 91, e, posteriormente, do Código Civil, ao lado de Rui Barbosa.Em 1.893 foi eleito Deputado e Senador Federal, optando pelo último mandato, que exerceu até 1.903. No Senado o Dr. Chaves sobressaiu-se como um dos mais capazes juriconsultos brasileiros. Quando se organizou o Código Civil, ficou a seu cargo o capítulo sobre “Direito de Família”. Rui Barbosa, certa vez, em discurso, chamou-o de “mestre de Direito Civil”.Durante muitos anos foi chefe liberal indiscutível no Norte de Minas. Em 1.903 a 1.906 exerceu a advocacia, e foi professor de Direito Civil na Faculdade de Direito de Minas Gerais, com brilho incedível, tendo sido diretor daquele estabelecimento de ensino superior.“Em 1.906 foi eleito Senador Estadual e presidente do Senado exercendo o cargo até sua morte, em 1.911.”

Anexo nº 05

SÁTIRA A CARETA

Era pelo fim da guerra do Paraguai. Mas ainda se pegavam *voluntários* a torto e a direito, a fim de mandá-los para o sul, na luta contra Lopez.

As notícias que de lá chegavam eram estarrecedoras. Contavam-se os horrores da guerra. Relatavam-se casos de morticínios em massa, descreviam-se quadros tremendos de sangrentas batalhas, de padecimentos incríveis, de modo que se estabelecia verdadeiro pavor no seio das famílias, quando lhes chegava a comunicação de que um dos seus membros – geralmente moço ainda solteiro – fora designado para seguir como soldado.

E, principalmente o jovem interior, sem o preparo necessário para compreender o que chamavam de “quebra da integridade nacional” ou “insulto à soberania” e outras cousas complicadas, ficava sem entender o que significava o tal “dever de patriotismo” tão em voga na época.

O sertanejo tinha como seu mundo, o próprio lar, por mais humilde e modesto que fosse; como pátria, aquelas paisagens calmas a que se acostumara desde a mais tenra idade e como objeto de seu amor, os próprios pais e irmãos com quem convivia e as pessoas amigas que o cercavam. E dali não lhe interessava sair para qualquer parte – e muito menos para a guerra.

O que se sabia era que filho de pai rico ficava em casa. Caso fosse escolhido, o chefe da família mandava em seu lugar um escravo – ao qual concedia carta de alforria

imediatamente – e o rebento amimado permanecia com os seus, gozando a vida e liberto do pesadelo.

Relatavam-se fatos horrorosos que punham em destaque esta repulsa pela guerra, como os casos de auto-mutilação dos que haviam sido pegados para ser soldados.

Na lapinha, por exemplo, para os lados de Sabará, trancaram-se cinco “voluntários” em quartos diferentes para lá pernovernarem. Deveriam seguir no dia seguinte para Ouro Preto, onde receberiam instrução. Pois bem. Um cortou o próprio calcanhar; dois deceparam o dedo indicador, com que se aperta o gatilho; o quarto furou um olho, enquanto último conseguiu fugir durante a noite.

Notícias como esta eram comuns. E a aversão pela guerra cada vez se manifestava mais aguda com o desenrolar da prolongada luta.

* * * *

Montes Claros, como as suas irmãs de Minas, respondeu ao apelo da Pátria, chamando pelos seus filhos. Já muitos haviam seguido e, como se renunciava para breve fim da guerra, era pensamento geral que ninguém mais seria sacrificado e a calma ia voltando aos poucos ao coração assustado das mães extremosas. Mas, não! Com pouco, chegaram ordens severas da corte para o envio de novas remessas – e as autoridades locais providenciaram para cumprilas à risca.

Os conservadores por essa época haviam caído, estando os liberais no poder. Aqui em Montes Claros o chefe dos primeiros era o Dr. Carlos e dos últimos o cônego Chaves.

Ora, aconteceu que o José do Alvino – filho único de casal já bastante idoso-moço ajuizado, sério, trabalhador, o ai-jesus da casa, foi um dos escolhidos pelas autoridades para seguir com a leva dos novos recrutas.

Os pais ficaram como loucos.

Que haviam de fazer? Eram pobres, não tinham recursos suficientes para comprar um escravo. Foi como se lhe tivesse caído um raio em casa. Não pregaram olho durante toda aquela noite de agonia.

Na manhã seguinte, a conselho dos vizinhos, resolveu o atarantado pai de ir pedir ao Dr. Carlos- homem bondoso, médico humanitário, de espírito complacente-que intercedesse junto às autoridades a favor de seu filho, a fim de que partisse para a guerra.

Recebido pelo chefe conservador, o velho Alvino desfiou o rosário de suas amarguras, alegando em prol de sua súplica uma série de fatos por todos já conhecidos, entre os quais o motivo muito ponderoso de ser o moço arrimo de família.

Condoído, o médico explicou-lhe:

- O que acaba de me comunicar, meu amigo, é desgraçadamente bastante lamentável. Mas, por um capricho do destino, eu nada posso fazer em seu benefício no momento. O meu partido atualmente está por baixo, de modo que um pedido meu, além de não ser atendido, teria até efeito contrário: não só seria improficua a minha intervenção no seu caso, como até pioraria a situação de seu filho.

-Mas, então, que providências o doutor acha que eu deva tomar? Ajude-me, por favor, nesse transe horrível

- O que você pode fazer é procurar o cônego Chaves. Ele é que o homem todo poderoso do momento, o chefe da situação, o único que tem força decisiva para salvá-lo nessa conjuntura.

- E será que ele atende, doutor?

-Atende, sim. Ele o receberá, como recebe a todos, afavelmente. Quando você lhe expuser o seu caso, fará um barulhão dos diabos, clamando que isso é uma iniquidade, e mais isso e mais aquilo. Dirá que há tantos malandros e vagabundos por aí que deviam seguir,

sendo até uma limpeza para a cidade e, no entanto, vai logo escolhido o seu filho, moço trabalhador, etc, e tal. E acabará prometendo que irá intervir logo, a fim de que o José seja dispensado.

- E... conseguirá, *seu* Doutor?

- Se ele se interessar, de fato há de conseguir, com certeza.

- Mas, como poderei eu saber se ele vai interceder ou não ? quis saber o velho.

- É fácil – respondeu o Dr. Carlos com a sua calma habitual. O cônego Chaves tem um hábito bastante esquisito. Quando lhe formular o pedido, é certo que ele lhe prometerá que vai agir no sentido de favorecê-lo. No entanto, se no momento em que você já estiver retirando da sala, o padre não fizer uma careta nas suas costas, pode tranquilizar-se, porque é sinal de ele se interessou pelo seu caso e o José ficará livre.

-Mas...

-Mas, se pelo contrário, ele fizer a careta, botando a língua de fora, então, adeus! O rapaz estará irremediavelmente perdido.

Depois de agradecer ao bom médico, lá se foi o pobre velho acabrunhado, mais cheio de temor que de esperança, à procura do chefe liberal.

* * * *

Morava o cônego Chaves, por aquela época, na Avenida Coronel Prates – que era então mais conhecida pelo novo povo como rua do Jatobá.

Logo que chegou, foi o Alvino atendido pelo próprio dono da casa que o recebeu com afabilidade.

E o velho, cheio de aflição, entrou logo no assunto que o levara até ali. Falou com lágrimas nos olhos e o coração nas mãos, rogando, pedindo, suplicando ao sacerdote aquela graça que, se concedida, tornaria sumamente feliz um lar amargurado.

O cônego ouviu tudo, calado, e, quando falou, deu razão ao velho. Elogiou-lhe o filho bem comportado, bom cristão, cumpridor de seus deveres, obediente, amigo de seus pais- e atacou com severidade alguns vadios, esbravejando contra as injustiças dos homens que tinham dois pesos e duas medidas. Tudo, enfim, direitinho como havia predito o Dr. Carlos. E acabou, afinal, prometendo interceder pelo rapaz.

Ainda meio desconfiado, Alvino agradeceu, submisso, com o chapéu amarrotado debaixo do braço e despediu-se. Quando, porém, ia já transpondo a porta da rua, virou-se de repente, e horrorizado, viu o sacerdote fazendo-lhe uma careta pelas costas.

O pobre homem voltou e caiu de joelhos diante do chefe liberal.

-*Seu* padre, pelo amor de Deus, não faça isso comigo não ... – suplicou entre soluços.

- Isso o quê, bom homem?! Que aconteceu? Pois eu já não lhe prometi que vou fazer o pedido?

-Prometeu, sim, *seu* padre. Mas eu sei que o senhor não vai interessar-se pelo meu filho...

- Mas, que houve, homem de Deus !? Por que diz você isso?

O velho não queria dizer.

- Eu sei, seu padre, que o senhor não fará nada a favor do meu filho... – soluçava o coitado em desespero.

-Mas, por quê? Que certeza é esta que você diz ter?

Alvino resolveu soltar o segredo.

-É porque seu padre fez uma careta nas minhas costas...

- Ora... Ora... Ora...- resmungou o cônego cheio de pasmo. E quem foi que lhe enfiou na cabeça semelhante tolice!?

- Eu não digo, não seu padre. Só sei é que o senhor fez a careta e meu filho está mesmo perdido.

O sacerdote ficou pensativo por alguns instantes. Depois disse:

- Vá homem de Deus. Vá em paz. Pode ir tranquilo, porque eu irei dar imediatamente as providências que o seu caso requer.

O velho Alvino saiu. E o cônego Chaves, efetivamente, trançou os pauzinhos, interveio na questão e conseguiu a liberdade do moço, enchendo de imensa alegria o lar humilde.

* * * *

Dias depois encontrou-se o cônego Chaves com o Dr. Carlos. Cumprimentaram-se cordialmente e, depois de ligeira palestra, o chefe liberal lembrou-se do caso e, já um tanto desconfiado, quis desfazer as dúvidas.

-Diga-me uma cousa, doutor. Foi o senhor quem disse ao Alvino que, se eu lhe fizesse uma careta pelas costas, não atenderia ao pedido dele?

-Fui eu, sim. – Confessou o Dr, Carlos já rindo. Por quê? Que foi que houve?

-Que foi que houve, Dr. Carlos? O senhor ainda pergunta! O que aconteceu foi que o homem me pegou com a boca na botija...

Anexo nº 06

“A política de coalizão servia aos mineiros, hábeis barganhistas e negociadores. Entre 1889 e 1929 eles se entrincheiraram nas comissões mais importantes e, com freqüência, um deles assumia o cargo de presidente da Câmara. A diferença dos gaúchos no tempo de Pinheiro Machado, não procuraram satélites. Nem tiveram clientes por muito tempo, como os paulistas, que controlavam a Vice-Presidência do Senado e vários dentre os principais políticos estaduais. O simples peso da sua bancada coesa basta para explicar-lhes a relativa indiferença em conquistar aliados ou satélites permanentes. Grande, disciplinada, alimentada pelo espírito regional a bancada mineira manteve a própria identidade, alheia a qualquer grupo ou facção nacional. O PRF de Francisco Glicério, de tão curta duração, teve reduzido impacto sobre Minas durante a fase de consolidação política na década de 1890. O “bloco” e depois o PRC de Pinheiro Machado pôde, quando muito, procurar influenciar a política mineira entre 1904 e 1914. Começando em 1898, os mineiros estiveram sempre bem próximos da Presidência, quando não a ocupavam. O seu papel no centro do poder lhes facultou a concessão de favores e o oferecimento da segurança a políticos menos importantes. Os Estados menores procuravam Minas para solicitar favores e proteção. Por seu turno, os mineiros lhes cobravam as dívidas políticas nas épocas de eleição. Tendo realçado a importância da política de coalizão, creio que o papel dos clãs de família extensa nas relações inter-estaduais era muito menos importante. (...) Como um número substancial de mineiros vivia do outro lado das fronteiras dos Estados vizinhos.”

Anexo nº 07

Cf: A verdade. Semanário religioso, literário e noticioso. Ano IX nº 31: 31 de Julho de 1915. Montes Claros, Minas Gerais p. 1 e 2

Um incidente no jury.

“Aos acusados se assegurará na lei a mais plena defesa, com todos os recursos e meios essenciais a Ella, desde a nota da culpa entregue em 24 horas ao preso e assignada pela autoridade competente, com os nomes dos acusados e das testemunhas. (art. 72 , s 16 da Constituição da República)

Fomos informados de que o digno juiz de direito dessa comarca ao encerrar, já a noite, a ultima sessão judiciária, declarou que “deixava no pó da sala as injurias , calunias e insultos que recebera”.

(...) pensamos e cremos que com boas razões, que aquellas palavras, embora proferidas em nossa ausência, não obstante termos feito parte do tribunal, como defensor , nesse mesmo dia, a nós se dirigiram , é este o motivo de virmos para a imprensa esclarecer o facto, desfazer intrigas e definir a nossa atitude, justificando-a perante as consciências livres e desapaixonadas , únicas cujo juízo nos importa.

O facto é este: [desde junho até novembro]

Ao aqui chegarmos em visita de nossa família que se caha enferma, tivemos a informação de que o accusado fora submetido ao julgamento do jury- à força e com advogado que elle recusara obstinadamente, allegando ter advogado contractado e que, por ter a residência em Belo Horizonte, aqui não poderá chegar. (desde 1913?)

Soubemos mais que esse acusado, durante todo o julgamento estivera em pranto convulso como expressão do protesto por elle feito, ante a violência a que o submetiam (????????!!!!!!!)

Essa informação despertou em nós toda a energia de revolta que só não sentem as almas affeitas às athmosferas malsãs. (e sem a menor certeza.....)

(...) Diante disso, reputamos de nosso dever não adiar o protesto que tencionávamos fazer na sessão seguinte. (porque?)

Não foi um movimento de represália o nosso, mas inspirou-nos a consideração de que, si o Sr. Promotor não recuava ante a censura publica e solemne a um acto da autoridade policial, acto que quando muito, seria uma irregularidade, covardia moral seria o nosso silêncio ante aquillo, que reputávamos e ainda reputamos uma grave transgressão legal, uma séria ameaça a direitos inauferíveis, a cânones de liberdade que se inscrevem em todos os estatutos de povos livres e então, os mais sagrados de que possa o homem gozar.

Não injuriamos (?) porém, e nem caluniamos (?), já que o facto por nós argüido foi confessado perante todo o tribunal pelo Sr. Promotor Público.

Não injuriamos, porquw não foi empregado um só ephiteto offensivo ao presidente do tribunal, cujo procedimento anterior apreciávamos (? Desprezível este).

É certo que usamos de termos enérgicos para qualificar o acto que nos afigurou atentatório, no mais alto grau, do direito de liberdade de defesa, direito que é o mais elevado postulado da nossa Constituição política, como se vê na subepígrafe deste artigo, nem ultrajamos ao juiz .(ao sem brio).

Bem se vê que não é com palavras de assucar que se exprimem sentimentos amargos. D’ahi , porém, a uma injúria a distância é grande e desafiamos aos gratuitos e venenosos commentadores do nosso procedimento ou apontem um só- um que seja- qualitativo ultrajante ou injuriosos dirigido ao presidente do tribunal, responsável máximo pela ordem jurídica na comarca e auctor que fez objecto do nosso protesto. (!)

E não injuriamos porque temos a noção exacta do valor do juiz, sabemos que elle deve ser acatado, ainda erre e tenhamos de verberar o seu erro.

Sabemos do sobejo que sem respeito à autoridade não há ordem possível mas isto nãoinduz a uma attitude musulmânica ante os erros e desvios da autoridade. Por isso mesmo que se a autoridade digna e acatada é que contra os seus actos illegaes e injurídicos nos insurgimos,

sem, contudo, tocarmos na magestade da lei que elle representa oi deve representar. (veremos)
(o réo chama Antônio Ramiro Prates)

Seria absurdo attribuir-se a intenção de injuriar a autoridade aquele mesmo que se ergue contra os actos illegaes, dessa autoridade. Si em tal occasião injuriássemos, seríamos contraproducentes e contradictórios.

Nós que nos queixávamos de uma injuria feita a lei e ao direito perderíamos o fundamento do nosso protesto, se ao lado delle e com elle coincidindo injuriássemos também a lei.

Torna-nos-íamos reos dos mesmos crimes que profligávamos, e não somos assim tão obtusos que não percebêssemos o desastre da nossa attitude.

Accresce que temos educação moral que muito prezamos.

Sabemos que injuriar a um funcionario público, digno de tal nome é um acto de covardia.

O funcionario público está, em virtude da própria função que exerce, inhibido de, no exercício della, revidar a injurias.

E, pois injurial' o em tal occasião, equivale a insultar a um homem amarrado.

(e assim fiquei no tribunal)

Presamo-nos também de ter educação social adquirida na família e no trato já bem dilatado com a melhor sociedade do paiz. Não é agora que viemos aprender a ser urbanos e cortezes com todos máxime com quem occupa saliente posição; e nada previne mais contra quem quer que seja do que a grosseria e a brutalidade do trato.

Não injuriamos e nem nunca nos ocorre o propósito de o fazer.

De resto, “não commette crime de injuria, por falta de intenção criminosa, quem age no interesse da causa pública, ou na defesa de um interesse privado legítimo; exemplo :o que denuncia crimes e abusos de funcionarios públicos no exercício de suas funções, o que oppõe contradictas ao depoimento de uma testemunha, as apreciações de defesa de um advogado. Etc. “ dil' o Viveiros de Castro (jurisprudência criminal, pag. 101), salvo si são excedidos os limites da critica moderada e a apreciação degenera na agressão pessoal, no insulto.

A mesma doutrina se encontra nos códigos penaes do Cantão de Friburgo, da Hollanda, da Hungria, da Alemanha, citados por bento de Faria, pag. 444 do 2º edição dos commentários do Cód. Penal Brasileiro.

Juridicamente, portanto, não podia haver injuria em nosso procedimento no jury, caso, sob outro aspecto, elle tivesse esse character, o que negamos cathegoricamente e desafiamos prova contrario.

Não nos acolhemos, está bem visto, as immunidades judiciárias, só lembramos a doutrina jurídica específica para podermos affirmar que o digno magistrado, presidente do tribunal do jury desta cidade, na sessão de 23 de junho, foi injusto e deixou-se levar por influências extranhas ao seu mister de juiz e esqueceo-se dos preceitos da doutrina jurídica applicáveis ao caso. (louvor!)

Outro ponto a ventilar: tínhamos razão no protesto que fizemos?

Parece-nos que sim.

O honrado Sr. Promotor da comarca justificou o acto que submetteo à julgamento, a força (phrase é do illustre Sr. Promotor ao confessar a existência do acto que provocou o nosso protesto) um accusado, declarando que assim procedeu o presidente do tribunal porque são ommissas, no caso, as nossas leis processuaes.

(...) Há. Pensamos que ninguém haverá capaz de affirmar bona fide que “assegurar a mais plena defesa, com todos os meios essenciaes a Ella”- consoante o estatuto constitucional, será obrigar um réo a ser julgado quando não quer ser allegando ter advogado que não se acha presente e, muito mais, dar o juiz por advogado a esse desgraçado pessoa contra cujo patrocínio elle protestou, recusando-o energicamente. (15 pedidos de adiamento).

(...) È a prova de que S.Excia não julgou expurgado de ilegalidade o seu acto é que nos informou o honrado Sr. Promotor público, S. Excia aconselhou ao próprio accusado aggravasse de sua decisão.

(...) Não se comprehende que estando em causa o direito à liberdade de defesa, se queira fazer experiências judiciárias, equiparando se assim uma decisão de tal gravidade as conhecidas experiências in anima vili dos laboratórios,

Por fim, que urgência havia de assim proceder o digno juiz?

O homem de quem se tratava já havia sido condemnado duas vezes e de cada uma dellas em 30 anos. (Pedro Caetano Prates estava , ilegível, grande pena e fugio a 29 de setembro ultimo, sendo irmão de Antônio Ramiro Prates).

(...) Que é que justifica ou siquer explicasse esse aqodamento para a prática de um acto violento, em assumpto de tal milindre?

Por se tratar de um accusado de graves crimes?

Mas por issomesmo e porque as penas a serm impostas seriam das mais severas que mais cuidadoso e, mais meticoloso em examinar o caso deveria se mostrar o juiz, para não se confundir com esses julgadores de esquina, com esses sabichões que andam a sentenciar do alto do coro cru de suas alprecatas ainda mal esquecidas ou de cima do barril de aguardente fazendo da sociedade em que vivem onde decretam sandices o pasto de sentimentos que constituem a desgraçada trama de uma amoralidade chapada.

(...)ilegível.

Tememos e muito que aquelle que em a elevada e, ao mesmo tempo,a perigosíssima incumbência de, do mais alto posto judiciário da comarca, guardar a ordem jurídica, se deixe influenciar por certos meios nossos , conhecido em que se elaboram , as mais escusas doutrinas- de *omni re scibili ET quibusdam allis*.

O juiz está entre nós, pela nossa legislação carregado de tão amplas atribuições tem tanto poder, fazer tanto mal que se converte em perigo imminente si deixa influenciar por outra qualquer sugestão,a não será da lei, a do direito e justiça.

E aquelles que ainda não perderam de todo o sentimento da dignidade cívica e conservam consigo o patrimônio moral que tiveram a fortuna de receber com a primeira educação reputam-se obrigados a ser sentinella que dê o brado sde alarma no momento em que o magistrado abandona o largo e limpo caminho do dever e da justiça para se embrenhar nas sendas tortuosas trilhadas pelas consciências embrionárias.

Foi o que fizemos- e nem nos deteve nessa tarefa espinhosa mas de insophismável cumprimento de dever a consideração de se tratar de um criminosos sobre o qual justamente pesão as mais tremendas acusações.

Para se combaterem perigosos tamanhos como os que podem resultar de violação de tão notáveis direitos quaes sejam os de liberdade absoluta de defesa toda a oportunidade é boa e não se deve deixar passar logo que se apresente para que não se tenha a apparencia de condescender com o arbítrio perigoso.

Bem sabíamos que os intrigantes profissionaes tomariam o nosso acto para envenenal'o e traduzil'o como lhes approuvesse, desde que dahi lhes viesse qualquer proveito.

Isto porém, não nos deteve, como não nos deterá jamais em occasião idÊntica.

Devemos à sociedade montesclarenses tanta gratidão, della temos recebido tantas e tão preclaras provas de distincção e de confiança, é tal o carinhoso acolhimento de que della temos tido em occasiões diversas de nossa vida pública e particular que nos reputaríamos indignos de todas essas demonstrações captivantes do mais elevado, posto que immerecido apreço, si por atenção a meia dúzia de ignorantes malévolos que vivem no seio desta mesma sociedade, deixássemos periclitar os direitos della, positivamente ameaçados pelo acto judiciário que determinou a nossa attitude no jury de 23 de junho de 1915.

E é em atenção à sociedade de Montes Claros que escrevemos publicamente estas linhas.

Queremos esclarecer a não só a respeito dos seus direitos como no nosso dever.

A Ella devemos as mais plenas explicações e lh'as damos publicamente como é de nosso hábito.

Relegamos para plano muito inferior essas criticas idiotas que como escorralhas, vitandas, serpeam pela poeira das ruas.

Ser-nos-ia doloroso o julgamento da opinião Sá de nossa gtera que nos classificasse entre os covardes Moraes ou entre os brutamontes atrevidos e insolente que se aproveitam de posições eventuaes para serem villões.

Ahi esta porque procuramos demonstrar que cumprimos um dever cívico levantando o nosso protesto no jury e não injuriamos ao presidente do tribunal (ilegível o final)”

Anexo nº 08

CF: JORNAL MONTES CLAROS, 18/03/1916. P. 3,4

“O presidente da Câmara e agente do executivo, actualmente em exercício, fez publicar em o número 20 da “Verdade” uma portaria pela qual nos suspendeu por 15 dias funções que exercíamos de official da Secretaria e de porteiro da Câmara Municipal.

Os termos em que redigiram a portaria que o agente Executivo assignou, offensivos às nossas pessoas, a violência commetida contra o nosso direito, nos obrigou a vir rebater os conceitos injustos de que fomos victimas, porque apesar de sermos funcionários públicos, somos cidadãos de sentimentos e temos o dever de zelar a nossa dignidade que em nada é inferir à da pessoa do Agente Executivo.

[...].

Somos a isto arrastadas pelo dever imperioso de nos defender, forçados a não nos calar por complacência, para com aquelle cavalheiro cujo estado de saúde os seus amigos mais chegados são quem procura agravar, impellindo-o para o termo da lucta irritante com intrigas odientas.

Fomos nomeados para os cargos de official da Secretaria e de porteiro da Câmara Municipal, por unânime votação dos seis vereadores que comparecerm á primeira sessão ordinária do corrente anno.

[...].

Nosso fim é tornar bem claro que o sr. Agente executivo agiu de modo injusto fazendo recahir sobre nó a responsabilidade da nossa nomeação, contra sua vontade, pois não nos cabe culpa do que resolve a Câmara, salvo si é falta ter merecido a confiança dos senhores vereadores que nos nomearam; - foi injusto, suspendendo dous empregados contra os quaes não pode articular uma falta mínima sequer no cumprimento de seus deveres; - foi injusto, declarando que os dous empregados já haviam sido demittidos “não a pedido”, quando sabe muito bem que assim não é porquanto o official da secretaria pediu a sua demissão no começo do triênio findo, por ocasião de entrar em exercício a Câmara então eleita, como é de praxe fazerem os funcionários que exercem cargos de confiança, nas mudanças de governos, e o porteiro da Câmara pediu a sua exoneração, logo no dia immediato ao da eleição municipal, de 1º de novembro por não ter querido votar na chapa pela qual se batia o illustre senhor, em cujo desagrado assim incorreu; tanto isso é verdade que, temos certeza que o diga o sr. Agente executivo nos daria si lh’o pedíssemos, um atestado como homem de honra é; - foi arbitrário querendo sobrepor sua autoridade à da Câmara que é o poder legislativo do município, apenas chegou e reassumiu o exercício de agente do executivo, sem verificar em que condições e sob que fundamentos haviam sido nomeados dous empregados ; - foi arbitrário, mandando pessoas as quaes nenhuma e competência [tinham] reconheciam os empregados tomarem conta do prédio e archivo do município por meio de recados verbaes a que não podiam elles

obedecer, sob pena de incorrerem em falta, quando é certo que o agente executivo não havia comparecido à secretaria para expediente e nem havia escripto uma só linha, transmittindo ordens aos funcionários.

Anexo nº 09

Cf. Jornal Montes Claros, 12/10/1916. Nº 23. Ano I. p. 2.

“Os deputados federais Honorato Alves e Camillo Prates – no intuito de porem termo à lucta política em que se acham empenhados os amigos de um e outro, no município de Montes Claros, e accedendo aos pedidos que lhes tem sido feitos pelo Presidente do Estado de Minas Geraes e outros chefes políticos mineiros – resolveram fazer o seguinte acordo para a eleição de vereadores, que terão de completar a Câmara do referido município, segundo a decisão da Junta Especial do Congresso Mineiro, proferida nos recursos ultimamente julgados:

1º - O partido do deputado Honorato Alves elegerá três vereadores. O partido do deputado Camillo Prates elegerá dous vereadores e o primeiro juiz de paz da cidade, vago pelo falecimento do eleito em Novembro do anno passado.

2º - Constituída a Câmara, os vereadores votarão livremente para os cargos de presidente da Câmara Municipal e, si houver empate, a sorte decidirá entre os dois votados.

3º - A eleição de vereadores e juiz de paz será feita em plena e absoluta harmonia, obrigando-se os dois deputados referidos, por si e seus amigos, a sustentar reciprocamente os candidatos um do outro, de modo que as actas da eleição sejam lavradas e assignadas de combinação. E como o objetivo final dos abaixo assignados não é o de simples tréguas na lucta local, mas o da pacificação definitiva dos espíritos no Município, a bem deste, - resolveram aquelles nomear os doutores Francisco Sá e Afrânio de Mello Franco para árbitrios de inesperadas divergências entre os mesmos abaixo assignados, ou seus amigos, quer quanto ao fiel cumprimento das clausulas do presente compromisso, quanto aquaesquer outras dificuldades que possam embaraçar a desejada harmonia permanente entre os dois grupos políticos actualmente existentes no mencionado Município”.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1916.

Honorato Alves

Camillo Prates

T.as. Afrânio Mello Franco

Manuel Fulgêncio

Anexo nº 10

ACCORDO POLÍTICO

Acta do acordo político celebrado entre os partidos militantes neste Município de Montes Claros, que obedecem á orientação políticos dos Exmos. Srs. Drs. Honorato Alves e Camilo Prates.

Aos dous dias do mez de Outubro do anno de mil e novecentos e dezeseis, nesta cidade de Montes Claros, em casa do Advogado Antônio Augusto Spyer compareceram os srs. Coronéis Francisco Ribeiro dos Santos e José Rodrigues Prates, delegados

respectivamente dos partidos chefiados pelos deputados Dr. Honorato Alves e Camillo Prates, e ahí presentes, assentaram sobre a formula pratica de realizar e levar a effeito o accordo político celebrado entre os dous chefes, relativo ás próximas eleições de cinco vereadores geres e seus supplentes e de um Juiz de Paz deste districto, conforme telegrammas transmittidos do Rio de Janeiro, aos dous partidos, pelos respectivos chefes, dos quaes consta haver elles accordados o seguinte:

“O partido chefiado pelo dr. Honorato Alves elegerá três vereadores e o partido chefiado pelo Deputado Camillo Prates elegerá dous vereadores e o Juiz de Paz da cidade; O presidente da Câmara, dado empate na votação, será designado pela sorte. Como testemunhas assignaram este accordo o Senador Dr. Francisco Sá e os deputados Dr. Afrânio de Mello Franco e o Coronel Manoel Fulgêncio Alves Pereira

E porque estejam os dous partidos resolvidos a observar sem restrições, o accordo realizado entre os seus respectivos chefes, tendo para isso delegado amplos poderes aos Srs. Coronéis Francisco Ribeiro e José Rodrigues Prates afim de formularem os termos em que deva ser realizado esse convenio político, estes senhores deliberaram em nome dos respectivos partidos o seguinte:

1º - São candidatos aos três logares de vereadores do partido honoratista os senhores: Dr. João José Alves, Dr. Marciano Alves Maurício e Padre Augusto Prudêncio da Silva.

2º - São candidatos aos três logares de vereadores do partido camillista os senhores: João Cattoni Pereira da Costa e João Chaves; e para o cargo de Juiz de paz do districto da cidade o Sr. José Rodrigues Prates Junior.

3º - A votação será distribuída de tal modo que os suplentes fiquem classificados na seguinte ordem: 1º - Honor Sarmiento; 2º - Joaquim Pereira Souto; 3º - José F. Barbosa Netto; 4º - Carlos dos Anjos; 5º - José Rodrigues Frões; 6º Ulysses P. da Silva Leal; 7º - Olimpio Dias de Abreu; 8º - Alfredo Durães; 9º - Manoel Lopes da Silva; 10º - José Soares de Miranda; podendo dar-se substituição desses nomes por outros, do respectivo partido, uma vez que não altere a ordem de classificação.

4º - O presidente da Câmara sendo de um partido, o vice-presidente será do outro;

5º - Também será designado pela sorte o secretário da mesa da Câmara se em sua eleição houver empate.

6º - No caso de vaga, na Câmara durante o triênio, será preenchida por um candidato do partido em cujo seio se der a vaga.

7º - A vaga será preenchida por um candidato residente no districto onde ella se der.

Os partidos se compromettem a fazer com que qualquer que seja o resultado da eleição, não se altere, de forma alguma, a substancia do accordo nem as clausulas do presente pacto. E porque assim tenham accordado, lavrou-se em duplicata a presente acta, a qual, depois de assignada pelos dois delegados, será publicada pela imprensa local, ficando um exemplar em poder de cada partido.

Do presente convenio será dada sciencia aos chefes dos partidos locais e ás testemunhas que assignaram o accordo, por telegramma múltiplo assignado pelos delegados”.

Montes Claros, 2 de Outubro de 1916.

(a) Francisco Ribeiro dos Santos.

José Rodrigues Prates.

Anexo nº 11

“O IMPARCIAL “ de 23 de Junho de 1918, publica a seguinte carta do Dr. Honorato Alves:

“Sr. Redator- È chegado finalmente, o momento opportuno de lhe pedir uma rectificação, a que me julgo com direito, aos commentários feitos por alguns dos órgãos da imprensa dessa capital, quando noticiaram os assassinatos praticados na cidade de Montes Claros, em a noite de 1º de Março deste anno as eleições ali realizadas.

Não tenho que retirar uma só palavra da exposição succinta dos acontecimentos que então fiz e que transmitti pelo telegrapho às altas autoridades do Estado e á imprensa, pois ficou plenamente provado no summario de culpa dos acusados:

1º - Que se reuniram em a referida noite, às onze horas, mais ou menos, na casa do deputado Camillo Prates vários homens armados de carabina e outras armas de fogo e ali se emboscaram, protegidos pela escuridão, pois foram apagadas as luzes, à espera da passeata cívica com que os meus amigos festejavam a victória do meu partido nas eleições daquelle dia, pleito esse que se realizou na mais absoluta paz:

2º - Que na ausência de qualquer aggressão por parte dos manifestantes, foram contra elles disparadas, inesperadamente, cerradas descargas de fuzilaria da casa do alludido deputado, em consequência do que morreram quatro pessoas e três foram gravemente.

Até agora ficou devidamente apurada a responsabilidade de oito acusados pelo que foram pronunciados.

Figuram entre elles Carlos Ruy Prates e Sezefredo Prates, filho e sobrinho do deputado Camilo Prates.

Como circunstância digna de registro, devo salientar que o inquérito policial foi feito pelo delegado auxiliar desta capital Dr. Vieira Braga, e que funcionou no summario da culpa o Dr. Henrique Affonso dos Santos, promotor da Comarca de Queluz, cuja competência funcional foi expressamente ampliada para agir nesse caso.

Ambos são inteiramente extranhos à política local.

Muito grato pela publicação destas linhas, sou vosso patrício admirador, Honorato Alves.”

“O Imparcial”, 23 de Junho de 1918

Anexo nº 12

Gazeta do Norte – 07/08/1920 nº 109

O “Habeas Corpus” ao professor.

C. Catão Prates

Escrevem-nos:

“Diz o outro jornal local que a ordem de habeas corpus expedida pelo Supremo Tribunal Federal em favor do Snr. Prof. Carlos C. Prates, “veio crear uma situação jurídica interessante para o fôro desse termo.” E acrescenta. “Não tendo o habeas-corpus o prestígio de por termo ao processo, a pronuncia do Sr. Catão Prates está de pé, continua em vigor. Portanto, se elle não pode ser preso por força do habeas-corpus, está em todo o caso sujeito a julgamento em virtude da pronuncia.”

Toda esta heresia é de um jornal que tem como redactores dois bachareia e um advogado provisionado.

Segundo a natureza do pedido de habeas-corpus que só versou sobre a poscrição da ação e de accordo com a notícia que o “Minas Gerais publicou e o nosso colega creditou da qual se vê que a ordem foi concedida em virtude da prescrição decretada é evidente que a decisão do Supremo Tribunal faz termo ao processo e o Snr. Professor Carlos C. Prates não está sujeito a julgamento nem a outra que quer consequência do processo.

Quem diz estar de pé e em vigor a pronuncia em processo suscripto, diz um absurdo, porquanto – de acordo com os art. 71, nº 4 do cod. Penal, que os dignos redactores do “Montes Claros” ainda não revogaram, a prescrição é um dos modos de extinguir a ação penal.

“Extinta a ação, por ter sido julgada poscripta só por um seguinte de amor a inverdade ou por a turma ignorância, se poderá dizer que a pronuncia está de pé e que o Snr. Professor Carlos Catão Prates está ainda sujeito a julgamento.”

Anexo nº 13

Que sérvio como secretário ad-hoc nas eleições de 17 de abril na 3ª secção eleitoral que funcionou numa das salas do grupo escolar dessa cidade, onde também funcionou a 4ª e 5ª secções no mesmo dia; que houve um diminuto comparecimento de eleitores sendo preenchidas as actas com maior número de eleitores, cujas assignaturas foram feitas pelos mesários; que o comparecimento das três secções do grupo escolar foi mais ou menos de vinte eleitores, que também no dia da eleição passou pela Câmara Municipal onde funcionava a 2ª e 6ª secções e allí também não notou o comparecimento de eleitores; que o comparecimento de eleitores foi pequeno, sendo preenchidas atas com maior número de eleitores, cujas assignaturas foram feitas pelos mesários. Que portanto pelo que vio e observou por ter tomado parte na 3ª secção e como geralmente é público e notório affirmar que as eleições de 17 de abril deste anno para vereadores a Câmara Municipal foram feitas por meio de actas falsas a bico de penna como vulgarmente se diz não sendo exacto o número de eleitores que as actas declaram ter comparecido as secções, não sendo portanto verdadeiras as assignaturas ou mesmo na sua quase totalidade; que como secretário ad-hoc que por esse motivo deixou de reconhecer as firmas dos eleitores da 3ª secção. Sobre as eleições em Bella Vista, informou por ouvir dizer que lá não se procedeu eleições no dia 17 de abril.

Anexo nº 14

(...) relativamente ao distrito de Bella Vista onde mora e é eleitor, pode affirmar serem falsas isto é feito a bico de pena como vulgarmente se diz, as actas referentes as eleições de vereadores e Câmara Municipal de Montes Claros e outros cargos que as mesmas atas rezam terem sido procedidas a 17 de abril; que disto sabe de sciência própria, porque assignam como mesário a ata da 3ª secção do referido distrito o que entretanto fez porque pensava não havia mal nisso; que assistiu três ou quatro dias depois de 17 de abril, no Cartório de Paz de Bella Vista, terem lavradas as atas referentes a alludida eleição, estando presente apenas os mesários sendo a ata da 1ª secção escripta pelo senhor José Rodrigues da Silva e da 3ª pelo escrivão de paz José Ferreira Oliva e da 2ª secção pelo sr. Argemiro Correia Machado e não pelo sr. Amâncio Ferreira de Oliva, tendo este escrito e assignado a ata como se fosse o ultimo, que se achava ausente de Bella Vista, tanto no dia 17 como no dia em que foram lavradas as atas; que desta maneira é que foram feitas as eleições naquele districto, não tendo absolutamente comparecido tanto no de 17, como no dia que foram lavradas as atas, quaisquer eleitores além dos mesários; que as assignaturas dos eleitores nas atas são falsas,

tendo sido feitas pelos mesários e pelos escrivão de paz e pelos senhores Antônio Machado Filho e Argemiro Machado e isto em todas as três secções do districto por que as atas foram lavradas conjuntamente no cartório de Bella Vista em presença do depoente que tudo assistiu; sobre o item 2 informou de sciência própria que dos eleitores que consta terem votados nas secções de Bella vista são falecidos João Vieira da Silva, João Mendes Camillo e Pedro Rodrigues Silva. Quanto ao item três reforçou o que já tinha sido dito no inicio depoimento.

Anexo nº 15

DR. FORTUNATO BULCÃO DEPOIMENTO

Há cerca de quatro meses fui convidado pelo meu amigo Dr. Carvalho Britto, para organizar e realizar os Congressos Econômicos em diversas cidades mineiras, e na qualidade de presidente efetivo de Montes Claros, havia daqui partido em 1º de fevereiro, chegando em Montes Claros, no dia 4, para, com antecedência de dois dias, dirigir e superintender os trabalhos e preparativos de instalação do mencionado Congresso.

(...) tudo estava pronto, quando chegaram os especiais conduzindo os eminentes chefes da Comitativa (...)

Da estação, o cortejo seguiu a pé, em direção à casa onde o Dr. Mello Vianna ia se hospedar, acompanhado de grande multidão, que vivava entusiasticamente, sem que houvesse transcorrido qualquer nota de dissonante, ao som da banda de música. Ao passar em frente a casa do Dr. João Alves, que estivera em festa e profusamente iluminada, antes daquela hora, e então se achava completamente às escuras, surgiram nas janelas e portas inúmeras “bocas de fogo”, que, em descarga cerrada, despejaram durante cerca de trinta segundos, uma cortina de balas sobre a parte da multidão onde se achavam Mello Vianna, Carvalho Britto, Alfredo e Moacyr Dolabella e outras pessoas (...) que os acompanhavam.

(...) Passado o primeiro momento de pânico e correrias desordenadas, saiu da casa sinistra, aramada em tocaia um conhecido barbadinho, de nome Jurandir que, riscando fósforo examinou um por um dos vitimados, pela sanha cangaceira, como que a identificar os condenados ao fuzilamento. Isto foi presenciado por varias pessoas, que terão sustentado no inquérito policial.

A “**emboscada**”, a **traição**, a **chacina**, deixavam-nos a certeza do que estaria reservado aos nossos companheiros e amigos, se mais tempo ousassem ali permanecer.

(...) ficamos em Montes Claros até o dia da chegada do Exmo. Sr. Dr. Galloti, procurador da República e da força armada que o acompanhou. (...)

Pudemos cuidar dos muitos ferimentos recebidos pelo Dr. Palleta (...). Pudemos reforçar o ânimo de nossa gente, arriscado de abater-se diante do **terrorismo cangaceiro**.

Pudemos, (...) colher dados e informações úteis para as autoridades. Pudemos testemunhar os esclarecimentos da verdade (...) Pudemos testemunhar e observar o serodio das medidas tomadas pelo governo do Estado (...)

Terá ouvido palavras, gritos e tiros de provocação ou de agressão por parte da multidão que festejava os Ilustres visitantes?

Nenhum dos elementos políticos que nos acompanhavam ousaria provocar, ou consentir qualquer provocação, e tanto assim que o cortejo, seguindo pelo trajeto mais curto, não evitou a passagem em frente da casa do Dr. João Alves, ponto escolhido e preparado com todos os requintes do banditismo, para a miserável “emboscada”. São bastante conhecidos os famosos antecedentes, de Dr. João Alves e **da fera humana que é a sua mulher Tiburtina**, para não ousarem sequer correr o risco de qualquer provocação. Tudo quanto se tem dito em contrario é falso e não resiste ao menor piparote de lógica.

E essas notícias de tiroteio contra a gente de João Alves?

Não passam de falsidades que no dia imediato à chacina ouvi em Montes Claros, **combinadas com outras de invenção de Tiburtina**, que formava o enredo de mentiras aqui reproduzido por certos

jornais três dias depois da chacina. Fui informado de que Mozart Brant, (...) que estivera a fazer “meetings” em Montes Claros, pró Aliança Liberal, trouxera a Belo Horizonte o enredo de mentiras engendradas por Tiburtina para desnortear a investigação policial. (...) Foi justamente ao ler tais mentiras que tive o gosto de indignação que ditou o meu telegrama restabelecendo a verdade, publicada no dia 12 pelo jornal “O Paiz.”¹¹⁹⁴

Anexo nº 16

DECLARAÇÕES DO JORNALISTA BARBOSA DE MELLO REPRESENTANTE DE “A NOITE” DE RECIFE

Tendo sido um dos alvejados no atentado de Montes Claros, pois fazia parte da comitiva do Dr. Carvalho Britto, assim se manifestou o Sr. Barbosa de Mello sobre a trágica ocorrência.

“Reconstituir as cenas canibalescas testemunhadas na noite de 06 de Fevereiro, em Montes Claros, seria tarefa ingrata, porque a imaginação humana, por mais fértil que fosse, não conceberia a horrenda e brutal realidade dos factos que estarreceram a população inteira da cidade, e principalmente a mais de dois milhares de pessoas, inclusive senhoras e crianças, que acompanhavam os ilustres visitantes Drs. Mello Vianna e Carvalho Britto.

Tudo indica a cumplicidade indirecta do Governo de Minas, porque não é crível que um chefe político do interior, e que aliás, é irmão de um obscuríssimo deputado federal que está ligado por laços de família a um dos “leaders” do liberalismo de fancaria, tivesse o topete de urdir um plano para eliminar a segunda autoridade da República, e um político prestigioso, director do Banco do Brasil e chefe de um partido que conta com mais de cem mil adeptos, no grande Estado mediterrâneo, se não contasse com impunidade.

As circunstâncias, várias conhecidas após os factos vandálicos, são quase uma afirmativa categórica, ou pelo menos autorizam licitamente a formação de tal juízo.”

A extensão dos acontecimentos sombrios resultantes da campanha presidencial há de pesar como uma carga sinistra ao governo de Minas.

Os assassínios praticados pelos agentes da Aliança, nas diferentes zonas do Estado, contra os amigos dos chefes da Concentração Conservadora, e a impunidade gritante que sucedia aos factos prenunciavam novas façanhas liberais, mas nunca da requintada perversidade de que foi teatro Montes Claros.

Os responsáveis directos pela hecatombe são o obscuro médico e conhecido facínora João José Alves e sua mulher Tiburtina, em cujo subconsciente, segundo Freud, devem atuar dez gerações de bandidos.

Ouvimos de um dos filhos do deputado Camillo Prates que, com os seus, residia em Montes Claros, onde o seu progenitor era o chefe político, a narrativa impressionante de um rosário interminável de crimes cometidos por essa casa de tarados. O próprio deputado mineiro dói corrido, a bala, da terra em que era chefe, pelo citado casal e os seus apaniguados, jagunços fartamente conhecidos naquela zona do sertão.

Narremos sucintamente os factos:

Depois de uma estrondosa manifestação, na chegada do trem especial, conduzindo os Drs. Mello Vianna e Carvalho Britto, e sua comitiva, o Dr. Correia Machado saudou os hospedes numa oração serena, sem a mais leve referência política. O Dr. Mello Vianna, respondeu ao orador local com palavras tão entusiásticas que os presentes aplaudiam com frenesi, mormente porque o vice-presidente da república não fez nenhuma alusão política.

¹¹⁹⁴ “O Paiz”. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1930. p.01.

Chegou a dizer: “que vinha a Montes Claros. Não para pedir meia dúzia de votos, mas para auscultar o coração generoso daquele povo, realizando, com o seu companheiro Carvalho Britto, um Congresso Econômico de Cereales e Algodão.

Destas palavras é fácil a dedução do espírito patriótico e sereno dos promotores do congresso e o alheamento a exploração eleitoral, de que o mesmo poderia ser inquerido.

Em seguida, a comitiva, acompanhada de grande multidão, encaminhou-se para a residência do Sr. Niquinho Teixeira, onde seria hospedado o Sr. Mello Vianna.

O cortejo deixou a estação na mais absoluta calma, e quando defrontava a casa de João José Alves, os bandidos entricheirados na casa de seu chefe, e nas contíguas, trepados outros nas árvores próximas, empunhando carabinas e revólveres, descaregaram numa sede de sangue só concebível entre as tribos anthropophagas.

E foi horrível a chacina. Crivados de balas, caíram mortalmente feridos, homens, mulheres e crianças. Os Drs. Mello Vianna e Carvalho Britto, especialmente visados pelo horda sanguinária, escaparam por milagre, como a maior parte da comitiva, apesar do primeiro ter sido ferido em várias partes da cabeça.

O pânico estabelecido no momento a confusão de gritos de pessoas de ambos os sexos e todas as idades, geraram um quadro lancinante, inacessível a toda imaginação.

Serenado o fusilamento, o Dr. Carvalho Britto foi acolhido na residência de uma parenta do Dr. Alfredo Dolabella, e o Dr. Mello Vianna na do Sr. Niquinho Teixeira, onde recebeu os primeiros curativos.

O Dr. Carvalho Britto com muita serenidade tomava as primeiras providências, enquanto indagava anciosamente pelo estado das vítimas e quaes os seus nomes. S. Excia. Portou-se como um grande comandante, impetubável e de uma presença de espírito só conhecida nos homens da sua têmpera.

Já estávamos resolvidos a regressar a Bello Horizonte, transportando Moacyr Dolabella Portella e uma senhora, irmã do jornalista Ary Oliveira, que estavam gravemente feridos, quando o delegado militar foi oferecer garantias ao chefe da Concentração, isto é, uma hora depois. Claro que o Dr. Carvalho Britto as rejeitou por desnecessárias e tardias.

O presidente da câmara local não se dignou visitar, ao menos, o vice-presidente da República.

Minutos depois regressávamos a Bello Horizonte, no especial que partiu às duas horas da madrugada.

Vimos pelo ocorrido que nenhuma das autoridades locais prestou a mínima atenção aos bárbaros acontecimentos.

Durante o dia da nossa chegada a longínqua cidade sertaneja, foram vistos na casa de João José Alves e em outras casas circunvizinhas, vários grupos de jagunços, sendo alguns deles figuras populares em Montes Claros”.

Anexo nº 17

DEPOIMENTO DO DR. MELLO VIANNA

O vice-presidente da República, Dr. Fernando de Mello Vianna, fez, na Segunda Feira treze de Fevereiro, em Belo Horizonte, um depoimento sereno:

- pouco depois de passar pela casa do Dr. João Alves, em cuja janela se achava esse político, ao lado de suas filhas, tendo-o cumprimentado com um aceno de mão, sem ser correspondido, naturalmente porque não foi distinguido o meu gesto, senti ligeiro ardor no pescoço. Pouco depois senti mais forte, tendo então levado a mão ao pescoço, verifiquei que saía sangue, percebendo então que estava ferido, e que se tratava de forte tiroteio. Deram-me

um empurrão, e eu me atirei ao chão para escapar ao tiroteio. Deitados, ouvimos o zunir das balas sobre as nossas cabeças.

O Dr. Mello Vianna disse ainda que quando sentiu a dor no pescoço, estava já a uns vinte a vinte e cinco metros da casa do Dr. João Alves, e que foi difícil logo a princípio perceber o que estava acontecendo, porque o barulho era grande com os fogos que se soltavam, os vivas e a banda de música que puxava a comitiva.

No seu depoimento não fez acusações pessoais nem concluiu que houvesse qualquer premeditação

Anexo nº 18

DEPOIMENTO THOMAZ CARVALHO BRITTO

Recebi, em Granjas Reunidas, uma manifestação de mais de mil operários e trabalhadores. Ahi alcancei a comitiva. Chegando a Montes Claros recebemos o Sr. Mello Vianna em grande manifestação, (...) Em seguida acompanhei o Sr. Mello Vianna em direção à casa em que o mesmo deveria hospedar-se. (...) seguindo eu e o Sr. Mello Vianna à frente, rodeados de amigos. Ao alcançar a praça, divisei uma **casa iluminada** que me informaram ser a do Sr. João Alves. Ouviam-se durante todo o trajeto vivas e espoucar de foguetes. Quando já caminhado cerca de trinta ou quarenta passos além da tal vivenda, rompeu um tiroteio contra o grupo em que me achava. Vi que os tiros partiam de traz. Observei que o Sr. Mello Vianna curvava-se em posição defensiva, imitei-o e, nessa hora tropecei, caindo (...) Fui levantado (...) e conduzido até a casa onde me abriguei, (...) Fui informado então de que as descargas haviam partido da casa do Sr. João Alves. Uma agressão a tiros inopinada e sem qualquer justificação (...)

O ataque do Sr. João Alves foi de surpresa, tanto mais que era uma distinção para Montes Claros a realização ali do Congresso Econômico, que não visava fins estritamente políticos e muito menos ofender, (...) qualquer melindre local. a polícia não fez prevenir ou evitar a agressão. **Não ouvi até o momento do tiroteio vaias ou qualquer outra manifestação acintosa.**¹¹⁹⁵

Anexo nº 19

Os acontecimentos de Montes Claros produziram no meu espírito a maior consternação. Até a manhã do dia oito estivemos sem nenhuma comunicação com a minha terra natal, fechado como foi para nós o telegrafo nacional, por certo com o intuito de criar um ambiente desfavorável aos nossos amigos, colocando-os em situação de não poder contraditar as aleivosias que lhes eram assacadas. (...)

Desde o dia oito, porém, a chegada de um emissário de confiança e que foi testemunha ocular dos deploráveis acontecimentos, ficamos habilitados a formar um juízo preciso sobre aqueles. Segundo essa testemunha de vista, os fatos assim se passaram:

Desde poucos dias antes da data marcada para a instalação do Congresso de Algodão, em Montes Claros, os próceres da situação local aconselharam insistentemente aos seus amigos e correligionários que não comparecessem ao desembarque nem a quaisquer reuniões dos adversários, recomendando, por outro lado, que se portassem em relação a esses com a maior tolerância. Nesse sentido chegaram a ser distribuídos boletins pela cidade. Obedecendo a tais advertências, nossos correligionários abstiveram-se de comparecer à estação por ocasião do desembarque dos Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto. No entanto, as casas situadas no itinerário que o préstito da Concentração Conservadora devia percorrer ficaram abertas e

¹¹⁹⁵ “O Jornal”. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1930. p.01.

apinhadas de curiosos. Como as demais, a residência de meu irmão João Alves permanecia, portanto, **aberta e iluminada**, ao contrário do que pretenderam fazer acreditar os nossos adversários. (...) Foi quando se aproximava a multidão que, (...) numa ensurdecidora gritaria de **vivas e morras** ao espoucar de foguetes e bombas (...) defronte à casa, responderam com vivas à Aliança e morras ao Dr. Mello Vianna, até que dessa grande exaltação resultou um primeiro tiro que abateu um menino bem perto à porta. A esse, outros se sucederam rapidamente estabelecendo-se uma confusão infernal. (...)

A opinião corrente em Montes Claros é a de que muitos projeteis que atingiram membros da comitiva da Concentração foram disparados pelos seus próprios companheiros (...) o que prostou o malgrado Dr. Fleury da Rocha parece ter sido produzido por arma de grande poder destrutivo tal como, por exemplo, a pistola “parabellum”, arma inexistente em Montes Claros. (...)

Tem-se a impressão de um plano infernal encetado com o objetivo de provocar grandes tumultos e conflitos como o de Montes Claros em diversos pontos do território mineiro, tirando-se ao mesmo tempo às autoridades estaduais todos os meios de transporte de forças destinadas a garantir a ordem.

As ocorrências de Montes Claros, que procuram explorar politicamente os nossos adversários que eram desvendar como que um plano tenebroso urdido contra Minas: assim foi que ao governo estadual se recusou, primeiramente um trem especial requisitado para o transporte de forças destinadas àquela cidade; em seguida negou-se um carro ligado ao trem da carreira; e, finalmente, até mesmo simples passagens pagas em dinheiro à vista foram formalmente recusadas às autoridades do Estado.

Dentro em pouco, talvez, se queira afirmar, à vista de sucessos mais ou menos semelhantes aos que ocorreram em Montes Claros, que o governo estadual é importante para manter a ordem interna de Minas....¹¹⁹⁶

Anexo nº 20

Que no dia 6 ultimo, cerca das 23 horas mais ou menos, achava-se em sua residência, à praça Dr. João Alves onde as filhas do declarante em companhia de amigas dançavam e se divertiam ao som de uma victrola, quando por alli passará os Drs Mello Vianna, Carvalho Brito e comitiva, momento em que um dos manifestantes proferiu “morras” ao Dr Antônio Carlos e ao declarante enquanto que um outro exaltado, protegido por um grosso “mulungú” alvejava o declarante que se achava à calçada da porta de sua residência em companhia de amigos, entre os quaes se recorda os nomes de Jurandyr Freire, C^{el} Arthur Valle, João de Oliveira, vulgo Portuguez, e outro inclusive menor vulgarmente conhecido por fifi, que se achava um pouco à esquerda do alludido passeio da referida casa do declarante; que o projectil naturalmente destinado ao declarante foi atingir de cheio a tempora direita do referido menor, morrendo instantaneamente; que este projectil foi o único de um tiroteio que foi muito rápido, mas no curso do qual várias pessoas saíram mortas e outras tantas feridas; recorde que entre os mortos além do referido menor, o declarante se recorda de João Soares e Raphael Fleury, que morreu no próprio lugar onde foi alvejado; que entre os feridos sobe que uns três deram entrada na Santa Casa local, ignorando-lhes, porém os nomes; que entre os feridos também se encontrava Moacy Dolabella, a senhora Eudipson Novaes e João Souto, os dois primeiros seguiram no mesmo dia em especial para Bello Horizonte, encontrando-se o último em tratamento nesta localidade; que antes da chegada do especial conduzindo o Dr Mello Vianna, aqui aportaram cerca de doze wagons conduzindo pessoas de fora, inclusive

¹¹⁹⁶ “O Jornal”. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1930. p.01.

um grande número de jagunços escolhidos em, Buenópolis e Granjas Reunidas, para perturbarem a ordem, como de facto o fizeram; o que explica o conflito; do qual se originaram as mortes a que vem de se referir, pelo fato de haverem os manifestantes insultado o declarante aos demais pessoas que ali se achavam, proferindo “morras” ao presidente Antônio Carlos e á Alliança Liberal, resultando reação imediata por parte de amigos do declarante; que em casa do declarante havia carabinas e armas, porém estas não foram usadas isso em virtude proibição sua, explicando os homicídios que se verificaram pela debandada do povo julgando que os jagunços que ladeavam os manifestantes foram os únicos autores dos lamentáveis fatos; que o declarante ouviu centenas de tiros, impossível de fazer uma apreciação exata, porquanto foi um tiroteio cerrado, mas muito rápido; que os manifestantes no momento do conflito alvejaram a Casa do declarante, conforme prova a existência de orifícios produzidos por balas, que retifica o ponto em que se referiu sobre o menor fífi este ao ser fulminado pela bala que o prostou achava-se sobre o passeio da casa do declarante, porém á esquerda e por de traz do declarante; que retifica também o ponto em que declarou possuir arma, em sua casa, não fazendo uso destas, mas por desnecessidade, porquanto, “os manifestantes logo em seguida ao tiroteio retirando-se, em pânico, e daí a desnecessidade da reação, querendo também constatar que os ferimentos das vitimas são todos da direita para a esquerda, em relação ao movimento dos manifestantes, que atravessavam no momento, a frente da casa do declarante, descendo a rua D. João Pimenta”; que não verificou os ferimentos recebidos pelas victimas, sabendo da localização dos mesmos por informes que ao declarante fizeram os peritos. Drs Plínio e Santos. Nada mais disse, (...) ¹¹⁹⁷

Anexo nº 21

Que no dia em que se desenrolaram, nesta cidade, as os Custuosos acontecimentos que deram causa a este inquérito, por haver o Tenente Wanderlin lhe pedido, por intermédio do sargento Anthero, por empréstimo, algumas camas para investigadores vindos de Bello Horizonte, esteve a declarante muito ocupada em preparar e remover essas camas, logo, digo, as oito e meia, mais ou menos; que terminados os arranjos das camas, **como dona de casa**, tratou de dar atenção as pessoas que se achavam divertindo em sua casa ao som de uma victrola, em companhia de suas filhas e uma sobrinha; que ao ouvir os ecos da manifestação, a saber: vivas, foguetes e bombas, disse a declarante as suas filhas e pessoas que se achavam na sala que convinha sahissem dalli pois algum embriagado poderia atirar bombas para a sala ou mesmo algum foguete, alli estourar fora de tempo; que attendendo a advertencia suas filhas e companheiras sahiram para o passeio, ficando outras nas janellas; que ao ouvir da sala de jantar para o corredor viu a declarante seu marido em pé á porta, com o braço levantado e estendido, dando “vivas” á “Alliança Liberal”, e bem assim ouviu outras vozes inclusive de moças respondendo; que neste instante exactamente estourou uma bomba ao pé da porta, onde se achava seu marido e João Portuguez, empurrando seu marido e dizendo “entra meu padrinho que ahi vem bala”; que a esse tempo a declarante abraçou-se com seu marido, dizendo “**morremos juntos, meu velho**” e chegando elle a cancela da sala de jantar golfou sangue pela boca; que desesperada, ao mesmo tempo que pedia que chamassem médicos, entrando sempre pessoas alarmadas annunciando mais tiros e ataques á casa; que, nesse meio tempo alguém chegou junto ao seu marido dizendo “Dr. João Alves, mataram Fifi”, entrando, logo depois, Jurandyr Freire, senão lhe falha a memória, carregando o rapazinho; que embora passando mal o seu marido veio ver Fifi e reparando no lugar do ferimento disse”é um caso

¹¹⁹⁷ Depoimento prestado por Dr João Alves no dia 13 de fevereiro de 1930 no Processo Criminal de 25/02/1930.

sem feito”, voltando para o seu quarto apoiado pela declarante e suas filhas; que a declarante trouxe água e lavou o ferimento da cabeça de Fifi e porque Jurandyr Freire pedisse ceringa de injeção e injeções de óleo camphorado, a declarante foi busca-las, oferecendo-se Jurandyr para as aplicar; que ao chegar o Dr. Plínio e logo depois o Dr. Santos, e um e outro disse que tinham sido atacados e que verificassem elles se alli havia algum arranjo que provocasse taes factos; que o Dr. Pires e Albuquerque, engenheiro da Central, e amigo da casa, também alli esteve a elle dizendo egualmente a declarante “Dr. Pires, fomos atacados, repare si há aqui algum arranjo que justifique isso”, que, realmente, nenhum preparativo de reacção existia em sua casa, nem pessoa alguma alli se achava entrincheirada, pois estava sua casa cheia de moças amigas, ali tambem estavam suas filhas, umas das quaes grávida de cinco mezes, casada há um anno com João Baptista Pereira, não sendo possível que seu marido e expuzesse todas as conseqüências de um acto de violências praticado contra uma multidão; (...) que si houvesse razão para seu marido promover um attentado contra os Drs. Mello Vianna, Carvalho Britto e sua comitiva, certamente o que lhe ocorreria não seria faze-lo em sua casa, mas, sim collocando, por exemplo, jagunços próximo a estação para tal fim; que formulou hypothese de seu marido proceder assim por meio dos ditos jagunços somente porque sendo seu marido muito caritativo tem **tratado humanitariamente a pobreza local** e não porque taes jagunços estivessem á sua disposição; que a declarante só pode affirmar que estavam na casa da declarante, na ocasião dos factos que são objecto deste inquérito Exuperio Ferrador, Jurandyr Freire, Arthur Vale, João Portuguez, seu genro João Baptista Pedreira e seu filho Magno Câmara; que o marido da declarante é um dos chefes da Alliança Liberal, sendo que a direção da Alliança no município estava, entregue ao Dr. Alfredo Coutinho; que entre o marido da declarante e vários de seus adversários há muito ódio político; que não era demais que José Dias, vulgo José Bertolino se achasse na casa do marido da declarante, porquanto, este tempos antes se esforçara por livral-o de uma condenação por crime de morte. Nada mais disse, (...).¹¹⁹⁸

Anexo nº 22

(...) há mais de quinze dias, foi ter a Montes Claros, a convite do jornalista local Sr. Jurandyr Freire, para realizar ali alguns comícios em favor das candidaturas da Aliança Liberal a presidente e vice-presidente da República: que, assim, o depoente como algumas pessoas realizaram ali dois comícios. Um terceiro foi realizado em Brejo das Almas, registrando-se em todos eles a maior ordem. Nos primeiros dias do corrente mês, foi informado de que chegariam aquela cidade os Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto acompanhados de uma grande comitiva, para o efeito de realizar ali um Congresso Econômico. (...)

No dia seis do corrente, os dirigentes do Partido chefiado pelo Dr. João Alves, distribuíram pela cidade, boletins em que apelavam para os correligionários do partido de não comparecerem à recepção, abstendo-se mesmo de qualquer atitude hostil aos adversários que chegavam. (...)

O depoente e alguns companheiros se retiraram da Estação, dirigindo-se para a cidade, entrando no restaurante, onde encontraram outros amigos. (...)

¹¹⁹⁸ Depoimento prestado por Tiburtina de Andrade Alves no dia 13 de fevereiro de 1930 no Processo Criminal de 25/02/1930.

Depois de algum tempo o depoente continuou a subir encontrando a comitiva em frente à casa do Dr. João Alves, sendo que as pessoas que vinham à frente com os Srs. Mello Vianna e Carvalho Britto, davam vivas a esses dois políticos.

O depoente estacionou nas proximidades de um cruzeiro observando se a manifestação se movimentava. Logo em seguida vinha um segundo grupo formado de muitas pessoas que davam morras à Aliança Liberal, ao Sr. Antônio Carlos e abaixo o Sr. Artur Bernardes.

Havia um baile na casa do Dr. João Alves. Nessa hora, as pessoas que ali se achavam dirigiram-se umas para as portas, outras para as janelas. Neste exato momento, um rapazinho de 13 anos, filho de um tal Tecles, que se achava na calçada da referida casa, proferiu um “viva” à Aliança Liberal e “morra” ao Sr. Mello Vianna.

Nesse momento, do referido grupo prestista surgiu um tiro, desferido por pessoa que o depoente não viu, mas que prostou imediatamente o referido rapazinho seguindo-se vários disparos de armas de fogo, desfechados por pessoas que compunham o já mencionado grupo, tiros esses, desfechados contra a casa do Dr. João Alves e alguns outros para o ar.

Houve, então, tumulto, registrando-se correrias e verificando o depoente que os disparos continuavam e que para as imediações do local onde estava se dirigiam várias pessoas, em carreira, com revólveres na mão.

O depoente deitou-se ao solo, observando que as pessoas se retiraram das janelas e fugiram da frente da casa do Dr. João Alves.¹¹⁹⁹

Anexo nº 23

Não estava no local dos acontecimentos, que foram absolutamente inesperados. A impressão que tenho dos fatos é a de que eles foram o produto da explosão da incoercível loucura momentânea. Corrobora este meu ponto de vista a circunstância de achar-se a cidade inteiramente calma e em perfeita ordem. Além disso, havíamos distribuído, na tarde do dia seis, um apelo aos nossos correligionários pedindo ordem e tolerância máxima com os visitantes, que mereciam todo acatamento, embora adversários políticos. Não acredito na hipótese de premeditação por parte de João Alves e dos seus amigos que se achavam em sua residência no momento do conflito. Assim penso, porque na residência daquele político havia uma reunião em que moças e rapazes da nossa sociedade se divertiam dançando, quando por ali passou o préstito Mello-Vianista. (...)

Como se deu o conflito?

Ora, na noite da recepção do Sr. Dr. Mello Vianna e sua comitiva, a casa do Dr. João Alves, encheu-se de amigos seus, alguns dos quais humildes e seus fiéis partidários, que para ali acorreram tangidos pela curiosidade. Gente inculta, de um faciosismo extremo, facilmente passaria da curiosidade à reação, bastando para isso um “viva” que não fosse favorável a seu chefe! Para propiciar esse estado d’alma é fácil reconstituir-se o cenário:

O cortejo passa.

Os foguetes festivos, a música em marcha, os vivas entusiásticos aos chefes manifestados, o gáudio, enfim, dos antigos adversários locais, romperam o elo moral existente entre o chefe da casa, que teve desarvorado o seu comando, e os seus amigos, que viram, sem motivo, na manifestação uma afronta!

Como repulsa, surgiram os “vivas” à Aliança e aos seus próceres, seguidos do conflito que se desenrolou com todas as suas tristes conseqüências.

Não foram visadas pessoas. A fatalidade colheu as que sombrancearam os projéteis no pânico da fuga.¹²⁰⁰

¹¹⁹⁹ Depoimento prestado ao jornal carioca “*O Jornal*”, Rio de Janeiro 22 de fevereiro de 1930. p.01.

Anexo nº 24

No inquérito, que se instalou, foram ouvidas várias pessoas, entre elas, o Sr. José Vianna Romanelli, que (...) afasta por completo, a hipótese de atentado. (...) diz (...) que não pode precisar o número de pessoas que atiravam, mas viu que elas o faziam, disparando para o chão e para o alto. Pode declarar entretanto, que os tiros, eram contínuos, não visavam esta ou aquela pessoa, ou melhor, não convergiam para o mesmo alvo, dividiam-se pelos dois grupos em que dividira a massa popular.

Perguntado pelo Dr Rogério Machado se vira o Dr. João Alves fazer disparos, o depoente respondeu que não, que aquele médico movia o braço direito para o alto, tendo nas mãos, o que lhe parecia um lenço.

(...) declarou haver presenciado toda a fusilaria colada à parede da casa do Dr. João Alves, passou a citar, em seguida os nomes dos acusados: Exupério, vulgo “Ferrador”, (...) José Dias, vulgo “Badé ”, (...) Benjamim Marques, vulgo “Chauffeur”. (...) O seu depoimento, habilmente preparado, (...) tem entretanto, sua grande importância quando afirma que os tiros não visavam esta ou aquela pessoa.¹²⁰¹

¹²⁰⁰ MAURÍCIO. Op. Cit. p. 99-101.

¹²⁰¹ “*O Globo*”. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1930. p.01.